

GEL
GRUPO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS
DO ESTADO DE SÃO PAULO

ESTUDOS LINGUÍSTICOS
v. 40 n. 1

DESCRIÇÃO E ANÁLISE LINGUÍSTICA

REVISTA ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
GRUPO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO GEL
Universidade Federal de São Carlos
Departamento de Letras
Rodovia Washington Luiz, km 235
CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil
<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/>
estudoslinguisticos@gel.org.br

Comissão Editorial

Claudia Zavaglia
Gladis Massini-Cagliari
Juanito Ornelas de Avelar
Luciani Ester Tenani
Manoel Mourivaldo Santiago Almeida
Marco Antônio Domingues Sant'Anna
Maximina M. Freire
Olga Ferreira Coelho
Vanice Maria Oliveira Sargentini

Editor responsável

Oto Araujo Vale

Revisão e normatização

Adélia Maria Mariano da S. Ferreira

Revisão de língua estrangeira

Maria de Fátima de Almeida Baia (inglês)
Fernanda Consoni (francês)
Cristiane Conceição Silva (espanhol)

Diagramação

William de Paula Amado

Conselho Editorial

Aldir Santos de Paula (UFAL), Alessandra Del Re (UNESP), Alvaro Luiz Hattner (UNESP), Ana Ruth Moresco Miranda (UFPEL), Angel H. Corbera Mori (UNICAMP), Angélica Rodrigues (UFU), Anna Flora Brunelli (UNESP), Aparecida Negri Isquero (UFMS), Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP), Carola Rapp (UFBA), Claudia Regina Castellanos Pfeiffer (UNICAMP), Claudio Aquati (UNESP), Cláudia Nívia Roncarati de Souza (UFF), Cleudemar Alves Fernandes (UFU), Cristiane Carneiro Capristano (UEM), Cristina Carneiro Rodrigues (UNESP), Cristina dos Santos Carvalho (UNEB), Edvania Gomes da Silva (UESB), Edwiges Maria Morato (UNICAMP), Erica Reviglio Iliovitz (UFRPE), Erotilde Goreti Pezatti (UNESP), Fabiana Cristina Komesu (UNESP), Fernanda Mussalim (UFU), Francisco Alves Filho (UFPI), Gladis Maria de Barcellos Almeida (UFSCAR), Gladis Massini-Cagliari (UNESP), Ivã Carlos Lopes (USP), João Bôscio Cabral dos Santos (UFU), Júlio César Rosa de Araújo (UFC), Leda Verdiani Tfouni (USP), Lígia Negri (UFPR), Luciani Ester Tenani (UNESP), Luiz Carlos Cagliari (UNESP), Maria da Conceição Fonseca Silva (UESB), Maria Helena de Moura Neves (UNESP/UPM), Maria Margarida Martins Salomão (UFJF), Marisa Corrêa Silva (UEM), Marize Mattos Dall Aglio Hattner (UNESP), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Márcia Maria Cançado Lima (UFMG), Mário Eduardo Viaro (USP), Mirian Hisae Yaegashi Zappone (UEM), Mônica Magalhães Cavalcante (UFC), Neusa Salim Miranda (UFJF), Norma Discini (USP), Pedro Luis Navarro Barbosa (UEM), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Renata Ciampone Mancini (UFF), Renata Coelho Marchezan (UNESP), Roberta Pires de Oliveira (UFSC), Roberto Gomes Camacho (UNESP), Ronaldo Teixeira Martins (UNIVAS), Rosane de Andrade Berlinck (UNESP), Sanderléia Roberta Longhin Thomazi (UNESP), Sandra Denise Gasparini Bastos (UNESP), Sebastião Carlos Leite Gonçalves (UNESP), Seung Hwa Lee (UFMG), Sheila Elias de Oliveira (UNICENTRO), Sonia Maria Lazzarini Cyrino (UNICAMP), Vânia Cristina Casseb Galvão (UFG), Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Publicação quadrimestral

Estudos Lingüísticos / Organizado pelo Grupo de Estudos Lingüísticos
do Estado de São Paulo v. 1 (1978). Campinas, SP: [s.n.], 1978

Publicada em meio eletrônico (CDROM) a partir de 2001.
Publicada em meio eletrônico (<http://www.gel.org.br/>) a partir de 2005.
Quadrimestral
ISSN 14130939

1. Linguística. 2. Linguística Aplicada 3. Literatura I. Grupo de Estudos
Lingüísticos do Estado de São Paulo.

Reconhecimento

O presente volume da Revista *Estudos Linguísticos* contou com a colaboração dos pareceristas abaixo listados. Alguns são membros do Conselho Editorial e os demais atuaram como pareceristas ad-hoc. A Comissão Editorial agradece o empenho de todos no sentido de tornar melhor nossa publicação.

Adail Ubirajara Sobral, Adriana Zavaglia, Adriane Teresinha Sartori, Alcides Cardoso dos Santos, Aldir Santos de Paula, Alessandra Del Re, Alvaro Luiz Hattnher, Ana Maria Costa de Araujo Lima, Angel H. Corbera Mori, Anna Flora Brunelli, Aparecida Negri Isquerdo, Ariani Di Felippo, Ataliba Teixeira de Castilho, Augusto Buchweitz, Beatriz Protti Christino, Carla Alexandra Ferreira, Carlos Alexandre V. Gonçalves, Carlos Piovezani, Carmi Ferraz Santos, Carola Rapp, Cilaine Alves Cunha, Claudia Maria Xatara, Claudia Regina Castellanos Pfeiffer, Claudia Zavaglia, Claudio Aquati, Cláudia Regina Brescancini, Cleudemar Alves Fernandes, Cloris Porto Torquato, Cristiane Carneiro Capristano, Cristina dos Santos Carvalho, Cristine Gorski Severo, Dermeval da Hora, Dilson Ferreira da Cruz Júnior, Dirceu Cleber Conde, Dylia Lysardo-Dias, Eduardo Penhavel, Edvaldo A. Bergamo, Edvania Gomes da Silva, Edwiges Maria Morato, Elaine Cristina Cintra, Elaine Cristina de Oliveira, Elias Alves de Andrade, Elizabeth Harkot-De-La-Taille, Elzimar Goettenauer de Marins Costa, Emerson de Pietri, Erica Lima, Erica Reviglio Iliovitz, Erotilde Goreti Pezatti, Ester Mirian Scarpa, Fabiana Cristina Komesu, Fabio Akcelrud Durão, Fabio Elias Verdiani Tfouni, Fábio César Montanheiro, Fernanda Correa Silveira Galli, Flaviane Romani Fernandes Svartman, Flávia Bezerra de Menezes Hirata Vale, Francisco Alves Filho, Frantome Bezerra Pacheco, Giovana Ferreira Gonçalves, Gisela Collischonn, Gisele Cássia de Sousa, Gladis Maria de Barcellos Almeida, Gladis Massini-Cagliari, Gláucia Vieira Cândido, Graziela Zanin Kronka, Isadora Valencise Gregolin, Ivã Carlos Lopes, João Bôsko Cabral dos Santos, José Borges Neto, José Sueli de Magalhães, Juliano Desiderato Antonio, Júlio César Rosa de Araújo, Larissa Cristina Berti, Lauro José Siqueira Baldini, Leda Verdiani Tfouni, Lilian Cristine Scherer, Lúgia Negri, Lucia Rottava, Luciana Pereira da Silva, Luciana Salazar Salgado, Luciane Correa Ferreira, Luciani Ester Tenani, Luiz Carlos Cagliari, Luiz Carlos da Silva Schwindt, Luzia Aparecida Oliva dos Santos, Luzmara Curcino Ferreira, Marcello Modesto dos Santos, Marcelo Módolo, Maria Aparecida Lino Pauliukonis, Maria Célia Cortez Passetti, Maria Cristina de Moraes Taffarello, Maria da Conceição Fonseca-Silva, Maria Eduarda Giering, Maria Ester Vieira de Sousa, Maria Helena de Moura Neves, Maria José Bocorny Finatto, Maria José Cardoso Lemos, Maria Margarida Martins Salomão, Mariângela de Araújo, Marília Blundi Onofre, Mario Luiz Frungillo, Marisa Corrêa Silva, Marize Mattos Dall'Aglio Hattnher, Mauricio Mendonça Cardozo, Mayumi Denise Senoi Ilari, Márcia Maria Caçado Lima, Monica Filomena Caron, Mônica Veloso Borges, Nelson Viana, Norma Discini, Olga Ferreira Coelho, Pedro Luis Navarro Barbosa, Raquel Meister Ko Freitag, Raquel Salek Fiad, Renata Coelho Marchezan, Roberta Pires de Oliveira, Roberto Gomes Camacho, Roberto Leiser Baronas, Ronald Taveira da Cruz, Ronaldo Teixeira Martins, Rosana do Carmo Novaes Pinto, Rosana Mara Koerner, Rosane de Andrade Berlinck, Rosane Rocha Pessoa, Sanderléia Roberta Longhin-Thomazi, Sandra Denise Gasparini Bastos, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Sebastião Elias Milani, Sheila Elias de Oliveira, Simone Azevedo Floripi, Sonia Maria Lazzarini Cyrino, Soraya Maria Romano Pacífico, Sônia Bastos Borba Costa, Taísa Peres de Oliveira, Tony Berber Sardinha, Valéria Faria Cardoso, Vanice Maria Oliveira Sargentini, Vânia Cristina Casseb Galvão, Vânia Maria Lescano Guerra, Wilmar da Rocha D'Angelis, Wilton José Marques.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
FONÉTICA	
As várias maneiras de se dizer <i>não</i> <i>Maira Sueco Maegava Cordula</i>	8
FONOLOGIA	
Haplologia na formação de palavras das Cantigas de Santa Maria <i>Natália Cristine Prado</i>	18
Fonologia: contribuições para a linguística e para a computação <i>Thais Cristófaró Silva</i>	33
GRAMÁTICA FUNCIONAL	
"Vamos lá" e "vá lá": uma análise sob a perspectiva da gramaticalização de construções <i>Ana Cláudia Machado Teixeira</i>	47
O comportamento do verbo modal poder no discurso de autoajuda: uma investigação no português e no espanhol <i>Anna Flora Brunelli e Sandra Denise Gasparini Bastos</i>	60
Funções do conector 'and' em artigo da área de serviço social: relações adverbiais e direcionamento argumentativo <i>Aparecida Feola Sella e Clarice Cristina Corbari</i>	71
Gramaticalização de verbos e contextos morfossintáticos <i>Cristina dos Santos Carvalho</i>	82
Gramaticalização de 'aí' no português falado do interior paulista <i>Edson Rosa Francisco de Souza</i>	92
A relação semântica de <i>elaboração</i> e a orientação argumentativa do discurso <i>Fernanda Abreu e Silva Alencar</i>	108
Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente: contribuições da Gramática Discursivo-Funcional <i>Gisele Cássia de Sousa</i>	123
Condutas sociais em construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas no discurso jurídico oral <i>Maria do Rosario da Silva Roxo</i>	133
Uma visão da gramática na vivência da linguagem <i>Maria Helena de Moura Neves</i>	143
Atos discursivos interativos nas variedades do português falado <i>Michel Gustavo Fontes e Erotilde Goreti Pezatti</i>	153

Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas: pontos de contato e de contraste <i>Renata Margarido</i>	168
Estratégias de relativização nas variedades lusófonas <i>Roberto Gomes Camacho e Eli Nazareth Bechara</i>	183
Uma tipologia da oração condicional segundo a Gramática Discursivo Funcional <i>Táisa Peres de Oliveira e Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale</i>	196
GRAMÁTICA GERATIVA	
O quantificador todos no português brasileiro: ordem e padrões de concordância <i>Adeilson Pinheiro Sedrins</i>	207
Predicados reflexivos e compartilhamento de traços <i>Dorothy Bezerra Silva de Brito</i>	220
Sobre a estrutura interna das <i>small clauses</i> livres do português brasileiro <i>Marcelo Amorim Sibaldo</i>	231
LEXICOLOGIA E LEXICOGRAFIA	
As metáforas eróticas de Carlos Drummond de Andrade <i>Elis de Almeida Cardoso</i>	241
Hip Hop na aula de FLE: aprendendo e ensinando o léxico não-padrão <i>Helena Yuriko Sakano Fernandes e Maria Cristina Parreira da Silva</i>	251
As classes de objeto na construção das equivalências Francês-Português: o verbo na culinária <i>Renata Maria Odorissio</i>	265
LÍNGUAS INDÍGENAS E AFRICANAS	
Apontamentos fonológicos sobre as listas de palavras guató (Macro-jê) <i>Adriana Viana Postigo</i>	275
A lista de palavras Cayapó do Sul anotada por Nehring <i>Eduardo Alves Vasconcelos</i>	290
A posição do verbo independente nas línguas karíb: questões diacrônicas e tipológicas <i>Frantome Bezerra Pacheco</i>	304
Consoantes com dupla articulação e <i>onsets</i> complexos nas línguas crioulas do Golfo da Guiné <i>Gabriel Antunes de Araujo</i>	316
As expressões de localização, origem e destino de um percurso: possíveis implicações na descrição de duas línguas indígenas brasileiras e uma língua africana do grupo banto <i>Paulo Jeferson Pilar Araújo e Ivan Rocha</i>	326
Algumas considerações sobre modo e modalidade na língua Kaingang Sul (Jê) <i>Solange Aparecida Gonçalves</i>	338

O estatuto das partículas {te} e {my} da língua indígena Pykobjê-Gavião <i>Talita Rodrigues da Silva</i>	351
MORFOLOGIA	
Diminutivo em português brasileiro: sufixação ou infixação? <i>Maximiliano Guimarães e Gesoel Mendes</i>	364
SEMÂNTICA	
Uma proposta de distinção semântica para os intensificadores 'muito' e 'bem' <i>Ana Paula Quadros Gomes</i>	379
Quantificação adverbial: operações de frequência e de grau <i>Luciana Sanchez Mendes</i>	395
SINTAXE	
Subjetividade no processo de subordinação substantiva: a expressão da evidencialidade <i>Ana Carolina Sperança</i>	406
Sintaxe das resultativas adjetivais no alemão: 'contra exemplos' e os dados do PB <i>Andrea Knöpfler</i>	420
Realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em cartas de ilustres do século XIX <i>Carolina de La Vega Soledade</i>	434
Sujeito posposto em <i>small clauses</i> : a mudança de tessitura <i>Karina Zendron da Cunha</i>	445
Tentativa de fixar uma tipologia sintática para as sentenças correlatas <i>Marcelo Módolo</i>	459

APRESENTAÇÃO do vol. 40 (2011)

A presente edição da Revista *Estudos Linguísticos* consolida formulação proposta nos volumes precedentes, assegurando assim a continuidade do projeto de uma Revista ampla com grande qualidade de seus artigos.

Para o presente volume, foram submetidos 221 artigos, dos quais 150 tiveram sua publicação aprovada pelos pareceristas. Todos os artigos são provenientes de comunicações apresentadas durante o 58º Seminário do GEL (2010), realizado na Universidade Federal de São Carlos. Além disso, são publicados cinco artigos originados de conferências e intervenções em mesas redondas daquela edição do Seminário do GEL, completando assim um total de 155 trabalhos. Os artigos estão distribuídos nos três números que compõem o presente volume, que correspondem aos três eixos temáticos definidos nos volumes precedentes, a saber, “Descrição e Análise Linguística”; “Linguística: Interfaces” e “Análise do Texto e do Discurso”. A Comissão Editorial gostaria de manifestar seu agradecimento aos autores e aos pareceristas, que contribuíram para que esta publicação fosse possível. Nesse sentido, uma página de reconhecimento aos nossos pareceristas é publicada de agora em diante, nomeando todos os que doaram seu tempo e esforço para que a avaliação dos artigos do presente volume fosse a mais criteriosa possível.

Os trabalhos publicados refletem a grande diversidade das pesquisas produzidas nos domínios da linguagem, não somente no Estado de São Paulo, como em todo o território brasileiro.

Oto Araújo Vale
Presidente da Comissão Editorial

As várias maneiras de se dizer *não*: um estudo introdutório das negativas no filme animado *Shrek* (2001)

(Different ways for saying *no*: an introductory study on the negative utterances in the animated movie *Shrek* - 2001)

Maíra Sueco Maegava Córdoba¹

¹ Faculdade de Ciências e Letras - Universidade Estadual Paulista (UNESP)

mcordula@gmail.com

Abstract: This paper aims at investigating the relationship between prosody and meaning. It presents an analysis of the variation in pitch in utterances featuring the word *no* in a *corpus* that consists of 5 minutes of recorded material from the animated movie *Shrek* (2001), dubbed in Brazilian Portuguese. The acoustic analysis shows that the prosodic elements in speech can show different meanings in each production of the same word, *no*. It was noticed that the choices in the production of intensity, length and pitch contours may convey different pragmatic meanings that go beyond the meaning of the lexical item chosen by the speakers.

Keywords: intonation; pragmatics; semantics.

Resumo: O presente trabalho apresenta uma análise da variação melódica de negativas, produzidas com a palavra “não”, com o objetivo de investigar a relação entre a prosódia e os sentidos dos enunciados. O *corpus* compreende um trecho de cinco minutos de gravação do filme animado *Shrek* (2001), versão dublada em Português Brasileiro. A análise acústica desenvolvida neste trabalho nos mostra que elementos prosódicos trabalham no enunciado provocando variação de nuances de significação até para uma mesma palavra, no caso, o advérbio de negação *não*. Foi possível notar que escolhas na produção da intensidade, da duração e da curva melódica dos enunciados podem carrear sentidos pragmáticos além do significado dos vocábulos escolhidos pelos falantes.

Palavras-chave: entoação; pragmática; semântica.

Introdução

O presente trabalho busca apresentar a relação entre a prosódia e os sentidos dos enunciados, observando as falas de um pequeno trecho do filme *Shrek* (2001). Vale considerar que o elemento prosódico da entoação exerce funções semânticas (conotações, subentendidos) e pragmáticas (atitudes do falante) não exercidas por outros elementos, como tom e tessitura no Português Brasileiro (cf. CAGLIARI, 1992). Dessa forma, a análise deste trabalho concentra-se no estudo da entoação.

Considerando que o objetivo é relacionar um elemento linguístico e seus sentidos, é muito importante especificar o contexto do enunciado. Em busca de uma análise mais acurada dos significados semânticos e pragmáticos dos enunciados, selecionamos uma gravação em que os sentidos são exacerbados, o desenho animado. Escolhemos o filme *Shrek* (2001) e recortamos um trecho de cinco minutos de todo o filme. Após tal recorte, selecionamos uma única palavra recorrente no trecho selecionado: “não”. Essa palavra aparece diversas vezes e, em cada momento, está plena de nuances de significação diferenciadas. Massini-Cagliari e Cagliari (2006, p. 118), ao comentarem sobre a função de atitude do falante desempenhada pela entoação, afirmam “[...] um enunciado pode

revelar *alegria, tristeza, raiva, dúvida, incerteza, escárnio, zombaria, etc.*”; sendo assim, buscamos relacionar cada um dos enunciados da palavra isolada “não” no *corpus* selecionado a seus significados semânticos e pragmáticos dentro do universo do filme analisado.

Com o intuito de relacionar os padrões entoacionais a seus possíveis sentidos foi feita uma descrição acústica de alguns elementos prosódicos, a saber: duração, intensidade e altura melódica. Ressalta-se aqui que há diferentes padrões entoacionais que servem para um mesmo resultado no uso da língua, portanto nossa análise partirá da descrição fonético-fonológica, uma vez que “[...] é mais fácil interpretar fatos concretos para se saber qual função linguística os elementos supra-segmentais prosódicos têm do que partir de um significado ou função e predizer qual deverá ser sua realização na fala” (CAGLIARI, 1992, p. 138). A descrição fonológica foi realizada seguindo os parâmetros propostos por Halliday (1970) e utilizados para a descrição do Português Brasileiro por Cagliari (2007).

Metodologia

Para atingir nosso objetivo neste trabalho, escolhemos fazer um recorte do *corpus* optando pela análise da palavra *não* isoladamente em alguns enunciados. Extraímos a palavra e, então, observamos e marcamos sua duração, intensidade, tom e altura com o auxílio do programa Praat¹ (v. 5.1.07). Além disso, realizamos a transcrição ortográfica e fonética.

O *corpus* compreende um trecho de cinco minutos de gravação do filme animado *Shrek* (2001), versão dublada em Português Brasileiro, o qual apresenta maior tempo de fala, menor tempo de música e menos ruído (fundo musical). Os filmes animados são gravados em estúdio, o que permite uma abordagem acústica mais acurada do material, além de suas falas serem produzidas, geralmente, de forma exacerbada, o que proporciona uma relação mais clara entre a entoação e a semântica.

As vozes que se encontram no trecho são todas masculinas e pertencem a quatro personagens: Lorde Farquaad, o Guarda, Shrek e o Burro. O personagem principal do filme é Shrek, um ogro solitário, que tem sua rotina modificada quando o Lorde Farquaad ameaça as criaturas de conto de fada, que se refugiam no pântano do ogro. Dessa maneira, Shrek perde sua tranquila solidão. No trecho selecionado, o personagem Shrek sai em busca da recuperação do seu pântano, acompanhado do Burro. Nessa aventura, encontra o Lorde Farquaad, que lhe oferece seu pântano de volta em troca da princesa Fiona, que o ogro deveria resgatar. Ao iniciar a busca pela princesa, o ogro tenta explicar ao Burro sua natureza, o que gera uma discussão com a presença de vários enunciados com a palavra *não*, carregada de diferentes sentidos pragmáticos. Dessa forma, selecionamos somente alguns enunciados com a palavra *não*, que foram considerados exemplares para este trabalho.

Aos 26.91 segundos do trecho, encontramos a resposta negativa do personagem Lorde Farquaad, doravante chamado não1: *Não.*; em um outro trecho localizado aos 129.19 segundos, temos o não2, que aparece em oposição ao enunciado afirmativo anterior: *Sim. Não!* O não3, localizado aos 130.50 segundos é uma resposta negativa do personagem Shrek: *Não!* Em seguida, trabalhamos com o não4, localizado aos 134.75 segundos, uma resposta negativa que inicia um enunciado explicativo: *Não, camadas!* Finalizando, aos 174.15 segundos, o não5 é uma resposta irritada do personagem Shrek devido à insistência do personagem Burro: *Não!*

¹ BOERSMA, P.; WEENIK, D. *Praat: doing phonetics by computer*, versão 5.1.07. [programa de computador]. Disponível em <http://www.praat.org/>. Acesso em: 22 abr. 2009.

Quadro 1. Lista de enunciados analisados no trecho escolhido

Não1	26,91 s	GUARDA: Devo dar a ordem, senhor? LORDE FARQUAAD: Não . Tenho uma ideia melhor.
Não2	129,19 s	BURRO: Uhm, fedem? SHREK: Sim. Não!
Não3	130,50 s	BURRO: Fazem você chorar? SHREK: Não!
Não4	134,75 s	BURRO: Ah, deixa eles no sol, eles ficam marrons e soltam aqueles cabelinhos. SHREK: Não , camadas!
Não5	174,15 s	BURRO: Pavê é delicioso. SHREK: Não! Sua besta ambulante de irritação constante!

É importante notar que a análise acústica empreendida neste trabalho utiliza certos parâmetros para um melhor aproveitamento dos resultados da análise do programa. Em primeiro lugar, os enunciados foram recortados em janelas de um mínimo de 0,5 a 1 segundo. Apesar de o texto oral em questão se constituir de vozes masculinas, o tom é bastante elevado, a análise configurou-se correta considerando a variação da altura melódica marcada entre 75Hz e 400Hz na maioria dos enunciados selecionados. A intensidade é notada entre 50 e 100 decibéis e a duração, em milissegundos. Em virtude de alguma dificuldade de leitura dos sinais acústicos feita pelo programa escolhido, devido à presença de alguns ruídos, nossa análise acústica está aliada a uma análise auditiva do mesmo *corpus*.

Além da análise acústica, procedeu-se a uma descrição da entoação do trecho escolhido seguindo os princípios de Halliday (1970). Esse modelo teórico permite agrupar em uma mesma análise questões de ritmo, entoação, semântica e pragmática. A base está nos seguintes pilares: tonicidade (*tonicity*), tonalidade (*tonality*) e tom (*tone*). (HALLIDAY, 1963, p. 112). Na presente análise, o elemento mais importante é o tom, pois os enunciados são compostos de apenas uma palavra, não permitindo a análise dos outros aspectos. Vale destacar que os inúmeros tons de uma língua natural podem ser reduzidos a um grupo pequeno de tons (HALLIDAY, 1970, p. 7). Cagliari (2007) distinguiu 6 tons primários distintos para o Português Brasileiro.

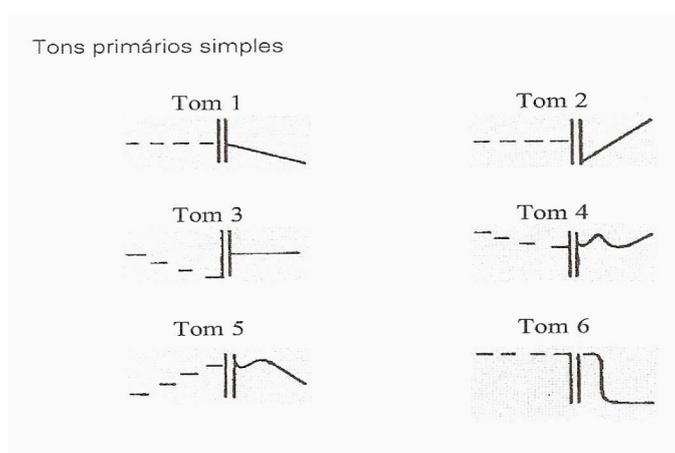


Figura 1. Tons primários simples do Português Brasileiro (CAGLIARI, 2007, p. 189-190)

O Tom 1 é o tom preferencial para as declarativas; o Tom 2, o mais escolhido para interrogativas sem o uso de palavras interrogativas; o Tom 3 é marcadamente um tom suspensivo, indicando que o falante quer continuar a falar; o Tom 4 é muito usado para expressar surpresa; o Tom 5 é reconhecido como uma fala categórica e o Tom 6 é muito utilizado em chamados.

É preciso destacar que esses são apenas alguns usos desses tons primários distintivos, há que se considerar ainda os tons secundários e as diferentes variações para cada tom. O escopo deste trabalho não permite um aprofundamento desse assunto, mas as considerações sobre os tons usados no *corpus* escolhido e suas variações serão mencionadas na seção de análise.

Análise dos dados

O primeiro enunciado selecionado é a fala do Lorde Farquaad direcionada ao soldado que pede a confirmação de ordem para prender o ogro. O Lorde vê a oportunidade de utilizar Shrek para seus planos de se tornar rei e nega o pedido do soldado (cf. quadro 1). A negação é feita calmamente para que os súditos não percebam a armação do Lorde Farquaad. O enunciado tem a duração de 218 milissegundos e uma tessitura baixa, já que parte do enunciado não é perceptível ao programa Praat, que foi programado para perceber a altura mínima de 75 Hz. Note-se, na Figura 1, que a parte vocálica da palavra *não* não apresenta contorno entoacional, sendo assim, podemos entender que sua altura está abaixo dos 75Hz. Vale lembrar ainda que a variação da altura melódica é coerente com uma declaração em português, iniciando em uma altura mais alta, a saber: 238,6Hz, e terminando em uma altura baixa, abaixo dos 75 Hz, seguindo uma linha decrescente, como pode ser observado na Figura 1. Esse modelo de entoação é apresentado por Cagliari (2007, p. 187) como exemplo da afirmação de um fato.

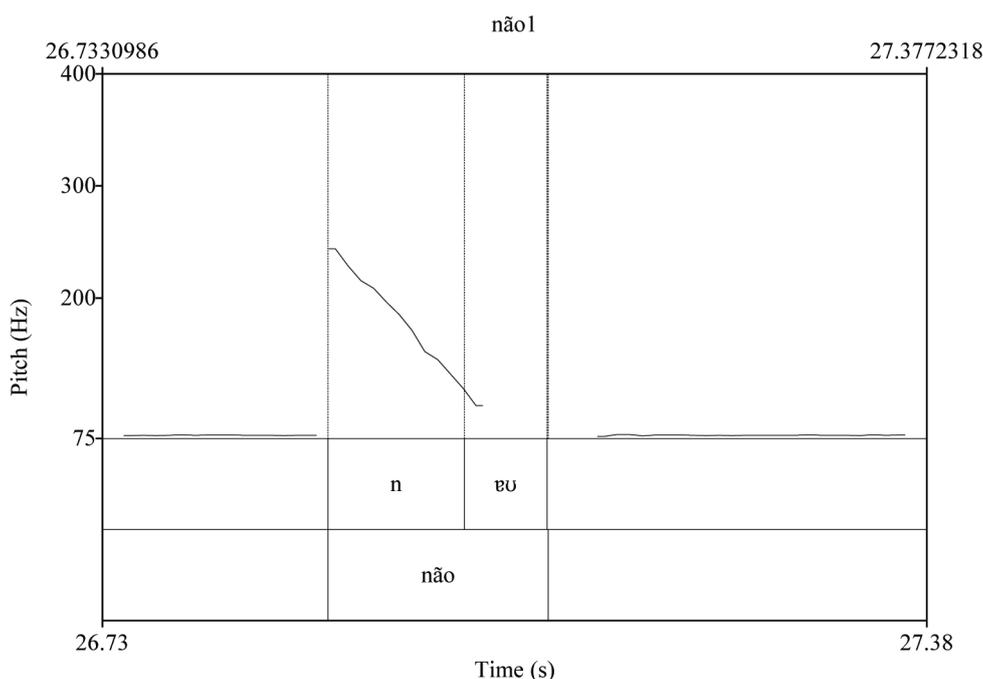


Figura 2: Curva entoacional do *corpus*: não1

O segundo enunciado é uma resposta enfática, pois deve suplantar a primeira resposta afirmativa dada pelo personagem Shrek sem pensar muito. Ao perceber que a resposta correta é negativa, ele diz a palavra *não* com mais ênfase. Tal ênfase é notada pelas características prosódicas desse enunciado, a saber: duração longa, 398 ms, intensidade alta e variação melódica diferenciada do modelo de uma simples afirmação, como pode ser visto na Figura 2. Vale ressaltar que a intensidade mais alta do enunciado *sim* foi de 67,5 db, enquanto que o enunciado *não* ficou na casa dos 70 decibéis durante todo o enunciado. Ainda é importante notar a diferença de contorno entoacional entre o primeiro enunciado e este. No primeiro, há uma linha decrescente da altura melódica e, neste, há uma variação em forma de curva, que começa baixa e atinge seu pico no meio do enunciado, no meio da produção vocálica, e depois descende. A variação melódica desse enunciado inicia-se em 147,9Hz, atinge sua altura máxima em 346Hz e termina em 186,7Hz. Essa variação melódica permite a expressão da exclamação com reforço da negativa emitida (CAGLIARI, 2007, p. 183).

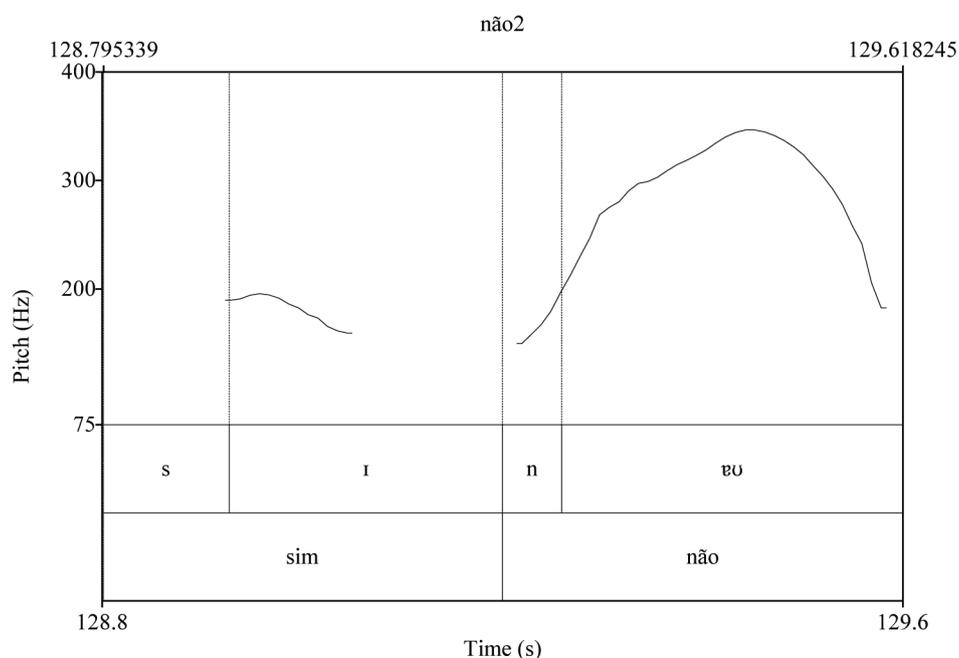


Figura 3. Contorno entoacional do enunciado *não2*

O próximo *não* analisado é uma resposta negativa à pergunta do Burro, mas, dessa vez, não há a ênfase de contraste do *não* anterior. Notamos que há uma curva entoacional com uma leve ascendência que se inicia em 195Hz, atinge o máximo de altura em 285hz e descende lentamente até 92Hz. A duração desse enunciado é de 573ms, podendo ser considerada longa. A intensidade se mantém em 68 db, o que caracteriza uma fala em volume baixo. Nesse trecho, o personagem Shrek não faz a negativa com ênfase, mas mostra-se mais compreensivo e em volume baixo e responde com calma, por isso a longa duração do enunciado. A curva entoacional demonstra uma exclamação com certa surpresa e os outros elementos prosódicos nos levam à compreensão de um enunciado mais neutro do que o anterior. Ainda configura-se um tom 5 designando uma declarativa, mas com os aspectos anteriormente mencionados corroborando o sentido do enunciado.

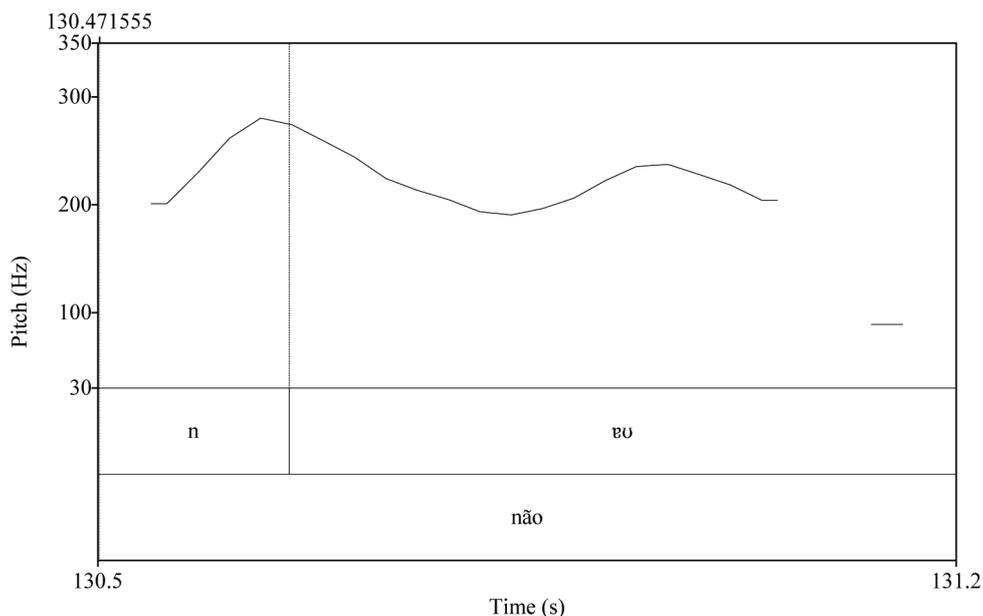


Figura 4. Contorno entoacional do enunciado *não3*

O próximo trecho a ser analisado é também uma negativa ao questionamento do Burro. É uma resposta também longa, de 597 ms, demonstrando calma na fala; a curva entoacional segue o mesmo modelo do *não2* e do *não3*, a altura melódica inicia-se em 177Hz, sobe até 270.4 Hz e descende até 85Hz. A intensidade também segue o mesmo padrão do *não* anterior e fica na casa dos 67db. O sentido expresso pela palavra *não*, enunciada nesse momento, apresenta a negação aliada à calma de expressão e certa surpresa com relação à pergunta feita. A curva descendente na vogal caracteriza um tom 5 de declarativa, mais uma vez.

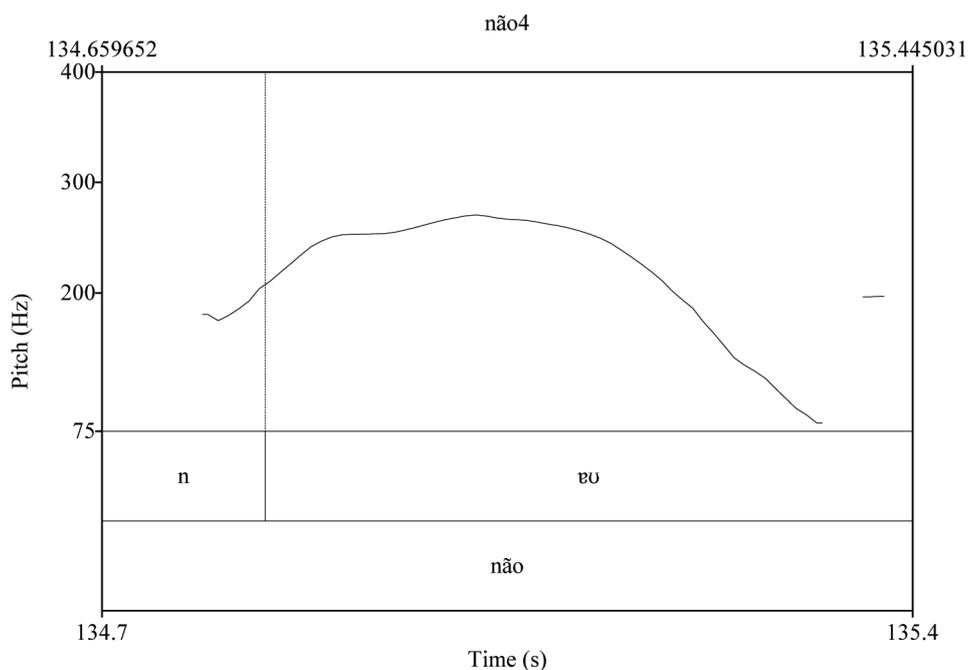


Figura 5. Contorno entoacional do enunciado *não4*

O último enunciado a ser analisado tem a duração mais longa de todos: 816ms, sendo que a parte vocálica tem duração de 736ms, também maior do que a duração de cada enunciado inteiro da palavra *não* como grupo tonal selecionado neste trabalho. Há ainda um diferencial com relação à intensidade: ela é constante durante quase todo o enunciado entre 70 e 73db, é uma fala em volume alto. A curva entoacional é semelhante à dos três enunciados anteriores, iniciando em 196,2Hz, com uma leve ascendência até 351Hz, onde começa a parte descendente da curva, mas há uma constante na casa dos 350Hz e a altura melódica só vai começar a cair após 617 ms de fala, chegando até os 170Hz. Essa longa duração em volume e altura melódica alta marca uma agressividade ao enunciado, mostrando a irritabilidade do personagem Shrek às insistentes perguntas do Burro. O tom 5 marca a declaração do enunciado que, aliada aos elementos de duração e intensidade, acrescentam os sentidos de irritabilidade e agressividade ao enunciado.

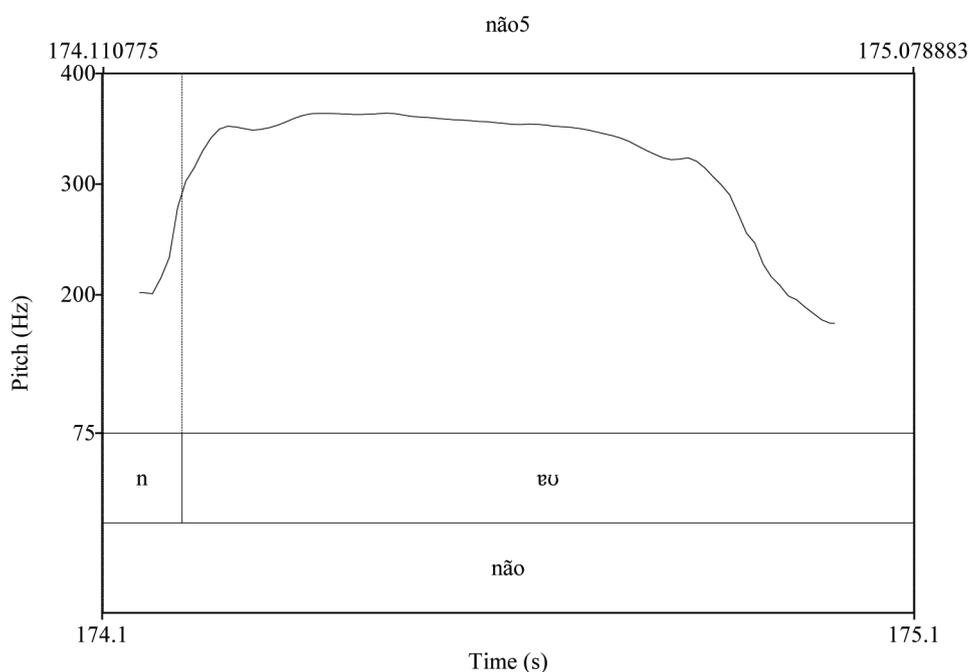


Figura 6. Contorno entoacional do *não5*

Após a análise acústica de cinco enunciados com a palavra *não* isolada, pode-se notar que há variações de significação expressas pela variação de elementos prosódicos.

Algumas funções desempenhadas pelo tom na fala já foram sistematizadas por foneticistas, por exemplo, por Cagliari (2007). A partir da sistematização elaborada pelo autor citado, apresentamos um quadro em que consta a relação entre alguns dos seus significados sintáticos e semânticos. A correlação está apresentada no Quadro 2.²

² Vale destacar que, além dos tons primários, há também tons compostos; por exemplo, 13, lê-se Tom Um Três, pois equivale ao Tom Um mais o Tom Três sem a presença da pretônica entre os dois tons.

Quadro 2. Adaptação de algumas funções da fala expressas por tons em Cagliari (2007, p. 180-184)

Tom	Função sintática	Função semântica
1	Declarativa	Neutra
	Interrogativa com palavra interrogativa	Neutra
	Interrogativa sem palavra interrogativa	Vigorosa, imponente
	Declarativa-interrogativa	Observação ou dedução
	Ordem positiva	Neutra
	Ordem negativa	Neutra
	Ordem negativa	Forte, vigorosa
	Resposta favorável, confirmando o que foi perguntado	Resposta neutra
	Resposta desfavorável, negando a expectativa do que foi perguntado	Resposta neutra
	Exclamações	Neutra
	Chamados	Ordem, notificação
2	Interrogativa sem palavra interrogativa	Neutra
	Exclamação	Pedido de confirmação, reconsideração
	Chamado	Investigação, censura fraca
3	Declarativa	Com reserva
	Declarativa	Acessão a pedido
	Interrogativa com palavra interrogativa	Respeitosa
	Declarativa-interrogativa	Pedido de confirmação
	Ordem negativa	Respeitosa, polida
	Ordem negativa	Apelo, persuasão
	Resposta favorável, confirmando o que foi perguntado	Resposta de confirmação, reassegurança
	Resposta desfavorável, negando a expectativa do que foi perguntado	Resposta incisiva, reassegurança da negativa
	Chamado	Pedido de atenção
4	Declarativa	Opinião pessoal
	Interrogativa com palavra interrogativa	Surpresa
	Ordem positiva	Concedendo, comprometendo-se
	Chamado	Ameaçador
5	Declarativa	Alegação
	Declarativa	Catagórica
	Exclamação	Entusiasmo, reforço, surpresa
	Chamado	Censura forte
11	Declarativa-interrogativa com “não é?”, “viu?”, “ta?”, etc.	Acusação, crítica
12	Declarativa-interrogativa com “não é?”, “viu?”, “ta?”, etc.	Neutra
21	Interrogativa múltipla	Alternativas
22	Interrogativa múltipla	Enumeração
13	Ordem positiva	Apelo, persuasão
	Ordem negativa	Apelo, persuasão

Podemos traçar uma relação entre os dados acústicos extraídos dos enunciados selecionados e seus sentidos sintáticos e semântico/pragmáticos. Relacionamos os enunciados analisados e selecionamos os sentidos possíveis dentro do seu contexto de produção, levando em consideração o tom. Depois alinhamos os dados acústicos, o que pode ser observado na Tabela 2.

Quadro 3. Dados acústicos e sentidos dos enunciados *não1* a *não5*

Enunciado	Tom	Duração	Altura Mín.	Altura Máx.	Intensidade	Sentidos
Não1	1	218ms	104,2Hz	244,8Hz	62db	Declarativa neutra
Não2	5	398 ms	149,9Hz	346,7Hz	69db	Exclamação com reforço
Não3	5	573ms	88,8Hz	281,2Hz	64 db	Exclamação com surpresa
Não4	5	597 ms	82,6Hz	270,6 Hz	64db	Declarativa categórica
Não5	5	816ms	174,1Hz	447,0Hz	69db	Ordem, tom ameaçador

Considerando o *não1* apresentado como uma declarativa neutra, pudemos traçar no quadro 3 as características prosódicas dos enunciados considerados a partir dos dados numéricos acústicos, e, portanto, relacioná-las a sentidos pragmáticos e semânticos dos enunciados em questão.

Quadro 4. Características prosódicas e sentidos sintáticos, semânticos e pragmáticos dos enunciados *não1* a *não5*

Enunciado	Tom	Características prosódicas	Sentidos
Não1	1		Declarativa neutra
Não2	5	Duração mais longa, intensidade maior, tessitura alta	Exclamação com reforço
Não3	5	Tessitura baixa, leve variação	Exclamação com surpresa
Não4	5	Tessitura baixa	Declarativa categórica
Não5	5	Duração super longa, grande variação de altura melódica, volume alto	Ordem, tom ameaçador

Pode-se concluir que o *não1* apresenta-se como a afirmação de um fato com um contorno entoacional no sentido descendente, já os outros enunciados apresentaram um contorno entoacional curvilíneo com uma leve ascendência inicial e depois a descendência final, caracterizando um tom 5. Houve diferença na intensidade e na duração das falas que carregaram diferenças na significação, desde calma e compreensão a irritabilidade e impaciência. Todos os enunciados, porém, se caracterizaram por uma descendência de altura melódica, alguns de um tom bem alto a baixo, outros de um tom médio a baixo, mas todos descendentes com uma leve ascendência inicial, caracterizando o mesmo tom para os enunciados *não2*, *não3*, *não4* e *não5*.

A diferença de sentidos dos enunciados *não2* a *não4* se deu a partir de diferentes características prosódicas com relação à duração, à intensidade e à amplitude da altura melódica. Nota-se que o reforço de uma declarativa ou um excessivo reforço da afirmação a ponto de ela ser percebida como uma ordem é marcada pela presença de uma grande

amplitude da altura melódica, ou seja, de um pico de altura bem alto em comparação com os outros enunciados do falante. Outra característica relevante desses dois enunciados foi o aumento de intensidade em comparação com os demais. Notamos que a duração corrobora com os outros elementos prosódicos, mas pode enfatizar tanto a calma como a irritabilidade do falante, pois, como pôde ser percebido nos dados apresentados, o aumento de duração não está diretamente ligado à presença de irritabilidade no falante. Em outras palavras, nos enunciados *não2* a *não5*, a variação de amplitude da altura melódica é que marcou a diferença entre os sentidos aventados.

Considerações finais

A análise acústica desenvolvida neste trabalho nos mostra que elementos prosódicos trabalham no enunciado provocando variação de nuances de significação até para uma mesma palavra, no caso, o advérbio de negação *não*. Foi possível notar que escolhas na produção da intensidade, da duração e da curva melódica dos enunciados podem carrear sentidos pragmáticos além do significado dos vocábulos escolhidos pelos falantes. Vale lembrar que o acesso ao contexto de produção dos enunciados permitido pelo *corpus* de filme animado foi muito importante para que se definissem funções semânticas e pragmáticas aos elementos prosódicos analisados. Assim, pôde-se verificar a importância da análise acústica e auditiva em uma análise fonético-fonológica de enunciados com vistas a compreender a relação entre a prosódia e seus significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOERSMA, P.; WEENIK, D. *Praat: doing phonetics by computer*, versão 5.1.07. [programa de computador]. Disponível em <http://www.praat.org/>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- CAGLIARI, L. C. *Elementos de fonética do Português Brasileiro*. São Paulo: Paulistana, 2007.
- _____. Prosódia: algumas funções dos supra-segmentos. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, n. 23, p. 137-151, jul./dez. 1992.
- HALLIDAY, M. A. K. *A course in spoken English: Intonation*. London: Oxford University Press, 1970.
- _____. The tones of English. In: JONES, W. E.; LAVER, J. (Eds.) *Phonetics in Linguistics: a book of readings*. London: Longman, 1963. p. 103-126.
- MASSINI-CAGLIARI, G; CAGLIARI, L.C. Fonética. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A.C. (Orgs.) *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, vol. 1. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 105-142.
- SHREK*. Direção: Andrew Adamson e Vicky Jenson. Produção: Aron Warner, John Williams e Jeffrey Katzenberg. Los Angeles: Dreamworks Picture, 2001. 1 DVD (93 min), color.

Haplologia na formação de palavras das Cantigas de Santa Maria

(Haplology in the word formation of the Cantigas de Santa Maria)

Natália Cristine Prado¹

¹Faculdade de Ciências e Letras (FCLAr/UNESP-Araraquara)

natalia_cristine_prado@yahoo.com.br

Abstract: This research aims to present and discuss the haplology process that occurs in word formation involving the suffix *-çon* in Archaic Portuguese (AP). In the analysis of the data, we note that OCP is one of the factors that play a role in the cases making syllables with the feature [+ coronal] on the onset not be adjacent syllables in the formation of derivatives with *-çon*. We further note that the syllable which is deleted is a light and unstressed CV, while the suffix is a complex and heavy syllable and therefore it receives the main stress. At the same time, the morphological suffix carries the information needed to create a new word, and it is essential for the creation.

Keywords: haplology; word formation; Archaic Portuguese; phonological processes.

Resumo: Esta pesquisa visa a apresentar e discutir o processo de haplologia que ocorre na formação de palavras que envolvem o sufixo *-çon* em Português Arcaico (PA). Na análise dos dados, notamos que o OCP é um dos fatores que atuam nos casos encontrados fazendo com que sílabas com o traço [+ coronal] no onset não fiquem adjacentes na formação dos derivados em *-çon*. Observamos ainda que a sílaba eliminada é leve, átona e do tipo CV, enquanto o sufixo é uma sílaba complexa e pesada e, portanto, recebe o acento principal. Ao mesmo tempo, o sufixo carrega as informações morfológicas necessárias para criar uma nova palavra, o que o torna primordial na estrutura da palavra que está sendo criada.

Palavras-chave: haplologia; formação de palavras; português arcaico; processos fonológicos.

Introdução

O objetivo deste estudo é observar o fenômeno da haplologia desencadeado pela formação de nomes deverbais envolvendo o sufixo *-çon* em Português Arcaico (doravante PA). A haplologia é um tipo de processo fonológico (também conhecido como processo morfofonológico) que altera a forma dos morfemas. Desta maneira, dizemos que, “quando uma forma básica lexical serve de motivação para uma regra fonológica, acontece um processo morfofonológico” (CAGLIARI, 2002, p. 82). Este trabalho surge da necessidade de pesquisar processos morfofonológicos não tão estudados na formação de palavras do português na época medieval em uma análise que considera a interface Fonologia-Morfologia. Trata-se de um estudo histórico da língua portuguesa – o que configura uma abordagem conhecida como “sincronia no passado” (MATTOS e SILVA, 2006).

Desenvolvemos este trabalho utilizando como *corpus* de pesquisa as 420¹ Cantigas de Santa Maria (doravante CSM) do Rei Afonso X, o sábio. Como representantes legítimas do período arcaico, escolhemos as CSM porque elas são uma das fontes mais ricas do

¹ Não estamos contando as cantigas que se repetem – Mettmann (1986, p. 7 e 24; 1987, p. 356), Parkinson (1998, p. 179) e Bertolucci Pizzorusso (1993a, p. 142).

galego-português, em termos lexicais (cf. METTMANN, 1972, 1986, 1988, 1989) e, segundo Parkinson (1998, p. 179), um monumento literário e musical da mais elevada importância.

Massini-Cagliari (2005, p. 21) chama a atenção para o fato de que, durante muito tempo, as CSM foram “praticamente esquecidas como fonte primária do português (ou galego-português) medieval”. Um dos motivos principais para se desconsiderar as CSM como fonte legítima do PA advém do fato de que muitos estudiosos acreditam que Afonso X não era falante de galego-português, mas sim, do castelhano. Assim, “a questão que daí surgia era a seguinte: é legítimo considerar o produto de castelhanos (?) escrevendo em galego-português como uma manifestação ancestral do Português?” (MASSINI-CAGLIARI, 2005, p. 21). Entretanto, alguns estudiosos vêm levantando hipóteses de que o Rei Sábio possa ter sido falante nativo de galego-português. Peña (1973, p. XIX), por exemplo, acredita que a escrita de uma obra tão grandiosa como as CSM por Afonso X não seria um fato “*tan estraño si tenemos en cuenta que mui probablemente el rey fue criado en Galicia*”. Já Filgueira Valverde (1985, p. XIV) garante que Afonso X viveu nove anos na Galiza durante a infância: de 1223 a 1231, justamente na fase de aquisição da língua materna (dos dois aos onze anos).

Dessa forma, mesmo que o rei seja também falante nativo de castelhano e que esta língua possa trazer interferência “no galego-português do texto, principalmente se a Cantiga é da lavra do próprio Rei” (LEÃO, 2002, p. 3), podemos considerar que Afonso X, o sábio, tinha um profundo conhecimento do galego-português, por conta da sua educação como monarca e do período que passou na Galiza durante a infância. Assim, ele pode ter optado por escrever as CSM nessa língua considerada na época “o verdadeiro idioma literário; tão manejado pelo rei Dom Afonso e por tantos outros poetas dos Cancioneiros” (LEÃO, 2007, p. 21). Leão chama a atenção para a riqueza lexical das CSM:

do ponto de vista do léxico, as Cantigas apresentam uma riqueza imensa (como também, embora em menor grau, as cantigas de escárnio), pois não se limitam à tópica amorosa como as cantigas de amigo e de amor. Ao contrário, elas nos falam não só da vida religiosa, mas da vida em toda a sua complexidade, constituindo talvez o mais rico documento para o conhecimento da mentalidade, dos costumes, das doenças, das profissões, da prostituição, do jogo, dos hábitos monásticos, de todos os aspectos enfim do cotidiano medieval na Ibéria. (2007, p. 152-153)

Conseqüentemente, ao escrever uma obra de temática tão rica e complexa, com uma estrutura formal rígida, o rei sábio comprova sua proficiência (e a de seus possíveis colaboradores) no idioma, o que convalida as CSM como representantes legítimas da língua da Galiza.

A importância da nossa pesquisa reside, sobretudo, no fato de que praticamente não existem trabalhos sobre processos de formação de palavras em línguas antigas, como o PA. As gramáticas históricas, em geral, tratam pouco do assunto, priorizando a listagem dos afixos mais utilizados na formação de palavras. Dessa forma, como neste trabalho estamos interessados na formação de palavras, optamos pelo estudo dos processos de construção do léxico numa perspectiva gerativista. Portanto, partindo da perspectiva de que o léxico não é apenas um depósito de idiossincrasias, nosso estudo traz uma observação do fenômeno da haplogogia que ocorre na adjunção do sufixo *-çon*

às bases verbais, tendo em conta a constituição do léxico através de regras de formação de palavras em PA.

O conceito de haplologia

O conceito de haplologia é discutido em alguns trabalhos, sendo alvo de controvérsias. Para Camara Jr. (2004[1964], p. 134), a haplologia é um processo morfofonêmico que ocorre na composição ou derivação e que consiste na supressão de uma sílaba, exclusivamente entre duas sílabas iguais e contíguas, como nos casos das palavras *semínima*, em vez de **semimínima*, e *Candinha*, em vez de **Candidinha*. Ao contrário do que afirma Camara Jr. (2004[1964], p. 134), veremos adiante que trabalhos atuais sobre o PB mostram que a haplologia pode ser também sintática; além disso, alguns autores consideram que esse fenômeno pode ocorrer também entre sílabas com alguma semelhança e não necessariamente idênticas.

Segundo Crystal (2000, p.137), haplologia é um termo da fonologia que indica a “omissão de alguns dos sons que ocorrem em uma sequência de ARTICULAÇÕES semelhantes”. Como exemplo o autor cita as palavras *library*, pronunciada /laɪbrɪ/, segundo ele, e *tragicômico*, formada de *trágico* + *cômico*. Nesses casos, alguns dos sons suprimidos são semelhantes, como vemos nas sílabas <ra> e <ry> da palavra inglesa *library*, e/ou totalmente iguais como <co> e <co> de *trágico* e *cômico*.

Uma forma frequente de sistematizar esse fenômeno é através do Princípio do Contorno Obrigatório (doravante OCP), que proíbe elementos adjacentes idênticos num mesmo plano. Plag (1988, p. 199) lembra que, embora o tópico não seja novo, ainda não se sabe exatamente o que causa a haplologia:

morphological haplology is generally viewed as a dissimilatory process that interacts in some way with morphological structure. In spite of a long research tradition on this pervasive phenomenon, the exact nature of morphological haplology has remained obscure.

Segundo Plag (1998, p. 199), estudos recentes sobre haplologia morfológica descrevem o processo como sendo uma maneira de evitar materiais fonéticos ou fonológicos idênticos em palavras morfológicas complexas. O autor aponta também que

haplology, in one form or another, seems to occur in almost any language with enough morphology to create phonetically identical sequences. [...] Thus morphological haplology seems to be universal in some sense but language-specific and even affix-specific in another sense. [...] Another problem concerns the interaction of haplology with other phonological properties, e.g., prosodic structure. In particular, I will show below that haplology sometimes depends on the suprasegmental properties of the complex word in question, such as syllabic structure and stress. (PLAG, 1998, p.199-200)

Plag (1998) estudou línguas germânicas (como o inglês e o alemão), sob o viés da Teoria da Otimalidade (PRINCE, SMOLENSKY, 1993; MCCARTHY, PRINCE, 1993) – doravante TO – e propôs que a haplologia resulta de uma família de restrições universais que proíbem a repetição de elementos idênticos, isto é, restrições baseadas no OCP, que interagem com o componente morfológico e fonológico, apagando sequências parecidas. Além disso, o autor propõe a hipótese de que a haplologia ocorre a partir dessas restrições em interação

com outras restrições prosódicas e morfológicas relevantes para a categoria morfológica em questão. Para esse estudioso, o *ranking* de restrições pertinentes para a ocorrência da haplologia varia de acordo com línguas específicas. Alguns exemplos de haplologia que constam no trabalho de Plag (1998) se encontram esquematizados em (1), abaixo:

- (01) Inglês – sufixo *-ize*, formador de verbos: *Minimize*, em vez de **minimize* (“minimizar”)
(02) Alemão – sufixo *-in*, formador de feminino: *Bewunderin*, em vez de **Bewundererin* (“admirador”/“admiradora”)

O autor analisa esses e outros exemplos sob o viés da TO, e chega à conclusão de que as restrições da família do OCP são responsáveis pelos efeitos de haplologia morfológica encontrados. Portanto, para Plag (1998), é a interação do OCP com outros fatores típicos de cada língua e da situação morfológica específica de cada caso que explica, ao mesmo tempo, a universalidade e a variedade da haplologia.

De Lacy (1999, p. 1), que também observou o fenômeno a partir da TO, define a haplologia morfológica como sendo um processo em que “while there are two phonologically identical morphemes underlyingly, only one phonological string appears in the surface form”. Por exemplo, para formar o feminino singular em árabe, ocorre a adjunção do morfema *-ta* a um prefixo verbal, porém, quando esse prefixo também for terminado em *-ta*, apenas um dos morfemas se materializa na fala, como se pode observar no exemplo (2), abaixo, retirado de De Lacy (1999, p. 1):

- (03) *ta + ta + kassar* → *takassar* e não **tatakassar*

No entanto, De Lacy (1999), diferentemente do que propõe Plag (1998), acredita que esse fenômeno pode se tratar de um processo de coalescência, e não de apagamento de morfemas. Segundo Crystal (2000, p. 49), coalescência é “a união de unidades linguísticas que antes podiam ser distinguidas”, isto é, uma espécie de fusão de termos que antes estavam separados. De Lacy propõe que “haplology is coalescence. In other words, underlying phonological material of different morphemes merges in the output – there is no deletion” (1999, p. 2). Para o autor (DE LACY, 1999, p. 2), o que acontece na haplologia é a união de sons semelhantes desencadeada por qualquer restrição de marcação (chamada por ele de C, de “constraint”, em inglês), o que provoca a fusão desses sons no *output*. No exemplo (2) acima, a restrição **coronal* é relevante para <ta> e pode desencadear sua haplologia, mas **labial* não é. A proposta do autor é formalizada pela TO em hierarquias de restrições e tentativas de explicar qual é a mais importante através de *tableaux*. A diferença dessa abordagem é que o material fonológico de todos os morfemas está presente no *output*, enquanto na haplologia como apagamento, o material fonológico de um dos morfemas não está presente no *output*. O autor (DE LACY, 1999, p. 14) denomina OCP-generalizado a restrição que diretamente proíbe sequências idênticas de segmentos adjacentes. De acordo com ele, essa restrição e *UNIFORMITY*,² posicionadas acima de *MAX*,³ podem produzir haplologia como apagamento; já, posicionando OCP-generalizado e *MAX* acima de *UNIFORMITY*, produz-se haplologia como coalescência.

² Restrição que proíbe a coalescência, determinando que nenhum segmento de *output* corresponda a mais de um segmento de *input*.

³ Restrição que proíbe o apagamento, determinando que todo segmento do *input* corresponda a um segmento de *output*.

Para o autor, a haplologia é um processo de economia de estrutura que evita a violação de restrições e só ocorre se todas as especificações de traços subjacentes se mantiverem no *output*, o que, para ele, é uma exigência de identidade representada pela restrição IDENT-F, que garante que todos os traços do *input* sejam correspondentes aos do *output*. Continuando sua argumentação, De Lacy (1999) rejeita, ao longo de seu artigo, a visão clássica de que o OCP age provocando a queda da sílaba. Segundo ele, uma restrição como a OCP-generalizado, que bane sequências idênticas de segmentos, é desnecessária, pois ele considera que a haplologia ocorre não apenas entre sequências completamente idênticas, mas também entre unidades parcialmente idênticas. Dessa forma, para De Lacy, existe uma haplologia com identidade parcial, ou seja,

informally speaking, some features simply do not matter in partial-identity haplology. For Japanese and French, the feature [voice] is irrelevant in computing the identity of adjacent strings, while for Nisgha only [coronal] and [voice] (and perhaps [consonantal]) matter – all others are irrelevant. (1999, p. 14)

Um exemplo de haplologia na língua Nisgha (falada por uma tribo de aproximadamente 2000 pessoas, localizada na Columbia Britânica) acontece com a terceira pessoa do singular que é terminada em [t] e sofre queda se estiver adjacente com qualquer coronal desvozeada ([s], [t], ou [ʈ]), como a palavra /naks/ (“casar”):

(04) /naks/ + /t/ →[naks], em vez de *[nakst]

Na visão do autor, no francês, como o traço vozeado é irrelevante para o fenômeno ocorrer, um nome terminado em /is/ ou /iz/, como a palavra *analyse* /analiz/ (“análise”), sofre haplologia com o sufixo -iste /ist/:

(05) /analiz/ + /ist/ →[analist], em vez de *[analizist]

Concluindo, o autor (DE LACY, 1999, p. 35) afirma que a haplologia morfológica é um processo de coalescência que pode ser explicado pela hierarquia de restrições $MAX \rightarrow C \rightarrow UNIFORMITY$, em que C é qualquer restrição importante para a haplologia acontecer em determinado contexto. Essa conclusão do autor é bastante interessante porque representa que uma grande variedade de processos pode ser atestada, incluindo a haplologia de identidade parcial. Outro dado interessante é que não é necessário postular uma restrição OCP-generalizado que impede apenas sequências adjacentes idênticas, dando abertura para outros tipos de análises.

Com relação à haplologia no PB, existem alguns trabalhos que observam, de maneira geral, a haplologia no nível pós-lexical. Para Tenani (2002, p. 135), “os poucos estudos descritivos encontrados sobre o processo de haplologia no PB tratam das regras segmentais e da relação da aplicação do processo à velocidade de fala rápida e ao status informacional”. Para Tenani (2002, p. 137), “a haplologia é definida [...] como sendo um processo em que há a queda total de uma sílaba”. A autora (TENANI, 2002), ao longo de sua tese, tece uma discussão sobre a aplicação da haplologia nos domínios prosódicos entre as fronteiras

⁴ O autor considera o símbolo [ʈ] como representativo de uma coronal desvozeada (DE LACY, 1999, p. 22).

de ϕ^5 , I^6 e U^7 . Para esse estudo, produziu um corpus experimental em que controla as sílabas candidatas à haplologia nessas fronteiras. Após a análise dos dados, Tenani (2002, p. 116 e 119) conclui que “a haplologia se aplica entre todas as fronteiras prosódicas consideradas, inclusive entre *Us*” e que, “quanto mais alta a fronteira prosódica, menor é a ocorrência de haplologia”. A autora também controlou o acento das sílabas envolvidas no processo, entre frases fonológicas, e verificou que a haplologia é bloqueada apenas quando a primeira sílaba da sequência é acentuada; nos demais casos, o fenômeno ocorre.

Pavezi (2005, p. 751) considera a haplologia “como um processo fonológico no qual há a queda de uma sílaba quando há o encontro de duas sílabas semelhantes em fronteiras de palavras”. A autora (PAVEZI, 2005) observou dados do NURC-SP, focalizando a ocorrência da haplologia em contextos que envolvem o monomorfema *de* na variedade paulista do PB, e restringiu suas considerações aos fatores morfológicos. Com esse estudo, ela concluiu que, em contextos formados por monomorfema *de* + item lexical, como “de testes”, há o bloqueio da haplologia, que ocorre por uma motivação morfológica, enquanto que, em contextos formados por item lexical + monomorfema *de*, como “gos(to) de”, a haplologia não é bloqueada. Em outro estudo, a autora (PAVEZI, 2006) observou o contexto prosódico relevante para a aplicação da haplologia na variedade paulista do PB e, recuperando as conclusões de Tenani (2002), descreveu também a aplicação da haplologia entre as fronteiras dos domínios prosódicos definidos por Tenani (2002), porém em *corpora* de fala espontânea. Os resultados de Pavezi (2006) mostram que nenhuma das fronteiras prosódicas bloqueia a haplologia e, quanto mais alta é a fronteira prosódica, menor a tendência de ocorrer o processo.

Para Alkmim e Gomes (1982, p. 51), a haplologia acontece apenas “com as dentais, exceto a nasal, quando as sílabas envolvidas no processo forem ambas átonas e a primeira vogal tiver o traço [+alto]”, como se observa nos exemplos (06) abaixo (retirados de ALKMIM; GOMES, 1982, p. 48):

(06) Faculda(de) de letras; Cal(do) de cana

Leal (2006a, p. 44) também considera o fenômeno como a queda total de uma sílaba: “a haplologia é um tipo de redução em que há apagamento total de uma sílaba, se estiver adjacente a outra e se seus segmentos forem iguais ou semelhantes”. Em artigo, a autora, ao estudar o falar de Capivari, observou que

ao que concerne à haplologia, as consoantes plosivas dentais não são os únicos segmentos que estão compreendidos nesse processo fonológico, bem como as vogais não têm necessariamente o traço [+alto]. Os dados do falar de Capivari corroboram as características apontadas por Alkmim & Gomes (1982) de que as sílabas sujeitas à queda devem ser átonas, mas mostram que a proposta das autoras pode ser muito restrita para dar conta dos dados do falar capivariano. (LEAL, 2006b, p. 9)

Alguns exemplos de haplologia “atípica”, na terminologia de Leal (2006b), encontram-se nos exemplos (07), (08) e (09) abaixo:

⁵ ϕ é o símbolo para a representação de uma frase fonológica.

⁶ I é o símbolo para a representação de uma frase entoacional.

⁷ U é o símbolo para a representação de um enunciado fonológico.

- (07) na(da) de roubar
- (08) morei um po(*uco*) *com* a minha mãe
- (09) um mole(*que*) *com* outra

Para Leal (2006b, p.8), esses exemplos são atípicos, se comparados ao que Alkmim e Gomes encontraram em seu estudo: “houve haplologia cujos contextos consonantais possuem os traços [+coronal, -contínuo, -nasal], mas com sílaba CCV (para Alkmim & Gomes (1982), as sílabas sujeitas à queda devem ser CV)”. Isso indica que a haplologia pode acontecer com diferentes moldes silábicos. Leal (2006b) separa os casos em que ocorre a queda de uma sílaba cuja consoante do *onset* é diferente da consoante do *onset* da sílaba à sua direita e os chama de “redução silábica”. Contudo, a autora observa que, tanto na haplologia quanto na redução, a sílaba apagada é fraca, isto é, não possui o acento principal da palavra, permanecendo a sílaba forte. Observe os exemplos apontados por Leal (2006b, p. 7) como sendo redução silábica:

- (10) moran(*DO*) na rua; rouba(*VA*) boião de gás; eu qua(*SE*) morri

Observando os dados acima e considerando as conclusões de De Lacy (1999) e de Plag (1998), poderíamos nomear esses casos como haplologia de identidade parcial, já que as consoantes dos *onsets* das sílabas de cada caso partilham de traços semelhantes. Do mesmo modo, poderíamos considerar que alguns traços não são importantes para a ocorrência do fenômeno. Por exemplo, no caso de *rouba(va) boião* vemos que /b/ e /v/ só diferem nos traços [contínuo] e [estridente].

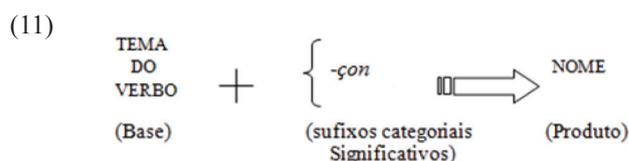
Leal (2006a, p. 98) considera que “pode haver ocorrência de haplologia com quaisquer segmentos, sem importar o traço sonoridade”, porém, apenas entre consoantes com alguns traços semelhantes (labial+labial; coronal+coronal e dorsal+dorsal), pois a autora mostra que o “contexto segmental formado por coronais /d/ e /t/ com variação em [sonoridade] foi produzido pelos informantes”.

Battisti (2004) estuda a haplologia sintática no PB falado no sul do país, através de entrevistas sociolinguísticas do *corpus* VARSUL, pelo aparato teórico da TO, e recupera a discussão de De Lacy (1999), observando mais uma vez se esse processo poderia ser encarado como um fenômeno de coalescência e não necessariamente de apagamento da sílaba. A autora lembra que, embora De Lacy (1999) considere que a haplologia morfológica é um processo de coalescência e sem OCP, ele afirma que uma análise que considera a restrição OCP-generalizado pode levar tanto a apagamento, como a coalescência. A partir de seus dados, a autora conclui que uma abordagem da haplologia sintática como coalescência só seria possível com fusão de sílabas iguais, mas, admitindo haplologia também entre sequências semelhantes, o fenômeno poderia ser concebido como apagamento ou coalescência. Battisti (2004, p. 37) resolve essa questão concluindo que, para o PB, o OCP é uma restrição importante para a ocorrência da haplologia e, por isso, ocupa posição privilegiada no *ranking* de restrições. Assim, a autora elimina a proposta de De Lacy (1999), que coloca o OCP abaixo de *MAX*, o que produziria a haplologia como coalescência. Essa conclusão da autora mostra que, independentemente do aparato teórico utilizado para a análise do fenômeno da haplologia, o OCP é importante para a análise desse processo no PB.

Como mostramos, a questão da haplologia é bastante complexa e vem sendo discutida por diferentes autores e de vários pontos de vista. Camara Jr. (2004[1964], p. 134) considera que a haplologia acontece apenas com sílabas iguais e adjacentes; já os trabalhos aqui apresentados consideram, na maioria das vezes, sílabas parecidas e que têm as mesmas consoantes ou ainda consoantes com alguns traços em comum. Além disso, observa-se que esse fenômeno pode ocorrer tanto na formação de palavras quanto no nível pós-lexical, em fronteiras de palavras e em demais momentos da hierarquia prosódica. É importante notar ainda, diante da diversidade do fenômeno, isto é, dos tipos de sílabas que são suprimidas e dos fatores que levam a essa ocorrência, que esse é ao mesmo tempo um fenômeno com características universais – por ocorrer em diferentes línguas e contextos – e particulares – por variar nos motivos que levam a essa ocorrência. Por fim, observa-se que a maioria dos autores considera que o OCP age condicionando a haplologia – sobretudo Battisti (2004) para o PB, que considera o OCP uma restrição importantíssima para a ocorrência desse processo, e Leal (2006a, p. 70): “pode-se dizer que o OCP é o princípio que rege a haplologia, pois proíbe segmentos consecutivos ou adjacentes que sejam idênticos”. Diante das análises da haplologia sintática no PB, observamos também que a atonicidade da sílaba suprimida parece ser um fator relevante no processo.

Análise dos casos de Haplologia envolvendo o sufixo *-çon* em PA

Primeiramente realizamos a coleta e a organização dos dados que seriam descritos e estudados. Como neste trabalho estamos realizando um estudo de um tipo de processo morfofonológico condicionado pela derivação sufixal, isto é, a anexação de um sufixo a uma base (ROCHA, 2003), o sufixo em questão deve estar inserido em uma regra, ou seja, uma relação de regularidade que se estabelece entre uma base e um produto. Assim, separamos os itens lexicais que se encaixam na seguinte Regra de Formação de palavras (RFP):



A partir do *corpus*, foram listadas 31 palavras terminadas em *-çon*, das quais 7 sofreram o processo de haplologia e 4 o processo de haplologia seguido de alomorfa do radical, totalizando, assim, 27% das palavras listadas. Diante desses dados, iniciamos nossos estudos de acordo com os modelos fonológicos não-lineares, sobretudo a fonologia lexical e a geometria de traços. Como podemos observar na tabela 1, os casos de haplologia ocorreram nos verbos da primeira, segunda e terceira conjugações:

Tabela 1. Casos de haplologia no PA separados por conjugação verbal

	<i>Ocorrências: sufixo -çon</i>	
	quantidade	%
1.ª Conjugação	2	28,5%
2.ª Conjugação	3	43%
3.ª Conjugação	2	28,5%
Total	7	100%

Através do Quadro (1), nota-se a interação entre regras morfológicas e fonológicas, no processo de adjunção do sufixo considerado.

Quadro (1). Análise de palavras que sofreram haplologia

Devoçon	Acenson	suggeçon	
[devota] _{base} [-soN] _{sufixo}	[aseNde] _{base} [-soN] _{sufixo}	[suʒeri] _{base} [-soN] _{sufixo}	forma de base
			léxico
			1º estrato:
devotasoN	aseNdesoN	suʒerisoN	justaposição
de.vo.ta.soN	a.seN.de.soN	su.ʒe.ri.soN	silabação
			2º estrato:
de.vo.ta.sóN ∪ ∪ ∪ —	a.seN.de.sóN ∪ — ∪ —	su.ʒe.ri.sóN ∪ ∪ ∪ —	acento principal (regra <i>default</i>)
de.vo.sóN	a.seN.sóN	su.ʒe.sóN	haplologia
			pós-léxico
[devo'sõ] ⁸	[asẽ'sõ]	[suʒe'sõ]	<i>output</i>

É importante, aqui, ressaltar o momento da silabação da palavra que está sendo criada, pois, através do quadro acima, notamos que a sílaba que sofre a queda no momento da derivação é uma sílaba leve e átona do tipo CV, enquanto que o sufixo é uma sílaba complexa (CVC) e pesada (pois tem a coda travada por consoante nasal) e, por isso, recebe o acento principal. Ao mesmo tempo, o sufixo carrega as informações morfológicas necessárias para criar um novo vocábulo, o que o torna primordial na estrutura da palavra que está sendo criada. Além disso, como a sílaba apagada na estrutura da palavra é átona, existe a possibilidade de que a haplologia aconteça depois da atribuição do acento. Como vimos nos trabalhos sobre haplologia sintática no PB, a atonicidade da sílaba é um fator recorrente nesse processo, dessa forma, pode ser importante também na ocorrência da haplologia morfológica. Segundo Massini-Cagliari (1999, p. 190), a atribuição do acento no PA acontece no segundo nível do léxico; neste caso, a haplologia aconteceria nesse mesmo nível.

Primeiramente, ocorre o estabelecimento do acento primário na sílaba do sufixo, que é pesada, e fica adjacente à sílaba leve do tema verbal. Assim, sílabas com consoantes que possuem segmentos parecidos ficam adjacentes. Por exemplo, na junção do sufixo *-çon* ao tema do verbo *devotar* ocorre a queda da sílaba <ta> por conta das consoantes /t/ oclusiva dental surda da sílaba e /s/ fricativa alveolar surda do sufixo possuírem traços semelhantes, ou seja, ambas têm o mesmo ponto de articulação, sendo anteriores, alveolares, e o mesmo valor quanto ao vozeamento, sendo ambas desvozeadas, porém têm modo de articulação diferentes, já que /t/ é oclusiva e /s/, fricativa. São, portanto, consoantes foneticamente semelhantes.

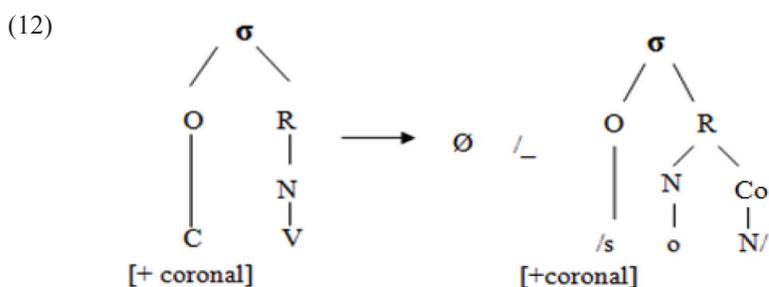
No caso da palavra *acenson*, observa-se a queda da sílaba <de> cuja consoante inicial /d/ possui vários traços comuns à consoante /s/ do sufixo *-çon*: ambas são alveolares

⁸ Provavelmente, na época medieval, ainda não havia processos de alongamento (ditongação) das vogais nasais como há atualmente em PB (por exemplo: /boN/ → [bõũ]), por isso, optou-se por transcrever a realização fonética da sequência vogal oral seguida de arquifonema nasal como uma vogal simples nasalizada.

e anteriores, portanto têm o mesmo ponto de articulação; no entanto, a consoante /s/ é desvozeada e fricativa, enquanto /d/ é vozeada e oclusiva. As semelhanças entre as consoantes favoreceram a queda do <de>.

Por fim, em *suggeçon*, temos mais uma vez a queda de uma sílaba (<ri>), cuja consoante /r/, vibrante alveolar sonora, possui traços semelhantes aos da consoante /s/, que também é alveolar, porém fricativa e surda.

Nota-se, observando os casos de haplologia encontrados (*entençar* – *entençon*; *prometer* – *promisson*, por exemplo), que o traço [+coronal] está sempre presente nas sílabas que são suprimidas na formação do derivado, assim como também está presente na consoante /s/ do sufixo. Portanto, concluímos que, também em PA, o OCP age proibindo a adjacência de sílabas com consoantes de configurações de traço parecidas – no entanto, apenas quando há um condicionamento morfológico: quando a consoante inicial da segunda sílaba faz parte de um sufixo específico. Assim, temos a seguinte regra geral para os processos de haplologia encontrados:



Os dados corroboram os dizeres de De Lacy (1999), de que alguns traços simplesmente não importam para a ocorrência da haplologia morfológica, e de Plag (1998), de que algumas propriedades como a estrutura silábica e o acento podem ser fatores envolvidos na haplologia. Observamos aqui que todas as sílabas que “caem” são do tipo CV e átonas, o que nos leva a concluir que esses fatores são importantes para os casos de haplologia encontrados. Além disso, pode-se dizer que o OCP também é uma restrição que age nesses casos, colaborando para que sílabas com o traço [+coronal], na consoante do *onset*, não fiquem adjacentes na formação dos derivados em –çon.

Além dos casos abordados, há palavras em que encontramos também a alomorfia da vogal do radical juntamente com a haplologia, como podemos ver no quadro (2):

Quadro (2). Análise de palavras que sofreram haplogogia seguida de alomorfia do radical

<i>Confissson</i>	<i>promissson</i>	
[koNfesa] _{base} [-soN] _{sufixo}	[promete] _{base} [-soN] _{sufixo}	forma de base
léxico		
1º estrato:		
koNfesoN	prometesN	justaposição
koN.fe.sa.soN	pro.me.te.soN	silabação
2º estrato:		
koN.fe.sa.sóN — ∪ ∪ —	pro.me.te.sóN ∪ ∪ ∪ —	acento principal (regra <i>default</i>)
koN.fe.sóN	pro.me.sóN	haplogogia
koN.fi.sóN	pro.mi.sóN	Alomorfia do radical: alçamento da vogal
pós-léxico		
[kõfi'sõ]	[promi'sõ]	<i>output</i>

Na formação das palavras *confissson* e *promissson*, vemos a queda das sílabas <ssa> e <te>, respectivamente, que também são sílabas simples (CV), átonas, e que possuem traços em comum com a consoante /s/ do sufixo (no caso da sílaba <ssa>, trata-se, inclusive, da mesma consoante que há no sufixo). Além disso, também vemos o alçamento da vogal /e/ do radical que passa a /i/. Essa variação pode ser explicada porque a vogal /e/ se encontra em posição pretônica na palavra e alguns estudos apontam que poderia haver variação entre /e/ e /i/ nessa posição. Granucci (2001, p. 159), num estudo sobre o sistema vocálico do PA a partir das cantigas de amigo, afirma que

com relação às vogais pré-tônicas do período medieval, identificam-se cinco grafemas vocálicos orais: <a, e, i, o, u>. No entanto, diferentemente do que acontece com o sistema vocálico tônico em que as vogais se realizam plenamente, não existe nessa posição uma distinção fonética entre as vogais médias, uma vez que ocorre a neutralização das oposições entre as médias anteriores (/e/, /ɛ/) e posteriores (/o/, /ɔ/) que acaba por produzir um sistema vocálico em posição pré-tônica composto de cinco fonemas orais: /i/, /e/, /a/, /o/, /u/.

Fonte comprova, a partir das CSM, a ocorrência dos cinco fonemas vocálicos em posição pretônica no PA, porém ressalta que

embora a grande maioria dos termos não apresente variação, no que diz respeito à representação escrita de suas vogais pretônicas, foram identificadas algumas variantes gráficas, principalmente entre <e> e <i>, e entre <o> e <u>, em posição pretônica, nas *Cantigas de Santa Maria*. Tomando como exemplo algumas variedades do PB atual, em que há frequentes variações entre [e] e [i], assim como entre [o] e [u], em posição pretônica – pelo menos em determinados contextos – tomamos esses casos de variação gráfica, identificados no *corpus* analisado, como indícios de possíveis variações fonéticas entre essas vogais, no PA. (2010, p. 124)

Segundo Maia (1997[1986], p. 355), é possível acreditar numa variação entre /e/ e /i/ em vogais em posição pretônica, pois “o timbre das vogais átonas, sobretudo de *e* e *o* pretônicos, esteve, na fase antiga das diferentes línguas peninsulares, sujeito a grandes vacilações fonéticas, umas vezes do tipo espontâneo, outras, devido a fenômenos de tipo assimilatório”.

Como observamos no *corpus* casos em que há ocorrência de haplologia sem o processo de levantamento da vogal do radical, concluímos que se trata de um processo lexical, pois é nesse nível que ocorrem as exceções, muitas vezes condicionadas a processos morfológicos, como é o caso dos exemplos discutidos. Os casos de haplologia seguidos de alomorfa da vogal temática ocorreram apenas com verbos da primeira e segunda conjugações, como está detalhado na Tabela (2), abaixo:

Tabela (2). Casos de haplologia + alomorfa da vogal do radical no PA separados por conjugação verbal

	<i>Ocorrências: sufixo -çon</i>	
	quantidade	%
1. ^a Conjugação	2	50%
2. ^a Conjugação	2	50%
3. ^a Conjugação	---	---
Total	4	100%

Como pode ser observado nessa tabela, das quatro ocorrências de haplologia seguidas de alomorfa da vogal temática, duas envolveram verbos de primeira conjugação e duas envolveram verbos de segunda conjugação.

Considerações finais

Observando a literatura sobre a haplologia, chegamos à conclusão de que é um fenômeno que ocorre em diferentes contextos e que pode ser encontrado tanto na formação de palavras quanto no nível pós-lexical. Os casos estudados neste trabalho ocorreram na adjunção do sufixo *-çon* e as sílabas suprimidas foram sempre átonas e do tipo CV. Portanto, as sílabas que desapareceram no processo de haplologia, em nenhum dos casos encontrados, eram idênticas à sílaba *-çon* do sufixo; desta forma, poderíamos classificar esses casos como haplologia de identidade parcial, seguindo a terminologia de De Lacy (1999). Observando os casos que sofreram esse processo e a literatura sobre esse assunto, concluímos que apenas o traço [+coronal] é importante na ocorrência dos fenômenos de haplologia encontrados, concordando, desse modo, com De Lacy (1999, p. 14), para quem “some features simply do not matter in partial-identity haplology”. Diante disso, notamos que o OCP age provocando a queda de algumas sílabas que tenham o mesmo traço [+coronal] que a consoante /s/ do sufixo, da mesma forma que pode agir provocando a queda de outros tipos de sílabas em outros contextos.

De acordo com Battisti (2004), o OCP é uma restrição importante para a ocorrência da haplologia e, por isso, ocupa posição privilegiada no *ranking* de restrições elencado pela autora para seu estudo sobre haplologia sintática no PB. Diante dos nossos dados, dos estudos de Battisti (2004) e de outros trabalhos explorados ao longo deste trabalho, há indícios de que o OCP seja importante para a análise universal do fenômeno da haplologia; assim, levantamos a hipótese de que o OCP é um fator importante para a ocorrência da haplologia morfológica no PA.

Notamos, também, que, em alguns momentos, a haplologia coocorreu com a alomorfa da vogal do radical; assim, em alguns derivados que foram submetidos à haplologia, houve a mudança de uma vogal pretônica /e/ do radical para /i/. Na literatura sobre o assunto,

vemos que é possível acreditar numa variação entre /e/ e /i/ vogais em posição pretônica no PA, fenômeno que também ocorre em algumas variedades do PB atual, o que explica essa alomorfa nos casos encontrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIM, M; GOMES, C. Dois fenômenos de supressão de segmentos em limite de palavra. *Ensaios de Linguística*, v.7, p. 43-51, 1982.

BATTISTI, Elisa. Haplologia sintática e efeitos da economia. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre - RS, v. 18, n. 36, p. 31-39, 2004.

CAGLIARI, Luiz Carlos. *Análise Fonológica. Introdução à teoria e à prática, com especial destaque para o modelo fonêmico*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática referente a Língua Portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 2004 [1964].

CRYSTAL, David. *Dicionário de Linguística e Fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DE LACY, Paul. Morphological haplology and correspondence. In: DE LACY, Paul; NOWAK, Anita. (Orgs.) *University of Massachusetts Occasional Papers: Papers from the 25th Reunion*. Amherst, MA: GLSA, 1999. Disponível em: <http://roa.rutgers.edu/files/298-0299/roa-298-lacy-1.pdf> (ROA 289). Acesso em: 26 nov. 2009. p. 1-39.

FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducció. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de Santa Maria*: Códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia, 1985. p. XI-LXIII.

FONTE, J. S. *O sistema vocálico do português arcaico visto a partir das Cantigas de Santa Maria, de Afonso X*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua portuguesa) - FCL/UNESP, Araraquara.

GRANUCCI, P. M. F. *O sistema vocálico do português arcaico: um estudo a partir das rimas das cantigas de amigo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Linguística) -FCL/UNESP, Araraquara.

LEAL, E. G. *Elisão silábica e Haplologia: Aspectos Fonológicos do Falar da Cidade de Capivari*. 2006a. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

_____. Estudo sobre redução silábica e haplologia no falar da cidade paulista de Capivari. In: PIRIS, Eduardo Lopes (Org.). *O papel do linguista na sociedade: Seleção de textos proferidos durante o VII Encontro dos Alunos de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de São Paulo*. São Paulo: Paulistana, 2006b. p.1-9.

LEÃO, Â. V. Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X. *Ensaio*: Associação Internacional de Lusitanistas (AIL). 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2005.

_____. *Cantigas de Santa Maria de Afonso X, o sábio: Aspectos culturais e literários*. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

- MCCARTHY, J. J.; PRINCE, A. S. Generalized Alignment. *Rutgers Optimality Archive - ROA-7*. 1993. Disponível em: <<http://ruccs.rutgers.edu/roa.html>>. Acesso em 1 dez. 2009.
- MAIA, C. *História do galego-português*. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997. (Reimpressão da edição do INIC, 1986)
- MASSINI-CAGLIARI, Gladis. *Do poético ao linguístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.
- _____. *A música da fala dos trovadores: estudos de prosódia do português arcaico, a partir das cantigas profanas e religiosas*. 2005. Tese (Livre Docência em Fonologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.
- MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- METTMANN, Walter. Alfonso X, el Sabio. *Cantigas de Santa Maria: Glossário*. Vol IV. Coimbra: Universidade, 1972.
- _____. *Alfonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100)*. Madrid: Castalia, 1986.
- _____. *Alfonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria (cantigas 101 a 260)*. Madrid: Castalia, 1988.
- _____. *Alfonso X, el Sabio. Cantigas de Santa Maria (cantigas 261 a 427)*. Madrid: Castalia, 1989.
- PARKINSON, S. As *Cantigas de Santa Maria*: estado das cuestións textuais. *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, é V mesmop. 179-205, 1998.
- PAVEZI, V.C. Monomorfemas, haplologia e elisão. *Estudos Linguísticos*, Campinas, SP, v. XXXIV, p. 750-755, 2005.
- _____. Haplologia entre fronteiras acima da palavra fonológica. *Estudos Linguísticos*, Araraquara, SP, v. XXXV, p. 1945-1951, 2006.
- PEÑA, M. *Afonso el Sabio. Antología con estudios preliminares y un vocabulario*. México: Porrúa, 1973.
- PLAG, Ingo. Morphological haplology in a constraint-based morpho-phonology. In: KEHREIN, W; WIESE, R. (Eds.). *Phonology and morphology of the Germanic Languages*. Tübingen: Niemeyer, 1998. p. 199-215.
- PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: constraint interaction in generative grammar*. New Brunswick: Rutgers Optimality Archive, 1993. (Technical Report 2). Disponível em: <<http://roa.rutgers.edu>>. Acesso em: 15 nov. 2009.
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- TENANI, L.E. *Domínios Prosódicos no Português do Brasil*. 2002. Tese (Doutoramento em Linguística) - Unicamp, Campinas, 2002.

BIBLIOGRAFIA NÃO CITADA

MASSINI-CAGLIARI, Gladis. Escrita do Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa: fonética ou ortográfica? *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n.2, p. 159-178, 1998.

_____. Legitimidade e identidade: da pertinência da consideração das Cantigas de Santa Maria de Afonso X como *corpus* da diacronia do Português. In: MURAKAWA, Clotilde de Almeida Azevedo; GONÇALVES, Maria Filomena (Orgs.). *Novas contribuições para o estudo da história e da historiografia da língua portuguesa*. São Paulo/Araraquara: Cultura Acadêmica/Laboratório Editorial da FCL/UNESP-Araraquara, 2007. p. 101-126

YIP, Moira. The obligatory contour principle and phonological rules: a loss of identity. *Linguistic Inquiry*, Cambridge: MIT Press Journals, v.19, n.1, p. 65-100, 1988.

Fonologia: Contribuições para a Linguística e para a Computação

(Phonology: Contributions to Linguistics and Computational Science)

Thaís Cristófaros Silva¹

¹Faculdade de Letras – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

thaiscristofarosilva@ufmg.br

Abstract: This paper discusses how the discipline of Linguistics could cooperate with Computational studies. The focus of the discussion is on phonological studies. It is intended to address how we could help computers, and other equipments, to interact with their users using speech. It is argued that choosing a given theoretical perspective is crucial to formulate specific tools that will contribute towards human-machines interactions. It is claimed that the tools must be formulated within a multi-disciplinary perspective.

Keywords: Computational Linguistics; Phonology; Database.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir as contribuições da Linguística para a Computação, com ênfase no domínio da Fonologia. Pretende-se, portanto, contribuir com o debate de como poderemos ajudar o computador, e outros equipamentos, a interagir com seus usuários utilizando a sonoridade. Argumenta-se que o enfoque teórico é crucial para a formulação de ferramentas específicas, as quais devem ser construídas multidisciplinarmente.

Palavras-chave: Linguística Computacional; Fonologia; Banco de Dados.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo discutir as contribuições da Linguística para a Computação, com ênfase no domínio da Fonologia.¹ A Fonologia é a disciplina da Linguística que busca compreender e explicar a organização gramatical da sonoridade. Para que seja possível formular um equipamento que interaja com as pessoas através da fala devemos compreender e explicar como a sonoridade se organiza. Por essa razão a Fonologia pode contribuir com o debate de como poderemos ajudar o computador, e outros equipamentos, a interagir com seus usuários utilizando a sonoridade. Espera-se que ao avaliar a interface entre a Linguística e a Computação este trabalho contribua com o debate teórico da Linguística e ao mesmo tempo ofereça instrumentos importantes para a implementação de recursos da linguagem utilizando o computador.

Este trabalho tem a seguinte organização. A primeira seção discute duas abordagens teóricas opostas. Busca-se indicar que um determinado enfoque teórico adotado é crucial para a implementação de recursos tecnológicos de interface entre a Linguística e a Computação. A segunda seção apresenta o Projeto ASPA (Avaliação Sonora do Português Atual), que é uma ferramenta de busca fonológica gerenciada em banco de dados. Esta seção também ilustra alguns casos de utilização do banco de dados do projeto ASPA e aponta para caminhos futuros de investigação. A terceira seção apresenta o projeto e-Labore (Laboratório Eletrônico

¹ A autora agradece ao apoio do CNPq através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Processo 304076/2008-2 e o apoio ao Projeto de Pesquisa CS, Processo 401099/2009-1. A autora agradece também à FAPEMIG pelo apoio através do Programa Pesquisador Mineiro PPM-IV, Processo 16415.

de Oralidade e Escrita) que consiste de um banco de dados de produções textuais infantis. Esta seção também ilustra a possível utilização do banco de dados. A quarta seção avalia a relação entre teorias linguísticas e recursos tecnológicos, indicando possíveis caminhos a serem trilhados no futuro. Finalmente, a quinta seção apresenta a conclusão e é seguida das referências bibliográficas.

Abordagens teóricas

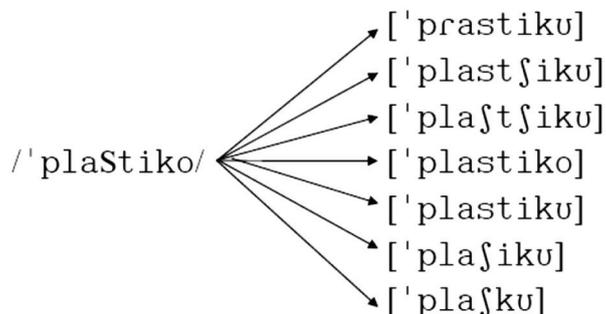
Esta seção discute duas abordagens teóricas que se opõem com relação à organização do conhecimento linguístico. Os aspectos centrais dessas abordagens teóricas serão apresentados, bem como as consequências de tais abordagens para a formulação de recursos tecnológicos de apoio à análise linguística. Busca-se indicar que o enfoque teórico adotado é crucial para a implementação de recursos tecnológicos de interface entre a Linguística e a Computação.

As várias teorias linguísticas discordam entre si às vezes substancialmente e às vezes pontualmente. A discordância é salutar por implementar o debate e avançar as concepções teóricas. Embora haja muita discordância entre as várias abordagens linguísticas há consenso entre elas de que a linguagem tem caráter abstrato. O debate teórico centra-se, sobretudo, em relação a como se dá a organização do conhecimento linguístico abstrato da linguagem. Neste trabalho a discussão desse tema se centrará no conhecimento fonológico.

A abordagem tradicional, que de alguma maneira consiste da base teórica inicial da linguística, sugere que o conhecimento linguístico tenha alto grau de abstração e que as representações linguísticas sejam simples (SAUSSURE, 1916; CHOMSKY; HALLE, 1968). Assim, informações redundantes são excluídas das representações e serão incorporadas através de gerenciamento complexo. As teorias gerativas, de maneira geral, representam essa perspectiva.

Considere a figura 1, que ilustra a relação entre a representação fonológica da palavra *plástico* e algumas de suas várias pronúncias. Como é tradicionalmente assumido, a representação fonológica é apresentada entre barras transversais: /'plaStiko/. As várias representações fonéticas são apresentadas entre colchetes.

Figura 1. Representação fonológica e fonética da palavra *plástico*



A representação fonológica é assumida ser simples e exclui informações redundantes. O processamento para as várias formas fonéticas se dá por gerenciamento complexo, que pode ser processual como assumido nos modelos gerativos clássicos (KENSTOWICZ,

1994; GOLDSMITH, 1990), ou por restrições, como assumido na Teoria da Otimalidade (KAGER, 1999). Na abordagem tradicional as representações são simples e o processamento é complexo. A abstração é gerenciada por princípios da Gramática Universal. Uma vez inferido o mecanismo que gerencia a Gramática não há necessidade de *corpora* para análise. Ou seja, a análise sendo evidenciada permite o gerenciamento de qualquer *corpora*. Assim, efeitos probabilísticos são descartados nos modelos tradicionais.

Uma abordagem alternativa que tem sido desenvolvida nos últimos anos sugere a multirrepresentacionalidade (CRISTÓFARO SILVA; GOMES, 2007). A Figura 2 apresenta a representação de um conjunto de exemplares para a palavra *plástico*. Esse tipo de representação é proposto pela Teoria de Exemplares (JOHNSON, 1997; PIERREHUMBERT, 2001).

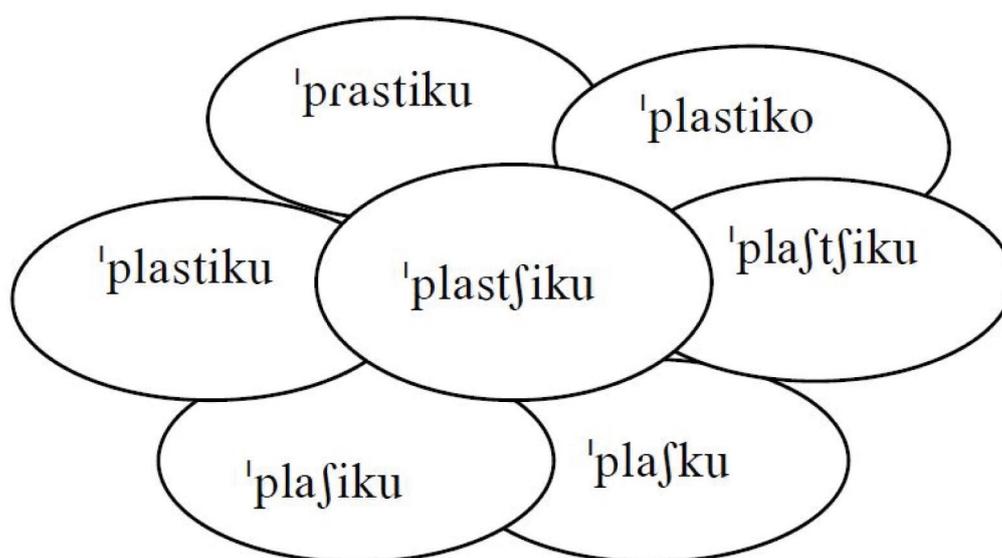


Figura 2. Representação dos exemplares da palavra *plástico*

Os exemplares representam instâncias de uso, compreendendo a produção e a percepção da experiência linguística do falante. Os exemplares agregam informações linguísticas contextuais e também informações tradicionalmente compreendidas como não linguísticas como, por exemplo, informações sociofonéticas. Por essa razão postula-se a multimodalidade do conhecimento linguístico na Teoria de Exemplares. O gerenciamento dos exemplares se dá probabilisticamente. A palavra é o lócus representacional. Assim, efeitos de frequência são cruciais para a organização do conhecimento linguístico (BYBEE; HOPPER, 2001; BOD; HAY; JANNEDY, 2003). Nesta abordagem as representações são complexas e o processamento é simples.

A Teoria de Exemplares é o modelo representacional assumido pela Fonologia de Uso (BYBEE, 2001, 2010). Por incorporar efeitos de frequência, a Teoria de Exemplares sugere a utilização de *corpora*. *Corpora* demandam o gerenciamento de grande volume de dados e, por esta razão, é comum que linguistas e profissionais da área de tecnologia e ciências da fala atuem em conjunto para a organização de *corpora*. Em *corpora* específicos os efeitos de frequência podem ser observados e avaliados.

A discussão apresentada nesta seção indica que a concepção teórica adotada contribui para a implementação de metodologias específicas. A Teoria de Exemplos e a Fonologia de Uso sugerem a pertinência, a adequação e a relevância do uso de *corpora*. Foi nesse contexto teórico que os projetos ASPA (Avaliação Sonora do Português Atual) e e-Labore (Laboratório Eletrônico de Oralidade e Escrita) foram formulados. Cada um desses projetos será apresentado nas próximas seções.

Projeto ASPA: Avaliação Sonora do Português Atual

Esta seção apresenta o Projeto ASPA: Avaliação Sonora do Português Atual. O ASPA é um empreendimento conjunto entre pesquisadores que atuam em áreas diversas do conhecimento e que necessitam de um conhecimento sólido da organização sonora do português contemporâneo. O entrelace maior entre esses pesquisadores é a concepção teórica de que o conhecimento linguístico é organizado probabilisticamente. Informações sobre o ASPA são disponibilizadas em www.projetoaspa.org. Informações sobre a formulação inicial do ASPA podem ser obtidas em Cristóvão Silva e Almeida (2005) e Almeida (2005). Os resultados de buscas específicas no banco de dados do ASPA oferecem subsídios para pesquisas em diversas áreas do conhecimento, dentre estas: teorias linguísticas, teorias fonéticas e fonológicas, ensino de fonética e fonologia, linguística de *corpus*, linguística aplicada à educação, organização de banco de dados, linguística computacional e formulação de *software*.

A lista de palavras que foi utilizada pelo projeto ASPA é composta por um total de 607.392 palavras diferentes que totalizam 228.766.402 de palavras em geral. Os dados de origem do Projeto ASPA são provenientes de uma lista de palavras fornecida, em 2004, pelo Projeto DIRECT-PUC-SP: <http://www2.lael.pucsp.br/corpora/>. Os dados ortográficos fornecidos foram convertidos para um código específico de cadastro da sonoridade, o LETRASOM (CRISTÓFARO SILVA; ALMEIDA, 2005; ALMEIDA, 2005). Além da conversão automática foi necessário o cadastro de informações específicas como, por exemplo, a categoria morfológica, bem como foi realizada uma avaliação geral dos dados visando a excluir siglas, dados com desvio da ortografia vigente e palavras de outras línguas diferentes do português.

Visando à operacionalidade do trabalho de transcrição, foram cadastradas no banco de dados do Projeto ASPA palavras cuja frequência de ocorrência no *corpus* fosse maior ou igual a 6. Assim, das 607.392 palavras do *corpus* original foram transcritas 199.864. Portanto, o número de tipos considerados para a transcrição pelo LETRASOM foi 199.864. Tais tipos totalizaram 10.739.395 ocorrências. O banco de dados permite aos usuários fazerem observações quanto aos dados cadastrados. Assim, pode haver alteração nesses números caso haja sugestão de algum usuário em que seja pertinente a adequação dos dados do *corpus*. Ao efetuar qualquer busca no banco de dados do Projeto ASPA, o usuário terá como resultado o padrão sonoro buscado, bem como informações sobre a frequência de tipo e sobre a frequência de ocorrência do padrão buscado. Segundo Bybee (1985, 2001), o armazenamento e o processamento dos itens lexicais estão sujeitos tanto a efeitos de frequência de tipo, quanto a efeitos de frequência de ocorrência.

A frequência de tipo (*type frequency*) corresponde à frequência de um padrão específico no léxico (ou dicionário). Uma palavra, por exemplo, pode ser considerada um tipo específico

em um determinado *corpus*. A palavra *vida* é um tipo dentro do léxico do português brasileiro. A sílaba *vi* é também um tipo da Gramática Fonológica do português. Assim, na sentença “A vida é para ser vivida com vigor.”, observamos que a frequência de tipo da palavra *vida* é 1 e a frequência de tipo da sílaba *vi* é 4: *A vi¹da é para ser vi²vi³da com vi⁴gor.*, uma vez que a sílaba *vi* ocorre 4 vezes nesta sentença.

Por outro lado, a frequência de ocorrência (*token frequency*) corresponde ao número de vezes que um determinado elemento ocorre em um *corpus*. Por exemplo, se buscarmos a palavra *vida* em um determinado *corpus* do português brasileiro e encontrarmos o índice 112.365, podemos afirmar que a frequência de ocorrência da palavra *vida* é de 112.365. Pode-se buscar a frequência de ocorrência em vários níveis como, por exemplo, uma palavra, um morfema, um padrão silábico, um segmento, etc. Por exemplo, se buscarmos em um *corpus* do português brasileiro o número de palavras que têm a sílaba *vi* e encontrarmos o índice de frequência de ocorrência de 26.481, podemos afirmar que a sílaba *vi* foi encontrada 26.481 vezes no *corpus* examinado. Por outro lado, se encontrarmos o índice de frequência de ocorrência de 45.224 para a sílaba *da* podemos afirmar que a sílaba *da* foi encontrada 45.224 vezes no *corpus* examinado. Isso nos leva a concluir que, na língua em questão, a sílaba *da* é mais produtiva do que a sílaba *vi*, uma vez que a sílaba *da* apresenta frequência de tipo mais alta que a sílaba *vi*. Considere a Figura 3, que ilustra a página inicial do buscador do ASPA.²

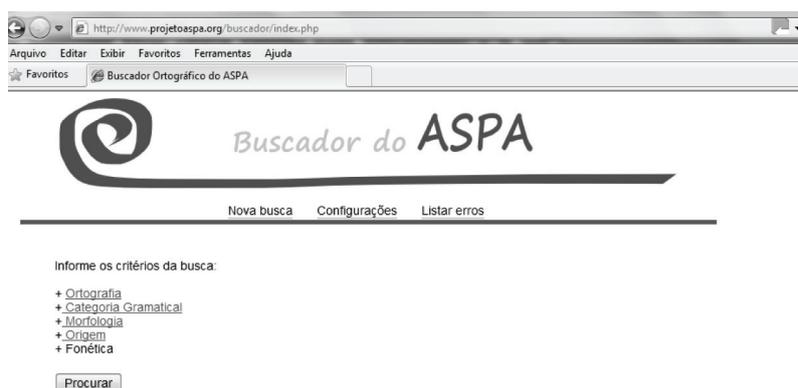


Figura 3. Página inicial do buscador do ASPA

A Figura 3 indica que a busca pode ser realizada em várias categorias: ortográfica, categoria gramatical, morfológica, origem da palavra e fonética. As buscas podem também combinar categorias, como exemplificado na Figura 4.

² Os dados apresentados neste artigo representam o estágio atual do buscador do ASPA. Encontra-se em curso uma revisão do buscador que deverá ser lançada em 2011 e que deverá ter interface mais objetiva para as buscas a serem realizadas pelos usuários.

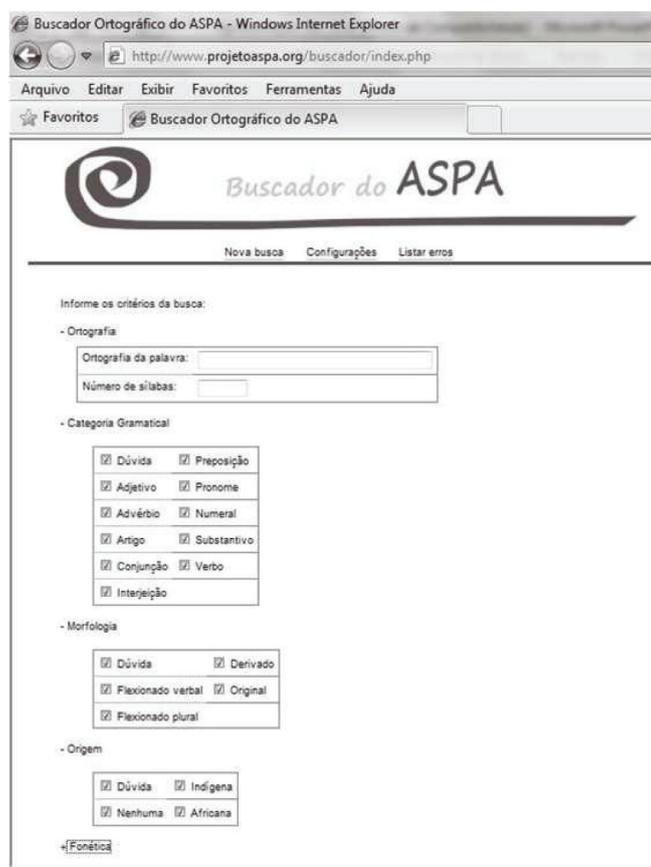


Figura 4. Desdobramentos da página do buscador do ASPA

Ao realizar uma busca, o usuário terá acesso a um arquivo texto que contém a lista das palavras com o padrão de busca realizado, bem como informações sobre a frequência de tipo e a frequência de ocorrência para o padrão. O Quadro 1 ilustra o resultado do buscador do ASPA para o padrão de (sibilante+rótico).

Quadro 1. Resultado de buscas para sequências (sibilante+rótico)

RESULTADO (sibilante+rótico)					
TIPOS: 70					
TOKENS: 43.943					
	Índice	Frequência	Ortografia		
1125	21728	israel	98104	28	disritmia
3213	7458	israelense	99636	27	desregular
3835	6063	israelenses	99670	27	disraeli
8142	2331	desrespeito	104809	24	desregula
13834	1099	desregulamentação	104810	24	desregulamentou
14750	999	israelita	106778	23	desregulamentados
19272	658	desrespeitar	108894	22	desrecale
28074	349	desrespeita	111084	21	desregrado
28790	335	desrespeitando	113456	20	desreguladas
31109	292	desrespeitado	115959	19	desregulamentada
32223	274	desrespeitou	124692	16	desrespeitava
39887	185	desrespeitam	128161	15	desrespeitasse
45647	143	desrespeitada	128162	15	desrespeitosos
47971	130	desrespeitosa	132003	14	desrepressão
48765	126	desrespeitaram	132004	14	desrespeitaria

49789	121	desrespeitados	136217	13	desrespeitassem
52271	110	israelitas	140911	12	desregulagem
53421	105	desregulamentar	140912	12	desregulamentações
57295	91	desrespeitarem	140913	12	desregulamentando
59848	83	desrespeitoso	146207	11	desregulamenta
60563	81	desregulação	152326	10	desrespeitavam
61653	78	desregulado	152327	10	desrespeitosamente
66699	66	desregramento	159325	9	desrealização
66825	66	israelândia	159326	9	desregulamentadas
69173	61	desregrada	159327	9	desrespeitei
70843	58	desrazão	167433	8	desregrados
70844	58	desrespeitos	167434	8	desregramentos
75089	51	desregulados	167435	8	desregulagens
77232	48	desregulamentado	167436	8	desregulamentaram
78694	46	desrespeitadas	177293	7	desregulando
83722	40	desrespeitem	186298	6	antiisraelense
89940	34	desregulada	189521	6	desrealiza
91129	33	desratização	189522	6	desrespeitamos
95148	30	desrespeitosas	189677	6	disruptivas
98086	28	desrespeite	192682	6	israelista

O Quadro 1 indica que foram encontradas 70 palavras que contêm o padrão de sibilante em final de sílaba sendo seguida de um rótico. Assim, a frequência de tipo do padrão (sibilante+rótico) é 70. A frequência de ocorrência desse padrão é de 43.943. O Quadro 1 ilustra os resultados conforme exportados pelo buscador do ASPA. A visualização em tela da busca desse mesmo padrão é apresentada na Figura 5.

A Figura 5 ilustra a busca solicitada para o padrão de sílabas terminadas em consoante sibilante (som associado ao som de S), sendo seguidas de róticos (sons associados ao som de R).

ERRO	ÍNDICE	FREQUÊNCIA	ORTOGRAFIA	TRANSCRIÇÃO
○	1125	21728	israel	iz ha EL
○	3213	7458	israelense	iz ha E le si
○	3835	6063	israelenses	iz ha E le sis
○	8142	2331	desrespeito	dEZ hES pej tu
○	13834	1099	desregulamentação	dEZ hE gu la me ta saW
○	14750	999	israelita	iz ha E li ta
○	19272	658	desrespeitar	dEZ hES pej tar
○	28074	349	desrespeita	dEZ hES pej ta
○	28790	335	desrespeitando	dEZ hES pej ta du
○	31109	292	desrespeitado	dEZ hES pej ta du
○	32223	274	desrespeitou	dEZ hES pej tow
○	39887	185	desrespeitam	dEZ hES pej taW
○	45647	143	desrespeitada	dEZ hES pej ta da
○	47971	130	desrespeitosas	dEZ hES pej to za

Figura 5. Informação em tela de busca realizada para sequência de sibilante e rótico

Além das informações exportadas para o arquivo texto de resultados, a primeira coluna dos resultados tem um botão com o qual o usuário poderá indicar algum erro de cadastro. A avaliação quanto à adequação do erro é realizada pelo gerenciador do banco de dados e, se pertinente, é feita a alteração no banco de dados.

Qual a relevância de se conhecer padrões sonoros específicos? Consideremos o caso discutido acima. No português, sempre que uma sílaba terminada em consoante é seguida de um som rótico, este será manifestado como um R-forte. O R-forte se opõe ao r-fraco em português, em posição intervocálica, como, por exemplo, nas palavras *caro* e *carro*. O r-fraco é sistematicamente pronunciado como um tepe alveolar [r] em todas as variedades do português. O R-forte, por outro lado, apresenta ampla variação dialetal. Assim, no caso de sequências de (sibilante+rótico), sabemos que o R-forte representará o rótico. Os dados do buscador do ASPA indicam que o padrão (sibilante+rótico) é pouco frequente, englobando 70 palavras apenas. Podemos observar também que várias das palavras na categoria de (sibilante+rótico) apresentam o prefixo *des-*, ou seja, englobam tipicamente palavras morfologicamente complexas. Padrões pouco frequentes podem ser sujeitos a alterações para se ajustarem em padrões recorrentes da língua.

Consideremos agora um caso de mudança sonora envolvendo sequências de (lateral+rótico) em português (CRISTÓFARO SILVA; OLIVEIRA, 2002). Em variedades linguísticas em que ocorreu a vocalização da lateral, os autores observaram que, ao invés do R-forte, a população jovem estava fazendo uso do r-fraco. Assim, uma palavra como *guelra*, em que, tipicamente, o rótico ocorre como o R-forte, passa a ocorrer com um r-fraco: gue[wr]a. A pronúncia gue[wr]a não é esperada porque a fonologia do português prevê que após consoantes o rótico será sempre um R-forte (como previsto para as sequências de (sibilante+róticos) discutidas anteriormente). Contudo, houve a vocalização da lateral, passando a ocorrer não mais uma consoante e sim um glide posterior [w]. Quando glides posteriores são seguidos de róticos, em português, o rótico se manifestará como um tepe: *áurea*, *Europa*, *couro*, etc. Tendo conhecimento desses fatos, podemos explicar por que a pronúncia gue[wr]a passa a ocorrer no português, mesmo que em princípio seja não esperada. A pronúncia gue[wr]a decorre do fato que a vocalização da lateral cria uma situação em que um glide posterior é seguido de um rótico. Antes da lateral ser vocalizada, o rótico que a seguia era sistematicamente um R-forte. Contudo, considerando-se que o número de palavras com o padrão (lateral+rótico) é bastante pequeno (14 itens no ASPA), houve a inovação e o r-fraco passa a ocorrer. No padrão (glide posterior+rótico) ocorre, sistematicamente, o r-fraco. Ajusta-se então um padrão menos frequente — de (lateral+rótico) — a um padrão mais frequente (glide posterior+rótico).

A análise discutida acima nos mostra que, além de conhecermos os fatos do percurso da mudança linguística, podemos explicar por que o padrão inovador passa a ocorrer: em decorrência de efeitos de frequência. Sabemos também que é a população de faixa etária mais jovem que faz uso do padrão inovador (CRISTÓFARO SILVA; OLIVEIRA, 2002). Assim, podemos sugerir que ferramentas que visem à interação homem-máquina através da sonoridade incluam esse tipo de informação em sua implementação. Ao selecionar a faixa etária, o usuário seria direcionado para o padrão inovador enquanto falantes de faixa etária idosa teriam acesso à pronúncia tradicional. A vantagem, neste caso, é que usuário teria acesso à informação compatível com sua faixa etária. Se tivermos estudos relativos a outras informações fonológicas, estas podem ser incorporadas em ferramentas de interação

homem-máquina. Por exemplo, tendências observadas nas falas femininas e masculinas, ou tendências observadas quanto à região geográfica, etc. Tais informações podem oferecer ao usuário a possibilidade de ajustar a fala com que irá interagir.

Esta seção apresentou o Projeto ASPA, dando ênfase à apresentação do buscador do ASPA e de sua utilização na pesquisa linguística. Buscou-se indicar a relevância do conhecimento probabilístico da linguagem e da contribuição de análises baseadas em *corpora* em para a implementação de ferramentas tecnológicas que façam uso da sonoridade na interação homem-máquina. A próxima seção apresenta o Projeto e-Labore.

Projeto e-Labore: Laboratório Eletrônico de Oralidade e Escrita

Esta seção apresenta o Projeto e-Labore: Laboratório Eletrônico de Oralidade e Escrita. O objetivo central do Projeto e-Labore é o de coletar, cadastrar e disponibilizar para a comunidade científica um banco de dados de material escrito por crianças de 6 a 12 anos, residentes na cidade de Belo Horizonte (MG). Informações específicas sobre o projeto podem ser consultadas em Cristófaros Silva et al (2006, 2007) e encontram-se também disponibilizadas em www.projetoaspa.org/elabore. De maneira análoga ao Projeto ASPA, o Projeto e-Labore assume a relevância dos estudos de *corpora* na análise linguística, entendendo ser a palavra o lócus da representação lexical e argumenta pela organização probabilística do conhecimento linguístico.

O *corpus* do projeto e-Labore permite o mapeamento do vocabulário infantil do português brasileiro contemporâneo que pode oferecer contribuições para a investigação de teorias de aquisição da linguagem bem como pode contribuir com os debates a respeito da interação entre a linguagem adulta e infantil em um contexto de mudança linguística e evolução da linguagem.

Foram coletadas, digitalizadas e digitadas 7.892 produções textuais de crianças de 6 a 12 anos, estudantes de 1ª a 6ª Série do Ensino Fundamental, totalizando 270 turmas em 36 escolas diferentes. O *corpus* do Projeto e-Labore conta com um total de 821.731 palavras (frequência de ocorrência) sendo 22.610 palavras individuais (frequência de tipo). A Tabela 1, que segue, lista as palavras mais frequentes do *corpus* do Projeto e-Labore.

Tabela 1: Lista de frequência das palavras do corpus e-Labore

	Palavras			Substantivos			Verbos		
	Palav.	Freq.	%	Subst.	Freq.	%	Verb.	Freq.	%
1	e	9.622	4,64	natal	1.137	0,55	é	2.995	1,44
2	que	5.997	2,89	dia	1.108	0,53	foi	1.218	0,59
3	o	5.975	2,88	pessoas	993	0,48	tem	1.006	0,48
4	a	5.920	2,86	casa	747	0,36	era	833	0,40
5	de	5.528	2,66	mãe	589	0,28	estava	694	0,34
6	um	3.330	1,60	escola	510	0,25	ser	584	0,28
7	eu	3.307	1,60	ano	500	0,24	são	492	0,24
8	para	3.206	1,54	gente	496	0,24	tinha	491	0,24
9	não	3.058	1,47	mundo	446	0,22	está	481	0,23
10	é	2.993	1,44	projeto	384	0,19	vai	459	0,22
11	uma	2.268	1,09	crianças	381	0,18	fazer	429	0,21
12	com	1.969	0,95	família	327	0,16	ter	408	0,20
13	os	1.802	0,87	pai	323	0,16	vou	391	0,19
14	no	1.739	0,84	anos	323	0,16	pode	350	0,17
15	na	1.667	0,80	violência	315	0,15	acho	327	0,16

A Tabela 1 indica que várias das palavras mais frequentes representam monossílabos, incluindo palavras funcionais (itens de 1 a 15 na Tabela), bem como casos de morfologia irregular como, por exemplo, formas verbais flexionadas dos verbos *ser*, *estar*, *ser* e *ir*. Generalizações podem, portanto, ser feitas com relação à utilização da linguagem por crianças de diferentes faixas etárias.

O conhecimento da linguagem infantil pode também oferecer contribuições para a investigação dos problemas atestados no processo de apropriação da linguagem escrita pelas crianças em idade escolar. Encontra-se em fase de cadastramento os desvios ortográficos atestados na escrita infantil.

Os desvios ortográficos são comuns na fase de apropriação da linguagem escrita, e persistem, por vezes, após o período escolar. A interferência da oralidade na escrita permite que os desvios ortográficos sejam compreendidos e explicados adequadamente (ALVARENGA et al., 1989). A relação entre a oralidade e a escrita é mediada pelos estudos da sonoridade que englobam a fonética e a fonologia.

A identificação dos desvios ortográficos foi gerenciada automaticamente. Isso porque, ao serem digitadas, as redações tiveram marcações específicas. Por exemplo, o desvio ortográfico é indicado entre chaves {socego} sendo imediatamente seguido pela forma ortográfica convencional entre colchetes: [sossego]. Portanto, uma busca automatizada nos oferece dados importantes sobre o acervo do Projeto ASPA. Foram catalogadas 85.659 palavras grafadas com algum tipo de desvio ortográfico, representando 10,5% das palavras do *corpus* (821.731/85.659). Esses resultados expressam a ótima notícia de que os estudantes, de fato, têm alto índice de acerto no texto escrito, ou seja, os estudantes apresentam em torno de 90% das palavras grafadas de acordo com as normas ortográficas vigentes.

Por outro lado, se considerarmos as palavras que apresentaram a grafia com desvio ortográfico observamos que em torno de 34% das palavras foram grafadas equivocadamente. Ou seja, das 22.610 palavras distintas catalogadas no *corpus* do Projeto e-Labore 7.633 apresentaram algum tipo de desvio ortográfico.

Há uma questão paradoxal nestes dados: as crianças escrevem corretamente a maioria das palavras (90% de acerto), mas há um conjunto grande de palavras que apresenta desvios ortográficos (34% das palavras foram grafadas inadequadamente). De fato, esses dados revelam que escrever com algum tipo de desvio ortográfico no período de apropriação da escrita é, de alguma maneira, esperado. De fato, somente 2,35% das produções textuais catalogadas no *corpus* do Projeto e-Labore não apresentaram erros ortográficos (184/7.817). Cabe-nos fazer a seguinte pergunta: quantos erros ortográficos em um texto seriam considerados como um índice razoável do percurso de apropriação da escrita? Considere a Figura 6, que ilustra o número de desvios ortográficos atestados nas produções textuais do *corpus* do e-Labore.

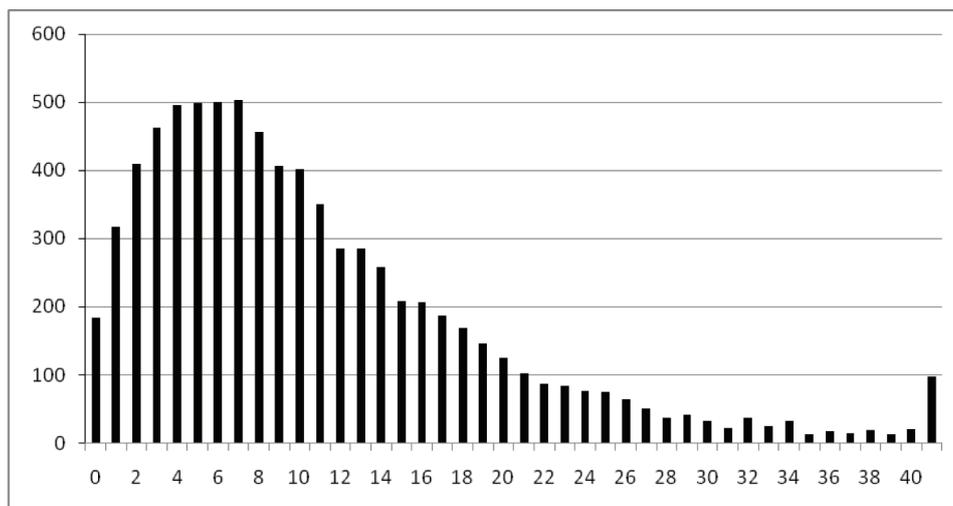


Figura 6. Quantidade de desvios ortográficos

O eixo das abscissas indica o número de erros atestados em uma única redação. O eixo das ordenadas indica o número de redações que apresentou a quantidade de erros indicada no eixo das abscissas. Como mencionado anteriormente, 184 produções textuais não apresentaram erros ortográficos. Essa informação aparece na primeira barra vertical do gráfico da Figura 6. Pode-se observar que a maioria das produções textuais apresenta em torno de 1 a 16 erros ortográficos. Este é o caso para 77% das produções textuais. Ou seja, um total de 6046 produções textuais apresentou de 1 a 16 erros ortográficos. Esses resultados indicam que apresentar erros ortográficos é relativamente comum no processo de apropriação da linguagem escrita, sendo que, se a quantidade de erros atestados por redação estiver entre 1 e 16 é, de alguma maneira, esperado. Acima de 17 erros em uma mesma redação pode ser considerado um padrão que começa a sair do comportamento geral atestado.

Os resultados apresentados nesta seção indicam que informações extraídas de um banco de dados de produções textuais infantis podem oferecer dados importantes sobre o desenvolvimento da apropriação da linguagem escrita e do uso do português escrito. Tais resultados, bem como outros de natureza semelhante, podem contribuir com a formulação de propostas que visem a melhorar o ensino do português escrito. Pode-se também buscar informações que instrumentalizem as professoras quanto às produções textuais infantis.

Esta seção apresentou o Projeto e-Labore dando ênfase para a avaliação dos desvios ortográficos atestados nas produções textuais de crianças de 6 a 12 anos. Buscou-se indicar a relevância do conhecimento probabilístico da linguagem e da contribuição de análises baseadas em *corpora* para a implementação de ferramentas tecnológicas que façam uso da sonoridade na interação homem-máquina.

Teorias linguísticas e recursos tecnológicos

Esta seção avalia a relação entre teorias linguísticas e recursos tecnológicos indicando possíveis caminhos a serem trilhados no futuro. O primeiro aspecto a ser destacado é o caráter dinâmico dos bancos de dados que organizam informações sobre a linguagem. A dinamicidade decorre do fato de o banco de dados ser ampliado ou o mesmo poder sofrer alterações decorrentes de avaliações metodológicas específicas. Um lado interessante da abordagem dinâmica do gerenciamento de *corpora* é a relação direta com as línguas naturais, que são essencialmente dinâmicas. Os modelos teóricos que apresentamos na parte inicial deste trabalho — Bybee (2001), Johnson e Mullenix (1997) e Pierrehumbert (2001) — acomodam a perspectiva dinâmica do gerenciamento de *corpora*. Portanto, a implementação de recursos tecnológicos específicos depende do enfoque teórico adotado.

Avanços teóricos podem implicar a reorganização de aspectos metodológicos. Tal reorganização permite-nos expressar o caráter dinâmico da linguagem. Como mencionado na segunda seção deste trabalho, há um projeto em curso que tem por objetivo gerenciar de maneira mais eficiente o buscador do Projeto ASPA. O gerenciamento mais eficiente do ASPA implica alterações metodológicas específicas. Esse aspecto é não apenas esperado, mas também permite expressar a dinamicidade das línguas naturais.

O Projeto e-Labore também poderá enfrentar desafios metodológicos quando, por exemplo, se der a ampliação do acervo. Assim, além de dados coletados na cidade de Belo Horizonte, será possível ampliar a coleta de natureza análoga ao Projeto e-Labore em outras localidades.

Finalmente, os bancos de dados do ASPA e do e-Labore demonstram esforços conjuntos entre profissionais de diversas áreas do conhecimento para a construção de recursos que possam contribuir com uma compreensão mais ampla da linguagem. As perguntas teóricas formuladas pelos diversos profissionais se interceptam e oferecem a possibilidade de uma avaliação da linguagem em várias perspectivas.

Com relação à interação homem-máquina espero que este artigo contribua para demonstrar a relevância de empreendimentos multidisciplinares que possam contribuir com o desenvolvimento de recursos tecnológicos específicos. A experiência dos bancos de dados do ASPA e do e-Labore são tentativas nesse sentido.

Conclusão

Este trabalho teve por objetivo discutir as contribuições da Linguística para a Computação, com ênfase no domínio da Fonologia. Sugere-se que, para que seja possível formular equipamentos que interajam com as pessoas através da fala, devemos compreender e explicar como a sonoridade se organiza. A compreensão da sonoridade deve estar inserida em perspectiva multidisciplinar, que envolva participantes de várias áreas do

conhecimento. Para defender essa proposta foram apresentados dois estudos de casos relacionados com a construção de banco de dados: 1) o Projeto ASPA (Avaliação Sonora do Português Atual), que é uma ferramenta de busca fonológica, e 2) o projeto e-Labore (Laboratório Eletrônico de Oralidade e Escrita), que consiste de um banco de dados de produções textuais infantis. Os parâmetros adotados na formulação de cada um dos bancos de dados foram apresentados e buscou-se ilustrar a utilização de tais bancos apontando possíveis ferramentas tecnológicas que poderão fazer uso de tais recursos. Espera-se que, ao avaliar a interface entre a Linguística e a Computação, este trabalho tenha contribuído com o debate teórico da Linguística e ao mesmo tempo ofereça instrumentos importantes para a implementação de recursos da linguagem utilizando o computador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. *Um Estudo sobre Síntese de Fala para o Português Brasileiro*. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Elétrica). Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALVARENGA, D.; SOARES, M. B.; OLIVEIRA, M. A. de; NASCIMENTO, M. do. Da forma sonora da fala à forma gráfica da escrita uma análise linguística do processo de alfabetização. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 16, p. 5-30, jan./jun. 1989.

BOD, R.; HAY, J.; JANNEDY, S. (Eds.). *Probabilistic Linguistics*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2003.

BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 1985.

_____. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

_____. *Language, Usage and Cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

_____.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the Emergence of Linguistic Structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

CHOMSKY, N.; HALLE, M. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968.

CRISTÓFARO SILVA, T.; ALMEIDA, L. S. ASPA: a formulação de um banco de dados de referência da estrutura sonora do português contemporâneo. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, XXV 2005, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo: Sociedade Brasileira de Computação, 2005. v. 1. p. 2268-2277. (CD-Rom).

_____.; GOMES, C. Representações múltiplas e organização do componente linguístico. *Fórum Linguístico* (UFSC), Florianópolis - Santa Catarina, v. 4, p. 147-177, 2007.

_____.; OLIVEIRA, M. A. de. Variação do 'r' pós-consonantal no português brasileiro: Um caso de mudança fonotática ativada por cisão primária. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 37, p. 25-47, 2002.

_____.; MARTINS, R. M. F.; ALMEIDA, L. S.; OLIVEIRA-GUIMARAES, D. M. L. Alfabetização e conhecimento linguístico: o projeto e-Labore. In: SEVFALE, VI, 2007, Belo Horizonte. *Anais ...* Belo Horizonte: Faculdade de Letras - UFMG, 2007. v. 1. p. 1-16.

_____.; ALMEIDA, L. S.; MARTINS, R. M. F.; OLIVEIRA-GUIMARAES, D. M. L. Aquisição da escrita infantil: a construção de um corpus do português brasileiro. In: INTERNATIONAL JOINT CONFERENCE IBERAMIA/SBIA/SBRN, Workshop in Information and Human Language Technology, 4th, 2006, Ribeirão Preto. *Proceedings of the 4th Workshop in Information and Human Language Technology (TIL'2006)*. CD Room. Ribeirão Preto: SBC, 2006.

GOLDSMITH, J. *Autosegmental and Metrical Phonology*. Oxford: Blackwell, 1990.

JOHNSON, K. Speech perception without speaker normalization, In: JOHNSON, K.; MULLENIX, J. (Eds.). *Talker variability in speech processing*. San Diego: Academic Press, 1997. p. 146-165.

_____.; MULLENIX, J. (Eds.). *Talker variability in speech processing*. San Diego: Academic Press, 1997.

KAGER, R. *Optimality Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KENSTOWICZ, M. *Phonology in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell, 1994.

PIERREHUMBERT, J. Exemplar dynamics: Word frequency, lenition and contrast. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). *Frequency and the emergence of linguistic structure*. Amsterdam: John Benjamins, 2001. p.137-157.

SAUSSURE, F. d. *Course in General Linguistics* (W. Baskin, Trans). New York: Philosophical Library, 1916.

“Vamos lá” e “vá lá”: uma análise sob a perspectiva da gramaticalização de construções

(“Vamos lá” and “vá lá”: an analysis from the perspective of grammaticalization of constructions)

Ana Cláudia Machado Teixeira¹

¹Instituto de Letras - Universidade Federal Fluminense (UFF)

ana.machadoteixeira@yahoo.com.br

Abstract: In this article we analyze the grammaticalization of “vá lá” and “vamos lá” in specific contexts, in which meaning and form of verb and locative constitutes the most basic unit - a construction - from the perspective of Croft (2001). The grammaticalization approach and language change are combined with the constructions theories from the routinization of these usage patterns in order to form a cline of semantic-syntactic integration.

Keywords: Grammaticalization; Constructions; Language Change.

Resumo: Neste artigo analisamos a gramaticalização de “vá lá” e “vamos lá” em contextos específicos, cuja maior vinculação de sentido e forma entre verbo e locativo constitui uma unidade básica maior – uma construção – sob a perspectiva de Croft (2001). Aliam-se, assim, a abordagem da gramaticalização e mudança linguística às das teorias construcionais a partir da rotinização desses padrões de uso, visando à formação de um cline de integração semântico-sintática.

Palavras-chave: Gramaticalização; Construções; Mudança Linguística.

Introdução

A partir da fundamentação teórica que alia as perspectivas funcional e cognitivista, promovemos uma análise das construções *vá lá* e *vamos lá* no que diz respeito aos fenômenos ligados à mudança linguística e relativos ao processo de gramaticalização, que levam tais construções a se rotinizarem, sendo codificadas numa unidade em prol de um único sentido convencionalizado em contextos específicos.

Parte-se da hipótese de que *vá lá* e *vamos lá*, em determinados ambientes, deixam de ser formadas por dois vocábulos independentes: um verbo de movimento pleno e um advérbio pronominal locativo, constituindo um arranjo mais prototípico, para tornarem-se uma construção, uma unidade sentido-forma usada em situações sintático-semânticas e discursivo-pragmáticas específicas. Os itens dessas construções perdem sua autonomia e deixam de exprimir seu sentido original, passando a articular um novo sentido, em prol da eficiência comunicativa.

A palavra *arranjo* foi escolhida por representar nossa opção em considerar: i) o verbo de movimento “ir”, como transitivo circunstancial, selecionando um argumento adverbial locativo com função adjuntiva e acessória, indicando o deslocamento de alguma coisa de um lugar para outro e ii) *mais prototípico*, por considerarmos que, nessa condição, os dois itens constituem um *frame* espacial: a) referindo-se ao deslocamento de algo ou alguma coisa de um lugar para outro, b) indicando um espaço físico-concreto distante do falante. Além disso, na maior parte das ocorrências, o locativo apresenta sentido mais referencial.

Conjugada à hipótese principal, as construções *vá lá* e *vamos lá* passam a se enquadrar no nível micro de esquematicidade – *types* individuais abstratos. Nesse nível, segundo Traugott (2008, p. 238), se o constructo é relacionado inovadoramente a uma construção da qual não poderia ser tradicionalmente uma instância e tal inovação é replicada, ele pode ser convencionalizado por outros falantes como micro-construção.

No uso construcional, *vá lá*, dependendo do contexto em que se insere, ora comporta-se como *marcador de injunção*, MI, – leva o destinatário a realizar determinada ação, ora como *marcador de consentimento*, MC – codifica a atitude do falante em relação à proposição, denotando sua crença.

No caso de *vamos lá*, a depender do contexto de uso, ora comporta-se como *marcador mudança de tópico*, MMT – conduz o destinatário a um novo tópico discursivo ou a uma expansão do tópico ou ainda a um subtópico, ora como *marcador de injunção*, MI – provoca o envolvimento do destinatário, exortando-o à ação.

Com isso, pretende-se demonstrar a existência de um *cline* em que se verifica um gradiente dos usos de *vá* e *lá*, assim como *vamos* e *lá* de mais concretos – pela presença de palavras autônomas, não consideradas uma construção e sim um arranjo mais prototípico –, para um uso mais abstratizado, com os itens lexicais unidos formando as construções *vá lá* e *vamos lá*.

O objetivo deste artigo é investigar, sob o enfoque do funcionalismo linguístico, nos termos de Givón (2001), Bybee (2003), Furtado da Cunha, Oliveira e Martelotta (2003), Martelotta (2006), Traugott (2003), Traugott e Dasher (2005), Votre, Martelotta e Cezário (2004), entre outros, os padrões de uso de *vá lá* e *vamos lá*, entendidas como uma *construção*, nos termos de Goldberg (1995, 2006) e Croft (2001) e classificadas como *micro-construções* nos termos de Traugott (2008).

A dinâmica das transformações de sentido pelas quais tais construções passam pode ser interpretada pelos mecanismos de metaforização, metonimização e inferência sugerida, subjetificação e intersubjetificação, que permitem sua convencionalização dentro de contextos específicos.

Investigamos sequências tipológicas argumentativas, expositivas e injuntivas que *stricto sensu* favorecem a composição de contextos específicos, partindo de gêneros como artigos de opinião, *blogs*, inquéritos, comentários de *blog* que *lato sensu* corroboram para tal composição. Tais contextos sugerem inferências que disparam o processo de metonimização, a partir desse processo as unidades em estudo passam de um domínio concreto para um abstrato.

Funcionalismo linguístico

De acordo com a concepção funcionalista, como Martelotta (2006), entendemos a gramática como o conjunto de padrões convencionais oriundos e reguladores do discurso, conhecidos e apropriados pelos usuários para a produção e recepção de frases e textos da língua. O discurso, por sua vez, conforme o mesmo autor, define-se como o uso efetivo das estratégias linguísticas, de modo individual e criativo, que permite as práticas interativas na comunidade linguística.

Tradicionalmente, o termo *gramaticalização* é entendido como um processo de mudança lingüística em que determinados itens lexicais tendem a se tornar gramaticais ou, se gramaticais, tornam-se mais gramaticais. Por outro lado, nos termos de Traugott (2003) e Bybee (2003), a recente literatura tem expandido as fronteiras desse conceito. De acordo com Bybee (2003), devido à crescente autonomia e opacidade de sua estrutura interna, as construções são capazes de assumir novas funções discursivas, que surgem a partir dos contextos em que são comumente usadas; tais construções, a partir de motivação pragmático-discursiva e da frequência de uso, tornam-se convencionalizadas e, por consequência, são consideradas estágios de gramaticalização. Os itens dessas unidades perdem sua autonomia e deixam de exprimir seu sentido original, passando a exprimir um novo sentido que visa à eficiência comunicativa, tornando-se preferencial entre os falantes.

Para a abordagem de *vá lá* e *vamos lá*, partimos de quatro pressupostos funcionalistas associados aos mecanismos de mudança linguística. O primeiro, a metaforização, caracteriza-se pela mudança de significado de um item e/ou construção que passa de um domínio cognitivo mais concreto para um mais abstrato. Nas unidades *vá lá* e *vamos lá*, percebe-se que os itens passam de um domínio concreto para um abstrato. O verbo *ir* parte do domínio de espaço — *ir a algum lugar* — e o locativo *lá* parte do de lugar — *naquele lugar*, em direção a domínios mais abstratos onde se percebe um deslocamento na expressividade e intenção; tal mudança ocasiona um enfraquecimento de seus sentidos originais em prol de um novo sentido único e pragmaticamente motivado.

Já o segundo pressuposto, a reinterpretação contextual ou metonimização, caracteriza-se pela extensão de sentido do item e/ou construção baseado no estabelecimento de um contato mental entre um ponto de referência e outro, mesmo que implicitamente. Segundo Traugott e Dasher (2005, p. 80), a metonímia passa a ser compreendida em termos dos “contextos sintagmáticos da língua em uso, das associações, da contiguidade e da indexicalidade Trata-se de uma poderosa alternativa para a metáfora, já que é a chave para a conceitualização da mudança semântica no contexto”.

O terceiro pressuposto, ainda conforme Traugott e Dasher (2005), é a subjetificação, considerada um processo em que os falantes da língua, ao longo do tempo, tendem a demonstrar e codificar suas perspectivas e atitudes advindas das trocas interacionais.

A intersubjetificação, quarto pressuposto, decorrente da subjetificação, consiste num processo cujo foco está no ouvinte, ou seja, o falante passa a codificar significados em relação às atitudes do ouvinte. Dessa forma, pode-se dizer que a subjetificação está centrada no falante e a intersubjetificação está centrada principalmente no ouvinte. Na visão dos autores, o falante revela pontos de vista em andamento na negociação interacional da produção discursiva; a intersubjetificação ocorre quando, codificados, sinalizam a atenção particular do ouvinte.

Abordagens construcionais

Diante da importância da cognição nos estudos linguísticos funcionalistas, consideramos relevante abordar tais questões da proposta cognitiva, levando em conta “aspectos relacionados às restrições cognitivas que incluem a captação de dados da experiência, sua compreensão e seu armazenamento na memória, assim como a capacidade de organização, acesso, conexão, utilização e transmissão adequada desses dados” (MARTELOTTA; PALOMANES, 2008, p. 179).

No que tange aos estudos de gramaticalização aliados às perspectivas construcionais, estamos inseridos no tema construções verbais em torno de locativos. Utilizamos-nos dos conceitos de *frame* (FILLMORE; ATKINS, 1992) e *container* (LAKOFF, 1987), já que tanto *vá lá* como *vamos lá*, enquanto construções, estão contidas em porções maiores de texto dentre os quais podemos citar as molduras ou *frames* que incorporam cenas básicas das atividades humanas em modelos cognitivos idealizados. Tal conceito dá conta da perspectivização de toda a cena comunicativa, o que é necessário para que se possa fazer uma análise mais apurada.

Como construções, *vá lá* e *vamos lá* se apresentam em cenas cujo *frame* é menos espacial e físico e, quando os arranjos mais prototípicos estão presentes na cena, o *frame* é mais espacial e físico. Conforme pode ser observado abaixo.

- (01) ah... eu fui a uma casa antiga... uma casa que pertencia a uma família amiga... então eles queriam que nós fôssemos visitar aquela... aquele solar e... antes de eles venderem queriam que a gente conhecesse... eu “pois não... **vamos lá**”... quando eu estou caminhando vendo aquelas... aqueles quartos imensos... aquela casa muito grande eu ouço descerem a escada... plom plom plom plom... ninguém morava lá... eu perguntei “que barulho é este?”... “ah não se incomode não... são umas ratazanas” (risos) (*Inquérito 374 NURC*)
- (02) Uma charge na revista New Yorker de algum tempo atrás mostrava um cidadão da Roma antiga que, ao datar um documento, faz um gesto de desconsolo e se lamenta: “Esqueci de novo! Pus a.C. em vez de d.C.”. Explicar a graça de uma piada é a melhor forma de desmoralizá-la, mas, **vamos lá**, abramos uma exceção. O romano cometia o mesmo erro, hoje tão comum, de ao emitir um cheque, no começo do ano, repetirmos a data do ano que terminou. (*Artigo de opinião: A vã corrida atrás da história, Revista Veja*)

Além de em (01) e (02) *vamos lá* possuir a mesma forma, há, inclusive, a mesma pausa que as assinala, porém suas funções são distintas, o que somente pode ser observado levando em conta toda a cena comunicativa. Em (01), observa-se um *frame* espacial: a informante narra uma visita feita a um solar de uma família amiga e descreve o que vê ao redor, portanto a forma verbal *vamos* está em seu sentido mais prototípico, sendo o locativo de *lá* seu argumento. Já em (02), o *frame* não é espacial. O autor exprime sua opinião acerca do quanto os erros humanos são atemporais e, portanto, trata-se de uma construção, uma vez que o sentido é diferente da soma dos sentidos de seus constituintes. Podemos concluir que tal sentido é fornecido pelo *frame* não espacial que forma um contexto específico em que as propriedades discursivo-funcionais fornecem relevância pragmática à construção. Observa-se a atuação coercitiva do contexto instituído por mecanismos, principalmente, de inferência sugerida, metonimização e intersubjetificação. Com relação ao esquema imagético *container*, tanto em (01) quanto em (02), não podemos processá-lo separadamente e sim pela relação entre os *containers*, já que no primeiro caso o movimento em direção ao solar nos remete à entrada em um novo lugar distante daquele em que a informante estava (*lá*) e, no segundo, a injunção feita pelo autor nos remete à inserção numa nova intencionalidade acerca da atemporalidade dos atos humanos.

De acordo com as abordagens construcionais, os marcadores discursivos *vá lá* e *vamos lá* são construções definidas como unidades linguísticas maiores que uma palavra, dotadas de uma correspondência entre parâmetros de forma (incluindo informações lexicais, sintáticas e morfofonológicas) e parâmetros de significado (incluindo informações semânticas e pragmáticas) sendo representantes dos fenômenos de variação e mudança

linguística motivados pelo discurso. Tais abordagens enfatizam o papel das construções na estruturação da gramática e as consideram as unidades básicas da língua.

Croft (2001, p.18) apresenta um modelo de estrutura simbólica para uma construção a partir do entendimento de construção como pareamento forma-sentido. Em sua abordagem pode-se entender que as propriedades ligadas à forma abrangem os aspectos que são convencionalizados na construção e as propriedades ligadas ao sentido abrangem os aspectos funcionais de uso. Segundo o autor, o elo de correspondência simbólica entre as propriedades de uma construção é interno, ao contrário das análises componenciais em que tal ligação é externa.

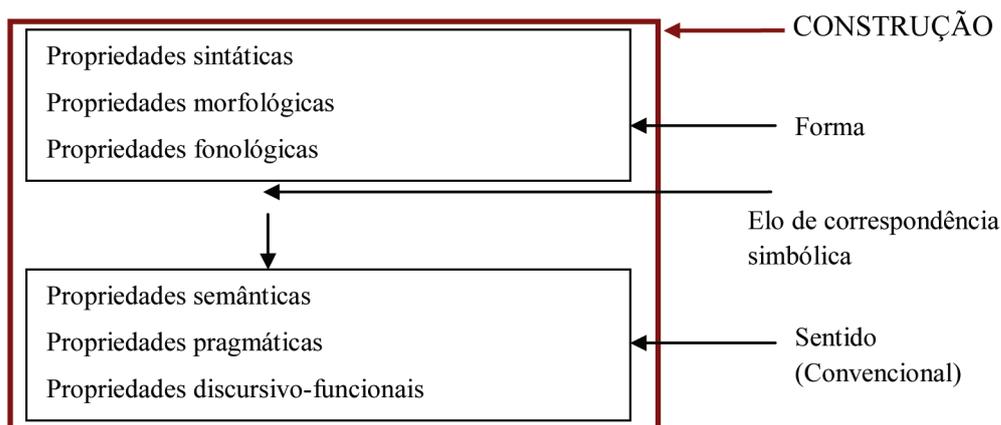


Figura 1. Modelo de estrutura simbólica de uma construção, segundo Croft(2001)

Como se pode observar, o autor propõe um modelo que procura dar conta de todos os níveis de uso de uma dada construção, tanto em termos de suas propriedades formais quanto referenciais. A conexão entre convencionalização de sentido e forma é interna à construção, envolvendo aspectos mais arbitrários e outros mais motivados. Do ponto de vista formal, Croft (2001) destaca os componentes fonológicos, morfológicos e sintáticos envolvidos na construção e os correlaciona com o sentido articulado nos níveis semântico, pragmático e discursivo-funcional. Trata-se, portanto, de um modelo holístico de abordagem construcional, que procura dar conta das distintas dimensões aí envolvidas e suas interfaces.

Croft se insere num contexto mais amplo onde se estuda as construções através de uma gramática específica. Nossa pretensão neste estudo é justamente utilizar esses conceitos para entender a gramaticalização das construções *vá lá* e *vamos lá* dentro de um contexto maior, visto que sua realização se insere sempre dentro de um contexto específico.

Como o autor entende uma construção como um conjunto de propriedades que se ligam internamente para formar um único sentido, sua proposta engendra o entendimento de que uma construção é composta de multicamadas assim como entendemos o processo de gramaticalização, portanto nossas análises focam todas as propriedades de uma construção para que as enquadremos como tal.

No que tange à classificação como micro-construções, Traugott (2008) apresenta um estudo em que estabelece uma taxonomia pautada por níveis de esquematicidade fazendo um entrelaçamento entre o nível de análise da gramaticalização — em que as micros representariam mudanças *types* específicas — e o da gramática de construções — em que representariam construções *types* individuais. Assim, tal classificação estabelece que as micro-construções como *vá lá* e *vamos lá* teriam um nível micro de esquematicidade já que são ocorrências *types* individuais.

Desse modo, a gramaticalização das construções se realizaria na medida em que padrões de uso são rotinizados em determinados contextos e passam a compor um esquema mental acessível aos falantes. Para nossa proposta de estudo, o surgimento de usos padronizados se adequa a uma proposta construcional.

Consideramos gramaticalização como exposto por Heine e Kuteva (2007, p. 32), em que:

[...] é definida como o desenvolvimento de formas lexicais para gramaticais, e de formas gramaticais para mais gramaticais. Desde que o desenvolvimento de formas gramaticais não é independente das construções nas quais elas se inserem, o estudo da gramaticalização está da mesma maneira preocupado com construções, e com segmentos mais amplos de discurso.

E também, conforme Hopper e Traugott (2003, p. 18), em que “Gramaticalização é a mudança por meio da qual itens lexicais e construções vêm em certos contextos linguísticos servir a funções gramaticais, e uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais”.

Traugott (2008, p. 219-220) diz que:

Considerando construções como sendo objetos teóricos projetados para apreender as associações sistemáticas entre forma e significado, assumo que estas, concebidas em tradições recentes da gramática de construção, e especialmente da gramática de construção radical, fazem parte, possivelmente a totalidade, da construção de blocos de gramática.

Assumo também que gramaticalização, entendida como a saída do processo de uso da linguagem que leva a mudanças sistemáticas na forma morfossintática e no significado, é um tipo de mudança base que pode levar à reorganização dos aspectos centrais sintagmáticos e paradigmáticos da linguagem.

A partir dessas considerações, é coerente pensar numa aproximação entre a gramática de construções e o estudo da gramaticalização. Segundo Traugott (2008, p. 220): “Os contextos em que os itens lexicais sofrem gramaticalização têm frequentemente sido chamados de ‘construções’ na literatura e, tem sido vistos como a fonte, assim como o resultado da gramaticalização”.

Análise

Abaixo apresentamos os *clines* propostos que visam a dar conta dos usos identificados na trajetória de gramaticalização das construções.

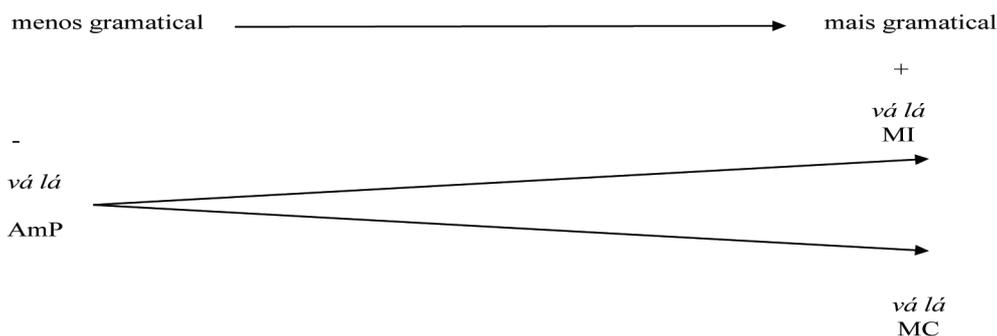


Figura 2. Cline *vá lá*

Ao analisarmos as ocorrências do *corpus*, identificamos três padrões de uso para *vá lá*, um como *arranjo mais prototípico* e dois outros como *microconstruções*. No entanto, percebemos duas trajetórias distintas de gramaticalização, uma vez que não distinguimos graus de abstratização nos usos construcionais estudados. Segundo alguns autores, estaríamos diante de um caso de poligramaticalização:¹

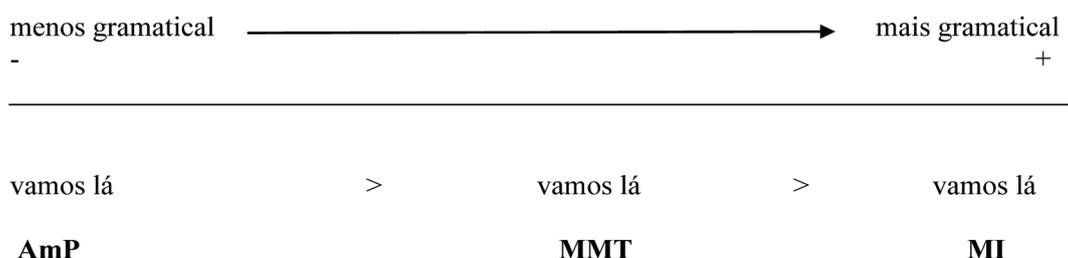


Figura 3: Cline *vamos lá*

Identificamos três padrões de uso para *vamos lá*: um como *arranjo mais prototípico* e dois outros como *microconstruções* numa única trajetória, nela MMT se posiciona antes de MI. A primeira possui função mais ligada ao texto, o que representa caráter mais incipiente de gramaticalização. Por outro lado, apesar de estarem inseridas em contextos injuntivos em que o administrador da interação conduz o destinatário, não se enquadram em MI na medida em que existe mais uma característica que a particulariza: a condução se dá entre TDs, quer seja a um novo tópico discursivo ou a uma expansão do tópico ou ainda a um subtópico. Na sequência da trajetória, MI expressa sentido altamente abstratizado, funcionando pragmaticamente na exortação a determinada intenção.

Vá lá e Vamos lá – Arranjo mais prototípico

Neste estágio, enfocam-se os itens lexicais verbo e advérbio como palavras sintáticas e semanticamente autônomas, de acordo com a definição acima aludida. Conforme ilustrado abaixo:

- (03) Ela se chama Tôsqa e vem com vestidinho de renda, cabelo montadoço, aquela pinta no canto da boca e delineador. A edição é limitada é custa R\$ 66. **Vá lá.** (*Blog Dando sopa, Revista Marie Claire*)

¹ Segundo Braga e Paiva (2003), no processo de mudança linguística, uma mesma construção pode se gramaticalizar em mais de uma direção, desenvolvendo trajetórias distintas ao apresentar usos e funções gramaticais diferentes. Ocorre, portanto, poligramaticalização.

- (04) Por isso, não admito a indiferença. Eu jogo tranca com a mãe da diretora da loja. Ela sempre me diz: “**Vamos lá** que eu te apresento uma vendedora e você vai ser tratada feito rainha”. (*Reportagem de Daniela Pinheiro, revista Veja edição 1.657*)

Em (03) e (04), a posição tanto dos verbos quanto dos advérbios, em sequência, não os define como construções, visto que o sentido indicado pelo verbo *ir* nas duas situações é de deslocamento concreto no espaço, portanto pleno em sua origem. Com relação ao advérbio *lá*, em ambos os casos, indicam um lugar físico e fazem referência textual.

O contexto em que se inserem os arranjos mais prototípicos *vá lá* e *vamos lá* representam sequências expositivas, tanto no *blog* quanto na reportagem os produtores tencionam apresentar informações sobre um lugar específico, pretendendo imparcialidade; revela, então, reflexão, avaliação, exposição de ideias, situa-se no conhecer. Ao constituir seus textos, os autores fazem uma escolha quanto à direção para abordar o assunto. Nesse primeiro recorte existe um viés argumentativo, porém, ao adequá-lo aos gêneros em questão, o autor precisa utilizar um grau de imparcialidade. É aí, então, que os sentidos originários se refletem, na concretude verossímil da exposição.

***Vá lá e Vamos lá* – abordagem construcional**

Na gramaticalização de *vá lá*, a presença do verbo *ir* na 3ª pessoa do singular demonstra um estágio mais gramaticalizado da construção, já que neutraliza totalmente a expressão de pessoa, isto é, um comentário do autor (1ª pessoa), indicando sua crença e atitude, é proferido acerca de uma proposição estabelecida anteriormente por algum fato ou alguém (2ª ou 3ª pessoa). Isso direciona a atenção do destinatário àquilo que foi dito e funciona como um indicador da opinião do falante, marcando sua subjetividade. Em *vamos lá*, a presença do mesmo verbo na 1ª pessoa do plural parece demonstrar um exemplo mais acentuado da transição e complementaridade dos mecanismos de subjetificação e intersubjetificação, já que o verbo nessa pessoa do discurso demonstra uma integração maior entre falante e ouvinte. Essa percepção se deve exatamente ao fato de que, no mecanismo de subjetificação, o falante demonstra e codifica suas perspectivas e, na intersubjetivação, as mesmas apontam para o ouvinte. A utilização do verbo *ir* nessa pessoa do discurso evidencia o compartilhamento de ideias e atitudes; nesse sentido o falante parece envolver o destinatário em sua argumentação de forma que o faça aderir a ela, através de um viés exortativo.

Além da questão da atitude e da propriedade cognitiva da linguagem advinda da díade falantes-ouvintes, a pressão que se estabelece nos contextos discursivos para que as trocas conversacionais sejam pautadas pelo princípio de informatividade ou relevância leva à convencionalização das implicaturas conversacionais, ou, nas palavras de Traugott, das “inferências sugeridas” advindas dos contextos interativos que se tornam, pela frequência de uso, formas de expressão rotinizadas de uma comunidade linguística.

Os dados abaixo são considerados exemplos representativos da distinção que pretendemos fazer em relação à codificação das marcas de subjetificação e intersubjetificação.

- (05) Parece que a revista People perdeu o foco em sua última lista de mais-mais que ela sempre inventa. Afinal, o que dizer das amigas Lindsay Lohan e Nicole Richie (1), eleitas como as mais descoladas? Fossem as mais antipáticas, **vá lá**. (*Revista Época Edição 382*)

- (06) Sim, na linguagem do Senado a “nobreza” pode vir junto com a “mentira”, a “excelência” com a “culpa”, mas **vamos lá** – isto não é defeito, mas virtude. (*Revista Veja edição número 1.699*)

No caso de *vá lá* (05), parece ficar claro que o verbo na 3ª pessoa do singular apresenta um caráter maior de subjetificação, já que, conforme comentamos anteriormente, tende a demonstrar e codificar a perspectiva e atitude do falante que se manifestam através das relações comunicativas. Em (06), o verbo na 1ª pessoa do plural movimenta o foco para o ouvinte, ou seja, o falante passa a codificar significados em relação às atitudes do ouvinte. A veracidade da proposição e a postura argumentativa, objetivando o envolvimento do destinatário em seu ponto de vista, são fatores que indicam os mecanismos de intersubjetificação inerentes às mudanças semânticas.

Com relação aos mecanismos metonímicos, podemos pensar em uso convencionalizado das construções, já que suas interpretações foram sugeridas através de inferências feitas a partir do contexto. Percebe-se que, ao se rotinizarem, ambas as construções passam a fortalecer sua expressividade, nessas situações discursivas, convencionalizando as implicaturas conversacionais.

Segundo os dados levantados, a construção com *vamos* atua como uma forma linguística sistematizada para exprimir a parceria de pontos de vista entre o falante e o ouvinte, caso esse típico da sequência tipológica argumentativa e injuntiva. Na construção *vá lá* a intenção é persuadir o destinatário na medida em que o produtor expressa sua opinião, na unidade *vamos lá* o produtor tenciona fazer o destinatário concordar e assumir o seu ponto de vista.

***Vá lá* – Marcador de injunção e Marcador de consentimento**

Expomos abaixo dois dados em que *vamos lá* se apresenta como construção, em dois estágios polissêmicos de gramaticalização, representando o que Hopper (1991) caracteriza como o princípio da divergência.

No primeiro caso, a construção expressa um valor de ordem que conduz o destinatário a realizar determinada ação, já no segundo, expressa um comentário ligado à crença do falante na proposição. Os dados retirados do *corpus* parecem ratificar tal afirmação, conforme os fragmentos (07) e (08), a seguir:

- (07) É que um dos efeitos dos ingredientes gordurosos é melhorar a textura e enfatizar o gosto das receitas, ajudando a dispersar o aroma dos temperos que botamos na comida. Será que depois dessa você ainda precisa ler a dica? **Vá lá**: coloque uma pitadinha de gordura na panela. (*Reportagem, revista Saúde é vital*)
- (08) Só isso. Ainda que, **vá lá**, os tradicionais adversários tivessem se juntado em Belo Horizonte, que, ao menos, tal união tivesse honrado a política com uma liderança real. (*Blog Reinaldo Azevedo – Veja on line*)

No fragmento (07), tanto o verbo quanto o locativo encontram-se afastados de seu eixo categorial prototípico, em prol da formação de uma construção que funciona pragmaticamente, como MI, na veiculação e defesa da opinião expressa no ponto de vista do falante que pretende direcioná-la ao seu destinatário. Nesse caso, o sentido básico da injunção situa-se no campo do dever — dever fazer, dever ser. Dever que pode se traduzir como ordem a ser cumprida, como procedimentos necessários à execução de uma ação. A

inferência sugerida pela composição desse contexto específico exerce pressão metonímica para a gramaticalização da construção.

Em (08), observamos a construção *vá lá*, que, a partir de um sentido fundado em situações extralinguísticas, se desloca para outro fundado na expressão do falante. Esse sentido expressivo se embasa numa atitude mais pessoal ao contrário do proposicional, que corresponderia a uma atitude menos pessoal. Nesse estágio, a atitude do falante exprime sua subjetividade com respeito à situação discursiva ancorada no contexto, portanto o mecanismo de subjetificação está atuando na convencionalização da unidade.

No caso de (08) percebe-se uma função modalizadora de consentimento, típica de comentário pessoal, marcada pelas vírgulas e pelas pausas, que se sumariza no gradiente *deslocamento no espaço (emissor) > deslocamento na expressividade (opinião)*. O contexto específico formado pela sequência tipológica argumentativa favorece a rotinização da construção numa função particular. Em termos de metaforização, o deslocamento do sentido mais referencial para um mais expressivo exprime transferência entre domínios. Assim, tanto a forma verbal *vá* quanto o locativo *lá*, ao contrário de (03), não exprimem seus sentidos prototípicos.

***Vamos lá* – Marcador de mudança de tópico e Marcador de injunção**

Expomos abaixo dois dados em que *vamos lá* se apresenta como construção, em dois estágios distintos de gramaticalização:

a) Marcador de mudança de tópico

- (08) I: sim mas ...o entrevistado sou eu ...
E: é verdade...**vamos lá**... a parte do mar tá acabado?
I: é...
E: você vai mexer agora só no céu? (*D&G-Natal*)

b) Marcador de injunção

- (09) Já deu para entender o bastidor deste negócio de US\$ 700 bilhões, não? A questão complica na hora em que se define o papel de cada um. **Vamos lá**: quem decide quais papéis comprar? O Secretário. (*Revista Veja on line.*)

Partindo dos mecanismos de subjetificação e intersubjetificação, podemos perceber a convencionalização da construção *vamos lá* em determinados contextos de uso cuja manifestação do falante, seu ponto de vista com relação à proposição, torna-se mais expressiva e, portanto, mais subjetiva. Como tal processo é entendido pragmaticamente, o destinatário passa a ser focado na construção de forma a demonstrar a atitude do falante em relação a ele; essa verificação pode ser realizada a partir de determinados usos e de tipologias textuais em que se inserem. A polissemia da construção sugere nuances de sentido que conduzem a reinterpretção contextual a partir de inferências sugeridas que se rotinizam e se convencionalizam codificando novos significados, fenômeno esse explicado mais adequadamente em termos de metonímia. A metaforização é percebida através da operação entre os domínios conceituais, levando um sentido concreto a um abstrato em termos de uma macro-estrutura, na derivação *deslocamento no espaço (emissor) > deslocamento na vontade (intenção)*.

Em (08) e (09) *ir* não apresenta mais seu sentido concreto de movimento, tampouco um sentido mais abstrato de tempo como é utilizado em diversas perífrases verbais, e *lá* também está mais abstratizado, uma vez que não indica um lugar determinado, resultado da vasta granularidade que lhe é característica, já que esse locativo traz a marca da imprecisão e da indefinição situacional. Em (08), como marcador de mudança de tópico, *vamos lá* reflete um abstratização de seus itens em prol de um único sentido, o verbo *ir* não indica deslocamento no espaço e sim, nos turnos conversacionais, e o locativo *lá*, indicando um lugar no texto dito ou a dizer, não caracteriza lugar concreto. Já em (09) a marca interacional é maior ainda, com a construção mais “descolada” do contexto gramatical, no cumprimento de papel pragmático. O que justifica as posições no *cline*.

Considerações finais

Identificamos que as situações sintático-semânticas e discursivo-pragmáticas específicas promovem a gramaticalização de determinados usos construcionais de *vá lá* e *vamos lá*. As construções se enquadram no nível micro de esquematicidade, segundo Traugott (2008), pois partiram do nível de constructos, foram relacionadas inovadoramente em uma construção da qual não poderia ser tradicionalmente uma instância e tal inovação foi replicada e convencionalizada por outros falantes

Vá lá, como construção, comporta-se como: a) *marcador de injunção*, com maior incidência em sequências injuntivas, cuja atuação da inferência de ordem, determinação, mando determina ao destinatário a realização da ação, b) *marcador de consentimento*, com maior incidência em sequências argumentativas, em que atuação da inferência de consentimento, aprovação, concordância permite que o falante leve o destinatário a crer em sua opinião, conduzindo-o a uma reflexão a fim de convencê-lo.

Vamos lá, como construção, comporta-se como: a) *marcador mudança de tópico*, especializando-se em sequências injuntivas, em que atuação da inferência de injunção conduz a um novo ou a uma expansão do tópico discursivo ou ainda a um subtópico. Apesar de possuir comportamento mais abstrato, ainda está marcado por relações mais textuais, indicando posição menos avançada na trajetória de gramaticalização, b) *marcador de injunção*, com sentido altamente abstrato, revela exclusividade em sequências injuntivas, cuja atuação de inferência de conselho, pedido, sedução, desejo conduz o destinatário à percepção de um dizer que devemos saber e fazer para alcançar um objetivo. O falante envolve o destinatário em sua opinião de forma que o faça aderir a ela.

Constatamos que as construções *vá lá* e *vamos lá*, no uso de MI, passam a competir, com prevalência de *vamos lá*, para função de injunção, ficando *vá lá* mais frequente e disponível para a função de consentimento. Como as ocorrências de *vá lá* são proporcionalmente inferiores a *vamos lá* como MI, verificamos uma tendência à preferência dos falantes/ autores pela nuance de conselho/pedido veiculada por *vamos lá*, o que sugere, a partir das ocorrências do *corpus*, que a primeira poderia estar num processo contrário, de extinção.

A partir das análises do *corpus* identificamos que: i) *vá lá* e *vamos lá* são microconstruções (constructos, cujas inovações foram replicadas e convencionalizadas por outros falantes) em torno do verbo *ir* + *lá*, ii) demonstraram contribuição do entrelaçamento GC-TG, iii) os mecanismos de metaforização, metonimização e inferência sugerida, subjetificação e intersubjetificação atuaram produtivamente no processo de gramaticalização;

iv) as sequências tipológicas foram determinantes na formação de contextos específicos que promoveram a fixação dos padrões de uso analisados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, M. L.; PAIVA, M. da C.. Do advérbio ao clítico *é isso aí*. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). *Português brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 206-212.

BYBEE, J. Mechanisms of Change in Grammaticization: The Role of Frequency. In: BRIAN, J. D.; JANDA, R. D. (Eds.). *The Handbook of Historical Linguistics*. Blackwell Publishing, 2003. p. 602-623.

CROFT, W. *Radical Construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FILLMORE, C. J.; AKTINS, B. T. Toward a Frame-Based Lexicon: Semantics of Risk and its Neighbors. In: LEHRER, A.; KITTAY, E.E. (Eds.). *Frames, Fields, and Contrasts: New Essays in Semantic and Lexical organization*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1992. p. 75-102.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. *Linguística Funcional: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

GIVÓN, T. *Syntax: an introduction*. Vol. I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

GOLDBERG, Adelle. *Constructions: a construction approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

HEINE, B.; KUTEVA, T. *The genesis of grammar: A reconstruction*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

HOPPER, P. J. TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.) *Approaches to grammaticalization*. v. I. Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p.17-35.

LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about mind*. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1987.

MARTELOTTA, M. E. T.; PALOMANES, R. M. Linguística cognitiva. In: _____. et al. (Orgs.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTELOTTA, M. E. Funcionalismo. In: WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E.;

CEZARIO, M. M. *Linguística: fundamentos*. Rio de Janeiro: CCAA Editora, 2006. p. 231-265.

_____. et al. (Orgs.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

TRAUGOTT, E. C. Constructions in Grammaticalization. In: BRIAN, J. D.; JANDA, R. D.(Eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003. p.624-647

_____. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER G.; VEENSTRA, T. (Eds.). *Variation, Selection, Development--Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. p. 219-250.

_____.; DASHER, R. B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VOTRE, S. J.; MARTELOTTA, M. E.; CEZARIO, M. M. da C. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

O comportamento do verbo modal *poder* no discurso de autoajuda: uma investigação no português e no espanhol

(The behavior of the modal verb *poder* in self-help discourse:
a research in Portuguese and Spanish)

Anna Flora Brunelli¹, Sandra Denise Gasparini Bastos²

¹Departamento de Estudos Linguísticos e Literários – Universidade Estadual Paulista (UNESP/SJRP)

²Departamento de Letras Modernas – Universidade Estadual Paulista (UNESP/SJRP)

anna@ibilce.unesp.br, sandradg@ibilce.unesp.br

Abstract: This paper aims to contribute with the studies on the modal verb *poder* as an auxiliary verb, by analyzing, from a functionalist perspective, how it behaves, both in Brazilian Portuguese and Spanish, in self-help discourse. In order to do so, we have resorted to the classification of modalities by Hengeveld (2004), with special focus on the notions of target of evaluation and domain of evaluation.

Keywords: verb *poder*; modality; self-help discourse.

Resumo: Neste trabalho, procuramos contribuir com os estudos referentes ao emprego do verbo modal *poder* na condição de verbo auxiliar, investigando, de uma perspectiva funcionalista, como esse verbo se comporta no português brasileiro e no espanhol peninsular, no discurso de autoajuda. Para tanto, utilizamos a classificação das modalidades proposta por Hengeveld (2004), considerando especialmente as noções de alvo de avaliação e domínio de avaliação.

Palavras-chave: verbo *poder*; modalidade; discurso de autoajuda.

Introdução

O verbo auxiliar modal *poder* nem sempre é tratado nas gramáticas normativas do português. Por exemplo, Cegalla (1980), Cunha (1990) e Cunha e Cintra (1985) não fazem nenhuma referência a *poder* como verbo auxiliar. Sacconi (1994), por sua vez, apresenta-o entre os verbos auxiliares modais, “que exprimem o modo segundo o qual o emissor encara o processo” (SACCONI, 1994, p. 196). O verbo *poder* aparece agrupado com vários outros verbos classificados como auxiliares modais, porém não há nenhuma referência sobre qual seria a semelhança ou diferença entre eles.

Bechara (1999) apresenta os verbos modais como elementos que se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal. O verbo *poder* aparece incluído entre os auxiliares de possibilidade ou capacidade. Kury (1999) também faz referência aos verbos auxiliares modais, incluindo entre eles os verbos que expressam possibilidade ou capacidade, como *poder*, sem nenhuma alusão à ambiguidade desse verbo.

Fora do âmbito das gramáticas normativas, que pouco elucidam sobre as características dos auxiliares modais, Mira Mateus et al. (1983) consideram que os verbos modais constituem por si só modalidades lexicalizadas e empregam o verbo *poder* para exemplificar as modalidades *epistêmica* e *deôntica*.

Koch (1981), desenvolvendo um estudo semântico-pragmático do modal *poder*, na perspectiva de uma “gramática comunicativa”, enfatiza o potencial comunicativo do português, enquanto sistema linguístico, ao explorar a polissemia desse auxiliar. Segundo a autora, esse é um dos “modais que, em língua portuguesa, apresenta maior número de matizes de significado, quer do ponto de vista puramente semântico, quer sob o ângulo de sua força ilocucionária” (KOCH, 1981, p. 103).

Assim, do ponto de vista semântico, o verbo *poder* exprime diversos valores. Um deles é permissão, conforme atesta o exemplo apresentado pela autora:

(01) Os alunos **podem** fumar na classe.

Nesse caso, seguindo a terminologia corrente nos estudos sobre a modalidade, o verbo *poder* é um modal deôntico. A modalidade deôntica, relacionada aos valores de permissão, obrigação e proibição, refere-se ao eixo da conduta; portanto está “condicionada por traços lexicais específicos ao enunciador ([+controle]) e, de outro lado, implica que o enunciatário aceite o valor de verdade do enunciado, para executá-lo” (NEVES, 1996, p. 172).

Segundo Lyons (1977), a modalidade deôntica se aplica a uma proposição relacionada à necessidade ou à possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis; porém o que essa proposição descreve não é um ato propriamente dito, mas o estado-de-coisas que será obtido se o ato em questão for cumprido. Comparando a modalidade deôntica à epistêmica, Lyons observa que a necessidade deôntica (a obrigação) é sempre derivada de alguma fonte ou causa, que pode ser algo ou alguém; pois,

Se X reconhece que ele é obrigado a realizar algum ato, então normalmente há alguém ou alguma coisa que ele reconhecerá como responsável pelo fato de estar obrigado a agir dessa forma. Pode ser uma pessoa ou uma instituição a cuja autoridade ele se submete; pode ser um corpo de princípios morais ou legais mais ou menos explicitamente formulado; pode ser apenas alguma compulsão interna, que lhe é difícil de identificar e precisar. (LYONS, 1977, p. 824)

Outro valor do verbo *poder* é possibilidade, exemplificado em (02):

(02) **Pode** chover amanhã.

Nesse caso, o verbo é uma forma lexical de manifestação da modalidade epistêmica. A modalidade epistêmica está relacionada com o conhecimento ou crença que cada locutor tem (ou diz ter) dos estados-de-coisas relacionados em seu discurso (GASPARINI-BASTOS, 2004, p. 120). Essa modalidade, que se refere ao eixo do conhecimento, envolve os seguintes conceitos: certo, provável, contestável e excluído. Quirk (1985) afirma que a modalização epistêmica pode ser entendida como o julgamento humano do que é possível acontecer. De acordo com Dall’Aglio-Hattner (1995), por meio da modalização epistêmica, o falante avalia como certa ou possível a realidade de um estado-de-coisas ou a veracidade de uma proposição, o que faz a partir de um conjunto de conhecimentos e crenças.

Além desses valores, o verbo *poder* também exprime capacidade (física, moral ou legal) ou habilidade, como mostram os exemplos:

(03) Ele **pode** caminhar muitas léguas sem se cansar. (capacidade física)

- (04) Os pais **podem** aconselhar bem os filhos. (capacidade moral)
- (05) O maior de 18 anos **pode** contrair matrimônio sem autorização do pai ou responsável. (capacidade legal)
- (06) Ele **pode** fazer várias coisas ao mesmo tempo. (habilidade)

Quando exprime esses valores, o verbo *poder* é considerado um modal dinâmico. A modalidade dinâmica, proposta por Palmer (1979), diz respeito justamente aos valores expressos por esse verbo, isto é, capacidade e habilidade. Ao comparar os tipos de modalidade que investiga na língua inglesa, o autor afirma:

Nós podemos, talvez, especular sobre as formas como os diferentes tipos de modalidade podem estar relacionados. Se considerarmos um evento ou uma proposição como um estado-de-coisas, nós começamos com a modalidade epistêmica que apenas afirma que tal estado-de-coisas é possível ou necessário. A modalidade dinâmica sugere, no entanto, que há circunstâncias no mundo real que tornam possível ou necessária a realização desse estado-de-coisas. Com a modalidade dinâmica neutra, essas circunstâncias são gerais (e talvez o termo “circunstancial” seja melhor que neutra para indicar isso), e com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito, elas são características do sujeito. (PALMER, 1979, p. 39)

Com a modalidade dinâmica orientada para o sujeito, Palmer (1979) considera a expressão da possibilidade como uma capacidade/habilidade, contrariando a lógica aristotélica que relaciona a expressão da capacidade à modalidade alética.

Em trabalho posterior sobre modalidade dinâmica, Palmer (1986) afirma que uma frase como “João pode falar italiano” expressa o que parece ser uma afirmação factual não-modal, pois “não envolve nem a atitude nem a opinião do falante (exceto a de que se trata de uma verdade), mas apenas afirma que João tem a habilidade de falar italiano” (PALMER, 1986, p. 102). Com essa observação, Palmer admite que a modalidade dinâmica poderia ser descartada da tipologia das modalidades, mas sugere a sua manutenção em função de sua importância para a compreensão do significado dos verbos modais.

Além de apontar os diversos matizes e significados do verbo, Koch (1981) registra também que, em certos enunciados, ocorre ambiguidade entre poder-possibilidade, poder-capacidade e poder-permissão. Para exemplificar, cita o enunciado *A menina pode comprar o bolo*, que pode receber as seguintes leituras: a) a menina tem o poder de comprar o bolo, isto é, tem dinheiro suficiente (poder = capacidade); b) a menina tem permissão para comprar o bolo (poder = permissão); c) é possível que a menina compre o bolo (poder = possibilidade).

Em função do valor polissêmico do modal *poder* como elemento de um sistema linguístico, precisamos buscar elementos que revelem a leitura adequada no contexto em que esse auxiliar é empregado. A esse respeito, Coracini (1991) afirma que “as ‘marcas modais’ em si não determinam *a priori* o ponto de vista do sujeito enunciadador nem as interpretações possíveis: sua presença ou ausência aponta apenas para uma possível interpretação do texto” (CORACINI, 1991, p. 120).

A partir dessas considerações, temos como proposta analisar o verbo auxiliar modal *poder* no discurso de autoajuda em português brasileiro e em espanhol peninsular, investigando em que medida o contexto contribui para uma leitura adequada do verbo e

consequente solução da ambiguidade. Para tanto, baseamo-nos em estudos funcionalistas que tratam da conceituação das modalidades.

No próximo item, apresentamos a proposta de tratamento funcional das modalidades de Hengeveld (2004), na qual vamos nos basear para analisar o verbo auxiliar *poder*.

As modalidades segundo Hengeveld (2004)

As modalidades são classificadas, segundo Hengeveld (2004), a partir de dois critérios principais: o **alvo de avaliação**, ou seja, a parte do enunciado que é modalizada, e o **domínio semântico**, que indica a perspectiva a partir da qual a avaliação é feita. Considerando o alvo de avaliação, Hengeveld (2004) fala em modalidades orientadas para o participante, para o evento e para a proposição. Pelo domínio semântico, o autor classifica as modalidades em facultativa,¹ deôntica, volitiva, epistêmica e evidencial.

Tratados conjuntamente, os parâmetros apresentados resultam nas seguintes possibilidades: modalidade facultativa orientada para o participante ou para o evento; modalidade deôntica orientada para o participante ou para o evento; modalidade volitiva orientada para o participante, para o evento ou pra a proposição; modalidade epistêmica orientada para o evento ou para a proposição; modalidade evidencial orientada para a proposição. Na sequência, apresentamos brevemente cada tipo de modalidade.

Modalidade facultativa

Na modalidade facultativa orientada para o participante, descreve-se “a habilidade de um participante no evento designado pelo predicado. Em algumas línguas, faz-se a distinção entre habilidade intrínseca (‘ser capaz de’) e habilidade adquirida (‘saber como’)” (HENGEVELD, 2004, p. 1194), exemplificadas, respectivamente em (07) e (08):

(07) Você pode mudar a sua vida.

(08) Nós sabemos como educar nossos filhos.

A modalidade facultativa orientada para o evento “caracteriza os eventos em termos das condições físicas ou circunstanciais que possibilitam a sua ocorrência” (HENGEVELD, 2004, p. 1195). Nesse tipo de modalidade, a possibilidade de ocorrência de um evento, que não depende das capacidades intrínsecas do participante, está ligada às circunstâncias em que o evento ocorre, como atesta o exemplo (09):

(09) Com a paralisação dos funcionários, os alunos não podem mais usar a biblioteca da escola.

Modalidade deôntica

A modalidade deôntica orientada para o participante descreve um participante que se encontra sob uma obrigação ou que tem uma permissão para se engajar no evento designado pelo predicado, como em (10):

(10) Você não pode fazer isso.

¹ A modalidade facultativa proposta por Hengeveld (2004) pode ser tratada como equivalente à modalidade dinâmica proposta por Palmer (1979, 1986).

Quando orientada para o evento, descreve a existência de obrigações, permissões e proibições gerais, sem que o sujeito enunciador assuma a responsabilidade por esses julgamentos. Essa qualificação é mais comum em construções unipessoais (exemplo (11)), apesar de ocorrer também em construções pessoais (exemplo (12)).

(11) É proibido pedir esmolas.

(12) Não podemos pedir esmolas.

Modalidade volitiva

A modalidade volitiva orientada para o participante descreve o desejo de um participante de se engajar no evento descrito pelo predicado. Se orientada para o evento, caracteriza um evento como desejável ou indesejável, sem o envolvimento do sujeito enunciador nessa avaliação. Já na modalidade volitiva orientada para a proposição, o sujeito enunciador (e não o participante do evento descrito na oração) é a fonte da atitude volitiva expressa na proposição. Os exemplos (13), (14) e (15) correspondem, respectivamente, à modalidade volitiva orientada para o participante, para o evento e para a proposição.

(13) João quer nadar todos os dias.

(14) É desejável que todos compareçam à reunião.

(15) Quero que nosso povo não sofra mais.

Modalidade epistêmica

Nos casos de modalidade epistêmica orientada para o evento, um evento é caracterizado como possível ou não a partir do que é sabido sobre o mundo (exemplo (16)). Na modalidade epistêmica orientada para a proposição (exemplo (17)), a qualificação modal especifica “o grau de comprometimento do sujeito enunciador com relação à proposição que ele apresenta” (HENGEVELD, 2004, p. 1192).

(16) A crise pode durar muito.

(17) Provavelmente, não vamos obter sucesso assim.

Modalidade evidencial

A modalidade evidencial diz respeito à fonte da informação contida no enunciado e ao modo como o enunciador obteve essa informação. Os diferentes tipos de fonte (o falante, uma fonte definida ou indefinida ou ainda um conhecimento comum) e o modo como o falante obteve a informação são responsáveis pelos diferentes graus de confiabilidade da informação expressa pela proposição, como mostram os exemplos (18) e (19), nos quais as diferentes fontes de informação (uma fonte externa ou o próprio falante, respectivamente) alteram a maneira como a informação é recebida:

(18) Dizem que a riqueza depende de sorte.

(19) Sei que o sucesso só depende de nós mesmos.

Na sequência, veremos os valores específicos assumidos pelo verbo modal *poder* no discurso de autoajuda em português e em espanhol, seguindo Neves (2006), para quem diferentes tipos textuais favorecem diferentes modalidades.

Valores assumidos pelo verbo modal *poder* em português e em espanhol

A partir da classificação feita por Hengeveld (2004) e considerando os empregos possíveis do verbo *poder*, é possível depreender que esse auxiliar modal pode assumir os seguintes valores, tanto em português como em espanhol: modal facultativo orientado para o participante (exemplos (20) e (21)), modal deôntico orientado para o participante (exemplos (22) e (23)), modal epistêmico orientado para o evento (exemplos (24) e (25)).

- (20) **Posso** correr duas horas sem parar.
- (21) **Puedo** nadar hasta el límite de mis fuerzas.
- (22) Você já **pode** se retirar.
- (23) Ya **puedes** empezar el examen.
- (24) O calor **pode** durar muito ainda.
- (25) La fiesta **puede** ser una buena oportunidad para distraerse.

Na sequência, procuramos verificar como essas diferentes manifestações de modalidade, vinculadas ao emprego do verbo auxiliar *poder*, ocorrem no discurso de autoajuda em português e em espanhol, usando como *cópus* dois manuais representativos desse discurso em ambos os idiomas (RIBEIRO, 1992² para os dados do português e TIERNO, 2008 para os dados do espanhol).³ Procuramos pistas no contexto de ocorrência que nos permitam realizar a leitura correta do verbo, dada sua ambiguidade nos dois idiomas.

O verbo *poder* no discurso de autoajuda

A análise do discurso de autoajuda em ambos os idiomas revelou que esse discurso sustenta que todas as pessoas têm condições de realizar seus sonhos, que têm a capacidade de atrair coisas boas ou ruins de acordo com a atitude mental e que, portanto, também têm o poder de mudar os aspectos da vida com os quais não estão satisfeitas.

Em função do tipo de *cópus* investigado, hipotetizamos que o emprego do auxiliar *poder* como modal facultativo, que exprime capacidade, deveria ser frequente nos dados, o que realmente foi verificado, enquanto o emprego de *poder* como modalizador epistêmico orientado para o evento é mais baixo. Para realizarmos o levantamento, consideramos que, em enunciados como os apresentados a seguir, o verbo *poder* é de capacidade:

- (26) Do mesmo modo, **podemos** criar Sucesso na nossa vida. (RIBEIRO, 1992, p. 26)

² Os dados do português pertencem ao *cópus* organizado por Brunelli (2004).

³ Tanto os textos do português como os textos do espanhol foram escritos originalmente nas respectivas línguas.

- (27) El secreto está en preocuparse de aquella parte de la situación o problema que **podamos** controlar. (TIERNO, 2008, p. 46)

Desse modo, com relação ao emprego de *poder*, tais enunciados podem receber as seguintes leituras, respectivamente:

- (26') "Do mesmo modo, nós temos a capacidade de / a habilidade de / o poder de criar Sucesso na nossa vida" ou "Do mesmo modo, nós conseguimos criar Sucesso na nossa vida".
- (27') "El secreto está en preocuparse de aquella parte de la situación o problema que tengamos la capacidad de / la habilidad de / el poder de controlar" ou "El secreto está en preocuparse de aquella parte de la situación o problema que consigamos controlar".

Lembremos que, segundo Palmer (1979), a modalidade dinâmica (facultativa, para Hengeveld, 2004) sugere que há circunstâncias no mundo real que tornam possível ou necessária a realização de um estado-de-coisas. Na modalidade facultativa, presente nos exemplos em questão, essas circunstâncias são características do sujeito. Sendo assim, os exemplos (26) e (27) podem ser entendidos também da seguinte forma:

- (26'') "Do mesmo modo, nós somos tais que conseguimos criar Sucesso na nossa vida", ou "Do mesmo modo, nós temos tais propriedades que conseguimos criar Sucesso na nossa vida", ou ainda "Do mesmo modo, nós temos a capacidade de criar Sucesso na nossa vida";
- (27'') "Nós conseguimos controlar uma situação ou um problema" ou "Nós temos propriedades por meio das quais conseguimos controlar uma situação ou um problema" ou "Nós temos a capacidade de controlar uma situação ou um problema".

A leitura epistêmica desses mesmos enunciados nos daria as seguintes paráfrases:

- (26''') É possível que nós consigamos criar Sucesso na nossa vida.
- (27''') É possível que consigamos controlar uma situação ou um problema.

Na leitura em questão, o sujeito-enunciador estaria avaliando a possibilidade de ocorrência de um estado-de-coisas, isto é, manifestando incerteza a respeito do que diz. Embora essa leitura seja perfeitamente possível para esses enunciados se estivessem em outros contextos, ou mesmo fora de contexto, no discurso em questão ela não parece ser a mais adequada, em função de outros enunciados que compõem o discurso de autoajuda. Tais enunciados dizem respeito a uma das teses fundamentais desse discurso, segundo a qual o sucesso está diretamente ligado à crença na própria capacidade de concretizar os seus desejos, ou seja, quem acredita que vai conseguir sucesso, dinheiro, saúde, etc., consegue e quem duvida, não. Trata-se, portanto, de uma questão de fé, de crença absoluta e, essencialmente, de jamais duvidar do poder que se tem de mudar a realidade (daí outra versão bastante corrente dessa tese: "a realidade é fruto do pensamento").

Assim, como o sujeito enunciador desse discurso prega aos seus interlocutores que eles acreditem no próprio potencial para mudar de vida e alcançar o sucesso como uma condição para que seus anseios e projetos se realizem, seria muito improvável que, em seu próprio discurso, ele manifestasse incerteza a respeito das teses que apresenta. Por isso, para os enunciados em questão, entendemos que a leitura dinâmica é a mais adequada.

Reforçam essa leitura os contextos em que se encontram os enunciados que estamos analisando. Vejamos, por exemplo, o parágrafo no qual se encontra o exemplo (26) em português: “A cada momento estamos criando em nosso cérebro a nossa própria realidade. Do mesmo modo, podemos criar Sucesso na nossa vida” (RIBEIRO, 1992, p. 26); e o exemplo (27) em espanhol: “El secreto está en preocuparse de aquella parte de la situación o problema que podamos controlar. Es mejor que obtengas éxito en ese primer control de parte de los problemas para darte confianza y seguridad”. Parece-nos claro que esses fragmentos podem ser parafraseados da seguinte forma: “Como somos nós que criamos a nossa própria realidade em nosso cérebro, nós conseguimos também criar sucesso na nossa vida” ou ainda “Nós podemos controlar nossos problemas”. Trata-se mais da revelação de um poder/de uma capacidade da mente humana do que da manifestação de uma incerteza.

Em função desses esclarecimentos, passamos a investigar a possibilidade de considerarmos ocorrências de modalidade facultativa também as ocorrências do auxiliar *poder* nos enunciados que nos pareceram ambíguos inicialmente, nos quais a leitura epistêmica seria provavelmente a mais óbvia, se esses enunciados estivessem fora do contexto em que estão inseridos. Assim, um exemplo como:

- (28) Você **pode** ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás. (RIBEIRO, 1992, p. 25)

pode receber as seguintes leituras:

- (28') É possível que você seja hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás (poder como modal epistêmico orientado para o evento);
- (28'') Você é tal (ou “tem tais propriedades”) que consegue / que tem as condições para ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás (poder como modal facultativo orientado para o participante).

O enunciado em questão aparece inserido no seguinte contexto: “É preciso dar oportunidade para que as pessoas e as coisas possam mudar. Inclusive você. Você pode ser hoje uma pessoa bem diferente do que era há cinco ou dez anos atrás”. Parafraseando, temos: “é preciso dar oportunidade para que as pessoas e as coisas consigam/tenham condições de mudar”. Verificamos, portanto, que o sujeito enunciativo está se referindo à não fixidez das situações, ao fato de que elas são passíveis de uma alteração; assim, em função do contexto em que se encontra o enunciado (28), entendemos que a classificação facultativa do modal *poder* é mais adequada.

Embora normalmente apenas os seres animados tenham habilidades, Palmer (1979) entende que a modalidade facultativa, a que ele chama de dinâmica, também se aplica a seres inanimados, indicando que eles têm as qualidades necessárias ou o poder para provocar a realização de um evento. Ou seja, enunciados cujo sujeito é um ser inanimado também admitem dupla leitura (facultativa ou epistêmica). Vejamos alguns exemplos e as leituras possíveis:

- (29) Assim é na vida, tudo que acontece **pode** ser sorte ou azar. (RIBEIRO, 1992, p. 106).

- (29') Assim é na vida, tudo que acontece é possível que seja sorte ou azar. (leitura epistêmica)

- (29'') Assim é na vida, tudo que acontece é tal (ou tem tais propriedades/características) que tem condições de ser sorte ou azar. (leitura facultativa)
- (30) O azar **pode** ser sorte. (RIBEIRO, 1992, p. 103)
- (30') É possível que o azar seja sorte. (leitura epistêmica)
- (30'') O azar é tal que tem condições de ser sorte. (leitura facultativa)

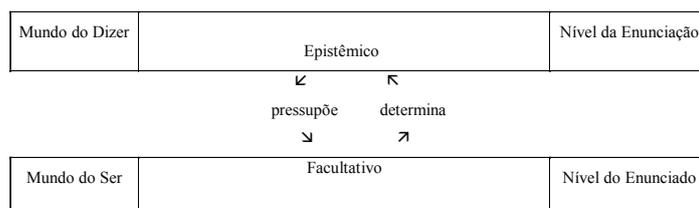
Para os exemplos (29) e (30), a leitura facultativa pode parecer pouco esperada. Entretanto, essa leitura nos parece autorizada em função de certos enunciados que encontramos no *cópus*, como:

- (31) A realidade é algo subjetivo. (RIBEIRO, 1992, p. 21)
- (32) Com a expansão da mente e a mudança de percepção, através de técnicas como as que ensinamos neste livro e em nossos cursos, é possível inverter esta relação e criar uma nova realidade. (RIBEIRO, 1992, p. 27)
- (33) Con razón se dice que la mente (actitud mental positiva) puede sanar el cuerpo. (TIERNO, 2008, p. 112)

Assim, ao afirmar “o azar pode ser sorte”, o sujeito enunciatador está, na verdade, tratando de uma das características, das propriedades do “azar” (mais exatamente de sua mutabilidade, de sua condição de ser alterado) e não simplesmente manifestando uma incerteza a respeito do que diz. É como se estivesse dizendo a seus leitores: “diante do poder da mente, nada na vida é definitivo, conseguimos alterar todas as situações, conseguimos até mesmo transformar uma situação ruim, isto é, uma situação de azar”.

Por outro lado, como o discurso de autoajuda insiste na importância da crença, uma outra paráfrase possível para o enunciado (30) seria: *Para quem acredita, o azar é sorte*. Desse modo, embora não estejamos descartando a leitura epistêmica de enunciados como o exemplo (30), acreditamos que o contexto no qual se encontra nos leva também à leitura facultativa

De fato, essa possibilidade de uma dupla leitura epistêmica e facultativa tem seus fundamentos além dos enunciados em análise, pois existe mesmo um vínculo especial entre essas modalidades, o qual conduz a nossa atenção para a relação entre enunciado e enunciação. A esse respeito, reportamo-nos a Neves (1999-2000), segundo a qual “as quatro modalidades representam realces perceptivos da fronteira entre enunciação e enunciado” (p. 100). Para cada modalidade, há uma orientação diferente, o que a autora esclarece a partir de um esquema, do qual reproduzimos a seguir, de uma forma simplificada, a parte que se refere às modalidades epistêmica e facultativa:⁴



Esquema 1 (adaptado de Neves, 1999-2000)

⁴ No esquema que apresenta, a autora trata também da relação entre a modalidade deôntica e a alética.

Pelo esquema, notamos que os modais facultativos levam verticalmente aos epistêmicos. Essa relação, de acordo com a autora, nasce do fato de que, do ponto de vista pragmático, os epistêmicos pressupõem os facultativos: alguém crê que alguém fará algo, porque está capacitado para isso. Já numa visão horizontal, os epistêmicos afetam o mundo do dizer (o crer), enquanto os facultativos afetam o mundo do referente, pois o fazer é uma faceta do ser.

Nesse mesmo trabalho, Neves (não precisa da ref aqui, Rô?) apresenta os resultados de pesquisa que fez sobre o valor polissemico dos verbos modais no português contemporâneo. Analisando textos escritos, verifica que o verbo *poder* é empregado essencialmente (em 75% dos casos) como epistêmico (orientado para o participante, segundo a classificação que estamos adotando).

Com os esclarecimentos que encontramos no trabalho de Neves (1999-2000), podemos dizer que o discurso de autoajuda segue uma tendência contrária à maior parte dos discursos correntes a partir dos quais os sujeitos enunciam que são, provavelmente, bem menos otimistas que esse discurso. O discurso de autoajuda desperta, ou melhor, revigora no verbo *poder* o matiz de sentido facultativo que se encontra por trás do seu valor epistêmico.

Embora o valor facultativo sempre esteja presente nos empregos epistêmicos do verbo *poder* (conforme o esquema apresentado por Neves), ele não se manifesta necessariamente em qualquer discurso, ao contrário do que acontece com o discurso de autoajuda, que resgata esse valor, o que provoca, certamente, um enfraquecimento no valor epistêmico desse auxiliar como recurso para manifestar incerteza.

Considerações finais

Neste trabalho, refletimos sobre alguns aspectos relativos ao emprego do verbo auxiliar *poder* no português brasileiro e no espanhol peninsular.

Inicialmente, notamos que a literatura a seu respeito não segue uma única tendência: enquanto as gramáticas normativas pouco ou nada dizem sobre a polissemia do verbo, as análises linguísticas destacam seu valor epistêmico e deôntico, o que se deve, provavelmente, ao tipo de *cópus* utilizado para a análise.

Por outro lado, na análise que desenvolvemos, tendo como *cópus* textos representativos do discurso da autoajuda, notamos que o verbo *poder* é empregado frequentemente como um modal facultativo, tanto nos dados do português como nos dados do espanhol. A leitura facultativa é favorecida até mesmo nos casos de possível ambiguidade, o que revela que contextos específicos podem determinar o predomínio de um dado efeito de sentido associado ao emprego do verbo.

Como proposta para estudos posteriores, pretendemos ampliar o *cópus* de análise, a fim de verificar que outros elementos podem (des)favorecer a ambiguidade nos contextos em que o verbo *poder* é empregado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

- BRUNELLI, A. F. *O sucesso está em suas mãos: análise do discurso de autoajuda*. 2004. 149 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 21. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
- CORACINI, M. J. *Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Educ/ Campinas: Pontes, 1991.
- CUNHA, C. F. *Gramática da língua portuguesa*. 12. ed. Rio de Janeiro: FAE, 1990.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DALL’AGLIO-HATTNER, M. M. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 1995. 163p. Tese (Doutorado em Letras. Área de concentração: Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- GASPARINI-BASTOS, S. D. *Os constituintes extrafrasais com valor epistêmico: análise de entrevistas jornalísticas no espanhol e no português*. 2004. 161 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- HENGEVELD, K. Mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.). *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. v. 2. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p.1190-1202.
- KOCH, I. G. V. O verbo *poder* numa gramática comunicativa do Português. *Cadernos da PUC*, São Paulo: Cortez, n.8, p.103-113, 1981.
- KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado IV*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1996. p. 163-199.
- _____. A modalidade: um estudo de base funcionalista na Língua Portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, v. 23, p. 97-123, 1999-2000.
- _____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-221.
- PALMER, F. R. *Modality and the English modals*. New York: Longman, 1979.
- _____. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- QUIRK, R. et al. *A comprehensive grammar of the English language*. 7. ed. London: Longman, 1985.
- RIBEIRO, L. *O sucesso não ocorre por acaso*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SACCONI, L. A. *Nossa gramática: teoria e prática*. 18. ed. São Paulo: Atual, 1994.
- TIERNO, B. *Aprendiz de sabio*. 5. ed. Barcelona: Debolsillo, 2008.

Funções do conector *and* em artigo da área de Saúde Pública: relações adverbiais e direcionamento argumentativo

(Functions of *and* in a paper in the area of social service: adverbial relations and argumentative direction)

Aparecida Feola Sella¹, Clarice Cristina Corbari²

^{1,2} Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

afsella1@yahoo.com.br, ccorbari@bol.com.br

Abstract: This article discusses the functions of *and* in the article “Seven mistakes and potential solutions in epidemiology, including a call for a World Council of Epidemiology and Causality” (BHOPAL, 2009) in order to demonstrate how the apparent neutrality of this connector seems to be responsible for accommodating adverbial relations, which favor an oscillation of uses or functions of this element in the utterances. In addition, this study intends to demonstrate that possible interpretations of the relations established by *and* enable us to situate the functions of this connector within the interpersonal space, linked to the producer’s attitudes, judgments and motivations, as postulated by Halliday (1970) and Halliday and Hasan (1987). The interpersonal space is also linked to the listener’s or reader’s way of processing the text in an attempt to meet the producer’s expectations or intentions.

Keywords: Conjunction *and*; Adverbial Meaning; Interpersonal Function.

Resumo: Este artigo discute as funções do conector *and* no artigo “Seven mistakes and potential solutions in epidemiology, including a call for a World Council of Epidemiology and Causality” (BHOPAL, 2009), buscando demonstrar como a aparente neutralidade atribuída a essa conjunção parece ser a responsável pela acomodação de relações de teor adverbial, favorecendo uma oscilação de usos ou funções desse elemento nos enunciados. Além disso, este estudo busca mostrar que as interpretações possíveis diante das relações estabelecidas pelo *and* permitem situar seu funcionamento no âmbito do espaço interpessoal, ligado não apenas às atitudes, avaliações e motivações do produtor do texto, conforme postulam Halliday (1970) e Halliday e Hasan (1987), mas também ao processamento que o ouvinte ou leitor faz do texto buscando atingir as expectativas ou intenções do produtor.

Palavras-chave: Conjunção *and*; Teor Adverbial; Função Interpessoal.

Introdução

Este artigo retrata parte de pesquisa acerca de funções exercidas por conectores em artigos científicos, com vistas a avaliar como relatos de experiência se apresentam em forma de dados a serem considerados pelos leitores para que haja concordância com os pontos de vista do produtor do texto. Deu-se especial atenção às porções textuais tomadas como acréscimo de informação, articuladas por meio do conector *and*, cujo funcionamento foi concebido a partir de pesquisas anteriores realizadas por Corbari (2005) e Corbari e Sella (2007) sobre o caráter adverbial da referida conjunção. Partindo do estudo de Quirk e Greenbaum (1987), que apontam para o caráter multifuncional da conjunção *and*, as pesquisas de Corbari (2005) e Corbari e Sella (2007) demonstraram que, além do sentido básico de adição ou inclusão do *and*, este conector pode estabelecer relações semânticas de diversas naturezas, tais como causalidade, sequência temporal e oposição, dentre outras.

As pesquisas acima aludidas também foram subsidiadas por Mateus et al. (1983), Camacho (1999), Neves (2000), Koch (2000), Guimarães (2001) e Garcia (2003), que perceberam fenômeno semelhante com relação à conjunção *e*, tomada aqui como, de maneira geral, equivalente ao *and*. Dentre as pesquisas mais recentes, destaca-se a de Penhavel (2005; 2006), que propõe a descrição e sistematização da multifuncionalidade do *e* conforme sua atuação como coordenador de termos e orações e como marcador discursivo, ou seja, o autor procura distribuir as ocorrências do conectivo entre o nível mais local da organização sentencial e o nível da articulação discursiva mais ampla e, em ambos, tratá-las conforme suas funções ideacionais e interpessoais. Embora o autor analise interações orais, nas quais o conector parece ser mais produtivo em suas múltiplas funções, seu trabalho pode auxiliar a análise de textos escritos.

Percebe-se, na maior parte dos estudos acima, que as ocorrências dessa conjunção suscitam um teor adverbial implícito diante do conteúdo dos enunciados conectados. Esse fenômeno revela a fragilidade da noção de “neutralidade” atribuída ao *and* em comparação com outras conjunções coordenativas. Ou seja: trata-se de uma neutralidade apenas aparente, característica que parece ser a responsável pela acomodação de relações de teor adverbial, as quais tendem a recobrir parte do sentido desse conectivo, favorecendo uma oscilação de usos ou funções desse elemento nos enunciados e textos.

A pesquisa aqui proposta, portanto, tem como mote principal relações adverbiais suscitadas pelo conector *and*, enfocadas como responsáveis por direcionamentos argumentativos, mesmo em se tratando de um grau menor. Para efeito de apresentação e exemplificação dos resultados, tomou-se como espaço de ilustração um artigo da área da Saúde Pública, na qual se busca divulgar conhecimento para conscientização da coletividade ou, no mínimo, de cientistas da área. Nesse sentido, o produtor do texto busca focalizar uma perspectiva analítica – pressupõe-se, portanto, teor argumentativo ou nível de modalização mais evidente, recorrendo-se a marcas linguísticas que denunciam pontos de vista, o que destoa, de certa forma, de textos de algumas áreas do conhecimento em que se busca promover maior isenção e objetividade.

As discussões estão apresentadas em duas partes: na primeira, são feitas algumas considerações acerca da atuação multifuncional do *and*, com base nas contribuições de Halliday (1970), Halliday e Hasan (1987), Quirk e Greenbaum (1987) e Schiffrin (1987); na segunda, são examinados alguns enunciados conectados por essa conjunção. Para melhor visualização dos comentários sobre a proposta de Quirk e Greenbaum (1987), procedeu-se à tradução dos enunciados.

É necessário informar que o objetivo deste artigo não é o de sistematizar as funções do *and*, mas o de, por meio de sistematizações por nós propostas, com base nos diversos autores já mencionados, verificar como esse conector pode funcionar em textos de caráter acadêmico-científico, que se diferenciam sobremaneira das interações face a face, em que os múltiplos sentidos e funções do *and* parecem ser mais evidentes.

As múltiplas funções da conjunção *and*

Halliday (1970) e Halliday e Hasan (1987) postulam três principais componentes funcional-semânticos do sistema linguístico, sintetizados a seguir: a) a função ideacional, que se relaciona à expressão do significado cognitivo ou conteúdo proposicional das sentenças,

isto é, à representação dos sistemas de conhecimento e crença e das experiências do falante; b) a função interpessoal, que diz respeito à expressão da representação que o falante elabora da situação de interação, refletindo suas atitudes, julgamentos, o motivo de se dizer algo etc., ou seja, é o espaço da constituição da interação social entre participantes; e c) textual, que se relaciona à mobilização dos recursos que a língua tem de criar texto, possibilitando ao falante construir passagens conectadas de discurso relevantes e coerentes a si mesmos e ao contexto ou situação.

No componente interpessoal, segundo a categorização de Halliday (1970) e Halliday e Hasan (1987), pode-se considerar também a elaboração da interpretação do ouvinte (ou leitor), ou seja, aquilo que o ouvinte elabora da situação de interação tentando capturar, interpretar atitudes, julgamentos e motivações do falante ou produtor ao dizer algo. O próprio termo ‘interpessoal’ já nos leva a essa interpretação, pois indica uma via de mão dupla, um processo *interlocutivo*.

Na perspectiva acima, o texto pode ser considerado espaço multifuncional, no qual se combinam significados ideacionais, interpessoais e textuais. A conjunção *and* pode atuar nesse espaço assumindo as três dimensões, isto é, pode estabelecer conexão entre dois ou mais fatos ou eventos (descrevendo um estado de coisas, por exemplo), ou estabelecer elo entre o que é dito e o modo como é dito (refletindo atitudes do falante, por exemplo), ou, ainda, pontuar processamento textual, funcionando como conector ou operador discursivo, argumentativo, pragmático ou retórico. O exemplo a seguir (QUIRK; GREENBAUM, 1987, p. 257) demonstra como a conjunção pode veicular relações semânticas estabelecidas no conhecimento de mundo ou numa dada perspectiva discursiva.

- (01) They disliked John – **and** that’s not surprising.
[Eles não gostavam de João – e isso não é surpreendente.]¹

No exemplo acima, o conector *and* liga um fato e um comentário ou avaliação do locutor sobre esse fato. Em outras palavras, conecta-se conteúdo proposicional (nível ideacional) à representação que o falante elabora da situação de interação (nível interpessoal).

Quirk e Greenbaum (1987, p. 257) propõem a inserção de conectivos de teor adverbial (*so, therefore, also, then* etc.) em sentenças com *and* para explicitar o valor semântico (embutido) do conector nos enunciados, como mostram alguns dos exemplos dados pelos autores, reproduzidos abaixo, que demonstram, respectivamente, os sentidos temporal, conclusivo e adversativo do *and*.

- (02) She washed the dishes **and** (*then*) she dried them.
[Ela lavou os pratos e (*então, depois, em seguida*) os secou.]
- (03) He heard an explosion **and** he (*therefore*) phoned the police.
[Ele ouviu uma explosão e (*portanto*) ligou para a polícia.]
- (04) He tried hard **and** (*yet*) he failed.
[Ele tentou arduamente e (*contudo*) fracassou.]

Quirk e Greenbaum (1987) identificaram oito relações de sentidos estabelecidas por meio do *and*: causa e consequência, sequência temporal, contraste ou oposição, informação

¹ Todas as traduções apresentadas neste artigo são de nossa autoria.

e comentário, adversatividade, condicionalidade, similaridade tópica, e, obviamente, adição.² Seu trabalho, no entanto, permite estendermos esse tipo de análise para outros possíveis sentidos, e num nível mais amplo que a sentença, como fazem esses autores. Além disso, independente do sentido que o *and* assuma na porção textual em que está inserido, é preciso lembrar que ele sempre mantém o sentido básico de adição. O “exercício” de inserir conectivos de teor adverbial ao lado do *and* permite mostrar possibilidades de leitura, interpretações possíveis diante da conexão com *and*, o que leva a análise para o plano interpessoal, termo que usamos para fazer alusão à clássica categoria proposta por Halliday (1970), e Halliday e Hasan (1987).

Schiffrin (1987), ao analisar o *and* como marcador discursivo, simultaneamente às suas propriedades sintáticas, semânticas e pragmáticas, verifica a sua atuação no mesmo ambiente que outros conectivos. Assim, a autora percebe que o *and* a) ocorre onde o *so* (causativo) pode ocorrer; b) separa uma conclusão geral de uma lista de eventos específicos, ou seja, eventos que descrevem atividades específicas, as quais propiciam terreno para uma afirmação atitudinal geral, que “soa” como uma conclusão; c) pode coocorrer com expressões temporais, dentre elas o conectivo adverbial *then* (SCHIFFRIN, 1987, p. 128-152). Embora Schiffrin analise a atuação do *and* em interações verbais, seus achados oferecem contribuição igualmente para a análise de material escrito.

Na perspectiva dos estudos aqui mencionados, o *and*, ao articular, implicitamente, relações de teor adverbial entre os enunciados conectados, fornece ao produtor do texto a possibilidade de se apropriar da aparente noção de neutralidade como uma estratégia de atribuir ao interlocutor/leitor a interpretação do teor adverbial, o qual seria sugerido pelo *and*, mas orientado pelo conteúdo das orações conectadas. Em outras palavras, a aparente neutralidade parece ser a responsável pela acomodação do teor adverbial oscilante de usos ou funções, o que rende ao leitor o papel de processar a leitura que mais se aproxima de suas expectativas. Um leitor menos ativo, digamos, ficará mais preso à noção de neutralidade ou de simples adição, enquanto um leitor mais perspicaz avaliará a conexão levando em conta a oscilação de sentidos, ou seja, sondará as possíveis interpretações de teor adverbial, buscando alcançar as expectativas do produtor quanto à interpretação do seu texto, ou mesmo traçar a que melhor atende aos seus objetivos de leitor.

Análise de alguns enunciados conectados pelo *and*

Para a análise aqui proposta, selecionamos o artigo “Seven mistakes and potential solutions in epidemiology, including a call for a World Council of Epidemiology and Causality”, de autoria de Raj Bhopal, publicado no periódico *Emerging Themes in Epidemiology*, em dezembro de 2009. Nesse artigo, o autor propõe indicação de sete erros cometidos pela área da epidemiologia e, ao mesmo tempo, sete possíveis soluções para esses erros. Note-se que o objetivo postulado pelo autor serve como mote inicial do teor argumentativo do texto.

Do *corpus* obtido, selecionamos, para a análise aqui proposta, um recorte, na tentativa de demonstrar como os sentidos do *and* estão condicionados pela progressão textual, o

² Os autores não nominam as categorias, mas apenas explicam as relações de sentido possíveis estabelecidos pelo *and*. As denominações usadas aqui (causa e consequência, adversatividade, similaridade tópica etc.) são de nossa autoria, baseadas nas explicações dos autores.

que pode render pouca oscilação de sentidos. Essa oscilação, no entanto, pode ser avaliada por basicamente dois tipos de leitor, constituídos de forma polarizada: a) aqueles que não observam oscilação do teor adverbial e nem mesmo os direcionamentos dados pela progressão textual aos enunciados; e b) aqueles que ou avaliam essas características ou tecem articulações mediante seus próprios propósitos, suas próprias intenções.

Para fins de visualização das formas de construção de espaços de adverbialização após o *and*, adotamos a estratégia de Quirk e Greenbaum (1987), como demonstram os exemplos (02), (03) e (04) anteriormente apresentados, de inserir, em parênteses e em itálico, conectivos ou porções textuais de teor adverbial. Ousamos até falar em manobras de modalização possíveis, caso os elementos entre parênteses (ou outros correlatos) tivessem sido realmente utilizados pelo produtor do texto.

O recorte selecionado para a presente análise corresponde ao primeiro enunciado do *abstract*, bem como ao primeiro parágrafo da introdução, em que o produtor do texto reelabora e expande o primeiro enunciado do *abstract*. Para fins de contextualização, reproduzimos abaixo parte do *abstract*.

All sciences make mistakes, and epidemiology is no exception. I have chosen 7 illustrative mistakes and derived 7 solutions to avoid them. The mistakes (Roman numerals denoting solutions) are:

1. Failing to provide the context and definitions of study populations. (I Describe the study population in detail)
 2. Insufficient attention to evaluation of error. (II Don't pretend error does not exist.)
 - [...]
 7. Failure to utilise study data to benefit populations. (VII Establish a World Council on Epidemiology to help infer causality from associations and apply the work internationally.)
- Analysis of these and other common mistakes is needed to benefit from the increasing discovery of associations that will be multiplying as data mining, linkage, and large-scale scale epidemiology become commonplace. (BHOPAL, 2009, p. 1).

[Todas as ciências cometem equívocos, e a epidemiologia não é exceção. Escolhi 7 equívocos ilustrativos e deduzi 7 soluções para evitá-los. Os equívocos (com números romanos indicando soluções) são:

1. Não fornecer o contexto e as definições das populações em estudo. (I Descrever detalhadamente a população em estudo)
2. Atenção insuficiente à avaliação do erro. (II Não fingir que o erro não existe.)
- [...]
7. Não utilizar dados de estudo para beneficiar populações. (VII Estabelecer um Conselho Mundial em Epidemiologia para ajudar a inferir causalidade de associações e aplicar o trabalho internacionalmente.)

A análise desses e de outros equívocos comuns é necessária para beneficiar-se da crescente descoberta de associações que se multiplicarão, à medida que a mineração de dados³, a associação de dados, e a epidemiologia em larga escala se tornarem lugar comum.]

A composição do *abstract* mostra a disposição das informações pelo autor: primeiramente, uma afirmação de caráter geral, para dar a ideia ampla (o mote) do texto;

³ Refere-se ao processo de exploração e análise de grandes quantidades de dados, com o objetivo de descobrir padrões ou regras que permitam uma melhor compreensão da informação contida nos mesmos (Disponível em: <<http://www.thefreedictionary.com/data+mining>>. Acesso em: 7 set. 2010).

em segundo lugar, indicação do objetivo; na sequência, enumeração dos sete equívocos mencionados anteriormente, seguidos de soluções, entre parênteses; finalmente, após equívocos e soluções resumidamente apontados, um enunciado conclusivo, com orientações sobre a importância e implicações da análise de equívocos.

Destacamos, a seguir, o recorte que corresponde ao primeiro enunciado do *abstract*.

(05) All sciences make mistakes, **and** epidemiology is no exception.

[Todas as ciências cometem equívocos, e a epidemiologia não é exceção]

No primeiro segmento, *All sciences make mistakes*, há uma generalização, evidenciada pelo uso do elemento *all*. No segundo segmento, introduzido pelo *and*, focaliza-se a área em discussão, numa espécie de extensão ou confirmação da “validade” do que foi dito no primeiro segmento: *and epidemiology is no exception*. Parece tratar-se de uma estratégia de atenuação: a área da epidemiologia comete erros (e há o reconhecimento disso por parte do autor), mas não é a única a fazê-lo, ou seja, trata-se de um “atributo” compartilhado pelas demais ciências. O segundo segmento representa, portanto, conclusão “óbvia”, “lógica”, “dedutiva” do que foi dito no primeiro segmento, de modo que é possível inserir advérbio de teor conclusivo, como vemos no exemplo a seguir.

(06) All sciences make mistakes, **and** (*therefore / consequently*) epidemiology is no exception.

[Todas as ciências cometem equívocos, e (*portanto / consequentemente*) a epidemiologia não é exceção]

Porém, caso fosse objetivo do produtor do texto indicar reforço ou confirmação com relação à validade da asseveração feita no primeiro segmento, elementos de sentido mais enfático e que expressam maior grau de certeza por parte do produtor poderiam acompanhar o *and*, como vemos no exemplo a seguir.

(07) All sciences make mistakes, **and** (*obviously / of course*) epidemiology is no exception.

[Todas as ciências cometem equívocos, e (*obviamente / é claro*) a epidemiologia não é exceção]

Na sequência, enumeram-se, conforme já mencionamos, os sete exemplos escolhidos, cada um deles seguido da respectiva solução apontada pelo produtor do texto. Nesse sentido, o *and* pode revelar indicação catafórica, podendo ser interpretado da seguinte maneira:

(08) All sciences make mistakes, **and** (*as I will demonstrate below*) epidemiology is no exception.

[Todas as ciências cometem equívocos, e (*como vou demonstrar abaixo*) a epidemiologia não é exceção.]

A seguir, reproduzimos o primeiro parágrafo do artigo.

All sciences **and** scientists make mistakes, **and** epidemiology **and** epidemiologists (including this writer) are no exception. Epidemiological mistakes may maim **and** kill, **and** sometimes the toll can be massive. The contemporary exemplar of this is hormone replacement therapy (HRT), used by millions of women in the hope of reducing cancer **and** heart disease. Fortunately, the saving of life **and** health benefits arising from epidemiology, despite its mistakes, seem to outweigh the harm. The lives saved from epidemiological studies of tobacco, for example, possibly outweigh all our mistakes, **and** the information will save even more lives as tobacco control spreads globally, particularly in Asia. This judgment, however, needs **and** deserves quantitative evaluation. (BHOPAL, 2009, p. 1).

[Todas as ciências e todos os cientistas cometem erros, e a epidemiologia e os epidemiologistas (incluindo este escritor) não são exceção. Erros da epidemiologia podem mutilar e matar, e às vezes as perdas podem ser enormes. O exemplo contemporâneo disso é a terapia de reposição hormonal (TRH), utilizado por milhões de mulheres na esperança de reduzir o câncer e as doenças cardíacas. Felizmente, o salvamento de vidas e os benefícios para a saúde decorrentes da epidemiologia, apesar de seus erros, parecem compensar o dano. As vidas salvas a partir de estudos epidemiológicos sobre tabaco, por exemplo, possivelmente, superam todos os nossos erros, e as informações vão salvar ainda mais vidas à medida que o controle do tabaco se espalha no mundo, particularmente na Ásia. Esse julgamento, porém, precisa e merece uma avaliação quantitativa.]

Verifica-se que grande parte das ocorrências do conector *and*, geralmente vinculada a elementos menores que a oração, retrata sentido aditivo, inclusivo ou cumulativo, podendo ser-lhe acrescentado o advérbio de caráter aditivo *also*, de acordo com a proposta de Quirk e Greenbaum (1987). É o caso, por exemplo, de: (i) *sciences and (also) scientists*; (ii) *epidemiology and (also) epidemiologists*; (iii) *cancer and (also) heart disease*; (iv) *the saving of life and (also) health benefits*.

Embora a maior parte das ocorrências do tipo acima, no parágrafo sob análise, retrate relação basicamente aditiva ou inclusiva, podemos verificar que outros sentidos podem ser encontrados, mesmo quando *and* liga apenas elementos menores que a oração, como veremos adiante. Porém, quando atua entre orações ou enunciados, o caráter adverbializado do *and* é mais visível. Além disso, é em tais ocorrências que, de modo geral, dois atos de fala se unem para demarcar, por exemplo, constatação e justificação, asserção e ressalva, dentre outros.

Conforme já mencionamos, há uma espécie de reelaboração do primeiro enunciado do *abstract* no início do primeiro parágrafo do texto:

- (09) All sciences and scientists make mistakes, **and** epidemiology and epidemiologists (including this writer) are no exception.
[Todas as ciências cometem equívocos, e a epidemiologia e os epidemiologistas (incluindo este escritor) não são exceção.]

Expande-se a ideia já sinalizada no *abstract*: o produtor do texto inclui os cientistas (e não apenas as ciências) como passíveis de cometer erros, bem como inclui os epidemiologistas (e não apenas a área da epidemiologia) como não constituindo exceção. Interessante notar que, entre parênteses, o autor inclui-se, ele próprio, na categoria de profissionais que também podem cometer erros, o que parece ser uma estratégia utilizada para isentar-se de interpretações que levem o leitor a considerar certa prepotência: identificar equívocos e apontar soluções podem render a imagem de que não se é atingido pela possibilidade de também cometer erros.

Vejamos agora o enunciado seguinte, cujo efeito argumentativo é o de reforço ao que foi afirmado anteriormente.

- (10) Epidemiological mistakes may maim **and** kill, **and** sometimes the toll can be massive.
[Erros da epidemiologia podem mutilar e matar, e às vezes as perdas podem ser enormes.]

Nesse caso, retrata-se, no primeiro segmento, possibilidade – explicitada pelo verbo modal *may* – dos efeitos causados pelos erros cometidos em epidemiologia, ou seja, erros

que podem mutilar e matar. Aqui, o *and* parece abrigar teor de ênfase das consequências dos erros da epidemiologia, num sentido gradativo (mutilação e morte). Este segmento pode, então, ser interpretado da seguinte maneira:

- (11) Epidemiological mistakes may maim **and** (*even*) kill [...].
[Erros da epidemiologia podem mutilar e (*até mesmo*) matar [...]]

No segundo segmento, expande-se o impacto dos efeitos: algumas vezes, o preço a se pagar (as vítimas, as perdas) pode ser alto, de modo que podemos cogitar a inserção de *therefore* (portanto), haja vista as mutilações e mortes representarem uma consequência importante a ser considerada.

- (12) [...] **and** (*therefore*) sometimes the toll can be massive.
[[...] e (*portanto*) às vezes as perdas podem ser enormes.]

O que podemos observar, no exemplo (10), é a junção, por intermédio do *and*, de dois atos de fala, ou seja, reconhecimento dos efeitos possíveis dos equívocos da epidemiologia e posicionamento pessoal do locutor sobre essa constatação. Esse movimento perfaz comentário e avaliação dos efeitos ou consequências.

Na sequência do parágrafo, apresenta-se um exemplo atual desses efeitos – cuja remissão faz-se pelo anafórico *this* –, relacionado à terapia de reposição hormonal: *The contemporary exemplar of this is hormone replacement therapy (HRT), used by millions of women in the hope of reducing cancer and heart disease* (O exemplo contemporâneo disso é a terapia de reposição hormonal (TRH), utilizado por milhões de mulheres na esperança de reduzir o câncer e as doenças cardíacas). O enunciado seguinte, por sua vez, tece uma atenuação, caráter evidenciado pelo uso de *fortunately* (felizmente). Nesse enunciado, o autor pondera que os benefícios parecem compensar o dano: *Fortunately, the saving of life and health benefits arising from epidemiology, despite its mistakes, seem to outweigh the harm* (Felizmente, o salvamento de vidas e os benefícios para a saúde decorrentes da epidemiologia, apesar de seus erros, parecem compensar o dano). Nesse ponto de nossa discussão, menciona-se que, embora essas duas sentenças pareçam não estar diretamente ligadas ao sentido do *and*, elas denotam progressão textual que pode ser elucidativa à interpretação do conector nas ocorrências próximas. Por exemplo, parece que esta última sentença sob análise é construída como um “contrapeso” para os erros em epidemiologia, e, na sequência, como se pode ver em (13), o autor cita um exemplo disso (intenção explicitada pelo uso de *for example*), em que o *and* acrescenta informação que expande o exemplo dado.

- (13) The lives saved from epidemiological studies of tobacco, for example, possibly outweigh all our mistakes, **and** the information will save even more lives as tobacco control spreads globally, particularly in Asia.
[As vidas salvas a partir de estudos epidemiológicos sobre tabaco, por exemplo, possivelmente, superam todos os nossos erros, e as informações vão salvar ainda mais vidas à medida que o controle do tabaco se espalha no mundo, particularmente na Ásia.]

No segundo segmento do enunciado acima, iniciado pelo *and*, promove-se a expansão do alcance de benefícios, tendo em vista que as informações fornecidas pela epidemiologia poderão salvar ainda mais vidas (*even more*: teor enfático), já que o controle ao tabaco

se espalha mundialmente, particularmente na Ásia. É possível, nesse exemplo, inserção de *also* após o *and*; porém, aqui não indicaria mera adição, mas uma expansão do que foi dito no primeiro segmento.

Finalmente, no último enunciado do parágrafo, o *and* liga dois verbos, e parece antes abrigar sentido conclusivo que propriamente aditivo:

- (14) This judgment, however, needs **and** (*therefore / for this reason*) deserves quantitative evaluation.
[Esse julgamento, porém, precisa e (*portanto / por esta razão*) merece uma avaliação quantitativa.]

Percebe-se, no exemplo acima, relação estreita entre necessidade e mérito, materializada pelos verbos *need* e *deserve*, se considerarmos que a necessidade justificaria o mérito da avaliação, ou seja: se o julgamento *precisa* de avaliação quantitativa, logo, ele *merece* tal avaliação.

Os exemplos brevemente analisados acima mostram que o *and*, graças à sua aparente neutralidade e ao arranjo do ambiente linguístico (ou ao sentido do cotexto), permite que lhe sejam justapostos conectivos e porções textuais de teor adverbial, sendo que essas porções servem para orientar determinadas interpretações (às vezes, mais de uma em certas ocorrências). Pode-se dizer que, no texto em questão, o uso do *and* permite ao produtor não ser tão “explícito” na tessitura de seus enunciados e deixar outras interpretações possíveis a cargo do leitor.

Considerações finais

Nas porções textuais aqui destacadas para exemplificação da análise, percebem-se formas de focalizar perspectiva analítica e de convencimento – portanto, com maior teor argumentativo. Esse enredo, bastante presente em áreas da ciência que buscam a conscientização, seja de comunidades atingidas pelos fenômenos estudados, seja da classe de pesquisadores envolvidos, geralmente é tecido de modo a incluir tom de subjetividade, e isso se compararmos com textos científicos em que se busca – supostamente – o máximo de objetividade.

É notória a recorrência ao *and* para demarcar posicionamento, dado que a mobilidade de sentidos ou mesmo a atribuição da responsabilidade ao leitor rende mais espaços para movimentos de persuasão, de argumentação, em se tratando de interlocução tradicionalmente marcada pela objetividade e pela deferência aos pesquisadores acionados pela pesquisa.

Na busca por procedimentos discursivos que sirvam para atingir essa finalidade, o conector *and* mostrou-se recurso produtivo, atrelado ao conteúdo das orações conectadas, flexível aos espaços de objetivos/intenções. Percebe-se, portanto, que, em se tratando de artigos científicos, e mediante o cuidado de não explicitação evidente de tomadas de posição, o *and*, por render maior flutuação de teor adverbial, conecta porções textuais variadas, nem sempre ajustadas a certos tipos de conectores, justamente porque algumas orientações argumentativas causam efeito por estarem implícitas.

Essas avaliações corroboram análises feitas em estudos anteriores, em que se considerou o *and* como uma espécie de receptor de diferentes nuances adverbiais, dependendo do cotexto e mesmo do contexto, e demarcador de implícitos, mediante o teor das porções textuais conectadas. A “neutralidade” designada ao *and* parece ser a responsável pela oscilação de sentidos das conexões estabelecidas, o que o usuário da língua percebe

facilmente, pois precisa constantemente estabelecer interlocução. No caso da presente pesquisa, assumimos que o leitor/pesquisador reelabora tais conexões a partir de seu ponto de vista e, assim, conscientemente ou não, acaba por assumir a responsabilidade pela construção de sentido do enunciado. Em outras palavras, as “lacunas” deixadas pelo *and*, pelo caráter de neutralidade que permite seu uso numa gama ampla de contextos, geram espaço para interpretações diversas por parte do interlocutor.

Na perspectiva que estamos tomando, mesmo o texto de teor científico carrega a possibilidade de o leitor reelaborar os sentidos do texto. A cada nova leitura, o leitor tem a possibilidade de revisar leituras, sentenciamentos, conclusões precipitadas ou mesmo gerar ênfases, algumas em relações adverbiais não muito bem delimitadas por parte do produtor do texto. Sendo assim, o enunciado ou texto não rende somente oscilação de sentido, mas rende mesmo tentativas de alcançar as expectativas do produtor quanto à interpretação do texto, e até mesmo tentativas de incutir no interior do texto interpretações mais particularizantes, muitas vezes distantes, talvez, das intenções primeiras do produtor do texto, mas possibilitadas por espaços vagos, insinuados, como os que são tecidos pelo *and*. Neste último caso, o tributo é do leitor em potencial ou não.

Assim, conforme tentamos mostrar aqui, as interpretações possíveis diante das relações estabelecidas pelo *and* permitem situar seu funcionamento no âmbito do espaço interpessoal – noção que emprestamos e ampliamos de Halliday (1970) e Halliday e Hasan (1987) –, ligado tanto às atitudes, avaliações e motivações do produtor do texto quanto ao processamento que o ouvinte/leitor faz do texto buscando atingir as expectativas ou intenções do produtor. Em outras palavras, se o espaço interpessoal pressupõe um locutor e um ouvinte, ou um produtor e um leitor, então tanto o primeiro (locutor/ produtor do texto) tem no sistema linguístico os meios para expressar a representação de uma dada realidade – e pode fazê-lo de forma mais “explícita” ou menos “explícita” –, quanto o segundo (ouvinte/leitor) tem, nesse mesmo sistema linguístico, os meios para elaborar uma representação do que ouve ou lê, na busca de capturar as avaliações e motivações de quem fala ou escreve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHOPAL, R. Seven mistakes and potential solutions in epidemiology, including a call for a World Council of Epidemiology and Causality. *Emerging Themes in Epidemiology*, Edinburgh, v. 6, n. 6, 2009. Disponível em: <<http://www.ete-online.com/content/6/1/6>>. Acesso em: 20 mar. 2010.

CAMACHO, R. G. Estruturas coordenativas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.), *Gramática do português falado*. Vol. VII. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 351-406.

CORBARI, C. C. *Um estudo da conjunção ‘and’ em uma gramática de inglês para estudantes estrangeiros*. 126f. 2005. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

_____; SELLA, A. F. And-constructions: degrees of linearity. *Revista da ANPOLL*, Brasília, v. 22, p. 51-68, 2007.

GARCIA, O. M. *Comunicação em prosa moderna*. 23. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

- GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. In: LYONS, J. (Ed.), *New Horizons in Linguistics*. Harmondsworth: Penguin, 1970. p. 140-165.
- _____; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1987.
- KOCH, I. V. *Argumentação e linguagem*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.
- PENHAVEL, E. *Multifuncionalidade e níveis de análise: o papel do conectivo e na organização do discurso*. 132p. 2005. Dissertação (Mestrado em Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto.
- _____. A multifuncionalidade do conectivo *e*. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. 35, p. 647-656, 2006.
- QUIRK, R.; GREENBAUM, S. *A university grammar of English*. 18. ed. London: Longman, 1987.
- SCHIFFRIN, D. *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

Gramaticalização de verbos e contextos morfossintáticos

(Grammaticalization of verbs and morphosyntactic contexts)

Cristina dos Santos Carvalho¹

¹ Departamento de Educação (*Campus XIV*) - Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

crystycarvalho@yahoo.com.br

Abstract: In this paper I investigate grammaticalized uses of some verbs (for instance, **ver** “to see”, **sentir** “to feel” and **achar** “to think”) in order to verify the relationship between grammaticalization and morphosyntactic contexts. Then, I examine data of spoken Brazilian Portuguese from the 20th Century. The analyzed sample consists of interviews from two Projects: PEUL (Program of Studies on the Use of Language) and PEPP (Program of Studies on Spoken Popular Portuguese from Salvador). Based on theoretical assumptions of the functionalist approach, I show that, in some cases, the morphosyntactic context contributes somehow to the result of the grammaticalized item.

Keywords: grammaticalization; verbal items; morphosyntactic context.

Resumo: Neste artigo, investigo usos gramaticalizados de alguns verbos (por exemplo, **ver**, **sentir** e **achar**) com o intuito de verificar a relação entre gramaticalização e contexto morfossintático. Para tanto, examino dados da modalidade falada do português brasileiro do século XX, extraídos do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) e Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP). Fundamentada em pressupostos teóricos do funcionalismo linguístico, mostro que, em alguns casos, o contexto morfossintático contribui, de alguma forma, para o resultado do item gramaticalizado.

Palavras-chave: gramaticalização; itens verbais; contexto morfossintático.

Introdução

A gramaticalização, no sentido restrito, é entendida como um processo pelo qual itens lexicais assumem, em determinados contextos linguísticos, funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 1997, dentre outros).

Sobre esse processo, Hopper e Traugott (1993) salientam que, além de um único item lexical, uma construção inteira com esse item pode ser gramaticalizada. No que concerne a essa questão, Bybee (2003, p. 602) possui o mesmo entendimento: “De fato, parece mais adequado dizer que é uma construção com seus itens lexicais particulares que se torna gramaticalizada do que dizer que é o item lexical que se gramaticaliza”. É o que se observa, por exemplo, com a gramaticalização do verbo **go** como marcador de futuro na construção **be going to**. Nesse caso, uma construção é entendida como “uma unidade com forma e significado, cujos aspectos de sua forma e de seu significado nem sempre estão previstos pelos elementos individualmente presentes em sua composição, nem por outras construções preexistentes na língua” (GOLDBERG, 1995, p. 04). Assim, verifica-se uma mudança de significado quando se comparam o sentido do verbo **go** isoladamente e o da construção **be going to**: o significado inicial de **go** como verbo pleno implica movimento no espaço, ou seja, a noção de que o sujeito está em um determinado percurso, dirigindo-se a alguma meta; com a gramaticalização desse verbo na construção **be going to**, houve uma generalização do seu significado inicial: o sujeito passa a estar

não mais em um movimento espacial mas sim em um deslocamento temporal, em direção a um ponto final no futuro.¹

Hopper e Traugott (1993, p. 01-02), além de verem a gramaticalização como um processo através do qual um item ou uma construção se torna (mais) gramatical, a definem como um modelo/*framework*, que “se refere à parte do estudo da linguagem que focaliza como formas gramaticais e construções surgem, são usadas e formatam a linguagem”. Sobre essa questão, ainda acrescentam, seguindo a esteira de Givón (1990), que, se a gramaticalização é definida amplamente como um processo que compreende as motivações e o desenvolvimento de estruturas gramaticais gerais, os processos de articulação de orações estão dentro dos seus domínios. No que concerne a esses processos, é interessante destacar que, no português brasileiro, alguns verbos apresentam usos gramaticalizados que se atualizaram em estruturas subordinadas com orações completivas. Dentre esses verbos, podem-se citar os seguintes: **achar** (GALVÃO, 1999; CEZARIO, 2001; FREITAG, 2003), **deixar** (CEZARIO, 2001; CARVALHO, 2004), **parecer** (GONÇALVES, 2003; FREITAG, 2003), **ver** (CEZARIO, 2001; CARVALHO, 2004), **ouvir**, **sentir** (CARVALHO, 2004).

Neste trabalho, analiso os usos gramaticalizados de alguns verbos — **ver**, **sentir** e **achar** — e os contextos morfossintáticos que possibilitaram, em construções complexas, a reanálise desses verbos. Também discuto como, nesses usos, se dá a atuação de alguns dos princípios postulados por Hopper (1991) para a gramaticalização. Para tanto, fundamento-me nos pressupostos do funcionalismo linguístico, sobretudo naqueles da vertente americana (HOPPER, 1991; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; BYBEE, 2003, dentre outros). Como *corpus*, utilizo dados da modalidade falada do português brasileiro contemporâneo, extraídos de entrevistas do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL)² e do Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP).³

Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira, contemplo a noção de gramaticalização e um dos conceitos considerados importantes para essa noção, o de *cline*, enfatizando um dos percursos estabelecidos para a gramaticalização de verbos. Na segunda, apresento uma breve discussão teórica sobre a relação entre gramaticalização e contexto morfossintático. Na terceira, verifico, com base em dados empíricos, como se dá essa relação nos usos gramaticalizados dos verbos supracitados. Em seguida, teço as considerações finais no que concerne à contribuição do contexto morfossintático para as formas gramaticalizadas analisadas.

¹ Vale lembrar que, na língua portuguesa, o item verbal **ir**, embora conserve seu uso como verbo pleno, com o sentido de deslocamento espacial, passou pelo mesmo processo de gramaticalização de **go**, quando empregado como auxiliar para marcar o futuro.

² O Projeto PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) é desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro. As entrevistas utilizadas integram duas amostras do projeto PEUL: (a) amostra 80, que compreende entrevistas gravadas a informantes no período de 1980 a 1982; (b) amostra 00, que consiste de entrevistas feitas a partir de 1999.

³ O Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP) é desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia. A amostra do PEPP é composta de quarenta e oito entrevistas, que exibem as seguintes características: a) apresentam informantes distribuídos em quatro faixas etárias: de 15 a 24 anos, de 25 a 35 anos, de 45 a 55 anos e de 65 anos em diante; b) possuem aproximadamente quarenta minutos de gravação.

Gramaticalização e a noção de *cline*

Um conceito considerado importante para a gramaticalização é o de *cline*. Hopper e Traugott justificam a importância desse conceito tomando por base uma das características da mudança linguística, a gradualidade: “do ponto de vista da mudança, formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, mas sim através de uma série de transições graduais, que tendem a ser similares em tipo translinguisticamente.” (1993, p. 06)

Mencionam que a progressão de um item lexical para um advérbio ou uma preposição, e mesmo para um afixo de caso, é uma ilustração do que eles entendem por *cline*.

Baseando-se no princípio de que a mudança linguística ocorre numa direção que não pode ser revertida (princípio de unidirecionalidade⁴), Hopper e Traugott (1993) propõem o seguinte percurso de gramaticalização: item lexical de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional. Levando em conta esse percurso, esclarecem que: (a) o item que está à direita é mais gramatical do que o outro que está à sua esquerda; (b) a mudança de uma forma para outra ocorre de um ponto à esquerda para um ponto à direita, o que remete a “uma tendência à unidirecionalidade na história de formas individuais” (p. 07); (c) a mudança se dá numa direção de formas e/ou construções mais livres para formas e/ou construções mais presas; (d) uma categoria (por exemplo, tempo/aspecto, posse e comparação) pode ser expressa por diversas formas que se encontram em pontos diferentes do percurso.

Duas observações sobre a escala elaborada por Hopper e Traugott (1993) devem ser feitas: (a) a proposta dessa escala não implica a assunção de que a gramaticalização sempre parte de um item lexical, esta pode iniciar-se em um item gramatical; (b) essa escala ratifica o caráter gradual da gramaticalização como um tipo de mudança linguística ao demonstrar, por exemplo, que não há evolução abrupta de uma forma lexical para uma forma clítica.

Um dos verbos analisados neste trabalho — **ver** — apresenta, em estruturas sintáticas complexas, um uso gramaticalizado (com o valor equivalente a um advérbio de dúvida, na construção *vai ver que*) no segundo ponto dessa escala de Hopper e Traugott. Somente o surgimento de outros usos de **ver**, primeiro, como clítico e, depois, como afixo poderia confirmar essa hipótese da unidirecionalidade. Até então, o que se pode dizer, a partir dos dados sincrônicos analisados, é que o verbo **ver** passou por um primeiro estágio de gramaticalização.

Além do *cline* postulado por Hopper e Traugott (1993), as seguintes trajetórias de mudança linguística, partindo ainda do princípio de unidirecionalidade, têm sido estabelecidas para o processo de gramaticalização: (a) nome > preposição > clítico > marcador de caso; (b) morfema livre > morfema preso; (c) categoria lexical > categoria gramatical; (d) categoria menos gramatical > categoria mais gramatical (LASS, 1997 apud CAMPBELL, 2001, p. 104). Bybee et al. (1994) também falam que o percurso da gramaticalização é sempre de um elemento menos gramatical (com significados mais concretos e específicos) para mais gramatical (com significados mais abstratos e gerais). Nota-se, pois, que as trajetórias

⁴ Hopper e Traugott (1993, p. 126) ressaltam que, embora a unidirecionalidade seja uma hipótese forte, não pode ser considerada como um princípio absoluto. Os estudiosos citam alguns contraexemplos desse princípio. Salientam que a existência desses contraexemplos e a sua relativa infrequência contribuem para a definição do que é mais prototípico na gramaticalização.

supracitadas enfatizam que o produto final da gramaticalização, independente do estágio desse processo, será sempre um elemento linguístico com um *status* mais gramatical, o que, nos termos de Campbell e Janda (2001), traduz o que é mais recorrente nas definições apresentadas para gramaticalização.

Um outro percurso de gramaticalização é o apresentado por Lehmann (1988) apenas para os verbos em oração matriz.

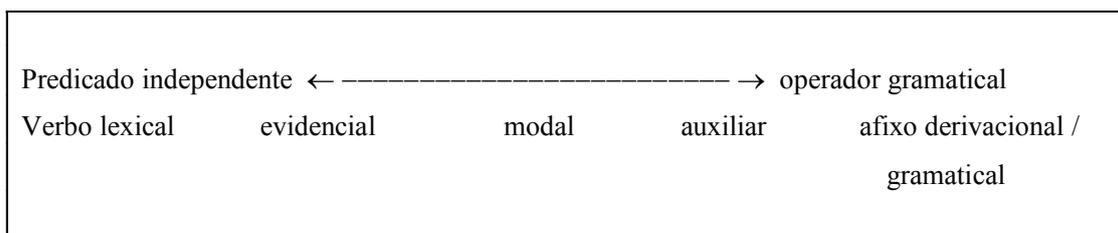


Figura 1. Gramaticalização do verbo principal (LEHMANN, 1988, p. 204)

Com relação a dois dos verbos investigados neste trabalho — **sentir e achar** —, eles apresentam usos gramaticalizados no segundo ponto do *continuum* acima, que se instanciam nas construções (*eu*) *acho que* e (*eu*) *sinto que*. No entanto, o uso mais gramaticalizado de **ver** aqui examinado (*vai ver que*) não pode ser inserido nesse *continuum*. Sobre essa questão, sugeri que “deveria ser acrescentado, após a etapa de afixo derivacional/gramatical, um outro estágio de gramaticalização, que corresponderia, em estruturas complexas, à mudança na classe gramatical de um dado item verbal” (cf. CARVALHO, 2004, p. 89).

A noção de unidirecionalidade tem suscitado questionamentos em estudos recentes sobre a gramaticalização (CAMPBELL, 2001; CAMPBELL; JANDA, 2001; LINDSTRÖM, 2002 apud LIMA-HERNANDES, 2003; CASTILHO, 2004; LIMA-HERNANDES, 2003, dentre outros).

Ao discutir a atuação do princípio de unidirecionalidade na gramaticalização, Castilho (2004, p. 03) adverte que o grande problema da literatura sobre esse tema reside no fato de (a) a língua ser vista como uma combinação linear de itens separáveis e (b) ser tomada como um produto e não como um processo, embora o sufixo *-ization* seja empregado para rotular processos. Assim, nos termos desse autor, para que se melhorem os estudos sobre gramaticalização, devemos, entre outras coisas, adotar uma teoria dinâmica ou processual da língua⁵ e substituir o princípio de unidirecionalidade pelo princípio de multidirecionalidade, uma vez que “a gramaticalização é um processo feito de simultaneísmos, não de linearidades, tornando-se difícil admitir derivações entre fases; em consequência [disso], o princípio da unidirecionalidade é uma ilusão de ótica” (CASTILHO, comunicação pessoal).

Gramaticalização e contexto morfossintático

Na literatura linguística (BYBEE et al, 1994; HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 1997; BYBEE, 2003; NOËL, 2007, dentre outros), a importância do contexto

⁵ De acordo com Castilho (2004, p. 03), nessa teoria, a língua é considerada como um multissistema dinâmico. Esse linguista explica que fazem parte da natureza polissistêmica da língua quatro domínios: Léxico, Discurso, Semântica e Gramática.

morfossintático em que a forma fonte ocorre tem sido acentuada para o processo de gramaticalização. A título de ilustração, Bybee et al. (1994) afirmam que novas funções gramaticais emergem em contextos delimitados e específicos ou em construções.

No português brasileiro, alguns verbos vêm experimentando mudanças no seu estatuto categorial em determinados contextos morfossintáticos. Evidencia-se, por exemplo, uma mudança categorial do verbo **ir** no contexto de terceira pessoa do singular, mais especificamente, na construção *vai que* (LONGHIN-THOMAZI, 2010), em que é empregado como conjunção condicional. Nesse contexto, nota-se, pois, que se instanciou a reanálise, “mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado e uma reinterpretação dos elementos que o compõem” (MARTELOTTA et al., 1996, p. 57).

No que diz respeito à gramaticalização de formas verbais, o tipo de contexto morfossintático parece ter implicações no resultado da forma gramaticalizada. O contexto de primeira pessoa do singular tem possibilitado a reanálise de verbos em modalizadores de opinião, como se pode ver nos usos *(eu) acho que* (GALVÃO, 1999; CEZARIO, 2001), *(eu) sinto que* (CARVALHO, 2004). A relação entre a nova função linguística desempenhada pelas formas gramaticalizadas citadas e a construção morfossintática — a de primeira pessoa do singular — que lhes deu origem parece bem motivada, uma vez que tais usos marcam um ponto de vista pessoal, atuando como um mecanismo de preservação de face do falante.

Vale destacar, no entanto, que diferentes contextos morfossintáticos também podem ser mobilizados para a expressão de uma mesma função discursiva. É o que se observa em empregos de alguns verbos (*think, guess, achar, parecer*) como parentéticos epistêmicos. O emprego de *think* e *achar* como evidenciais epistêmicos se dá no contexto de primeira pessoa do singular; já o de *guess* e *parecer*, no contexto de segunda e terceira pessoas do singular, respectivamente.

Gramaticalização de formas verbais, contexto morfossintático e reanálise: análise dos dados

Os verbos **ver**, **sentir** e **achar** apresentam usos gramaticalizados, que se instanciaram em contextos morfossintáticos específicos. Passo a descrever tais usos e contextos.

Vai ver que ilustra uma gramaticalização de **ver** em uma construção (01). Nesse caso, não é só **ver** que teve um ganho funcional mas toda a construção em que ele está inserido passou a ser empregada como um item gramatical (advérbio de dúvida).

- (01) Tem o homem que desenha, o cara- a sala de risco, lá não é desenho, não é? É sala de risco. Então tem aquelas tubulação todas, não é? Tem um motor, tem tudo. O homem que fez aquilo, ele nunca viu um- **vai ver que não sabe nem o que é um motor!** Mas ver o que é a participação de cada um. Quer dizer que então é a parte, não é? Que integra cada um dos <un->- (hes) [É o que]- É o que integra cada um, não é? A parte que... tem algo que diz aí, não é? Integração social, não é? Programa de integração social: PIS. Mas isso não é um troço certo, bem certo não. Então a integração do operariado se baseia mais é nisso. (PEUL, Inf. 09, Amostra 80, p. 14)

Vai ver que também pode ocorrer sem o conectivo *que* (02). Tal fato não deve causar estranheza, uma vez que a ausência de conectivos já foi evidenciada em outros usos

gramaticalizados de verbos do inglês e do português: a título de exemplo, vale lembrar que *think*, *guess*, *achar*, *parecer*, quando utilizados como evidenciais epistêmicos, passam a se comportar sintaticamente como um advérbio, adquirindo uma mobilidade na frase, e também são empregados sem conectivos (cf. THOMPSON; MULAC, 1991 apud HOPPER; TRAUGOTT, 1993; GALVÃO, 1999; CEZARIO, 2001; GONÇALVES, 2003). Convém destacar que, para *vai ver* com ou sem conectivo, ainda não se evidencia tal mobilidade na sentença; sua posição continua a ser no início da sentença, como demonstram (01) e (02).

- (02) Mas comé que a senhora conhece ela lá no sei da onde, eu tenho esse defeito, eu conheço as pessoas. Eu conheço casa eu conheço coisa. **Vai vê, você veio de tão longe né?** E eu tô te conhecendo agora, se vê amanhã eu digo que te conheço, as pessoas vêm dizer “(inint) você conhece o quê?” “conheço porquê?” Eu não só vivo de qualquer coisa, eu- eu também gosto de sabedoria, porque quanto mais eu conversá mais eu sei. (PEUL, Inf. 28, Amostra 00, p. 11)

A reanálise de **ver** em advérbio se dá em uma construção complexa, no contexto morfossintático de terceira pessoa do singular, em uma forma perifrástica de futuro com o verbo *ir*, seguida da conjunção *que*. Pode-se dizer que, com essa reanálise, ocorre uma redução da cláusula complexa, já que **ver** deixa de ser predicador da matriz, passando a funcionar como um constituinte da nova oração simples. Nos termos de Lehmann (1988), uma gramaticalização forte do verbo principal pressupõe uma dessentencialização avançada. Isso se dá pelo fato de essa gramaticalização poder transformar o verbo da oração principal em um operador gramatical da sentença subordinada, reduzindo o escopo sintático desse verbo.

Observe-se que, mesmo com a gramaticalização de **ver**, a completiva continua a ser codificada na estrutura finita, o que nos permite dizer que esse uso foi gerado com essa estrutura. Nesse sentido, pode-se considerar que, nesse uso gramaticalizado de **ver**, no que concerne à configuração sintática da completiva, houve a atuação do princípio de gramaticalização *persistência*. Tal princípio, proposto por Hopper (1991), preconiza que traços (semânticos ou morfossintáticos) da forma ou construção original podem permanecer na forma gramaticalizada e refletir restrições na sua distribuição gramatical. Assim, existe uma restrição gramatical quanto à ocorrência de *vai ver que* (empregado com ou sem o conectivo *que*) com sentenças não-finitas.

Tendo em vista as considerações tecidas anteriormente sobre *vai ver que* (01), (02), *vai que* (03) e *parece* (04), depreende-se que o contexto de terceira pessoa do singular tem se mostrado produtivo na reanálise de formas verbais no português brasileiro (04). O interessante é que esse contexto, nos três casos mencionados, gerou formas gramaticalizadas mais neutras do ponto de vista gramatical. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de a terceira pessoa gramatical ser menos marcada gramaticalmente, tendendo a ser expressa pelo morfema \emptyset em muitos tempos verbais (COSTA, comunicação pessoal).

- (03) Pensando bem, melhor não. Acho mais prudente não arriscar. **Vai que eu me entrego sem querer?** Definitivamente, nada pode ser pior que isso, nada pode ser pior do que sucumbir por fraqueza. <<http://www.revistazunai.com.br>>⁶
- (04) Ela forçando,(...inint...), não quero mais não, (...inint...), vou pro Senai pra vocês não me abusarem, no Senai passei quinze meses, fiz um curso de tornei, de torneiro em sessenta e oito **parece**, daí pra cá só tenho a família mesmo. (PEPP, Inf. 15, p. 03)

⁶ Exemplo extraído de Longhin-Thomazi (2010).

Sentir apresenta um uso gramaticalizado como modalizador de opinião, como se vê no exemplo abaixo:

(05) **DOC:** Você acha que isso pode prejudicar ela?

12: Ah, eu acho, não é porque eu, eu gosto, eu amo a minha irmã, minha irmã Ave Maria pra mim é tudo, minha irmã, minha mãe, meu pai, mas minha irmã assim, não sei se é por causa daquela proteção que eu dou demais a ela, mas eu acho que vai prejudicar, eu tenho certeza que um dia ela vai voltar tudo, eu tenho certeza que, eu não vou dizer assim, ah ela vai acabar com esse namorado amanhã, mas eu, não sei, **eu sinto que não vai dar certo** sabe, e que ela vai um dia chegar pra mim pra vai me pedir desculpas, vai dizer que eu que estava certa, vai voltar de bem com o meu namorado, eu tenho certeza disso, está assim coisa de momento, mas as vezes assim eu choro, que não sei o que, porque eu não era assim com ela, era, parecia, eu andava de mãos dadas com ela na rua, eu beijava ela, e não sei o que, não sei o que, hoje em dia a gente faz até cursinho no mesmo lugar, ela senta do meu lado, (...inint...) uma pessoa, uma colega. (PEPP, Inf. 12, p. 02)

Em (05), o informante emite sua opinião sobre um fato que está expresso na completiva. Nesse caso, a expressão **eu sinto** marca um ponto de vista pessoal e tem uma função modalizadora, atuando como um mecanismo de preservação de face do falante. Convém destacar que, nesse exemplo, essa expressão pode ser comutada com *eu acho* ou *eu tenho a impressão de*.

Esse uso de **sentir** ocorre sempre no contexto morfossintático de primeira pessoa do singular, com verbo no presente do indicativo. Não causa surpresa o emprego dessa pessoa gramatical nesse uso de **sentir** como modalizador de opinião, uma vez que ela remete ao próprio falante. Nos termos de Palmer (1986, p. 16 apud Galvão, 1999, p. 25), “a modalidade é a gramaticalização das atitudes e opiniões (subjativas) do falante”. Pensando nos princípios de gramaticalização formulados por Hopper (1991), pode-se dizer que, nesse uso, essa restrição de pessoa gramatical e tempo verbal constitui um caso de *decatégorização* do verbo **sentir**. Segundo esse princípio, formas gramaticalizadas tendem a perder ou neutralizar certas características morfossintáticas da sua forma fonte (HOPPER, 1991, p. 22).

Vale relembrar que, no português brasileiro contemporâneo, essa mesma *decatégorização* pode ser apreciada a propósito de *eu acho que*, também empregado como modalizador ou marcador de opinião (GALVÃO, 1999; CEZARIO, 2001). Passo a tratar desse verbo.

Espíndola (1998, p. 151-2 apud FREITAG, 2003, p. 39) esclarece que esse verbo é utilizado como *marcador de opinião* quando, entre outras características, indica uma opinião pessoal do locutor em relação a um assunto/fato ou a uma pessoa etc., como se pode ver em (06).

(06) **DOC:** E o que é que você acha disso?

01: **Eu acho que ... que ... que é um erro. Eu, pra mim, acho, a meu ver, que é um erro.** A gente tem que bater, a gente tem que castigar, tem que proibir alguma coisa.

DOC: De alguma forma orienta.

01: É, dar uma orientação.

DOC: Então o jovem, hoje...

01: São diferentes de antigamente.

DOC: É diferente?

01: São. É, eu acho a educação muito ... e lhe digo mais ... **eu acho pra mim que a televisão influenciou muito a educação da criança.** (PEPP, Inf. 01, p. 33)

No contexto de primeira pessoa do singular, **achar**, além de ocorrer como *marcador de opinião*, funciona como *marcador de dúvida* ou *parentético epistêmico* (07).

(07) DOC: (risos). Eh, é isso mesmo, mas toda a criança é assim mesmo viu, não se preocupe não, não é só ela não, (risos). Sim, e você disse que só estudou mais tarde não foi?

29: Foi, eu estudei mais tarde, porque os meus pais não tinham um recurso pra me pôr no colégio, e no, e antigamente a gente só ia pro colégio **acho** com sete ou oito anos, aí já fui muito tarde, a gente ficava mais, aprendia mais as coisas assim, o abecê na, numa banca, com uma pessoa... (PEPP, Inf.29, p. 03)

Votre (2004) menciona que, quando **achar** é usado como advérbio de dúvida, diminui o comprometimento do falante com o que está expresso na completiva, já que há uma dúvida a respeito dos fatos. Galvão (1999) também considera que esse emprego de **achar** (que ela denominou de *achar4*) exibe propriedades que se afastam significativamente daquelas inerentes aos verbos, comportando-se como itens que exercem a função gramatical de advérbio. A título de ilustração, pode-se citar a posição — intercalada — em que *acho* ocorre na sentença, como mostra o exemplo (07).

Note-se que, com relação a esse verbo, um mesmo contexto morfossintático gerou formas gramaticalizadas com comportamentos semântico-discursivos e sintáticos diferentes. Nesse caso, é importante lembrar que os dois usos de **achar** também se encontram em diferentes pontos no *continuum* de gramaticalização: postula-se que *acho (que) marcador de dúvida* esteja mais gramaticalizado do que *acho que marcador de opinião* (GALVÃO, 1999; FREITAG, 2003; VOTRE, 2004). Sobre essa questão, Freitag (2003) esclarece que, no *continuum* proposto, a função *marcador de opinião* representa uma instância inicial, mais concreta e a função *marcador de dúvida*, uma instância mais abstrata.

Um outro ponto a ser discutido em relação às duas funções supracitadas tem a ver com o escopo da reanálise de **achar** nessas funções: tal reanálise envolve ou não complementizador *que*? Essa pergunta é motivada pelo fato de **achar** como *marcador de opinião* tender a ser empregado com o complementizador *que*, como demonstrado em (06); em uma distribuição completamente inversa, o uso de **achar** como marcador de dúvida tende a ocorrer sem esse complementizador, como ilustrado em (07). Até que ponto essa tendência à ausência de complementizador estaria relacionada ao fato de o uso de **achar** como *marcador de dúvida* estar mais gramaticalizado do que o uso desse verbo como *marcador de opinião*? Só os resultados empíricos poderão nos ajudar a obter respostas para essas perguntas. Assim, espero poder responder a essas e outras questões com as futuras análises dos dados do Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP), que constituem o *corpus* da pesquisa desenvolvida por mim sobre a relação entre gramaticalização e contextos morfossintáticos.

Considerações finais

Neste trabalho, illustrei, com base em dados de uso da língua em situações reais de comunicação, que alguns itens verbais (**ver**, **sentir**, **achar**) do português brasileiro têm passado pelo processo de gramaticalização em construções complexas, mais especificamente, em construções subordinadas com cláusulas completivas.

Os usos gramaticalizados desses verbos podem ser agrupados de acordo com os tipos de contextos morfossintáticos em que se deu a reanálise. Levando-se em conta os contextos de pessoa gramatical e tempo verbal, observa-se que *vai ver que* se opõe a *eu sinto que* e *eu acho (que)*: o primeiro uso ocorre na terceira pessoa do singular e com forma perifrástica de futuro com o verbo *ir* enquanto os últimos se realizam na primeira pessoa do singular e no presente do indicativo.

A análise qualitativa dos dados permitiu evidenciar a relevância do contexto morfossintático no processo de gramaticalização desses verbos. Nesses casos, os tipos de contexto em que ocorreu a reanálise desses verbos parecem influenciar o resultado da gramaticalização. Ainda quanto a **achar**, um mesmo contexto motivou distintas formas gramaticalizadas. Resta agora saber (a) se isso seria uma especificidade do verbo **achar** no contexto de primeira pessoa do singular, (b) se essa pessoa gramatical também teria gerado usos gramaticalizados diferentes para outros verbos e (c) se os usos gerados mantêm algum tipo de relação do ponto de vista semântico-pragmático, um podendo ser entendido como a forma fonte do outro.

Assim, embora esta pesquisa ainda se encontre em fase inicial, os seus resultados preliminares sugerem que o contexto morfossintático, além de ser um dos pontos de partida para a gramaticalização de itens, exerce um papel importante no que diz respeito à codificação das novas funções — gramaticais e discursivo-pragmáticas — desempenhadas por tais itens gramaticalizados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, Brian D.; JANDA, Richard D. (Eds.) *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-623.

_____ et al. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago/London: University of Chicago, 1994.

CAMPBELL, Lyle. What's wrong with grammaticalization?. *Language Sciences*, Amsterdam, v. 23, p. 113-161, 2001.

CAMPBELL, Lyle; JANDA, Richard. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, Amsterdam, v. 23, p. 93-112, 2001.

CARVALHO, Cristina dos Santos. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. 251 f. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CASTILHO, Ataliba T. de. Unidirectionality or multidirectionality? Some issues on grammaticalization.. *Revista do GEL*, São Paulo, n. 1, p. 35-48, 2004.

CEZARIO, Maria Maura. *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. 217 f. 2001. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREITAG, Raquel Meister Ko. *Gramaticalização e variação de acho (que) e parece (que) na fala de Florianópolis*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

GALVÃO, Vânia Cristina C. *O achar no português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typological introduction*. v.2. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GOLDBERG, Adele E. *Constructions. A constructional grammar approach to argument structure*. London: The University of Chicago Press, 1995.

GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HOPPER, Paul. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth C.; HEINE, Bernd (Eds.) *Approaches to grammaticalization*. 2 vols. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p.17-35.

_____; TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University, 1993. 256 p.

LEHMANN, Cristian. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra (Eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p.181-225.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Gramaticalização de cláusulas: unidirecionalidade é real? *Estudos Linguísticos*, v. 32, São Paulo, 2003.

LONGHIN-THOMAZI, Sanderléia. Vai que eu engravidado de novo?: gramaticalização, condicionalidade e subjetivização. *Lusorama*, Frankfurt am Main, v. 81-82, p.135-150, 2010.

MARTELOTTA, Mario Eduardo et al. O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo et al. (Orgs.). *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / UFRJ, 1996. p. 45-75.

NOËL, Dirk. Diachronic construction grammar and grammaticalization theory. *Fuctions of language*, Amsterdam, v. 14, n. 2, p.177-202, 2007.

TRAUGOTT, Elizabeth C. *The role of the development of discourse marks in a theory of grammaticalization*. Paper from the ICHL XII, Manchester, 1995. Versão de 1997. Disponível em: <<http://www.stanford.edu/~traugott/papers/discourse.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2010.

VOTRE, Sebastião Josué. Integração sintática e semântica na complementação verbal. In: VOTRE, Sebastião Josué et al. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ, 2004. p. 11-49.

Gramaticalização de ‘aí’ no português falado do interior paulista

(Grammaticalization of ‘aí’ in spoken Portuguese of northwest of São Paulo state)

Edson Rosa Francisco de Souza¹

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas (UFMS)

edsrosa@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims at analyzing the multifunctional uses of *aí* (there) based on the perspectives of Grammaticalization theory (TRAUGOTT, 1982, 1995) and Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). The proposal is to show that the grammaticalization process of *aí* in spoken Portuguese of northwest of São Paulo state may be analyzed according to the levels and layers of FDG organization.

Keywords: Grammaticalization; Functional Discourse Grammar; Item *aí*.

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os usos multifuncionais de *aí* a partir do diálogo entre os postulados teóricos da Gramaticalização (TRAUGOTT, 1982, 1995) e da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). A proposta é mostrar que o processo de gramaticalização de *aí* no português falado do noroeste paulista (IBORUNA) pode ser analisado conforme os níveis e as camadas de organização da GDF.

Palavras-chave: Gramaticalização; Gramática Discursivo-Funcional; Item *aí*.

Introdução

Nos estudos linguísticos, a classe adverbial é em geral definida como heterogênea (ILARI et al, 1990; CASTILHO, 1997; NEVES, 1992; LONGHIN-THOMAZI, 2006; LOPES-DAMÁSIO, 2008, dentre outros). Em um trabalho sobre os itens adverbiais, Ilari et al (1990, p. 85) assinalam que alguns advérbios, em especial os dêiticos, podem aplicar-se “a unidades cujas dimensões ultrapassam não só os limites dos constituintes, como também os da sentença”. Para os autores, essa passagem do plano referencial para o plano discursivo acontece porque “entre a dêixis propriamente dita e a anáfora, e entre a anáfora e as operações discursivas, há um progressivo esvaziamento da dimensão espaço-temporal, na medida em que o discurso se torna a dimensão de referência” (p. 86). Para Braga (2001), é exatamente essa instabilidade funcional que permite ao item adverbial exercer diferentes funções linguísticas.

Com base nessas primeiras observações sobre os advérbios, o objetivo do trabalho é analisar os usos de *aí* no português falado do interior paulista, a partir dos postulados teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF – HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) e da Gramaticalização (GR – HOPPER; TRAUGOTT, 1993; TRAUGOTT, 1995; etc.), tendo em vista suas funções dêiticas, textuais, interacionais. O intuito é mostrar que o item linguístico *aí* pode ser perfeitamente analisado com relação aos níveis (Representacional e Interpessoal) e às camadas (semânticas e pragmáticas) de organização da GDF, no sentido de que a sua expansão funcional nos níveis e nas camadas da GDF pode ser elencada como uma evidência linguística de que o item está se gramaticalizando no português, rumo à

dimensão pragmática da língua.

O artigo está organizado assim: a seção 1 é uma introdução, e a seção 2 traz uma breve discussão sobre advérbios e gramaticalização. A seção 3 trata da GDF. A seção 4 traz a análise de *ai* no português falado do noroeste paulista. Em seguida, em 5, listamos algumas generalizações dos usos de *ai*. Por fim, trazemos as considerações finais.

O advérbio ‘*ai*’ e o processo de gramaticalização

A multifuncionalidade do item *ai* é decorrente da própria natureza heterogênea da classe adverbial à qual pertence. A instabilidade categorial de *ai* e de outros itens adverbiais aponta para um processo de mudança linguística desses elementos linguísticos. Por isso, a classificação dos advérbios como uma categoria discreta é problemática. Desde a tradição filosófica de Barbosa (1881) até gramáticos mais modernos como Bechara (1999) e Cunha e Cintra (1985), a classe dos advérbios se diferenciou das demais devido principalmente a dois critérios, um *morfológico* e outro *semântico*. Pelo primeiro critério, os advérbios consistem em palavras “invariáveis” ou “indeclináveis” e, pelo segundo, indicam as circunstâncias da ocorrência de um determinado estado-de-coisas, como *lugar*, *tempo*, *quantidade*, *modo*, *qualidade*, *afirmação*, *dívida*, *intensidade*, *negação*, entre outras. No entanto, essa classificação só dá conta dos usos que se restringem à predicação (DIK, 1997), nada dizendo sobre os casos de advérbios que fogem desse contexto, ultrapassando os limites da oração.

Um exemplo de *ai* como advérbio de lugar é dado em (1):

- (1) eu tenho uma colega...e a casa dela fica **ai** (AC-056-NR; L.123)

Em (1), *ai* é um advérbio de lugar (um elemento referencial), cuja função é indicar a localização da casa do falante. Nesse caso, o item *ai* atua como argumento do verbo *ficar*. Diferentemente de (1), em (2) o item *ai* é usado como advérbio anafórico:

- (2) Vestibular chegando! Que medo! Unesp, Unicamp e USP, **ai** vamos nós.

O que se vê em (2) é um uso muito frequente no português brasileiro. Nesse exemplo, o item *ai* funciona como um advérbio anafórico (dêitico fórico), fazendo referência a entidades que designam lugar: Unesp, Unicamp e USP.

Observe, agora, a ocorrência (3) de *ai* como advérbio fórico:

- (3) vai chegar... por exemplo... VINTE portugueses por exemplo trinta... e (vinha) vai chegar vinte trinta **ai em Rio Preto**... - ” ENTÃO... (inint.) como que era a função do pai dele o pai dele tinha a função de distribuir esses portugueses que eles chegavam não tinha emprego não tinha lugar... (AC-119; NR: L. 97)

Tratados ora como “proformas adverbiais” (PAIVA, 2003; RONCARATI, 2003) ora como “unidades pré-fabricadas” (ERMAN; WARREN, 2000), a verdade é que itens como *ai* e *agora*, quando combinados com um sintagma preposicionado, podem tanto fazer remissões anafóricas quanto remissões catafóricas. Segundo Oliveira e Melo (2003), usos como (3) não interferem totalmente no sentido de espaço físico de *ai*, tanto que, em “*ai em Rio Preto*”, o traço locativo ainda persiste no novo uso.

Um outro uso de *ai* que também é recorrente no português é dado em (4):

- (4) *João chegou, aí a Maria foi embora.*

Em (4), o item *aí* indica o sequenciamento temporal entre as duas orações, o que serve como inferência para o estabelecimento da relação de causa/efeito entre as duas unidades semânticas. A leitura de *aí* como conjunção coordenativa conclusiva é possível, mas em menor proporção. O exemplo (4) já é um uso mais gramaticalizado.

Além desses casos, Braga e Naro (2000) e Braga e Paiva (2003) elencam outros usos de *aí* que também operam na organização do texto e do discurso:

- (5) *Aí* bota meio copo de óleo. *Aí* você bate no liquidificador e depois tira e bota numa vasilha. (BRAGA; NARO, 2000, p. 128).

O uso de *aí* em (5) é classificado por Braga e Naro (2000) como um caso de *juntivo*, em que o objetivo do item é unir/juntar dois eventos. Já em (6), o uso de *aí* é classificado por Braga e Paiva (2003) como um caso de *organizador de tópico*:

- (6) F.: passando, assim, um sermão. *Aí* lá pelas tantas do sermão, eu parei, olhei para ela... e ela quietinha me ouvindo. A Nique, ela, sabe? Um...uma coisa assim, que ela só escuta...
E.: Ham...
E.: Ela só assim. Ó, mãe, não tanto assim, mãe. Mãezinha, não assim. Mas isso, o Maximo que ela diz... *Aí* lá pelas tantas, eu parei, olhei para a carinha dela. (PEUL, Amostra-80, 43)

Segundo Braga e Paiva, em (6), extraído das autoras, o item *aí* auxilia na organização do tópico discursivo. Isto é, para as autoras, em (6), *aí* encabeça orações que sinalizam o fechamento e a reativação do sub-tópico discursivo (2003, p. 11).

Como se observa, o item *aí* está se gramaticalizando e exercendo diferentes funções no português, razão pela qual propomos que *aí* pode ser descrito de acordo com os níveis e as camadas de organização da linguagem proposta pela GDF. Para tanto, a GR é definida aqui como um processo de mudança linguística de caráter unidirecional, no interior do qual itens ou “construções lexicais” (TRAUGOTT, 2003) passam a exercer funções gramaticais, podendo, ainda, assumir outras funções gramaticais com a continuação do processo. Nesse sentido, sempre que um item lexical adquire uma função gramatical (ou uma função ainda mais gramatical, se o item for gramatical), o que se tem é um típico caso de GR. As construções (7) e (8) com o verbo *gi* “dar”, da língua Akan, da família Niger-Congo (Gana, África), ilustram esse processo:

- (7) Akan (SEBBA, 1987, p. 50)
Kofi gi Amba wan buku
Kofi dar Amba um livro
'Kofi deu a Amba um livro.'
- (8) Akan (SEBBA, 1987, p. 50)
Kownu seni wan boskopu gi Tigri
Rei enviar uma mensagem dar Tiger
'O Rei enviou uma mensagem para Tiger.'

Ambas as construções apresentam três argumentos (sujeito, objeto direto e objeto indireto/recipiente), no entanto, em (7), o argumento recipiente *Amba* é introduzido na

sentença sem o auxílio de preposição (forma não marcada), ao passo que em (8) o argumento recipiente *Tiger* é introduzido por meio do verbo serial *gi* “dar”. O que se observa nesses exemplos é que, em (7), *gi* é usado como verbo pleno, enquanto em (8) o verbo *gi* é usado com o significado da preposição *para* (*to/for*, do Inglês). Isso acontece porque, em Akan, a alternância de construções, que é uma característica do Inglês (como em *I gave the book to John = I gave John the book*), só é possível por meio do uso do verbo *gi* em série. De acordo com Schiller (1999), as línguas que não dispõem de muitas preposições para inserir o terceiro argumento do verbo na sentença tendem a empregar os verbos seriais como forma gramatical para exercer essa função. Nesse sentido, é por assumir uma nova função na gramática da língua, a de preposição, que o verbo *gi* é elencado como um caso de GR. Isto é, de verbo pleno (predicado de três lugares), *gi* passou a exercer a função de preposição.

Dos autores que discutem questões sobre mudança linguística, chamamos a atenção para Heine et al. (1991), Hopper e Traugott (1993) e Bybee (2003), que compartilham de uma noção semelhante de GR, assentada basicamente no reconhecimento de que a passagem de um item lexical a um item gramatical ocorre de maneira gradual, num sentido unidirecional. Em outras palavras, o que essas propostas têm em comum é que a distinção entre elementos lexicais e elementos gramaticais não é entendida de forma *dicotômica* (ou é lexical ou é gramatical), mas sim como *continuum* de GR, que aponta para existência de categorias não-discretas (híbridas), que se distribuem entre os dois extremos desse *continuum* [+ Lex → + Gram].

Heine et al. (1991) definem a GR utilizando os conceitos de *palavra-fonte* e *palavra-alvo*. Para os autores, as palavras-fonte são aquelas que atuam como fonte do processo de mudança linguística, uma vez que são elementos que possuem significação própria e tendem a codificar objetos concretos pertencentes ao mundo sócio-físico do falante/ouvinte (SWEETSER, 1991), e, por isso, estão geralmente associados a processos, localizações e ao sistema dêitico da língua. Já as palavras gramaticais (ou alvo), segundo Heine et al. (1991), são aquelas que estão mais estreitamente relacionadas a elementos abstratos da língua, sendo, portanto, desprovidas de significado próprio, característica esta que as coloca no rol de palavras que são dependentes de outras palavras ou então do contexto de uso. São exemplos de palavras gramaticais os auxiliares, os clíticos e os afixos (prefixos, infixos e sufixos).

Na proposta de Heine et al. (1991), a GR é definida como processo cognitivo, em que conceitos concretos (espaço físico, tempo, etc.) são utilizados para compreender, descrever ou explicar fenômenos mais abstratos (articulação de orações) pertencentes à língua. Dessa forma, os autores explicam que o ‘surgimento’ de *novas formas* linguísticas é motivado por questões pragmáticas ou interacionais, a partir de associações metafóricas e metonímicas realizadas pelo falante.

A definição de GR de Traugott (1982), Hopper e Traugott (1993) e Traugott (1995), compatível com a GDF, entende a mudança linguística como um processo de *pragmatização*, em que usos mais gramaticais e abstratos passam a atuar no domínio comunicativo, exercendo funções mais expressivas, dentre as quais estão os usos de itens linguísticos como marcador discursivo, operador aproximativo, etc.

Do ponto de vista diacrônico, não há como negar, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), que os fenômenos gramaticais derivam unidirecionalmente de unidades lexicais.

É uma questão que tem sido, conforme os autores, atestada nos estudos de GR. Hengeveld e Mackenzie reconhecem ainda que, do estágio inicial ao estágio final de mudança, um dado elemento pode compartilhar ou conservar propriedades dos estágios iniciais, aspecto que é captado pelo princípio da *persistência* de Hopper (1991). Já do ponto de vista sincrônico, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 7) postulam uma distinção “didática” entre elementos lexicais e elementos gramaticais (KEIZER, 2007), na medida em que ela é “importante para o modo como esses elementos serão analisados na GDF”. Isso significa dizer que, apesar de não ser discutido na GDF, os autores reconhecem que as categorias lexicais e gramaticais não são categorias discretas, o que referenda a noção de *continuum* de alguns autores. No entanto, entendem que a distinção entre um uso e outro é essencial para a análise.

A Gramática Discursivo-Funcional

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF é definida pelos seguintes aspectos: (i) busca modelar a competência gramatical de usuários das línguas; (ii) assume o ato discursivo, não a oração, como unidade básica de análise; (iii) a GDF interage sistematicamente com os componentes conceitual, contextual e de expressão, que antes não tinham sido contemplados na Gramática Funcional de Simon Dik; (iv) a organização hierárquica da GDF é descendente (parte das intenções comunicativas), enquanto a da Gramática Funcional (GF) é ascendente, e, por fim, (v) a GDF inclui as representações morfossintáticas e fonológicas como parte da estrutura subjacente.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 2), a GDF é uma teoria que busca entender como as unidades linguísticas são estruturadas em termos do mundo que elas descrevem e das funções comunicativas que elas expressam na língua. Para a GDF, o discurso constitui o suporte das unidades linguísticas de níveis mais baixos. Assim, a GDF inicia-se com a formulação da intenção do falante, finalizando com a realização da expressão linguística, enquanto a GF inicia-se com a seleção de itens lexicais para, em seguida, expandir gradualmente a estrutura subjacente da oração para outras camadas.

O modelo da GDF é estruturado em quatro níveis de organização, em que cada nível é concebido como um módulo separado e internamente organizado em camadas de complexidade linguística. Um diferencial da GDF é o reconhecimento de um componente contextual e um componente cognitivo, que contêm elementos essenciais do contexto e da cognição, considerados relevantes para os demais módulos da gramática. O componente gramatical (que engloba os quatro níveis de organização da linguagem) é conectado ao componente conceitual, ao contextual e de expressão.

Uma outra distinção é que, na GDF, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe e, juntas, a pragmática, a semântica e morfossintaxe governam a fonologia. Essa mudança é, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), motivada pelo postulado de que a “eficiência de um modelo de gramática é tanto maior quanto mais se aproximar do processamento cognitivo”. Isso porque, embora a GDF não seja um modelo de processamento de linguagem, estudos psicolinguísticos demonstram que a produção linguística é um processo descendente, que parte do componente cognitivo em direção ao componente de expressão.

O Nível Interpessoal

O nível interpessoal lida com os aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel na interação entre falante e ouvinte.¹ Segundo a GDF, as unidades discursivas relevantes nesse nível são hierarquicamente organizadas em camadas:

Quadro 1: As camadas de organização do Nível Interpessoal

$(\Pi M_1: [$	Movimento
$(\Pi A_1: [$	Ato
$(\Pi F_1: ILL (F_1): \Sigma (F_1))_\Phi$	Ilocução básica
$(\Pi P_1: \dots (P_1): \Sigma (P_1))_\Phi$	Falante
$(\Pi P_2: \dots (P_2): \Sigma (P_2))_\Phi$	Ouvinte
$(\Pi C_1: [$	Conteúdo Comunicado
$(\Pi T_1 [\dots] (T_1): \Sigma (T_1))_\Phi$	Subato de Adscrição
$(\Pi R_1 [\dots] (R_1): \Sigma (R_1))_\Phi$	Subato de Referência
$] (C_1): \Sigma (C_1))_\Phi$	Conteúdo Comunicado
$] (A_1): \Sigma (A_1))_\Phi$	Ato
$] (M_1): \Sigma (M_1))_\Phi$	Movimento

O *movimento* é definido na GDF como a camada mais elevada da hierarquia e descreve o segmento inteiro de discurso que é considerado relevante no processo de interação. Um movimento, por sua vez, é constituído de um ou mais *atos* temporalmente ordenados, que, juntos, formam o núcleo (simples ou complexo). Cada *ato discursivo* (A) se organiza com base em um esquema *ilocucionário* (ILL), que contém dois *participantes* (P), o Falante e o Ouvinte (S, A), e o conteúdo comunicado como seus argumentos. O *conteúdo comunicado* contém um número variável de *subatos adscritivos* (A) e *referenciais* (R), aos quais funções pragmáticas são atribuídas.

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), o *movimento*² é o veículo utilizado na expressão de intenções comunicativas do falante e pode ser classificado em: iniciação (pergunta), reação (resposta) e avaliação.³ Além dos casos de implicaturas (atos de fala indiretos), essas intenções podem ser: convite, informação, questionamento, ameaça, advertência, recomendação etc. Já a *ilocução* indica o propósito de nossos atos verbais e os *participantes* representam o falante e o ouvinte, enquanto o *conteúdo comunicado* contém a totalidade do que o Falante deseja evocar durante a interação.

O *conteúdo comunicado* pode conter um ou mais *subatos*, que são hierarquicamente subordinados a *atos discursivos*, e se diferencia do *conteúdo proposicional*, que é uma categoria semântica do nível representacional e tem como escopo os episódios e os eventos.

¹ Na GDF, o sequenciamento de ações linguísticas presentes em todas as camadas da hierarquia reflete, por assim dizer, a ordem das atividades estratégicas colocadas em prática pelo falante.

² Os exemplos (a) e (b) constituem casos de movimento com dois atos discursivos, em que um é definido como subordinado (dependente) e o outro, como nuclear:

a) O João, ele esteve aqui. $(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{Orient} (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{Nucl}] (M_1))_\Phi$
b) Ele esteve aqui, o João. $(\Pi M_1: [(\Pi A_1: [\dots] (A_1))_{Nucl} (\Pi A_2: [\dots] (A_2))_{Corr}] (M_1))_\Phi$

³ Os exemplos (i) e (ii) representam alguns tipos de movimento no português:

(i) A: *Onde você estuda?* (M1)_{Iniciação}
B: *Eu estudo em São Paulo.* (M2)_{Reação}
(ii) A: *Qual é a capital do Brasil?* (M A1)_{Iniciação}
B: *Brasília.* (M B_{Reação}) *Por quê?* (M B2)_{Iniciação}
A: *Eu estou fazendo a minha lição de casa.* (M A2)_{Reação}

Diferentemente da proposição, o conteúdo comunicado possui seus próprios operadores (Π) e modificadores (Σ) interpessoais e está sempre associado ao falante.

Os *subatos* contidos em um conteúdo comunicado podem ser: *adscritivo* e *referencial*. O *subato adscritivo* (ΠT_1) representa a tentativa do falante de evocar uma propriedade. Ao proferir, por exemplo, *Está nevando*, o falante evoca somente uma propriedade meteorológica sem fazer menção a nenhum referente; *nevar* não está sendo atribuído a algo, mas simplesmente ‘descrito’. O *subato referencial* (ΠR_1), por outro lado, ocorre quando o falante evoca um referente: *mulher, casa, gato*, etc.

O Nível Representacional

O nível representacional lida com os aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou imaginário que ela descreve. Por isso, as categorias representacionais referem-se à designação e não à evocação (que ocorre no nível interpessoal). O nível representacional ou semântico cuida apenas da semântica de uma unidade linguística. As unidades semânticas do nível representacional são organizadas como:

Quadro 2: As camadas de organização do Nível Representacional

$(\Pi p_1):$	Conteúdo proposicional
$(\Pi ep_1):$	Episódio
$(\Pi e_1):$	Estado de coisas
$[(\Pi f_1): [Propriedade$	
$(\Pi f_1): \diamond (f_1): [\sigma (f_1)_\phi]$	Propriedade lexical
$(\Pi x_1): \diamond (x_1): [\sigma (x_1)_\phi]_\phi$	Indivíduo
...	
$] (f_1): [\sigma (f_1)_\phi]$	Propriedade
$(e_1)_\phi]: [\sigma (e_1)_\phi]$	Estado de coisas
$(ep_1): [[\sigma (ep_1)_\phi]$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1)_\phi]$	Conteúdo proposicional

No nível representacional, as unidades linguísticas são descritas em termos do tipo de entidade que elas designam. Para a GDF, o conteúdo proposicional (constructo mental, crença, desejo) é a camada mais alta do Nível Representacional. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), os conteúdos proposicionais podem ser *factuais*, quando são porções de conhecimento ou uma crença acerca do mundo real, ou *não-factuais*, quando são desejos ou expectativas com relação a um mundo imaginário. Além disso, para os autores, os conteúdos proposicionais são caracterizados pelo fato de serem qualificados em termos de suas atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) em relação ao evento ou em termos de sua fonte ou origem do conhecimento (conhecimento comum partilhado, evidência sensorial, inferência).

Organizados, assim, de forma hierárquica, os conteúdos proposicionais contêm episódios (ep), que podem ser constituídos por um ou mais eventos dispostos numa sequência tematicamente coerente, apresentando, sempre, uma unidade temporal (t), locativa (l) e uma conseqüente manutenção dos indivíduos (x) envolvidos. No modelo da GDF, os eventos são caracterizados por uma ou mais *propriedades* (f_1), que, por sua vez, podem conter descrições de *indivíduos* (x) e outras propriedades (f_2). Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a categoria *episódio* admite modificadores de tempo absoluto (*ontem*,

hoje, amanhã, etc.), e a categoria *evento* admite apenas modificadores de tempo relativo (como *depois do almoço, em duas horas, na parte da manhã, etc.*).

Os Níveis Morfossintático e Fonológico

Para Hengeveld e Mackenzie (2008), quanto mais se adentrar, em direção *top-down*, aos demais níveis do modelo (níveis morfossintático e fonológico), mais (trans)linguisticamente específicos os níveis se tornarão, uma vez que é no Nível Morfossintático que as representações interpessoais e representacionais são codificadas morfossintaticamente. Nesse nível de análise, sintagmas adposicionais são relevantes somente para algumas línguas, mas não para outras. Algumas línguas são do tipo morfológico isolante, e outras do tipo aglutinante. No nível morfossintático, a unidade linguística é analisada em termos de sua composição sintática (de seus constituintes sintáticos), começando da camada mais alta para a mais baixa: expressões linguísticas (Le), orações (Cl), sintagmas de vários tipos (Xp), e palavras de vários tipos (Xw). Ainda, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), é possível distinguir, dentro de cada palavra, morfemas de vários tipos (Xs) e afixos (Aff).

O modo como as categorias verbais são ordenadas em relação à raiz do verbo ilustra, por exemplo, como as hierarquias implicativas de caráter tipológico podem explicar a ordenação de informações linguísticas como *aspecto, modalidade, tempo, modo, negação, pessoa, evidencialidade e ilocução* nas línguas, em especial para mostrar como essas mesmas categorias podem ser expressas entre línguas com estruturas morfossintáticas distintas.

Já o nível fonológico contém tanto a representação segmental quanto a representação supra-segmental de um enunciado. Para Hengeveld e Mackenzie (2008), nesse nível de organização da GDF, a expressão linguística é analisada em termos de suas unidades fonológicas, tais como o *enunciado* (U), que é a camada mais alta do nível fonológico, a *frase intonacional* (IP), a *frase fonológica* (PP) e a *palavra fonológica* (PW), além das camadas denominadas *pé* (F) e *sílaba* (S). Conforme Hengeveld e Mackenzie, a GDF está mais preocupada com a influência da prosódia nas expressões linguísticas, isto é, com relação entre prosódia e função nas línguas.

Os usos de ‘aí’ no português falado do interior paulista

Nesta seção, apresentamos a análise qualitativa dos usos de *aí* no português falado do interior paulista. O *corpus* de análise é composto por 38 inquéritos do tipo *Amostra Censo*, provenientes do Banco de dados IBORUNA, que é resultado do projeto de pesquisa intitulado “O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para seu estudo” (FAPESP, nº 03/080058-6). O referido projeto é coordenado pelo Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves (IBILCE/UNESP) e pelo Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, também da Unesp de São José do Rio Preto – SP. Analisamos 1298 ocorrências de *aí* no total.

As ocorrências, a seguir, ilustram os diferentes usos de *aí*:

- (9) Inf.: ... as janelas de madeira ainda... as portas de duas folhas também de madeira... bem:... simples... meu pai pagava aluguel... dePO::is... passado uns anos meu pai alugou essa casa da FRENte que eu morava **aí**... **aí** só que quando eu mudei pra cá... a rua ainda era terra... não tinha asfalto... era terra ainda...(AC-098; DE: L. 165-170)

- (10) Inf.: não é um caso verdaDEiro que aconteceu... um amigo da gente um aluno daqui dessa Faculdade de Medicina então a gente ficou muito... éh:: chateado por um aciDENTE... que houve com um ônibus da da Cometa num sei se você tá lembrada... que morreu... um pessoa::l né e e:: infelizmente tinha um colega um amigo da gente junto né na na::... que TAva nesse ônibus né e e essa pessoa foi difícil éh:: ser reconhecida... éh: la no no local do acidente... SÓ conseguiram reconhecer ele dePOIS que ele estava com uma caixa de LÂmina... aqui da Faculdade de Medicina que ele levava pra São Paulo... final de semana pra ele poder estuDAR... pra pra:: fazer as PROvas... na na semana seguinte aqui na faculdade né... e:: ele só reconheceram esse aluno através dessa caixa de lâmina... né... que:: tinha a:: a:: o:: o nome da da nossa faculdade né que isso foi uma co/ e o RESto do pessoal... eles tiveram MAIS dificuldade pra reconhecer... as vítimas né e:: nesse caso **AÍ** foi enterrado gente... com nome de outras pesso::as (AC-101; NR: L. 65-77)
- (11) Inf.: eu coloco meia lata de leite condensado... e meia de leite de vaca... [Doc.: hum]...e coloco no fogo prá... e vou mexendo prá dissolver e:: dar uma amornada
Doc.: não vai açúcar... aí?
Inf.: não porque o leite... Leite Moça já é hiper doce né [Doc.: aham]
Inf.: aí você jo::ga que ele vai... ele vai::... penetrar no bolo... aí cê joga basTAN::te coco ralado em cima né... tá **aí** o bolo de preguiÇosa... super gostoso... se não tiver o leite o condensado e nem o... num quiser fazer essa cobertura... prá comer com café também ele fica muito gostoso
Doc.: ⁵⁵[sem a] cobertura fica bom? (AC-110; RP: L. 357-385)
- (12) Inf.: bom... [...] eu vô(u) começá(r) do começo... bom meu pai e minha mãe saíram à noite e me deixaram na minha tia c/ junto c'o meu irmão... e cê sabe a/ aquelas eles saíram seis e meia e seis e meia é aquela hora que todo mundo éh:: sai do servi::ço... tá tudo mundo mu/ muito cansa::do che/ queren(d)o chegá(r) lo::go com fo::me em ca::sa... e **aí**: tem mais risco de acontecê(r) um acidente... e foi o que aconteceu... meu pai e minha mãe... estavam:: éh:: indo na avenida Bady Bassi::tt... esquina com a Amara::l do lado do Pastorinho... (AC-008-NR; L. 38-74)
- (13) Doc.: ¹[cê (pôs) pa vendê(r)?]
Inf.: eu vendi::a e eu perdi um pou/ eu perdi fiquei deven(d)o uma (parte) de dinheiro po cara lá... **aí** eu tive que roubá(r) pa pagá(r) (AC-025-NE; L. 12)
- (14) todo mundo vai achar ah liberou pra comprar vou comprar uma arma todo mundo vai querer comprar arma e é perigoso também porque se você vota não **aí** numa briga de acidentes lá o:: um familiar seu morre só porque:: no trânsito tava reclamando com o carro é complicado nenhuma dos dois é correto porque se você vota pra proibir as pessoas que vendem éh:: que vive disso de vender arma elas vão vender depois pra pra traficante (AC-045; RO: L. 297-312)
- (15) Doc.: M. eu gostaria que você me conta::sse alguma coisa que aconteceu com você:: algum fato que marcô(u) nu/ você:: de alguma maneira
Inf.: quando eu tinha treze ano de idade... eu viajava muito eu ia mui::to pa casa da minha tia ficava lá:: passeava curtia e era:: muito novinha num tinha nem treze ano doze ano praticamente... **aí** eu conheci meu primo meu primo foi mui::to legal comigo foi uma pessoa muito boa eu gostava MUIto dele... **aí** ele foi me cativan(d)o num tanto... que em vez d'eu gostá(r) dele como primo eu gostei dele como homem ((risos))... **aí** a gente namorô(u):: a gente passeava jun::to só que a minha tia num queria o namoro... ela::... ela era con::tra porque eu era prima de::le... e ela era minha tia ele era meu primo por primeiro grau entendeu?... então:: num deu::... num deu certo... ele pegô(u) ele gostava mui::to de mim só que aí um:: lindo dia... eu fiquei/ eu tavo tão triste naquele dia foi o dia do meu aniversá::rio...((vozes)) eu tavo::...todo mundo comemorô(u)::... foi aquela fes::ta... **aí** ele chega com outra de mão dada... na minha frente... isso pra mim foi... o pior dia da minha vida... foi um dia que eu nunca vô(u) esquecê(r)... **aí** tava meus familia::res tava minha mã::e **aí** minha mãe olhô(u) assim:: num gostô(u):: ninguém gostô(u) do que ele fez... porque todo mundo sabia que a gente tinha né?... um namo::ro a gente fiCAva muito... só que aí num deu certo na hora que eu vi ele c'a moça **aí** eu... o ani/ o meu aniversário acabô(u) naquele dia pra mim... foi o dia mais terrível da minha

vida foi aquele dia... **aí** no outro dia ele tentô(u) se explicá(r) só que aí num deu certo mais... ele começô(u) a falá(r) – “ai eu num tenho nada com ela eu tô fican(d)o com ela” – eu falei – “não não nós dois num dá mais certo” – **aí**:: tudo bem passô(u) eu voltei embora pa minha casa... porque eu::... todas minhas férias eu ia pra lá... **aí** quando eu voltei eu fiquei sabên(d)o que a menina tava grávida...então num deu mais certo... **aí** ele falô(u) pra mim/ ele já tava moran(d)o com e::la praticamen::te nós dois num deu certo... **aí** eu falei pra ele assim – “olha vévi tua vi::da seja feliz... que eu vô(u) tentá(r) sê(r) feliz do meu jeito do meu modo” – **aí** desde aquele dia... acabô(u)... eu vim embo::ra e ele ficô(u) (AC-068; NE: L. 6-27)

- (16) Doc.: F. sabe uma hisTÓria assim que alguém:: te contô(u) cê não pode tê(r) participado sabe? pode sê(r) uma fofoca assim de aMI::ga... ou às vezes alguma coisa que aconteceu com seus pa::is alguma coisa que alguém te contô(u) tá joia?

Inf.: ah:: a M. já me contô(u) alg/ umas coisas **aí**... tipo a gente a gente foi no baile jun::to tal... mas:: a gente chega LÁ a gente fica lá dançan::(d)o e ela some... aí depois no final do baile ela vem tipo ela fala que vem me contan(d)o as coisas... daí:: ela:: me falô(u) que:: ela FOI ela ela era a fim de beijá(r) un::s menino lá... (AC-010-NR; L. 93-110)

- (17) Doc.: hum... tá e assim alguma história dos ne::tos do senhor na esCOla assim que os filhos... do senhor conta assim como que é os netos do senhor na escola assim eles... eles já estu::dam

Inf.: esTUdam tenho uma:: tenho duas neta tenho uma neta que já se/ já casou né e tem outra mocinha tá com uns qui/ quinze ano... e tem o o:: irmão delas deve tá com dez ano por **aí**... ele gosta de desenhar... precisa ver os desenho que ele faz desenha cacho::rro desenha ..que é a mãe de::le [Doc.: uhum] ele tem DOM de desenhar é um menino esse moleque precisava:: entrar numa escola aí.. de arte né pra ((os carros atrapalham novamente)) (AC-121; NR: L. 95-99)

- (18) Inf.: ah! sei uma... eu e meu primo E. [Doc.: uhm] nós tava jogan(d)o videogaa::me [Doc.: ham] só que a fita num era ne::m DELE... do amigo dele... aí nós pegô(u) lá colocô(u) lá ficô(u) jogan(d)o o jogan(d)o jogan(d)o jogan(d)o... deu um piriPAQUE lá na fita do menino [Doc.: uhm] depois o menino... foi lá e falô(u) assim – “o E. cadê minha fita?”... hum – “suMI::U” –

Doc.: e **aí**? o menino ficô(u) bravo?

Inf.: não agora o menino NE::M LEMbra mais que ele tem aquela fita

Doc.: tem mais alguma histori::nha que aconteceu com vocês ou não?

Inf.: tem... eu tava... nessa última vez que eu fui agora né? [Doc.: ham] eu fiz um pipa lá eu e meu primo (AC-007-NE; L. 10-31)

- (19) Inf.: a::migo meu...ele me contou uma história aí que deu até rolo né?...prá ele...foi assim a filha do pastor...[Doc.: hum ((concordando))] tava...namorando escondido com o o: o baixista...eu num tava sabendo né? esse moleque que... que me contou tudo isso aí... e esse moleque gostava dela...e aí que aconteceu ele gostava dela o outro começou namorar na/a namorar escondido e ela ficou sabendo que ele:: que ele gostava dela aí ficou aquele clima ruim né?...e aí eu falei – “Renan que cê vai fazer agora?” – **aí**:: ele falou – “num sei né?” – **aí**:: **aí** **aí** foi embora aí ele tentou a voltar a amiza::de e ela ficou com os dois ao mesmo tempo num dia só...

Doc.: virgem... aí é chato hein?...

Inf.: e **aí** foi mas é porque o pai dela proíbe né? ¹⁷[e ge]ralmente quem proíbe sempre faz escondido...e **aí**...tanto que domingo retrasado ele descobriu né?... e:: ele proibiu os dois...de conversar de (telefonar) um pro outro e ela não quando quando acaba o culto ela não pode (sair) da igreja ela tem ficar lá dentro e agora eles fica lá lá dentro e:: esse amigo meu conta tudo pra mim... (AC-017-NR; L. 59-72)

Na ocorrência (9) o item *aí* atua como advérbio locativo (dêítico), que é tido como o mais concreto em relação aos demais usos de *aí*, nos quais o significado tende a ser mais gramatical. Em (9), o item *aí* funciona como argumento do verbo *morar*, cuja estrutura é de uma predicação. No entanto, em (10), o item *aí* se distancia de sua posição argumental para operar como advérbio anafórico, no plano textual, ampliando, portanto, o seu domínio

funcional. Nesse exemplo, o item *ai* faz referência anafórica ao trecho do texto em que se fala do acidente envolvendo um ônibus da viação Cometa. Em (11), por outro lado, o que se tem é um caso de *ai* que atua como advérbio catafórico, que nitidamente faz referência à expressão “o bolo de preguiçosa”.

Em (12), tem-se um caso de *ai* que funciona como advérbio relacional. Nessa ocorrência, o advérbio relacional *ai* atua entre dois conteúdos proposicionais, estabelecendo uma relação semântica mais frouxa de conclusão. Em (12), a relação semântica que se estabelece entre os dois conteúdos proposicionais permite a seguinte leitura: *a canseira do motorista pode levar a um acidente*. Já em (13), *ai* atua como conjunção coordenativa conclusiva, cuja leitura é reforçada pelo contexto. Em (14), o que se observa é um uso de *ai* como parte de uma construção correlativa, do tipo *se P...ai Q*, operando entre dois conteúdos proposicionais (do Nível Representacional).

Um uso de *ai* que é muito frequente no corpus (IBORUNA), mais especificamente em narrativas de experiência e narrativas recontadas, é o de introdutor de episódios. Como dito anteriormente, duas das principais características do episódio são a coerência e a sequencialidade temporal, que certamente estão presentes na ocorrência (15), em que o papel de *ai* é introduzir vários episódios que formam, de maneira coesa e sequencial, um evento discursivo maior. De forma resumida, os episódios podem ser entendidos como *blocos textuais* que apresentam os seguintes aspectos: a *ordem cronológica dos fatos narrados* (uma coisa depois da outra), a *coesão que aparece refletida nos usos de* assim, aí, então, depois *e outros elementos*, a *presença de marcadores temporais absolutos* (ou então a possibilidade de serem parafraseados por marcadores do tipo *ontem, no outro dia, hoje, etc.*) e também a *coerência textual*, que se faz presente na unicidade do assunto narrado. Dessa forma, a diferença entre o episódio, que é uma categoria semântica, e o tópico, que é uma categoria pragmática, reside basicamente no tipo de unidade a que um item linguístico se associa. O episódio é sempre composto por eventos (que são entidades que podem ser situadas no tempo e no espaço), enquanto o tópico constitui a entidade sobre a qual se fala, que, por sua vez, pode englobar tanto unidades semânticas quanto unidades pragmáticas. Em (15), o funcionamento de *ai* pode ser esquematizado como:

(15') *ai* ep, *ai* ep, *ai* ep, *ai* ep, *ai* ep, *ai* ep *ai* ep

Em (16), o item *ai* atua como operador aproximativo de subato referencial, conferindo ao sintagma nominal “umas coisas” o significado de imprecisão, incerteza ou mitigação. Ao usar essa estratégia, o falante está se reservando ao direito de não ter que revelar quais seriam “as coisas” que a amiga tinha lhe contado. Nesse caso, o que importa para o falante é apenas dizer que algumas coisas aconteceram. O mesmo acontece em (17), em que *ai* atua como operador aproximativo de subato adscritivo, representado pelo sintagma preposicionado “com dez anos”. O uso desse operador, em (17), confere ao subato adscritivo um valor aproximado da idade. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), da mesma forma que há operadores aproximativos especializados na atribuição de significados imprecisos, incertos ou mitigadores a subatos referencial e adscritivo, há também operadores de exatidão, que são especializados na atribuição de significados precisos e exatos, como em “*O João mora bem ali em frente*”.

O item linguístico *ai* pode ainda operar na camada do Conteúdo comunicado como organizador de cadeias tópicas. Em (18), por exemplo, o item *ai* faz parte de uma

estrutura (*e aí?*) que é sempre utilizada pelo falante para manter a continuidade do tópico introduzido anteriormente no discurso. Há outros contextos, porém, em que o item *aí* é usado para inserir, retomar ou finalizar um tópico, como em (18^o):

- (18^o) Doc.: ²[o que] o que foi marcante foi o que seu casamento não deu ³[ce::r]to?...
Inf.: que é uma coisa que eu levava muito a sério negócio de casamento tinha que ter responsabilidade né? bom sempre pensei né? no casamento né?... ter uma FAMÍ::LIA só que:: aconteceu coisas muitos FO::RTE... **então aí** nós separamos... mas agora eu fico eu fico aqui na minha casa assim tenho duas filha (AC-089; NE: L. 342-343)

Em (18^o), o item *aí*, em combinação com o *então*, é usado pela informante para finalizar o tópico sobre o fim do casamento. Nesse caso, é importante ressaltar que o item *aí* é responsável por finalizar um tópico que, por natureza discursiva, pertence à camada do Conteúdo Comunicado, do Nível Interpessoal. Uma outra informação relevante é que quase sempre o encerramento de tópico é também demarcado por alguma informação prosódica, como uma pausa que provoca uma ruptura na tessitura permanente do texto. É o que se observa em (18^o), em que o item *aí* é utilizado pelo falante para retomar, após a inserção de um comentário, o tópico em andamento:

- (18^o) Inf.: não pode demonstrar nojo e tem que encarar tudo que vier porque o ser humano é:: meio complicado né e tinha e ele [outro enfermeiro] mas ele era muito noje::nto e parece que as pessoas mais nojenta é que então é meio é um fato meio nojento ³[é uma] Doc.: ³[não]
Inf.: história meio nojenta ((alguém pigarreia)) **aí (então)** ele com toda aquela delicadeza aquela frescura de NOjo e e/ tinha uma senhora be::m idosa e ela tinha problema de intestino [Doc.: hum ((concordando))] e quando tem problema às vezes no caso hoje eu não sei se usa ainda mais mas naquela época usava colocava uma sonda no reto... (AC-105; NR: L. 171-178)

No exemplo (18^o), *aí* cumpre o papel de retomar o assunto em pauta, que é interrompido pela introdução de um comentário (digressão) do próprio informante. Ao mesmo tempo em que retoma o tópico em questão, o item *aí* (em combinação com *então*) aponta para o desenvolvimento subsequente da interação.

Por fim, a ocorrência (19) exemplifica um caso de *aí* que atua como marcador discursivo. Trata-se de um uso discursivo que está relacionado ao processamento cognitivo do texto/interação, ou seja, é uma estratégia discursiva empregada pelo falante para ganhar tempo enquanto processa o seu discurso ou para organizar o que ele vai dizer logo em seguida. Esse uso é o que se assemelha aos casos de preenchedor de pausa analisados por Martelotta et al (1996). Em termos de GR, os usos de *aí* como marcador discursivo e introdutor de ato discursivo são os mais abstratos, expressivos e os mais gramaticalizados. O exemplo (20) traz um *aí* como introdutor de ato discursivo:

- (20) Doc.: sabe o que eu queria que cê me contasse também se puDESSE como foi/ como você conheceu seu... ²[atual] namorado...
Inf.: ²[namorado?] ahn... éh:: foi assim eu tava numa casa de uma colega MINHA... **aí** ela falou assim que tinha que apresentar uns menino queria apresentar uns menino **aí** no meu dos menino tava ELE **aí** foi assim amor à primeira vista... [Doc.: hum] **aí**: ele pegou e pe/pe/ perguntou se eu queria ficar com ele eu falei que eu queri::a a gente começou ficar naquele dia **aí** passaram uns dois meses a gente num se viu mais... [Doc.: hum] **aí** do nada eu encontrei ele assim **aí** a gente começou ficar de novo ele pediu eu em namo::ro (AC-034; NE: L. 15-24)

Em (20), há dois movimentos claramente definidos, um de iniciação (que é a pergunta do documentador) e outro de reação (que é a resposta do informante). O movimento de reação é composto por vários atos discursivos que são introduzidos pelo item linguístico *ai*. Assim como os episódios, os atos discursivos em (20) são organizados de forma coesa e coerente. Ademais, pode-se dizer ainda que entre os atos discursivos existem relações de dependência e independência:

- (20^o) Doc.: [sabe o que eu queria que cê me contasse também se puDESSE como foi/ como você conheceu seu... ²[atual] namorado] _{movimento de iniciação}
 Inf.: [²[namorado?] ahn... éh:: foi assim [eu tava numa casa de uma colega MINHA] _{ato discursivo nuclear} ... **ai** [ela falou assim que tinha que apresentar uns menino queria apresentar uns menino] _{ato discursivo subsidiário} **ai** [no meu dos menino tava ELE] _{ato discursivo subsidiário} **ai** [foi assim amor à primeira vista] _{ato discursivo subsidiário} ... [Doc.: hum] **ai**: [ele pegou e pe/pe/ perguntou se eu queria ficar com ele eu falei que eu queri::a a gente começou ficar naquele dia] _{ato discursivo subsidiário} **ai** [passaram uns dois meses a gente num se viu mais...] _{ato discursivo subsidiário} [Doc.: hum] **ai** [do nada eu encontrei ele assim] _{ato discursivo subsidiário} **ai** [a gente começou ficar de novo ele pediu eu em namo::ro e a gente tá até ho::jê] _{ato discursivo subsidiário} _{movimento de reação}

Na representação em (20^o), notamos que entre os atos discursivos que compõem o movimento de reação existem relações de dependência, tais como as que ocorrem entre os atos discursivos subsidiários e o ato discursivo nuclear. Nesse caso, os atos discursivos subsidiários introduzidos por *ai* carregam informações secundárias que *explicam* o que aconteceu quando a informante estava na casa de sua colega.

Algumas generalizações: o percurso de mudança de ‘ai’

Relacionando as ocorrências de *ai* às diferentes categorias semânticas e pragmáticas dos níveis Representacional e Interpessoal, temos o seguinte:

Quadro 3: Correlação entre o item ‘ai’ e os níveis da GDF

ITEM	Categorias da GDF							
	Nível Representacional					Nível Interpessoal		
	f	x	e	ep	p	C	A	M
<i>Ai</i>	-	-	+	+	+	+	+	-

A análise dos dados de *ai* sugere uma trajetória de GR que parte das camadas do Nível Representacional, em especial a camada do evento, em direção às camadas do Nível Interpessoal, como as camadas do conteúdo comunicado e ato discursivo. Esse percurso de mudança envolve alterações morfofossintáticas, pelo fato de o item *ai* assumir outras posições sintáticas e integrar outros paradigmas funcionais, e também alterações semânticas e pragmáticas (SOUZA, 2009). Quanto às mudanças semântico-pragmáticas, o que se observa em *ai* é a persistência de alguns traços semânticos da forma-fonte nos usos mais gramaticalizados (HOPPER, 1991), como as de lugar e proximidade.

Nesse sentido, o percurso de mudança de *ai* sugere a seguinte escala de GR:

Quadro 4. O percurso de GR de ‘aí’ na GDF

Categorias representacionais	Categorias interpessoais
evento > episódio > proposição	> conteúdo comunicado > ato discursivo

Como se vê no quadro 4, o percurso de mudança linguística de *aí* no português falado do noroeste paulista sugere que há um processo de GR que começa no Nível Representacional (nas camadas do evento, episódio e conteúdo proposicional) e termina no Nível Interpessoal (nas camadas do Conteúdo comunicado e Ato discursivo, sendo o evento, em geral, a camada-fonte do processo de GR e o ato discursivo a camada-alvo).

Considerações finais

Com base nas categorias semânticas e pragmáticas da GDF, mostramos que o uso mais concreto de *aí*, o de advérbio dêitico, está situado na camada do evento (na predicação), do Nível Representacional, e, à medida que esse item vai assumindo outras funções na língua, tais como a de advérbio anafórico, advérbio catafórico, introdutor de episódios, advérbio relacional e conjunção coordenativa e subordinativa (funções textuais) e introdutor de Conteúdo comunicado, operador aproximativo de subatos referencial e adscritivo, marcador discursivo e organizador de tópico (que são funções interacionais), ele passa também a operar em outras camadas de organização dos níveis Representacional e Interpessoal, percorrendo uma trajetória unidirecional de mudança, que vai do menos gramatical para o mais gramatical [Semântico → Pragmático]:

Quadro 5: Trajetória de GR de ‘aí’ no português contemporâneo

Deitico > fórico > introdutor de episódio > advérbio relacional > conjunção coordenativa/conjunção subordinativa/conjunção correlativa > operador de subato adscritivo/ operador de subato referencial > organizador de tópico > introdutor de ato discursivo > marcador discursivo.
--

De certo modo, o item linguístico *aí*, mais especificamente o seu percurso de GR, pode ser explicado com base no esquema de Hengeveld e Mackenzie (2008):

$$(21) \quad (\pi \alpha_1; [(complexo) núcleo] (\alpha_1): \sigma (\alpha_1))_{\phi}$$

No esquema acima, o núcleo representa o primeiro restritor (obrigatório) e o modificador (σ) é definido como o segundo elemento restritor (pode designar lugar, espaço, etc.). O núcleo só é considerado complexo quando um número de itens coordenados define hierarquicamente uma unidade superior. Já os meios gramaticais são divididos em operadores (π) e funções (ϕ). Na GDF, os operadores captam as propriedades não-relacionais expressas gramaticalmente, enquanto as funções captam as propriedades relacionais expressas também gramaticalmente. No nosso caso, o item *aí* é definido como núcleo quando atua como termo argumental e como modificador quando atua como advérbio de lugar (l). A partir do momento em que ele passa a operar na camada do Conteúdo Comunicado, *aí* atua como operador aproximativo de subatos adscritivo e referencial. Por fim, nos casos em que se encontra mais gramaticalizado, o item *aí* passa a exercer as funções de organizador de tópico, introdutor de ato discursivo e marcador discursivo, descrevendo o seguinte percurso de GR: núcleo (lexical) → modificador (lexical) → operador (gramatical) → função (gramatical).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, J. *Gramática philosophica da língua portuguesa*. Lisboa: TARS, 1881.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BRAGA, M. L. *Aí e Então e a hipótese da trajetória universal*. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Descrição do português*. Araraquara: Acadêmica, 2001. p. 13-23.
- _____; NARO, A. A interface sociolinguística/gramaticalização. *Gragoatá*, Niterói, n. 9, p.125-134, 2000.
- _____; PAIVA, M. C. Do advérbio ao clítico é isso aí. In: RONCARATI, C. N. (Org.). *Português Brasileiro: contato linguístico*. RJ: TB, 2003. p. 206-213.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization. In: JANDA, R.; BRIAN, J. (Eds.). *Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 602-23.
- CASTILHO, A. A gramaticalização. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, v. 19, p. 25-64, 1997.
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Nova York: Mouton de Gruyter, 1997.
- ERMAN, B.; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. In: KLEIN, W. (Org.). *Linguistic: an interdisciplinary journal of the language sciences*. Berlin: MG, 2000. p. 29-62.
- HEINE, B. et al. From cognition to grammar. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: J. Benjamins, 1991. p. 149-87.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically based theory of language structure*. Oxford: OUP, 2008.
- HOPPER, P. On some principles of grammaticalization. In: TRAUOGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: J. Benjamins, 1991. p. 17-35.
- _____; TRAUOGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: CUP, 1993.
- ILARI, R. et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. (Org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1990. p. 63-141.
- KEIZER, E. The lexical-grammatical dichotomy in FDG. *Revista Alfa*, Advances in Functional Discourse Grammar, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 35-56, 2007.
- LONGHIN-THOMAZI, S. R. Gramaticalização, (inter)subjativização e modalidade epistêmica: o caso de 'assim'. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, n. XXXV, 2006, p. 1772-1779.
- LOPES-DAMÁSIO, L. R. *A emergência do marcador discursivo assim sob a óptica da gramaticalização: um caso de multifuncionalidade e (inter)subjativização*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). IBILCE/UNESP, São José do Rio Preto.
- MARTELOTTA, M. E. et al. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996.

- NEVES, M. H. M. Os advérbios circunstanciais de lugar e tempo. In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*. v. II. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. p. 261-295.
- OLIVEIRA, M. R.; MELO, E. T. Ordenação dos locativos *aqui* e *ali*. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOGIA, VII, Rio de Janeiro, UFF, 2003. (comunicação)
- PAIVA, M. C. Proformas adverbiais e encadeamento dêitico. In: RONCARATI, C. N. (Org.). *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: TB, 2003. p. 132-143.
- RONCARATI, C. Domínios referenciais e a hipótese da trajetória universal. In: _____ (Org.). *Português Brasileiro: contato linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: TB, 2003. p. 144-159.
- SCHILLER, E. *Why do creoles have serial verb constructions*, 1999. Disponível em: <http://www.ericshiller.com/ling/papers/why_svc>. Acesso em: 26 nov. 2007.
- SEBBA, M. *The syntax of serial verbs*. Amsterdam: J. Benjamins, 1987.
- SOUZA, E. R. F. *Gramaticalização dos itens linguísticos assim, já e aí no português brasileiro*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) - IEL/UNICAMP, Campinas.
- SWEETSER, E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- TRAUGOTT, E. From propositional to textual and expressive meanings. In: LEHMMAN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.) *Perspectives on historical linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982. p. 245-271.
- _____. Subjectification in grammaticalization, In: STEIN, D.; WRIGHT, S. (Eds.) *Subjectivity and subjectivisation*. Cambridge: CUP, 1995. p. 31-54.
- _____. From subjectification to intersubjectification. In: RAYMOND, H. (Ed.). *Motives for Language Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. p. 124-139.

A relação semântica de *elaboração* e a orientação argumentativa do discurso

(The semantic relation of *elaboration* and the argumentative orientation of discourse)

Fernanda Abreu e Silva Alencar¹

¹Programa de Pós-graduação em Linguística e Filologia, Faculdade de Letras –
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

alencar.nanda@gmail.com

Abstract: In this paper, we analyze the semantic relation of *elaboration* in both spoken and written contemporary Brazilian Portuguese. We limit the focus of our analysis to elaboration of NPs, in order to identify the type of elaborated NP and the types of text in which elaboration is placed. The most relevant differences relate to this kind of elaborated NP under consideration are, in the written discourse, which is dominated by labels with high semantic content, such as metalinguistic and indexical labels, related primarily to verbs of mental state: in spoken discourse, NPs with low semantic content prevail, for example generics and the “-phors” (cataphors), which are associated, predominantly, with relational verbs. Despite these differences, the elaborative segment in each type performs a similar role in the following ways: as an important strategy for the specification and identification of referents and moreover, in the organization of discourse.

Keywords: *Elaboration*; NP; Argumentation.

Resumo: Neste artigo, analisamos a relação semântica de *elaboração* na modalidade falada e escrita do português brasileiro contemporâneo. Delimitamos nosso objeto de análise às elaborações que expandem um SN, procurando identificar os tipos de SN elaborados e os tipos de textos nos quais a elaboração está inserida. As diferenças mais relevantes dizem respeito ao tipo de SN elaborado: na escrita, predominam os rótulos com maior conteúdo semântico, tais como metalinguísticos e indiciais. Na fala, prevalecem SNs com baixo conteúdo semântico, genéricos e essencialmente fônicos. Apesar dessas diferenças, a elaboração desempenha papel similar nas duas modalidades: constitui importante estratégia de especificação/identificação de referentes e, além disso, desempenha papel de relevo na organização discursiva.

Palavras-chave: Elaboração; SN; Argumentação.

Introdução

A relação semântica de *elaboração* é uma estratégia de progressão e coesão textual, que contribui não só para o acréscimo de informações como também para a expressão dos objetivos comunicativos do falante/escritor. Ela se realiza nos contextos em que uma parte do texto elabora ou especifica o conceito expresso pela outra parte (HALLIDAY, 2004; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988; MANN; THOMPSON, 1986; TABOADA; MANN, 2006), como mostra o exemplo (1).¹

- (1) Tudo muito “família”. Mas nessa acumulação de atividades prosaicas, surgia o **grande desafio**: transformar a paixão em amor. (*O Globo* 24-10-04)

Neste estudo, focalizamos a elaboração vinculada a sintagmas nominais, com o

¹ Os grifos no exemplo (1) são nossos.

objetivo de identificar os tipos de SNs elaborados e os contextos discursivos da relação de elaboração, investigando os tipos textuais mais propícios a sua ocorrência.

Partimos do pressuposto de que a elaboração de SNs, além de constituir um recurso de especificação, desempenha um papel relevante na orientação argumentativa do discurso.

Analisamos uma amostra de fala e uma amostra de escrita que integram o acervo do grupo PEUL (Programa de Estudos sobre o Uso da língua). A modalidade de fala é representada por entrevistas sociolinguísticas que compõem a Amostra Censo 80 e a de escrita, por vários textos, coletados em jornais de grande circulação no Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil, O Globo, Extra e O Povo*).

Este texto está organizado da seguinte forma: na primeira parte, discutimos as propriedades semânticas e referenciais do SN elaborado e analisamos os resultados referentes ao tipo de SN em questão; na segunda, caracterizamos alguns tipos de texto, apresentamos os tipos em que encontramos ocorrências de elaboração e a distribuição dessa relação nesses contextos, em seguida, mostramos o papel da elaboração na macroestrutura textual (DIJK, 1980). A terceira parte compreende as considerações finais e a quarta, as referências bibliográficas.

Características semânticas e referenciais do SN elaborado

Para proceder à análise da referenciação do SN elaborado, buscamos embasamento teórico nos trabalhos de Halliday e Hasan (1976), Francis (1994) e Koch (2002).

Das estratégias de coesão analisadas por Halliday e Hasan (1976), interessa-nos a do uso dos *nomes genéricos* que são considerados pelos autores como “membros superordenados de um grupo lexical maior e seu uso coesivo é uma instância de um princípio geral segundo o qual um item superordenado opera anafóricamente como um tipo de sinônimo” (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 275). Segundo eles, os nomes genéricos podem ser nomes como “coisa”, “assunto” e “ideia”.

De acordo com Koch (2002), os nomes genéricos se incluem entre as “formas remissivas lexicais” juntamente com as nominalizações, que acrescentam significado através de um movimento anafórico e se realizam lexicalmente na forma de um *substantivo-predicativo* (APOTHÉLOZ, 1995 apud KOCH, 2002, p. 90).

Tanto Halliday como Koch atribuem aos nomes genéricos uma nítida função anafórica, na medida em que encapsulam as informações contidas em segmentos anteriores. Koch admite, no entanto, que eles podem possuir uma função catafórica, principalmente quando são vagos, inespecíficos, como no seguinte exemplo² extraído do *Jornal do Brasil*:

- (2) *Ele estava nervoso, afinal o time empatou em casa um jogo que não podia perder ponto. Mas de uma coisa eu tenho certeza: não faltou empenho e por isso nenhuma daquelas palavras serviu para o grupo - disse.* (JB 06-03-04)

Como mostraremos, o conjunto de itens lexicais considerados genéricos por Halliday (1994), Koch (2002) e Francis (1994) é bastante amplo, o que abre a possibilidade de distinguir nuances semânticas.

² O grifo nesse exemplo é nosso.

Um conceito similar sob certos aspectos é o de *rótulos*, na forma como é apresentado por Francis (1994). Assim como os nomes genéricos, os rótulos buscam seu significado em outros elementos do contexto. Além disso, as distinções podem depender da relação coesiva, anafórica ou catafórica e do seu papel funcional: eles podem possuir uma função de sinalizadores textuais, indicando unidades de informação, rotular e avaliar porções discursivas.

Segundo a autora, os rótulos caracterizam-se, principalmente, por serem elementos nominais não-específicos que exigem realização lexical no contexto imediato. Eles desempenham a função de organizar o discurso e, geralmente, apresentam um valor argumentativo. Francis classifica-os em *rótulos metalinguísticos*, “sentença”, por exemplo; *rótulos avaliativos*, como “tolice”, e *rótulos que entram em uma categoria mais geral*, como “aspecto”.

Para dar conta de todas as ocorrências de SNs elaborados, distinguimos os SNs que efetivamente apresentam conteúdo semântico, SNs com pronomes substantivos, com pronomes indefinidos e os que funcionam como rótulos, daqueles que possuem função dêitica inerente, ou seja, aqueles cujo núcleo é um pronome demonstrativo e o sintagma “o seguinte”. Para os rótulos, seguimos em grande parte a classificação de Francis (1994), acrescentando, no entanto, outras possibilidades. A seguir, exemplificamos essa classificação:

A - SNs com conteúdo semântico

1 - Pronomes substantivos:

- (3) *Poderia acrescentar às frases do Eliakim uma³ que li nos jornais e que me apresso em transcrever: “apertem os cintos, vamos decolar” (Bebeto de Freitas). (EXTRA 02-01-04)*

2 - Pronomes indefinidos:

- (4) *Porque uma pintura geral tira tudo: tira vidro, tira tudo. Pára-lama, tira tudo. (Amostra Censo 80 – Fal. 25)*

3 - Rótulos metalinguísticos:

- (5) *No famoso episódio da instituição, na Roma antiga, do imposto sobre as latrinas públicas, o imperador Vespasiano respondeu às críticas de seu filho Tito com a célebre frase: o tributo non olet (não cheira)”. (JB 04-03-04)*

4 - Rótulos avaliativos – sob essa denominação, incluímos exemplos como:

- (6) *O plano não pode esquecer o óbvio: os problemas dos EUA com o Iraque e com o petróleo iraquiano estão cozinhando na mesma panela em que fervem nossa política em relação à Venezuela, ao governo Chávez e à falta que o petróleo venezuelano está fazendo aos EUA. (O GLOBO 17-01-03)*

5 - Rótulos que entram em uma categoria mais geral, como “coisa”, “negócio” e “lance”:

- (7) *Mas de uma coisa eu tenho certeza: não faltou empenho e por isso nenhuma daquelas palavras serviu para o grupo. (JB 06-03-04)*

³ Os grifos nos exemplos de (3) a (16) são nossos.

A classificação apresentada até aqui não esgota todas as possibilidades de nuances semânticas do núcleo dos SNs encontrados nas amostras analisadas. Assim, distinguimos ainda os seguintes tipos de nomes:

6 - *Nomes Indiciais* - nomes indicadores que se referem a resultados estatísticos, valores de referência, indicadores financeiros etc.:

- (8) *Os elitistas que me desculpem, mas o aspecto de feira, a cara de supermercado, as pessoas saindo com sacolas cheias, os filhos atormentando os pais com pedidos, tudo isso é fundamental para tentar melhorar mais um desses índices que envergonham a cidade: segundo o Data/Gois/ Uni-Carioca, quatro em cada dez cariocas lêem apenas um livro por ano. Não é engano não – um por ano. E isso significa que há muita gente que nem isso. (O GLOBO 14-05-05)*

7 - *Resultado de atividade física ou mental:*

- (9) *Não é tarefa fácil: depende de incontáveis decisões subjetivas e está sujeita a erros humanos. Mas é nosso trabalho. Por favor, como já disse o outro, não fuzilem o carteiro. (O GLOBO 03-06-03)*

8 - *Preceitantes:*

- (10) *Mas, estando na crista da onda das esperanças do povo, não custa nada à classe política compenetrar-se daquele princípio rigorosamente aplicado pelos dragões celestes: a quem muito é dado, muito será exigido. (JB 02-06-03)*

9 - *Relativos a sentimentos e emoções:*

- (11) *No caso do Rio de Janeiro, uma surpresa boa: Nilópolis, na Baixada Fluminense, foi apontado como o segundo melhor município do estado no combate ao analfabetismo. Niterói ficou em primeiro, com maior nível de escolaridade do país, com 9,55 anos de estudo, em média. (EXTRA 05-06-03)*

10 - *Relativos à solução de situação concreta ou abstrata:*

- (12) *Mas nessa acumulação de atividades prosaicas, surgia o grande desafio: transformar a paixão em amor. (O GLOBO 24-10-04)*

11 - *Relativos a qualidades:*

- (13) *Quer queiram ou não os estudiosos e partícipes dos fatos que envolvem o golpe de 1964, não se pode negar uma realidade aprofundada em teses e livros ao longo dessas quatro décadas: o Ipês - sim, com acento - foi preponderante no desfecho que mudou o rumo da história recente do país. (JB 04-03-04)*

Alguns casos, com número de ocorrências muito baixo, não se inserem nas categorias estabelecidas até aqui. Vejamos um exemplo:

- (14) *Porém, centros de excelência não nos faltam: a Embrapa, que proporcionou uma verdadeira revolução em nossa agricultura e exporta know-how para o mundo; a Fundação Oswaldo Cruz, que pela sua história e relevantes trabalhos dispensa comentários; e o próprio Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, através de seu sistema de concessão de bolsas para pesquisas avançadas, é nosso principal instrumento para a formação de cientistas. (JB 02-06-03)*

No segundo conjunto, denominado de SNs com função dêitica inerente, incluímos os SNs que funcionam apenas como um indicador de direcionalidade discursiva, sem introduzir qualquer significado.

12 - SN “o seguinte”:

- (15) *Agora é preciso que se diga o seguinte: as escolas de samba são realmente forças populares dessa cidade que faz Carnaval um autêntico sacerdócio.* (O POVO 22-01-04)

13 - Pronomes demonstrativos:

- (16) *Vamos fazer isso: vocês vão, me esperam num caramanchão lá nas barca, que eu vou dar o almoço a ele. Ele e o amigo. Assim que eles sair eu apanho a bicicleta, vou atrás de vocês.* (Amostra Censo 80 – Fal. 12)

As diferenças entre as duas modalidades aparecem nitidamente na categoria semântica dos SNs objeto de elaboração, como mostra a tabela 1:

Tabela 1 - Tipo de SN elaborado na fala e na escrita

	FALA	N	%	ESCRITA	N	%
S	Pronomes indefinidos	3	3	Pronomes indefinidos	2	1
N	Metalinguísticos	4	4	Metalinguísticos	60	39
	Avaliativos	1	1	Avaliativos	6	4
	Genéricos	40	39	Genéricos	10	7
E	Indiciais	-	-	Indiciais	15	10
L	Resultado de atividade física ou mental	6	6	Resultado de atividade física ou mental	17	11
A	Preceituantes	-	-	Preceituantes	8	5
B	Relativos a sentimentos e a emoções	1	1	Relativos a sentimentos e a emoções	4	3
O	Relativos à solução de situação concreta ou abstrata	1	1	Relativos à solução de situação concreta ou abstrata	13	8
A	Relativo à qualidade	2	2	Relativo à qualidade	4	3
D	Pronomes substantivos	1	1	Pronomes substantivos	1	0
	Outros	3	3	Outros	9	6
O	O seguinte	35	34	O seguinte	3	2
	Pronomes demonstrativos	5	5	Pronomes demonstrativos	2	1

Na fala, a elaboração incide de forma equivalente sobre SNs genéricos (39%) e SNs com função dêitica inerente (39%), principalmente o SN “o seguinte”.

São considerados como nomes genéricos, como mencionamos nesta seção, aqueles cujo significado é bastante genérico, tal como o da palavra “coisa”. Em muitos aspectos, o item lexical *coisa* se aproxima dos SNs com função fórica inerente, o que permite suspeitar de que ele esteja passando por um apagamento semântico, para ganhar apenas em função sinalizadora/organizadora do discurso.

A elaboração na fala está relacionada, principalmente, a SNs genéricos e essencialmente fóricos, prioritariamente, “o seguinte”. A alta frequência desses elementos pode ser explicada, numa primeira interpretação, pela característica de ancoragem dêitico-discursiva da fala,

o que reforça a tese de que a palavra *coisa*, que constitui a maioria absoluta das ocorrências de SNs genéricos, pode estar passando por um apagamento semântico que, neste contexto de Elaboração, aproxima-a dos SNs com função fórica inerente.

Diferentemente do que se observa na modalidade falada, na escrita prevalecem os nomes que dizem respeito ao campo semântico da *Metalinguagem* (39%). Seguem-se os *Indiciais* (10%), os que indicam *Resultado de atividade física ou mental* (11%) e os que remetem à *Solução de situação concreta ou abstrata* (8%). Juntamente esses três tipos somam 68% dos dados. Deve ser considerada ainda a frequência de elaborações que incidem sobre *Nomes genéricos* (7%) e *Preceituantes* (5%). Em menor número, encontram-se os *Avaliativos*, os relativos a *Sentimentos e emoções* e os relativos à Qualidade. Em último lugar, correspondendo respectivamente a apenas 1% e a 0% dos dados, estão os *Pronomes indefinidos*, duas ocorrências, e *pronome substantivo*, uma ocorrência.

Nas ocorrências em que os SNs *apresentam função dêitica inerente*, não se evidenciam diferenças entre a frequência do SN “o seguinte” e de pronome demonstrativo, possibilidades quase inexistentes.

A predominância de nomes que dizem respeito ao campo semântico da *Metalinguagem* e de SNs *Indiciais* na escrita pode ser relacionada às estratégias utilizadas no gênero jornalístico, em que o autor se utiliza do recurso da Elaboração através do uso de rótulos metalinguísticos, principalmente, para introduzir o discurso de terceiros e de *Indiciais* para apresentar resultados e dados estatísticos.

Tipo de texto

Partimos da hipótese de que a relação de elaboração desempenha um papel central na organização textual e constitui uma estratégia fundamental de argumentação. Dessa forma, pode-se esperar que segmentos de elaboração se distribuam de forma diferenciada de acordo com o tipo de texto.

Antes de discutir as correlações entre o uso da elaboração e tipo de texto, cumpre precisar o significado de termos como “texto”, “discurso” e “domínio discursivo”, que serão utilizados nesta seção. Segundo Marcuschi (2007), “*texto* é uma entidade concreta realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. *Discurso* é aquilo que se produz ao se manifestar em alguma instância discursiva” (MARCUSCHI, 2007 p. 24). Essa instância discursiva constitui o *domínio discursivo*, o qual dá origem a vários discursos específicos, tais como o discurso acadêmico, jurídico, militar etc.

O conceito de tipo de texto tem ocupado um espaço central não só na Linguística Textual como na compreensão de fenômenos variáveis da fala e da escrita. Marcuschi (2007), por exemplo, mostra que, equivocadamente, a expressão “tipo de texto” muitas vezes é utilizada para se referir a gênero textual, uma unidade maior que, se, por um lado, superpõe-se em alguns aspectos a tipo de texto, por outro, não se identifica com ela. Num mesmo gênero textual podem ser realizados diversos tipos de texto. Segundo o autor (MARCUSCHI, 2007), os tipos de textos devem ser definidos em termos dos seus traços linguísticos predominantes, o que formaria sequências típicas e não propriamente um texto. Diferentes conjugações desses traços linguísticos resultam numa tipologia variada.

A noção de sequência é entendida por Adam (1992, p. 218) como unidade estrutural relativamente autônoma que se organiza e se integra para constituir uma macroestrutura (cf. também DIJK, 1980). De acordo com Adam, as sequências podem ser agrupadas, de acordo com suas características prototípicas em cinco tipos básicos,⁴ Narrativas, Descritivas, Argumentativas, Explicativas e Dialogais.

É possível distinguir essas sequências em termos do esquema prototípico de cada uma delas. O esquema prototípico da sequência narrativa pode ser descrito a partir de cinco macro-proposições, situação inicial, complicação, (re)ações, situação final e moral. O esquema da sequência argumentativa é constituído por três fases: premissas, apresentação de argumentos, contra-argumentos e conclusão. O esquema da sequência descritiva,⁵ embora não apresente uma ordem fixa, é composto por quatro macro-proposições prototípicas: ancoragem; actualização, colocação em relação e encaixamento por subtematização. O esquema da sequência explicativa constitui-se de quatro fases, constatação inicial, problematização, resolução, conclusão-avaliação. A sequência dialogal constitui-se de três fases, abertura, transacional e encerramento. Cada uma delas pode ser decomposta em unidades dialogais ou trocas, compostas de intervenções ou turnos. Para Adam, esta sequência é a que mais se associa aos gêneros textuais característicos da comunicação oral, a conversação.

Enquanto Adam (1992) prioriza os padrões de organização da estrutura global do texto, Paredes (1997) conjuga os aspectos estruturais e funcionais na caracterização de tipo de texto. A autora afirma que a denominação *tipos de texto* diz respeito às estruturas discursivas, aos modos de conduzir e organizar o discurso. Quanto aos aspectos formais, pode-se reconhecer o tipo de texto por marcas relativas ao tempo, modo e aspecto verbais e a preferência pela 1^a, 2^a ou 3^a pessoa; quanto aos semânticos, pela natureza semântica do verbo e pela unidade semântica focalizada, tais como entidades, eventos, proposições.

No nível da estrutura interna da língua, as sequências narrativas caracterizam-se por focalizarem eventos e por apresentarem verbos de aspecto perfectivo, do tipo material, preferência pela 1^a ou 3^a pessoas, pelo uso de conectores temporais.

Os textos descritivos, centralizam-se em entidades, apresentam verbos em formas não perfectivas, preferência por formas verbais de 3^a pessoa, predicados do tipo estativo, uso de adjetivação, de orações relativas e de estruturas nominais.

Os textos procedurais focam os processos, apresentam verbos no imperativo, formas impessoais, organização sequencial e um predomínio de orações independentes.

Nas sequências textuais expressivas, predominam verbos no tempo presente, predicados com verbos de opinião, avaliativos ou subjetivos, geralmente verbos do tipo mental, e formas pronominais de 1^a pessoa.

As sequências explicativas ou expositivas se caracterizam pela predominância de verbos no presente, predicados do tipo relacional, orações explicativas, predicado nominal, maior ocorrência de conectores do tipo lógico, principalmente, hipotáticos.

⁴ Segundo Adam (1992), os textos injuntivos são organizados de acordo com as mesmas fases dos textos descritivos. Para o autor, esses textos seriam descrições de ações.

⁵ Segundo Adam (1992), a sequência descritiva é a menos autônoma de todas e dificilmente predomina em um texto.

As argumentativas, por sua vez, centram-se em proposições e apresentam verbos do tipo mental em suas formas não perfectivas, construções hipotéticas, grande frequência de relações de interdependência, hipotaxe e encaixamento, uso de operadores argumentativos e de modalizadores.

As sequências dialógicas estão associadas a maior recorrência de verbos *dicendi*, uso de dêiticos e alternância entre as 1ª e 2ª pessoas.

Nas amostras examinadas, foram encontradas elaborações nos seguintes tipos de texto:

a – Expositivo

- (17) *Roubos de celulares disputam com a venda dos aparelhos, em todo o território nacional, o desempenho estatístico. O sucesso da telefonia móvel no Brasil superou todas as previsões: da metade dos anos noventa até 2000, o mercado cresceu aceleradamente. No final de 2001, estavam em funcionamento 26 milhões de aparelhos. Mas o roubo móvel não quis ficar para trás e tratou de fazer estatística. A Secretaria de Segurança fala de 959 casos, em setembro, no Estado do Rio, mas apenas quando a vítima registra queixa. A Anatel tem informação de dez mil aparelhos roubados por mês em todo o país. A lista negra é sigilosa para não espantar os futuros e atuais usuários. De novembro de 2000 a outubro de 2002 a Anatel registrou total de roubos superior a 600 mil. O mercado paralelo pede ação de todas as polícias.* (JB 01-11-02)

De acordo com a organização proposta por Adam (1992), a sequência explicativa do trecho acima apresenta três fases: constatação inicial (*Roubos de celulares disputam com a venda dos aparelhos, em todo o território nacional, o desempenho estatístico*); Problematização (*O sucesso da telefonia móvel no Brasil superou todas as previsões: da metade dos anos noventa até 2000, o mercado cresceu aceleradamente. No final de 2001, estavam em funcionamento 26 milhões de aparelhos. Mas o roubo móvel não quis ficar para trás e tratou de fazer estatística. (...) total de roubos superior a 600 mil*) e Conclusão-avaliação (*O mercado paralelo pede ação de todas as polícias.*). Do ponto de vista formal, verifica-se a predominância de verbos no presente e de conectores adversativos.

b – Argumentativo

- (18) *F: Bom, eu acredito o seguinte: para você dar uma resposta, assim, leva muita coisa junto. Mas eu acredito e se eu acho que isso aí é – é uma falta de politicamente, todo mundo não estar engajado. Essa é que é a verdade. Outro dia, eu estava conversando com colega meu e a respeito de política. Na – respeito de quê? Agora você vai votar? Não, não vou votar mais é nesses camarada não fazem nada. Então, eu disse para ele o seguinte: que à medida que a gente cobrar do político que a gente votou, esse político vai ter que fazer mais alguma coisa para a gente. E a mesma coisa seria o governo e todas essas coisa de governo.* (Amostra Censo 80 – Fal. 45)

O exemplo acima apresenta três fases: premissa (*é uma falta de politicamente, todo mundo não estar engajado.*); apresentação de argumentos (*Outro dia, eu estava conversando com colega meu e a respeito de política. Na – respeito de quê? Agora você vai votar? Não, não vou votar mais é nesses camarada não fazem nada.*) e conclusão (*Então, eu disse para ele o seguinte: que à medida que a gente cobrar do político que a gente votou, esse político vai ter que fazer mais alguma coisa para a gente. E a mesma coisa seria o governo e todas essas coisa de governo.*). Além disso, o predomínio de traços como foco em proposições, formas verbais não perfectivas (*estava conversando, vai votar*); construções hipotéticas (*à medida que a gente cobrar do político, vai ter que fazer, seria*); grande

frequência de hipotaxe e encaixamento e uso de operadores argumentativos, permitem considerar o trecho em questão como argumentativo.

c – Descritivo

- (19) *A novidade era esta: o medo tinha descido o morro - aquele medo humilhante que o terror dos traficantes causa à população das favelas há tanto tempo. O que mais angustiava é que o medo apresentava a consistência de uma assombração: não tinha forma nem som. Não se ouvia tiro, grito ou correria, nada. Só a sua pesada e invisível presença. Se o fruto de uma amendoeira caísse sobre o capô de um carro, o pânico se alastraria. Era aquela sensação tão bem definida por Guimarães Rosa: “O medo é uma pressão que vem de todos os lados”. (O GLOBO 05-10-02)*

A sequência descritiva acima apresenta três das quatro macroproposições apresentadas por Adam (1992): ancoragem (*A novidade era esta: o medo tinha descido o morro - aquele medo humilhante que o terror dos traficantes causa à população das favelas há tanto tempo.*); relação (*o medo apresentava a consistência de uma assombração*) e aspectualização (*não tinha forma nem som. Não se ouvia tiro, grito ou correria, nada. Só a sua pesada e invisível presença. Se o fruto de uma amendoeira caísse sobre o capô de um carro, o pânico se alastraria. Era aquela sensação tão bem definida por Guimarães Rosa: “O medo é uma pressão que vem de todos os lados”.*). O trecho centra-se em uma entidade (*medo*), apresenta verbos na forma não-perfectiva (*angustiava, apresentava, tinha*); predominam as formas de 3ª pessoa, o uso de adjetivação (*humilhante, pesada, invisível*).

d – Narrativo

- (20) *Seu Manoel era um sargento, tinha vinte ano de caserna, um sargento antigo. Aí o tenente chegou e disse: “ó, seu Manoel, é o seguinte: morreu a mãe do novecentos e dez e nós temos que dar a notícia. - “o senhor pode ficar tranquilo, o senhor pode ir descansado, que eu dou a notícia, ele não vai nem perceber.” Tudo bem. Seu Manoel chegou, botou o pessoal todo no pátio e (“disse”): “atenção! Quem tem mãe viva sentido! Dê um passo à frente! Você não novecentos, você fica.” “Não lhe disse tenente, (“dava a notícia), que ele nem ia sentir”. (Amostra Censo 80 - fal. 07)*

O esquema dessa sequência narrativa compõe-se de três fases: situação inicial (*Seu Manoel era um sargento, tinha vinte ano de caserna, um sargento antigo.*); complicação (*Aí o tenente chegou e disse: “ó, seu Manoel, é o seguinte: morreu a mãe do novecentos e dez e nós temos que dar a notícia*); (re)ações (*“o senhor pode ficar tranquilo, o senhor pode ir descansado, que eu dou a notícia, ele não vai nem perceber.” Tudo bem. Seu Manoel chegou, botou o pessoal todo no pátio e (“disse”): “atenção! Quem tem mãe viva sentido! Dê um passo à frente! Você não novecentos, você fica.”*) e situação final (*“Não lhe disse tenente, (“dava a notícia), que ele nem ia sentir.”*) A sequência focaliza um evento e apresenta verbos de aspecto perfectivo (*morreu, chegou, botou*), preferência pela 1ª. ou 3ª pessoas.

A tabela 2 mostra a distribuição da relação de elaboração de acordo com o tipo de sequência discursiva em que ela ocorre.

Tabela 2 – A elaboração de acordo com o tipo textual na fala e na escrita

	Escrita		Fala	
	N	%	N	%
Argumentativo	80	51	51	50
Expositivo	67	44	33	33
Descritivo	4	3	1	1
Narrativo	3	2	17	16

De acordo com a tabela 2, na escrita, mais da metade das ocorrências de elaboração (51%) estão inseridas em trechos argumentativos, seguindo-se sua ocorrência em textos expositivos (44%). A relação de elaboração é significativamente menos frequente em textos descritivos (3%) e narrativos (2%). Também na modalidade falada, a maioria das elaborações está inserida em sequências textuais argumentativas (50%) e expositivas (33%). Entretanto, nessa modalidade, verifica-se frequência mais significativa de *elaborações* inseridas em trechos narrativos (16%).

Com base nesses resultados, observamos que a *elaboração* é uma estratégia principalmente utilizada em sequências argumentativas, que podem ser consideradas mais subjetivas. Se considerarmos a forma como os segmentos discursivos de elaboração se inserem na macroestrutura textual,⁶ depreende-se o papel dessa relação semântica na construção da argumentação. Uma análise dos contextos em que se inserem os trechos de elaboração permite mostrar a alta recorrência de trechos de elaboração em contextos como os exemplificados a seguir:

A – **Reforço de uma orientação argumentativa**, através da introdução de evidências (dados estatísticos, exemplos, depoimentos) que comprovam uma afirmação, ou justificam uma tese ou uma conclusão.

(21) *Segundo ele, o reajuste de seguro no Rio foi, em média, de 15% desde o ano passado. Brandão acrescenta que o aumento no valor da apólice pode ser ainda maior se o veículo estiver entre os modelos mais roubados, como o Gol, o Golf e a F-1000.*

- O Rio tem um número de roubos muito grande, o que toma seus seguros mais caros do que em São Paulo e nas outras regiões metropolitanas do país - afirma o diretor do Sindicato das Seguradoras, Roberto Santos.

Segundo dados do Sindicato das Seguradoras, de 95 a 98 os números nos quatro primeiros meses de cada ano tiveram pouca variação. Mas, em 1999, houve um pico: a média foi de 4.015 casos mensais.⁷ Os índices tiveram nova queda no mesmo período dos anos seguintes: média de 3.595 em 2000 e de 3.397 em 2001. No entanto, a estatística voltou a subir no ano passado, com a média de 4.181 carros levados por mês de janeiro a abril. O total anual também atingiu picos em 99 e 2002. No primeiro ano, foram 47.218 roubos e furtos, enquanto o ano passado registrou 53.027 ocorrências. (EXTRA 04-06-03)

Nesse exemplo, pela expansão de um SN indicial “um pico”, a *elaboração* apresenta a média de roubos de veículos no ano de 1999, o que explica/justifica a tese de que o aumento dos seguros de carro no Rio é devida ao número de roubos.

⁶ Tal como está sendo empregada neste estudo, a noção de macroestrutura remete para a posição de Van Dijk (1980) para quem todos os textos apresentam uma estrutura esquemática denominada superestrutura, que é preenchida pelo conteúdo semântico das proposições. A macroestrutura é o conjunto de proposições – macroproposições – que serve para dar sentido e coerência global ao texto.

⁷ Grifo nosso.

B – Reorientação argumentativa

- (22) *Deu no Estadão, no dia 28: “Ibope do SBT coloca em xeque audiência da Globo”. A matéria é sobre a estreia de um novo sistema de medição de audiência que apontou algumas diferenças em relação ao que é aferido pelo Ibope mas logo deixou de funcionar. No mesmo dia, a Folha registrava: “A Band comemora que sua apresentadora Márcia Goldsmith venceu Wagner Montes em audiência”. O importante da reportagem do Estado de S. Paulo não estava no lead, mas no que vinha mais abaixo, o registro da média de audiência de todas as redes abertas de televisão. As diferenças entre os dois institutos não são relevantes. No horário nobre, os patamares, em números redondos, são os seguintes: Globo, 30 pontos; SBT, 12; Record, 5; Band, 3,5; Rede TV!, 3; Cultura, 1. À exceção de Globo e SBT, portanto, todas as redes brasileiras têm menos de 5 pontos de audiência no horário nobre. Mais cedo é bem pior. Entre sete da manhã e meio-dia, por exemplo, a Globo tem 8 pontos e o SBT, 7. Em seguida vêm a Record, com 2, Cultura, com 1, Band, com 0,5, e Rede TV, com 0,4.*

Juntando o texto do Estado com a nota da Folha, é difícil entender o que existe para comemorar. O brasileiro recebe hoje uma das piores televisões do mundo no que diz respeito à qualidade. Existe a crença generalizada de que na televisão maciça, genérica, é assim mesmo que deve ser: quanto pior, melhor, para atingir o maior número de espectadores, afinados pelo mínimo denominador comum.

Mas não há nada de maciço quando se está disputando 1 ou 2% do mercado. Quando esses números são 20 vezes maiores, entende-se, ainda que não se justifique, que se relute em melhorar a qualidade da programação, com o risco de perda de 2 ou 3 pontos na audiência medida quantitativamente. Quem está na retaguarda, no entanto, goza da relativa vantagem de não enfrentar risco algum. Com o devido respeito, não sobram razões visíveis para que se tenha Wagner Montes ou Márcia Goldsmith como padrões de excelência. Muito menos para que se insista no imitativo, vulgar e banal, que não está sendo capaz de conquistar nem 5 % do mercado. (JB 03-06-03)

Nesse exemplo, o autor introduz como ilustração para sua afirmação dados estatísticos da audiência televisiva brasileira. A partir desses resultados afirma que não há o que comemorar e argumenta que a televisão brasileira é uma das piores do mundo em qualidade. A seguir, a argumentação passa a ser construída a partir da contestação apresentada pelo segmento que expande o SN “a crença generalizada”. Esse SN, por sua vez, já demonstra a não adesão do autor à proposição que se segue. No discurso seguinte, introduzido pelo conector adversativo “mas”, o autor mostra que a vantagem quantitativa dos programas considerados de baixa qualidade não corrobora a afirmação presente no segundo segmento da *elaboração*, assim, essa relação introduz uma re-orientação argumentativa.

C – Introdução de um tópico ou subtópico discursivo investido de uma avaliação

- (23) *Quer queiram ou não os estudiosos e partícipes dos fatos que envolvem o golpe de 1964, não se pode negar uma realidade aprofundada em teses e livros ao longo dessas quatro décadas: o Ipês - sim, com acento - foi preponderante no desfecho que mudou o rumo da história recente do país.⁸ Dissecado com extrema competência pelo doutor em Ciências Políticas René Armand Dreifuss, em seu livro 1964: “A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Estado”, o Ipês reuniu o que ele chamou, com propriedade, de “elite orgânica”, composta por empresários, militares, parte da Igreja e segmentos à direita dos meios sindicais e estudantis. Engana-se, portanto, quem ainda hoje fala em “golpe militar”, apenas. (JB 04-03-04)*

No exemplo acima, a partir do trecho de *elaboração*, o escritor desenvolve um discurso centrado no referente/tópico especificado no segmento elaborador (O Ipês). Esse referente é anunciado no SN “uma realidade”, investido de uma avaliação, nesse caso,

⁸ Grifos nossos.

mostrando a adesão do autor ao que será dito. Os argumentos apresentados no discurso que segue à *elaboração* pretendem confirmar o papel fundamental do Ipês na consolidação do golpe de 1964.

Contextos como os que ilustramos acima são particularmente predominantes na modalidade escrita (Reforço de uma orientação argumentativa (98/64%); Introdução de uma re-orientação argumentativa (5/3%); Introdução de um tópico ou subtópico do discurso — 26/17%). A função de reforço de uma orientação argumentativa é significativa igualmente na fala (41/41%).

Nessa última modalidade, no entanto, ressalta, como já destacamos na seção anterior, o uso do SN fórico “o seguinte”, praticamente ausente da escrita. Esse SN se encontra mais frequentemente associado a contextos que poderíamos denominar de detalhamento de uma situação complexa, como nos exemplos a seguir:

D – Detalhamento de uma situação complexa

Nesse contexto, a expressão “o seguinte” pode introduzir dois tipos de texto, expositivo/argumentativo, como mostra o exemplo (24) ou narrativo (25). Nos dois casos, o discurso que se segue envolve uma certa linearidade temporal, ou seja, ações/processos que se dispõem no eixo do tempo.

- (24) *E- E vem cá, como faz essa para comprar um jogador, como os clubes fazem, não é, a transação?
F- É o seguinte: a gente, quando assina [um]- um contrato, com um clube, existe duas cláusulas, não é? Ou uma cláusula com- com dois item. Ou você tem passe livre, ou então você é preso ao- [ao]- ao clube, o passe pertence ao clube, ou então você, quando faz, faz o contrato com passe livre, que não é interessante para o jogador não. O jogador fica meio desvalorizado. Quando ele está livre, aí livre ninguém quer, não é?, está livre é porque ninguém quer! Então, esses jogadores que têm o passe caro são justamente os mais procurado, porque realmente também têm qualidades, não é verdade? E, então é isso, o clube fica com esse direito do passe. Então você, quando quer se transferir, o clube estipula o preço do seu passe. De acordo com o seu futebol! Você é bom, no caso, aqui, vamos citar: hoje o bom é o Zico. Então, o clube se- o clube rejeita a ofertas aí de- de cem, cento e cinquenta milhões, não é? “Então”) ele rejeita isso aí, porque acha que tem- que o jogador tem mais valor. Essa é que é a lei do- do-da- da transferência, a lei do passe. Que nós somos jogadores. Eu digo: nós, os jogadores, somos preso sob contrato. (Amostra Censo 80 – Fal. 14)*

O trecho (24) ilustra o uso da expressão “o seguinte” para introduzir um discurso expositivo/argumentativo em que o falante procura detalhar o processo de compra/venda de um jogador de futebol. O falante inicia seu discurso explicando os dois tipos de passes, passe livre e passe que pertence a um clube. A seguir, passa a explicar/argumentar a favor do segundo tipo e conclui a explicação dessa situação complexa, afirmando que o jogador está submetido à “lei do passe” por um contrato.

No exemplo (25),⁹ a expressão “o seguinte” introduz uma narrativa. As poucas ocorrências de “o seguinte” na escrita desempenham essa mesma função.

- (25) *Foi o próprio Monarco quem me tocou a respeito. Antes que o fiel leitor encare com estranheza essa homenagem, já que sendo portelense, mais certo seria a homenagem partir da Portela. A bem da verdade, deixe-me narrar o seguinte: Numa certa época de sua vida, Monarco perdeu-se de paixão por uma sestrosa cabrocha moradora no Jacarezinho, localidade onde foi morar com a sua amada.*

⁹ Os grifos nesse exemplo são nossos.

Nessa época em estava sendo feita a fusão das escolas de samba existentes no Jacaré para a fundação da Unidos do Jacarezinho. Monarco além de engajar-se na nova escola, também passou ser o mais importante compositor da agremiação. Tanto isso é verdade, que no Carnaval de 1967 ele riscou para a Unidos do Jacarezinho o antológico samba enredo “A execução de Frei Caneca”. Com este samba a escola foi campeã logo no seu primeiro ano de desfile. O “casamento” Monarco com a Unidos do Jacarezinho foi tão sólido ele passou a ser uma espécie de “guru” da escola, além de continuar compondo belos sambas enredos.

Mais tarde, Monarco chegou ao cargo de presidente da Unidos do Jacarezinho legando a escola o título de campeã com o enredo em homenagem ao saudoso escurinho Geraldo Pereira.

Por isso Monarco ganhará essa pomposa homenagem da nossa Unidos do Jacarezinho. Nossa porque este humilde JCN também andou “batucando” por lá na mesma época que o inspirado Monarco da Portela era na rosa-e-branca, o “rei da cocada”. (23-03-04 O POVO)

Em (25), o SN “o seguinte” introduz uma sequência narrativa cujo objetivo é ressaltar a ligação de Monarco com a Unidos do Jacarezinho: o personagem apaixonou-se por uma moradora do Jacarezinho, foi morar nesse lugar com o qual se identificou de tal forma que se tornou o presidente da escola de samba local. Essa narrativa apresenta linearidade temporal marcada pelas expressões “Numa certa época de sua vida”, “no Carnaval de 1967” e “Mais tarde”; por verbos materiais (“engajar-se”, “riscou”) e verbos no perfectivo (“perdeu-se”, “foi morar”, “foi”).

A amostra de fala apresenta ainda a função de *ênfase em um referente* e, de maneira mais recorrente, a de *introdução de um parênteses*.

E – Ênfase em um referente já introduzido no discurso

- (26) *F- É que o encarregado de lá levou a carteira dela para assinar, mas acabou que o cara não levou a carteira. O cara, olha, sumiu. Se arrancou que ninguém sabe onde ele anda, já fez procurado [...] procuração por ele, por tudo quanto é lugar, não encontro. Agora, esses dia, que o rapazinho encontrando [...] conversando lá com a minha garota, disse: “Ó, Lourdes, já conseguiram ver aonde seu Antônio está. Ele está lá em Petrópolis. Na casa lá do pessoal dele.” Ai, o advogado esperando ele chegar. E com isso minha garota está custando a receber o dinheiro dela, porque lá o o ordenado lá é cinquenta e quatro mil cruzeiro. E fora os dia que ela trabalhou, não é? Os três meses e os dia que ela trabalhou. Está uma confusão! Ela, coitada, querendo arrumar um negócio, qualquer coisa, trabalhar, para poder conseguir o estudo dela, terminar, não é? Que ela quer se formar em arquiteto, sabe? Fazer coisa de cerâmica, não é? O curso de cerâmica, que a loucura dela é isso: é o curso de cerâmica.¹⁰ Porque eu não pude pagar mais. Está pedindo dez mil cruzeiro, onde ela está estudando. Eu não pude pagar. Ela, enquanto estava na Capemi, ela pagava, não é? O cursozinho dela, o estudo e tudo, mas... ai, houve essa imprevisto, também, de... dela ser operada. Ai, ela parou com tudo. Agora, está numa situação. (Amostra Censo 80 – Fal.12)*

No exemplo acima, através da *elaboração* do SN *loucura*, que neste contexto significa *forte interesse*, e com o auxílio do pronome demonstrativo *isso*, que funciona como sinalizador da *elaboração*, o locutor enfatiza o interesse de Lourdes pelo referente introduzido anteriormente, o curso de cerâmica.

F – Introdução de um parênteses — a relação de *elaboração* provoca a suspensão temporária do tópico em curso.

- (27) *Marta, eu- eu gostei, gostei, gostei, gostei, gostei muito, sabe como é que é? e eu acho que foi por causa disso é que eu, hoje em dia, eu não dou valor ... mulher. Não quero dizer que eu maltrate, eu trate mal. Eu trato bem. Todas as mulheres que param comigo, eu amo, “eu te amo”. Sabe?*

¹⁰ Grifos nossos.

Trato bem, dou altos carinho, faço de tudo para não fazer de nada. Mas, se, de repente, vacilar e eu sentir que não dá mais, eu mando embora. Do mesmo jeito que ela entrou, que eu comecei a amar ela, ela vai embora do mesmo jeito? Tudo por causa desse grande amor que eu tive na minha vida, uma desilusão. Eu tratei bem, sabe como é que é? Dei carinho, dei tudo e quando eu vi que - ela sentia que eu estava dando carinho, amor demais, quis montar nas minhas costa. Nas minhas costa é o seguinte: não monta, não.¹¹ Aí, eu: mandei-a mandei ela ir para o para caixa prego, sabe como é que é? Passei um grande tempo, sabe? sem sair com ninguém. Voltava no quartel, tinha uma garotinha ali da Teixeira que vinha atrás de mim aí, eu não queria papo. Depois que eu caí na real, eu falei: “pô”! Porque que eu vou ficar nessa? Eu vou é curtir com a cara delas e” como é que é? (Amostra Censo 80 – Fal. 15)

Neste exemplo, o falante está explicando uma situação específica da sua relação com uma ex-companheira, afirmando que a tratava com amor. A *elaboração* é incluída nesse contexto como um comentário avaliativo da situação exposta. Esse discurso é interrompido e depois retomado, ou seja, o locutor continua falando a respeito desse namoro e como ele mudou sua maneira de relacionar-se com outras mulheres. Note-se que, neste exemplo, a elaboração também apresenta a função de enfatizar o fato de ele não estar submisso a ninguém, através da presença do SN “o seguinte”.

Destaca-se, na *elaboração* na fala e na escrita, a função argumentativa. Em ambas as modalidades, predomina a *elaboração* que introduz evidências que comprovam uma afirmação, ou justificam uma tese ou uma conclusão. Equiparam-se também as ocorrências da função de introdução de um tópico ou subtópico investido de uma avaliação, demonstrando o caráter subjetivo dessa relação. Na fala, devido às peculiaridades apresentadas pela elevada presença do SN “o seguinte”, demonstram-se salientes as funções de introdução de um parênteses e apresentação de uma situação complexa.

Considerações finais

A análise da elaboração de SNs na fala e na escrita revelou similaridades e diferenças entre essas duas modalidades. A similaridade mais saliente diz respeito à contribuição da elaboração para a especificação/identificação de referentes e seu papel na organização textual. Destaca-se a ocorrência da elaboração em contextos mais argumentativos e subjetivos.

A diferença mais importante entre as duas modalidades diz respeito ao tipo de SN elaborado. Constatou-se, na escrita, predominância absoluta de rótulos com maior conteúdo semântico, tais como metalinguísticos e indiciais, através dos quais, geralmente, é introduzido o discurso de terceiros (metalinguísticos) e são apresentados resultados e dados estatísticos (indiciais). Na fala, predominam SNs com baixo conteúdo semântico, genéricos e essencialmente fóricos. Essa diferença pode ser uma consequência, por um lado, da ancoragem dêitico-discursiva da fala e, por outro, da forma de planejamento *online* dessa modalidade.

As particularidades funcionais da elaboração de acordo com a modalidade refletem em grande parte a variação observada no tipo de SN predominante em cada modalidade. A função de reforço de orientação argumentativa se destaca em ambas as modalidades, principalmente, na amostra de escrita, relacionada aos rótulos metalinguísticos e indiciais na apresentação do discurso alheio e de dados estatísticos, conferindo confiabilidade e objetividade ao texto escrito. Na fala, embora ainda predomine a função de reforço de

¹¹ Grifo nosso.

orientação argumentativa, destaca-se também a função de detalhamento de uma situação complexa, especialmente relacionada à expressão “o seguinte”.

Assim, atestamos a nítida associação entre elaborações e sequências argumentativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, J. M. *Les textes: Types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992

DIJK, T. A. Van. *Macrostructures. An Interdisciplinary Study of Global Structures in Discourse, Interaction and Cognition*. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1980.

FRANCIS, G. Labelling discourse: an aspect of nominal group lexical cohesion. In: COULTHARD, M. (Ed.), *Advances in written text analysis*. Londres: Routledge, 1994. p. 83-101.

KOCH, I. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

HALLIDAY, M.A.K. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. London: Arnold, 2004 [1985]. 689 p.

_____.; HASAN, Ruqaya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

MANN, William C.; THOMPSON, S. *Relational Propositions in Discourse*. Los Angeles: ISI, Information Sciences Institute of University of Southern California, ISI/RR, 1986.

MARCUSHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2007. p. 19-36.

MATTHIESSEN, Christian M. I. M.; THOMPSON, Sandra A..The Structure of Discourse and “Subordination”. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S.A. (Eds.) *Clause Combining in Discourse and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

PAREDES, Vera Silva. Forma e função nos gêneros de discurso. *Revista Alfa*, São Paulo, v. 41, p. 79 - 98, 1997.

TABOADA, M.; MANN, W.C. Rhetorical Structure Theory: Looking Back and Moving Ahead. *Discourse Studies*, v. 8, n. 3, p. 423-459, 2006. [Pre-publication version, in pdf]. Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/old_news.html>. Acesso em: 12 out. 2009.

Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente: contribuições da *Gramática Discursivo-Funcional*

(Embedded questions vs. headless relatives:
contributions from *Functional Discourse Grammar*)

Gisele Cássia de Sousa¹

¹ Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

gcsousa@ibilce.unesp.br

Abstract: This work deals with the distinction between embedded questions and headless relatives, that was already pointed out as problematic in several studies based on generative approach. The purpose is to examine to what extent functional aspects, as proposed by the theory of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) to describe the two types of clauses can contribute to the explanation of the differences and similarities between them. Based on representative occurrences of spoken Brazilian Portuguese, we demonstrated that the approach of Functional Discourse Grammar provides important parameters for defining the nature of these two types of clauses, in both formal and functional (semantic-discursive) terms, contributing thus to the existing proposals for the distinction between these clauses.

Keywords: Embedded Questions; Headless Relatives; Functional Grammar.

Resumo: Este trabalho trata da distinção entre interrogativas encaixadas e orações relativas sem antecedente, já problematizada em vários estudos especialmente de base gerativista. O objetivo é analisar em que medida aspectos funcionais, propostos pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) para a descrição dos dois tipos de oração, podem contribuir para a explicação das diferenças e semelhanças entre eles. Com base em ocorrências representativas da modalidade oral do português brasileiro, demonstra-se que a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional fornece parâmetros relevantes para a delimitação da natureza desses dois tipos de oração, em termos tanto formais quanto funcionais (semântico-discursivos), somando-se, assim, às propostas já existentes para a distinção entre as orações.

Palavras-chave: Interrogativas Encaixadas; Relativas sem Antecedente; Gramática Funcional.

Introdução

Este trabalho focaliza a similaridade estrutural existente entre orações interrogativas parciais indiretas, algumas vezes referidas simplesmente como “interrogativas encaixadas”, e orações relativas sem antecedente (*headless*), também denominadas “relativas livres” em algumas abordagens. Das semelhanças configuracionais entre essas orações decorre, conforme será demonstrado, certa imprecisão quando se trata de distingui-las para a definição de seu real estatuto sintático, tarefa de que já se ocuparam alguns estudos desenvolvidos especialmente no interior da abordagem gerativista (MÓIA, 1992; CAPONIGRO, 2002; MARCHESAN, 2008).

As semelhanças entre interrogativas parciais encaixadas (doravante, “IPE”) e relativas sem antecedente (“RSA”, daqui em diante), bem como as propostas existentes para que se reconheçam as diferenças entre os dois tipos de oração, constituem matéria da primeira seção deste trabalho. Em seguida, expõe-se o modo como a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (doravante, “GDF”), desenvolvida em Hengeveld e Mackenzie (2008), propõe

analisar as orações em pauta. Nessa parte do texto encontra-se o que constitui o principal objetivo deste trabalho: demonstrar que o tratamento dispensado pela GDF à análise de IPE e de RSA pode contribuir não só para a delimitação da natureza sintática dessas orações, como também para o reconhecimento das diferenças existentes entre elas, em termos tanto formais quanto funcionais (semântico-discursivos).

As análises propostas pela teoria da GDF são exemplificadas a partir de ocorrências reais de interrogativas e relativas do português falado no interior paulista, extraídas do Banco de Dados IBORUNA (GONÇALVES, 2007).¹ Compõem a última seção do texto as considerações finais do trabalho.

Interrogativas encaixadas vs. relativas sem antecedente

A respeito das similaridades formais existentes entre IPE e RSA do português, Mória (1992) observa que:

[...] em determinados contextos, estes dois tipos de orações [relativa sem antecedente e interrogativa indireta] podem ocorrer graficamente sob a mesma forma, o que pode originar dúvidas quanto ao tipo de estrutura que se nos depara. Nalguns desses casos, verifica-se mesmo que estamos perante frases ambíguas, em que uma dada seqüência pode ser interpretada como relativa sem antecedente expresso ou, alternativamente, como interrogativa indirecta. (p. 24)

Também Givón (1990), tratando de IPE (denominadas pelo autor “complementos-*wh*”), e RSA do inglês, reconhece a imprecisão que envolve a identificação de limites entre esses dois tipos de oração e afirma:

É bem provável que estruturas aparentemente equivalentes a questões-*wh* sejam na verdade orações relativas sem antecedente. [...] Uma evidência para essa análise diz respeito ao fato de que um correlato estrutural de questões-*wh* em inglês não aparece em complementos-*wh*: a inversão na ordem de palavras (VS). (p. 805)

O fato é que, apesar da existência de trabalhos em que a similaridade entre as orações é apontada, poucos são os que estendem as observações para além de indicações pontuais e se voltam especificamente à análise da distinção entre interrogativas e relativas. Entre esses poucos trabalhos podem-se citar, em relação ao português, os de Mória (1992) e o de Marchesan (2008), nos quais critérios sintáticos, tanto por eles elaborados a partir de estruturas do português, quanto por eles adotados de outros estudos, também de base gerativista, dedicados à análise de outras línguas, são aplicados a IPE e a RSA do português com a finalidade de delimitar as diferenças entre essas orações, definindo-se o estatuto sintático de cada uma delas. Alguns desses critérios constituem-se na verificação da possibilidade de: (i) substituição do pronome interrogativo pelo complementizador *se*; (ii) substituição da oração pela proforma *isso* e; (iii) extração e movimento de constituintes da oração.

Além desses, são propostos por esses estudos critérios que envolvem mais diretamente

¹ Trata-se de cópula constituído no interior do projeto “Amostra Linguística do Interior Paulista”, sediado na UNESP de São José do Rio Preto. A utilização do IBORUNA como cópula de análise constituiu ponto comum entre os trabalhos que integraram o Simpósio intitulado “Aspectos do português falado no interior paulista II: combinação de orações”, no âmbito do qual este trabalho foi apresentado, por ocasião do 58º Seminário do GEL.

aspectos relativos ao significado das estruturas. Dados os propósitos deste trabalho, esses são critérios especialmente interessantes porque, conforme se demonstrará adiante, eles podem ser equiparados e, por isso, somados às propostas da GDF a serem indicadas como contribuições para a análise da distinção entre IPE e RSA.

Um dos critérios que contemplam o valor semântico-discursivo das construções, e que está presente tanto em Mória (1992) quanto em Marchesan (2008), consiste na possibilidade de clivagem do elemento *QU-*, isto é, de inserção da sequência *é que* logo após o pronome que encabeça a oração encaixada. Conforme expõem esses autores, se a oração permite clivagem, seu estatuto é o de uma IPE; caso contrário, tem-se uma RSA. Os exemplos que demonstram a validade desse critério, em ambos os estudos, são de construções com oração iniciada pelo pronome *quem*, conforme se observa em (01a), grupo de sentenças dados em Mória (1992), e em (01b-d), exemplos de Marchesan (2008):

- (01) a. A Maria perguntou *quem é que* roubou o banco.
*Maria convidou para a festa *quem é que* João indicou.
- b. *O professor elogiou *quem é que* fez o trabalho.
- c. O professor sabe *quem é que* fez o trabalho.
- d. O professor viu *quem é que* fez o trabalho.

Mais do que a possibilidade de clivagem, o contraste entre as construções em (01a) e (01b-d) evidencia uma clara diferença de configuração sintática entre as sentenças gramaticais e agramaticais. Note-se que, nos dois casos de sentença agramatical, o verbo matriz (*convidar* e *elogiar*) é do tipo que, em português, seleciona como argumento apenas “indivíduos”, SNs não-oracionais (cf. *Maria convidou o João para a festa; O professor elogiou o aluno*), o que naturalmente excluiria a ocorrência de uma interrogativa, com estatuto oracional, como argumento desses verbos. Diferentemente, os predicados encaixadores das sentenças gramaticais, segundo o teste da clivagem, são do tipo que admitem como argumento tanto orações quanto SNs (cf. *João sabe matemática; João viu o menino; João perguntou o motivo de toda aquela confusão*).

É possível deduzir daí que propriedades do verbo matriz influenciam a natureza do complemento, determinando, para o elemento *QU-*, o estatuto de um relativo, no caso de o verbo matriz subcategorizar apenas SNs não-oracionais, em construções que não passam pelo teste da clivagem, ou de um pronome interrogativo, nos casos em que o verbo matriz admite complementação tanto por SNs quanto por orações, e a clivagem é livre.

A forte influência exercida por propriedades semânticas dos verbos, especialmente aqueles encaixadores de oração, sobre a natureza, tanto sintática quanto semântica, de seus complementos é amplamente atestada (e.g.: NOONAN, 1985; KARTTUNEN, 1971; KIPARSKY; KIPARSKY, 1970) e é também um pressuposto assumido pela abordagem da GDF, conforme será detalhado adiante.

Outro teste de base semântica, proposto em Marchesan (2008) com base em Caponigro (2002), para a diferenciação entre RSA e IPE diz respeito à interpretação do elemento *QU-*. Conforme demonstram os autores, a partir das sentenças em (02), reproduzidas de Marchesan, quando integra uma RSA, o pronome tem uma leitura definida, de “maximização”, conforme revela a paráfrase da sentença em (02a); quando é parte de uma IPE, por outro lado, o pronome tem interpretação indefinida, “existencial”, como

denota a paráfrase em (02b’).

- (02) a. Eu vi [o que você comprou] na feira ontem.
a’. Eu vi **a(s) coisa(s)** [que você comprou] na feira ontem.
b. Eu quero saber [o que você comprou] na feira ontem.
b’. Eu quero saber [**qual(is) coisa(s)**] você comprou] na feira ontem.

Conforme será demonstrado na próxima seção deste texto, esse segundo critério dialoga de modo interessante com uma caracterização de elementos interrogativos proposta pela GDF e, somado a ela, parece constituir contribuição significativa para a delimitação do estatuto de relativas e interrogativas, inclusive em termos funcionais. Antes do tratamento dispensado pela GDF aos pronomes interrogativos, no entanto, será demonstrado, na seção seguinte, o modo como as orações IPE são tratadas no interior dessa abordagem, no contexto da subordinação sentencial.

Contribuições da GDF: o estatuto do complemento

Primeiramente, interessa à distinção entre interrogativas e relativas que aqui se problematiza o modo como, na teoria da GDF, as completivas são definidas em sua constituição interna. Considera-se, nesse modelo, que, nos diferentes contextos em que aparecem, as orações completivas (assim como todas as subordinadas) podem ser classificadas em termos das unidades semântico-funcionais distinguidas nos componentes interpessoal e representacional que integram a teoria. Nas palavras de Hengeveld e Mackenzie:

As construções subordinadas podem ser classificadas em termos das unidades, distinguidas nos níveis interpessoal e representacional, que subjazem a elas. No caso da complementação, a semântica do predicado matriz é que determina o tipo de unidade interpessoal ou representacional a ser selecionada como complemento. (2008, p. 362)

Desse modo, orações completivas de verbos *dicendi*, como *perguntar*, *dizer*, *contar*, como nas ocorrências de (03) abaixo, podem ser consideradas, de acordo com a proposta da GDF, equivalentes a um conteúdo comunicado, uma unidade do nível interpessoal, que é assim definida por Hengeveld e Mackenzie (2008):

O Conteúdo Comunicado contém a totalidade do que o falante deseja evocar em sua comunicação com o ouvinte. Em termos acionais, ele corresponde ao que Searle (1969) denomina “ato representacional” e corresponde às escolhas que o falante faz para evocar um quadro do mundo externo sobre o qual ele quer falar. (p. 87)

- (03) a. Doc.: *eu gostaria que você me explicasse como que eu FAço pra sai(r) na rodovia...* daqui da onde a gente tá (IBORUNA, AC-109)
b. Doc.: *eu gostaria... que você escolhesse um Fato pelo qual você passô(u) na sua vida... e me caracterizasse esse fato... me dissesse como foi esse fa::to quando fo::i onde fo::i* etecétera (IBORUNA, AC-011)

Essa abordagem permite, portanto, que se reconheçam como interrogativas aquelas

orações que constituem um conteúdo comunicado e que são, por isso, argumentos de predicados que descrevem o procedimento comunicativo de *interrogar*. Em outras palavras, a abordagem leva a considerar como interrogativas apenas aquelas orações que, de fato, servem para que o falante indague o ouvinte sobre algo. Nas construções com oração encaixada, um reflexo formal dessa definição, como mostram os exemplos em (03), é a marca de primeira pessoa no primeiro verbo matriz (*eu gostaria que*), que constitui uma espécie de fórmula de polidez a qual, no cópua investigado, é construção bastante recorrente na fala dos documentadores quando esses se dirigem aos informantes para solicitar deles que discorram sobre determinado assunto. Observe-se ainda que, conforme exemplifica (03a), é também frequente nas interrogativas do cópua a ocorrência de clivagem (com ou sem a cópula “é”) do elemento interrogado, o que parece sugerir que, mais do que simples indicativo da natureza interrogativa, e não relativa, do pronome, a clivagem pode constituir importante estratégia associada ao uso dessas construções, de que o falante se vale, portanto, para atingir algum propósito comunicativo específico, possivelmente o de chamar a atenção do ouvinte para o real objeto de sua indagação.

Para a distinção entre IPE e RSA, entretanto, o ponto-chave da caracterização proposta pela GDF é a possibilidade que ela oferece de se analisarem como interrogativas apenas as estruturas que funcionalmente o são de fato, isto é, aquelas que o falante emprega para indagar o ouvinte e que, em termos semântico-formais, correspondem a um conteúdo comunicado e funcionam como complementos de predicados com significado interrogativo, marcados pela primeira pessoa gramatical. Seguindo essa proposta, construções com encaixamento de estrutura encabeçada por elemento interrogativo diferentes dessa configuração poderiam ser vistas todas como casos de RSA, bem na linha do que propõe Givón (1990), citado anteriormente.

Note-se que, favoravelmente a essa análise, e diferentemente do que ocorre nas construções com IPE (cf. (04)), em construções não interrogativas, o complemento não constitui uma oração; ele corresponde ao próprio pronome, como se torna claro a partir das paráfrases de (05) e (06) abaixo, com especificação do núcleo a que pronome se relacionaria, caso não se tratasse de RSA:

(04) Doc.: *eu gostaria que você me explicasse como que eu FAço pra sai(r) na rodovia...* daqui da onde a gente tá (IBORUNA, AC-109)

*Eu gostaria de saber/eu pergunto: **como que eu faço pra sair na rodovia?***

(05) Inf.: [olha]... tem muita gente assim que/ que *num sabe como a AIDS é transmitida...* tem me::do... você até/ é a pessoa até::... num gosta de conversá(r) com aidético pegá(r) na mão de aidético... (IBORUNA, AC-056)

*Tem muita gente que não sabe/desconhece **o modo como** a Aids é transmitida.*

(06) Inf.: adoro ponto cruz eu acho assim muito fácil porque cê pega... o pano né?... aí cê::... põe a linha avesso e o duplo...

Doc.: [ahm:: certo]... aí cê desenha antes ou dá pra fazê(r) de [outra forma?]

Inf.: [não eu pego] da revista... e *vô(u) contan(d)o onde marca o meio onde que é...* aí paro... e faço ou às vezes eu invento também... (IBORUNA, AC-056)

*Eu vou contando **o lugar onde** marca o meio, **o lugar onde** que é...*

A semelhança, mas não identidade, que orações RSA apresentam com orações IPE se deve, conforme se propõe aqui, a propriedades do pronome introdutor que, para além da identidade formal, se aproxima em outros aspectos de pronomes ocorrentes em construções interrogativas propriamente ditas.

Contribuições da GDF: o estatuto do elemento *QU-*

Uma das propriedades comuns a IPE e RSA é que ambos os tipos de oração são marcados por elementos que constituem **núcleo ausente**, nos termos da GDF.

Nessa teoria, os significados de *tempo*, *modo*, *razão*, entre outros circunstanciais, são reconhecidos, eles mesmos, como unidades do nível representacional, cujo núcleo pode ser uma expressão lexical, tal como o advérbio *ontem* em (07), exemplo traduzido de Hengeveld e Mackenzie (2008):

(07) Eu o encontrei **ontem**.

O núcleo dessas unidades pode também ser um núcleo “vazio”, representado por uma palavra como *one* do inglês, conforme ilustra (08), exemplo também extraído de Hengeveld e Mackenzie (2008).

(08) *Will this be a cold winter or a moderate one?*
Esse será um inverno rigoroso ou moderado?

Outra possibilidade, conforme propõem Hengeveld e Mackenzie (2008), é que o núcleo da unidade semântico-funcional seja um **núcleo ausente**, caso em que, segundo os autores, ele será representado por proformas, dêiticos, ou por palavras interrogativas. Observe-se, a esse respeito, o exemplo em (09), traduzido de Hengeveld e Mackenzie:

(09) Eu gosto **quando as folhas caem das árvores**.

Conforme demonstram os autores, o que ocorre em construções como a de (09) é que o Tempo, representado por *quando*, mas cujo núcleo está ausente, é especificado pela oração que segue o elemento *QU-*, no caso de (09), pela oração *as folhas caem das árvores*. Em casos como esse, segundo os autores, tem-se uma estrutura de **oração relativa sem antecedente**.

Nesse ponto é que se encontra, portanto, uma semelhança importante entre IPE e RSA: ambas são introduzidas por proformas que representam uma unidade semântica (tempo, modo, razão, etc.) cujo núcleo é do tipo *ausente*. Em termos funcionais, entretanto, são diferentes as razões pelas quais se explica a ausência do núcleo da unidade semântica em cada um dos dois tipos de oração, e esse é mais um ponto da teoria da GDF que permite distinguir interrogativas de relativas.

O fato é que, quando introduz uma oração interrogativa, a ausência do núcleo de uma unidade semântica como o Modo nas sentenças de (03), por exemplo, rerepresentadas em (10), explica-se pela simples razão de que o núcleo é, no momento da comunicação, desconhecido pelo falante que, por isso mesmo, elabora seu questionamento ao ouvinte justamente a respeito da identidade desse núcleo. Obviamente, nesses casos, a natureza categorial da proforma é a de um pronome ou a de um advérbio **interrogativo**, não **relativo**.

- (10) a. Doc.: *eu gostaria que você me explicasse como que eu FAço pra sai(r) na rodovia...* daqui da onde a gente tá (IBORUNA, AC-109)
- b. Doc.: *eu gostaria... que você escolhesse um FAto pelo qual você passô(u) na sua vida... e me caracterizasse esse fato... me dissesse como foi esse fa::to quando fo::i onde fo::i* etcétera (IBORUNA, AC-011)

Nos casos em que, diferentemente, a oração é uma RSA, como nas ocorrências de (05) e (06), reproduzidas em (11) e (12) abaixo, a ausência do núcleo deve-se a uma escolha do falante de não expressar o item lexical que constituiria o núcleo da unidade representada e que equivale, em geral, a uma palavra genérica, designativa do significado em questão, como *modo, maneira, forma, dia, razão*, etc.

- (11) Inf.: [olha]... tem muita gente assim que/ que *num sabe como a AIDS é transmitida* ... tem me::do... você até/ é a pessoa até::... num gosta de conversá(r) com aidético pegá(r) na mão de aidético... (IBORUNA, AC-056)

Tem muita gente que não sabe/desconhece o modo como a Aids é transmitida.

- (12) Inf.: adoro ponto cruz eu acho assim muito fácil porque cê pega ... o pano né?... aí cê::... põe a linha avesso e o duplo ...

Doc.: [ahm:: certo] ... aí cê desenha antes ou dá pra fazê(r) de [outra forma?]

Inf.: [não eu pego] da revista... e *vô(u) contan(d)o onde marca o meio onde que é...* aí paro... e faço ou às vezes eu invento também... (IBORUNA, AC-056)

Eu vou contando o lugar onde marca o meio, o lugar onde que é...

A ausência desse núcleo lexical, de que resulta a estrutura de uma RSA, abre a possibilidade de interpretação mais ou menos definida para o pronome relativo, uma propriedade que, conforme sugerido pelos testes propostos por Caponigro (2002) e Marchesan (2008), mostrados nas sentenças de (02), aproxima ou distancia pronomes relativos de pronomes interrogativos, mas, conforme se propõe aqui, não os torna interrogativos, nem a oração que eles encabeçam, uma interrogativa encaixada.

Com interpretação [+ definida], como nas construções de (11) e (12), o pronome relativo faz as vezes do núcleo lexical de sentido genérico que, possivelmente por economia, o falante opta por não expressar, mas que poderia ser expresso como mostram as paráfrases das construções. Nesses casos, o pronome não tem valor interrogativo, e a oração que ele encabeça é claramente uma relativa.

Nos casos em que o pronome tem leitura [- definida], ou “existencial”, como propõem Caponigro (2002) e Marchesan (2008), a expressão do núcleo lexical, diferentemente, não parece possível, como mostram as paráfrases das ocorrências mostradas de (13) a (15).

- (13) ...e quando a gente entra/ éh... isso que essa época que eu participei ainda... que... que íamos... éh::... (a)inda tava antes do Concílio Vaticano Segundo... então ainda ela preservô(u)... éh:: aqueles lugar que o padre subia pra fazê(r) a homiLia... aquela escada no meio... com aqueles... *eu num sei como que chama... aquilo...* éh e o padre subia e fazia ali ele saía de lá do altar e ia fazê(r) a... a homilia... a explicação né? (IBORUNA, AC-102)

? Eu não sei o modo como que chama aquilo.

- (14) então éh o que que a gente vê hoje em dia... as pessoas que ca::sam né?... que constitui família... éh:: aí vem os filhos... aí *num sei porque das quantas num se entendem*... né? num fazem... também esforço nenhum... pra se entendê(r)... e se separam... aí ficam os filhos... (AC-102)

? *Não sei a razão por que das quantas não se entendem.*

- (15) [Int.1: o mesmo naipe]... não não o mesmo naipe o::... [Int.1: é sim] hum... AS MESMA carta com naipe diferente... isso... [Doc.: ham] as mesma carta com o naipe diferente né?... *eu num me lembro como que é::* OUro esPAda sete/ éh ouro espada COPas... depois vem/ o OUTro eu num me lembro porque faz muito tempo que eu num jogo baralho né?... (AC-075)

c'. ? Eu não me lembro **(d)o modo como que é.**

É essa leitura [- definida] do pronome que, conforme se propõe, o aproxima de proformas interrogativas, que têm como propriedade básica a “indefinição”, isto é, a ausência de identificação do conteúdo da proforma que é justamente requerida pelo falante com a indagação que ele faz ao ouvinte.

Conforme exemplificam as ocorrências de (13) a (15), na variedade investigada, a ocorrência de RSA com pronomes que têm leitura [- definida] correlaciona-se de maneira sistemática a construções com predicados que favorecem a leitura indefinida, isto é, predicados negados, indicativos de desconhecimento (*não sei, não me recordo*, etc.). Outra propriedade que, na variedade investigada, parece correlacionar-se a esse tipo de relativa é a ocorrência de clivagem do pronome, também observada, como mostrado anteriormente, com alta frequência nas interrogativas encaixadas, o que sugere que, comunicativamente, a clivagem possa ser uma estratégia relacionada à indefinidade do pronome, não, propriamente, à sua atuação como elemento interrogativo.

Considerações finais

Com este trabalho, buscou-se analisar em que medida o tratamento dispensado pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) às orações interrogativas encaixadas e às relativas sem antecedente fornece parâmetros relevantes para a distinção, já problematizada em diferentes estudos, entre esses dois tipos de oração em português.

A partir de ocorrências representativas da variedade falada no interior paulista, extraídas do Banco de Dados IBORUNA (GONÇALVES, 2007), demonstrou-se que a proposta da Gramática Discursivo-Funcional de que elementos *QU*- possam ser compreendidos como proformas representativas de unidades semântico-funcionais cujo núcleo é do tipo ausente é esclarecedora das semelhanças existentes entre os dois tipos de oração, em termos tanto formais quanto semântico-discursivos.

Funcionalmente, entretanto, as construções não se confundem, conforme permitem concluir as propostas de descrição, no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional, acerca da natureza das orações combinadas em um e em outro caso. Uma interrogativa encaixada, de acordo com essa abordagem, constitui um Conteúdo Comunicado, que funciona como complemento de um predicado matriz de valor interrogativo, comumente, no corpus investigado, expressões formulaicas tais como *eu quero saber, eu gostaria que você dissesse/explicasse/contasse*, etc. A ausência do núcleo da unidade semântica, nesses casos, explica-se pelo simples fato de ser a identidade desse núcleo o objeto da indagação do

falante. Por essa mesma razão, o pronome interrogativo que introduz a oração tem sempre leitura “existencial”, [- definida], uma propriedade proposta por Caponigro (2002) e por Marchesan (2008) como critério distintivo entre interrogativas encaixadas e relativas sem antecedente.

Orações relativas sem antecedente, por outro lado, conforme demonstrado aqui, embora compartilhem com interrogativas encaixadas a propriedade de serem marcadas por pronomes representativos de unidades de núcleo ausente, diferenciam-se delas fundamentalmente por constituírem recurso linguístico distinto, o que se traduz na razão pela qual se justifica a ausência do núcleo nesse caso. Diferentemente das interrogativas, o núcleo da unidade que o pronome representa não é expresso, não porque o falante o desconheça, mas por se tratar de entidade genérica, inespecífica, e, por isso, suficientemente representada por uma das formas de pronome *QU-* em português (“como”, para a entidade Modo; “onde”, para a entidade Lugar; “quando”, para a entidade Tempo, etc.). Em termos semânticos, conforme proposto pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional, a entidade representada pelo pronome é que constituiria complemento da oração matriz da relativa.

Dado que, nas construções com relativa sem antecedente, o propósito do falante não é, como é nas interrogativas, o de solicitar do interlocutor a identidade do conteúdo da proforma pronominal, o pronome introdutor da oração tem, em geral, leitura [+ definida, como propõem Caponigro (2002) e Marchesan (2008). Conforme demonstrado aqui, entretanto, há casos em que, mesmo integrando uma construção cuja função não é propriamente a de indagar o interlocutor, o pronome tem leitura [- definida]. São, especificamente, casos em que o falante declara desconhecimento ou falta de lembrança da identidade exata do conteúdo representado pelo pronome (por isso mesmo indicado em termos genéricos). Dada a natureza dessas construções, é possível que elas funcionem também como uma solicitação do falante, ainda que menos direta do que a veiculada pelas interrogativas, para que o interlocutor o auxilie, se possível na identificação da entidade que ele declara desconhecer, o que explicaria a leitura [- definida] do pronome, aproximando essas orações das interrogativas propriamente ditas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAPONIGRO, I. Free relatives as DPs with a silent D and a CP complement. In: SAMMIAN, V. (Ed.). *Proceedings of the Western Conference on Linguistics 2000 (WECOL 2000)*. Fresno, CA: California State University, 2002. p. 140-150. Disponível em: <http://ling.ucsd.edu/~ivano/Papers/WECOL00_Paper.pdf>. Acesso em: jan. 2010.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction* (vol. II). Amsterdam: J. Benjamins, 1990.
- GONÇALVES, S. C. L. G. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. São José do Rio Preto: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>>. Acesso em: jan. 2008.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure*. New York: Oxford University Press, 2008.
- KARTTUNEN, L. Implicatives verbs. *Language*, v. 47, n. 2, p. 340-58, jun., 1971.

KIPARSKY, P.; KIPARSKY, C. Fact. In: STEINBERG, D. D.; JAKOBOWITS, L. A. *An Interdisciplinary Reader in Philosophy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970. p. 345-369.

MARCHESAN, A. C. *As relativas livres em português brasileiro e os requerimentos de compatibilidade*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MÓIA, T. L. *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.

NOONAN, M. Complementation. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 42-139.

Condutas sociais em construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas no discurso jurídico oral¹

(Social attitudes by content, epistemic and speech-act conditional constructions in oral juridical discourse)

Maria do Rosario Roxo¹

¹Departamento de Letras e Ciências Sociais (DLCS-UFRRJ)

mroxo@ufrj.br

Abstract: This paper investigates conditional constructions in oral juridical discourses recorded in Tribunal de Justiça sessions in Niterói RJ. The analysis is based on the Cognitive Linguistics point of view (FAUCONNIER, 1994 and 1997) and its paradigm called Construction Grammar (GOLDBERG, 1995). The main hypothesis is that syntactic patterns of predictive, epistemic as well as pragmatic conditional constructions (SWEETSER, 1990) show pragmatic-semantic specific information according to the roles played by the speakers (judge, public prosecutor, public defender, culprit) at public hearings. The conditional constructions were relevant and productive within the *corpus*, which can be explained by the persuasive aspect of the discourse in question.

Keywords: Cognitive Linguistics; Conditional Constructions; Interactions; Social Frame.

Resumo: Sob a ótica da Linguística Cognitiva (FAUCONNIER, 1994 e 1997) e do paradigma da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995), o trabalho investiga as construções condicionais em discursos jurídicos orais de situações sociais de crimes contra a vida, coletados em sessões do Tribunal de Justiça de Niterói-RJ. Parte-se da hipótese de que os padrões sintáticos das condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas (SWEETSER, 1990) manifestam informações semântico-pragmáticas específicas em função dos papéis desempenhados pelos falantes (juiz, promotor, defensor e réu) na audiência pública. Verificou-se que essas construções condicionais foram produtivas e relevantes no *corpus*, o que pode ser explicado em função do caráter marcadamente persuasivo do discurso em questão.

Palavras-chave: Linguística Cognitiva; Construções Condicionais; Interação; Enquadres Sociais.

Introdução

Na linguagem, as condicionais incluem investigações científicas pertencentes a um repertório teórico e metodológico diverso, seja na perspectiva lógico-semântica – em que prevalece a noção de que a condicionalidade se relaciona à dicotomia hipótese/realidade (AZEREDO, 1993) – seja na perspectiva funcional, em que as orações condicionais antepostas são entendidas como um ponto de referência ou um tópico discursivo (NEVES, 2000), ou ainda na perspectiva lógico-formal em que a implicação semântica dos seus constituintes se pauta objetiva e necessariamente nas condições de verdade.

Com base em Sweetser (1990), e em pesquisas recentes como a Gramática das Construções (FILLMORE; KAY; O'CONNOR, 1988; GOLDBERG, 1995), as operações de emparelhamento sintático, semântico e pragmático apontam para diferentes construções

¹ O artigo baseia-se na tese de doutorado intitulada *Aspectos cognitivos das construções condicionais em audiências públicas*, defendida em 29/08/2006, sob a orientação da Prof^a Dr^a Lilian Vieira Ferrari (Depto. de Linguística, UFRJ).

condicionais. Associada a essa perspectiva, a Teoria dos Espaços Mentais (FAUCONNIER, 1994 e 1997) vem contribuir para o estabelecimento de generalizações sobre os fatores semânticos e pragmáticos das construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas.

No discurso jurídico oral, objeto da pesquisa, as molduras sintáticas das construções condicionais assim se estruturam: (i) **condicionais preditivas** [SE V. FUT. SUBJ., V. FUT. PERIFRÁSTICO.] com os verbos *ir* ou *estar*, acompanhados de *infinitivo* ou *gerúndio*; (ii) **condicionais epistêmicas** [SE V. PRES. IND., V. PRES. IND.] e [SE V. PRET. PERF., V. PRET. PERF.] e (iii) **condicionais pragmáticas** — [SE V. FUT. SUBJ., V. IMPERATIVO] e [SE V. PRES. IND., V. IMPERATIVO]. Em todas as construções citadas, observa-se a associação de informações semânticas e pragmáticas específicas, considerando a configuração de domínios estáveis e domínios locais (FAUCONNIER, 1997). Em outras palavras, os padrões sintáticos apontam pragmaticamente para condutas sociais específicas dado que, aos sujeitos, são atribuídos papéis sociais diferenciados conforme será demonstrado nas seções a seguir.

Metodologia e Descrição da situação de interação

O *corpus* da pesquisa provém da gravação de 5 audiências públicas, com duração aproximada de 180 minutos, realizadas no Tribunal de Justiça Pública dos municípios de Niterói e São Gonçalo do Estado do Rio de Janeiro, em datas aleatórias, ficando a ocorrência assim distribuída: (a) 16 para as construções condicionais preditivas; (b) 21 para as construções condicionais epistêmicas e (c) 40 para as construções condicionais pragmáticas. Essa ocorrência de uso demonstra o quanto o discurso jurídico oral é marcadamente persuasivo seja para reforçar o próprio ponto de vista seja para refutar a fala do oponente.

Nas audiências, juiz, promotor, defensor, réu e testemunhas seguiam linhas de conduta específicas, no tempo e no turno de fala determinados. No centro e num plano alto formado por uma mesa ampla e cadeiras escuras com encostos, juiz e promotor ficam um ao lado do outro, sentados. Desse espaço, acontecem as ações discursivas de cada um desses participantes. Antes do debate do promotor e defensor, o juiz dirige o interrogatório, desempenhando o papel de esclarecer os acontecimentos do fato julgado.

Ao ser chamado, o réu, acompanhado de policiais, senta-se em frente ao juiz e ao promotor para confirmar ou não se os fatos relatados são verdadeiros. Após esse momento, as testemunhas do Ministério Público e da defesa são chamadas e ficam sentadas diante do juiz, relatando e respondendo aos assuntos apresentados pelo juiz, promotor e defensor. No término de cada depoimento, o juiz relata os fatos e solicita a confirmação do réu e da(s) testemunha(s) sobre a veracidade do relato, como se vê no exemplo a seguir: “Vamos lá são verdadeiras *in fatus* os fatos narrados na denúncia”. Com uma roupa preta e comprida, os jurados ficam à direita, incomunicáveis, e devem manter uma postura neutra sem expressar qualquer gesto. Noutro espaço separado por grades de madeira ou de ferro, localiza-se a plateia cujo papel é o de acompanhar os acontecimentos desenrolados sem quaisquer interferências.

Fundamentação teórica

Nesta seção, apresentaremos resumidamente os pressupostos teóricos que fundamentam a análise: a hipótese cognitivista das construções condicionais desenvolvida por Sweetser (1990), a Teoria dos Espaços Mentais e a noção de Construção Gramatical.

Hipótese cognitivista das construções condicionais

Ao averiguar as construções condicionais na gramática do inglês na perspectiva cognitivista, Sweetser (1990) parte do pressuposto de que a condicionalidade não deve ser definida como uma categoria lógica, de modo que se possa atribuir um valor de verdade aos conteúdos de p e q na sentença. A autora propõe-se a estudar o funcionamento da condicionalidade a partir de domínios cognitivos distintos. Sob esse paradigma teórico, Sweetser entende que as condicionais podem se referir: a situações do mundo real (Condicionais de conteúdo ou condicionais preditivas); a processos de raciocínio (Condicionais epistêmicas) e a processos de atos de fala (Condicionais pragmáticas).

Nas condicionais preditivas, o evento descrito na prótase relaciona-se ao evento descrito na apódose por uma relação de causa/efeito. No exemplo *Se chover, o jogo não acontecerá*, a causa do não-acontecimento do jogo é o evento descrito na prótase. No domínio de conteúdo, as condicionais se reportam aos eventos que estão numa relação semântico-pragmática de causa e efeito, pois “a realização do evento ou situação descritos na prótase é condição suficiente para a realização do evento ou situação descritos na apódose” (SWEETSER, 1990, p. 114).

No caso das condicionais epistêmicas, o conhecimento sobre a validade da proposição expressa na prótase é uma condição suficiente para que se conclua a validade da proposição expressa na apódose. Isso quer dizer que a relação de causalidade não é estabelecida em função da realização dos eventos em si mesmos no mundo biofísico, mas pressupõe o conhecimento do falante a respeito do evento descrito, sendo a conclusão o resultado desse conhecimento que é motivado pragmaticamente.

Segundo Sweetser, as conjunções *se-então* (*if-then*), no domínio epistêmico, expressam a ideia de que o conhecimento sobre a validade da proposição expressa na prótase seria uma condição suficiente para concluir a verdade da proposição expressa na apódose. Em um determinado contexto, a condicional epistêmica ocorre quando o conhecimento do falante a respeito de um evento se torna suficiente para tornar uma conclusão válida, em função desse conhecimento. Sobre essa noção, Sweetser afirma que “não é suficiente reconhecer que a condicionalidade está dentro de estados epistêmicos ao invés de proposições; é mais necessário reconhecer alguma conexão entre conhecimento e conclusão” (1990, p. 117).

No exemplo dado por Sweetser, *If John went so that party, (then) he was trying to infuriate Miriam* [Se John foi àquela festa, {então} ele estava tentando enfurecer Miriam], o conhecimento da situação relacionada à *ida à festa* favorece uma conclusão de natureza não lógica: o fato de um sujeito ir à festa não implica objetivamente o estado de enfurecimento em outro sujeito. No plano epistêmico, existe uma conexão semântica entre o evento p , “ida à festa”, e a conclusão q , “tentativa de enfurecer Miriam”. Desse modo, a relação causal existe em função do conhecimento de uma situação que leva ou favorece uma conclusão. Não há, portanto, uma relação de causalidade necessária entre o conteúdo de p e q .

Na condicional de ato de fala (ou condicional pragmática), o evento descrito na apódose (o ato de fala) é realizado condicionalmente, a partir do evento descrito na prótase. Em *Se não for pedir muito, você poderia ligar o aquecedor?* (FERRARI, 2001, p. 146), a prótase, que manifesta uma relação de polidez, possibilita a realização do ato de fala na apódose. A prótase permite que o pedido para *ligar o aquecedor* não seja interpretado como algo imposto. Sweetser (1990, p. 121) afirma que a condicional pragmática está relacionada às estratégias de interação.

O próximo item será dedicado ao estudo da Teoria dos Espaços Mentais como uma tentativa de explicar a relação entre os construtos cognitivos e os tipos de construções condicionais produzidos no discurso jurídico oral.

Espaços mentais e construções condicionais

Nos processos de construção do sentido, a linguagem não é uma representação formal ou um “sistema desencarnado”, como cita Salomão (1999, p. 64). Como operadora de um conjunto interconectado de domínios diferenciados, a linguagem guia o processo de significação no contexto.

Como construções mentais, os significados resultam de complexas operações que envolvem a articulação de conhecimentos estruturados e produzidos culturalmente na memória e no momento da situação comunicativa real. Assim, a interpretação do discurso ocorre pela configuração de domínios estáveis e locais (FAUCONNIER, 1997), hierarquicamente ativados ao longo de sua produção.

Como parte do conhecimento cultural e social, os domínios estáveis compreendem: modelos cognitivos idealizados (LAKOFF, 1987), que possibilitam a lembrança de conhecimentos adquiridos na experiência cotidiana, (b) frames/molduras comunicativas (FAUCONNIER, 1997; LAKOFF, 1987; FILLMORE, 1982), que são base de conhecimentos necessários para que o processamento e a compreensão das informações sejam estabelecidos no fluxo da interação comunicativa, e esquemas genéricos, que são esquemas conceptuais mais abstratos. Estes são previamente estruturados e organizados internamente nas construções gramaticais em processo. Dessa maneira, os significados se instauram pela ativação de algum conhecimento arquivado na memória. Para o evento audiência penal, por exemplo, a cena inclui: o réu (definido como o sujeito que matou ou teve intenção de matar) e a vítima (como alguém que sofreu a ação do réu).

Segundo Fauconnier (1997), os espaços mentais (EM) constituem uma noção importante para o processo das operações cognitivas ativadas enquanto se fala ou se pensa. Os introdutores ou construtores de espaços mentais são formas linguísticas ou marcadores gramaticais de diferentes naturezas como, por exemplo, tempo, lugar, hipótese e crença.

Os princípios ligados à teoria dos espaços mentais possibilitam a análise das construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas em termos do entendimento das configurações cognitivas associadas às informações semânticas e pragmáticas originadas no fluxo do discurso jurídico oral. Segundo Fauconnier e Sweetser (1996, p. 37), a expressão linguística evidencia, por fatores diferenciados, o significado relevante no contexto em que se dá o discurso dos falantes. Nessa perspectiva, o significado estrutura-se, internamente, por MCIs, *frames* e esquemas genéricos e, externamente, por conectores que delimitam as estruturas através da rede de espaços.

Nas construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas, a estrutura [SE Or.] configura-se genericamente como espaço-base (prótase), que possibilita a conexão do espaço-foco (apódose) [Or]. Considerando a interação entre linguagem e conexões cognitivas, o esquema genérico [SE Or.] e [Or.] manifesta, de um modo geral, o processo pelo qual o falante interliga, de maneira distinta, os domínios estáveis e locais, projetando significados no contexto de uso.

O estudo do mapeamento desses domínios instanciados na estrutura linguística requer a inclusão de outro postulado teórico como veremos no item a seguir.

Construções gramaticais: pareamentos de forma e sentido

Na perspectiva cognitivista, construções gramaticais são entendidas como pareamentos de forma e significado. Dentre os princípios alinhados a essa noção, Goldberg (1995, p. 67) assinala que o Princípio da Não-Sinonímia tem como foco a ideia que, “se duas construções são sintaticamente distintas, tais construções devem ser distintas semântica e pragmaticamente”.

Incluída a dimensão discursiva à noção de construções gramaticais, Croft (2001, p. 25) explica que o falante adquire um conhecimento das convenções constituídas de um conjunto estruturado em que o pareamento “forma-significado” é enquadrado às situações discursivas. Assim, uma construção gramatical não é uma lista adquirida isoladamente, seja pela hipótese de que a língua tem o seu foco centrado nas estruturas linguísticas formais (significante), seja pela noção de que o significado é produto da mente, de modelos semânticos prévios e desarticulados do social.

Nessa perspectiva teórica, a construção condicional é entendida como uma categoria global e complexa cujo significado de “se p, q” é instaurado tanto por elementos formais (o tempo das formas verbais) quanto pelas variáveis contextuais como sujeitos/identidades, representações e papéis sociais na cena. Essas representações nas molduras sintáticas das construções condicionais serão objeto de análise no próximo item.

Tendência do pareamento forma-significado das construções condicionais no discurso jurídico

Dentre os variados tipos de construções gramaticais, as construções condicionais são altamente produtivas em termos do papel argumentativo que desempenham no fluxo do discurso jurídico oral. De acordo com a tipologia proposta por Sweetser (1990), observam-se em torno de 7% de condicionais preditivas, 42% de condicionais epistêmicas e 49% de condicionais pragmáticas.

Em termos de análise cognitiva, a configuração sintática das construções condicionais inclui informações semânticas e pragmáticas subjacentes às formas linguísticas empregadas na construção como um todo, entendendo-se que o tipo de conexão entre as estruturas sintáticas da prótase e apódose contribui para o entendimento da condicional como uma construção complexa segundo o Princípio da Não-Sinonímia (GOLDBERG, 1995, p. 67).

As construções condicionais preditivas

A categorização das construções condicionais preditivas parte do pressuposto geral de que as estruturas da prótase e apódose evidenciam uma relação de causalidade no que diz respeito aos conteúdos descritos do mundo (SWEETSER, 1990): os eventos/estados de coisas em *se p* e *q* mantêm, no plano do significado, noções de causalidade, dependendo da interpretação do falante quanto ao fato de um evento ser condição suficiente para a realização de outro evento.

Dentre as construções preditivas instauradas no discurso jurídico, a moldura sintática do tipo [Se V. FUT. SUBJ., V. FUT. PERIF. {ir, infinitivo}] é a mais produtiva. O exemplo destacado refere-se a uma cena do fato julgado em que o promotor faz um comentário sobre a atuação do Ministério Público:

(01) PROMOTOR:

senhores EU não venho aqui defender o senhor José Edson EU não venho aqui defender o MEU posicionamento **NADA vai mudar na minha vida se o seu José Edson for condenado ou absolvido (...)**

Com relação aos aspectos semânticos e pragmáticos, a construção preditiva [SE V. FUT. SUBJ., V. FUT. PERIF. {ir, infinitivo}] evidencia processos de interpretação semântica peculiares.

De um modo geral, a informação semântica de causa-efeito estabelecida entre o evento *se p*, expresso na prótase, e o evento *q*, expresso na apódose, origina-se a partir da integração de conhecimentos pertencentes a domínios estáveis (doutrina jurídica, experiências culturais) e locais (acontecimentos do fato julgado): conteúdo *p*, “seu José Edson for condenado ou absolvido”, e conteúdo *q*, “NADA vai mudar na minha vida”.

A partir do enquadre desses domínios, o promotor sinaliza uma conduta favorável ao Ministério Público: a imparcialidade. Dentre um conjunto de conhecimentos relativos ao domínio “Ministério Público”, percebe-se que a conexão semântica entre *se p* e *q* é motivada pela evocação dos conhecimentos previamente estruturados na memória do promotor em relação ao papel do Ministério Público que não se limita a pedir apenas condenação do réu.

Quando o enquadre entre os domínios “experiências culturais” e “acontecimentos do fato julgado” é realizado pelo juiz no interrogatório, a moldura sintática [Se V. FUT. SUBJ., V. FUT. PERIF. {ir, infinitivo}] agrega informações semânticas e pragmáticas distintas. No exemplo a seguir, verifica-se essa associação:

(02) JUIZ:

R: É aí agora eu não vou entrar lá “né” FACÇÕES na nossa época não existia FACÇÕES

J: Você ficou preso você foi preso com uma 7 meia 5 **se você chegar com uma 7 meia 5 hoje lá o pessoal vai rir de você**

A associação entre a construção condicional preditiva [SE V. FUT. SUBJ., V. FUT. PERIF. {ir, infinitivo}] e o enquadre configurado a partir das expectativas dos falantes (defensor, promotor e juiz) expressa aspectos interacionais específicos. O juiz associa um acontecimento do fato julgado a um evento da experiência sociocultural por meio da retomada de conteúdos.

Em termos conceptuais, a associação entre os conteúdos *se p* (“se você chegar com uma 7 meia 5 hoje lá”) e *q* (“o pessoal vai rir de você”) sugere um enquadre de deboche ao explicitar um comportamento (uso de arma 7 meia 5) que não corresponde àquelas experiências socioculturais. Portanto, a construção condicional preditiva como um todo põe em evidência atos negativos, praticados pelo réu, resultando numa situação favorável para o Ministério Público.

Como se nota no percurso da análise dos dados, a informação semântica da condicional preditiva [SE V. FUT. SUBJ., V. FUT. PERIF. {*ir, infinitivo*}] pressupõe uma rede de conhecimento cuja ativação e manipulação dos esquemas conceptuais – domínios genéricos e domínios locais com enquadres diferenciados – manifestam, condicionalmente, perspectivas distintas quanto ao fenômeno de previsibilidade.

Do ponto de vista pragmático, percebe-se que as informações pragmáticas advêm de um complexo jogo cognitivo em que se manifesta um re-arranjo dos conhecimentos ligados aos domínios estáveis (conteúdo jurídico e experiências culturais) e locais (crenças em relação aos acontecimentos do fato julgado) para resguardar a conduta de imparcialidade do Ministério Público.

Na seção seguinte, será analisada a construção condicional epistêmica em termos de emparelhamento forma-significado e informações pragmáticas.

As construções condicionais epistêmicas

Em audiências públicas, as condicionais epistêmicas são utilizadas produtivamente por promotores e defensores. Pela análise dos dados, a manutenção da referência temporal entre a prótase e a apódose marca significativamente a moldura sintática [SE V. PRES. DO IND., V. PRES. DO IND.]. Dentre os exemplos, destaca-se um em que o promotor interrelaciona os princípios da doutrina jurídica penal aos atos dos indivíduos na sociedade:

(03) PROMOTOR:

como é fundamental o direito à vida que nem o Estado tem o direito de tirá-lo e **se nem o Estado tem legitimidade para tirá-lo ninguém mais tem (+) ninguém tem o direito de antecipar a morte de uma outra pessoa (...)**

De um modo geral, a configuração sintática da condicional epistêmica [SE V. PRES. DO IND., V. PRES. DO IND.] indica relações semânticas condicionalidade/causalidade em função do raciocínio inferido pelo falante quanto ao fato de um evento X ser a causa provável que favorece a conclusão do evento Y como indica o esquema: EVENTO X causa CONCLUSÃO Y.

Com base nos fundamentos da Gramática das Construções (FILLMORE; KAY; O’CONNOR, 1988), observa-se que a construção condicional epistêmica do exemplo anterior (“se nem o Estado tem legitimidade para tirá-lo ninguém mais tem ninguém tem o direito de antecipar a morte de uma outra pessoa”) manifesta uma relação semântica em que o enquadre dos princípios da doutrina jurídica penal desencadeia noções semânticas de escalaridade (COULSON, 2001) de modo que os elementos focados — ESTADO e CIDADÃOS — passem a ser vistos como entidades de valor diferenciado. De acordo com o promotor, esses elementos são focos contrastivos em uma relação escalar diferenciada: o ESTADO, como o ponto máximo de uma escala, é a autoridade.

As construções condicionais pragmáticas

Em termos quantitativos, o número de condicionais pragmáticas (49%) utilizadas na audiência pública mostra-se tão relevante quanto o das condicionais epistêmicas (42%). Na análise das construções condicionais pragmáticas, a moldura sintática que apresenta uma frequência significativa é a seguinte: [SE V. FUT. SUBJ., V. IMPERATIVO].

Dentre os exemplos com essa configuração sintática, destaca-se um em que o juiz relata publicamente o depoimento da vítima depois de interrogá-la:

(04) JUIZ:

o acusado agrediu a a informante deferindo-lhe socos por todo o corpo a ponto tal de deixar-lhe hematomas no rosto **Ana Lúcia se eu estiver equivocado a senhora por favor acuse tá** [?]

Nos termos de Sweetser (1990), o processo de realização do ato de fala “q”, expresso na apódose, vincula-se às condições de satisfação do conteúdo “se p”, expresso na prótase. Essa regularidade semântica geral é representada no esquema: EVENTO X causa ATO DE FALA Y.

Além da análise semântica proposta por Sweetser (1990), nota-se que, no discurso jurídico, a configuração sintática [SE V. FUT. SUBJ., V. IMPERATIVO] revela aspectos semânticos e pragmáticos peculiares, considerando-se o enquadre realizado pelo próprio falante a respeito dos conhecimentos relacionados ao domínio cultural e ao fato julgado. Dessa forma, o futuro do subjuntivo na prótase mostra que o evento/estado de coisa, referente ao domínio do fato julgado (domínio local), é semanticamente concebido pelo próprio falante como algo provável.

Estudos desenvolvidos por Ferrari (2000, p. 148) mostram que a forma verbal de futuro do subjuntivo retrata um tipo de não-assertividade baseado na falta de evidências diretas quanto à realização do evento descrito na prótase. Com relação ao exemplo destacado, a construção condicional pragmática indica a falta de identificação do próprio falante quanto à factualidade do conteúdo, expresso em “se p”: o juiz não se identifica com “p” – “estar equivocado” – e “~p” – “não estar equivocado” – no momento em que é efetuada essa elocução.

Semelhante informação semântica, quanto à falta de identificação do próprio falante a respeito do conteúdo em “se p”, ocorre na situação discursiva em que o juiz dialoga com os jurados no interrogatório da testemunha:

(05) JUIZ:

DADAA PALAVRAAO CONSELHO se vocês tiverem alguma pergunta pra fazer ao interroGANDo FAÇAM por escrito (...) se não fizerem nenhuma pergunta por favor escrevam NADA A PERGUNTAR

Com relação aos aspectos interacionais, a realização do ato de fala expresso na apódose está condicionada às condições explícitas do conteúdo expresso na prótase (SWEETSER, 1990), a saber: os atos que os jurados devem efetuar, considerando-se a postura do juiz, instaurada condicionalmente na prótase como se nota, respectivamente, em: “FAÇAM por escrito” e “por favor escrevam NADA A PERGUNTAR”.

Conclusão

O artigo teve como relevância a análise das construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas utilizadas pelos falantes do português do Brasil nas audiências públicas, de caráter penal.

Ao ser analisado o grupo das construções condicionais preditivas, epistêmicas e pragmáticas, verifica-se que tais construções se projetam com uma moldura sintática específica, associada às informações semânticas e pragmáticas. No caso das preditivas, configuradas esquematicamente como [SE V. FUT. SUBJ., V. FUT. PERIF. {*ir*, *infinitivo*}], os conhecimentos relativos a domínios cognitivos diferenciados (doutrina penal, crime organizado e experiência cultural) compõem a natureza do discurso jurídico oral no qual são processadas informações que mostram o “descompasso” entre o delito do fato julgado e a aplicação da norma.

No caso das condicionais epistêmicas, instauram-se relações semântico-pragmáticas importantes para o estabelecimento de estratégias persuasivas típicas do discurso jurídico oral. A configuração sintática [SE V. PRES. IND., V. PRES. IND.] estabelece conexões de causa-conclusão, correspondentes aos papéis sociais desempenhados por um enquadramento interativo. A epistêmica se presta às situações interativas em que o participante enquadra estados de coisas e condutas, relevantes para o estabelecimento de uma interpretação ou um ponto de vista esperado e aceitável nos tribunais.

Quanto às construções condicionais pragmáticas, com moldura sintática [SE V. FUT. SUBJ., V. IMPERATIVO], observa-se que o grau de assertividade expõe não apenas a perspectiva do próprio falante em relação ao conteúdo expresso na prótase, mas também é condição para que seja evocado um estado de coisas, ou um evento, a fim de atuar no comportamento do interlocutor, dados os tipos de papéis sociais existentes entre o juiz, os jurados e as testemunhas.

Diferentemente da perspectiva de que a gramática existe independentemente dos sujeitos nas ações e nos meios culturais e físicos, optou-se por um caminho cuja investigação linguística pressupõe não apenas capacidades racionais, mas também experiências culturais, conhecimentos socialmente produzidos e papéis que são alinhados na vida diária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

COULSON, S. Frame-shifting and the brain In: COULSON, Seana. *Semantic leaps: frame-shifting and conceptual blending in meaning construction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 92-101.

CROFT, W. *Radical construction grammar*. Oxford, UK: [s.n.], 2001.

FAUCONNIER, G. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. *Mental spaces: aspects of meaning construction in natural language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____.; SWEETSER, E. *Spaces worlds and grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

FERRARI, L. V. Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais. *Scripta*, Belo Horizonte, PUC Minas, Linguística e Filologia, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2001.

_____. Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognitivista. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 4, n. 1, p. 21-30, jan./jun. 2000.

FILMORE, C. Frame Semantics. In: LINGUISTIC SOCIETY OF KOREA (Ed.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 111-138.

_____.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. Regularity and idiomaticity in Grammatical Constructions: the case of *let alone*. *Language*, v. 63, n. 3, p. 501-38, 1988.

GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach*. Chicago: University Press, 1995.

LAKOFF, G. *Women, Fire and Dangerous things*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

NEVES, M. H. M. As construções condicionais. In: _____. (Org.). *Gramática do português falado*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

SALOMÃO, M. M. M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*. Juiz de Fora: EDUFJF, vol. 3, n. 1, jan./jun., 1999.

SWEETSER, E. Conditionals. In: _____. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. New York: Port Chester: Melbourne: Sydney. Cambridge University Press, 1990.

Uma visão da gramática na vivência da linguagem

(A grammar view for language experience)

Maria Helena de Moura Neves¹

¹Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

mhmneves@uol.com.br

Abstract: This paper is concerned with the following question: how and why did grammar manuals start being essential to a culture? The History shows that they started in Greece in the Hellenistic period, in a moment of collapse of normative aspects of the language. The premise is that a grammar manual would not have been developed in a society in which metalinguistic awareness was absent. Besides this awareness, the language was rich enough to produce creations that remained across centuries. Such creations represent personal and reflective aspects that exist in the linguistic expression.

Keywords: Language Experience; View of Language; Grammar Manual.

Resumo: O texto reflete sobre a pergunta: Como um povo teria chegado a uma situação de cultura em que se entendesse que haveria um manual de gramática a ser preparado? A tradição nos ensina que isso se fez na Grécia, e no período helenístico, portanto em um momento de desmoronamento dos padrões da língua considerada “pura”, o que já mostra o ensejo da obra. A premissa é que, com certeza, não se teria elaborado uma gramática da língua entre um povo que não tivesse uma atividade de produção linguística a ensejar reflexão sobre a linguagem, e também que não tivesse uma vivência de linguagem rica a ponto de produzir criações que, como vemos historicamente, atravessaram séculos, representando o que de mais pessoal e reflexivo pode existir em modos de expressão linguística.

Palavras-chave: Vivência de Linguagem; Visão de Língua; Criação de Gramática.

Introdução

Considero solene esta minha intervenção. Não disfarço que constitui grande honraria, para mim, ter a palavra neste momento deste evento. Por isso, construí minha fala com o que de mais profundo encontro em mim, a motivar minhas propostas, minhas atuações, minha presença no cenário dos estudos linguísticos em meu país, hoje e sempre.

Começo com a epígrafe que usei para meu livro que fala de vivência de linguagem, uso linguístico e ensino de gramática:

Existe uma língua para ser usada de dia, debaixo da luz forte do sentido. Língua suada, enopada de precisão. Que nós fabricamos especialmente para levar ao escritório, e usar na feira ou ao telefone, e jogar fora no bar, sabendo o estoque longe de se acabar. Língua clara e chã, ocupada com as obrigações do expediente, onde trabalha sob a pressão exata e dicionária, cumprimentando pessoas, conferindo o troco, desfazendo enganos, sendo atenciosamente sem mais para o momento.

[...]

Mas no entardecer da linguagem, por volta das quatro e meia em nossa alma, começa a surgir um veio leve de angústia. As coisas puxam uma longa sombra na memória, e a própria palavra *tarde* fica mais triste e morna, contrastando com o azul fresco e branco da

palavra *manhã*. À tarde a luz da língua migalha. E, por ser já meio escura, o mundo perde a nitidez. Calar, a tarde não se cala, mas diz menos o que veio a dizer.

[...]

Pois quando a língua em si mesma anoitece, o escuro espatifa o sentido. O sol, esfacelado, vira pó. E a linguagem se perde dos trilhos de por onde ir.

[...]

(André Laurentino, *A lua da língua*, 2007)

Da missão de falar de gramática

No trato comum com as pessoas, falar de gramática, a sério, significa ter de começar por uma explicação que diga, primeiro, do que é exatamente que se vai falar, que desmanche aquela noção de que se vai tomar uma ou outra frase e catalogar suas peças, rotulando-as segundo um paradigma frio e inerte que seja disponibilizado como fonte de termos, nada mais do que rótulos. Não é o caso de nossa plateia aqui, mas cabe insistir em uma noção de gramática como, na verdade, aquele aparato que arranja os sentidos na língua, que junta as peças num complexo multiplamente governado, e que é, portanto, o mecanismo de arranjo que nos permite, como diz o poeta, em uma determinada situação, “ensopar de precisão a nossa língua”, ou, em um determinado momento em que se puxa “uma longa sombra na memória”, “dar mais tristeza a uma palavra”. Que é, afinal, o mecanismo responsável, até, por, em determinados momentos, – novamente como diz o poeta – “perder-nos nos trilhos de por onde ir”, ou “dizemos menos o que viemos dizer”.

Lembra-me que sempre me inquietou saber por que é que, um dia, alguém criou / alguém escreveu uma gramática. A pergunta é esta: como um povo teria chegado a uma situação de cultura em que se entendesse que haveria um manual de gramática a ser preparado – e de que natureza seria essa obra. A tradição nos ensina que isso se fez na Grécia (e não no período helênico, mas no helenístico, portanto, em um momento de desmoronamento dos padrões da língua considerada a “pura”, o que já mostra o ensejo da obra).

Eu queria entender isso, e um dia preparei um projeto de pesquisa que levei ao Professor José Cavalcanti, da USP, concorrendo ao Mestrado em Letras Clássicas. Foi em 1974. Ele olhou meu projeto – que era sobre a emergência da gramática entre os gregos –, disse que estava muito bom, mas que “descambava para a Linguística”. No momento, achei que era preconceito de um literato filósofo (que, entretanto, eu sabia ser um grande sábio).

Com o tempo, aprendi toda a profundidade daquela apreciação, e cada vez mais aprendo com ela, pondo-me, sempre, por isso, numa incursão em Linguística que nunca perca de vista a vivência da linguagem e o uso linguístico, e que nunca esqueça que o poeta é, realmente, aquele que escancara o mais profundo desse jogo de criação que a gramática da língua rege e sustenta. Ou seja, querendo falar de gramática, felizmente fui aprender com um literato filósofo, que me fez estudar, na filosofia clássica, a lógica (uma disciplina teórica) – e fazendo isso com a plena consciência de que a gramática / a linguagem não é lógica. Felizmente, também com ele fui estudar a poética clássica, e, aí sim, tive a plena consciência de que a gramática / a linguagem é, sim, “poética” (“fazedora” das coisas, como nos diz o termo grego *poíesis*). Tive a plena consciência de que esse é o veio que mais nos escancara a natureza e a força da linguagem.

Por isso contei toda essa história. Assim, de lógica e de poética (ou seja, de disciplina teórica e de criação linguística) é que falaremos um pouco, aqui, falando de linguagem..., de língua... e de gramática... Começamos por aí.

De vivência da linguagem, de uso da língua, de análise linguística

Se vou, aqui, falar de “visão de gramática” na “vivência da linguagem”, vou falar de “análise metalinguística do uso linguístico”. E aí implico:

- a) a criação em si (o objeto, a partir do qual a análise determina, cria os “fatos de linguagem”);
- b) o viés teórico (aquilo que há de possibilitar essa determinação dos “fatos de linguagem” pelo analista – porque é a teoria que cria os fatos).

Ou seja, estão em questão:

- a) a vivência linguística a partir de uma tradição, de uma história (e aí vou à poesia grega fundante – lembrando a *Odisseia*, mais especialmente);
- b) a teoria de análise (e aí vou à filosofia grega fundante – lembro, por exemplo, a tensão sobre o caráter lógico, ou analógico, da linguagem, ponto fulcral na compreensão do funcionamento linguístico).

Com certeza não se teria elaborado uma gramática da língua entre um povo que não tivesse uma atividade de produção linguística a ensejar reflexão sobre a linguagem (e aí entra, nos primórdios, o testemunho da literatura). Não seria entre um povo que, especialmente, não tivesse chegado a compreender que a linguagem se distingue das coisas (e aí entra a filosofia: já a filosofia pré-socrática, assim como a de Platão e de Aristóteles, que conseguiram mostrar e demonstrar essa separação).

Voltando para antes da filosofia e insistindo: não teria havido esse tipo de aplicação do espírito humano à sua língua se não tivesse havido uma vivência de linguagem rica a ponto de produzir criações poéticas que, como vemos historicamente, atravessaram séculos – até nós – representando o que de mais pessoal e reflexivo pode existir em modos de expressão linguística.

Distinguidamente, eu chamo, pois, à cena, de nossa tradição ocidental, herdeira das reflexões gregas sobre linguagem, a vivência poética – e vou, pois, à criação literária grega nos seus primórdios. O poeta é aquele que, privilegiadamente, desconhece engessamentos e rompe limites, e por aí nos escancara o que é a linguagem, o que é a língua, afinal, o que é e o que pode a gramática: ou seja, o poeta é aquele que – em prosa ou em verso – privilegiadamente nos dá uma **visão** de língua, assentada na **vivência** da linguagem (como nos deu nosso texto de abertura). A língua de cada um – o uso da linguagem – é, em si e por si, um espaço que existe como espaço de ausência de receitas, que, se invocadas, na verdade negariam a natureza da língua como instrumento de criação da linguagem.

Assim, todos nós – mortais, sem coroa de louros que somos, não poetas – todos nós rompemos pretensas fronteiras categoriais e subcategoriais dizendo, por exemplo, “esse é o cara”, ou “essa crise vai ser marolinha”, ou “o mercado teve mais do que dor

de barriga, teve diarreia”, mas o poeta faz isso inventando mundos para os quais nos leva totalmente desarmados de códigos receituários (e de preconceitos). Quem se joga naquele universo poético que é o de uma criação literária (e não precisam ser os cipós do *Ensaio sobre a cegueira* ou do *Grande sertão veredas*), quem aí imerge estará do mesmo modo que estavam as bacantes asiáticas ao seguir seu deus Dionísio, correndo pelos montes, arrebatadas no delírio báquico do poema de Eurípides: estará indefeso, mas, acima de tudo, será legitimamente e prazerosamente participante DO RITO E DO MITO, DA PALAVRA E DO SEU SENTIDO MAIS PROFUNDO.

Hoje não vamos ao teatro com o mesmo espírito com que os gregos iam às cerimônias que constituíam a vivência dos dramas de Ésquilo, Sófocles ou Eurípides, quer dizer, como concelebrantes: vamos arrumadinhos para assistir, em uma plateia, a uma representação que se faz no palco. Ou seja, vamos com uma consciência de que recortamos campo com os atores: nós cá, como assistentes – por mais sensíveis que sejamos – e eles lá, com a sua arte (tudo com um autor / criador por trás). Também não comungamos com aedos andantes (ouvindo, ao som da cítara) narrativas de feitos que entrem em nós como a própria formação do espírito da comunidade de que somos parte, ou seja, como seria a vivência das epopeias gregas. Quer dizer, simplesmente lemos uma narrativa ficcional. E, por mais que nos empolgemos e nos envolvamos, lá está ela e cá estamos nós, de tal modo que, a qualquer momento, podemos usar um marcador de página, ir fazer qualquer coisa banal e voltar a tirar o marcador, instantes depois, ou meses depois. Mas sempre é poesia, é criação em linguagem, que recriamos em nós a cada entrega.

A mais distante poesia grega já mostra uma visão de linguagem como algo distinto das coisas – e para isso invoco a própria concepção e também as palavras da epopeia. Nada no maravilhoso da epopeia grega faz pensar que se tratava daquela concepção que conhecemos dos povos ditos primitivos (povos de pouca vivência cultuada da palavra). Nada faz pensar que se tratava daquela noção de que a linguagem é, simplesmente, mais uma coisa entre as coisas, ou seja, de que a força da palavra se confunde com a força do corpo e da natureza: por exemplo, já não há a ideia de que um ato de linguagem possa ter o mesmo efeito de um ato de besuntar a ferida com unguento ou de tocá-la com uma vara. Está na *Odisseia*, claramente, a distinção entre a força da ação e a força da palavra, e a noção de que esta – a palavra – pode sobrepujar-se àquela – a ação. O velho Nestor, por exemplo, tem distinguida a sua excelência na palavra, como sábio e seguro conselheiro que é, e Ulisses / Odisseu tem a sua excelência na palavra erigida à posição de fundamento da criação da epopeia. Ora, os que eram excelentes na ação (o guerreiro Aquiles, o rei Menelau, o chefe das tropas Agamenão), vitoriosos pelos atos guerreiros, no entanto sucumbiram, de um modo ou de outro, e mesmo os que puderam tentar a volta, após a vitória de Troia, não obtiveram reintegrar-se à sua terra, com a honra que isso traria, e que era, afinal, o desiderato da vitória: o reencontro da estirpe. Ulisses, porém – que não aparece entre os heróis guerreiros de cujos feitos fala a *Ilíada*, o poema que desnuda a guerra de Troia – esse obtém o protagonismo da epopeia de *nóstos* (de regresso) que é a *Odisseia*. Ele retorna e retoma seu estatuto de chefe em Ítaca, de esposo em seu leito (que ele construíra com suas mãos) e de elo central da estirpe: afinal, ele se reassume como filho de Laerte e como pai de Telêmaco. E isso ele obtém exatamente com astúcia, astúcia calcada especialmente na linguagem, que conduz as ações, distinguindo-se delas, entretanto, por sua natureza particular. E, na *Odisseia*, o que está é, realmente, essa força da palavra na significação da vida. Tal é a glória.

Da relação entre língua e linguagem

Já poderíamos entender, que é tal força de vida que torna esse poema do século VIII a.C., a *Odisseia*, uma verdadeira lição sobre a relação entre língua e linguagem – a mesma que está nesta crônica de Veríssimo que comento no início de minhas *Gramática de usos da língua portuguesa: lições* (NEVES, no prelo), quando apresento a noção de atividade metalinguística:

A palavra mágica

Peguei meu filho no colo (naquele tempo ainda dava), apertei-o com força e disse que só o soltaria se ele dissesse a **palavra mágica**. E ele disse:

– **Mágica**.

Foi solto em seguida. Um adulto teria procurado **outra** palavra, uma encantação que o libertasse. Ele não teve dúvida. Me entendeu mal, mas acertou. Disse o que eu pedi. [...] **Nenhuma palavra era mais mágica do que a palavra “mágica”**.

(Luis Fernando Veríssimo)¹

Pode-se dizer que, no trato com a linguagem na epopeia, aquilo que seria a palavra mágica (por exemplo um *abracadabra*) já se distinguia, visivelmente, do que seria compreendido metalinguisticamente como a palavra *mágica*, na linha do que nos apresenta Veríssimo. A própria metaforização que leva a entender o poder de encantamento da palavra (em Veríssimo como em Homero) se faz sobre a base de consideração da linguagem como algo distinto das coisas – algo que tem um poder de ação que se legitima por via de um poder que não emana diretamente do ato físico.

Resta falar da força da escrita, uma espécie de sacramentação da individualidade da linguagem, de sua força e de seu poder. Lembrei que a escrita já existia nesse século VIII a.C. de Homero (embora não vulgarizada e explorada). Bem, do que ela representa / do que poderia representar nesse contexto da consideração de um poder que é exclusivo da linguagem, também nos fala Veríssimo nesta crônica (que comento na mesma obra):

Sinais mortíferos²

A primeira referência em grego, portanto provavelmente a primeira na história da literatura ocidental, à prática de escrever está no livro 6 da *Ilíada*, e não é boa. Alguém é encarregado de levar “sinais mortíferos”, a inscrição numa lousa, a outro alguém. No tempo da *Ilíada* as histórias eram transmitidas oralmente, não havia um texto atribuível com certeza a Homero ou sequer certeza de que existia um Homero. Para o público da época, a escrita era algo remoto e misterioso, e as marcas cunhadas em pedra ou argila, como descritas na *Ilíada*, um código esotérico e certamente sinistro. As marcas aprisionavam e imobilizavam as palavras, levavam-nas para outro domínio e lhes davam outro poder, diferente do poder comum, e do sortilégio compartilhado, da palavra dita. Por isso a escrita estreou na literatura caracterizada como mortífera. Séculos depois de Homero,

¹ *O Estado de São Paulo*. 06.09.2001, p. A4.

² Diz a *Ilíada*, no Canto VI, versos 167 A 169: “(O rei Preto) não quis matar Belerofonte, por escrúpulo religioso; mas enviou-o à Lícia e deu-lhe **sinais funestos**, traçando em uma tabuleta dobrada muitos **caracteres mortais**.” (HOMERO, 1961, p. 115). Os comentadores de Homero durante muito tempo explicaram que não se tratava de escrita, até o momento em que o descobrimento das civilizações cretense, hitita, etc., provou que a escrita já era conhecida muito antes de Homero.

outro poeta, W. B. Yeats, diria que fazia seus versos de “bocados de ar” e Anthony Burgess, que usou a frase de Yeats – “a mouthful of air” - como título num livro seu sobre linguagem, escreveu que a primeira realidade da literatura é essa mesmo, um bocado de ar transformado pelos órgãos vocais, enquanto a escrita e a impressão são suas realidades secundárias. Mas é a palavra escrita que dá permanência à linguagem, mesmo ao preço de roubá-la da sua vulgaridade democrática, e quase toda a nossa experiência literária é feita dessa segunda realidade.

[...]

Com o tempo, os sinais mortíferos perderam seu estigma e se transformaram na única maneira de compartilhar do sortilégio, inclusive do Homero.

(Luis Fernando Veríssimo, 2003, p. 139-140)

De fato, no momento em que abrimos um livro, nós nos pomos no reino da palavra escrita, compartilhando desse sortilégio de que fala Veríssimo, dessa mágica de sinais gravados que une as mentes das quais saíram sinais, e outros sinais, e outros sinais, compondo o sentido de vidas... recolhendo e dando forma e sentido especial a “bocados de ar”.

Ninguém duvida de que a linguagem falada é a linguagem primeira, é a linguagem natural, que prescinde das tábuas e dos sulcos que um dia os homens inventaram para cumprir desígnios que foram sendo estabelecidos – para o bem e para o mal.

Como já mostrei (para ilustrar o fato da separação entre a linguagem e as coisas, desde então), nas sagas que cantou, Homero distinguia heróis da palavra, heróis que eram os homens de fala forte, de fala efetiva, de fala eficiente, dos heróis na ação. Assim como havia homens excelentes no combate, havia aqueles excelentes na palavra, porque, para o épico, excelente em tudo, só Zeus. E entre eles, como lembrei, Homero ressalta muito significativamente a figura do velho conselheiro Nestor, sempre à parte dos combates, mas dono de palavras sábias que dirigiram rumos das ações. E, como também já aponte, ele ressalta, entre todos – no foco da epopeia –, a figura de Odisseu / Ulisses, que nunca apareceu como herói de combate renhido, mas que foi o senhor das palavras astutas que construíram a *Odisseia* e que até hoje repercutem em nossas mentes no mundo que o poeta criou.

Hoje a força da palavra falada é a mesma, nada mudou, na história da humanidade, quanto ao exercício natural da capacidade que o homem tem de falar e quanto à destinação natural desse exercício. Mas, que diferença se construiu no evoluir de uma cultura que se pôde assentar e preservar, na construção de uma cultura letrada!

E aí entra a teoria.

De teoria da linguagem e de gramática

Nesta minha fala, na direção de ver o aparecimento da análise metalinguística nos primeiros manuais de gramática de nossa tradição, percorro, pois, um caminho que vai da criação, da pura vivência, do uso, à teoria, porque é esta que, necessariamente, há de sustentar qualquer viés da metalinguagem. E, de fato, muito antes do nascimento histórico da ciência linguística, houve uma disciplina teórica que sustentou o nascimento da gramática. Vamos, pois, àquilo que deu base à visão de fatos da linguagem na gramática incipiente, que foi a filosofia, especificamente a lógica, e especialmente a dialética. Diriam

alguns: mas uma das primeiras propostas de que nos lembraremos, na especulação filosófica, seria a defesa da analogia (ou seja, de uma base natural) como fundamento da linguagem, e essa posição não levaria a nada, porque não é exata. No entanto, até por um processo dialético, podemos encaminhar a reflexão para o fato de que essa valorização de analogia foi problematizada, na própria filosofia, por uma profunda reflexão sobre a linguagem, da qual emergiu proposição teórica de grande validade, que discutirei ao final.

Comentarei essa questão (que é já da filosofia tardia, a dos estoicos), e, a essa ligadas, mais outras duas questões fulcrais para a visão de língua e de gramática, visão de que a filosofia grega tratou, orientando um percurso que levaria a uma análise gramatical. Obviamente, não era a linguagem o foco da especulação filosófica, a busca era a da “verdade” (podendo-se lembrar que a linguagem, em si, não se compromete, de modo algum, com a verdade, pelo contrário...). Assim, partir da linguagem era, por exemplo para Platão, uma concessão, era algo indesejável mas necessário, já que absolutamente reconhecida a impossibilidade de encontrar outro meio, que não a linguagem, para acesso ao mundo das “ideias”.

Trata-se de questões teóricas, e delas falaremos (com muita brevidade) para mostrar algo da sustentação que permitiu que, um dia, alguém se sentasse a uma mesa de biblioteca para fazer a gramática de uma língua (obra cujos fundamentos perdurariam por séculos). Prova-o o fato de serem questões que também a ciência linguística instituiu como bandeiras de direcionamento das reflexões.

São estas as três questões que escolho: a proposição da arbitrariedade do signo, a problematização da referencialidade semântica e o estabelecimento de uma base para a consideração da natureza de linguagem (a questão da analogia – ou não – na linguagem).

A arbitrariedade do signo constitui um dos mais significativos pontos sobre os quais se desenvolveu a ciência linguística. Na história do tratamento dessa questão encontramos o discurso linguístico (aqui chamo as lições de Saussure) mas também, e muito significativamente, o discurso filosófico (aqui chamo o *Crátilo* de Platão bem como o *Da interpretação* de Aristóteles). Saussure chegou a uma resposta (“o signo é arbitrário”), e outros, na ciência, podem tentar (ou ter tentado) questionar essa resposta, propor (ou ter proposto) outra / outras, ou podem simplesmente concordar com ela. Platão, entretanto, já propusera a discussão sobre a relação entre o caráter natural e o caráter convencional da linguagem, mas desprezando respostas. Ora, sabemos que o diálogo platônico se estruturava exatamente pela chegada a uma aporia, ou seja, a um fim de caminho, a uma escancarada impossibilidade objetiva de obter respostas. Essa era, afinal, a maior lição da filosofia platônica. Aristóteles foi mais longe, afirmando o convencionalismo no estabelecimento dos nomes, o que podemos, sem dúvidas, ver como o correlato filosófico da proposição da arbitrariedade do signo.

Passemos à segunda questão, a da referência na linguagem, questão que também nunca está ausente nos nossos estudos linguísticos. Desde que a semântica é apresentada ao estudante, numa universidade, ele encontra uma proposição científica da ligação entre sentido e referência (para lembrar Frege, 1848-1925), entre conteúdo e expressão (para lembrar Hjelmslev, 1899-1965), com passagem pelo constructo mental, em esquemas geralmente triláteros. Sejam dois exemplos: lembrando Morris (1834-1896, século XIX), ao lado do veículo sígnico, o interpretante e o *designatum*; lembrando Peirce (1839-1914,

final do século XIX, início do XX), ao lado do *representamen* ou signo, o interpretante (a intensão de um signo) e o objeto (a extensão de um signo). Até quem tiver estudado simples generalidades da questão se lembrará do já clássico triângulo de Ogden e Richards (1956, segunda metade do século XX), a nos mostrar contrapartes dessa relação: símbolo, referente e referência (ou pensamento). Mas a verdade é que o pleno oferecimento da geometria dessas relações nos foi dado ainda muito antes, nos estoicos (séculos III-II a.C.), que já distinguiam três elementos que se ligam: “o significado, aquilo que significa e aquilo que é” (NEVES, 2005, p. 90): aquilo que significa, ou o “significante” (*semáinon*), é a voz capaz de significar, é o “dito” (*lektón*); aquilo que é “significado” (*semainómenon*) é o que é revelado pelo dito como algo “sotoposto” à nossa mente; o “objeto” (*tynkhánon*) é o que existe no exterior, fora do ato de significar. Entre os estoicos, encontrar essa verdade da linguagem foi um achado que desafiou crenças (por exemplo, a crença, primeiro aventada, de que a linguagem se rege – ou o significado se resolve – pela analogia). E esse é o nosso próximo e último ponto a tratar, aliás, ponto central.

A bem da verdade, somos obrigados a resgatar a extraordinária compreensão que se vê no tratamento que os filósofos gregos – especificamente os estoicos – deram à tensão entre anomalia e analogia, quando estabeleceram os seus “fatos de linguagem”. Com os estoicos, coroados-se todo o percurso de vivência da linguagem e o percurso de reflexão sobre a linguagem (já uma visão de língua) de que tratei no início desta fala, chega-se, exatamente, à possibilidade de uma valiosa proposição sobre a relação entre a linguagem e as coisas, sem o que não teria podido nascer uma “gramática”. Essa proposição se conduz fortemente pelo caminho da controvérsia entre analogia e anomalia, em consequência da própria base do pensamento estoico, assentado na crença do caráter natural da linguagem: para o estoicismo, tudo é *phýsis* (natureza), e, assim, também a linguagem seria *phýsis* (natural). Tal crença levaria a buscar uma analogia entre as relações (e também entre as formas) encontradas na linguagem e as existentes na natureza: necessariamente a regularidade e a semelhança dos objetos se refletiriam na regularidade e na semelhança de sua expressão. A essa busca se dedicaram os estoicos, mas, no longo espaço de tempo em que o pensamento estoico sobre a linguagem se exerceu, os próprios filósofos dessa corrente se aperceberam das tensões que complicavam a proposta: nos usos eles encontraram exatamente o contrário, e deixaram absolutamente reconhecida a noção de linguagem como altamente indeterminada. Na verdade, buscando regularidade, os estoicos encontraram – e se mostraram impressionados com – o elemento irregular na língua, com as inconsistências entre forma e significado. E disso nos deram prova quando apontaram, por exemplo, formas como: *máchomai*, “eu combato” (um verbo de forma passiva indicando atividade); ou *paidíon*, “criança” (um nome que tem forma neutra mas se refere sempre a homem ou a mulher); ou *Thébai*, “Tebas” (um nome que tem forma plural mas nomeia uma entidade única).

Fundamentados no uso, deixaram-nos eles, de uma vez por todas, a lição de que a linguagem é outra coisa que as coisas e de que, nessa singularidade, ela tira seu valor exatamente do seu caráter indeterminado, adaptável, sempre emergente, sempre!

Considerações finais

Os falantes – as pessoas comuns e os poetas – vivem a linguagem. E cada sociedade o faz a seu modo. O contexto de cultura, que deixei sem tratamento nesta fala, pelo recorte que fiz, entretanto foi lembrado quando distingi o contexto grego do contexto das sociedades

ditas primitivas, e quando me referi, de passagem, ao contexto helenístico em que surgiram as primeiras gramáticas. Agora volto a lembrar o valor do contexto de cultura pelo papel dos sofistas – os primeiros professores na arte de “falar bem” (para nossa vergonha, seja dito). Representando a negação e a morte da filosofia, entretanto os sofistas tiveram um papel que tem de ser somado (embora caminhando na direção inversa) ao dos filósofos, na história dos condicionamentos da produção dessa gramática que pautou os manuais ocidentais tradicionais. Na sua busca de ensinar a falar convincentemente em qualquer situação, os sofistas faziam mais do que negar a verdade, faziam uma abstração da verdade, no jogo da linguagem: a linguagem tem força soberana, para criar a sua verdade (um notável reforço da noção do poder singular e próprio da linguagem, desvinculado do de qualquer outra coisa). Tenho de insistir no fato de que a vivência sofística (em que se inclui uma atividade retórica importante) foi fator notável que pesou para que se chegasse à noção de que haveria de ser proposto algo que constituísse um regramento do uso da linguagem, ou seja, de que deveriam ser produzidas obras sobre a gramática da língua, nos moldes em que foram produzidas. Como? De uma maneira muito distante do que representavam as preocupações filosóficas de busca da verdade (em qualquer das correntes), e já muito próxima das necessidades do momento helenístico em que elas, realmente, se produziram (no período alexandrino, no primeiro século antes de Cristo): exatamente quando considerada “excelsa”, a grega, começava a desaparecer.

Considere-se, pois, esse fator valiosíssimo a marcar a natureza das obras que se produziram e que refletem a visão do uso linguístico exatamente em um dos aspectos que mais constituem a mola das preocupações em todos os tempos: a eficiência comunicativa (fator social) da linguagem. Digamos, simplificando, que os sofistas – que nada têm de “pensadores” e que não se dedicaram à compreensão do funcionamento da linguagem – criaram um filão de muito boa aceitação, no lidar com a língua: eles corresponderiam aos “oportunistas” de hoje, aqueles que têm receitas prontinhas de linguagem, as quais – sabemos e lamentamos – obtêm consumo tão farto. Aliás, talvez, destes também algum dia se dirá que tiveram um papel histórico! O que buscam todos esses são sempre respostas, e respostas fáceis porque colhidas na superfície das formas, não no cerne dos fatos de linguagem. Caminho que – temos de registrar! – o culto da linguagem não merece!

Ora, o cientista busca respostas, o pensador nem sempre, e o poeta nunca. Cientista e pensador aplicam a mente a dados, com uma determinada visão e com algum fim. A filosofia clássica, por exemplo, é eminentemente teleológica, o que não significa que ela esteja em busca de respostas. Pelo contrário, ela vai em busca de fins, não de soluções. Assim, ambos, cientista e filósofo, discutiram questões de linguagem com um fim em vista, e puderem fazê-lo porque criaram “dados” da língua a partir da linguagem / e seus vieses teóricos. E, se chegaram, como se viu (embora de maneiras muito diferentes), às mesmas questões, é porque, permanentemente, está a vivência da linguagem a comandar pensamento e ação, criação e fabulação.

Assim se constrói o conhecimento – pedra sobre pedra, e com argamassa.

E aqui termino: a pedra é rocha, é segura, hoje ou há milhares de anos, a argamassa não é (ou pode faltar argamassa!). E se os princípios são imutáveis, e sempre idênticos, a descoberta e a posse deles se alteram – e criam a história. E é aí que se abebera a nossa mente. Ou seja: Assim caminha a humanidade, exatamente com muita história e pouca geografia, ou seja, mais com as cabeças do que com os pés!...

E eu só disse tudo o que disse porque me senti à vontade diante deste auditório, aqui, de cabeças pensantes, especialmente de muitas jovens cabeças pensantes...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- HOMERO. *Iliada*. Tradução de O. M. Cajado. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1961.
- _____. *Odisseia*. Tradução de A. P. de Carvalho. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- LAURENTINO, A. A lua da língua. In: CAMPOS, C. L.; SILVA, N. J. (Orgs.). *Lições de GRAMÁTICA para quem gosta de LITERATURA*. São Paulo: Panda Books, 2007. p. 96-98.
- NEVES, M. H. M. *A vertente grega da gramática tradicional*. Uma visão do pensamento grego sobre a linguagem. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.
- _____. *Gramática de usos da língua portuguesa: lições*. São Paulo: Contexto, no prelo.
- VERÍSSIMO, L. F. A palavra mágica. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 06 set. de 2001, p. A4.
- _____. Sinais mortíferos. In: *Banquete com os deuses: cinema, literatura, música e outras artes*. São Paulo: Objetiva, 2003.

Atos discursivos interativos nas variedades do português falado

(Interactive discourse acts in spoken Portuguese varieties)

Michel Gustavo Fontes¹, Erotilde Goreti Pezatti²

^{1,2}Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) – campus de São José do Rio Preto

michelfontes2002@yahoo.com.br, pezatti@ibilce.unesp.br

Abstract: This paper aims to analyze and to characterize the structure of some linguistic expressions that, in the view of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), are called Interactive Acts because they show the Speaker, the Addressee and the Illocution positions filled in. To do so, we analyse data composed of representative texts of Portuguese spoken in Portugal, in Brazil, in African countries (those that have Portuguese as official language) and in East Timor.

Keywords: functional discourse grammar; interpersonal level; interactive discourse acts; discourse markers.

Resumo: Este artigo objetiva analisar e caracterizar, no português falado, as estruturas linguísticas que, do ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), denominam-se Atos Discursivos Interativos, já que têm preenchidas as posições para Ilocução, Falante e Destinatário. Para tanto, utilizam-se, como material de análise, textos representativos da língua portuguesa falada em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e no Timor Leste.

Palavras-chave: gramática discursivo-funcional; nível interpessoal; atos discursivos interativos; marcadores discursivos.

Introdução

Sendo um modelo gramatical concebido segundo os princípios de uma perspectiva funcional da linguagem, o objetivo geral da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) é descrever e explicar uma língua natural de uma forma pragmática e psicologicamente adequada, quer dizer, a GDF pretende ser um modelo de descrição linguística que explica o uso da língua, considerando seus objetivos comunicativos na interação verbal e o processamento mental envolvido na interpretação e na produção de expressões linguísticas. Em síntese, a GDF captura as propriedades formais das unidades linguísticas e as descreve em termos da intenção comunicativa em que são produzidas.

Proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF provoca, sem desconsiderar a Gramática Funcional (doravante GF) de Dik (1997a; 1997b), mudanças significativas na determinação das unidades de análises linguísticas, já que propõe a expansão de uma gramática da sentença para uma gramática do discurso. Esse direcionamento para o discurso presente na GDF está ligado ao fato de diversos fenômenos só serem explicados quando se toma como parâmetro de análise questões e unidades mais discursivas do que sentenciais: por um lado, muitos fenômenos só são explicados em relação a unidades maiores que a sentença; por outro lado, a análise de

unidades não-oracionais ou menores que a oração só é viável quando se desenvolve uma gramática orientada para o discurso.

Mackenzie (1998), ao estudar as holófrases, reconhece que, no processo de interação verbal, há diversas unidades que são marcadamente menores que os exemplos de expressões linguísticas comumente trabalhados pelas descrições gramaticais. Expressões holofrásticas, como cumprimentos, agradecimentos, respostas curtas e outros constituintes extraoracionais, configuram fatos linguísticos instigadores de uma expansão da perspectiva de análise gramatical: da sentença para o discurso. Além disso, marcadores discursivos (doravante MDs), cadeias anafóricas, construções de *tail-head* e interjeições¹ são outros exemplos de fenômenos que necessitam de uma abordagem discursiva da gramática.

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 04), com base em Mackenzie (1998), mostram a necessidade de um modelo gramatical orientado para o discurso, considerando os seguintes exemplos:

- (01) a. (What are you eating?) A donut.
b. (O que você está comendo?) Uma rosquinha.
- (02) a. Congratulations!
b. Parabéns!
- (03) a. Oh John!
b. Ah João!

A resposta curta em (01), a exclamação em (02) e a expressão vocativa em (03) estruturam-se como formas não-oracionais. Entretanto, se tomados dentro de um contexto discursivo apropriado, são exemplos de contribuições completas e estruturalmente bem formadas para o avanço da interação. Esses exemplos não são considerados como “unidades menores que a oração”, mas sim como unidades não-oracionais, formuladas a partir das intenções comunicativas do falante. Dessa forma, a unidade básica de análise assumida pela GDF é o Ato Discursivo.

Definidos como as menores unidades linguísticas do comportamento comunicativo, os Atos Discursivos são constituídos de no máximo quatro componentes – uma Ilocução (ILL), um Falante ((P)_S), um Destinatário ((P)_A) e um Conteúdo Comunicado (C)₁ –; a partir desses componentes, podem ser distinguidos três diferentes *frames* para os Atos discursivos:

- (04) (A₁: [F₁: ♦ (F₁)] (P₁)_S] (A₁)), para atos expressivos;²
- (05) (A₁: [(F₁: ♦ (F₁) (P₁)_S] (P₂)_A] (A₁)), para atos interativos;
- (06) (A₁: [(F₁: ♦/ILL (F₁)](P₁)_S (P₂)_A (C₁)] (A₁)), para atos de conteúdo.

Enquanto os Atos Expressivos e os Atos de Conteúdo estão subordinados, respectivamente, à transmissão de emoções e de informações pragmático-semânticas, os Atos Interativos são os responsáveis pela manutenção da interação verbal, ou seja, subordinam-se a um uso interacional. Precisamente, os Atos Interativos constituem pistas

¹ Para um tratamento das interjeições na abordagem da GDF, conferir Fontes (2010).

² Para uma caracterização dos atos expressivos, conferir Fontes (2010).

linguísticas da presença dos interlocutores e de sua relação comunicativa na interação verbal. Dessa forma, aos Atos Interativos, cabe a manutenção do canal interlocutivo estabelecido entre os enunciadores, o que nos leva a enxergar, no uso de tais elementos, uma constante busca, por parte do Falante (aquele que toma o ato enunciativo para si), do Destinatário (aquele a quem se dirige o ato). Em outras palavras, os Atos Interativos envolvem-se numa estratégia do Falante para chamar a atenção do Destinatário. É essa propriedade que faz com que os atos interativos se caracterizem como nitidamente orientados para o Destinatário, ou para a interação entre Falante e Destinatário, propriedade que exemplarmente demonstra o aspecto interacional desse ato. Assim, sendo categorias de ampla influência na organização da interação e na indicação da busca de atenção do Destinatário pelo Falante, os Atos Interativos requerem uma análise gramatical que tome o discurso como ponto norteador, fato que indubitavelmente explica a expansão da GF para a GDF.

Este estudo, portanto, toma como objeto de análise os Atos Interativos produzidos ao longo de textos orais de língua portuguesa. Para tanto, adota como material de análise dados reais de uso do português europeu, brasileiro, africano e timorense que integram o *corpus* organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Nosso foco está, como se pode ver, em elementos que desempenham funções interativas, que configuram mecanismos de construção do texto e da interação. Nossa visão de texto, então, alinha-se a uma abordagem sociocognitiva e funcional da linguagem, considerando o texto

resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social. (KOCH, 2007, p. 26)

A proposta é, então, investigar os Atos Interativos, representados em (05), no português falado, com o objetivo de mostrar que muitas expressões linguísticas comumente usadas no processo de interação verbal e, algumas vezes, tratadas na literatura linguística como MDs constituem, na verdade, Atos discursivos.

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 77), assim como os Atos Expressivos, os Atos Interativos são geralmente expressos por meio de elementos lexicais e estão disponíveis para um conjunto restrito de situações. Com a expressão “conjunto restrito de situações”, os autores se referem aos contextos em que o Falante direciona seu discurso para o Destinatário, ou seja, contextos em que há a presença concomitante e clara de Falante e Destinatário. Os elementos lexicais que podem constituir Atos Interativos em português são exemplificados em (07), (08), (09), (10) e (11).³ Como se observa, é uma classe heterogênea, que envolve desde cumprimentos, respostas curtas e vocativos até alguns MDs.

- (07) L₁: **boa tarde!**
L₂: **viva**, dona Conceição! (PT97:TrabalhoPosseTerra)

³ Estes exemplos são representativos do português falado nos vários países cuja língua oficial é o português. Ao final de cada exemplo, há a indicação de sua fonte entre parênteses, com a sigla do país representado, o ano do documento e o título do texto. A seguir, dispõe-se a correspondência entre siglas e países: Bra: Brasil; PT: Portugal; Ang: Angola; CV: Cabo Verde; GB: Guiné-Bissau; Moç: Moçambique; To-Pr: São Tomé e Príncipe; TL: Timor Leste.

- (08) L₁: mas não acha que agora dá mais apoio, se calhar, que os irmãos, não?
 L₂: sim! agora está aqui
 L₁: **ah!**
 L₂: na, mora aqui pegado mesmo
 L₁: **hum, hum.** (PT95: JuventudeOntemHoje)
- (09) L₁: o senhor não se importaria se ela trabalhasse?
 L₂: **olha**, eu acho que é, se ela fosse trabalhar fora, ela teria que ganhar muito dinheiro. (Bras80: CriarFilhos)
- (10) L₁: Toni, como é que era este trabalho, vocês saíam às noites, iam ao encontro dos grupos de meninos de rua, meninas de rua, também, **não é**, (Ang97: Meninos de Rua)
- (11) - eh, **ó padre Francisco**, há aí um, um ponto que de facto, eh, a mim surge-me, pessoalmente, algumas dúvidas: havia alguns casos em que a língua portuguesa era ensinada como língua materna? portanto, eu digo, antigamente, ou o português era aprendido mais tarde como língua estrangeira? (TL99: Regras)

O texto encontra-se estruturado da seguinte maneira. A noção de Ato Interativo, conforme tratado pela GDF, é abordada na primeira seção. A segunda seção trata dos Atos Interativos no português, sendo então subdividida em *Formas de monitoramento da interação* e *Formas de execução do discurso*. A terceira e última seção apresenta as considerações finais.

Os Atos Interativos na GDF

De forma bastante resumida, a GDF é uma abordagem funcional-tipológica da linguagem que:

- i. constitui-se como o Componente Gramatical de um modelo de um usuário de língua natural ligado a um Componente Conceitual, a um Componente Contextual e a um Componente Articulatorio;
- ii. tem como unidade básica de análise atos discursivos e, assim, configura-se como uma gramática do discurso capaz de lidar com unidades maiores ou menores que a oração;
- iii. introduz quatro níveis de análise independentes e organizados hierarquicamente: Nível Interpessoal, Nível Representacional, Nível Morfosintático e Nível Fonológico;
- iv. opera de cima para baixo (organização *top-down*): as intenções comunicativas de um falante são processadas em direção descendente até chegar à articulação da expressão linguística, ou seja, o falante primeiro decide um propósito comunicativo, seleciona a informação mais adequada para alcançar seu propósito, codifica, então, esta informação gramaticalmente e fonologicamente, e, por fim, progride para a articulação;
- v. estrutura cada nível de análise em camadas hierarquicamente organizadas.

Apesar da adoção de um modelo gramatical organizado a partir de quatro níveis, um estudo sobre os Atos Interativos, que procura refletir sobre seu funcionamento no discurso, fixará sua atenção nos aspectos pertencentes ao Nível Interpessoal e, mais es-

pecificamente, às camadas do *Move* e do *Ato discursivo*. Isso se explica à medida que os Atos Interativos apresentam somente uma *Ilocução* e a posição de Falante, não apresentando expressão morfossintática, conteúdo semântico e Conteúdo Comunicado. Dessa forma, assim como os Atos Expressivos (cf. FONTES, 2010), os Atos Interativos, a partir da operação de formulação, são enviados diretamente do Nível Interpessoal para o Nível Fonológico, passando pela codificação fonológica, sem receber qualquer representação no nível Morfossintático, conforme demonstram as flechas em negrito na figura 01.

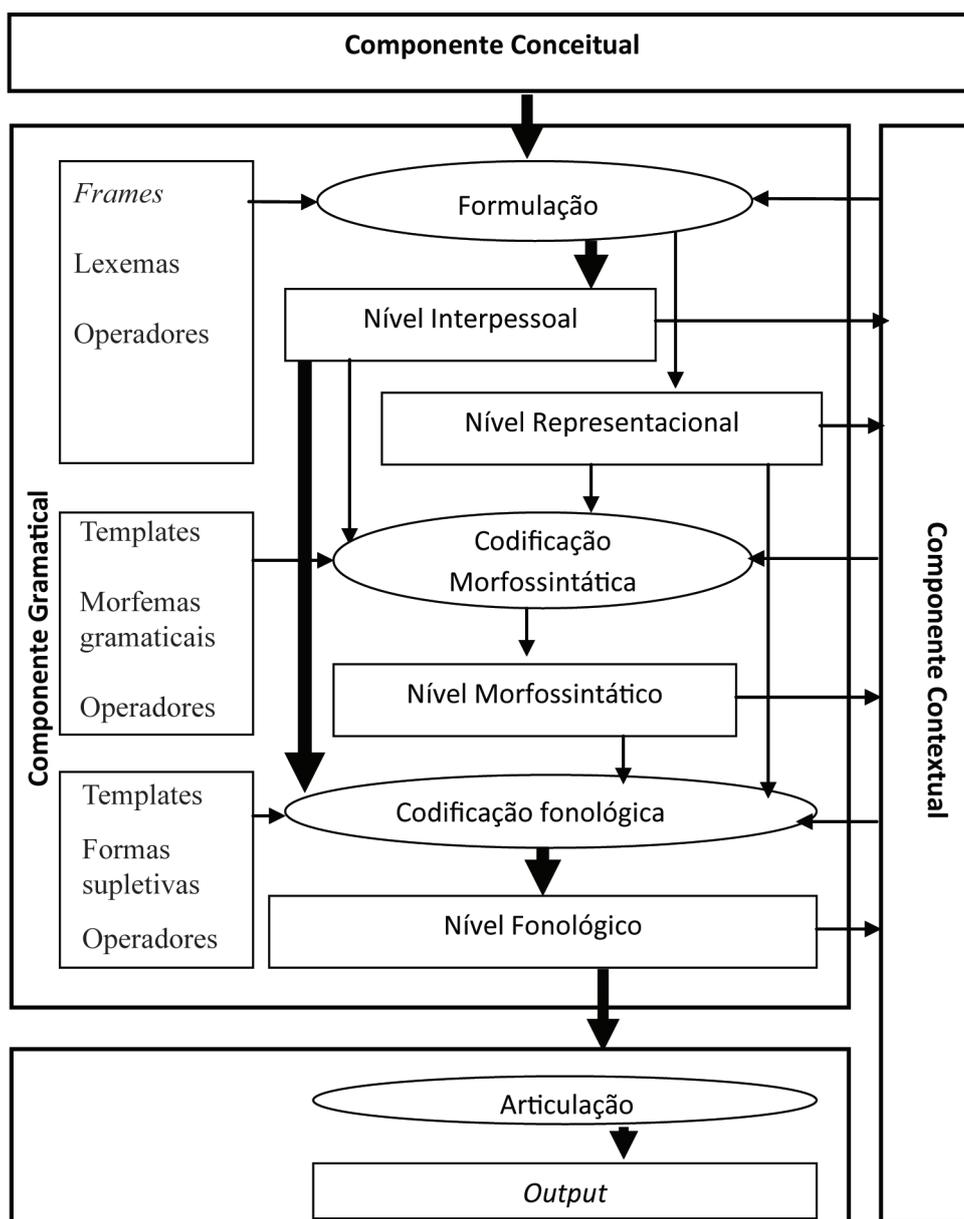


Figura 01: Percurso dos atos interativos dentro da GDF

O Nível Interpessoal trata dos aspectos formais que refletem o papel de uma unidade linguística dentro da interação. Na interação, cada participante tem um objetivo em mente e é esse objetivo que determina as estratégias adotadas pelo Falante na obtenção de um propósito comunicativo em relação ao Destinatário. Nesse percurso interacional, o alcance dos objetivos do Falante envolverá dispêndio de energia resultante de uma série

de ações governadas por uma estratégia global que considera os propósitos e as intenções do Destinatário.

A camada mais alta dentro da hierarquia do Nível Interpessoal é o *Move* (M), que pode conter um ou mais *Ato discursivo* (A). Um Ato é organizado levando em conta uma *Força ilocucionária* (F) que combina o ato de fala dos participantes (F e D) e o *Conteúdo comunicado* (C) evocado por F. O Conteúdo comunicado pode conter *Subatos de Atribuição* (T) e de *Referência* (R). Em (12), encontra-se a estrutura hierárquica do Nível Interpessoal:

$$(12) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_F (P_2)_D (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}}] (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), um *Move* pode ser definido como uma contribuição autônoma para o avanço da interação ou, além disso, como uma reação, já que tem um efeito perlocucionário. Enquanto o ato pode provocar uma conversação (*backchannel*), ou seja, uma resposta que encoraje o Falante a continuar a interação, somente o *Move* pode provocar uma reação por parte do interlocutor. O *Move*, dessa forma, associa-se a uma ação dentro da interação.

O *Move*, na verdade, corresponde a contribuições para a interação que podem tanto exigir uma reação como ser a própria reação. Desta forma, nos termos de Hengeveld (2004), o *Move* é o veículo de expressão de uma simples intenção comunicativa do falante e, nos termos de Kroon (1995, p. 66 apud HENGEVELD, 2004, p. 05), uma unidade discursiva mínima e livre capaz de entrar em uma estrutura de troca.

Kroon (1997, p. 19-20), seguindo Sinclair e Coulthard (1975 apud KROON, 1997), reconhece cinco diferentes tipos de unidades comunicativas dispostas numa escala crescente de complexidade: *ato*, *move*, *troca*, *transação* e *interação*.⁴ *Interações*, para a autora, geralmente se constituem de uma ou mais *transações*, ou seja, a *interação* se constitui a partir de variadas *negociações* (ou *transações*) de turnos entre os seus participantes. Por sua vez, cada *transação* (ou *negociação*) pode ser analisada a partir de um número restrito de *moves*, de iniciação ou de reação, os quais são compostos de um ou mais *atos*. Kroon (1997) define o *move* como uma unidade discursiva livre capaz de situar-se em uma *transação*; dessa forma, o *move*, ao contrário do *ato*, não pode ser definido apenas por conter uma unidade comunicativa, mas também por conter uma unidade temática. Essas duas propriedades são muito importantes na identificação dos segmentos discursivos que compõem o *move*: enquanto ação dentro da interação, ou seja, uma contribuição autônoma para o avanço da interação, o *move* apresenta uma unidade comunicativa e, por apresentar uma unidade temática, os demais atos que o compõem devem estar relacionados de forma temática, ou seja, ordenados seguindo uma coerência temática interna.

O núcleo de um *Move* pode ser um único Ato discursivo, como acontece em (13), exemplo em que tanto os *Moves* de L_1 como de L_2 constituem-se de um único Ato, ou mais de um Ato, como acontece no *move* de L_2 em (14) e no exemplo (15).

- (13) L_1 : e você lembra alguma festa na escola?
 L_2 : esse ano?
 L_1 : que aconteceu assim de bom?
 L_2 : lembro sim. (Bras93: FestaEstudante)

⁴ No inglês, teríamos: *act*, *move*, *exchange*, *transaction* e *interaction*.

- (14) L₁: vocês nunca entraram lá?
 L₂: [a gente entra], [a gente faz aposta, sabe, de passar tempo lá, etc., etc.]
 (Bras80: Fazenda)
- (15) [o macarrão], [eu faço com bastante carne] (Bras80: Macarronada)

Quando um Move se constitui de mais de um Ato (cf. (14) e (15)), a relação entre os Atos pode ser de equipolência ou de dependência. A relação de equipolência acontece quando o Falante dá aos Atos discursivos envolvidos o mesmo estatuto comunicativo, como em (14), exemplo em que os dois atos são salientes em termos comunicativos, já que ambos atendem aos propósitos comunicativos do falante. Por outro lado, quando o Falante estabelece uma desigualdade entre o estatuto comunicativo de cada Ato, estabelece-se uma relação de dependência, tendo-se assim um Ato nuclear, que, nos termos de Kroon (1997), é o ato mais importante do ponto de vista das intenções e objetivos do falante, e um Ato subsidiário, ao qual, mantendo uma correlação temática com o ato nuclear, será atribuída uma função retórica (cf. (15)).

No exemplo (14), o Move de iniciação de L₁ provoca um Move de reação de L₂ que consiste de dois Atos, ambos com o mesmo contorno entoacional e com o mesmo estatuto comunicativo, o que configura uma relação de equipolência. Já em (15), o primeiro Ato (*o macarrão*) corresponde a um Ato subsidiário que carrega a função retórica de Orientação, já que está introduzindo um referente no discurso que é relevante para o desenvolvimento da conversação,⁵ enquanto o segundo Ato (*eu faço com bastante carne*) é o nuclear, pois apresenta maior relevância dentro do Move, já que traz a informação ou a expressão essencial da intenção do falante.

Atos Interativos no português falado

Adotando a taxonomia de Dik (1997b), o conjunto de expressões e/ou itens linguísticos que compõem o *slot* da Ilocução Interativa constitui-se de (i) **Formas de Monitoramento da Interação**, como as formas saudação, de despedida e de polidez e as expressões vocativas, e de (ii) **Formas de Execução do Discurso**, como os tradicionalmente denominados *marcadores discursivos orientadores da interação* (cf. RISSO et al., 2006) e os injuntivos. Nesta seção, serão analisadas tais expressões à luz do modelo teórico da GDF.

Formas de monitoramento da interação

Segundo Dik (1997b, p. 384), constituintes extraordinárias de Monitoramento da Interação pertencem à criação e manutenção das condições interacionais que devem ser preenchidas para um evento de discurso ser implementado, ou seja, são estratégias usadas pelo Falante para conseguir a atenção do Destinatário, assegurando assim sua disposição para participar do evento discursivo. Pertencem a esse grupo (i) as fórmulas de saudação, de despedida e de polidez, (ii) os elementos vocativos e (iii) as respostas curtas (ou *feedbacks*).

Fórmulas de saudação, de despedida e de polidez

De acordo com Dik (1997b), as fórmulas de saudação indicam que o Falante reconhece a presença do Destinatário e sinaliza sua disponibilidade para participar, junto com o

⁵ As funções retóricas podem ser de Motivação, Concessão, Orientação, Esclarecimento e *Aside*.

Destinatário, de um evento discursivo. Gasparini-Bastos (2005, p. 105) acrescenta que “as fórmulas de despedida desempenham um papel essencial no fechamento da maioria dos tipos de eventos discursivos”. Por outro lado, as formas de polidez assinalam pedidos de desculpas, de agradecimentos, etc., e enfatizam, segundo Dik (1997b), a insignificância do Falante perante a importância do Destinatário.

Dentro do modelo teórico da GF, todos esses elementos são denominados de *Constituintes Extraoracionais* e classificados como responsáveis pelo monitoramento da interação, já que são eles que criam e mantêm as condições interacionais necessárias para a execução do evento discursivo (cf. GASPARINI-BASTOS, 2005, p. 105).

No exemplo (16), uma conversa telefônica que faz parte de uma das entrevistas que constituem o *corpus* adotado para a análise,⁶ observamos a ocorrência de dois elementos de saudação: *boa-tarde* e *viva*.

- (16) L₁: **boa tarde**.
L₁: **viva**, dona Conceição.
L₁: diga.
L₁: sim, sim. já chegou aqui, eu já dei parecer favorável. portanto, eh, vai agora para o pessoal, é provável que... amanhã ou no outro dia receba a resposta. mas pronto, não há problema, em relação à troca. (PT97:TrabalhoPosseTerra)

Para iniciar a conversação, L₁ utiliza-se de duas formas de saudação: *boa-tarde* é usado para indicar sua presença e iniciar a conversa, enquanto *viva* é produzido logo que o informante identifica quem é a outra pessoa envolvida. Assim, com *viva*, o informante sinaliza que reconhece tal pessoa, o que se nota pelo uso do vocativo *dona Conceição*, e demonstra sua disponibilidade para dar prosseguimento à conversa. Essa é uma forma encontrada na variedade portuguesa; no português brasileiro, geralmente utilizamos *Olá!* e *Oi!*.

Já (17) é uma transcrição de um programa de rádio em que participam uma ouvinte (L₁), o apresentador (L₂) e o então Ministro da Saúde (L₁), todos de Moçambique.⁷ Nesse exemplo, podemos perceber o uso do elemento de saudação *Bom-dia!* e de um elemento de polidez, *por favor*.

- (17) L₁: está?
L₂: **bom dia**.
L₁: está sim?
L₂: estou sim, **bom dia**.
L₁: **bom dia**.
L₂: **por favor**, o seu nome?
L₂: está, **bom dia!**
L₁: **bom dia**.
L₁: Neli Elias.
L₂: senhora Neli Elias, já está a participar no programa, estamos a debater o projecto de lei da, da revisão da lei do trabalho. (Moç97: Maternidade)

⁶ Nesse exemplo, como a chamada se dá no momento em que acontecia a entrevista, de forma a interrompê-la, gravaram-se somente os trechos produzidos pelo informante.

⁷ Como na própria transcrição do *corpus* optou-se por não diferenciar a fala da ouvinte e do Ministro, somente destacando a voz do dirigente do programa, continuamos com a mesma forma de distinção para evitarmos cair em algum equívoco. Entretanto, tal fato não invalida as análises desenvolvidas.

Outro exemplo que se mostra interessante é o (18). Trata-se também de um trecho de uma conversa telefônica em que o informante (L₁) produz vários enunciados, e um deles apresenta uma forma de polidez (de agradecimento) e duas formas de despedida. *Boa-tarde* nesse exemplo é entendido como uma forma de despedida e não como forma de saudação, pois a situação é de fechamento da conversa e não de abertura do canal interlocutivo.

- (18) L₁: está muito bem.
L₁: não faz mal absolutamente nenhum. e pode preparar as suas coisas para essa data, as suas férias.
L₁: **muito obrigado então. boa tarde. adeus.** (PT97:TrabalhoPosseTerra)

Os exemplos (16), (17) e (18) mostram que as formas de saudação, de despedida e de polidez devem ser consideradas Atos Interativos, uma vez que (i) servem para o monitoramento da interação, conforme já observado em Dik (1997b); (ii) necessitam da presença do Destinatário, ao contrário do que acontece com os Atos Expressivos, que não são heterorrelacionados, já que apenas exteriorizam o sentimento do Falante, sem se direcionarem a um Destinatário; e (iii), ao promover uma saudação, uma despedida ou um tratamento polido, o Falante não só se dirige ao Destinatário, como também o interpela.

Em (16), o Ato Interativo *boa-tarde*, sozinho, constitui um Move de Iniciação, enquanto a sequência constituída do Ato Interativo *viva* e do Ato Interativo Vocativo *dona Conceição* é que constitui um Move de Iniciação.

Em (17), a saudação *Bom-dia*, enquanto Ato Interativo desacompanhado de qualquer outro elemento, constitui um Move, ou de Iniciação (no caso em que se tem saudações e, assim, incitações a uma reação) ou de Reação (quando se tem espécies de respostas a Moves de Iniciação). Já a saudação *bom-dia* e a forma de polidez *por favor*, acompanhadas de outros elementos, são Atos Interativos que, juntamente com os outros Atos, numa relação de equipolência, formam um Move. Nessa ocorrência, os Moves de L₂ [*estou sim, bom-dia*] e [*está, bom-dia*] consistem em Moves de Reação e, dessa forma, o Ato Interativo *bom-dia* tem a propriedade de finalizar o Move que integra.

O exemplo (18), por fim, apresenta três Atos Interativos encadeados, numa relação de equipolência, formando um único Move de Reação: uma forma de polidez (*muito obrigado*), e duas formas de despedida (*boa-tarde* e *adeus*).

Em resumo, como Atos Interativos, tais expressões (i) podem constituir sozinhas Moves, ou, (ii) junto a outros Atos, numa relação de equipolência, integrar um novo Move, situando-se no início ou no fim dele.

O último aspecto referente às formas de saudação, despedida e polidez, enquanto Atos Interativos, que merece atenção, é sua forte relação com o Componente Contextual do modelo de interação verbal. O Componente Contextual abriga informações provenientes da situação discursiva e, assim, atua na variabilidade de alguns Atos Interativos. Por exemplo, a escolha das formas de saudação *bom-dia*, *boa-tarde* e *boa-noite* dependerá, em português, do momento do dia em que ocorre a interação; por outro lado, a escolha entre um *Oi!* ou um *Bom-dia!* pode subordinar-se a questões de ordem sociais, ou melhor, ao grau de formalidade entre os interlocutores. Por fim, *obrigado* ou *obrigada* depende do gênero (sexo) do Falante, também uma informação contextual.

Vocativos

Dik (1997b) classifica o vocativo como *Constituinte Extraoracional de Chamamento e de Enderaçamento*, pertencente ao monitoramento da interação, já que apresenta a função de interpelar o Destinatário. Hengeveld e Mackenzie (2008) o definem como uma classe especial de Atos Interativos, uma vez que, para sua realização, necessitam de um Falante, um Destinatário e uma Ilocução.

Para a GDF, tal classe, quando usada no início de um segmento discursivo, serve para ganhar a atenção do Destinatário e, quando usada no curso do discurso, assinala a contínua orientação por parte do Falante em relação ao Destinatário (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 81). Há dois subtipos de Atos Interativos Vocativos: o Interpelativo e o Designativo, exemplificados respectivamente em (19) com a partícula *ó* e (20), com *senhora Maria*.

(19) L₁: nunca! nem quando eu era ca[...], mocinha, garota, nunca tive ciúmes, não. porque não, não dá, sabe, **ó** Maria Lúcia, você habitua mesmo, você não te[...], acho que você no final, você mesmo que seja uma criatura ciumenta você, no final, você acaba se acomodando no, deixando de ser ciumenta, entendeu, (Bras80: NadaCiumenta)

(20) L₁: pois é. Então como é que se fazia o pão, **senhora Maria**?
L₂: ora fazia-se o pão; quando era de trigo da terra, peneirava-se a farinha duas vezes e ao depois é que se deitava dentro da vasilha. (PT94: AmassarCozer)

Os elementos negritados em (19) acima e em (21) abaixo são chamados por Guerra (2007) de MDs Interpelativos. Estando no início do segmento discursivo (Move), apresentam a função de interpelar o Destinatário. Tal aspecto interativo e essa forte orientação ao Destinatário, que os diferencia dos Atos iniciadores de Move, é reforçada pela presença de vocativos, elementos de chamamento.

(21) L₁: aquelas coisas de pau que se assentá[...], que, onde assentam na, as linhas, eu, a[...], eu acartei muito disso. à noite, quando foi à ceia, digo assim “**ó** tio Afonso, carambas, hoje, hoje é que vi uma cabra, tão linda, lá em cima, no, no atalho do cemitério de Vilela”. (PT95:Bruxedos)

Já os Atos Interativos Vocativos Designativos ocorrem tanto no início (cf. (22)), como inseridos (cf. (23)) ou finalizando um Move (cf. (24)). Como explicitado acima, além da função de ganhar a atenção do Destinatário, esse Ato assinala a contínua orientação em direção ao Destinatário, caracterizando-o, como mostram claramente os exemplos.

(22) L₁: *ó, ó* **Zizi** dá-me aí o prato pequeno, faz favor, olha... (CV95: ColherPanela)

(23) L₁: certo! hum, hum. e escuta, **dona Nadir**, depois que o, que ma[...], daqui a alguns anos e tal, quando todos os filhos da senhora já estiverem casados e tal, a senhora, a senhora e o marido pretendem fazer o quê? (Bras80: ViverComOutros)

(24) L₁: aí dá en[...], para entender mais o jeitão do mineiro, não é,
L₂: o que é que você acha que é o jeitão do mineiro, **Heloiza**? (Bras80: Arte Urbana)

Respostas Curtas (ou *feedbacks*)

Respostas curtas também pertencem ao Monitoramento da Interação (DIK, 1997b, p. 385), uma vez que sinalizam a concordância, ou sugerem que o que é dito está

sendo recebido pelo Destinatário. São denominadas por Urbano (2006) de *feedbacks*, e definidas como “partículas retroalimentadoras” que, produzidas ao longo da interação pelos enunciadores, sinalizam o acompanhamento do desenrolar discursivo, isto é, ao produzir um *feedback*, o enunciador sinaliza ao outro enunciador que está acompanhando o desenvolvimento do discurso e, ao mesmo tempo, o incentiva a continuar, conforme se observa em (25), (26) e (27).

- (25) - conta para gente como você faz a sua carne assada. dá a receita para mim.
- ah! eu to[...], eu faço só de patinho.
- **sei.**
- eu compro um peso bom de patinho, redondo, não é,
- **hum, hum.**
- e ali eu meto o facão assim por dentro, boto um, pego um paio e coloco assim por dentro, do outro lado eu boto um pedaço de toucinho fumeiro
- **hum, hum.**
- aí, ponho para o fogo para assar, com bastante óleo, não é,
- **sim.**
- bo[...], ah, diminui o fogo, não boto nem um pinguinho de água. (Bras80: A Macarronada)
- (26) - mas não acha que agora dá mais apoio, se calhar, que os irmãos, não?
-> sim! agora está aqui
- **ah!**
-> na, mora aqui pegado mesmo
- hum, hum. (PT95: JuventudeOntemHoje)
- (27) L₁: é como as cartolas
L₂: **pois.**
L₁: eram mais...
L₂: já estou a ver como é que é. com arcos de ferro e tudo. (PT94: AmassarCozer)

Atuando como heteromonitores, tais expressões constituem

o único conjunto de marcadores que é produzido pelo ouvinte, o qual, ao produzi-los desacompanhados de qualquer sequência, não só retroalimenta a própria produção do falante, como também o mantém no seu papel conversacional de falante, consequentemente mantendo-se como ouvinte. (URBANO, 1999, p. 228)

Dessa forma, tais elementos desempenham, em relação ao todo da interação, uma função fática, o que caracteriza seu valor não lexical, dado o seu “esvaziamento semântico”. Os exemplos mostram que essas expressões apresentam uma Ilocução Interativa (a função fática), e ocorrem na presença de um Falante e um Destinatário, devendo, por isso, serem consideradas Atos Interativos.

Esses atos constituem o que se denomina na GDF Moves de Reação, já que ocorrem sozinhos no turno de um dos interlocutores, com a única função de incentivar a continuidade do discurso, e não se constituem como uma tentativa por parte do Destinatário de obter o turno (cf. DIK, 1997b, p. 386).

Formas de execução do discurso

Além das formas de Monitoramento da Interação, Dik (1997b, p. 384 e 405) chama a atenção para Constituintes Extraoracionais relacionados à Execução do discurso, que

desempenham um papel na expressão do conteúdo discursivo. São assim classificados (i) os *tags*, aos quais, seguindo Guerra (2007), acrescentamos (ii) os injuntivos.

Os *tags*

Os *tags* são denominados por Guerra (2007) de *checkings* e, por Urbano (2006), de partículas de Busca de Aprovação Discursiva (BAD). Segundo Urbano (2006), esses itens (i) expressam uma nítida orientação por parte do falante em direção ao ouvinte, por meio da busca de uma aprovação discursiva, (ii) ocorrem em final de unidade comunicativa ou em final de turno, (iii) apresentam independência sintática, (iv) são prosodicamente autônomos, (v) apresentam esvaziamento morfossintático e semântico e (vi) sua função básica é de busca de aprovação discursiva do falante, uma espécie de automonitoramento de sua fala. Para Urbano (2006), trata-se de Marcadores Discursivos basicamente interacionais, conforme se observa em (28), (29), (30), (31), (32) e (33).

- (28) L₁: sei.
L₂: não come menos que dois, três, o garoto
L₁: poxa, é muito ovo, **heim?** (Bras80: A Macarronada)
- (29) - a casa fica assim no centro do terreno?
- fica no centro dum terreno alto. quer dizer, ela de cima, ela fica, ela pode ver todo o resto da fazenda, **certo?** (Bra80:Fazenda)
- (30) - então eu acho que numa terapia que, o que... segue Freud, né, a linha psicanalítica, talvez eu pudesse até descobrir, não é, algum problema [...], alguma coisa, **entendeu?**, (Bra95:MuitoIguaisDiferentes)
- (31) então, tanto é que eles adoptam muito, tem leis que eles, tem caso de lei que a gente teve que estudar a lei mas que não vale mais porque o costume não aceitava a lei, **sabe?**, (Bras80: MundoDireito)
- (32) - só! Só café! às vezes o outro, o caçula é que fala “pai, vamos fritar” quando eu não estou aí, que eu saio às vezes lá fora, **né?**, (Bras80: A Macarronada)
- (33) -> eh, não chega ao campo. e, por outro lado, é que as pessoas vêm para a cidade um bocado para procurar isso, e uma melhor qualidade de vida, porque de facto está na cidade, **não é?**, (PT95: GrandesCidades)

Essas expressões compartilham a propriedade de constituírem perguntas retóricas: como não pressupõem uma resposta do interlocutor em termos de conteúdo semântico, constituem, na verdade, uma solicitação do falante para que o interlocutor lhe dê aprovação para continuar seu discurso.⁸

Observando os exemplos acima, nota-se que, buscando aprovação discursiva, esses elementos preenchem as posições de Falante, Destinatário e apresentam uma Ilocução interativa, o que os caracteriza como Atos Interativos. E, estando ligados a um evento discursivo maior, são Atos Interativos que se posicionam depois do Ato para o qual busca a aprovação discursiva, numa relação de equipolência.

⁸ Vale ressaltar que há uma diferença entre o Português Brasileiro e o Português Europeu, Africano e do Timor-Leste quanto ao comportamento de *né?*: no primeiro, o item desgastou-se foneticamente mais do que nos outros, que ainda proferem “não é?” em vez de “né?”.

Os Injuntivos

Além dos *checkings*, Guerra (2007) inclui entre os MDs alguns elementos que denomina **injuntivos**. Segundo a autora, são partículas que, por guardarem formas de uma força ilocucionária imperativa e, assim, definirem-se pela forte presença de uma injunção, envolvem claramente o Falante e o Destinatário num canal comunicativo, conforme se observa em (34) a (37).

- (34) - então, ela dizendo para mim. eu digo “**olha**, vou lhe explicar, dona Severina: seus sobrinho vão daqui para lá. quando a pessoa está no Rio, manda chamar e acolhe a, tal. mas o rapaz sai daqui para lá para procurar emprego, não encontra, é do ambiente que ele vive. eu sei o que é. eu sei o” (Bras80: Bichinho)
- (35) - sabe, eu brinco de lutar com meu, com meu filho, caramba! meu pai nunca me permitiu. agora, ah, sabe, eh, sei lá! Essa geração de hoje em dia está meio estranha. muito, mesmo. depois, então, que apareceu essa série de, de troços aí. **olha**, eu sempre gostei de uma coisa, de duas coisas, desde que eu, q[...], que eu me conheço. eu com... dez anos de idade, eu conheci um cigarro, comecei a fumar de brincadeira, não sei o quê, estou aí até hoje, com trinta e dois anos eu fumo. (Bras80: CriarFilhos)
- (36) - e na sua opinião, como é que isto vai evoluir para o futuro?
-> eu, eu não sei. **olhe** que, preocupa-me muito isto. porque daqui, mas também digo: as telenovelas brasileiras têm tido grande influência nisto. eu acho que, ou, eu não sei, o senhor doutor não se perde com as telenovelas mas, nós agora, entretemo-nos. eu vejo que não há rapariguinha nenhuma de treze, catorze anos que sim, que seja enfim uma, uma, uma rapariguinha s[...], s[...], s[...], direita, séria. e estão mortinhas por, por conhecer toda a vida etc, etc. ora isto, as de cá também vêem isto. (PT95: JuventudeOntemHoje)
- (37) - agora, eu acho que, **veja**, eu estava vendo um, um artigo sobre as múltiplas delegacias que existem actualmente, certo, ah, então, aí eu estava era, eu mesmo não conhecia essas de[...], delegacias, e qual era a real função de cada uma delas, né, não sabia. Elas existem, estão aí. então, sabe, eu acho que a coisa começa aí. (Bras87: EconomiaSociedade)

Com esses elementos, o Falante chama a atenção de seu Destinatário para o novo Move que irá iniciar; tem-se, então, uma espécie de sinalização, por parte do Falante para o Destinatário, de que um novo Move será aberto, para dar continuidade ao discurso e à interação. Junto a tudo isso, o Falante envolve o Destinatário numa injunção, para garantir que este acompanhe o avanço discursivo. Como se pode ver, tais estruturas linguísticas definem-se claramente como Atos Interativos que, situados no início do Move, estabelecem uma relação de equipolência com o Ato de conteúdo que os segue.

Considerações finais

Como se vê, os constituintes extraoracionais de monitoramento da interação e de execução do discurso propostos por Dik na GF são reanalisados na GDF como Atos Interativos. Em português, esses Atos Interativos abrigam elementos de classes variadas que, entretanto, apresentam uma propriedade fundamental em comum: o aspecto puramente interacional, ou seja, envolvem apenas a relação Falante/Destinatário.

Os Atos Interativos, por se relacionarem especificamente à interação, são gerados no Nível Interpessoal. Como não apresentam um Conteúdo Comunicado, não têm representação no Nível Representacional. Pelo fato de serem formas invariáveis, não

passam pelo Nível Morfossintático, sendo enviados do Nível Interpessoal diretamente para o Nível Fonológico, onde recebem propriedades fonéticas, fonológicas e prosódicas para a sua articulação. Sua posição no Move é determinada pela função interacional que desempenham.

Além disso, esses Atos podem, sozinhos, constituir Moves (como algumas saudações e os *feedbacks*) ou, numa relação de equipolência com outros Atos, integrar o Move, como os Injuntivos, que se colocam na primeira posição, como Ato inicial de um novo Move, os *checkings*, que se posicionam depois de um Ato, e os Vocativos, que podem ocorrer antes, no meio ou no fim de outro Ato.

Os Vocativos Interpelativos apenas chamam a atenção do Destinatário e, por isso, ocorrem antes do Ato Comunicativo. Os Designativos, por outro lado, além de chamar a atenção do Destinatário, ainda o caracterizam, atribuindo-lhe uma propriedade. Nesse caso podem ocorrer tanto no início, quanto no meio ou final do Move.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part I: the structure of the clause. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

FONTES, M. G. As interjeições como Atos expressivos: uma análise das variedades lusófonas à luz da Gramática Discursivo-Funcional. *Domínios da Linguagem*, Uberlândia, n. 7, p. 97-114, 2010. Disponível em: <http://dominiosdelinguagem.org.br/dominios/>. Acesso em: 30 nov. 2010.

GASPARINI-BASTOS, S. D. Os constituintes extrafrasais na gramática funcional de Simon Dik. *Alfa – Revista de Linguística*, São Paulo, v. 49, n. 01, p. 103-121, 2005.

GUERRA, A. R. *Funções Textual-Interativas dos Marcadores Discursivos*. 2007. 233p. Dissertação (Mestrado em Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São José do Rio Preto.

HENGEVELD, K. The architecture of a Functional Discourse Grammar. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, N. de los A. (Eds.). *A new architecture for Functional Grammar*. Berlin/ New York: Mouton de Gruyter, 2004. p. 01-21.

_____; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2007.

KROON, C. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, J. H.; VISMANS, R. M.; BUTLER, C. S.; GATWARD, R. A. (Orgs.) *Discourse and pragmatics in Functional Grammar*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997. p. 17-32.

MACKENZIE, J. L. The basis of syntax in holophrase. In: HANNAY, M.; BOLKES-TEIN, A. M. (Orgs.) *Functional Grammar and verbal interaction*. Amsterdam/Philadelphia: Johns Benjamins Publishing Company, 1998. p. 267-295.

RISSO, M. S. et al. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: KOCH, I. G. V.; JUBRAN, C. C. S. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 403-426.

URBANO, H. Aspectos basicamente interacionais dos marcadores discursivos. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado 7: novos estudos*. São Paulo: Humanitas; Campinas: UNICAMP, 1999. p. 195-258.

_____. Aspectos basicamente interacionais. In: KOCH, I. G. V.; JUBRAN, C. C. S. (Orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. V. 1. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 497-528.

Construções (coordenadas) adversativas e construções (subordinadas) adverbiais concessivas: pontos de contato e de contraste

(Adversative constructions and concessive constructions:
areas of overlap and contrast)

Renata Margarido¹

Centro de Comunicação e Letras – Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)

renata_mrg@hotmail.com

Abstract. The paper aims at comparing adversative constructions (with *but*) and concessive constructions (with *although*) based on the theory of functional grammar. The results show that, on the one hand, there are areas of overlap between adversative constructions and concessive constructions as they display “relation of preference” (GARCÍA, 1994); on the other hand, the areas of contrast between these constructions result from specific functions fulfilled by a concessive element, such as “margin” (LONGACRE, 2007), “satellite” (DIK, 1989; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988), “enhancement” (HALLIDAY, 2004), “guidepost” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993), “background” (GIVÓN, 1990) and “theme” (GARCÍA, 1994).

Keywords: Theory of Functional Grammar; Adversative Constructions; Concessive Constructions.

Resumo. Com base na teoria funcionalista da linguagem, o objetivo deste trabalho é estabelecer uma comparação entre as construções adversativas (com *mas*) e as construções concessivas (com *embora*). Os resultados alcançados mostram que, por um lado, os pontos de contato entre essas construções se relacionam especialmente à “lei da preferência” (GARCÍA, 1994); por outro lado, os pontos de contraste entre elas são decorrentes da condição particular de “margem” (LONGACRE, 2007), “satélite” (DIK, 1989; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988), “realce” (HALLIDAY, 2004), “guia” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993), “fundo” (GIVÓN, 1990) e “tema” (GARCÍA, 1994) das adverbiais concessivas.

Palavras-chave: Teoria Funcionalista da Linguagem; Construções Adversativas; Construções Concessivas.

Introdução

O objetivo deste trabalho é estabelecer pontos de contato e de contraste entre as construções “coordenadas” adversativas com *mas* e as construções “subordinadas” adverbiais concessivas com *embora*.

Baseia-se, aqui, na teoria funcionalista da linguagem, segundo a qual a língua deve ser analisada levando-se em conta as condições discursivas em que se dá o seu uso. Assim, na análise das adversativas e das concessivas, os fatores sintático e semântico são integrados ao componente pragmático.

Levando-se em consideração esses aspectos, a hipótese que norteia esta pesquisa é a de que os pontos de contato entre as adversativas e as concessivas se relacionam especialmente à “lei da preferência” (GARCÍA, 1994) e os pontos de contraste entre

¹ Este trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado que foi desenvolvida com o apoio da FAPESP.

elas são decorrentes da condição particular de “margem” (LONGACRE, 2007), “satélite” (DIK, 1989; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1988), “realce” (HALLIDAY, 2004), “guia” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993), “fundo” (GIVÓN, 1990) e “tema” (GARCÍA, 1994) das adverbiais concessivas.

A seguir, apresentam-se algumas considerações teóricas, que orientarão a análise das construções adversativas e das construções concessivas.

Construções “coordenadas” (adversativas) e construções “subordinadas” adverbiais (concessivas)

É fato conhecido que, nas gramáticas tradicionais (CEGALLA, 1994; ROCHA LIMA, 1994), estabelece-se fortemente uma dicotomia entre “coordenação” (“independência”) e “subordinação” (“dependência”). Os autores funcionalistas, em geral, colocam em xeque essa dicotomia estabelecida, pois consideram que esses processos sintáticos não são categorias estanques.

Givón (2001, p. 328) questiona a determinação de uma separação rígida entre “coordenação” e “subordinação” porque, para ele, nenhuma oração presente em um discurso coerente é completamente independente de seu contexto local (relação estabelecida entre orações adjacentes) ou global (contexto discursivo mais amplo).

Hopper e Traugott (1994), também questionando tal dicotomia estabelecida tradicionalmente, propõem que três grupos de relações se apresentam em um *continuum*, que pode ser assim representado:

Parataxe	→	Hipotaxe	→	Subordinação
- dependência		+ dependência		+ dependência
- encaixamento		- encaixamento		+ encaixamento

Na parataxe, as orações possuem relativa independência; na hipotaxe, as orações são relativamente dependentes, pois há um núcleo e uma ou mais sentenças que não podem ocorrer isoladamente; na subordinação, há dependência total entre as orações, pois a margem (a oração subordinada) é inteiramente encaixada num constituinte do núcleo. De acordo com tal tipologia, as “coordenadas” correspondem às construções paratáticas e as “subordinadas” adverbiais correspondem às construções hipotáticas.

Halliday (2004), ao tratar da articulação de orações, faz referência ao sistema lógico-semântico, mas, da mesma forma que Hopper e Traugott (1994), estabelece três tipos de processos sintáticos.

Halliday (2004) postula que há dois sistemas que determinam a maneira pela qual as orações se relacionam, o grau de interdependência e o da relação lógico-semântica:

- 1) Sistema do grau de interdependência (sistema tático):
 - a) Parataxe (orações de mesma natureza): um elemento dá início à estrutura oracional e outro dá continuidade a ela.
 - b) Hipotaxe (orações de natureza distinta): um elemento é tido como dominante e outro como dependente na estrutura oracional.

2) Sistema da relação lógico-semântica:

- Expansão²: a segunda oração expande a primeira por meio de elaboração, extensão ou realce.
- Elaboração: uma oração expande a outra especificando ou exemplificando.
- Extensão: uma oração expande a outra acrescentando informações novas ou oferecendo alternativas.
- Realce: uma oração expande a outra qualificando-a com circunstâncias de tempo, lugar, causa, condição, concessão.

Os sistemas de grau de interdependência e de relação lógico-semântica estão inter-relacionados, sendo determinadas, assim, diferentes combinações. De acordo com a classificação proposta, a construção adversativa corresponde à relação paratática de extensão e a construção concessiva equivale à relação hipotática de realce.

Halliday (2004) distingue as relações táticas das relações de encaixamento: aquelas são relações entre orações e estas correspondem a um processo no qual uma oração ou um sintagma funciona como um constituinte **dentro** da estrutura de um grupo, que, por sua vez, é um constituinte de uma oração.

Matthiessen e Thompson (1988) aceitam o postulado de Halliday (2004) de que existem dois tipos de articulação de oração no sistema tático (parataxe e hipotaxe), mas contemplam as orações em um âmbito discursivo. Para os autores, o texto é composto por componentes denominados unidades retóricas do discurso. Essas unidades podem apresentar dois tipos de relações, de núcleo-satélite e de listagem, que correspondem, respectivamente, à distinção gramatical entre hipotaxe e parataxe. Na relação de núcleo-satélite, tal como na de hipotaxe, um membro da estrutura oracional é ancilar do outro e, na relação de listagem, assim como na de parataxe, nenhum membro é ancilar do outro.

Atendo-se especificamente à relação de núcleo-satélite, Matthiessen e Thompson (1988) salientam que, nessa relação, certas porções do texto (os núcleos) representam os objetivos centrais do emissor e outras (os satélites) trazem os objetivos suplementares.

Dik (1989), tal como Matthiessen e Thompson (1988), atribui ao elemento adverbial o caráter de “satélite”. O autor faz a distinção entre argumento (elemento requerido pelo predicado) e satélite (elemento que traz informação opcional).

Longacre (2007) atribui um papel semelhante ao de Dik (1989) ao elemento adverbial, denominando-o de “margem”. Para o autor, a sentença é formada por núcleo (parte característica da sentença) e margens (elementos subordinados às partes sentenciais restantes).

A partir do que foi exposto, fica patente que as construções estudadas têm graus diferentes de integração sintática, o que não significa que possa ser estabelecida uma separação rígida entre elas. Observa-se, ainda, que a oração hipotática adverbial concessiva, por ser satélite (ou margem), possui uma função que lhe é particular: a de atuar como uma porção que se encontra em um diferente “nível” em relação àquela que lhe serve de núcleo, sendo, portanto, elemento adicional na frase. Mostra-se, também, que, na análise das construções “coordenadas” adversativas e das construções “subordinadas” adverbiais concessivas, alia-se o aspecto sintático ao discursivo.

² Desconsidera-se, aqui, a relação de projeção, que não será tratada neste trabalho.

A condução argumentativa nas construções adversativas e nas construções concessivas

Nesta seção, passa-se a tratar da natureza argumentativa das construções adversativas e das construções concessivas, o que permitirá contemplar, sobretudo, as afinidades existentes entre elas.

Ducrot (1981) diz que a frase pode conter expressões que, além de seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, conduzindo o destinatário a uma certa direção. É o caso das adversativas e das concessivas.

Ducrot e Vogt (1980) mostram que, na construção adversativa, o *mas* conduz a conclusões contrárias. Na frase *Ele é inteligente, mas estuda pouco* (DUCROT; VOGT, 1980, p. 104), o argumento da proposição *p* (*ele é inteligente*) aponta para a conclusão *r* (*estuda bastante*) e o argumento da proposição *q* (*estuda pouco*) aponta para uma conclusão não-*r* (*não estuda bastante*), ou seja, contrária à conclusão *r*.

A construção concessiva também pode ser representada por esse esquema argumentativo, como aponta Camarero (1999, p. 189). Na frase *Embora um perigo desta nova medicina seja o fato de ela provocar em alguns uma visão simplista e enganosa da natureza humana, seu objetivo principal é admirável [...]*, o argumento da proposição *p* (*esta nova medicina de bem-estar pode forjar uma visão simplista e enganosa da natureza humana*) orienta para a conclusão *r* (*esta medicina pode ser prejudicial*), mas o argumento da proposição *q* (*seu objetivo principal é admirável...*) conduz para a conclusão não-*r* (*esta medicina é benéfica*).

A diferença fundamental entre a adversativa e a concessiva, como aponta Camarero (1999), está no argumento que se destaca: em geral, a oração adversativa traz argumento forte (aquele que se faz prevalecer) e a oração concessiva apresenta argumento fraco (aquele que não se faz prevalecer).

Além disso, cada construção constitui uma estratégia argumentativa particular. Guimarães (1981) considera que a estratégia do *mas* é a de frustrar a expectativa e a do *embora* é a de manter a expectativa. Na estrutura *A, mas B*, diz-se algo que pode ser assumido como argumento válido e, em seguida, nega-se a validade de tal argumento, pois se apresenta outro argumento que aponta para a conclusão oposta. Na estrutura *Embora B, A*, ao contrário, apresenta-se um argumento para uma conclusão já antecipando que prevalecerá o outro argumento que será apresentado.

Por outro lado, as adversativas e as concessivas se assemelham por serem ambas incluídas na “lei da preferência” (GARCÍA, 1994). A preferência pode ser explicada da seguinte maneira: o ouvinte entende um certo sentido ilocucional emitido pelo falante e acrescenta a disposição de responder de uma certa maneira no turno seguinte segundo seu conhecimento das convenções sociais e das circunstâncias.

No caso das concessivas, na relação concedente (oração adverbial concessiva) + concedido (oração nuclear), o concedente, que revela o conjunto de convenções sociais e culturais, preferiria o contrário do que é dito no elemento concedido. No entanto, o sujeito da enunciação, que também participa do sistema de preferências, pode ter uma preferência individual, contrária à social. Assim, na frase *Embora neve, sairei* (GARCÍA, 1994, p. 169), a oração concessiva ativa a ideia de que nevar é, segundo as convenções sociais e culturais, condição para impedir que alguém saia, e a oração nuclear expressa uma antipreferência

(não é a preferência social que se mantém, mas a individual), desautorizando a ideia ativada na oração precedente.

No caso das adversativas, não é a relação de antipreferência (restrição desprezada) que se mantém, mas a de preferência (restrição mantida). Na frase *Ele ganha pouco, mas trabalha* (GARCÍA, 1994, p. 348), o que se impõe é a preferência representada pela implicação que se extrai do segmento adversativo (não está parado, tem trabalho).

A partir do que foi explicitado, nota-se que ambas as construções estudadas são argumentativas, sendo incluídas na lei da preferência. Por outro lado, cada construção constitui uma **estratégia** argumentativa particular.

A organização das construções adversativas e das construções concessivas no fluxo de informação

De acordo com Chafe (1987), o fluxo de informação se refere ao modo como o conteúdo do enunciado é empacotado e apresentado ao interlocutor. Essa organização de enunciados se dá de acordo com as intenções comunicativas do locutor.

Um dos aspectos do fluxo de informação que tem sido discutido diz respeito ao estatuto informacional: faz-se distinção entre informação conhecida – que é textualmente/situacionalmente evocada ou que é inferível a partir de entidades já evocadas ou outras entidades inferíveis no discurso – e informação não conhecida – que é introduzida pela primeira vez no discurso (PRINCE, 1981).³

É consenso entre autores funcionalistas, como Givón (1990) e Chafe (1984 apud DECAT, 1993), que, no fluxo de informação, segue-se o princípio de ordenação linear: em geral se parte de uma informação conhecida para uma informação não conhecida. Isso levaria a pensar, por exemplo, que a oração adversativa, por ocorrer sempre na posição posposta, traz geralmente informação não conhecida e que a oração adverbial concessiva, por poder aparecer em diferentes posições sintáticas, apresenta informação conhecida quando vem em posição inicial e informação não conhecida quando ocorre em posição final. Mais adiante, mostra-se que isso pode ser questionado.

Outro aspecto referente ao fluxo de informação é o relevo informativo, representado pelo par *figura* (linha principal do enunciado) / *fundo* (porção adicional) (GIVÓN, 1990). McClure e Geva (1983) indicam que *but* (*mas*) introduz informação saliente (atuando como figura) e, *although* (*embora*), informação menos saliente (funcionando como fundo). Tal fato não surpreende, pois, geralmente, a oração adversativa introduz argumento forte e a oração concessiva traz argumento fraco.

Na questão do fluxo de informação, estão envolvidas também as funções discursivas desempenhadas pelos segmentos, como a de “guia” e a de “adendo” (CHAFE, 1984 apud DECAT, 1993).

A informação trazida na oração adverbial anteposta pode atuar como “guia”, orientando o conteúdo que será veiculado no segmento subsequente da construção. Por

³ Prince (1981) propõe as categorias *informação nova*, *evocada* e *inferível*, determinando subcategorias para cada uma delas. Aqui, o par *informação conhecida* / *informação não conhecida* é utilizado para fins metodológicos.

outro lado, como mostra Decat (1993), a posposição das hipotáticas adverbiais, como decorrência da necessidade de realçar/emoldurar, faz com que certas ocorrências se assemelhem a adendo, que constitui uma pós-reflexão sobre aquilo que já foi enunciado. Saliente-se, no entanto, que, das funções referidas, é especificamente a de guia que é particular das hipotáticas adverbiais (concessivas), pois se manifesta em segmentos que aparecem na posição inicial. Por outro lado, a função de adendo também pode se manifestar no segmento adversativo, como mostra Martelotta (1998).

Para a comparação entre as adversativas e as concessivas, é considerada, ainda, a relação *tema/remã*. Consoante García (1994), o tema é caracterizado prioritariamente por ser conhecido e subsidiariamente por ser inicial, ao passo que o remã se define prioritariamente por ser não inicial e subsidiariamente por ser novo.

García (1994) mostra que expressões como *tinha medo / me dominei* são organizadas de duas maneiras: com ênfase no **tema** (*embora tivesse medo, me dominei*) ou no **remã** (*tinha medo, mas me dominei*). Dessa forma, a opção pelo uso de uma das construções tem a ver com as estratégias utilizadas: ou se reitera um tema implícito (caso das concessivas) ou se reforça um remã implícito (caso das adversativas).

Essas questões aqui tratadas demonstram que, quando está em questão o fluxo de informação, as adversativas e as concessivas podem ser comparadas no que diz respeito à distribuição de informação (elemento conhecido/ elemento não conhecido), ao relevo de informação (figura/fundo), à articulação tema/remã e às funções discursivas.

Análise das construções adversativas e das construções concessivas em editoriais

Na análise a ser empreendida, que tem como objetivo comparar as adversativas com *mas* e as concessivas com *embora*, selecionaram-se editoriais dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

Coletaram-se editoriais do dia 12 de novembro de 2007 ao dia 31 de dezembro de 2007, totalizando 172 editoriais. Esse recorte, no entanto, não se mostrou suficiente, pois o número de concessivas (36 ocorrências) foi bem inferior ao de adversativas (315 ocorrências). Devido a isso, recorreu-se a um *cópus* de controle (com 72 ocorrências de concessivas), que, juntamente com o inicial, totaliza 336 editoriais.

A opção por editoriais se deu pelo fato de esse gênero discursivo ser essencialmente argumentativo, o que, em princípio, favoreceria a ocorrência das adversativas e das concessivas, para observação mais ampla desse campo de expressão.

Segundo Armañanzas e Noci (2000), no editorial, deve-se tomar partido, mostrando o que está bom ou ruim no mundo a fim de convencer o leitor. Acrescente-se que, como diz Santamaría (1990 apud Armañanzas; Noci, 2000), o bom editorial requer a competência do leitor em relação aos três estilos da retórica literária: descritivo, narrativo (encaminhados à seleção de dados) e argumentativo (que proporciona ao leitor o conhecimento retórico mais que lógico). Tais estilos são o que Travaglia (2002) denomina de tipos de texto: descritivo (caracteriza-se; diz-se como é), narrativo (relatam-se os fatos) e dissertativo (busca-se avaliar, expor ideias para dar a conhecer).

Cada tipo textual apresenta, em primeira instância, uma função predominante, de acordo com o gênero no qual se insere. Segundo Neves (no prelo), há funções como a constativa, a avaliativa/opinativa, a questionadora, a relativizadora e a justificativa.

Outra consideração a se fazer é a de que, nas porções dos textos, como se mostrou anteriormente, encontram-se tanto informação conhecida quanto informação não conhecida.

Levando-se em conta esses aspectos, na análise dos dados observam-se o tipo textual, a função textual e o estatuto informacional presentes em ambos os segmentos das construções estudadas para identificar as motivações de uso de cada uma delas. Ademais, verifica-se se o segmento concessivo e o adversativo manifestam alguma função discursiva, fazendo com que se produzam efeitos de sentido particulares. Nesse exame, considera-se, ainda, o uso argumentativo dessas construções, tratando-se das possíveis estratégias utilizadas pelo locutor para reforçar argumento defendido.

Construções adversativas e construções concessivas: inserção textual e uso argumentativo

Volta-se, aqui, aos tipos textuais – o dissertativo, o narrativo e o descritivo (TRAVAGLIA, 2002) – para vê-los no editorial. Por outro lado, também já se indicou que os tipos textuais cumprem certas funções, como a constativa, a avaliativa/opinativa, a justificativa e a relativizadora (NEVES, no prelo).

A primeira observação a se fazer é referente ao critério identidade x não identidade de tipo textual e função textual nos segmentos das adversativas e das concessivas.

Nas adversativas, em relação ao tipo textual, verifica-se que em 95% dos casos (298 ocorrências) há identidade de tipo textual nos segmentos e em 1% (4 ocorrências) não há identidade. Identificaram-se, ainda, 4% de adversativas (13 ocorrências) nas quais o critério identidade x não identidade de tipo textual não é verificável. Nesse último caso, a porção inicial da construção adversativa apresenta mais de um tipo textual por constituir um conjunto de enunciados ou um parágrafo (ou parte dele). Aí a natureza paratática das adversativas influi, pois é próprio dos segmentos paratáticos unir porções maiores do texto (dada a relação “frouxa” estabelecida entre os segmentos).

A maior frequência de adversativas que trazem identidade de tipo textual nos segmentos se deveria ao fato de que essas construções estabelecem um contraste, o que envolve, necessariamente, uma comparação entre elementos. É de esperar que os elementos comparados tenham alguma aproximação entre si (que pode estar centrada, por exemplo, no tipo textual), embora sejam contrastados.

Nas concessivas se destaca a identidade de tipo textual, que está presente em 100% das ocorrências (no *cópus* inicial e no de controle). Isso também poderia ser explicado pela natureza contrastiva da construção concessiva, no entanto, nesse caso, o caráter hipotático das concessivas também influi de forma determinante, pois não há casos em que não há identidade e em que o critério identidade x não identidade não seja verificável. Isso se justificaria pela existência de maior integração sintática entre os segmentos da construção concessiva, dado o seu caráter hipotático (adverbial).

Quanto à função textual, há 82% de adversativas (258 ocorrências) e 72% de concessivas (26 ocorrências) que apresentam identidade de função nos segmentos. No

cópus de controle, a porcentagem relativa às concessivas se aproxima daquela presente no cópus inicial: há 75% de casos (54 ocorrências) com identidade de função nos segmentos, o que confirma, assim, a diferença observada entre essas construções. Acredita-se que há mais casos de adversativas com identidade de função textual pelo fato de os segmentos dessas construções apresentarem a mesma função sintática, não havendo, assim, uma hierarquia entre eles. Nas concessivas, por outro lado, há uma hierarquia entre os segmentos, representada pela presença de margem e núcleo.

Visto isso, passa-se a tratar dos tipos textuais e das funções textuais presentes nas adversativas e nas concessivas para observar de que forma as particularidades de cada construção influem na determinação de diferentes efeitos de sentido.

Em relação aos tipos textuais, nas adversativas, o mais frequente é o dissertativo (há 215 ocorrências, que correspondem a 72% dos casos), depois vem o narrativo (há 55 ocorrências, que equivalem a 18% dos casos), seguido do descritivo (há 28 ocorrências, que correspondem a 9% dos casos).⁴ Nas concessivas, o tipo dissertativo é o predominante (há 27 ocorrências, que equivalem a 75% do total), depois aparece o narrativo (há 6 ocorrências, que correspondem a 17% do total) e, por fim, o descritivo (há 3 ocorrências, que correspondem a 8% do total). No cópus de controle, há 78% (56 ocorrências), 14% (10 ocorrências) e 8% (6 ocorrências) de concessivas com tipo dissertativo, narrativo e descritivo, respectivamente.

Como se vê, as porcentagens obtidas não diferem tanto de uma construção para outra, o que já era de esperar. O tipo dissertativo seria predominante pela natureza essencialmente argumentativa do editorial (e das próprias construções estudadas) e o narrativo apareceria com relativa frequência porque, no editorial, relatam-se os fatos ocorridos (contextualizando-os) para, em seguida, opinar sobre eles.

Feitas essas observações, interessa observar os efeitos de sentido produzidos em cada construção. Para tanto, passa-se a analisar ocorrências de adversativas e de concessivas que trazem o tipo textual predominante no cópus: o dissertativo.

Nota-se que, na maioria das adversativas e das concessivas com tipo dissertativo, a função textual predominante é a avaliativa/opinativa: ela aparece em 79% das adversativas e em 70% das concessivas (no cópus inicial e no de controle). Tal resultado se explicaria pelo fato de que, no editorial, para justificar um ponto de vista, deve-se apresentar avaliações sobre os fatos relatados. Vejam-se estas ocorrências:

(01) *A obra é muito discutível, **mas** a atitude do bispo é indefensável.* (OESP, 21/12/07)

(02) ***Embora** o caráter protecionista da medida seja óbvio, seria ocioso bradar contra ela.* (FSP, 17/12/07)

Em ambos os casos, no primeiro segmento reconhece-se uma possível avaliação do interlocutor para, em seguida, fazer prevalecer a avaliação do locutor. Nas duas construções, a “preferência” (GARCÍA, 1994) se mantém em apenas um dos segmentos: em (01), o locutor pretende chamar a atenção para a atitude reprovável do bispo e, em (02), o locutor objetiva dar destaque ao fato de ser ocioso bradar contra a medida protecionista. A diferença

⁴ Apresentam-se, aqui (e no decorrer desta análise), os dados referentes às construções adversativas que trazem **identidade** de tipo textual nos segmentos.

é que, na concessiva, pela anteposição do segmento adverbial, antecipa-se que se fará objeção à primeira avaliação apresentada, reforçando-se, assim, o argumento defendido pelo locutor.

É interessante notar que, na maioria das concessivas com avaliação/opinião, o segmento adverbial vem na posição anteposta (em 68% e em 71% dos casos no *cópus* inicial e de controle, respectivamente).

No entanto, a predominância da posição anteposta não parece estar relacionada somente à função textual, pois, do total de concessivas, 61% e 67% no *cópus* inicial e de controle, respectivamente, aparecem na posição anteposta. A predominância dessa posição é decorrente, sobretudo, do gênero discursivo em que as concessivas estão presentes. Como diz Beltrão (1980), no editorial há que pensar como pensariam os opositores sobre o assunto discutido, antecipando-se às críticas e destruindo previamente as objeções que seriam formuladas do ponto de vista oposto. Assim, parece que a necessidade de antecipar-se às críticas levaria o editorialista a utilizar com mais frequência as concessivas com segmento adverbial anteposto, já que, por meio dessa ordem, é possível acionar a estratégia argumentativa de antecipação.

As adversativas, quando iniciadas por expressões avaliativas/opinativas (ou modalizadoras), também podem causar efeito de antecipação, como se vê nesta ocorrência:

- (03) *É verdade que as condições atuais – em termos de taxa média de juros e prazos – são melhores, mas ainda estão longe do ideal.* (FSP, 27/12/07)

Nas adversativas com antecipação, há diferentes “graus” de adesão do locutor ao argumento do interlocutor: além de *é verdade que*, identificaram-se expressões como *é evidente que*, *é claro que*, *é compreensível que*. Entretanto, a antecipação ocorre em apenas cerca de 7% das adversativas que trazem função de avaliação/opinião, o que se justificaria pelo fato de o segmento adverbial concessivo já ser uma forma “padrão” utilizada para fazer antecipação, dada a sua flexibilidade sintática.

Nas adversativas e nas concessivas, também não é rara a manifestação da função relativizadora,⁵ que está presente nestas ocorrências:

- (04) *O Brasil deveria seguir esse exemplo, mas sem recair no estatismo populista.* (FSP, 29/11/07)
- (05) *Nunca antes neste mundo, parafraçando o presidente Lula, as condições materiais de existência de tantas centenas de milhões de pessoas mudaram espetacularmente para melhor em tão pouco tempo – embora os beneficiários desse salto quântico ainda sejam apenas mais ou menos 1/3 da população de 1,3 bilhão.* (OESP, 22/10/07)

Em ambos os casos há relativização, mas, em (04), ela aparece no segmento que traz argumento forte (no adversativo) e, em (05), no segmento que traz argumento fraco (no concessivo).

Espera-se que o papel de relativizar seja incumbido ao locutor, e não ao interlocutor. Assim, é de estranhar que a função relativizadora apareça no segmento concessivo, pois este traz argumento não defendido pelo locutor. O fato é que em (05) ocorre o que Gouvêa

⁵ Não se apresentam porcentagens atinentes à função relativizadora porque se considera que ela já implica a presença de avaliação.

(2002) chama de “mudança de posição de locutor”, caso em que a voz do locutor aparece, por estratégia, no segmento que traz argumento não defendido pelo locutor. Com essa mudança de posição, pretende-se dar mais ênfase ao rápido desenvolvimento da China do que às conquistas que ainda ocorreriam no país.

Assim, a opção pelo uso de uma construção concessiva com função relativizadora em vez de uma construção adversativa com essa função seria devida à necessidade de fazer prevalecer, por motivações particulares, a voz do interlocutor.

Por outro lado, quando há função constativa nos segmentos das adversativas (em 4% dos casos) e das concessivas (em 14% dos casos no *cópus* inicial e no de controle), pode haver mudança de posição do locutor nas duas construções:

- (06) *Com 25% das intenções de voto, [Marta Suplicy] está em empate técnico com Alckmin, mas vem dizendo que não disputará o cargo.* (FSP, 13/12/07)
- (07) *Embora nada disso esteja sendo feito, o embaixador Hugueney afirmou que “o Mercosul é prioridade absoluta para o Brasil, por isso a negociação tem de tornar compatível a liberalização multilateral com a integração regional”.* (FSP, 12/10/07)

Em (06), o locutor se posiciona no argumento fraco (no segmento inicial), que aponta para a conclusão de que Marta concorrerá à disputa. Esse posicionamento fica ainda mais claro quando se observa uma porção posterior do editorial, que traz a voz do locutor: *A verdade é que os três [candidatos] estão quase condenados a concorrer.* Em (07), a voz do locutor também aparece no argumento fraco (segmento concessivo), que aponta para a conclusão de que o Mercosul não tem sido tratado como prioridade. Pela verificação do trecho que acompanha essa construção concessiva (que traz uma observação do locutor), isso fica ainda mais claro: *O discurso [do embaixador] não comoveu os representantes do Paraguai e Uruguai, os outros membros plenos do Mercosul.*

Nesses casos, o locutor muda de posição para colocar em xeque de forma mais discreta a veracidade das afirmações feitas pelas pessoas entrevistadas. A diferença é que, em (07), utiliza-se a estratégia de antecipação.

Até aqui, tratou-se das funções textuais presentes nas adversativas e nas concessivas com tipo textual dissertativo. Acrescente-se que, no *cópus* analisado, há quatro funções que se manifestam, especificamente, nas adversativas (com tipo dissertativo): a justificativa (2% de ocorrências), a questionadora (2% de ocorrências), a volitiva (0,5% de ocorrências) e a preditiva (2% de ocorrências). Embora tais funções apareçam com pouca frequência, se somadas as porcentagens, elas totalizam cerca de 6% de construções adversativas. Acredita-se que a “ligação” frouxa presente na construção adversativa, decorrente da (relativa) independência entre os segmentos, favorece a presença de um maior leque de funções textuais.

A partir do que foi exposto, nota-se que as adversativas e as concessivas podem apresentar os mesmos tipos textuais e funções textuais, mas as particularidades das adverbiais concessivas (como a flexibilidade de posição sintática) influem para determinar a diferenciação entre estas e as adversativas no que diz respeito ao uso argumentativo.

Construções adversativas e construções concessivas: estatuto informacional

Na análise das adversativas e das concessivas em relação ao estatuto informacional, baseou-se, entre outros aspectos, no critério identidade x não identidade de estatuto nos segmentos de cada construção.

Nas adversativas, há identidade de estatuto nos segmentos em quase 80% dos casos (251 ocorrências). Nas concessivas, por sua vez, há identidade de estatuto nos segmentos em pouco mais de 72% dos casos (26 ocorrências). No *cópus* de controle, registra-se que há identidade em 75% dos casos (54 ocorrências), confirmando os dados obtidos no *cópus* inicial. Acredita-se que é menor o uso de construções concessivas com identidade de estatuto informacional nos segmentos porque, diferentemente do que ocorre nas construções adversativas, os segmentos se encontram em diferentes hierarquias, já que um deles atua como núcleo e, outro, como margem.

Visto isso, passa-se a tratar das diferentes possibilidades de correlação de estatuto informacional identificadas nas construções adversativas e nas construções concessivas.

Observa-se que a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida predomina nas adversativas (aparece em 74% dos casos, correspondendo a 232 ocorrências) e nas concessivas (aparece em 58% dos casos, equivalendo a 21 ocorrências). Os resultados obtidos no *cópus* de controle confirmam essa aproximação entre as construções estudadas: nas concessivas, a correlação referida se manifesta em 65% dos casos, correspondendo a 47 ocorrências. Isso já mostra que, no fluxo de informação, nem sempre se parte de uma informação conhecida para uma informação não conhecida. Acredita-se que é mais frequente a presença da correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida porque, no editorial, prima-se pela concisão e pela brevidade. O editorialista procuraria evitar a reiteração de argumentos para que possa oferecer ao leitor um panorama geral do assunto em pauta.

Por outro lado, verifica-se que há uma maior porcentagem de adversativas que trazem a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida. Isso se explicaria pelo fato de essas construções aparecerem com mais frequência em partes do editorial nos quais há contextualização de fatos (ao contextualizar, trazem-se, em geral, informações que se supõe serem necessárias para que o leitor se situe).

Apresentam-se, a seguir, ocorrências de adversativas e de concessivas com correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida:

- (08) [...] *Agora, o presidente fala em fim de novembro e em projeto mais simples, que muda muito pouco o sistema atual e não trata da guerra fiscal.*
Mas, também, mudar para quê? (OESP, 26/11/07)
- (09) *Lula, aliás, só toca no assunto quando provocado pela imprensa, embora seja certo que esse tipo de “provocação” lhe dá a maior alegria.* (OESP, 06/11/07)

No *cópus* analisado, constata-se que, quando está presente esse tipo de correlação, pode haver a função de adendo no segmento adversativo e no segmento concessivo, tal como ocorre em (08) e em (09). Essa função discursiva contribuiria para reforçar o argumento apresentado no segmento no qual ela está presente.

Pode-se argumentar que o adendo, por constituir informação adicional, não seria utilizado para colocar em destaque um argumento. No entanto, o fato de o adendo ser uma informação adicional não significa que essa informação não possa ter relevo; pelo contrário, em geral há relevo sugerido (como nos casos citados).

Até mesmo quando está presente no segmento concessivo, que atua mais caracteristicamente como fundo, o adendo não serve, simplesmente, como uma informação adicional. Parece que a necessidade de colocar em relevo um novo argumento (que se “sobrepõe” a outro argumento novo), por meio da utilização de adendo, explicaria a significativa frequência de concessivas pospostas com adendo (17% e 27% no cópulus inicial e no de controle, respectivamente) nos casos em que está envolvida a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida. No cópulus examinado, verifica-se, assim, que, especificamente quando traz adendo, o segmento concessivo funciona como figura, e não fundo, aproximando-se do comportamento do segmento adversativo, que atua frequentemente como figura.

Como se mostrou, nos casos em que a construção adversativa traz a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida, o segmento adversativo também pode funcionar como adendo. No entanto, acrescenta-se aqui que isso ocorre em apenas cerca de 2% das ocorrências.

Nota-se que o segmento concessivo posposto atua mais frequentemente como adendo do que o segmento adversativo, o que se explicaria pelo caráter de “realce” (HALLIDAY, 2004) do segmento adverbial concessivo. Como diz Decat (1993), estabelece-se essa função quando há necessidade de realçar, de emoldurar.

A correlação entre informação conhecida e informação conhecida também se manifesta nas adversativas (em 6% dos casos, correspondendo a 20 ocorrências) e nas concessivas (em 14% dos casos, equivalendo a 5 ocorrências). No cópulus de controle, há 10% de concessivas, que equivale a 7 ocorrências. Quando há esse tipo de correlação, em geral se remete a argumentos centrais do editorial (argumento e contra-argumento), que constituem conclusão ou encaminham para a conclusão do editorial.

No cópulus examinado, observa-se, ainda, que, quando não está envolvida a identidade de estatuto informacional, nas adversativas é mais frequente a correlação entre informação não conhecida e informação conhecida (em 14% dos casos, que correspondem a 43 ocorrências) e nas concessivas é mais comum a correlação entre informação conhecida e informação não conhecida (em 22% dos casos, que equivalem a 8 ocorrências). No cópulus de controle, esse resultado se confirma: há 19% de concessivas, que correspondem a 14 ocorrências).⁶

Quando há correlação entre informação não conhecida e informação conhecida, o segmento adversativo, por vezes, apresenta conclusão, remetendo a argumentos centrais do editorial (defendidos pelo locutor):

- (10) [...] *manifestamos nossas dúvidas de que uma promessa que ele [Lula] já fez várias vezes, sem a preocupação de cumpri-la, seria cumprida agora. Aliás, não é só em questões tributárias que o presidente costuma dar o dito pelo não dito, com uma despreocupação que só se explica pelo estado de euforia em que vive.*

⁶ Quando há segmento concessivo intercalado, ele é considerado como primeiro segmento, pois, para saber se a informação do segmento nuclear é conhecida, deve-se ter todo o conteúdo desse segmento.

[...] *Deu tudo errado no projeto piloto [...] e se verificou que o plano não tinha pé nem cabeça num país onde a maioria das escolas não tem computadores. Nesse meio tempo, o Ministério da Educação [...] conseguiu que 80% dos estabelecimentos [...] repassassem regularmente informações sobre o comparecimento dos alunos. Mas, inebriado pela sua popularidade, Lula vai continuar prometendo, despreocupado com as possibilidades de cumprir.* (OESP, 28/11/07).

Uma das definições oferecidas em dicionário (BORBA, 2002) ao termo *conclusão* é *opinião definitiva*. Assim, é possível afirmar que a conclusão presente no segmento adversativo destacado em (10) deixa em ainda maior evidência o argumento defendido pelo locutor. Nas adversativas, a reiteração de informação especificamente no segundo segmento, que traz argumento forte, ocorreria para compensar o fato de que, nessas construções, dada a posição fixa do segmento adversativo, não se opera em geral antecipação, mecanismo que em si reforça o argumento defendido pelo locutor. Isso explica por que existe um número relativamente maior de adversativas do que concessivas que trazem a correlação entre informação não conhecida e informação conhecida.

Lembre-se de que, no *cópus*, a maioria das concessivas traz segmento adverbial anteposto. Quando está envolvida a correlação entre informação conhecida e informação não conhecida, 75% e 71% das concessivas no *cópus* inicial e no de controle, respectivamente, aparecem na posição anteposta. Reitere-se que, por meio da anteposição do segmento concessivo, já se reforça argumento defendido, não havendo a necessidade de destacá-lo por meio de outro mecanismo, como a reiteração de informação no segmento que traz argumento defendido.

A seguir, mostra-se um trecho em que a construção concessiva apresenta correlação entre informação conhecida e informação não conhecida:

- (11) *Nem os sinais de aceleração da economia americana, nem o dólar barato que desestimula as exportações, nem os juros altos [...] assustam a indústria brasileira. Seus investimentos estão crescendo e muitas empresas estão dispostas a investir ainda mais no próximo ano. [...] a indústria brasileira projeta um 2008 melhor que 2007.*

[...] *Embora não iniba os investimentos, a desvalorização do dólar está as empresas a mudar suas políticas.* (OESP, 03/12/07)

Em casos como esse, o segmento adverbial concessivo anteposto atua como fundo, guia, orientando novo conteúdo a ser apresentado por meio de resumo (do conteúdo apresentado anteriormente), por exemplo. Assim, a posição anteposta das concessivas favoreceria a retomada de informações: retomam-se informações para, em seguida, orientar novo conteúdo a ser apresentado. Tal fato justificaria a maior frequência da correlação entre informação conhecida e informação não conhecida, em vez da correlação entre informação não conhecida e informação conhecida, nas construções concessivas do *cópus* examinado.

A partir dos resultados obtidos, é possível fazer, ainda, outras observações gerais a respeito das construções em estudo. Os segmentos adverbiais apresentam informação conhecida com maior frequência que os adversativos: aqueles trazem esse tipo de informação em 36% dos casos (e em 50% das ocorrências no *cópus* de controle) e estes em 20% dos casos. Além disso, na maioria das vezes (em cerca de 69% e em quase 64% de ocorrências no *cópus* inicial e no de controle, respectivamente), o segmento adverbial que traz informação conhecida vem na posição anteposta.

Isso leva a pensar que, de certa forma, as concessivas e as adversativas podem, de fato, ser distinguidas em relação à dicotomia tema x rema, tal como propõe García (1994). Por outro lado, os resultados mostram que, na distribuição de informação, nem sempre se segue o princípio de ordenação linear, pois tanto nas construções adversativas quanto nas construções concessivas predomina a correlação entre informação não conhecida e informação não conhecida. Assim, pode-se dizer que, entre outros aspectos, o contexto de uso influi para a determinação do tipo de correlação presente nas construções em estudo.

Pelo que foi exposto, observa-se que as adversativas e as concessivas podem, de fato, ser distinguidas no que se refere a estes aspectos: distribuição de informação, relevo informativo, articulação tema/rema e funções discursivas.

Considerações finais

Neste trabalho, objetivou-se, com base na teoria funcionalista da linguagem, identificar as semelhanças e as diferenças entre as construções adversativas com *mas* e as construções concessivas com *embora*.

Na análise dos dados, verificou-se que tanto as adversativas quanto as concessivas são incluídas na lei da preferência, pois, nas duas construções, um dos argumentos apresentados se mantém: aquele que é defendido pelo locutor. Observou-se também que, por vezes, devido a motivações particulares, em ambas as construções pode haver mudança de posição do locutor, caso em que o argumento sobre o qual se mantém a preferência é o do interlocutor.

Além disso, notou-se que, apesar de as adversativas e as concessivas apresentarem tipos textuais, funções textuais e estatutos informacionais semelhantes, há diferenças entre essas construções, que são decorrentes, sobretudo, da natureza particular de satélite (margem), guia, realce, fundo e tema das adverbiais concessivas. Como se viu, as especificidades das adverbiais concessivas fazem com que sejam produzidos efeitos de sentido particulares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMAÑANZAS, E.; NOCI, J. D. *Periodismo y argumentación: géneros de opinión*. Zarautz: Universidade del País Vasco, 2000.

BELTRÃO, L. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BORBA, F. da S. (Coord.) *Dicionário de usos do português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

CAMARERO, M. G. Valores discursivos de las oraciones concesivas. *Linguística Española Actual*, Madrid, v. XXI, n. 2, p. 189-205, 1999.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 37. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1994.

CHAFE, W. Cognitive constraints on information flow. In: TOMLIN, R. (Ed.). *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 21-51.

DECAT, M. B. N. *“Leite com manga, morre”*: da hipotaxe adverbial no português em uso. 1993. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

- DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Dordrecht-Holland, Cinnaminson-USA. Dordrecht-Holland. Providence RI-USA: Foris Publications, 1989.
- DUCROT, O. *Provar e dizer: leis lógicas e leis argumentativas*. Tradução de Maria A. Barbosa, Maria de Fátima G. Moreira e Cidmar T. Pais. São Paulo: Global, 1981.
- _____.; VOGT, C. De *magis a mais*: uma hipótese semântica. In: VOGT, C. (Org.) *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo Hucitec, 1980. p. 23-40.
- GARCÍA, A. L. *Gramática del español I: la oración compuesta*. Madrid: Arco Libros, 1994.
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990, v. II.
- _____. *Syntax: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 2001, v. I.
- GOUVÊA, L.H.M. *Perspectivas argumentativas pela concessão em sentenças judiciais*. 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- GUIMARÃES, E. Algumas considerações sobre a conjunção “embora”. *Português: estudos linguísticos*, Uberaba, Série Estudos 7, Faculdades Integradas de Uberaba, p. 41-57, 1981.
- HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Arnold, 2004.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LONGACRE, R. E. Sentences as combinations of clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). *Language typology and syntactic description: complex constructions*. v. II. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. P. 372-420.
- MARTELOTTA, M. A. Gramaticalização e grau de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 2, p. 37-56, 1998.
- MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and ‘subordination’. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-326.
- McCLURE, E.; GEVA, E. The development of the cohesive use of adversative conjunctions in discourse. *Discourse Processes*, v. 6, n. 4, p. 411-432, 1983.
- NEVES, M. H. de M. *Gramática escolar da língua portuguesa*. No prelo.
- PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (Ed.). *Radical Pragmatics*. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- TRAVAGLIA, L. C. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Língua Portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: EDUC, 2002. p. 201-214.

Estratégias de relativização nas variedades lusófonas

(Relativization strategies in the lusophone varieties)

Roberto Gomes Camacho¹, Eli Nazareth Bechara²

^{1,2}Universidade Estadual Paulista (UNESP)

camacho@ibilce.unesp.br, bechara@ibilce.unesp.br

Abstract: This paper, which examines restrictive and non-restrictive constructions in the Lusophone varieties, assumes that Portuguese has a set of relativization strategies that are recognized by typological linguistics as constructions that define related groups of languages. Thus, it is possible that these different strategies, when employed by the same linguistic system, not really constitute variants of the same syntactic variable but the speaker's actual choices facing the necessity to perform different social and discursive functions.

Keywords: Functionalism; Typological Linguistics; Relativization Strategies.

Resumo: Este trabalho, que examina as construções relativas restritivas e não-restritivas nas variedades lusófonas, parte do princípio de que o português dispõe de um conjunto de estratégias de relativização que são reconhecidas na linguística tipológica como construções que definem grupos aparentados de línguas. Assim, é possível que essas diferentes estratégias, quando empregadas pelo mesmo sistema linguístico, não constituam realmente variantes de uma mesma variável sintática, mas escolhas reais do falante diante da necessidade de exercer diferentes funções discursivas e sociais.

Palavras-chave: Funcionalismo; Linguística Tipológica; Estratégias de Relativização.

Introdução

Keenan (1985) e Comrie (1989) reconhecem quatro estratégias usadas para codificar a modificação complexa realizada pela relativização, conforme o tipo de relação de correferência entre o núcleo e a variável relativizada: (i) de lacuna, (ii) de retenção pronominal, (iii) de pronome relativo e (iv) de não-redução.

O português dispõe da estratégia de pronome relativo ou variante padrão (1a) e duas outras alternativas não-padrão, que poderiam, talvez, ser ambas identificadas como variantes da estratégia de retenção pronominal, identificadas por Tarallo (1983) como relativa copiadora e relativa cortadora, respectivamente, conforme aparece em (1b-c).

- (1)
- a A **menina** [de quem] você gosta mora na casa da esquina.
 - b A **menina** que você gosta [dela] mora na casa da esquina
 - c A **menina** que você gosta [ø] mora na casa da esquina

Em trabalho em co-autoria, Keenan e Comrie (1977) propõem a Hierarquia de Acessibilidade (HA) das funções sintáticas relativizáveis, disposta em (2) com o objetivo de apreender a distribuição tipológica das possibilidades de relativização.

- (2) SU > OD > OI > OBL > GEN > OCOMP.

Da esquerda para a direita da HA, a relativização se torna mais difícil e mais restrita tipologicamente. Línguas que dispõem de mais de uma estratégia, como o português,

podem usar uma estratégia primária para as posições mais altas e uma secundária para as posições mais baixas. A estratégia de pronome relativo é usada mais frequentemente na relativização de relações gramaticais como a de sujeito e objeto, enquanto a de retenção pronominal se aplica a relações gramaticais como a de objeto indireto para baixo na hierarquia. O que não é atestado nas línguas é a situação inversa.

Quando se compara a estratégia de pronome relativo em (1a) com a estratégia copiadora em (1b), vê-se que esta é mais eficaz do que aquela nas línguas que a contêm, em virtude de licenciarem um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). Esse é um tipo de motivação ao qual esse projeto, não necessariamente este artigo, pretende, no final, fornecer explicação adequada.

O objetivo específico deste trabalho, na atual fase de desenvolvimento do projeto, é tratar as estratégias de relativização do português com base em uma perspectiva funcional em que desponta o arcabouço da Gramática Discursiva Funcional (GDF) de Hengeveld e Mackenzie (2008). Os dados de base foram recolhidos da amostra do Projeto Português Falado - Variedades Geográficas e Sociais, desenvolvido pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa – CLUL (2009). Os materiais estão publicados em CD-ROM, com o apoio editorial exclusivo do Instituto Camões, sob o título *Português Falado - Documentos Autênticos: Gravações áudio com transcrição alinhada*, e se acham disponíveis no seguinte site da internet (2009): http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php.

Os dados de base sobre as relativas extraídas dessa Amostra compreendem um total de 1070 ocorrências, que foram estatisticamente processadas pelo pacote Goldvarb. Dado o quadro geral de ocorrências na Amostra, vale a pena lembrar que este trabalho se limita, no estágio atual da pesquisa, a uma descrição dos casos.

A análise das estratégias está organizada da seguinte maneira: trata-se, inicialmente, dos tipos semânticos e pragmáticos de relativas, fornecendo-se, desde já, uma interpretação funcional da representação subjacente delas em termos interpessoais e representacionais. Na sequência, trata-se da codificação morfossintática cuja descrição destaca a influência da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977) e as diferentes estratégias usadas para a codificação da relativa.

Interpretação das relativas de acordo com o Nível Interpessoal e com o Nível Representacional

Segundo de Vries (2002), uma oração relativa está conectada ao material circundante por um constituinte pivô, que é semanticamente compartilhado tanto pela oração matriz quanto pela oração relativa. A noção de antecedente permite, já de saída, distinguir dois tipos básicos de oração relativa na Amostra – as relativas sem antecedente, também chamadas de livres (MATEUS et al., 1989, p. 285-86), exemplificada em (3a), e as relativas com antecedente, exemplificadas em (3b-c).

- (3)
- a quem não, não estudou não aprendeu. (CV95:As Mornas)
 - b nós saímos da cidade de Saurimo, que é uma cidade pequenina, mas onde existem, neste momento, vinte ou trinta mil desem[...], eh, desempregados, (Ang97: Guerra e Ambiente)
 - c aqueles (homens) que trabalhavam efectivamente a terra não melhoraram a sua... forma de estar na vida, a sua qualidade de vida (PT97: Trabalho Posse Terra)

As relativas com antecedente, que são, portanto, constituídas de um nome nuclear e da oração relativa em si, podem, por sua vez, ser identificadas como restritivas e não-restritivas. Como uma oração restritiva, se houver uma relação semântica de modificador com o antecedente, conforme se vê em (3b), e como uma oração não-restritiva ou apositiva, se houver uma relação pragmática em que a oração do antecedente e a relativa representam cada qual um ato discursivo independente (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), conforme se vê em (3c).

A incidência de relativas com antecedente é majoritária na Amostra, registrando 89,4% (556/1070) de casos, restando para relativas livres um índice de apenas 10,6% (114/1070).

Vejam, agora, como é possível interpretar orações livres, restritivas e não-restritivas com o arcabouço formal da GDF. Vale a pena lembrar que cada nível de representação distinguido dentro desse arcabouço tem sua própria estruturação e o que os níveis têm em comum é uma organização em camadas hierarquicamente ordenadas. A representação máxima da estrutural geral de camadas dentro de cada nível é dada em (4):

$$(4) \quad (\pi v_1 [\text{head}(v_1)_\Phi] : [\sigma(v_1)_\Phi])_\Phi \text{ (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.14)}$$

Nessa representação, v_1 representa a variável da camada relevante, que é restrita por um núcleo (possivelmente complexo) que toma a variável como seu argumento, e pode ser depois restringido por um modificador σ , que também toma a variável como seu argumento. A camada pode ser especificada por um operador π e exerce a função Φ . Uma oração relativa restritiva exerce a função de modificador de um núcleo nominal, que, na formalização em (4), está representada por $[\sigma(v_1)_\Phi]$.

As unidades semânticas introduzidas pela variável (x_i) designam indivíduos, ou seja, entidades concretas, tangíveis, do tipo reconhecido por Lyons (1977, p. 442) como entidades de primeira ordem (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 236-8). O núcleo de um Indivíduo pode ser classificado, na GDF, como ausente, vazio, lexical ou configuracional. Os tipos semânticos e pragmáticos de relativas acham-se fortemente correlacionados a esses tipos de núcleos.

Todos os tipos de unidades designadoras de indivíduos podem, em princípio, ser qualificados por modificadores no Nível Representacional, com exceção daqueles desprovidos de núcleo.

Modificadores podem tomar a forma de orações relativas restritivas finitas em (5a) ou de restritivas não-finitas em (6a). Em (5b) e (6b), acham-se representações Interpessoais (NI) e Representacionais (NR) adequadas para essas duas relações, duas análises possíveis para uma das orações justapostas de (6c).

$$(5) \quad \begin{array}{l} \text{a} \quad \text{o cidadão que gasta pneu} \\ \text{b} \quad \text{NI: } (R_i : [(T_i) [R_i(T_i) (R_j)] (R_i)]) \\ \quad \quad \text{NR: } (1x_i : [(f_i : \text{cidadão}_N (f_i)) (x_i)_\Phi] : (\text{pres } e_i : [(f_i : [\text{gastar}_V (f_j)) (x_i)_A (1x_j : (f_i : \text{pneu}_N (f_i)) \\ \quad \quad \quad (x_j))_\cup] (f_j)] (e_i)_\Phi) \end{array}$$

- (6) a o cidadão gastando pneu
 b NI: (R_i: [(T_i) [R_i(T_i) (R_i)] (R_i))
 NR: (1x_i: [(f_i: cidadão_N (f_i)) (x_i)_Φ]: (sim e_i: [(f_j: [(f_k: gastar_V (f_k)) (x_i)_A
 (1x_j: (f_i: pneu_N (f_i)) (x_j)]_U](f_j)) (e_i)_Φ]))
 c nesse interiorzão do Brasil por estradas maravilhosas, nenhum buraco, nada, tudo maravilhoso, de primeira, lá vai o cidadão gastando energia, gastando pneu, gastando tudo, para carregar trinta toneladas (Bra95:TremdeFerro)

Sobre os exemplos de modificação complexa contidos em (5) e (6), pode-se afirmar que, no Nível Morfosintático (NM), a designação de Sujeito ao argumento Ator de *gastar* e a ausência de operador de tempo absoluto são os fatores que determinam a forma *gastando*, no caso de (6c), apresentado em (6a) e representado em (6b). Já em (5a), o operador de tempo absoluto aciona a seleção do SV finito *gasta pneu* e, ao mesmo tempo, a introdução do pronome relativo (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 243).

Em ambos os casos de modificação, usa-se um estado de coisas em que uma categoria semântica Indivíduo (e) se acha envolvida, para atribuir uma descrição a seu referente. Uma questão relevante é a que envolve a natureza do núcleo de um modificador, que aqui pode ser um lexical ou configuracional.

Retomemos, em (7a-b), exemplos de relativa não-restritiva.

- (7) a a própria metrópole, que nos colonizou, tinha um índice de analfabetismo ainda substancialmente alto no século vinte em relação a outros países europeus. (Ang97:O Ensino em Angola)
 b e Camilo, segundo dizem, que andava sempre a pedir dinheiro emprestado, bateu à porta dessa referida quinta, a ver se era atendido. (PT97:AmoresCamilo)
 c ou seja, você, ah, que ficou pior primeiro da sua doença ao longo daqueles três anos por causa de não saber o que é que tinha e cada vez ficava mais nervoso (PT97:MalDesconhecido)

Como as restritivas examinadas, esse tipo tem como antecedente um Indivíduo (x), que tem uma identificação específica e definida pelos interlocutores. São, portanto, sintagmas referenciais definidos em (7a) e, mais especificamente, nomes próprios e pronomes dêiticos. O exemplo de (7b) é um nome próprio e o de (7c) é de um dêitico. A GDF postula que palavras dêiticas, tais como pronomes e nomes próprios, devem ser introduzidas no Nível Interpessoal, conforme a representação de um Subato Referencial para uma palavra como *Camilo* que se vê em (7d)

- (7) d (R_i: Camilo (R_i))

Como a unidade semântica correspondente a esse Subato não contém informação lexical, ele é desprovido de um núcleo no Nível Representacional. Mesmo assim, a unidade não pode ser simplesmente omitida por exercer uma função argumental no contexto semântico do predicado verbal. Observe a representação contida em (8)

- (8) a que andava sempre a pedir dinheiro emprestado, ta
 b NI: (A_i: [(F_i: DECL (F_i)) (P_i)_S (P_j)_A (C_i: [(T_i: - andava sempre a pedir dinheiro emprestado - (T_i)_{Foc}]] [(R_i: Camilo (R_i))] (C_i))] (A_i))
 NR: (pres e_i: [(f_j: [(f_j: - que andava sempre a pedir dinheiro emprestado - (f_j)) (1x_i)_A]] (f_i)) (e_i)_Φ])

A unidade sem núcleo ($1x_i$) no Nível Representacional, em que o operador ‘1’, significando ‘singular’, é relevante para as línguas que requerem concordância, como o português, corresponde ao Subato de Referência (R_i : Camilo (R_i)) no Nível Interpessoal. O tratamento que a GDF fornece a expressões dêiticas como *Camilo*, se explícitas ou realizadas por zero, é mediante um processo de coindexação no Nível Representacional. Em função desse comportamento, Núcleos Ausentes não admitem modificação, já que qualquer qualificação de um nome próprio como *Camilo* somente pode ser do tipo interpessoal, como em *pobre Camilo* (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008); caso contrário, a qualificação é não-restritiva, conforme se vê em (8a).

Já Núcleos Vazios se referem a Indivíduos como *o amarelo* contendo um zero anafórico que se refere não a um item referencial, mas a um item semântico previamente mencionado; a relação que se estabelece aqui não é entre unidades referenciais, mas especificamente Propriedades (f_i), que aparecem no Nível Representacional.

Diferentemente de núcleos ausentes, núcleos vazios podem assumir modificadores simples como aparece em (9b), quanto modificadores complexos, como em (10a-b), em que (f_i) é coindexado com (f_i : carro_N: (f_i)) no estado de coisas precedente.

- (9) a Eu gostei do carro_i vermelho, mas Maria preferiu o \emptyset_i amarelo.
b NR: ($1x_i$: [(f_i) (x_i) _{\emptyset}]: [$(f_i$: amarelo_A (f_i)) (x_i) _{\emptyset}])

- (10) a Eu gostei do carro que você comprou, mas sua esposa prefere o que eu comprei
b NR: ($1x_i$: [(f_i) (x_i) _{\emptyset}]: [$(f_i$: - o que eu comprei_U(f_i)) (x_i) _{\emptyset}])

As orações relativas não-restritivas, como observadas por Dik (1997, p. 41-2) – segundo Hengeveld e Mackenzie (2008) –, admitem modificadores ilocucionários; dado que elas têm, caracteristicamente, um contorno de entonação independente, elas devem ser analisadas como Atos de Discurso em si próprios, o que explica por que elas podem aceitar adverbiais com a função de modificador de Ilocução tal como *francamente*:

- (11) a a ANI tem um contrato com a United Press International, que é uma grande agência americana e que tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo (PT73:Jornalismo)
b a ANI tem um contrato com a United Press International, que, francamente, é uma grande agência americana e que tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo

Conforme entendem Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 58), a função característica de uma relativa não-restritiva é a de fornecer informação de fundo, adicional, sobre o Indivíduo introduzido na oração principal. Essa informação é identificada com uma função retórica *Aside*. A introdução da variável (R) em (12) tem a função de representar a ideia de que os Conteúdos Comunicados de (A_1) e (A_2) contêm um Subato Referencial R evocando a mesma descrição de entidade no Nível Representacional, conforme já mencionado anteriormente.

- (12) [(A_1 : [...(R_1)...] (A_1)) (A_2 : [...(R_2)...] (A_2))_{Aside}]

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 49-50) consideram que, em casos de múltiplos Atos de Discurso dentro de um *Move*, a ordem linear dos Atos de Discurso reflete sua sucessão temporal. Múltiplos Atos de Discurso dentro do *Move* permitem possíveis sobreposições no Nível Morfossintático, de tal modo que a expressão de um Ato Discursivo, uma vez iniciada, pode ser interrompida pela expressão de outro Ato de Discurso, antes de ser

completada, como no caso de certas orações relativas não-restritivas encaixadas no centro da outra oração nuclear, conforme mostra o exemplo (13):

- (13) a a irmã Danuta, que é uma ma[...], uma, uma madre, que está também ligada dentro deste projecto, fez o, os primeiros socorros e, prontos, eh, passou aí a noite, no dia seguinte... (Ang97:Meninos da Rua)
 b a irmã Danuta, (início de A_i) que é uma ma[...], uma, uma madre, que está também ligada dentro deste projecto, (A_j fez o, os primeiros socorros (fim de A_j)).

A descrição do exemplo em (13) no Nível Interpessoal mostra os Atos de Discurso ordenados como (A_i) antes de (A_j), desde que (A_i) comece mais tarde. A correferência entre os Subatos Referenciais em (A_i) e em (A_j) provoca a formação e um posicionamento da oração relativa não-restritiva no Nível Morfossintático. A natureza descontínua do primeiro Ato de Referência deve-se ao fato de o falante preferir não contemplar o princípio da Iconicidade em proveito do interesse de dar maior grau de proeminência à informação de que a Irmã Danuta está ligada ao projeto mencionado no discurso corrente.

Já as relativas livres, ao contrário das restritivas e não-restritivas, não dispõem de um núcleo nominal explícito e, por isso, podem atuar como argumento da oração principal como as completivas. É justamente o caso de (3a), aqui repetido como (14a), em que a oração encabeçada pelo constituinte-Q atua como sujeito da principal, e o de (14b), em que a oração encabeçada pelo constituinte-Q atua como objeto da principal. Outras funções possíveis envolvem outros tipos de entidades além de indivíduos, como lugar, tempo, modo, razão e quantidade de que não trataremos por razões de espaço.

- (14) a quem não, não estudou não aprendeu. (CV95:As Mornas)
 b quando queremos fazer a justiça para com alguém que nos deve, ou para com alguém que n[...], ou que nos fez algum mal, eh, temos que medir bem o que nós queremos fazer (Ang97:Um Conto Tradicional)

O núcleo que identifica a relativa livre é do tipo configuracional, por justamente envolver o emprego de mais de um item lexical dentro da posição de núcleo. Observe, a esse propósito, a expressão *trem de ferro* em (15c), cujo núcleo é do tipo configuracional porque, sendo *trem* um nome relacional, o núcleo de (x_i) como um todo consiste numa Propriedade Configuracional com outra Propriedade Configuracional (x_j) como argumento na função de Referência.

- (15) a poema que tem por si só toda a sonoridade de um trem, de um trem de ferro (Bra95:Trem de Ferro)
 b NR: (x_i : [(f_i : [(f_j : trem (f_j)) (x_j : [(f_k : ferro_N (f_k)) (x_j)_Φ]_{Ref}] (f_i)) (x_i)_Φ])
 c ‘trem de ferro’

Além desses casos em que nomes relacionais expressam uma Propriedade Configuracional, Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 240), consideram outros tipos em que descrições verbais de estados de coisas atuam na caracterização de um Indivíduo. Esse é o caso da relativa sem núcleo, como em (14b), em que um indivíduo (x), atuando como complemento do predicado da matriz (medir) é também identificado mediante recurso a um Estado de Coisas representando que esse mesmo Indivíduo se acha envolvido, conforme a representação em (16).

- (16) a temos que medir bem [o que nós queremos fazer]_U
 NI: R A R
 b NR: (x_i: (e_i: [(f_i: [f_j: -querer-fazer_v (f_j) (x_j: -nós- (x_j)_A (x_i)_U] (f_i) (e_i)_φ]))

A codificação das relativas: representação morfossintática

Distribuição das estratégias na amostra

No estágio atual desta pesquisa, pretendemos refletir apenas sobre a distribuição das estratégias nas variedades lusófonas em relação aos dois tipos principais de relativas: as restritivas e as não-restritivas e sobre a aplicação da HA de Keenan e Comrie (1977). Além disso, pretendemos verificar se as estratégias se aplicam indiferentemente a esses dois tipos e se a Hierarquia de Acessibilidade tem algo a ver com a distribuição das estratégias nas variedades, disposta na tabela 1.

Tabela 1: Estratégias de relativização nas variedades lusófonas

	Copiadora		Padrão		Cortadora		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Moçambique	1	2,1	43	89,6	4	8,3	48	5,2
S.Tomé e Príncipe	2	4,2	45	93,8	1	2,1	48	5,2
Portugal	0	0,0	360	96,3	14	3,7	374	40,8
Angola	1	0,7	130	95,6	5	3,7	136	14,8
Brasil	0	0,0	184	88,0	25	12,0	209	22,8
Cabo Verde	0	0,0	49	100,0	0	0,0	49	5,3
Guiné Bissau	0	0,0	40	100,0	0	0,0	40	4,4
Timor Leste	0	0,0	12	100,0	0	0,0	12	1,3

Inicialmente, a incidência de relativas copiadoras na amostra é irrisória e extremamente significativa a da estratégia padrão, a que se incorporam aqui as de sujeito e de objeto direto. É curioso observar que em três variedades – Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor Leste – todos os casos encontrados são da estratégia padrão. As demais variedades incluem a estratégia cortadora, que ocorre com frequência mais significativa na variedade brasileira.

De qualquer modo, esses dados gerais mostram que a predominância da estratégia cortadora sobre a copiadora é socialmente motivada por ser a retenção pronominal fortemente estigmatizada. É em razão disso que os dados diacrônicos de Tarallo (1983) indicam claramente um grande avanço da estratégia cortadora no fim do século XIX, se consideradas todas as posições sintáticas, com um significativo recuo da estratégia copiadora.

Esse efeito social pode estar derivado do fato de que a maioria dos informantes da Amostra CLUL tem curso superior ou escolaridade de grau médio; há uns poucos analfabetos ou com escolaridade de até 4 anos. Essas motivações sociais estariam abrigadas no Componente Contextual da GDF.

Mas, para verificar se elas não teriam algum reflexo direto na codificação morfossintática, além de indicar alternâncias possíveis de natureza sociolinguística, é necessário examinar a distribuição das estratégias por posição relativizável na Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), conforme exposto na tabela 2.

Tabela 2: Aplicação da HA às estratégias de relativização

	Copiadora		Padrão		Cortadora		Total	
	n	%	n	%	n	%	n	%
Sujeito	0	0,0	544	63,0	0	0,0	544	59,4
Objeto direto	1	25,0	213	24,7	0	0,0	214	23,3
Obliquo	3	75,0	103	11,9	49	80,4	155	17,0
Objeto indireto	0	0,0	1	0,1	0	0,0	1	0,1
Genitivo	0	0,0	2	0,2	0	0,0	2	0,2
Total	4	0,4	863	94,2	49	5,3	916	

As posições estatisticamente mais suscetíveis de relativização compõem uma hierarquia do seguinte formato: SU > OD > OBL > OI > GEN, o que dá um quadro extremamente comparável em frequência com a Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). Uma razão para que OBL ultrapasse em frequência OI nos dados é a de que essa posição sintática compreende complementos verbais de verbos preposicionados e circunstanciais em geral, como tempo, lugar, instrumento, razão.

Os dados sugerem que as copiadoras e as cortadoras incidem predominantemente sobre a relativização dessa posição. De OI para baixo, pouca generalização é possível fazer, em função do grau reduzido de significação das frequências de uso, mas o fato de a relativa padrão incidir majoritariamente sobre as posições de SU e OD indicam uma distribuição funcional das estratégias nas variedades lusófonas: o emprego da estratégia de pronome relativo seleciona as posições de SU e OD, enquanto o uso da copiadora e da cortadora seleciona a posição de OBL.

A estratégia copiadora é mais eficaz que a de pronome relativo por licenciar um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977), mas os resultados não permitem generalizações precisas a esse respeito devido à rarefação de dados especialmente nas posições mais baixas da HA a partir de OI.

A distribuição das estratégias mostra que as variedades lusófonas dispõem em geral de mais de uma. Por isso, é relevante mostrar que tipo de codificação elas podem receber no nível morfossintático e se essa codificação tem algum tipo de motivação interpessoal ou representacional. Essa tarefa será desenvolvida na próxima seção.

A codificação morfossintática das estratégias

Uma análise funcional, com base em Dik (1997) já foi fornecida por Bastos (2008), que atribui ao pronome relativo função de Tema, conforme a estrutura Tema, Predicação, Coda (*Tail*), formulada por Dik (1997). Como a GDF propõe uma reinterpretação da noção de Tema, como Ato Discursivo de Orientação, pretendemos apenas aproveitar a ideia de Kato (1996) e de Bastos (2008) para fornecer uma hipótese explanatória alternativa, mais do que uma simples variação sobre o mesmo tema. Considerem-se construções simples e complexas de tópico em (17a) e (17b), respectivamente, na interpretação de Kato (1996):

- (17) a As cadeiras optativas_{TOP} cê precisa ter um conhecimento bom primeiro. (PONTES, 1987, p. 13)
- b [_{TOP}As cadeiras optativas_i [_{CP} que_i [_{LD} t_i]] [_{IP} cê precisa ter um conhecimento sobre elas/Ø_i bom primeiro... (KATO, 1996, p. 230)

A interpretação funcional de Bastos (2008), que assume a posição de Pontes (1987) e Dik (1997), não prevê espaço para deslocamentos e apagamentos fazendo sérias ressalvas ao tratamento formal que postula deslocamento para a esquerda da sentença. Como o conceito de Tópico de Pontes (1987) identifica-se com o conceito de Tema, sugerido por Dik (1997), Bastos (2008) postula que o pronome relativo em (17b) retoma um Tema e, como tal, atua também como Tema na predicação subsequente, conforme a análise em (17c):

- (17) c [As cadeiras optativas,] [que,] [cê precisa ter um conhecimento sobre elas/Ø_i]
 P2 P2 S V O X TopRet
 (BASTOS, 2008, p.126)

Esses dois tipos de codificação, caracterizados pela construção simples de tópico de (17a) e pelas estratégias copiadora e cortadora de (17b), identificam realmente ordenações paralelas. Antes de fornecer uma interpretação funcional alternativa para a ordenação dos constituintes, é necessário observar a estrutura hierárquica do Nível Morfossintático, postulado por Hengeveld e Mackenzie (2008), como uma Expressão Linguística consistindo em pelo menos uma Oração, conforme mostra (18).

- (18) (Le_i : [(Cl₁ : [(X_w) (Xp₁ : [(X_w) (Xp₂) (Cl₂)] (Xp₁))(Cl₁)] (Cl₁))] (Le_i))
 Le = Expressão Linguística
 Cl = Oração (*Clause*)
 Xp = Sintagma (do tipo x)
 Xw = Palavra (do tipo x) (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.291)

Para a codificação da ordem dos constituintes, os autores postulam três posições disponíveis na oração para a inserção de elementos em posições apropriadas. A posição Inicial (P^I), a posição medial (P^M) e a posição final (P^F). As duas posições periféricas são psicologicamente salientes e extremamente relevantes para o processo de comunicação, enquanto a posição medial é não somente menos saliente, mas também estruturalmente não pode ser considerada uma posição única em função do número variável de constituintes que uma Oração pode conter.

Para distinguir entre si as posições P^I e P^F na camada da Expressão Linguística (LE) e na camada da Oração (*Clause*), os autores preferem usar P^{PRE} para a posição pré-oracional, P^{CENTRE} para a posição oracional e P^{POST} para a posição pós-oracional, o que se aplicaria a uma construção não-complexa, como (19), aqui repetida por conveniência.

- (19) As cadeiras optativas, cê precisa ter um conhecimento bom. (PONTES, 1987, p.13)

Nessa construção, em que *as cadeiras optativas* atua como Tópico para Pontes (1987), na realidade, esse SN exerce, para a GDF, a função de um Ato Discursivo subsidiário de Orientação, na posição P^{PRE}, e a codificação morfossintática mais adequada para interpretá-la aparece em (20).

- (20) Expressão Linguística (LE): P^{PRE} | P^{CENTRE} | P^{POST}
 Oração | P^I P^M P^F |
 (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p.312)

A posição pré-oracional (P^{PRE}) codifica o Ato subsidiário de Orientação *As cadeiras optativas*, definido como tal no Nível Interpessoal, e a posição central (P^{CENTRE}) um Ato Discursivo Nuclear, codificado pela posição central da Expressão Linguística (P^{CENTRE}), que constitui a Oração propriamente dita; no interior dela, *cê* ocupa a posição inicial (P^I), *ter* a posição medial (P^M), e *um conhecimento bom delas/Ø*, a posição final (P^F).

Na esteira da interpretação de Hengeveld e Mackenzie (2008, p.57), é possível postular que, nas variedades do português, a interpretação de (19) pode ser entendida da perspectiva do processamento *on-line* da linguagem. Ao produzir um Ato Discursivo de Orientação, o Falante dá a si próprio um tempo para formular e codificar o Ato Nuclear seguinte.

A GDF não autoriza, no entanto, o paralelismo estrutural entre essa construção simples e a construção complexa com relativa, tal como foi sugerido por Kato (1996), simplesmente porque a GDF não fornece explicações meramente formais mesmo para construções similares, mas explicações de natureza pragmática e semântica. Nesse caso, a estrutura de construções restritivas é morfossintaticamente idêntica à de orações não-restritivas. Considere, nos exemplos contidos em (21a-b), a interpretação possível de relativa restritiva e de relativa não-restritiva que pode ser atribuída à mesma oração.

- (21) a O jogo que começou às 4:00 da tarde terminou num empate.
 b O jogo, que começou às 4:00 da tarde, terminou num empate

Recorde que uma relativa não-restritiva, como em (21b), revoga o princípio de iconicidade em favor de dar maior grau de proeminência à informação de que o resultado do jogo é mais importante que o momento de início. Como a informação enviada para o Nível Fonológico é a de um *Move* consistindo de dois Atos Discursivos, o ato que trata do momento do início do jogo é subsidiário ao do resultado, mas, mesmo assim, o interrompe na linearização. O Nível Fonológico tratará essa interrupção como uma instrução para dar um contorno entonacional a cada segmento do *Move*, produzindo três sintagmas entonacionais, dois com um contorno não-final e um com um contorno final. Fica para o Nível Morfossintático a tarefa de integrar os dois Atos Discursivos sintaticamente, o que é realizado mediante a aplicação de um molde geral para orações relativas, como aparece em (22).

- (22) (Cl_i : [(Np_i : (Gw_i) (Nw_i)) (Cl_j : [(Gw_j) (Vp_j) (Adp_j)] (Cl_j))] (Np_i)) (Vp_j) (Adp_k)] (Cl_i))

Essa estrutura é também requerida para orações relativas restritivas, como a que aparece em (21a), que são morfossintaticamente idênticas a relativas não-restritivas. A diferença, no entanto, é que [*que começou às 4:00 da tarde*] em (21a) integra o mesmo contorno entonacional do material circundante [*O jogo (...). terminou num empate*]. O Nível Morfossintático tem, assim, o papel de atribuir a mesma estrutura de (22) a ambos os tipos de orações relativas e o Nível Fonológico tem o papel de assegurar que o estatuto subsidiário do Ato Discursivo encaixado na não-restritiva de (21b) esteja refletido na prosódia. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284-5).

O que as difere e lhes imprime as diferenças oriundas do Nível Interpessoal é que a restritiva tomará a forma do mesmo contorno entonacional da oração principal de que é parte integrante, enquanto a não-restritiva terá o estatuto de Ato subsidiário (*Aside*) refletido na prosódia e fornecido, portanto, pelo Nível Fonológico.

Considere, agora, uma construção com uma relativa restritiva, como a contida em (23), cuja estrutura é uma estratégia não-padrão, seja com a alternativa copiadora com o pronome *dela*, seja com a alternativa cortadora com anáfora zero.

(23) A mulher_i que o irmão dela/ \emptyset _i mora na esquina trabalha na padaria.

Interpretando a construção (23) com base no Nível Interpessoal, trata-se aqui, agora, de um *Move* constituído por um único Ato Discursivo, não dois, diferentemente de (24), uma reconstrução de (17b), que contém um *Move* constituído por dois Atos Discursivos, cada qual com seu próprio contorno entonacional no Nível Fonológico.

(24) As cadeiras optativas_i, que cê precisa ter um conhecimento sobre elas/ \emptyset _i bom primeiro, são importantes para o currículo.

Na concepção funcional-cognitiva de Cristófaró (2003), a relativa de (24) não resiste à negação, à interrogação e a *question-tag*, justamente porque o conteúdo da subordinada é pressuposto e não-afirmado. A diferença entre (23) e (24) não está na sintaxe, como sugere a interpretação funcionalista de Bastos (2008), está nas escolhas no Nível Interpessoal.

O único paralelismo, portanto, que se pode detectar entre uma construção complexa como a de (23) e a de (24) é o de que o uso da estratégia cortadora e da estratégia copiadora maximiza a relação de transparência entre forma e função e, por conseguinte, contribui para facilitar a interpretação da estrutura linguística, codificada no Nível Morfossintático. Internamente, a estrutura da relativa teria também o mesmo padrão de ordenação, conforme se vê em (25).

(25) a que o irmão dela/ \emptyset _i mora na esquina.
 b que cê precisa ter um conhecimento delas/ \emptyset _i
 P^I P^{M-1} P^M P^{M+1} P^F

Há uma diferença, porém, entre (23) e (24). Recorde que a segunda é constituída de dois atos discursivos, cada qual com sua própria ilocução; já a primeira é constituída por um único ato discursivo. Nesse caso, o conjunto formado pelo sujeito da oração principal e pelo modificador, constituído pela oração restritiva, funciona igualmente como constituinte alocado em posição pré-medial, conforme (26a-b), e é codificado no Nível Fonológico pelo contorno entonacional, que inclui a oração principal.

(26) a [A mulher que o irmão dela mora na esquina] [trabalha] [na padaria]
 b [P^{M-1}] [P^M] [P^F]

Palavras finais

Vimos que a construção de uma oração relativa na Amostra envolve três aspectos relevantes: (a) a seleção do conectivo, (b) o emprego de preposições nos casos em que elas são requeridas, (c) a marcação adicional de caso semântico.

Quanto ao tipo de conectivo, uma relativa pode implicar a escolha de um pronome relativo, que já estabelece, simultaneamente, a função sintática e semântica do constituinte na oração relativa, retomando anaforicamente o constituinte antecedente contido na oração

principal. Pode, por outro lado, implicar a escolha de um marcador de relativização, caso em que uma posição após o verbo, ocupada por um SP ou por zero, é que estabelece a relação anafórica com o antecedente que permite uma relação mínima de coerência semântica.

Quanto ao uso de preposições, elas podem ser requeridas em funções sintáticas de dativo e de oblíquos em geral, tornando visível, simultaneamente, a marcação dessas funções sintáticas e respectivas funções semânticas em posição pré-verbal. Esse caso identifica a variedade padrão ou estratégia de pronome relativo. Alternativamente, as preposições podem ser apagadas com a inserção simultânea de um Complementizador e copiadas ou não na posição canônica logo após o predicado, identificando, no primeiro caso, uma alternativa copiadora e, no segundo caso, uma alternativa cortadora da estratégia de retenção pronominal.

Em relação à estratégia de pronome relativo, a estratégia copiadora se mostra mais eficaz, nas línguas que as contêm, em virtude de licenciarem um conjunto muito maior de posições relativizadas da Hierarquia de Acessibilidade de Keenan e Comrie (1977). Essa generalização, conquanto verdadeira, não se aplica às variedades lusófonas, que já dispõem de relativas em todas as posições relativizáveis da hierarquia acima de oblíquo, independentemente do tipo de estratégia empregada.

Se confirmado o papel cognitivo da estratégia copiadora para a facilidade de processamento, esse papel indicaria, em termos da GDF, a existência de um forte comprometimento do Componente Gramatical com o Componente Conceitual. O que pode, entretanto, refrear a atuação desse papel cognitivo é uma motivação externa que vem tomando paulatinamente obsoleto o uso da estratégia copiadora em razão de estigmatização social. A atuação desse fator representa outra relação de comprometimento do Componente Gramatical, que se estabelece, nesse caso, com o Componente Contextual.

Assim, o forte sentimento de estigmatização social que o uso da estratégia cortadora provoca no falante das variedades lusófonas, em geral com escolaridade média e superior, é condição muito mais relevante que a facilidade de informação, o que explicaria a alta frequência da estratégia cortadora em todas as variedades em detrimento da estratégia copiadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BASTOS, W.A. *Relativização no Português do Brasil: a sentença orientada para o discurso*. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- COMRIE, B. *Language universals and linguistic typology*. Oxford: Blackwell, 1989.
- CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.
- DIK, S.C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. (2nd revised edition). Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- DE VRIES, M. *The syntax of relativization*. Utrecht: Lot, 2002.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J.L. *Functional Discourse Grammar*. A typologically-based theory of language structure. Oxford: University Press, 2008.

KATO, M. A. Recontando a história das relativas em uma perspectiva paramétrica. In: ROBERTS, I.; KATO, M.A. (Orgs.) *Português brasileiro, uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 223-261.

KEENAN, E.L. Relative clauses. In: SHOPEN T. (Ed.) *Language typology and syntactic description*, v. 2: Complex constructions. Cambridge: University Press, 1985. p. 141-70.

_____; COMRIE, B. Noun phrase accessibility and universal grammar. *Linguistic Inquiry*, v. 8, p. 63-99, 1977.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MATEUS, M.H.M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1987.

TARALLO, F. L. *Relativization Strategies in Brazilian Portuguese*. 1983. Thesis. (PhD Dissertation in Linguistics). University of Pennsylvania, Philadelphia, 1983.

Uma tipologia da oração condicional segundo a Gramática Discursivo Funcional

(A typology of conditional clause according to Functional Discourse Grammar)

Táisa Peres de Oliveira¹, Flávia Bezerra de Menezes Hirata-Vale²

¹Departamento de Educação - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

²Departamento de Letras - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

taisapoliveira@gmail.com, flaviavale@ufscar.br

Abstract: This paper provides an assessment of the semantic classifications for conditional clauses. Although the so-called classifications are said to have a semantic nature, they also take pragmatic factors into account when setting up conditional types. In addition, these proposals do not seem to agree whether the classification should consider the conditional clause itself or the type of clause it is related to. The present paper claims that the classification should consider the conditional clause itself and proposes a review on the current classifications based on Functional Discourse Grammar theory.

Keywords: Conditional Clause; State Of Affairs; Proposition; Speech Act; Functional Discourse Grammar

Resumo: Este artigo avalia classificações semânticas elaboradas para a taxonomia da oração condicional. Embora as classificações existentes tenham cunho semântico, muitas vezes utilizam também critérios pragmáticos para o estabelecimento dos tipos condicional. Além disso, essas propostas ora consideram, em suas classificações, a própria condicional, ora a oração à qual ela se liga. Propõe-se, neste artigo, considerar apenas a estrutura da oração condicional e também uma revisão dessas classificações com base na teoria da Gramática Discursivo Funcional.

Palavras-chave: Oração Condicional; Estado De Coisas; Proposição; Ato De Fala; Gramática Discursivo Funcional.

Introdução

Vários são os pontos de vista adotados para conceituar a oração condicional (DUCROT, 1972; HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; DIK, 1990; DANCYGIER, 1998; NEVES, 1999; entre outros). Desde a tradição grega, estudiosos ligados à filosofia, à lógica e à gramática têm se empenhado em definir e caracterizar esse tipo oracional.

Em geral, a oração condicional é concebida como uma oração subordinada que se caracteriza pela relação **condição para realização** → **consequência/resultado da realização** que une as proposições **p** e **q** (COMRIE, 1986; DANCYGIER, 1998; NEVES, 1999; entre outros).

A partir dessa definição geral, três aspectos mais centrais podem ser considerados na caracterização de uma construção condicional: (i) o processo de articulação que origina a construção condicional; (ii) a natureza semântica da relação que une as duas orações e (iii) os diferentes valores e estratégias que essa relação pode assumir. Neste trabalho, discutiremos especificamente a questão da natureza da relação que une as duas orações na construção condicional dentro do paradigma funcionalista, levando em conta principalmente a teoria da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A Gramática Discursivo Funcional

Este trabalho fundamenta-se na teoria da Gramática Discursivo Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que se caracteriza por elaborar uma teoria geral de organização das línguas naturais, privilegiando as relações funcionais nos diferentes níveis de organização linguística. O modelo está organizado em quatro componentes: o **gramatical**, o **conceitual**, o **contextual** e o **de saída**. O componente conceitual (*conceptual component*) contém as representações conceituais pré-linguísticas; nele é formulada uma dada intenção comunicativa, que será convertida em representações linguisticamente relevantes. O componente de saída (*output*) é responsável pela expressão acústica ou gráfica da expressão linguística e depende das informações cedidas pelo componente gramatical, apesar de ser externo a esse. Por fim, o componente contextual (*contextual component*) contém uma descrição do domínio do discurso, englobando o discurso precedente bem como a situação externa em que esse ocorre.

A Gramática Discursivo Funcional (GDF) centra-se no componente gramatical, em que se distinguem duas operações principais na construção das expressões linguísticas: **formulação** e **codificação**. A formulação diz respeito às regras que convertem as representações cognitivas em representações subjacentes de ordem pragmática e semântica, respectivamente, os níveis interpessoal e representacional. Por outro lado, a codificação refere-se às regras que convertem essas representações em representações morfossintáticas e fonológicas, de onde serão encaminhadas para o componente de saída.

No componente gramatical são distinguidos quatro níveis de descrição: (i) interpessoal; (ii) representacional; (iii) morfossintático; (iv) fonológico. Os níveis estão internamente organizados em camadas hierárquicas e são alimentados por um conjunto de primitivos, que definem as possíveis combinações de elementos para cada nível. As camadas têm sua própria variável e são restringidas por um núcleo (obrigatório) e por modificadores e, ainda, são especificadas por meio de operadores e funções.

No nível interpessoal, a expressão linguística é considerada segundo aspectos que estejam ligados à relação falante/ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa. A maior unidade de análise nesse nível é o *Move* (M), que pode conter um ou mais atos do discurso cuja estrutura interna é formada pelos participantes, representados pelas variáveis P_S (falante) e P_A (ouvinte¹), pela ilocução (ILL) e pelo conteúdo comunicado. Esse último deve conter, no mínimo, um subato, que pode ser atributivo (T), se o falante evoca uma propriedade, ou referencial (R), se o falante evoca uma entidade. A diferença entre os dois tipos está no fato de que, no primeiro, verifica-se a construção de um referente ao passo que, no segundo, ocorre a identificação de um referente. A estrutura geral do nível interpessoal é dada a seguir:

$$(M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}}] (R_1)_{\{\Phi\}} \dots (R_{1+N})_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

No nível representacional, a expressão linguística é explicada segundo sua estrutura semântica subjacente. O termo '**semântica**' se restringe, na GDF, (i) ao modo como uma língua se relaciona com o mundo real ou imaginário que ela descreve; (ii) ao significado

¹ P_S e P_A se referem à representação original para *speaker* 'falante' e *addressee* 'ouvinte', respectivamente, e será mantida por questões metodológicas.

de estruturas lexicais isoladas do modo como são usadas na comunicação. Nesse sentido, Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que no nível representacional as estruturas linguísticas devem ser descritas em relação ao fato de que denotam uma entidade e, portanto, a diferença entre as unidades desse nível é feita em termos da categoria denotada.

A categorização semântica adotada pela GDF segue a proposta de Lyons (1977), assim, além das conhecidas categorias conteúdo proposicional (p), estado de coisas (e) e indivíduo (x), os autores distinguem, ainda, as categorias episódio (ep), tempo (t) e lugar (l). Episódios se constituem como um conjunto de estados de coisas (e) tematicamente coerentes no que diz respeito à continuidade de tempo, espaço e indivíduos. A estrutura geral do nível representacional é dada a seguir:

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)_n (x_1)_\phi \dots (x_{1+n})_\phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\phi]) \dots (e_{1+n})_{\{\phi\}}] (ep_1)) \dots (e_{p1+n})_{\{\phi\}}] (p_1))$$

No nível morfossintático, a expressão linguística (Le) é descrita conforme sua codificação morfossintática. Esse nível está organizado em esquemas morfossintáticos, estocados no conjunto de primitivos relevantes para a codificação morfossintática, e é mais específico que os anteriores, já que esses esquemas são determinados segundo as particularidades de cada língua. O conjunto de primitivos desse nível contém, primeiramente, os esquemas, que fornecem a estrutura da oração (Cl) e a ordenação dos elementos em uma palavra. O conjunto fornece ainda os operadores secundários e os morfemas gramaticais livres, tais como auxiliares e partículas gramaticais. A estrutura geral do nível morfossintático é:

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\{\phi\}} (Cl_2)_{\{\phi\}}] (Cl_1))] (Le1))$$

Por fim, no nível fonológico entram questões como a codificação fonológica e o padrão entonacional das expressões linguísticas. Nesse nível, a GDF avalia unidades fonológicas tais como o sintagma fonológico (PP), o enunciado (U) e a palavra fonológica (PW). A estrutura geral do nível fonológico é:

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

O modelo da GDF permite observar, separadamente, as características manifestadas pelas expressões linguísticas nos níveis distinguidos, nos quais é possível propor a formalização dos aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos dessas estruturas. Ao mesmo tempo, é possível, analisar, ainda, como se dá a interação entre esses níveis de organização linguística sistematicamente. Ao organizar o componente gramatical do modo como descrito acima, a GDF leva a premissa funcionalista a seu extremo, uma vez que se assemelha ao modo de produção linguística, que começa pela seleção das intenções comunicativas terminando com a articulação final da expressão linguística. A visão geral do modelo da GDF é representada na figura seguinte.

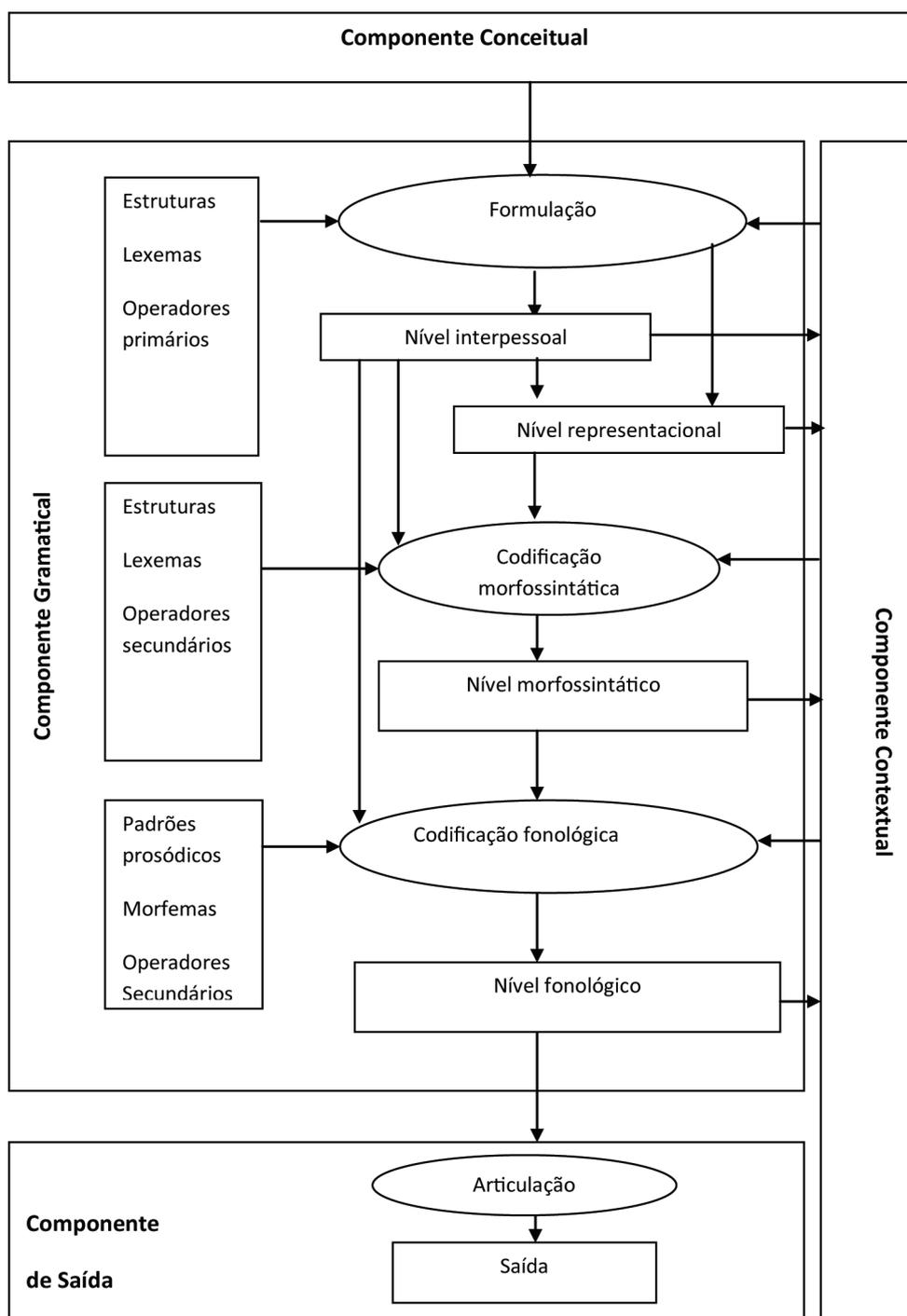


Figura 1 – Organização geral da GDF

A natureza da relação *se p (então) q*

A relação estabelecida entre os enunciados de uma oração condicional, desde a tradição gramatical até a linguística moderna, é, usualmente, caracterizada pela expressão **se p (então) q**, a partir da qual se lê que uma oração oferece condição para realização/validação da verdade de outra oração. Essa relação, no entanto, pode receber variadas interpretações, dependendo do ponto de vista adotado para se concebê-la.

De uma perspectiva ligada à lógica, Comrie (1986) afirma que a expressão da condicionalidade deve estar associada à causalidade, o que exige uma estreita ligação entre **p** e **q**. Em outras palavras, para esse autor, a relação expressa em uma oração condicional deve ser interpretada como uma relação de causa e consequência, como se vê no exemplo (1).

(1) Se chover, molhará a rua.

No entanto, essa relação de causalidade não se sustenta para todos os tipos de construções condicionais encontrados em uma língua natural e pode ser facilmente contestada por exemplos como os que se oferecem em (2)-(3), nos quais não é possível uma leitura do tipo causa-consequência.

(2) Se não for se incomodar, me passa o sal.

(3) Se você ficar com fome, tem comida na geladeira.

Veja-se que, nesses exemplos, não é possível afirmar que o conteúdo veiculado pela oração núcleo ‘me passa o sal’ em (2) seja consequência da oração condicional ‘se não for incomodar’. Não há entre elas uma relação de causalidade do tipo causa-consequência. O mesmo ocorre em (3), em que o fato descrito na oração ‘tem comida na geladeira’ não pode ser entendida como a consequência de ‘se você tem fome’, não configurando, portanto, uma relação de causalidade. Para Comrie (1986), casos como esses devem ser considerados como construções atípicas, que fazem uso da estrutura da condicional, mas que não expressam a condicionalidade, de fato.

Entretanto, vários estudos realizados sobre o uso das orações condicionais (FORD; THOMPSON, 1986; FILLENBAUM, 1986; FORD, 1997; OLIVEIRA, 2004, em preparação) mostram que esses usos são bem mais frequentes do que afirma Comrie e funcionam como um tipo de expressão convencionalizada para a manifestação de outros sentidos, em geral valores ligados à relação interpessoal entre falante e ouvinte. A condicionalidade, no entanto, é entendida por esses autores como o significado básico para a construção de tais sentidos e, portanto, essas construções devem ser levadas em conta para um tratamento mais adequado das orações condicionais.

Uma proposta de consideração das orações condicionais que leva em conta seus diferentes sentidos está em Dik (1990), que representa a relação de condição a partir do seguinte esquema:

$(\alpha)_{\text{cond}}, \beta$

“Se α , então β ”

em que “o valor de β é considerado dependente do valor de α . O ‘valor de β ’ pode ser o valor de verdade de β ou o valor comunicativo de β .”² Pelo esquema desse autor pode-se entender que a relação de condicionalidade nem sempre implica uma relação de causalidade, mas pode estar relacionada, também, à relevância ou adequação comunicativa de um ato de fala, tipo de relação que se evidencia nos trabalhos mencionados anteriormente.

² [...] the value of β is considered dependent on the value of α . The ‘value of β ’ may be the truth value of β , or the communicative value of β . (p. 237)

Apesar de bastante amplo, tal esquema permite caracterizar tanto as orações condicionais em que se verifica uma relação causal forte, quanto as condicionais em que essa relação não existe. Pode-se dizer, assim, que esse esquema admite a existência de mais de um tipo de relação condicional, o que se discute a seguir.

Uma tipologia da relação *se p (então) q*

Apesar das diversas posições adotadas para entender as diferentes configurações que a relação condicional pode assumir (SWEETSER, 1990; DIK et al, 1990; DANCIGYER, 1998; HARDER, 1996; PÉREZ QUINTERO, 2002), em geral são identificados três tipos de relação, que podem ser entendidos segundo a terminologia de Dik et al (1990):

- **Condicional de predicação:** um satélite condicional nesse nível especifica a ocorrência de um estado-de-coisas como dependente da ocorrência de outro estado-de-coisas.
- (4) *He'll take his umbrella in case of rain.* (DIK et al, 1990)
Ele pegará seu guarda-chuva em caso de chuva.
- **Condicional de proposição:** um satélite condicional nesse nível especifica a verdade de uma proposição como dependente da verdade de outra proposição.
- (5) *If John stays, Peter will leave.* (DIK et al, 1990)
Se John ficar, Peter partirá.
- **Condicional ilocucionário:** um satélite condicional nesse nível especifica uma condição para a felicidade do ato de fala enunciado na oração principal.
- (6) *John has left, in case you haven't heard.* (DIK et al, 1990)
John partiu, no caso de você não ter tomado conhecimento.

A categorização apresentada neste trabalho segundo a proposta de Dik et al. (1990), é também encontrada em Sweetser (1990), Dik (1990), Harder (1996) e Dancygier (1998), como se apresenta resumidamente no quadro abaixo:

Quadro 1 – Tipologias das orações condicionais

TIPOLOGIAS DAS ORAÇÕES CONDICIONAIS	
SWEETSER (1990)	condicionais de conteúdo, condicionais epistêmicas, condicionais dos atos de fala.
DIK ET AL (1990)	condicionais predicacionais, condicionais proposicionais, condicionais dos atos de fala.
HARDER (1996)	condicionais de causa, condicionais de sequência epistêmica, condicionais dos atos de fala.
DANCYGIER (1998)	condicionais de causa, condicionais de inferência epistêmica, condicionais de atos de fala e metatextuais.
PÉREZ QUINTERO (2002)	condicionais eventivas, condicionais epistêmicas, condicionais ilocucionárias.

Observe que os tipos distinguidos são bastante semelhantes. Essa classificação, no entanto, tem sido bastante discutida. Dik (1990), ao tratar da semântica das condicionais, abandona a condicional de predicação, adotando uma visão bipartite, considerando apenas das condicionais proposicionais e ilocucionárias.

Semelhantemente, Wakker (1992) afirma que a diferença entre as condicionais de predicação e as de proposição tal como estabelecida em Dik et al (1990) não é clara, já que a distinção ora está ligada à complexidade interna da condicional, ou seja, ao tipo de entidade por ela designada, ora à camada à qual ela está ligada, ou seja, o tipo de unidade que ela qualifica. Assim, Wakker (1992) abandona a tipologia das condicionais encontrada em Dik et al (1990), estabelecendo uma classificação que considera apenas as condicionais proposicionais e ilocucionárias.

Em trabalhos posteriores, Wakker (1994, 1996) mantém sua crítica em relação à tipologia proposta por Dik et al (1990), reconhecendo, por outro lado, a necessidade de uma classificação tripartite para uma melhor consideração do tipo de relação que une a condicional. A autora propõe uma tipologia que não leva em conta o tipo de entidade designado pela oração condicional. Para Wakker (1994, 1996), a classificação deve ser estabelecida apenas no que diz respeito à camada com a qual a condicional se relaciona, independentemente da estrutura interna dessa condicional. Em outras palavras, a classificação deve ser estabelecida com base na unidade que a condicional modifica, e não em relação ao tipo de entidade que ela própria descreve, como o fazem Sweetser (1990) e Dik et al (1990).

Isso porque estudos mostraram que não necessariamente uma oração que designa um estado de coisas, por exemplo, tem de relacionar-se a uma oração correspondente à camada dos estados de coisas. Ou seja, não existe uma relação direta entre a estrutura semântica interna da oração adverbial – o tipo de entidade que ela designa – e a camada em que ela opera. É o que mostraram Wakker (1996) e Cuvalay (1996), que encontraram casos de condicionais designando um estado de coisas, mas relacionando-se a outras camadas da oração, como a camada da ilocução, segundo mostram os casos discutidos por Wakker (1996, p. 181):

(7) *In case of rain, there is an umbrella in my wardrobe.*

Em caso de chuva, tem um guarda-chuva no armário.

(8) *In case of an emergency call, I'll be in my office till lunchtime.*

Em caso de uma chamada de emergência, eu estarei no meu escritório até a hora do almoço.

Ambos os exemplos ilustram casos de uma condicional de segunda ordem, isto é, designando um estado de coisas, relacionando-se à camada da ilocução. Em (7), o estado de coisas ‘*in case of rain*’ relaciona-se ao ato de fala ‘*there is na umbrella in my wardrobe*’, qualificando, assim, uma unidade da camada da ilocução. O mesmo ocorre em (8), em que o evento descrito na condicional serve para qualificar um ato de fala e, portanto, a condicional, embora com estrutura de estado de coisas, se liga a uma unidade ilocucionária.

Wakker (1994, 1996) propõe, então, três tipos a depender da unidade que qualificam. O primeiro, semelhantemente à Sweetser (1990) e Dik et al (1990), é definido como condicional de predicação, uma vez que apresenta uma condição para a realização do

estado-de-coisas designado pela oração principal, tal como se vê no exemplo abaixo, extraído dessa autora:

- (9) *If it rains he will take his umbrella.* (WAKKER, 1996)

Se chover ele pegará seu guarda-chuva.

No segundo tipo, a verdade da proposição designada pela oração núcleo é dependente da condição expressa pela condicional. A diferença entre o tipo distinguido em Wakker (1994, 1996) daqueles propostos por Sweetser (1990) e por Dik et al (1990) é que, para essa autora, essas condicionais podem ser entendidas como um tipo de satélite fonte, uma vez que fazem referência à fonte evidencial da proposição enunciada. Esse é o caso do exemplo abaixo:

- (10) *If I am not mistaken, Peter is at home.* (WAKKER, 1994, 1996)

Se eu não me engano, Peter está em casa.

Por fim, no terceiro tipo distinguido por Wakker (1994, 1996), as condicionais se relacionam ao ato de fala enunciado pela oração principal e são, portanto, definidas como condicionais ilocucionárias. É o que mostra o seguinte exemplo:

- (11) *If it's raining, there's an umbrella in my wardrobe.* (WAKKER, 1994, 1996)

Se estiver chovendo, tem um guarda-chuva no meu armário.

A crítica de Wakker (1994, 1996) se justifica no que diz respeito à complexidade semântica interna da oração condicional. O tipo de entidade que ela designa não deve ser confundido com a camada em que essa oração condicional pode atuar. Essa questão também é discutida por Cuvalay (1996), que mostrou que as orações condicionais com diferentes graus de complexidade interna, ou seja, designando diferentes tipos de entidade, podem atuar nas três camadas da estrutura subjacente. Cuvalay (1996) afirma que, em alguns casos, condicionais designando entidades de segunda ordem, ou seja, um estado de coisas, podem relacionar-se a um conteúdo proposicional, atuando, dessa forma, na camada da proposição. Essa autora defende, ainda, que não há uma correlação entre a complexidade interna da condicional e a camada com a qual ela se relaciona.

Entretanto, essa classificação também traz alguns problemas, já que a definição de condicional fonte não se aplica a todas as condicionais que se relacionam a um conteúdo proposicional. Em outras palavras, em alguns casos a oração condicional pode relacionar-se a uma proposição sem, no entanto, se realizar como a fonte evidencial desse conteúdo, o que é ilustrado pelo exemplo abaixo:

- (12) *Se tiver que fazer um bolo, eu também sei fazer um bolo de aniversário.* (Bra80:ComerFalarBem)

Observe-se, nesse caso, que a oração condicional, embora esteja relacionada a uma proposição, não é apresentada como a fonte desse conteúdo proposicional. Em outras palavras, o fato de a condicional se relacionar a uma proposição não é condição suficiente para classificá-la como satélite fonte, já que nem sempre ela vai apresentar a fonte evidencial da proposição à qual ela está ligada.

É preciso, portanto, uma tipologia que leve em conta um mesmo fator para o estabelecimento de uma classificação mais adequada. Neste trabalho propõe-se partir da ti-

pologia estabelecida por Dik *et al* (1990), que será reavaliada nos níveis da GDF, a fim de verificar as implicações que o novo modelo pode trazer ao estudo das orações condicionais.

As condicionais na GDF

Sabe-se que na GDF unidades semânticas e pragmáticas são avaliadas em níveis distintos: os níveis representacional e interpessoal, respectivamente. As unidades pragmáticas são analisadas com relação a seu papel na interação falante/ouvinte e o modo como contribui para essa interação. Por outro lado, as unidades semânticas são analisadas em termos das entidades que denotam. Essa separação proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008) exige uma revisão na classificação da relação entre condicional e núcleo, ora considerada uma classificação semântica, já que em Dik (1989) os tipos de entidades eram considerados categorias semânticas.

Em primeiro lugar, os três tipos comumente identificados são classificados de acordo com as entidades semânticas estabelecidas por Lyons (1977), a saber, o estado de coisas, a proposição e o ato de fala. No entanto, para a GDF, o ato de fala, na teoria analisado como ato discursivo, não mais é concebido como uma entidade semântica, mas como uma unidade do nível interpessoal. Acredita-se que, ao separar aspectos pragmáticos e semânticos, a GDF possibilita uma análise mais adequada das diferentes nuances que a relação condicional pode assumir, tal como se discutiu nas seções anteriores.

Além disso, é preciso um critério mais claro para o estabelecimento dessa classificação. Aqui, propõe-se considerar a unidade que a condicional qualifica e não sua estrutura interna. Ou seja, considera-se para a classificação da relação condicional o tipo de unidade com o qual a condicional se liga, sem se levar em conta o tipo de entidade que a própria condicional designa. Isso porque a estrutura interna da condicional (sua propriedade de se realizar como um estado de coisas, uma proposição ou um ato) não determina o tipo de unidade que ela pode qualificar. É o que se observa no seguinte exemplo:

(13) Se você abrir o bico, te meto a mão.

Veja-se, nesse caso, que a oração condicional descreve um evento – ‘abrir o bico’ – embora esteja ligada a um ato de fala. Esse fato é bem comum nas condicionais de ameaça e promessa, em que a condicional carrega um evento ou proposição para se juntar a uma oração principal com estatuto de ato de fala.

Mediante tais considerações, propõe-se, então, a seguinte classificação:

- **Modificador condicional retórico:** quando a oração condicional oferece uma condição para a adequação/relevância comunicativa do ato do discurso ou conteúdo comunicado com o qual se relaciona;

(14) *John has left, in case you haven't heard.* (DIK, 1990, p. 34)

John partiu, caso você não tenha tomado conhecimento.

- **Modificador condicional epistêmico:** quando a oração condicional oferece uma condição para a verificação do valor de verdade do conteúdo proposicional com o qual se relaciona;

(15) *If John stays, Peter will leave* (DIK, 1990, p. 34)

Se John ficar, Peter partirá.

- **Modificador condicional eventivo:** quando a oração condicional oferece uma condição para a realização do estado de coisas com o qual se relaciona.

(14) *He'll take his umbrella in case of rain.* (DIK, 1990, p. 34)

Ele pegará seu guarda-chuva em caso de chuva.

Essa classificação, acredita-se, separa bem o grau de complexidade interna da condicional e a camada que ela qualifica, o que, de certa forma, afasta as inadequações encontradas nas propostas discutidas anteriormente.

Considerações finais

Neste trabalho procurou-se avaliar as classificações semânticas utilizadas para explicar a relação condicional. Verificou-se que comumente são estabelecidos três tipos de condicional: (i) as de estado de coisas; (ii) as de proposição; (iii) as de atos de fala. Parece haver, nas diferentes propostas, uma falta de adequação quanto ao critério considerado para o estabelecimento desses tipos, ora originados pelo estatuto da condicional, ora pelo estatuto da oração com a qual ela está relacionada. Além disso, embora a classificação seja concebida como uma proposta semântica de tratamento das condicionais, pode-se observar, nela, a consideração de aspectos pragmáticos.

Levando em conta as questões discutidas, propôs-se aqui uma revisão dessas classificações dentro do contexto teórico da GDF, considerando apenas a unidade oracional à qual a oração condicional está ligada, entendendo que o estatuto interno da condicional não está determinado pelo estatuto interno da oração matriz. A partir dessa revisão chegou-se a três tipos: (i) condicional retórica, (ii) condicional epistêmica e (iii) condicional eventiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 77-99.

CUVALAY, M. A classification of conditional satellites. In: DEVRIENDT, B. et al. (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 1149-175.

DANCYGIER, B. *Conditionals and predication* (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DIK, S. C. *The theory of functional grammar*. Part 1. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

_____. The semantics of conditionals. In: NUYTS, J., BOLKESTEIN, A. M.; VET, C. (Eds.) *Layers and Levels of Representation in Language Theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 233-261.

- DIK, S. C. et al. The hierarchical structure of the clause and the typology of adverbial satellites. In: NUYTS, J. et al. (Eds.) *Layers and levels of representation in language theory: a functional view*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1990. p. 25-70.
- DUCROT, O. *Dire et ne pas dire*. Paris: Hermann, 1972.
- FILLENBAUN, S. The use of conditionals in inducements and deterrents. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On Conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 179-195.
- FORD, C. E. Speaking conditionally: some contexts for if-clauses in conversation. In: ATHANASIADOU, A. et al. *On Conditionals again*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1997. p. 387-413.
- FORD, C. E., THOMPSON, S. A. Conditionals in discourse: a text based study. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 353-372.
- HAIMAN, J. Conditionals are topics. *Language*, n. 54, p. 564-589, 1978.
- HARDER, P. *Functional semantics: A Theory of Meaning, Structure and Tense in English*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1996.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- LYONS, J. *Semantics*. vol. II. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- NEVES, M. H. M. As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado*. Novos Estudos. v. VII. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 1999. p. 497-544.
- OLIVEIRA, T. P. *A manifestação da polidez nas orações condicionais do português do Brasil*. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos. Área de concentração: Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.
- _____. *On the pragmatics of conditionals in Portuguese*. (mimeo)
- PÉREZ QUINTERO, M. J. *Adverbial Subordination in English. A Functionalist Approach*. Amsterdam/New York: Rodopi, 2002.
- SWEETSER, E. E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- WAKKER, G. Conditionals in the layered structure of functional grammar. In: FORTESCUE, M., HARDER, P., KRISTOFFERSEN, L. (Orgs.) *Layered structure and reference in a functional grammar perspective*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 369-386.
- _____. *Conditions and Conditionals. An Investigation of Ancient Greek*. Amsterdam: Gieben, 1994.
- _____. Conditionals at different levels of the clause. In: DEVRIENDT, B. et al. (Eds.) *Complex structures: A functionalist perspective* (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996. p. 177-199.

O quantificador *todos* no português brasileiro: ordem e padrões de concordância

(The quantifier *todos*(all) in Brazilian Portuguese: word order and inflectional patterns)

Adeilson Pinheiro Sedrins¹

¹Unidade Acadêmica de Serra Talhada – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAST/UFRPE)

sedrins@gmail.com

Abstract: This paper presents a study on the morphosyntactic behavior of the universal quantifier *todos* in Brazilian Portuguese, more specifically, it is about the agreement pattern presented by this quantifier in relation to pre and post nominal order in which it is performed. It is assumed that the order in which the quantifier is found after the DP, is not a product of movement, but the result of quantifier adjunction to the DP projection, which is similar to the adjunction of adjectives in nominal phrases. We argue that the orders [Q DP] and [DP Q] are realizations of different syntactic constituents. The first realization is a QP that selects DP, and the second one is a DP that presents a quantifier phrase.

Keywords: universal quantifier; pre and post nominal order; agreement.

Resumo: Este artigo é um estudo sobre o comportamento morfossintático do quantificador universal *todos* no português brasileiro, mais especificamente sobre o padrão de concordância apresentado por esse quantificador em relação à ordem pré e pós-nominal em que é realizado. Argumenta-se que a ordem em que o quantificador se encontra posposto ao DP não é produto de movimento, mas sim resultado da adjunção do quantificador à projeção do DP, semelhante à adjunção de adjetivos à construção nominal. Similarmente ao que Benmamoun (1999) propôs para o árabe, argumenta-se ainda que as ordens [Q DP] e [DP Q] são realizações de constituintes sintáticos distintos. O primeiro é um QP que seleciona DP, enquanto que o segundo é um DP que contém um sintagma de quantificador.

Palavras-chave: quantificador universal; ordem pré e pós-nominal; concordância.

Introdução

No português brasileiro (doravante PB), o quantificador *todos* apresenta uma peculiaridade em relação a uma língua como o inglês, por exemplo, no que diz respeito à posição em que pode ser realizado dentro do sintagma nominal. A assimetria observada entre (1) e (2) mostra que, diferentemente do inglês, esse quantificador pode aparecer tanto à direita quanto à esquerda do núcleo nominal no PB, e que aparentemente a interpretação semântica de totalidade é mantida em ambos os casos:

- (1) PB
a. A Maria odeia *todos* os estudantes. (A Maria odeia 100% dos estudantes)
b. A Maria odeia os estudantes *todos*. (A Maria odeia 100% dos estudantes)
- (2) Inglês
a. Mary hates all the students.
b. *Mary hates the students all.

(cf. BOŠKOVIĆ, 2004, p. 682, ex. (3c))

O contraste entre o PB e o inglês, verificado acima, sugere que naquela língua a realização do quantificador em posição pós-nominal é mais livre do que nesta. A fim de explicar dados como os em (1), Kato e Nascimento (1993) e Vicente (2006) propuseram que no PB a ordem N(ome)-Q(uantificador) é resultado de operações de movimento, sendo a ordem Q-N a que reflete as posições em que esses constituintes são gerados. Essa proposta difere da de Bošković (2004) para as construções com o quantificador *all* (todo(s)/toda(s)) no inglês. De acordo com a proposta desse autor, no inglês, o quantificador *all* é adjungido ao sintagma nominal, após o movimento desse sintagma para uma posição não-argumental, sendo a adjunção do quantificador proibida quando o DP está numa posição argumental. Isso explica por que (2b) é uma construção agramatical no inglês. Nesse exemplo, o DP *the students* (os estudantes) está na posição argumental de objeto do verbo, posição na qual a adjunção de *all* não seria permitida.

Partindo dessas considerações e lançando mão do modelo teórico de Princípios & Parâmetros, na sua versão minimalista (CHOMSKY, 1995 e trabalhos subsequentes), procuramos mostrar neste artigo evidências que favorecem uma análise alternativa para o comportamento sintático de *todos* no PB, argumentando que, contrariamente às análises correntes que têm sido assumidas para essa língua, a ordem em que o quantificador se encontra posposto ao DP não é produto de movimento, mas sim resultado da adjunção do quantificador à projeção do DP, semelhante à adjunção de adjetivos à construção nominal. Similarmente ao que Benmamoun (1999) propôs para o árabe, iremos argumentar que as ordens [Q DP] e [DP Q] são realizações de constituintes sintáticos distintos. O primeiro é um QP que seleciona DP, enquanto que o segundo é um DP que contém um sintagma de quantificador. Essa proposta tem pelo menos uma vantagem em termos teóricos que é a de excluir um movimento tão curto do DP, como propõem as análises de Kato e Nascimento (1993) e Vicente (2006), por exemplo, evitando, assim, problemas relacionados à minimalidade. Em termos empíricos, essa proposta permite capturar o papel semelhante ao de adjetivo que o quantificador parece desempenhar na posição [DP Q], conforme observado, de forma independente, primeiramente em Galves (2001).

Na seção seguinte, situamos, em linhas gerais, o que tem sido proposto na perspectiva gerativista para dar conta da questão de como os quantificadores são licenciados, focalizando a proposta de Benmamoun (1999) para as construções com quantificadores no árabe, a fim de, a partir dessa proposta, na seção 3, mostrar como uma análise de adjunção de Q na ordem [DP Q] se mostra mais adequada em termos teóricos e empíricos para o caso do PB, do que a proposta de movimento do DP para [Spec, QP]; na seção 4, finalmente, apresentamos as conclusões.

Como quantificadores são projetados?

Como bem observou Bošković (2004), há, pelo menos, duas perspectivas para se capturar o fenômeno da flutuação de quantificador: (i) a análise de encahamento (SPORTICHE, 1988), na qual o quantificador e o nominal que ele modifica são gerados como um constituinte, ficando Q encahado após o movimento do nominal; e (ii) a análise em que Q é tratado como um advérbio (KAYNE, 1975; BOBALJIK, 2003; entre outros).

Para nossa análise, iremos descartar a perspectiva que trata os quantificadores como elementos adverbiais, baseados em dois pontos: (i) o quantificador *todos* no PB,

diferente de típicos advérbios, apresenta concordância com o nome o qual modifica; (ii) diferente de línguas que permitem nomes com modificadores adverbiais (grego, por exemplo, cf. ALEXIADOU, 2001), o PB não apresenta tal possibilidade. Assim, a perspectiva (i), da análise de encaimento para o quantificador, será a assumida aqui.

Pelo viés da análise de encaimento, duas possibilidades são geralmente discutidas para a derivação de uma construção contendo um DP e um quantificador: (i) Q é um adjunto de NP (ou DP) ou (ii) Q seleciona DP como seu complemento. Para as abordagens em que Q é assumido como um adjunto, a ordem [DP Q] se deve ao movimento do DP para uma posição mais alta na sentença.¹ Para a abordagem de seleção, a ordem [DP Q] resulta do movimento do DP para a posição [Spec, QP], como é o caso do que propõem as análises de Kato e Nascimento (1993) e Vicente (2006), já referidas anteriormente.

O movimento do DP para [Spec, QP], nas análises que o assume, é seguido pela assunção de que Q seleciona DP como seu complemento (cf. SHLONSKY, 1991; KATO; NASCIMENTO, 1993; CERQUEIRA, 1996; VICENTE, 2006). Shlonsky (1991) é uma das análises mais representativas dessa proposta de movimento. A principal evidência na sua análise para o movimento do DP no hebraico é que a ordem [DP Q], nessa língua, resulta em concordância morfológica visível entre esses dois constituintes.² De acordo com o autor, tal concordância, que apenas aparece na ordem [DP Q], se dá devido a uma relação [*Spec-head*] estabelecida entre DP e Q, de forma similar ao padrão de concordância verificado entre o sujeito e *Infl* no nível da sentença. Em outras palavras, a concordância visível apresentada na ordem [DP_Q] é um reflexo da configuração [*Spec-head*].

Em relação às propostas para o PB, para a ordem do quantificador *todos*, a única perspectiva explorada, tanto quanto é de nosso conhecimento, é a proposta na qual a ordem [DP Q] se deve ao movimento do DP para a posição [Spec, QP], como configura nos trabalhos de Kato e Nascimento (1993), Cerqueira (1996) e Vicente (2006). Todas essas análises para o PB são baseadas no fato de que DP+Q se comporta como um único constituinte, diferente do inglês, por exemplo, como mostram alguns testes:³

- (3) Contexto de pergunta-resposta (sujeito)
A: Quem odeia a Maria?
Who does hate Mary?
B: (Todas) as mulheres (todas)
(All) the women (*all)

¹ Bošković (2004) assume a análise de adjunto para Q e no quadro teórico lá apresentado, a flutuação do quantificador numa estrutura como (i) *Mary hates them all* ('Mary odeia eles todos') se deve ao movimento do pronome na estrutura, encaimando o quantificador numa posição mais abaixo. O autor argumenta que de fato a sequência *them all* em (i) não é um constituinte. Uma evidência empírica para isso é dada em contexto de coordenadas: **Mary likes you and/but not them all* ('Mary gosta de você e/mas não deles todos') (cf. BOŠKOVIĆ, 2004, nota (26), p. 706).

² Apenas na ordem [NP Q], em hebraico, Q é realizado com um clítico que apresenta marca para gênero e número que concorda com as marcas de gênero/número do NP. O mesmo padrão é encontrado em línguas como o árabe (cf. BENMAMOUN, 1999). Referimo-nos a NP, conservando a nomenclatura apresentada pelo autor.

³ Como mostra Vicente (2006), em seus exemplos aqui retomados em (3)-(7), o inglês e o PB apresentam um comportamento diferente em relação à estrutura do DP com quantificador. O que os contrastes entre essas duas línguas apresentam é que, em PB, mas não no inglês, a ordem DP+Q se comporta como um único constituinte.

- (4) Pergunta-resposta (objeto)
 A: Quem a Maria odeia?
 Who does Mary hate?
 B: (Todos) os alunos (todos)
 (All) the students (*all)
- (5) Coordenadas (posição de sujeito)
 (Todos) os alunos (todos) e a Maria foram ao cinema
 (All) the students (*all) and Mary went to the movies
- (6) Coordenação (posição de objeto)
 Ontem nós vimos (todos) os alunos (todos) e a Maria no cinema.
 Yesterday we saw (all) the students (*all) and Mary in the movies.
- (7) Deslocamento à esquerda
 (Todos) os alunos (todos), eu vi.
 (??All) the students (*all), I saw.

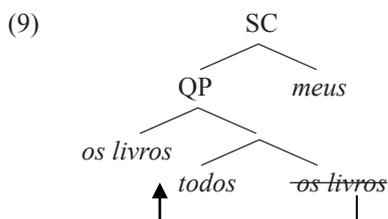
(VICENTE, 2006, p. 85, ex. (20)-(22))

Cerqueira (1996) é um exemplo de análise que assume o movimento do DP para [Spec, QP]. Em sua análise, o autor parte da problemática da ordem de constituintes como em (8c), a fim de delinear sua proposta de configuração de *small clause* para as construções com pronomes possessivos, como as que seguem:

- (8) a. todos os meus livros
 b. os meus livros todos
 c. os livros todos meus

(CERQUEIRA, 1996, p. 45, ex. (11))

De acordo com Cerqueira (1996), para dar conta de uma construção como (8c), com *todos* entre o nome e o possessivo, uma proposta de que o quantificador universal *todos* seja gerado em [Spec, NP] ou que selecione NP não é plausível, devido ao fato de que tal quantificador em PB seleciona um DP, nunca ocorrendo entre um determinante e um nome. Por outro lado, propor que o pronome possessivo e o DP possuído (*livros*, no caso de (8)) sejam gerados em estruturas de *small clause*, permite que o movimento do DP possuído ocorra para [Spec, QP] obtendo-se a ordem em (8c), como ilustra (9):



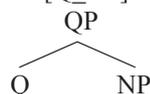
Essa proposta de movimento do DP para [Spec, QP] é teoricamente problemática, já que invoca uma questão de minimalidade, isto é, se o movimento de constituintes é forçado para checagem de traços (assumindo Chomsky (1998) e trabalhos subsequentes), por que é que Q não pode checar seus traços com o NP numa configuração de irmandade, tornando obrigatório o movimento do NP da posição de complemento para a posição de Spec da mesma categoria?⁴

⁴ Ver Abels (2003) e Grohmann (2000 e 2003) para restrições sobre movimentos curtos.

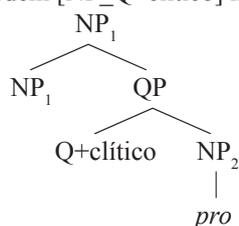
Dito isso, nossa proposta é a de que, contrariamente às correntes análises oferecidas para a ordem [DP Q] no PB, não há movimento do DP para a posição [Spec, QP], mas sim adjunção do quantificador à construção nominal. Note-se que a assunção de que o quantificador está adjungido ao DP mantém a noção de “constituente único” verificada em construções como (3)-(7) no PB. As evidências empíricas que iremos discutir em favor de tal proposta provêm de um diferente padrão de concordância entre a ordem [Q DP] e [DP Q], já apresentado em Scherre (1988) e Vicente (2006), bem como de diferenças de interpretação entre as duas ordens. Essa proposta se baseia principalmente no trabalho de Benmamoun (1999).

Em seu estudo sobre o comportamento sintático de quantificadores no árabe, Benmamoun propõe que as ordens [Q_NP]⁵ e [NP_Q] representam sintagmas distintos envolvendo diferentes relações sintáticas. No primeiro caso, (Q_NP), o autor assume que Q é o núcleo da projeção QP que contém o NP, mas, no segundo caso, (NP_Q), contrariamente a Shlonsky (1991), Q é uma instância de adjunto do NP. Ambas as estruturas são ilustradas a seguir:⁶

(10) a. ordem [Q_NP] no árabe



b. ordem [NP_Q+clítico] no árabe



Para corroborar a existência das diferentes estruturas em (10), Benmamoun primeiramente argumenta contra a ideia de Shlonsky de que a concordância entre o complexo Q+clítico e o NP na ordem [NP_Q+clítico], em línguas como o árabe, é obtida exclusivamente em configurações *Spec-head*. Para isso, o autor mostra casos em que a concordância entre clítico e quantificador é morfologicamente visível em claros contextos de relações não *Spec-head*, como nos casos em que clítico e NP estão coindexados, mas separados por ilhas⁷,⁸(cf. (11)).

⁵ Benmamoun se refere a NP porque, de fato, Q parece ser realizado abaixo do nível em que D é realizado (com movimento posterior de Q para D), como o autor assume em sua análise. Assim, Q c-comanda NP, não DP. Esse não parece ser o caso do PB, porque esta língua claramente realiza o quantificador *todos* acima do núcleo D, como em [todas [_{DP} as meninas]] e não como em *[[_{DP} as [_{QP} todas [_{NP} meninas]]]. Estamos assumindo aqui, juntamente com outras análises (KATO; NASCIMENTO, 1993; CERQUEIRA, 1996 e VICENTE, 2006), que, no PB, na ordem [Q_DP], Q seleciona DP, não NP.

⁶ (10b) ilustra o caso em que Q+clítico é realizado e o NP o precede, ou quando um pronome nulo é realizado dentro do QP com o qual Q concorda.

⁷ É imperativo notar que Benmamoun centra sua análise no árabe, língua que se comporta de forma similar ao hebraico em relação ao fenômeno do quantificador (ver nota 6, sobre o caso do hebraico).

⁸ Os traços de concordância observados no complexo Q+clítico, nesse caso, são checados com um pronome nulo *pro* dentro da ilha (ver (10b)). Assim, o NP na sentença matriz está relacionado ao QP dentro da ilha via estratégia de pronome resumptivo (ver BENMAMOUN, 1999 e AOUN; BENMAMOUN, 1998, para maiores detalhes).

- (11) a. hadu lə-wlad_i lli mš-at [island qbəl
 these the-children that leave.PAST-3FS before
 ma-y-žī-w kull-hum_i]
 NEG-3-come-P all-them
 ‘These are the children that she left before meeting them all.’
 ‘Essas são as crianças que ela saiu antes de encontrá-las todas’

O principal argumento de Benmamoun em favor de uma estrutura de adjunto em vez de uma relação de *Spec-head*, para a ordem [NP_Q], no árabe, está relacionado a questões de Caso e de concordância nessa língua. O autor mostra que, no árabe, o Caso na ordem [Q_NP] é invariavelmente o Caso genitivo (cf. (12)), enquanto que o Caso na ordem [NP_Q] varia de acordo com o núcleo que rege a projeção contendo o NP (cf. (13)).

- (12) Morfologia de Caso na ordem [Q_NP] (árabe)

- a. kull-u t.-t.ullaab-i žaa?-uu
 all-NOM the-students-GEN come.PAST-3MP
 ‘All the students came.’
 ‘Todos os estudantes vieram’
- b. ra?ay-tu kull-a t.-t.ullaab-i
 see.PAST-1S all-ACC the-students-GEN
 ‘I saw all the students.’
 ‘Eu vi todos os estudantes’
- c. kitaab-u kull-i t.-t.ullaab-i
 book-NOM all-GEN the-students-GEN
 ‘the book of all the students’
 ‘o livro de todos os estudantes’
- d. maʒa kull-i t.-t.ullaab-i
 with all-GEN the-students-GEN
 ‘with all the students’
 ‘com todos os estudantes’

(BENMAMOUN, 1999, p. 623, ex. (4))

- (13) Morfologia de Caso na ordem [NP_Q] (árabe)

- a. t.-t.ullaab-u kull-u-hum žaa?-uu
 the-students-NOM all-NOM-them come.PAST-3MP
 ‘All the students came.’
- b. ra?ay-tu t.-t.ullaab-a kull-a-hum
 see.PAST-1S the-students-ACC all-ACC-them
 ‘I saw all the students.’
- c. kitaab-u t.-t.ullaab-i kull-i-him
 book-NOM the-students-GEN all-GEN-them
 ‘the book of all the students’

(BENMAMOUN, 1999, p. 631, ex. (25))

O diferente padrão morfológico de Caso verificado entre as ordens [Q_NP] e [NP_Q], no árabe, favorece a ideia de que na ordem [NP_Q] o nome é o núcleo da projeção contendo Q (um adjunto) e, como núcleo, N porta o Caso atribuído a toda projeção [NP_Q].

O segundo argumento, apresentado em Benmamoun (1999), em favor de sua proposta para N como o núcleo da projeção [NP_Q] é a concordância que o NP apresenta com a

categoria que rege a projeção [NP_Q]: quando o NP é realizado em forma de pronome, um fenômeno de duplicação se dá entre o núcleo que rege o sintagma [NP_Q] e o NP: o regente (no caso, um verbo) deve apresentar um clítico que concorda com a forma pronominal.

- (14) a. tlaqa-*(hum) kull-hum
meet.PAST.3MS-them all-them
‘He met them all.’
‘Ele os encontrou todos’
- b. ktub-*(hum) kull-hum
books-them all-them
‘the books of all of them’
‘os livros de todos eles’
- c. m_ça-*(hum) kull-hum
with-them all-them
‘with them all’
‘com eles todos’

(BENMAMOUN, 1999, p. 632, ex. (27))

Propondo que na ordem [NP_Q] Q está adjungido à construção nominal, Benmamoun sugere que a concordância visível apresentada pelo quantificador nesse contexto é produto da sua concordância com um pronome nulo dentro da projeção QP (ver (10b) e nota 11), coindexado ao NP. Em outras palavras, a concordância visível manifestada em Q não é uma concordância direta entre Q e o NP que ele modifica, mas entre Q e um pronome nulo dentro da projeção QP. Partindo dessa proposta, apresentamos na seção a seguir uma análise similar para a ordem [DP_Q] no PB.

Adjungindo Q

No PB, as propriedades de concordância e de Caso que proveem evidências para a ideia de adjunção do quantificador no árabe não são manifestadas morfológicamente, mas um fato interessante relacionado à concordância parece mostrar que uma análise de adjunção do quantificador pode ser estendida para o caso do PB. Observemos primeiro que, em (15), o aparente quantificador flutuante dentro da ilha está relacionado ao DP da sentença matriz, concordando em relação a gênero e número:

- (15) a. Vou salvar *os capítulos* [antes que *todos* sejam apagados].
b. Dei chocolate para *as meninas* [depois que *todas* fizeram o dever de casa].

Em casos como os de (15), não podemos assumir que o DP da sentença matriz tenha sido gerado dentro da ilha sendo alçado em seguida. Isso decorre da condição bastante conhecida sobre extração de constituintes a partir de ilhas de adjunto (ROSS, 1967), a qual também é operante no PB. Essa língua não permite extração de constituintes a partir desse tipo de ilha, como mostra (16):

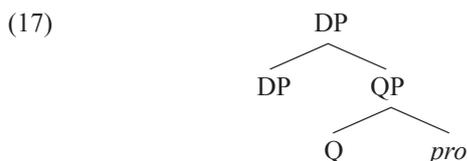
- (16) a. **Que livro* a Maria limpou a casa depois que o João leu *que livro*?

Se o DP na matriz, nos casos de (15), não é gerado na projeção em que se encontra o quantificador (na sentença encaixada), de que forma se dá a concordância entre Q, na sentença encaixada, e o DP, na sentença matriz? A melhor opção para dar conta da

concordância nos casos de (15) parece ser assumir a análise de Benmamoun para o árabe: existe um pronome nulo gerado com Q dentro da sentença encaixada e a concordância visível que Q apresenta no PB, em casos como os apresentados em (15), é um reflexo da concordância entre Q e *pro*.

A correspondência de concordância entre o DP na oração matriz e o Q na sentença adjunto pode ser dada pela estratégia de pronome resumptivo (segundo BENMAMOUN (1999) e AOUN e BENMAMOUN (1998)). Assim, podemos pensar que, em (15), os quantificadores estão concordando com um pronome nulo, o qual, por sua vez, toma como antecedente o DP foneticamente realizado na sentença matriz.

Voltando agora diretamente para o caso em que a ordem [DP_Q] se dá, vamos assumir, seguindo a análise de Benmamoun para o árabe, que, em tal ordem, Q está adjungido ao DP no PB. Nesse caso, Q não seleciona DP. Vamos assumir também que, como no árabe, o quantificador, nessa ordem, seleciona um *pro*, permitindo-nos uma homogeneidade em termos de subcategorização para Q (mantemos a noção de transitividade para Q que seleciona um constituinte nominal, DP ou *pro*, por exemplo). A estrutura da ordem [DP Q] é, então, dada em (17):



Assumindo uma análise para o quantificador como a desenvolvida em Benmamoun, podemos prever que, na ordem [DP_Q], exista a possibilidade de uma concordância parcial de Q com o DP. Referimo-nos a essa concordância parcial como uma possibilidade de Q concordar com o pronome nulo *pro*, mas não exatamente com os traços do DP. Em outras palavras, podemos esperar que, na ordem [DP Q], Q não concorde inteiramente com DP, já que Q, na proposta de adjunção aqui adotada, checaria seus traços de concordância com *pro* e não com DP.

Um fato interessante é que, no PB coloquial, o quantificador *todos* tem uma variante realizada sem marca visível de concordância para gênero e número (*tudo*, *tudinho*), um tipo de quantificador neutro em relação à morfologia visível de traços- ϕ , o qual é apenas permitido na ordem [DP Q]. Compare os dados em (18) e (19):⁹

- (18) PB padrão
 a. As meninas todas
 b. Todas as meninas

- (19) PB coloquial
 a. As meninas tudo/tudinho
 b. *Tudo/*tudinho as meninas

Vamos assumir que Q precisa checar seus traços- ϕ e então checa com a categoria a qual seleciona. Se Q seleciona um DP lexical, então Q concorda com este e nos casos em que Q seleciona *pro* a concordância se dá entre Q e *pro*.

⁹ Essa variante do quantificador *todos* é também observada em Scherre (1988) e Vicente (2006).

Voltando aos casos de ilhas, com o DP na sentença matriz e o quantificador dentro da ilha relacionados, concordando em traços- ϕ , havíamos sugerido que em (15), repetido aqui em (20), o quantificador está concordando com *pro* dentro da ilha e não com o DP na sentença matriz, e a correspondência entre o quantificador e o DP se deve a uma estratégia de pronome resumptivo.

- (20) a. Vou salvar os capítulos [antes que todos *pro* sejam apagados].
b. Dei chocolate para as meninas [depois que todas *pro* fizeram o dever de casa].

Suponhamos que *pro* na sentença encaixada tome como antecedente para referência o DP na sentença matriz,¹⁰ mas a relação entre *pro* e DP não precise ser completamente combinada para traços- ϕ . Nos casos em que *pro* não é completamente especificado para traços- ϕ , o quantificador assume a forma neutra quando concorda com esse *pro* deficiente. Note que a forma neutra do quantificador é possível em casos como (20), como mostra (21):

- (21) a. Vou salvar os capítulos [antes que *tudinho* seja apagado].
b. Dei chocolate para as meninas [depois que *tudinho* fizeram o dever de casa].

Rodrigues (2007) apresenta uma análise similar para a concordância entre um DP na sentença matriz e um pronome nulo (*pro*) em sentenças encaixadas, classificadas como construções de controle não-obrigatório. A autora observa que, nessas construções, em algumas línguas românicas, os traços- ϕ do controlador não combinam inteiramente com os traços- ϕ do controlado na sentença encaixada, apesar de a referência entre controlador e controlado ser a mesma. Rodrigues assume que os casos de controle não-obrigatório não são uma instância de PRO, nem produto de movimento como numa teoria de movimento para construções de controle (como a teoria desenvolvida em Hornstein (2001), por exemplo), mas casos com um *pro* gerado na sentença encaixada, o qual carrega seus próprios traços de concordância e assim não é dependente dos traços de concordância do seu antecedente.

Se a análise de Rodrigues estiver correta, então, dizer que, em (21), existe um *pro* relacionado ao DP da sentença matriz, mas que é independente dos traços- ϕ deste, parece ser a maneira mais natural de capturar a concordância entre o Q na encaixada e o DP da matriz.

Em suma, faz-se plausível assumir que a ordem [Q DP] no PB é a ordem em que o quantificador seleciona um DP e checa com esse seus traços- ϕ , o que explica por que, nessa ordem, não podemos ter um quantificador com marcas de concordância diferentes das apresentadas pelo DP que ele seleciona (ver exemplo (19)). Por sua vez, na ordem [DP Q], Q seleciona um *pro* e checa seus traços- ϕ com o pronome nulo e, portanto, a concordância visível entre Q e DP nessa ordem pode não ser completa. Essa análise parece ser mais coerente do que aquela em que o DP move-se para [Spec, DP], uma vez que em tal caso Q deveria apresentar o mesmo padrão de concordância do DP, se se assume que o quantificador checa seus traços- ϕ com o DP.

Note-se que, assumindo a existência de um *pro* da forma como está sendo sugerido aqui, nós descartamos a proposta de que na ordem [DP Q] o quantificador seleciona o DP, assim parece que a melhor forma de capturar o fato de que [DP Q] se comporta como um constituinte (ver (3)-(7)) é argumentar em favor da adjunção do quantificador ao DP.

¹⁰ Ver Rodrigues (2002, 2004) e Ferreira (2000) que convincentemente mostram que a categoria *pro* no PB somente é licenciada quando há um antecedente para referência.

Voltemos agora à questão sobre o movimento interno em QP. Análises de movimento do DP para a posição [Spec, QP], com vistas à obtenção da ordem [DP Q], seriam problemáticas para dar conta de alguns casos em construções nominais com genitivos, uma vez que esses sintagmas são gerados dentro do DP. Nesse sentido, numa construção como *os livros todos do João*, temos de garantir o movimento de parte do DP (*os livros*) para [Spec, QP], deixando a construção genitiva *in situ*, como se houvesse uma extraposição à direita do genitivo precedendo o movimento do DP.

Na análise alternativa apresentada aqui para a adjunção do quantificador na ordem [DP_Q], não precisamos incluir na gramática uma operação de extraposição à direita do genitivo, uma vez que o movimento do DP para a posição [Spec, QP] não precisa ser realizado. Contudo, precisamos estipular onde exatamente a adjunção do quantificador se dá, a fim de acomodar a ordem empiricamente observada no PB, na qual o quantificador está entre o nome e o genitivo. Para isso, vamos retomar casos de ordem de adjetivo.

Sedrins (2006) observou que existem casos, no PB, em que alguns adjetivos podem ser realizados entre o nome e seu complemento, de forma similar ao que ocorre em outras línguas românicas (cf. CINQUE, 1994; ALEXIADOU; HAEGEMAN; STAVROU, 2007), como mostram os dados em (22):

- (22) a. Dedicção *total* a você
 b. O desmatamento *desenfreado* da mata atlântica

Conforme sugerido em Sedrins (2006), a ordem dos constituintes em (22) se deve ao movimento do núcleo nominal N para uma posição mais alta dentro do DP, seguindo a análise de Cinque (1994) para o movimento de N em línguas como o italiano. O adjetivo é adjungido à esquerda da projeção NP e, após o movimento de N, obtemos a ordem *N-adjetivo-complemento de N*, algo como ilustrado em (23):

- (23) $[_{DP} [_{XP} N [_{NP} AP[_{NP} [N PP]]]]]$

O movimento de N para uma posição mais alta dentro do DP é uma operação observada em diversas línguas (ver ALEXIADOU; HAEGEMAN; STAVROU, 2007, para um resumo de propostas para línguas com movimento de N). Vamos, então, assumir que, em PB, como em outras línguas românicas, tal movimento existe. Voltando para o caso do quantificador *todos*, vamos sugerir que a adjunção deste item lexical ocorre da mesma forma que a adjunção de adjetivos, logo, uma adjunção à projeção NP. Quando N se move, obtém-se a ordem N-Q-PP_{genitivo}, como ilustra (24):

- (24) $[_{DP} [_{XP} N [_{NP} QP[_{NP} [N PP]]]]]$

Finalmente, (25a) e (25b) representam, respectivamente, as ordens pré e pós-nominal do quantificador, de acordo com a análise delineada acima:

- (25) a. $[QP [_{DP} \dots [_{NP} [N PP]]]]]$
 b. $[_{DP} \dots [_{NP} QP [_{NP} [N PP]]]]]$

As duas estruturas acima propostas permitem ainda capturar diferenças de interpretação referente à ordem do quantificador *todos* em PB. Apesar de, em alguns contextos, a alternância

na ordem [Q DP] e [DP Q] não apresentar uma diferença de interpretação bastante nítida, como nos exemplos em (26), em (27) temos uma diferença entre as leituras possíveis, de acordo com a ordem do quantificador:

- (26) a. A Maria odeia todos os estudantes. (A Maria odeia 100% dos estudantes)
b. A Maria odeia os estudantes todos. (A Maria odeia 100% dos estudantes)
- (27) a. Maria riscou todas as duas páginas. (leitura não exaustiva)
b. Maria riscou as duas páginas todas. (leitura exaustiva – riscou por inteiro)

Em (27), por exemplo, a leitura de exaustividade, que pode ser capturada por um adjetivo como *inteiras/completas*, só é possível quando *todos* está posposto ao DP. O contraste entre as leituras possíveis nos exemplos de (27) mostra que, quando posposto, o quantificador se comporta como um adjetivo. Esse comportamento de adjetivo para o quantificador *todos* na posição posposta ao DP foi também verificado em Galves (2001), de forma independente. A autora observou que, em contextos de singular, o comportamento de adjetivo para *todos* se mostra de forma mais evidente do que em DPs no plural, como em (27). (28) ilustra um exemplo da autora:

- (28) a. **Todo** (o) dia ela faz tudo sempre igual.
b. Eu passei o dia **todo** procurando uma solução.

(GALVES, 2001, p. 107, exs. (45) e (46))

Galves observou que, em (28a), *todos* apresenta uma leitura de quantificador universal, como em *todos os dias*, enquanto que, em (28b), *todo* está atribuindo um atributo a *dia*, da mesma forma que o adjetivo *inteiro*, como em *dia inteiro*.

Se o quantificador na posição posposta ao DP se comporta como um adjetivo, a proposta de que nesse caso ele é adjungido ao DP, da mesma forma que ocorre com a adjunção de adjetivos ao DP, torna-se mais vantajosa em relação à proposta de movimento do DP para [Spec, QP], uma vez que permite capturar os contrastes de leitura que a forma *todos* apresenta dependendo da posição em que é gerado.

Conclusão

Conforme apontamos no decorrer do texto, a proposta de que a ordem [DP Q] é resultado de movimento do DP para [Spec, QP], além de não ser viável em termos minimalistas, tendo em vista a natureza curta do movimento (movimento interno a uma mesma categoria), não se mostra satisfatória para explicar padrões específicos que cada ordem [Q DP] e [DP Q] apresenta. Um desses padrões é o de concordância neutra que o quantificador pode apresentar apenas quando posposto. Some-se ainda que nessa proposta de movimento o fato de o quantificador *todos* parecer se comportar como adjetivo na ordem [DP Q] e como quantificador na ordem [Q DP] carece de explicação. Todavia, conforme buscamos mostrar, se assumirmos que as ordens [Q DP] e [DP Q] são duas estruturas sintáticas distintas, os padrões específicos de concordância e de interpretação que cada ordem apresenta podem ser acomodados de maneira mais adequada. Na ordem [Q DP], temos a projeção de um QP, Q subcategorizando um DP e concordando com este em traços- ϕ . Daí o fato de que, nessa ordem, além de a leitura de quantificador ser estabelecida para Q, já que Q c-comanda DP, também a concordância entre Q e DP

se dá de forma direta refletindo uma concordância completa para traços- ϕ , em termos de morfologia visível. Já a ordem [DP Q] é resultado da adjunção do Q a NP, como ocorre nos casos de adjunção de adjetivo. Assim, a concordância entre Q e NP se dá de forma indireta, sendo possível, portanto, a obtenção de uma concordância parcial (neutra em termos de traços- ϕ), assim como, da mesma forma, a leitura de adjetivo se torna disponível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELS, K. *Successive cyclicity, anti-locality, and adposition stranding*. 2003. PhD Dissertation, University of Connecticut, Connecticut.
- ALEXIADOU, A. *Functional structure in nominals: nominalization and ergativity*. Amsterdam: John Benjamins, 2001.
- ALEXIADOU, A.; HAEGEMAN, L.; STAVROU, M. Noun Phrase in the generative perspective. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007.
- AOUN, J.; BENMAMOUN, E. Minimality, reconstruction and PF movement. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass. v. 29, p. 569-597, 1998.
- BENMAMOUN, E. The syntax of quantifiers and quantifier float. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass. n. 30, p. 621-642, 1999.
- BOBALJIK, J. Floating quantifiers: handle with care. In: CHENG, L.; SYBESMA, R. (Eds.). *The second Glot international state-of-the-article book*. Berlin: Mouton, 2003. p. 107-148.
- BOŠKOVIĆ, Ž. Be careful where you float your quantifiers. *Natural language & linguistic theory*, n. 22, p. 681-742, 2004.
- CERQUEIRA, V. C. *A sintaxe do possessivo no português brasileiro*. 1996. Tese (Doutorado em Linguística)-UNICAMP, Campinas.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.
- _____. Minimalist Inquiries: the framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. *Step by step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2000 [1998].
- CINQUE, G. On the evidence for partial N-movement in the Romance DP. In: CINQUE, G. et al. (Eds.). *Paths towards universal grammar: studies in honor of Richard S. Kayne*. Washington, DC: Georgetown University Press, 1994. p. 85-110.
- FERREIRA, M. B. *Argumentos Nulos em Português Brasileiro*. 2000. Dissertação (Mestrado em Linguística)- UNICAMP, Campinas.
- GALVES, C. Movimento de V, níveis de representação e a estrutura de IP. In: _____. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. p. 97-124.
- GROHMANN, K. *Prolific Domains*. Amsterdam/New York: John Benjamins, 2003.
- _____. *Prolific peripheries: a radical view from the left*. 2000. Ph.D Dissertation. University of Maryland, College Park.
- HORNSTEIN, N. *Move! A minimalist theory of construal*. Maiden, MA: Blackwell, 2001.

- KATO, M. A.; NASCIMENTO, M. A representação da estrutura sentencial do português e a posição dos aspectuais e quantificadores. ENCONTRO DA ANPOLL, *Anais*, 1993.
- KAYNE, R. *French syntax: the transformational cycle*. Cambridge, MA: MIT Press, 1975.
- RODRIGUES, C. Morphology and null subjects in Brazilian Portuguese. In: LIGHTFOOT, D. (Ed.). *Syntactic Effects of Morphological Change*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 160-178.
- _____. Agreement and Flotation in Control Configurations. In: DUBINSKY, S.; DAVIES, W. D. (Eds.). *New Horizons in the Grammar of Raising and Control*. Dordrecht: Springer, 2007. p. 213-229.
- _____. *Impoverished morphology and A-movement out of Case domains*. College Park, 2004. PhD Dissertation, University of Maryland, College Park.
- ROSS, J. R. *Constraints on variables in syntax*. 1967. PhD Dissertation. MIT, Cambridge, Mass.
- SCHERRE, M. M. P. *Reanálise da concordância nominal em português*. 1988. Tese (Doutorado em Linguística) - UFRJ, Rio de Janeiro.
- SEDRINS, A. P. Sobre a estrutura do DP: algumas considerações acerca da posição do complemento nominal em relação ao núcleo nominal. *Leitura: Revista do programa de pós-graduação em letras e linguística da UFAL, Maceió*, n. 33, p. 17-29, 2006.
- SHLONSKY, U. Quantifiers as functional heads: a study of quantifier float in Hebrew. *Lingua*, n. 84, p. 159-180, 1991.
- SPORTICHE, D. A theory of floating quantifiers and its corollaries for constituent structure. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass. n. 19, p. 425-449, 1988.
- VICENTE, H. da S. G. *O quantificador flutuante todos no português brasileiro e no inglês: uma abordagem gerativa*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília.

Predicados reflexivos e compartilhamento de traços¹

(Reflexive predicates and feature sharing)

Dorothy Bezerra Silva de Brito¹

¹Unidade Acadêmica de Serra Talhada – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UAST/UFRPE)

dorothybsb@hotmail.com

Abstract: In this paper, I discuss reflexive predicates through the observation of syntactic-semantic properties of the reflexive clitic *se* in Brazilian Portuguese, which is the true reflexive of this language. This reflexive clitic is different from other clitics and the relationship among them is coreference which occurs through feature identity rather than a reflexivity relation. The absence of identity among the features of *se* and its antecedent does not interfere in the grammaticality of sentences since the agreement occurs between DP and the reflexive clitic. This agreement occurs in a *small clause* configuration and later between the head, v^* , and the reflexive clitic that, having its features valued, is able to value the ones of the v^* .

Keywords: Reflexive Predicates; Agreement; Feature Sharing; *Small Clause*.

Resumo: Neste trabalho, desenvolvo um estudo sobre os predicados reflexivos através da observação das propriedades sintático-semânticas do *se* reflexivo no português brasileiro, uma vez que ele é analisado como o verdadeiro reflexivo desta língua, diferenciando-se dos outros clíticos, cuja relação com os antecedentes é de correferência que se dá através da identidade de traços, e não de uma relação de reflexividade. A não identidade entre os traços de *se* e do antecedente não interfere na gramaticalidade da sentença pois a concordância se dá entre o DP e o reflexivo, numa configuração de *small clause* e, posteriormente, entre o núcleo predicador, v^* , e o reflexivo que, já tendo os seus traços valorados, valora os traços daquele.

Palavras-Chave: Predicados Reflexivos; Concordância; Compartilhamento de Traços; *Small Clause*.

Apresentação

No português brasileiro (PB) canônico, o *se* é considerado o clítico reflexivo para a terceira pessoa do singular, *ele* e *ela*, e do plural, *eles* e *elas*, para o pronome de segunda pessoa do singular *você*, e também do plural, *vocês*, e para o pronome de primeira pessoa do plural, *a gente*. Uma outra possibilidade apresentada pela gramática do PB, ainda que não faça parte do registro culto da língua, é a de que o *se* seja a forma reflexiva também para antecedentes de primeira pessoa do singular e do plural, *eu* e *nós*, respectivamente, e também para o pronome de segunda pessoa do singular, *tu*. Com o objetivo de discutir os predicados reflexivos em que o *se* estabelece uma relação de concordância com antecedentes cuja especificação gramatical é diferente de [3ª pessoa], nos utilizamos dos dados apresentados abaixo.

¹ Agradeço a Marcelo Amorim Sibaldo, por discussões que foram essenciais para o desenvolvimento deste artigo. Agradeço também aos pareceristas por sugestões valiosas ao texto e à apresentação da análise. Os erros remanescentes são de minha inteira responsabilidade.

Dados básicos

- (1) Ele/ela se lava todos os dias.
- (2) Eles/elas se lavam todos os dias.
- (3) Você se lava todos os dias.
- (4) Vocês se lavam todos os dias.
- (5) A gente se lava todos os dias.
- (6) Eu se lavo todos os dias.
- (7) Nós se lava(mos) todos dias.
- (8) Tu se lava(s) todos os dias.

As sentenças acima contrastam com *Eu me lavo todos os dias*, *Nós nos lavamos todos os dias* e *Tu te lavas todos os dias*, respectivamente, em que *me*, *nos* e *te* têm os mesmos traços gramaticais que os seus antecedentes, *eu*, *nós* e *tu* ([1ª pessoa], [singular], para *me*, [1ª pessoa], [plural], para *nos*, e [2ª pessoa], [singular], para *te*). Essa aparente alternância entre o *se* e os outros clíticos reflexivos não se dá em qualquer contexto. Por exemplo, excetuando-se o *se*, os clíticos usados para marcar a reflexividade de um predicado podem também ser usados em contextos não reflexivos (a fonte em itálico indica que os itens têm o mesmo referente):

- (9) *Eu me* vi no espelho.
- (10) *Eu me* vi no espelho depois que o João *me* lavou.
- (11) *Eu se* vi no espelho depois que o João **se* lavou.

Em oposição ao que é observado com *me* em (10), é obrigatório que *se* esteja no mesmo predicado que o seu antecedente, como evidencia a agramaticalidade de (11), onde todos os itens em itálico teriam o mesmo referente (i.e., *eu*, ou o falante). Abaixo, (12) e (13) vêm reforçar essa diferenciação entre *se* e *me*:

- (12) *Eu se* vi no espelho depois que o João *me* lavou.
- (13) João *me/*se* viu no espelho.

Nos contextos apresentados, o *se* tem apenas a interpretação reflexiva e estabelece obrigatoriamente uma relação anafórica local com o antecedente, diferindo de *me* (e também dos outros clíticos), que pode entrar numa relação anafórica tanto localmente quanto não localmente, e pode também ser dêitico (cf. *me* em (13)). O *se* reflexivo é muito restrito: tem que ser anafórico, ter um antecedente local e não pode ter referência disjunta, como evidencia a agramaticalidade do *se* em (13), em que a interpretação pretendida é uma em que o *se* tem uma referência diferente de *João*. É importante ressaltar que, ainda que haja restrições quanto ao contexto de ocorrência, a aparente não identificação dos traços de número e pessoa entre o antecedente e o *se* não torna a sentença agramatical.

A partir da observação dos dados elencados de (1) a (13), formulamos, a seguir, as **questões** e levantamos as **hipóteses**, que servem como norte para a elaboração do presente artigo:

Questões

- De que maneira o *se* difere dos outros clíticos reflexivos no PB?
- Como e com qual elemento *se* estabelece relação de concordância (se há alguma e, sendo a resposta negativa, que tipo de relação é esta)?

Hipóteses

- *se* seria diferente dos outros clíticos reflexivos no PB por ser menos especificado, e esta subespecificação estaria traduzida na sua estrutura interna. A possibilidade do *se* ter antecedentes com diferentes especificações gramaticais acontece por conta da subespecificação severa que este apresenta em relação aos outros clíticos do PB: com a neutralização do traço de pessoa, *se* codifica apenas o traço [SELF], o qual garante ao clítico a propriedade de reflexivizador. A marcação de um predicado como reflexivo só acontece com a presença do *se*: com os demais clíticos o que temos é a relação de correferência entre argumentos.
- O *se* entra na derivação sem nenhuma especificação para traços ϕ (traços gramaticais de gênero, número e pessoa), mas estabelece concordância com o pronome sujeito através de *Agree*.

Adotando-se o quadro teórico gerativista no seu modelo minimalista (CHOMSKY, 1995, 2001), a discussão é desenvolvida como a seguir: primeiramente, fazemos uma diferenciação entre o clítico de 3ª pessoa e os de 1ª e 2ª pessoas a partir da observação das suas propriedades semânticas de [\pm R(eferencial)] e [\pm marcador reflexivo]; em seguida, discutimos as propriedades referenciais específicas do *se* no PB, através da comparação com reflexivos de outras línguas; discutimos propostas de como se apresentaria a estrutura interna dos reflexivos; apresentamos propostas sobre como se daria a concordância dentro de predicados reflexivos; apresentamos a nossa proposta de que o DP antecedente e o reflexivo entram na derivação numa configuração de *small clause*; por fim, apresentamos as considerações finais.

Clíticos de 3ª pessoa *versus* clíticos de 1ª e 2ª pessoas

Caracterização das anáforas (segundo REINHART; REULAND, 1993, doravante R&R)

R&R assumem a existência de dois tipos de reflexivos. Um deles seria denominado *anáforas SE* (anáforas simples), que são Ds morfologicamente simples que podem ser ligados à distância, i.e., fora do que seria considerado, tradicionalmente, um domínio de ligação. Na ausência de um conjunto de traços ϕ completo, essas anáforas têm que se combinar com núcleos que possuam no mínimo traços de número e de pessoa. Esse é o caso do holandês *zich* e do islandês *sig*, por exemplo, que não são marcados nem para número nem para gênero, mas são marcados para pessoa ([3ª pessoa], o que determina, segundo R&R, que eles só possam ter antecedentes de 3ª pessoa). O outro tipo seria denominado *anáforas SELF*, que são Ns morfologicamente complexos compostos por um morfema SELF combinado com um elemento pronominal e que são locais, ou seja, não podem ser

ligados à distância. O morfema *SELF* em si não possui propriedades referenciais, as quais geralmente estão presentes no elemento pronominal com o qual ele se combina (cf. também DÉCHAINED; WILTSCHKO, 2002a). A diferença nas propriedades referenciais de anáforas, pronomes e expressões R é formulada na proposta de R&R através da adoção do traço [\pm R(eferencial)] para itens lexicais. Eles definem [\pm R] como um traço morfossintático que, juntamente com o traço [\pm reflexive marker], caracteriza sistemas anafóricos. Um item lexical somente é [+R] se for completamente especificado para os traços ϕ e para Caso. Do contrário, o item lexical é classificado como [-R]. A caracterização de R&R para anáforas e pronomes pode ser observada no quadro abaixo:

Quadro 1

	SELF	SE	Pronome
Reflexivizador	+	-	-
R(eferencial)	-	-	+

De acordo com a classificação apresentada, clíticos de 1ª e 2ª pessoas seriam [+R], como os pronomes plenos, mas variariam quanto à propriedade de serem marcas de reflexividade, funcionando como [\pm reflexive marker] – ou seja, eles apenas atuam como tal quando estão dentro de um predicado que contém o seu antecedente, o qual deve possuir a mesma especificação de traços ϕ que eles. Já o clítico *se*, canonicamente de 3ª pessoa, sempre deve estar dentro do predicado que contém o seu antecedente e assim sempre se comporta como [+reflexive marker] nas línguas românicas. Desse modo, diferentemente do que ocorrem com o *zich* no holandês e com o *sig* no islandês, em PB o *se* não pode ser ligado à distância e atua como reflexivizador independentemente da especificação de traços ϕ do antecedente.

Propriedades referenciais do *se* no PB

Para explicar as propriedades referenciais do *se* no PB, assumo que este é um elemento *SELF* nos termos de R&R. Elementos *SELF* são marcadores reflexivos, sem propriedades referenciais ou traços ϕ especificados. O *se* reflexivo, portanto, é este elemento *SELF* no PB. Sugiro, então, a existência de um traço [SELF], presente no *se* reflexivo (e também nas anáforas *SELF* de R&R) e definido abaixo:

[SELF] – traço semântico cuja presença atribui ao item que o contém a propriedade de reflexivizador.

[SELF], como um traço semântico, será relevante para a interpretação do predicado em LF. A presença do traço [SELF] no *se* modifica um predicado transitivo, em que o *se* poderia alternar com um DP pleno, ou seja, predicados que também são usados não reflexivamente (cf. (14)). Este traço também está presente em outros elementos, como no pronome *mesmo(a)*, cuja adjunção a um DP pronominal torna este um reflexivizador, caracterizando uma das estratégias de reflexivização do PB (cf. (15)).

- (14) a. Eu se vi no espelho.
b. Eu vi o João no espelho.

- (15) João viu ele mesmo no espelho.

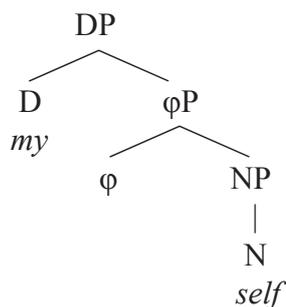
Algumas línguas, diferentemente do PB, apresentam um reflexo morfológico do traço [SELF]:

I saw <i>myself</i> .	(inglês)
Eu vi POSS[REFL]	
“Eu me vi”.	
Jon foraktet <i>seg selv</i> .	(norueguês)
Jon desprezou [REFL ₁] [REFL ₂]	
“Jon se desprezou”	
Jan haat <i>zichzelf</i> .	(holandês)
Jan odeia SE[REFL]	
“Jan se odeia”	
Hans sah <i>sich selbst</i> .	(alemão)
Hans viu SE [REFL].	
“Hans se viu”	

Estrutura interna dos reflexivos

Déchine e Wiltschko (2002b)

Para a descrição da estrutura interna dos reflexivos, assumo com Déchine e Wiltschko (doravante D&W) que eles podem dividir-se em três categorias, a saber, reflexivos DP, ϕ P e NP, e que a categoria na qual o reflexivo se encaixa vem a determinar a relação que existe entre ele e o antecedente. Reflexivos ϕ P e NP seriam subpartes estruturais de reflexivos DPs que, por conseguinte, seriam estruturalmente mais complexos, como podemos observar na estrutura do pronome reflexivo *myself*, do inglês, apresentada abaixo (cf. DÉCHINE; WILTSCHKO, 2002b, p. 73):



A proposta de D&W para as línguas românicas

As autoras consideram os reflexivos das línguas românicas como reflexivos simples que são ligados localmente, com a seguinte estrutura:



Esses reflexivos teriam, então, os traços ϕ codificados em sua estrutura. Se levarmos em conta contextos reflexivos do PB, podemos observar através do quadro abaixo, que representa a correspondência canônica entre pronomes plenos e clíticos no PB, que nenhum dos clíticos codifica o traço de gênero e que *se* tem codificação ainda mais deficiente, pois não é possível, sem a presença de um antecedente, saber qual a sua especificação de pessoa, número ou gênero.

Quadro 2

Pronomes plenos	Clíticos
[p:1, num:sg, gen:_] - eu	me - [p:1, num:sg, gen:_]
[p:2, num:sg, gen:_] - tu	te - [p:2, num:sg, gen:_]
[p:3, num:sg, gen:_] - você	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:sg, gen:masc] - ele	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:sg, gen:fem] - ela	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:1, num:plu, gen:_] - nós	nos - [p:1, num:plu, gen:_]
[p:3, num:sg, gen:_] - a gente	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:plu, gen:_] - vocês	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:plu, gen:masc] - eles	se - [p:_, num:_, gen:_]
[p:3, num:plu, gen:fem] - elas	se - [p:_, num:_, gen:_]

Estrutura interna dos clíticos reflexivos em PB

Uma consequência da subespecificação dos traços de gênero, número e pessoa do *se* reflexivo, como vista no quadro acima, é a ampliação do seu uso como reflexivo para antecedentes com qualquer especificação de traços ϕ . A sua distribuição na sentença é, porém, extremamente restrita, i.e., *se* tem que estar no mesmo predicado que o seu antecedente. Essa restrição é resultado da subespecificação severa de *se* e da presença do traço [SELF], que torna o *se* um reflexivizador. Baseados nessas observações, propomos as seguintes estruturas internas para os clíticos no PB:

me: ϕ P
 |
 ϕ
 [P:1, N:SG]

te: ϕ P
 |
 ϕ
 [P:2, N:SG]

nos: ϕ P
 |
 ϕ
 [P:1, N:PLU]

se: NP
 |
 N
 [P:_, N:_]

Em sua estrutura, *se* não tem os traços ϕ especificados. Como podemos observar a partir de (16), a presença do traço [SELF] no *se* (e a sua ausência nos outros clíticos) o torna um reflexivizador, uma vez que a sua presença impõe uma interpretação reflexiva ao predicado, função esta que, para os outros clíticos, estaria condicionada a fatores como localidade e identidade de traços com o antecedente, por exemplo. Assim, propomos que a relação que há entre os outros clíticos e os antecedentes é a de correferência que se dá através da identidade de traços, e não uma relação de reflexividade.

- (16) a. Eu me vejo no espelho.
 a'. Ela me vê no espelho
 b. Eu se vejo no espelho.
 b'. Ela se vê no espelho.

Se e concordância – algumas propostas

Reuland (2001, 2005)

Reuland (2001, 2005) propõe uma operação *Agree* composta para explicar como anáforas SE (cf. REINHART; REULAND, 1993), que são deficientes quanto ao conjunto de traços ϕ , poderiam valorar os traços de v de maneira apropriada. Essa operação *Agree* composta se daria da seguinte maneira:

“ If (α_1, α_2) Agree and (β_1, β_2) Agree, and $\alpha_n = \beta_n$, then $(\alpha_1, \alpha_2 / \beta_1, \beta_2)$ Agree.”

Segundo Reuland (2005),

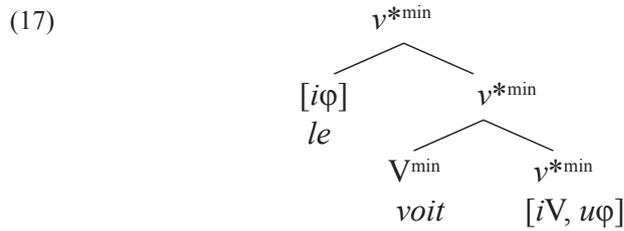
The antecedent/antecedee relation by itself does not provide a checking configuration [...] However, we can do so indirectly [...]: a subject DP enters into a dependency with the I system, an object DP enters into a dependency with the V system, and the I and V systems are related by some dependency as well [...] If these dependencies can be expressed, they will in principle allow composition. As we will see, composition yields a dependency between subject and object that can be interpreted only in case the object is not fully specified for ϕ -features. (p. 453)

Roberts (2007)

Roberts assume que os clíticos das línguas românicas têm um conjunto de traços ϕ completo, demonstrados pela sua morfologia. Porém, eles são alvos defectivos que carecem do traço de Caso, o que torna os seus traços um subconjunto dos traços da sonda.

Roberts assume com Cardinaletti e Starke (1999) e D&W (2002a) que clíticos exibem um comportamento especial porque são elementos defectivos no sentido de não possuírem traços distintos do elemento que os “hospeda”. Assim, clíticos são parte da palavra formada pelos núcleos aos quais se adjungem. Essa indistinção entre clítico e “hospedeiro” é o que torna a incorporação possível, uma vez que o resultado dessa operação, ilustrada em (17) pela adjunção do clítico *le* ao verbo *voir*, no francês, ainda será um v :

- Incorporação (v , le)



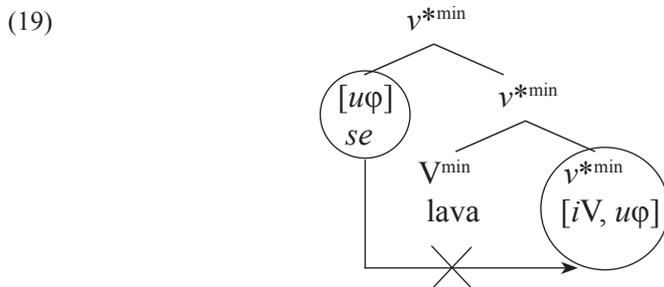
(cf. ROBERTS, 2007, p. 70)

Segundo Roberts (2007), a natureza da operação de incorporação é a mesma da operação de cópia de traços e é engatilhada por *Agree*. A incorporação é requerida como um meio de valoração de traços e, uma vez que clíticos são elementos φ , eles podem estabelecer concordância com v , que precisa ter seus traços φ valorados.

Mas como a incorporação aconteceria entre o *se* reflexivo e v , uma vez que aquele não é um elemento φ , não possuindo, assim, os traços valorados de que v necessita? A incorporação seria ilustrada por (18), (19) e (20), abaixo:

- Teste de Roberts (2007) no PB

(18) Maria se lava



(20) Gatilho para *Agree*:
 v [Pers:__, Num: __] *se*[Pers:__, Num: __]
 Resultado de *Agree*:
 v [Pers:__, Num: __] *se*[Pers:__, Num: __]

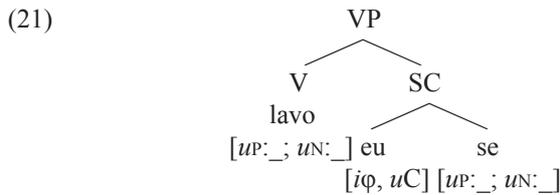
Como podemos observar, *se* é incapaz de valorar os traços de v por não ser um subconjunto dos traços da sonda, o que impossibilita a incorporação e nos mostra que a relação de concordância não se dá entre *se* e v , pelo menos não de forma direta.

Uma “possível” solução: *Small Clause*

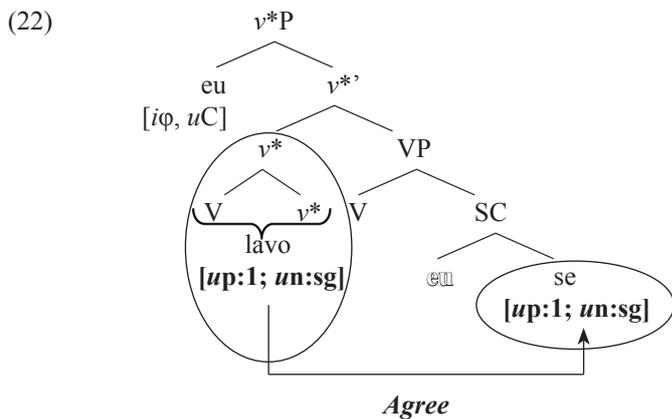
A diferença entre os traços apresentados por *se* e pelo antecedente não interfere na gramaticalidade da sentença, quando esta é uma oração simples, pois a reflexividade é uma propriedade de predicados e, desse modo, a concordância se dá, num primeiro momento, entre o DP e o reflexivo, numa configuração de *small clause*, e, num segundo momento, entre o núcleo predicador, v^* , e o reflexivo que, já tendo os seus traços valorados,

valora os traços daquele. Apresentamos como essa concordância é estabelecida passo a passo através da derivação da sentença *Eu se lavo*, ilustrada de (21) a (26).

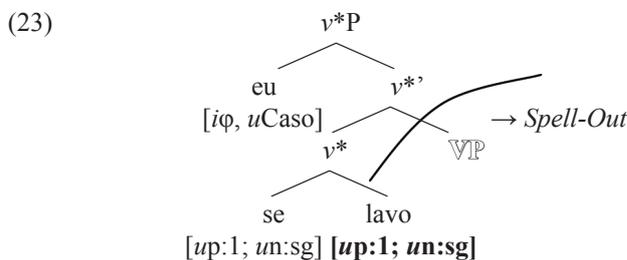
Em (21), temos *eu* e *se* em uma *small clause* (SC). Nessa configuração, os traços interpretáveis do pronome sujeito valoram os traços não-interpretáveis do reflexivo, como numa configuração de uma sentença copular comum. Posteriormente, essa SC é concatenada ao V *lavo*, formando o VP abaixo:



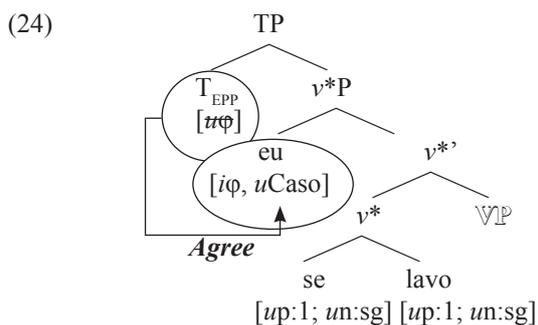
Assim, *eu* é movido para Spec de v^*P , a fim de valorar, posteriormente, seu traço não-interpretável de Caso. Em seguida, V se adjunge a v^* . Esse complexo valora seus traços não-interpretáveis através da relação *Agree* com o reflexivo, como visto abaixo:



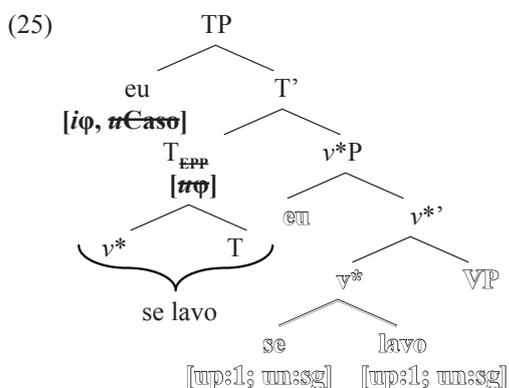
Em (23), temos a adjunção de *se* a v^* e o *Spell-Out* de VP, devido à *Phase Impenetrability Condition* (PIC), que rege que o domínio da fase deve ser enviado para *Spell-Out* (cf. CHOMSKY, 2001):



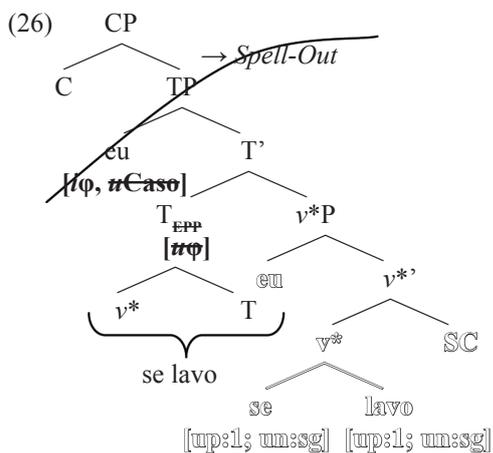
Em (24), v^*P é concatenado a T, formando TP, e os traços ϕ não-interpretáveis do núcleo T são valorados pelos traços ϕ interpretáveis de *eu*:



Em (25), v^* é adjungido a T, e *eu* se move para Spec de TP para ter o seu traço de Caso valorado:



Em (26), TP é concatenado a C, formando CP, e, logo em seguida, sofre *Spell-Out*, devido a PIC:



Logo em seguida, através de uma operação *default* (cf. HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005), CP é enviado para *Spell-Out*, onde a sentença é lida pelo sistema computacional, convergindo nas interfaces.

Conclusão

Neste artigo, procuramos discutir as propriedades de predicados reflexivos e as relações de concordância que os componentes desses predicados estabelecem entre si. No que concerne ao PB, ao tempo em que temos a ampliação do uso de *se* como partícula reflexiva para qualquer pessoa pronominal, temos também a restrição da sua ocorrência a contextos reflexivos, o que o diferencia dos outros clíticos dessa língua. O *se* seria então o verdadeiro reflexivo: o que há entre os outros clíticos e os antecedentes é uma relação de correferência que se dá através da identidade de traços, e não uma relação de reflexividade. Em um predicado reflexivo, *se* tem seus traços valorados através da relação *Agree* estabelecida com o DP sujeito numa configuração de *small clause* e, em seguida, *v** valoriza seus traços não-interpretáveis através da relação *Agree* com o reflexivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: A case study of three classes of pronouns. In: van RIEMSDIJK, H. (Org.) *Clitics in the Languages of Europe*, EALT/EUROTYP 20-5. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 1999. p.145-233.
- CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- _____. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- DÉCHAINÉ, R.; WILTSCHKO, M. Decomposing pronouns. *Linguistic Inquiry*, Cambridge, Mass.: MIT Press, Vol. 33, No. 3, p. 409-442, 2002a.
- _____. Deriving Reflexives. In: WCCFL, 21, 2002, Santa Cruz, *Proceedings of the 21st West Coast Conference on Formal Linguistics*. MIKKELSEN, L.; POTTS, C. (Ed.) Somerville, MA: Cascadilla Press, 2002b, p. 71-84.
- HORNSTEIN, N.; NUNES, N.; GROHMANN, K. *Understanding Minimalism*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- REINHART, T.; REULAND, E. Reflexivity. *Linguistic Inquiry*. Cambridge, Mass.: MIT Press, Vol. 24, p. 657-720, 1993.
- REULAND, E. Primitives of binding. *Linguistic Inquiry*. Cambridge, Mass.: MIT Press, Vol. 32, p. 439-492, 2001.
- _____. *Anaphoric dependencies*. How are they encoded? Towards a derivation-based typology. Ms. Utrecht Institute of Linguistics, OTS, 2005.
- ROBERTS, I. *Clitics, Head Movement and Incorporation*. Book-length ms. Downing College, University of Cambridge, 2007.

Sobre a Estrutura Interna das *Small Clauses* Livres do Português Brasileiro

(On the Brazilian Portuguese Free Small Clauses' Internal Structure)

Marcelo Amorim Sibaldo¹

¹ Unidade Acadêmica de Serra Talhada – Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

sibaldo@gmail.com

Abstract: The main goal of this study is to answer the following question: what is the internal structure of the Free Small Clauses (FSCs) of Brazilian Portuguese? To answer this question, we conducted several tests to understand what would be the internal composition of this type of structure and what is the structural position of its elements. What we could conclude was that the FSCs are root TPs, that is, one TP phase. Differently from Chomsky (2001), who admits that only CP and *v**P can be strong phases, this paper brings some evidences from Brazilian Portuguese in favor of the idea that TP would also be a strong phase.

Keywords: Phases; Free Small Clauses; Small Clauses; Subject; Predicate.

Resumo: O principal objetivo deste estudo é responder à seguinte questão: qual a estrutura interna das *Small Clauses* Livres (SCLs) do Português Brasileiro? A fim de responder essa pergunta, fizemos diversos testes no sentido de entender qual seria a composição interna desse tipo de estrutura e qual a posição estrutural de seus elementos. O que esta pesquisa conclui é que as SCLs são TPs raízes, ou seja, uma fase TP. Desse modo, diferentemente de Chomsky (2001), que admite apenas CP e *v**P como uma fase forte, este trabalho traz evidências a favor da ideia de que TP também seria uma fase forte.

Palavras-chave: Fases; *Small Clauses* Livres; *Small Clauses*; Sujeito; Predicado.

Introdução

Este trabalho investiga a estrutura interna de uma construção exclamativa muito usada pelos falantes do português brasileiro (doravante PB), mas pouco estudada, nomeadamente, as *Small Clauses* Livres (doravante SCLs),¹ a justaposição de um predicado e seu sujeito, nessa ordem, sem nenhum verbo nem nenhuma morfologia de tempo na superfície, como exemplificado nos exemplos abaixo:

- (1) a. Muito bonita a sua roupa!
b. Uma droga aquele programa de televisão!

É interessante pontuar que essas construções, aqui chamadas de “*Small Clauses* Livres”, apresentam algumas características peculiares no que tange a alguns de seus aspectos sintático-semânticos, que a diferem bastante das outras construções predicacionais, como aquelas na ordem dita “canônica”, como em *A sua roupa é muito bonita*. Como veremos aqui, as diferenças recaem basicamente: (i) na inversão na ordenação de seus

¹ Tanto quanto saibamos, esse termo foi primeiro empregado em Kato (1988). Na verdade, o termo empregado no trabalho de Kato (1988), escrito em língua inglesa, foi *Free Small Clause*. Traduzimos ao pé da letra apenas o termo *Free*, haja vista a literatura gerativista no Brasil já ter adotado o termo *Small Clause* do inglês, apesar de alguns textos vez ou outra o traduzirem por *mini-oração*.

constituintes (sujeito-predicado); (ii) na seleção semântica e categorial de seus sujeitos e predicados; e (iii) na ausência do elemento copular verbal.

Assim, o nosso interesse na estrutura sintática das SCLs é motivado, principalmente, pelo fato de que, superficialmente, tais estruturas parecem ser menores que uma sentença “comum”, uma vez que lhes falta um verbo flexionado. Sendo assim, a questão-chave que norteará a nossa discussão é: qual a estrutura interna das SCLs do PB? Para responder a essa pergunta e dar embasamento à nossa análise, lançaremos mão da teoria gerativa em sua versão minimalista (cf. CHOMSKY, 2000, 2001 e trabalhos subsequentes) e, ainda, da teoria da sintaxe de predicação e extensão de fase, delineada em Den Dikken (2006, 2007).

O presente artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2, apresentaremos e discutiremos quais são as restrições sintático-semânticas que regem as SCLs; na seção 3, arrolaremos alguns testes sintáticos a fim de saber qual a estrutura interna das SCLs; na seção 4, mostraremos como se dá a derivação das SCLs, utilizando a noção de extensão de fase (cf. DEN DIKKEN, 2006, 2007); e, na última seção, encerraremos o trabalho com um resumo das principais questões discutidas aqui.

Restrições sintático-semânticas das SCLs

Restrição sobre a ordem

(1) parece ser a ordem “canônica” de uma SCL no PB, haja vista que a ordem *DP sujeito + Predicado* – sem nenhuma cópula – é agramatical, como já notado por Kato (1988, 2007):

- (2) a. *A sua roupa muito bonita!
- b. *Aquele programa de televisão uma droga!

Restrições sobre o sujeito

Os sujeitos das SCLs são sempre específicos. Desse modo, não temos DPs não-específicos, plurais nus, itens de polaridade negativa e quantificadores de baixo acarretamento (cf. (3)), mas apenas DPs específicos e fortemente referenciais (cf. (4)):

- (3) a. *Muito bonita uma roupa qualquer!
- b. *Muito bonitas roupas!
- c. *Muito bonita(s) nenhuma roupa/ poucas roupas!
- (4) a. Muito bonita uma roupa que eu vi no shopping!
- b. Uma droga aquele programa de televisão!

Restrições sobre o predicado

Os predicados das SCLs podem ser apenas da categoria adjetival (cf. (5a)) e alguns constituintes parecidos, à primeira vista, com DPs, que chamaremos aqui de “DPs avaliativos”, que se diferenciam de DPs “comuns” quando participando de SCLs, haja vista esse tipo ser descartado e aquele ser permitido nessas construções (cf. (5b) vs. (5c)). Além disso,

outros sintagmas, como PPs (cf. (5d)),² AdvPs (cf. (5e)) e VPs (cf. (5f)), também são descartados como o predicado das SCLs:

- | | | |
|-----|------------------------------|------------------------|
| (5) | a. Linda a Maria! | <i>APs</i> |
| | b. Um luxo essa sua bolsa! | <i>DPs avaliativos</i> |
| | c. *Médico esse cara! | <i>DPs</i> |
| | d. *Na Ponta Verde o João! | <i>PPs</i> |
| | e. *Bem a Maria! | <i>AdvPs</i> |
| | f. *Dançando os meus alunos! | <i>VPs</i> |

No que tange aos adjetivos das SCLs, é pertinente ressaltar, ainda, que nem todos os adjetivos atuam como predicados de tais construções, pois eles devem poder ser graduáveis (geralmente, com grau máximo, p. ex., *muito lindo*, *horrível* etc.):

- | | |
|-----|---|
| (6) | a. *Disponíveis os bombeiros! > *Muito disponível |
| | b. *Grávida essa mulher! > *Muito grávida |

Sendo assim, como primeiro advertido, tanto quanto saibamos, por Kato (1988) para as SCLs, as sentenças em (6) são ruins pelo fato de os predicados dessas construções serem adjetivos do tipo *stage level*. Desse modo, como observado por essa autora, os predicados das SCLs só podem ser do tipo *individual level*.

Assim, os predicados avaliativos que vão com as SCLs são predicados que, mais que notar um fato, descrevem uma impressão, uma opinião pessoal do falante, que menciona algo de surpreendente, surpresa, ou algo fora do comum, como é inerente às sentenças exclamativas (ZANUTTINI; PORTNER, 2003). O predicado individual deve, então, ser uma apreciação e não pode ser uma expressão referencial.

Restrições sobre o “tempo”

Como dito anteriormente, superficialmente, as SCLs não apresentam morfologia nenhuma de tempo. Entretanto, as SCLs podem ser parafraseadas com a cópula no tempo presente (no contexto *out-of-the-blue*), conforme nos apontam os dados abaixo:

- | | |
|-----|---|
| (7) | Bonita a sua roupa! |
| | A sua roupa ✓ <i>está</i> / * <i>estava</i> / * <i>estará</i> bonita! |

Além de o tempo presente estar subjacente nas SCLs, é interessante pontuar que o predicado dessas sentenças é interpretado como um predicado estativo, ou seja, o verbo, além de ser “entendido” com a forma subjacente do presente do indicativo, não pode ser entendido como (nem pode ser (cf. (5f)) um verbo na forma gerundiva, o que corrobora o fato de o predicado das SCLs ser sempre estativo:

- | | |
|-----|---|
| (8) | a. Lindo o dia! > *O dia <i>está sendo</i> lindo! |
| | b. Bonita a sua roupa! > *A sua roupa <i>está sendo</i> bonita! |

² Alguns PPs encabeçados por *sem* de conteúdo avaliativo (cf. (i)) são exceções e serão tratados em trabalhos futuros somente.

(i)	a. Sem sal essa sopa!
	b. Sem nenhum interesse essa sua proposta!

Uma estrutura para as SCLs do PB

SCL: adjunção do sujeito à direita ou alçamento-A' do predicado?

Para responder à questão acima, lançaremos mão, primeiramente, do teste com advérbios de tempo e PPs locativos, pois, como se sabe, advérbios de tempo e PPs locativos marcam o limite de uma sentença nuclear. Assim, o que vem logo após esses elementos é tomado como estando numa posição-A'. Tendo isso em mente, o contraste entre (9) e (10) parece corroborar a ideia de que o sujeito das SCLs não está adjungido à direita, numa posição-A', visto que nem o advérbio de tempo nem o locativo podem intervir entre o predicado e o sujeito das SCLs:³

- (9) a. *Muito lindas na igreja/ ontem as flores.
b. *Bonito na festa/ ontem o seu vestido.
- (10) a. Muito lindas as flores na igreja/ ontem.
b. Bonito seu vestido na festa/ ontem.

Além disso, quantificadores podem ocupar a posição de sujeito das SCLs e, como se sabe, quantificadores não podem ocupar uma posição-A':

- (11) a. Um amor cada um de vocês!
b. Muito lindos todos esses seus sapatos!

Dada a argumentação acima, é tentador afirmar que a SCL do PB é resultado de movimento-A' à esquerda, do predicado sobre o seu sujeito. Porém, como (12) nos mostra, itens de polaridade negativa (NPIs) são aceitos no predicado das SCLs e, igualmente aos quantificadores, NPIs geralmente não são aceitos em posição-A':

- (12) a. Nem um pouco bonita a Maria!
b. Nada bonita a sua irmã!

O que os dados apresentados aqui sugerem é que tanto o sujeito quanto o predicado das SCLs do PB parecem ocupar posições-A e não posições-A'.

Advérbios de VP: por onde anda a SCL?

Como se sabe, advérbios de VP, como *sempre*, por exemplo, ocupam uma posição de adjunção ao VP.⁴ Observando o contraste entre (13) e (14) abaixo, depreendemos que o predicado das SCLs não parece ter sido movido para uma posição acima da SC, uma vez que a estrutura em que o advérbio se encontra entre o predicado e o sujeito é agramatical (cf. (14)). Por outro lado, (13) mostra a gramaticalidade das estruturas com o advérbio na posição inicial, o que sugere que as SCLs do PB, na verdade, estão *in situ*:

- (13) a. [_{SC} Sempre [_{SC} bonita a sua roupa]].
b. [_{SC} Sempre [_{SC} muito chata essa aula]].

³ O teste de substituição indica que os PPs e os advérbios não fazem parte do DP sujeito:

- (i) a. Muito lindas elas na igreja/ ontem.
b. Bonito ele na festa/ ontem.

⁴ Como tratamos de *Small Clauses* (SCs) aqui, assumiremos que esses advérbios estão adjungidos à SC.

- (14) a. *Bonita sempre a sua roupa.
b. *Muito chata sempre essa aula.

Projeções funcionais: SCL tem TP e CP?

Para corroborar a ideia de que SCs comuns não têm a projeção TP, Cardinaletti e Guasti (1995) usam os testes de advérbios de tempo (cf. (15)) e de negação (cf. (16)):

- (15) a. Hoje eu acho [_{CP} que [_{TP} a Maria estava bonita ontem]].
b. *Hoje eu acho [_{SC} a Maria bonita ontem].
- (16) a. Eu acho [_{CP} que [_{TP} a Maria *não* está triste]].
b. *Eu acho [_{SC} a Maria *não* triste].

As SCLs do PB, entretanto, parecem ter a projeção T, uma vez que a elas podem ser associados advérbios de tempo (cf. (17)):

- (17) a. Bonita a sua roupa ontem!
b. Muito lindo o dia hoje!

Em relação ao teste da negação, podemos observar abaixo que as SCLs não podem ser negadas:

- (18) (*Não) bonita (*não) a Maria (*não)!

Porém, essa característica, na verdade, não surpreende, uma vez que a exclamação não pode ser negada (ZANUTTINI; PORTNER, 2003; VILLALBA, 2004).⁵ Um pedaço de evidência que pode ser dado, no sentido de que a negação pode ocorrer nas SCLs, é o caso do exemplo (12) acima, pois, desde Zanuttini (1991), pelo menos, estabelece-se a relação entre negação e T(empo) como intrínseca. O que se assume nos casos de (12) é que existe uma categoria NegP adjungida ao TP. Sendo assim, achamos razoável assumir que há um TP nas sentenças com NPIs em (12).

Todos os testes que fizemos nesta subseção corroboraram a ideia de que as SCLs do PB, ao contrário das SCs comuns, têm a projeção de T(empo). No que tange ao nó CP, entretanto, os dados abaixo parecem mostrar evidência de que elas não o possuem:

- (19) a. A Maria achou a sua roupa muito bonita.
b. A Maria achou muito bonita a sua roupa.
c. Hoje a Maria achou que a sua roupa estava muito bonita ontem.
d. *Hoje a Maria achou muito bonita a sua roupa ontem.

Em (2), vimos que a ordem *Sujeito + Predicado* é sempre descartada, porém, como vemos em (19a) e (19b), sob o verbo de Marcação Excepcional de Caso (verbo ECM, do inglês *Exceptional Case Marking*) *achar*, pode vir tanto a sequência Sujeito-Predicado quanto Predicado-Sujeito. Como se sabe, verbos do tipo *achar* no PB selecionam ou uma SC comum (cf. (19a)) ou um CP (cf. (19c)). Logo, [Muito bonita a sua roupa ontem] em (19d), sendo uma SCL (= TP), é excluída. (19d), a nosso ver, é o dado-chave para assumir

⁵ Salvo alguns casos de negação expletiva e outros de negação padrão, que requerem contextos apropriados, ver Villalba (2004). O fato para o qual estamos chamando a atenção na discussão acima, contudo, é que uma exclamação com uma sentença copular normal no PB é agramatical (cf. **A Maria não é bonita!*). Sendo assim, não é de se estranhar sua agramaticalidade numa sentença do tipo SCL.

que SCLs são TPs raízes, ou seja, as *Small Clauses* Livres são, como o próprio nome diz, “livres” e não podem ser encaixadas. Mais ainda: se a análise empreendida aqui for levada em consideração, poderemos explicar facilmente o porquê de poder haver a alternância Predicado-Sujeito/ Sujeito-Predicado após verbos ECM, como em (19a) e (19b), uma vez que as SCs complemento podem alternar a ordem Sujeito-Predicado/ Predicado-Sujeito, diferentemente das SCLs, que têm uma ordem fixa.

SCL como uma fase-TP estendida

Para Den Dikken (2006), na semântica, a predicação é atribuição de propriedade e, na sintaxe, a predicação envolve uma estrutura assimétrica incluindo o predicado, seu sujeito e um elemento funcional (o RELATOR) mediando a relação configuracional e não direcional entre o predicado e o sujeito. Por configuracional, entende-se que uma predicação sempre irá conter um RELATOR (R) que é o núcleo da projeção de predicação, RP (*Relator Phrase*). Den Dikken (2006, p. 15) assume que o RELATOR é funcional e abstrato, atuando como um *placeholder* para qualquer núcleo funcional mediante uma relação de predicação entre os dois termos. Adotaremos a estrutura do *Relator Phrase*, exposta em (20), como a estrutura de uma SC comum:⁶

(20) [_{RP} Sujeito [RELATOR [Predicado]]]

Por predicação não-direcional, entende-se uma predicação que pode ocorrer também na ordem linear Predicado-Sujeito, ou seja, com a seguinte configuração:

(21) [_{RP} Predicado [RELATOR [Sujeito]]]

Adotando uma configuração RP não-direcional para as SCs e tendo os resultados dos testes aplicados na seção anterior, chegamos à estrutura em (22) para as SCLs do PB. Lembramos que essa conclusão foi possível com base nas verificações de que as SCLs do PB: (i) não são resultados do deslocamento à esquerda do predicado, nem da adjunção à direita do sujeito (cf. 3.1.); (ii) estão *in situ* (cf. 3.2.); e (iii) têm apenas a projeção de T(empo) na sua estrutura interna (e, claro, RP) (cf. 3.3.).

(22) [_{TP} T [_{RP} Predicado [RELATOR [Sujeito]]]

O que os testes em 3.3. sugerem é que as SCLs são TPs raízes, ou seja, sentenças autônomas que não encaixam, nem podem ser encaixadas, nem têm uma projeção CP associada, ou seja, elas são “livres” realmente. Porém, essa ideia vai de encontro ao que é sugerido em Chomsky (2001 e subsequência), cuja proposta é a de que apenas CP e v*P sejam considerados fases (pequenos “pedaços” de estruturas que são mandados ciclicamente para *Spell-Out* durante qualquer derivação sintática).

Para solucionar esse problema, assumimos a proposta de Den Dikken (2006) de que qualquer predicação primária pode ser considerada uma fase, logo, RPs (os sintagmas das *Small Clauses*) são fases inerentes.⁷ Para derivar (21), porém, deparamo-nos com

⁶ Para argumentos a favor da SC configuracional, ver Den Dikken (2006) e, para o PB, Sibaldo (2009).

⁷ Remetemos o leitor interessado a Den Dikken (2006, 2007) para uma maior argumentação sobre a ideia de RP enquanto fase.

um problema em relação à Condição de Impenetrabilidade da Fase (doravante PIC, do inglês *Phase Impenetrability Condition*). A PIC exige que a fase enviada para *Spell-Out* não “volte” mais para a sintaxe estrita, ou seja, que ela não seja mais acessível às regras sintáticas. Uma estrutura contendo duas fases, a saber, ZP e HP, ilustra essa condição de um modo melhor. Numa estrutura como (23), a condição é aquela em (24):

(23) $[_{ZP} Z \dots [_{HP} \alpha [H YP]]]$

(24) *Condição de Impenetrabilidade da Fase (PIC)*

O domínio de H não é acessível a operações em ZP; somente H e sua periferia são acessíveis a essas operações. (CHOMSKY, 2001, p. 14)⁸

Assim, em (23), H e sua periferia (ou seja, α) podem ser acessíveis pela próxima fase, ZP, por determinação da PIC (24). YP é expelido no nível da fase HP. H e α , numa determinada língua ou numa determinada estrutura numa língua, também podem ser enviados para *Spell-Out*, nesse caso, eles continuam *in situ*; caso contrário, seu *status* é determinado na próxima fase ZP. Esta condição é uma restrição que força o sistema a “esquecer” o material transferido, reduzindo, assim, o fardo computacional, no sentido de fazer com que o sistema trabalhe somente com um número limitado de itens por ciclo.

Sendo assim, de acordo com a condição acima explicada, o domínio da fase (o sujeito, em (22)) deve ser enviado imediatamente para *Spell-Out*, assim que a fase RP seja formada, não estando mais acessível na derivação, desencadeando o fracasso da derivação, uma vez que traços não-interpretáveis (os traços- Φ de T e o traço de Caso do DP sujeito) ainda estariam presentes na derivação. Para resolver essa questão, assumimos a teoria de Den Dikken (2006, 2007) de *Extensão de Fase*. Tal teoria adota a proposta original de Chomsky (1993) de que o movimento de núcleo estende os domínios sintáticos. Desse modo, se o núcleo do RP, RELATOR, se move para um núcleo externo, as dependências da fase são redefinidas por meio de uma operação de *Phase Extension*, e, então, nenhum problema de localidade surge. Sendo assim, a subida do RELATOR, núcleo desse sintagma-fase, para o núcleo de uma categoria funcional acima de RP, estende a fase de RP para FP (= uma categoria funcional qualquer), como em (25), em que o símbolo Φ , adotado do autor, é o limite de uma fase (cf. DEN DIKKEN, 2006, p. 115):

(25) a. $[_{RP} \text{ Sujeito } [_{RELATOR} [\text{Predicado}]]]$
 Φ

b. $[_{FP} F+R_i \text{ Sujeito } [t_i [\text{Predicado}]]]$
 $\Phi \leftarrow (\Phi)$

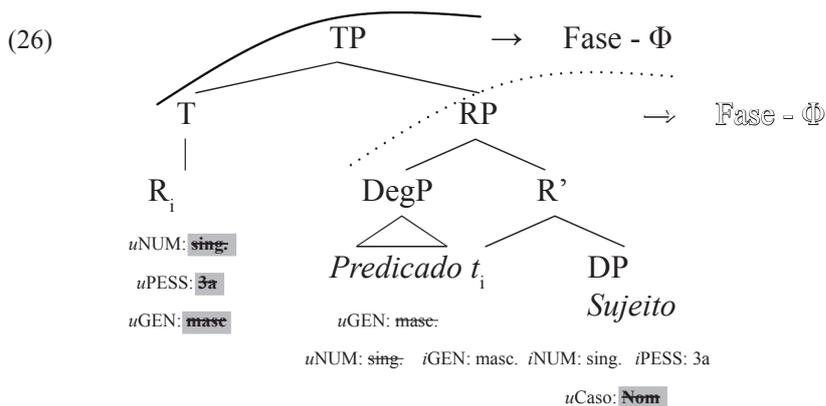
c. $[_{FP} \text{ Predicado } [F+R_i \text{ Sujeito } [t_i t_j]]]$
 Φ

Antes de irmos à derivação em si, cumpre destacarmos outras idiossincrasias das SCLs do PB no que concerne aos seus constituintes e à sua configuração. O que sugerimos neste artigo é que, no PB, a deleção da cópula é permitida em casos configuracionais semelhantes àqueles em (22), ou seja, o contexto de uma SC não direcional (na ordem

⁸ No original: “The domain of H is not accessible to operations at ZP; only H and its edge are accessible to such operations” (CHOMSKY, 2001, p. 14). A tradução deste trecho recortado do original em inglês e colado neste artigo é nossa.

Predicado-Sujeito) sendo selecionada por uma categoria funcional TP – um TP raiz, sem CP o selecionando – é o contexto em que esse “apagamento” é permitido no PB. Dito de outro modo, esse é o contexto configuracional em que a “terceira cópula” (cf. KATO, 1988) emerge no PB. Outra peculiaridade das SCLs, e que também faz com que seja deflagrada a terceira cópula, é o fato de o predicado só poder ser selecionado para estar em [Spec, RP] dessas construções se ele for um DegP (*Sintagma de Grau*, do inglês *Degree Phrase*). Ora, como vimos, as SCLs selecionam predicados que possam ser graduados. Isso também garante que apenas predicados estativos entrem na configuração de uma SCL do PB. Além do mais, os estudos recentes apontam para o fato de que as sentenças exclamativas são, na verdade, construções de grau (GUTIÉRREZ-REXACH, 2008, entre outros).

Voltando à derivação de (22): para formar o RP, primeiramente, o núcleo R deve selecionar o sujeito como complemento e posteriormente o predicado como seu especificador. TP entra na derivação e o núcleo de RP, R, é alçado para T. Esse movimento desencadeia a *Extensão da Fase* de RP até TP, seguindo a proposta de Den Dikken (2006, 2007). A extensão da fase de RP para TP soluciona os problemas relacionados com a PIC, já apontados, visto que, sem a extensão da fase, o DP sujeito (domínio da fase) deveria ir, de imediato, para *Spell-Out*, não sendo mais acessível na derivação. Assim, como os traços (não-interpretáveis) de Caso do DP sujeito e Φ de T ainda estariam presentes na derivação, ela fracassaria. Após ocorrer a extensão da fase, sendo T agora o núcleo da fase, outro problema surge: há um DegP interveniente entre T e o DP e esse DegP tem traços- Φ ,⁹ que “barrariam” a sonda T de ir “mais abaixo” (até o DP, nesse caso) para checar seus traços- Φ e os traços de Caso do sujeito. Adotando o Princípio de Maximização (*Maximization Principle*), de Chomsky (2001, p. 15), isso deixa de ser um problema, pois, de acordo com esse princípio, um elemento contendo um conjunto de traços- Φ defectivos¹⁰ não conta para efeitos de intervenção e, uma vez que um sintagma de grau não tem o traço não-interpretável de [pessoa], a sonda T pode “pular” esse sintagma. Dito de outra forma: como o predicado não tem traço não-interpretável de [pessoa] para ser checado, o *probe* T pode descer até o DP sujeito e valorar seu traço de Caso, além dos traços- Φ [-int] de T, como visto abaixo:¹¹



⁹ É interessante destacar que, antes de T sondar o DP sujeito, *Agree* entre o DegP predicado e o DP sujeito já deve ter acontecido, a fim de checar os traços não-interpretáveis de DegP. Devido à falta de espaço, não discorreremos aqui sobre como isso acontece. Para maiores detalhes, ver Sibaldo (2009).

¹⁰ Ou seja, um conjunto- Φ incompleto, i. e., sem o traço não-interpretável de [pessoa].

¹¹ Os traços relevantes valorados e checados estão representados em (26) por uma fonte realçada.

Uma vez que o traço EPP é opcional no PB (cf. VIOTTI, 1999; NUNES, 2007; entre muitos outros), a derivação para em (26) com todos os traços não-interpretáveis devidamente valorados e deletados, sendo, então, enviada para *Spell-Out* e julgada pelo sistema computacional como uma derivação convergente.

Considerações finais

A partir dos nossos dados e dos testes desenvolvidos neste pequeno artigo, concluímos que as SCLs do PB são TPs raízes, ou seja, uma fase TP. Se a análise empreendida aqui estiver no caminho correto, as SCLs do PB parecem ser evidências de que os sintagmas TPs também podem ser considerados como instâncias de fase (e não apenas CP e v^*P , como sugerido por CHOMSKY, 2001 et passim), como já propuseram, de forma independente (e diferenciada), Gallego (2007) e Gallego e Uriagereka (2006), entre muitos outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDINALETTI, A.; M. T. GUASTI. Small clauses: some controversies and issues of acquisition. In: _____. (Eds.). *Syntax and semantics*. v. 28. California: Academic, 1995. p. 1-23.
- CHOMSKY, N. A Minimalist Program for Linguistic Theory. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). *The View from Building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1993. p. 1-52.
- _____. Derivation by Phase. In: KENSTOWICZ, M. (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Mass: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- DIKKEN, M. den. *Relators and Linkers: the Syntax of Predication, Predicate Inversion, and Copulas*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2006.
- _____. *Phase Extension: Contours of a Theory of the Role of Head Movement in Phrasal Extraction*. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 33, n. 1, p. 1-41, 2007.
- GALLEGO, Á. *Phase Theory and Parametric Variation*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística) – Facultat de Filosofia i Lletres, UAB, Barcelona.
- GALLEGO, Á.; URIAGEREKA, J. *Sub-extraction from subjects*. Paper presented at WCCFL 25 and LSRL 36, 2006.
- GUTIÉRREZ-REXACH, J. Spanish Root Exclamatives at the Syntax/Semantics Interface. *Catalan Journal of Linguistics*, Barcelona v. 7, p. 117-133, 2008.
- KATO, M. A. *Free and Dependent Small Clauses in Brazilian Portuguese*. Handout apresentado no GT de Teoria da Gramática, 1988.
- _____. Free and Dependent Small Clauses in Brazilian Portuguese. *DELTA*, São Paulo, v. 23, n. especial, p. 85-111, 2007.
- NUNES, J. Relativized Minimality and the Extended Peeking Principle. *Cuadernos de Lingüística del I. U. I. Ortega y Gasset*, Barcelona, v. 14, p. 73-86, 2007.
- SIBALDO, M. A. *A Sintaxe das Small Clauses Livres do Português Brasileiro*. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

VILLALBA, X. *Exclamatives and Negation*. Ms. UAB, 2004.

VIOTTI, E. de C. *A Sintaxe das Sentenças Existenciais no Português do Brasil*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ZANUTTINI, R. *Syntactic Properties of Sentential Negation*. 1991. Tese (Doutorado em Linguística) - University of Pennsylvania, Pennsylvania.

ZANUTTINI, R.; PORTNER, P. Exclamative clauses: at the syntax-semantics interface. *Language*, Washington, v. 79, n.1, p. 39-81, 2003.

As metáforas eróticas de Carlos Drummond de Andrade

(The erotic metaphors of Carlos Drummond de Andrade)

Elis de Almeida Cardoso¹

¹Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas - Universidade de São Paulo (USP)

elisdacar@usp.br

Abstract: This paper aims at examining, in the poetry of Carlos Drummond de Andrade stylistic effects achieved with the chosen metaphors, which characterize the eroticism present in *O amor natural*. It can be stated that the erotic poems have a peculiar lexicon. In this study, we follow the approach of the Lexical Stylistics in order to explain the expressive effect generated by some chosen metaphors. We intend, thus, to consider how the erotic metaphors, created by Carlos Drummond de Andrade are integrated into the literary discourse and differ from popular metaphors that allude to sex.

Keywords: Carlos Drummond de Andrade; metaphor; eroticism.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar, na poesia de Carlos Drummond de Andrade, quais os efeitos estilísticos obtidos com a escolha das metáforas que caracterizam o erotismo presente em *O amor natural*. Pode-se afirmar que os poemas eróticos apresentam um léxico bastante peculiar e, aqui, pretende-se abordar, do ponto de vista da Estilística léxica, o efeito expressivo gerado por algumas das escolhas metafóricas. Pretende-se, pois, verificar de que maneira as metáforas eróticas de Carlos Drummond de Andrade integram-se ao discurso literário, diferenciando-se das metáforas populares e, por vezes, chulas, que se referem ao sexo.

Palavras-chave: Carlos Drummond de Andrade; metáfora; erotismo.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar, na poesia de Carlos Drummond de Andrade, quais os efeitos estilísticos obtidos com a escolha das metáforas que caracterizam o erotismo presente em *O amor natural*.

Escrito em meados dos anos 70, *O amor natural* só foi publicado em 1992, após a morte de Drummond. A obra póstuma revela mais uma das muitas faces do poeta-criador: o erotismo. Nos quarenta poemas que compõem o livro, o amor carnal é visto pelo poeta de uma maneira totalmente natural, como o título avisa. O amor, para ele “palavra essencial”, só se manifesta em sua amplitude pelo sexo. É por meio do sexo que se pode atingir a plenitude da existência; voltar à origem primitiva; atingir a paz eterna, o repouso merecido, o sagrado, o céu infinito; vencer a morte. O coito é, nas palavras do poeta, “morte de tão vida”.

Sobre os poemas eróticos, disse, em entrevista, o poeta:

São poemas eróticos, que eu tenho guardado, porque há no Brasil – não sei se no mundo –, no momento, uma onda que não é de erotismo. É de pornografia. E eu não gostaria que os meus poemas fossem rotulados de pornográficos. Pelo contrário, eles procuram dignificar, cantar o amor físico, porém sem nenhuma palavra grosseira, sem nenhum palavrão, sem nada que choque a sensibilidade do leitor. É uma coisa de certa elevação. (BARBOSA, R.C., 1987, p. 8)

Para Achcar, “a expressão franca, direta e desimpedida do sexo [...] é uma novidade, não só em Drummond, mas na poesia brasileira em geral”. Para o autor, em *O amor natural*, há “grandes poemas”, “cuja finura faz que esqueçamos todas as grosserias que cercam o assunto, desde velhos tempos romanos” (2000, p. 111).

A relação entre amor e sexo é mostrada de várias maneiras: pelo desejo incitado com a negação do sexo (*A moça mostrava a coxa*); pelo sexo genital (*O que se passa na cama*); pelo sexo oral (*A língua lambe*); pelo sexo anal (*A outra porta do prazer*); pela masturbação (*À meia-noite, pelo telefone*); pelas lembranças do sexo que causam prazer (*No pequeno museu sentimental*).

Pode-se afirmar que os poemas eróticos apresentam um léxico bastante peculiar e, aqui, pretende-se abordar, do ponto de vista da Estilística léxica o efeito expressivo gerado por algumas das escolhas metafóricas.

A Estilística léxica

Um dos objetivos da Estilística é indicar como se processa a escolha feita pelo enunciador, dentre os elementos linguísticos disponíveis, verificando de que maneira tal escolha determina efeitos estéticos e de expressividade e acenando para uma possível intenção do enunciador a partir de seu estilo.

Para Guiraud (1980), o significado consta sempre de um sentido de base e de um sentido contextual. Os vários sentidos de uma palavra são sempre virtuais e somente um deles se atualiza em um determinado contexto. Segundo o autor, o sentido de base é composto pela totalidade dos elementos nocionais da palavra, é puramente denotativo, enquanto o contextual não é senão a atualização desse sentido de base. Ambos os sentidos não se sobrepõem, pois há sempre um único sentido em uma situação dada: o sentido contextual.

Segundo o autor, existem dois tipos de valores: os valores expressivos e os valores sociais ou sociocontextuais (GUIRAUD, 1980). Os valores expressivos, associados às metáforas – objeto de estudo deste trabalho –, refletem não só a criatividade, mas também a expressão de algum tipo de sentimento. É muito comum o valor expressivo de uma metáfora debilitar-se ao entrar na área da norma da língua, adquirindo um sentido convencional.

Para Vilela (1994), o significado das palavras está relacionado com aquilo que elas representam, ou seja, com o universo de objetos, de entidades, de propriedades, de situações, de eventos, de ações, de processos e de estados que elas verbalizam. Utilizando o material linguístico de que dispõe, o enunciador faz, então, uma escolha que varia de acordo com o tipo de texto, com o tipo de público, com a situação da enunciação.

De acordo com Preti, a escolha lexical é pautada por juízos de valor, determinados pela sociedade e pela época:

[...] se é muito grande, de fato, a ligação entre léxico e costumes, muito maior se torna, quando se refere a certos vocabulários, como, por exemplo, aqueles que representam o ato sexual e as práticas eróticas, porque os juízos da sociedade sobre eles se transferem também para o léxico. Para nós, este passa a ser encarado como uma autêntica “linguagem proibida”. E, nessa denominação não vemos apenas o fenômeno do tabu linguístico, mas também o problema sociolinguístico dos vocabulários cujo uso depende das conveniências

e de um *prestígio* de natureza social que os termos possuem, em função da classe dos falantes que os usam e da *situação*. (1984, p. 61)

Tomando como base a definição de estilo de Guiraud (1980), pode-se afirmar que, por trás de uma escolha, existe sempre uma intenção e, dependendo dela, o autor do texto pode criar um ou outro efeito de sentido. Assim, pode-se dizer que as lexias, ao se manifestarem no discurso concretamente realizado, apresentam um significado exclusivo daquela situação de discurso e de enunciação.

Para Ullmann (1977), a relação entre expressividade e sentido é o resultado da concordância entre a representação imaginativa e o sentido emotivo do pensamento. Segundo o autor, a linguagem intelectual só consegue traduzir a emoção através de um jogo de associações implícitas entre a impressão sensorial produzida pelo significante e a representação imaginativa efetuada pelo significado.

A expressividade será tanto maior quanto maior for a harmonia entre, por um lado, a impressão sensorial e/ou representação imaginativa e, por outro, o sentido emotivo do pensamento.

Drummond opta por palavras eróticas, mas não pornográficas. A “linguagem proibida”, mencionada por Preti (1984), é utilizada pelo poeta de uma forma absolutamente sutil. Palavrões não aparecem na obra. Para se referir aos genitais masculinos e femininos o poeta utiliza unidades lexicais como *membro, pênis, vulva, clitóris, vagina*. Muitas vezes o poeta prefere as metáforas, sobretudo para se referir ao órgão sexual feminino: *flora pubescente, pétalas vermelhas da rosa, caracóis perfumados, flora brava*.

Pretende-se, pois, verificar de que maneira as metáforas eróticas de Carlos Drummond de Andrade integram-se ao discurso literário, diferenciando-se das metáforas populares e, por vezes, chulas, que se referem ao sexo.

A formação e a expressividade do neologismo semântico

Tratada por Guilbert (1975) como outra forma de neologia, a neologia semântica distingue-se dos demais tipos, uma vez que não trata propriamente do surgimento, na língua, de uma nova unidade neológica, mas pelo fato de um significante assumir um novo significado. Dessa forma, surgindo uma significação nova para uma unidade lexical já existente, tem-se um neologismo semântico.

Para a neologia semântica, é importante estudar tanto os significados surgidos a partir de uma metáfora e já fixados na norma da língua — seja na língua comum ou nas línguas de especialidade — como os denominados usos metafóricos.

Se a língua é um instrumento vivo que se adapta às necessidades de seus usuários, é inevitável, diz Barbosa, M.A., que as lexias sofram modificações, conforme sua atualização em contextos diferentes. Para a autora (1981, p. 206), “o processo de enriquecimento de semas continuará, à medida que a lexia for sendo atualizada em novos contextos”. Uma mesma lexia, paulatinamente, vai adquirindo novos traços e, de maneira quase imperceptível, chega-se a um neologismo semântico.

Os neologismos semânticos aparecem, quando se empregam signos já existentes no código, em combinações inesperadas ou inéditas com outros signos do enunciado. O neologismo surge, então, como resultado de uma combinação sêmica.

De todos os elementos que compõem o código linguístico, diz Barbosa, M.A. (1981), “o significado é o que está mais sujeito a mudanças”. Uma lexia pode adquirir um significado novo sem, entretanto, perder o seu significado original. Se algumas dessas inovações são acidentais e de duração efêmera, outras se transformam em fato de língua e estarão em contínua mudança.

A transposição metafórica e a generalização, característica da sinédoque, podem gerar criações lexicais. A remotivação por substituição ou alargamento da forma também é um processo utilizado para a mutação semântica. Uma palavra que pertença a um universo de discurso específico pode ser utilizada na língua geral e vice-versa.

Embora processos diferentes possam gerá-lo, o neologismo semântico mais comum ocorre quando se verifica uma mudança no conjunto de semas referentes a uma unidade léxica. Segundo Alves (1990, p. 62): “Por meio dos processos estilísticos da metáfora, da metonímia, da sinédoque..., vários significados podem ser atribuídos a uma base formal e transformam-na em novos itens lexicais”.

A mudança semântica é inerente aos sistemas linguísticos de maneira geral. Para Lakoff e Johnson (1980), a metáfora é onipresente na linguagem cotidiana e também no pensamento e na ação.

Entende-se, então, que além do uso da metáfora e da metonímia ser um recurso estilístico, é também um recurso cognitivo que, segundo Correia e Lemos, facilita a conceptualização da realidade, “permitindo, portanto, apreender de forma mais eficiente estruturas conceptuais que nos são estranhas, ou pela sua abstração, ou pelo nível de conhecimento especializado que requerem” (2005, p. 48).

Pode-se dizer, portanto, que a reutilização de palavras já existentes com novos significados é um dos processos mais comuns de inovação lexical. No discurso literário, além de dar a uma palavra do acervo lexical um novo significado, o autor pode também utilizar esse novo significado a favor do estilo e da expressividade.

Percebe-se, assim, que a neologia semântica reflete uma atividade consciente do usuário da língua que, ao dar a uma palavra um novo significado, altera sua estrutura semântica, enriquecendo, dessa forma, o universo lexical.

A metáfora no discurso literário

Quando se inicia o estudo da criação dos efeitos de sentido gerados pela escolha das palavras lexicais, é preciso se levar em consideração suas motivações: fonéticas, morfológicas e, principalmente, semânticas.

Em relação às escolhas lexicais no discurso literário, afirma Teles:

No momento em que o escritor opta por uma palavra ou frase, está praticando, ainda que inconscientemente, uma operação estilística, pois está se desviando da linguagem comum e, ao mesmo tempo, procurando imprimir nela a sua marca, a sua particular maneira de exprimi-la. E quando esta escolha é intencional e justificada não só pela obtenção do maior efeito como também por uma imposição do ato criador, o seu uso como traço caracterizador do estilo assume por certo um valor que ultrapassa a simples função

comunicativa, para transformar-se num agente ampliador do conteúdo poético. A função linguística se transforma em função retórica, vale dizer, em função poética. (1976, p. 91)

Não se pode, portanto, falar em expressividade e criação de efeito de sentido sem se levar em consideração a chamada linguagem figurada: “o mais potente artifício lexical utilizável com propósitos emotivos e expressivos” (ULLMANN, 1977, p. 281).

As metáforas dos poetas são criativas, inusitadas e pouco utilizadas. Já as metáforas populares são tão comuns que acabam por se desgastar a ponto de não mais serem percebidas como recurso de estilo. A expressividade da metáfora pode ser obtida pela imagem inesperada que produz na mente do ouvinte ou do leitor. Ao surpreendê-lo com o diferente, o autor quebra todas as suas expectativas.

A respeito da metáfora, expressa-se Guilbert (1975, p.70): “La métaphore définit le changement par l’application du nom spécifique d’une chose à une l’autre chose en vertu d’un caractère commun qui permet de les évoquer l’une par l’autre”.

Para o autor, esse tipo de relação pode-se estabelecer entre dois objetos materiais, entre duas ações, uma abstrata e uma concreta, entre uma realidade material e uma abstrata. Pode-se dizer que o procedimento de criação da metáfora na língua cotidiana e na literária é o mesmo. Os resultados dos usos metafóricos, portanto, podem ser considerados distintos. Uma metáfora utilizada na língua comum ou nas línguas de especialidade pode mais rapidamente perder suas características de figura de linguagem, e o significado metafórico passar a compor simplesmente o rol de significados de determinada lexia.

O uso de metáforas configura, segundo Barbosa M.A., uma ruptura de isotopia, isto é, dá-se a uma lexia um significado que, de certa forma, não é compatível com o significado esperado.

Se atualizarmos num enunciado um verbo que tenha os semas invariantes “animado”, “humano” e um sujeito para esse verbo que tenha esses traços, obtém-se, então, uma compatibilidade de traços “animal” do substantivo e “animal” do verbo – dizemos que as duas sequências do discurso são isotópicas, os seus semas são compatíveis, porque o predicado implicava em sujeito com os mesmos semas contextuais que os seus. (1981, p. 205)

A metáfora, diz a autora (1981, p. 209-10), surge “quando se explora uma relação de oposição transitiva entre unidades léxicas ou sintagmáticas, pertencentes a *topoi* diferentes”. Para Barbosa, M.A., a ruptura de isotopia pode ocorrer quando os elementos pertencem a *topoi* diferentes, mas são contidos no mesmo *macrotopos* (humano/não-humano pertencem ao *macrotopos* biofato), ou quando há passagem de um *topos* a outro *topos*, pertencentes a *macrotopois* distintos (psicofato/biofato).

Nos poemas eróticos as metáforas estão presentes, referindo-se ao ato sexual e, principalmente, ao órgão sexual feminino.

As metáforas eróticas de Drummond

As metáforas que se referem a sexo e aos órgãos sexuais são muito comuns na vida cotidiana. *Pênis* e *vagina* ganham muitos nomes, alguns carinhosos (*piu-piu*,

perereca), outros jocosos (*careca, mandioca; perseguida, racha*) e outros de baixo calão (*cacete, boceta*).

A metáfora coloca a palavra dentro do contexto ao qual ela se refere, ou seja, dentro de um contexto do sistema de conotações que a envolve. Então, dá-se à palavra um significado metafórico mais adequado à situação. Dentro de contextos variados, uma palavra pode evocar significados novos e até mesmo inesperados. Conforme Ricoeur (1975), a interpretação metafórica, fazendo surgir uma nova pertinência semântica sobre as ruínas do sentido literal, suscita também uma nova visão referencial.

Na obra, são poucas as referências metafóricas ao pênis. Para se referir ao órgão sexual masculino, Drummond, além da unidade lexical *pênis*, utiliza a lexia *membro*. Já em “O que se passa na cama”, o poeta o compara a um animal, escolhendo as metáforas *puma e fera*.

[...] O pênis
dorme, puma, americana
fera exausta (1992, p. 13)

O mundo vegetal também é recuperado quando o órgão sexual masculino é comparado a um *fruto em fogo* (*Mimosa boca errante*) e a um *talo ardente* (*Era manhã de setembro*).

Mimosa boca errante
à superfície até achar o ponto
em que te apraz colher o *fruto em fogo*
que não será comido mas fruído (1992, p. 34)

Somente a rosa crispada
o *talo ardente*, uma flama
aquele êxtase na grama (1992, p. 9)

Em todos os poemas de *O amor natural*, o enunciador é masculino. Por isso, as metáforas referentes ao órgão sexual feminino são mais frequentes e podem ser encontradas em quase todos os poemas. Essas metáforas são afetivas. Eróticas, sim, mas não pornográficas.

Na visão de mundo drummondiana, cabe ao homem passar pelos obstáculos, chegar ao lugar mais profundo e obscuro para atingir o prazer, passando por sensações táteis, visuais e gustativas. Se, por um lado, para Drummond há ausência total de luz no sexo da mulher, por outro há uma explosão de cores que o leva ao prazer.

A vulva da mulher se mostra, portanto, como algo obscuro, a ser desvendado, descoberto. Nos poemas, fica claro que cabe ao homem esse papel. É duro e árduo o caminho para o prazer, uma vez que a vagina se apresenta como uma porta fechada e estreita. O órgão sexual feminino também é visto como um altar, um lugar sagrado e precioso.

Os quadros abaixo ilustram de que forma se processam essas escolhas metafóricas.

Quadro 1. A vagina é um lugar úmido e/ou escuro

Metáfora	Poema
úmido subterrâneo	<i>Amor – pois que é palavra essencial</i> (p. 7)
gruta invisível	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 17)
licorina gruta cabeluda	<i>A língua lambe</i> (p. 32)
gruta rósea	<i>Esta faca</i> (p. 52)
urna	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 16)
túnel	<i>Você meu mundo meu relógio de não marcar horas</i> (p. 69)
cova	<i>Você meu mundo meu relógio de não marcar horas</i> (p. 69)
úmido recanto	<i>Adeus, camisa de Xanto</i> (p. 20)

Quadro 2. A vagina é uma porta fechada e estreita

Metáfora	Poema
concha	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 15)
porta hermética	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 15)
inacessível naveta	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 18)
vereda estreita	<i>Para o sexo a expirar</i> (p. 72)

Quadro 3. A vagina é um lugar sagrado

Metáfora	Poema
ara sem sangue de ofícios	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 15)
lugar santo	<i>Adeus, camisa de Xanto</i> (p. 20)

Quadro 4. A vagina é uma pedra preciosa

Metáfora	Poema
berilo	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 15)
esmeralda	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p. 15)

Embora possa ser considerada uma metáfora comum, utilizada sobretudo para se referir à beleza da mulher, a rosa, e suas partes (*pétalas* e *sépalas*), na visão drummondiana, é a vagina da mulher. Os adjetivos escolhidos revelam a beleza (*pulcra*); as cores dessa rosa, que ora é vermelha, ora nívea, ora preta; e também sua forma (*pluriaberta*, *crispada*). Referindo-se ao clitóris, Drummond utiliza a metáfora *botão*.

Quadro 5. A vagina é uma rosa e suas partes

Metáfora	Poema
pulcra rosa preta	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p.15)
nívea rosa preta	<i>A moça mostrava a coxa</i> (p.18)
rosa crispada	<i>Era manhã de setembro</i> (p.9)
rosa pluriaberta	<i>A língua lambe</i> (p.32)
pétalas vermelhas	<i>A língua lambe</i> (p.32)
pétala	<i>Em teu crespo jardim, anêmonas castanhas</i> (p.21)
sépala	<i>Em teu crespo jardim, anêmonas castanhas</i> (p.21)

Quadro 6. O clitóris é uma rosa em botão

Metáfora	Poema
oculto botão	<i>A língua lambe</i> (p.32)

Em referência aos pelos pubianos da mulher, Drummond utiliza metáforas ligadas ao universo da flora. Também se refere aos pelos por metáforas que valorizam sua forma: *anéis, caracóis*.

Quadro 7. Os pelos pubianos são plantas e flores

Metáfora	Poema
anêmonas castanhas	<i>Em teu crespo jardim, anêmonas castanhas</i> (p.21)
crespo jardim	<i>Em teu crespo jardim, anêmonas castanhas</i> (p.21)
moita orvalhada	<i>A castidade com que abria as coxas</i> (p.67)
fulva grinalda	<i>O que se passa na cama</i> (p.13)
fulva mata	<i>À meia-noite, pelo telefone</i> (p.47)
flora brava	<i>A castidade com que abria as coxas</i> (p.67)
flora negra	<i>No pequeno museu sentimental</i> (p.57)
flora pubescente	<i>Em teu crespo jardim, anêmonas castanhas</i> (p.21)
preto favo	<i>Tenho saudades de uma dama</i> (p.65)
fava de baunilha	<i>Adeus, camisa de Xanto</i> (p.20)

Quadro 8. Os pelos pubianos têm formas circulares

Metáfora	Poema
caracóis perfumados	<i>No pequeno museu sentimental</i> (p.57)
anéis negros	<i>No pequeno museu sentimental</i> (p.57)

Além das metáforas que se referem à vagina, nos poemas eróticos drummondianos, encontram-se algumas que se referem às nádegas femininas, ou à *bunda*, como prefere o poeta. A bunda tem vida própria, ela sorri, diverte-se, ama (*A bunda, que engraçada*). Sua forma esférica e sua cor branca são valorizadas nas escolhas metafóricas.

Quadro 9. A forma e a cor das nádegas

Metáfora	Poema
duas luas gêmeas	<i>A bunda, que engraçada</i> (p. 25)
esferas harmoniosas	<i>A bunda, que engraçada</i> (p. 26)
mármore	<i>No mármore de tua bunda</i> (p. 41)
alva aparição	<i>Ó tu, sublime puta encanecida</i> (p. 53)
traseiro marmóreo	<i>Era bom alisar seu traseiro marmóreo</i> (p. 58)
esférica renúncia	<i>Era bom alisar seu traseiro marmóreo</i> (p. 58)

Considerações finais

Analisando-se as metáforas eróticas de Drummond que se referem à mulher, pode-se dizer que o poeta faz escolhas que revelam sua visão de mundo, que não deixa de ser machista, a respeito da posição do homem frente ao sexo. Para se chegar ao “lugar santo”, o caminho

não é tão simples, é preciso percorrer “a trilha do demônio” (*Adeus, camisa de Xanto*). A via é estreita e difícil e desperta a imaginação do homem-poeta: “Mas que perfume teria/ a gruta invisível? que visgo,/que estreitura, que doçume...” (*A moça mostrava a coxa*). Percorrer o “úmido subterrâneo” e chegar à “gruta licorina”. Eis o amor carnal, desnudado na obra póstuma.

Vencido o difícil caminho, conquista-se a “esmeralda”, a pedra preciosa tão cobiçada por aqueles que se embrenharam nas matas brasileiras, e atinge-se o jardim divino com suas “anêmonas castanhas” e sua “fulva grinalda”. Um jardim perfumado e adocicado pela “baunilha”. Atingir o éden e dele colher todos os seus frutos: esse é o amor natural de Carlos Drummond de Andrade.

O genital feminino, composto por púbis, vagina, lábios, clitóris, é mencionado nos textos conotativamente pelas metáforas que associam essa região ao jardim, às flores, às pétalas, ao botão. Ao dar novos significados a unidades lexicais atestadas, por meio dos significados metafóricos, alguns comuns como “concha” ou “gruta”, o poeta mostra que o erotismo também deve ser, mais do que o amor, um tema a ser explorado poeticamente.

A bunda, parte do corpo sempre mencionada, é engraçada, sorri. O caráter divertido do poeta aflora, fazendo o leitor visualizar as “duas luas gêmeas”.

Segundo Barbosa, R.C., (1987, p. 25):

Em todos os poemas, desnuda-se a mulher, presença indispensável para acender o impulso erótico do poeta. Explícita ou figuradamente, o eu lírico detém-se na região pubiana feminina, em seios, coxas, nádegas, tomados como objetos de desejo ou instrumento de gozo realizado.

A partir dessas escolhas lexicais, percebe-se que o espírito do poeta-criador, presente em toda a sua obra, manifesta-se, também, de forma original, na sua poesia erótica. O poeta das palavras conhece seus segredos, brinca com elas e, de forma lúdica, vai criando os efeitos de sentido que pretende atingir. Seus neologismos semânticos, formados a partir das metáforas eróticas, desnudam a mulher e o ato sexual, proporcionando, nos textos, um equilíbrio entre a conotação e a denotação.

As metáforas drummondianas referentes ao sexo, embora simples e de fácil interpretação, atualizadas discursivamente, fogem do clichê e mostram um erotismo que se distancia do pornográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo - criação lexical*. São Paulo: Ática, 1990.
- ACHCAR, Francisco. *Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. *O amor natural*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- BARBOSA, Maria Aparecida. *Léxico, produção e criatividade: processos de neologismo*. São Paulo: Global, 1981.
- BARBOSA, Rita de Cássia. *Poemas eróticos de Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Ática, 1987.
- CORREIA, Margarita; LEMOS, Lúcia San Payo. *Inovação lexical em português*. Lisboa: Colibri, 2005.

- GUILBERT, Louis. *La créativité lexicale*. Paris: Larousse, 1975.
- GUIRAUD, Pierre. *Semântica*. Tradução e adaptação de Maria Elisa Mascarenhas. São Paulo: Difel, 1980.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*, Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- PRETI, Dino. *A linguagem proibida*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- RICOEUR, Paul. *La métaphore vive*. Paris: Seuil, 1975.
- TELES, Gilberto de Mendonça. *Drummond, a estilística da repetição*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica*. Uma introdução à ciência do significado. Tradução de J. A. Osório Mateus. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1977.
- VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do português*. Coimbra: Almedina, 1994.

Hip Hop na aula de FLE: aprendendo e ensinando o léxico não-padrão

(Le Hip Hop au cours de FLE: apprendre et enseigner le lexique non-standard)

Helena Yuriko Sakano Fernandes¹, Maria Cristina Parreira da Silva²

^{1,2}Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

helenayuriko@hotmail.com, cristinaparreira@sjrp.unesp.br

Résumé: Appuyé sur le concept de lexiculture, proposé par R. Galisson (2000), et en reconnaissance de l'existence et de la dimension du mouvement Hip Hop en France, le but de cet article est d'examiner l'importance de cette culture et de son lexique dans le contexte français, soulignant aussi la nécessité de son insertion dans les matériels éducatifs destinés à l'enseignement du français langue étrangère (FLE). À cet effet, nous avons élaboré, à l'aide d'un système de traitement de corpus, une liste bilingue français-portugais brésilien de ce lexique, à partir des paroles des trois principaux artistes français. Il faut noter que la plupart de ces unités lexicales ne sont pas présentes dans les dictionnaires généraux bilingues, ce qui crée des difficultés aux apprenants ainsi qu'aux enseignants d'accès à ce lexique, qui coexiste avec la langue standard étudiée et qui représente une grande richesse linguistique.

Mots-clés: Lexicographie; Enseignement du FLE; Hip Hop.

Resumo: Baseando-se no conceito de lexicocultura, proposto por Galisson (2000), e reconhecidas a existência e a dimensão do movimento Hip Hop na França, o objetivo principal deste trabalho foi examinar a relevância dessa cultura e de seu léxico dentro do contexto francês, apontando para necessidade de sua inserção em materiais voltados ao ensino de francês como língua estrangeira (FLE). Para tanto, foi elaborada uma lista bilingue, francês-português do Brasil, do léxico do movimento Hip Hop e dos registros não-padrão em geral, coletado em letras de música de artistas expoentes, por meio do uso de uma base automática de processamento de corpus. Nota-se que a maioria dessas unidades não consta nos dicionários bilingues gerais, de maneira que tanto o aprendiz quanto o professor dificilmente têm acesso a esse léxico, que coexiste com a língua padrão estudada e representa uma grande riqueza linguística.

Palavras-chave: Lexicografia; Ensino de FLE; Hip Hop.

Introdução

Nenhuma língua é um todo homogêneo e imutável, porém, em muitas situações, os aprendizes de uma língua estrangeira são apresentados a seu objeto de estudo como se assim fosse. Ao aprenderem um outro idioma, são frequentemente expostos a uma única face dessa língua, à mais prestigiada, ou seja, a norma padrão. No entanto, a língua que não se costuma falar em conferências ou entrevistas de emprego representa um papel muito importante na comunicação cotidiana de seus falantes nativos e essa exposição à face não-padrão da língua constitui-se, muitas vezes, em uma lacuna ou até mesmo em uma falha no processo de aprendizagem de uma língua estrangeira.

Entendemos como linguagem não-padrão a variedade da língua que o falante nativo tende a utilizar em situações de maior informalidade, e que é considerada de menor prestígio quando comparada à linguagem dita “cultura”, empregada em situações mais formais, com a qual coexiste. Trata-se de uma linguagem permeada de

coloquialismos, gírias, expressões e locuções com sentido figurado e muitas vezes própria de um grupo fechado.

Nesse contexto, as letras de *rap*, gênero musical que tomou conta de centros urbanos no mundo inteiro, constituem um rico material para o ensino dessa língua normalmente ignorada durante as aulas, sobretudo no que concerne ao seu léxico e ao léxico especial do grupo que a produziu, além de apresentar outras características culturais importantes para a compreensão da sociedade a que pertencem os textos.

Isso se aplica também ao contexto francês, em que a cultura urbana do Hip Hop, criadora do gênero musical *rap*, encontra-se amplamente expandida. Assim, acredita-se que um exame mais atento do léxico empregado nas letras de *rap* pode constituir uma forma de auxílio na apresentação de formas não-padrão, tanto as da língua geral quanto as específicas desse novo importante movimento cultural, aos estudantes de língua estrangeira, do francês especificamente neste estudo.

Dessa forma, considerando que os léxicos especiais, como, por exemplo, estrangeirismos, gírias e neologismos, veiculados em textos de circulação social, como as letras de *rap*, são manifestações importantes da realidade do país em que são produzidos, revela-se extremamente interessante para cursos de língua estrangeira que os envolvidos, tanto professores quanto aprendizes, possam ter contato com esses tipos de linguagem.

É importante tomar consciência dessas manifestações culturais, que nascem como restritas a determinados grupos, mas que frequentemente encontram expansão dentro da sociedade como um todo, indo além de seu grupo de origem, podendo contribuir para o desenvolvimento da língua geral, com a criação de uma linguagem própria e capaz de se perpetuar. O movimento (representado nas letras de música) é o ponto de partida para coleta do falar específico dos grupos que usam linguagem não-padrão, que, por sua ampla divulgação, ultrapassa os limites do movimento e chega a outros grupos da sociedade. Nas palavras de Preti (2003):

É costume admitir que certos vocábulos ou expressões nos causam estranheza, porque seu uso, em certos gêneros textuais, não é habitual. [...] O léxico, parte da língua mais sensível às transformações, em que as palavras surgem e se obsoletizam rapidamente, revela bem esse processo, de tal maneira que vocábulos que se ligam a certos grupos ou atividades específicos, passam a se vulgarizar, entrando para a linguagem comum. (p. 55)

A criação do Hip Hop e sua recepção na França: breve histórico

O Hip Hop é um movimento nascido no início dos anos 70, em subúrbios de grandes cidades americanas dominados pela violência, representada pela marcante presença de gangues, e pela exclusão social. Assim, esse movimento desenvolveu-se em verdadeiros guetos, habitados sobretudo por negros e latinos. Essa época marcou uma vitória legal contra a segregação racial após um intenso movimento social de luta pelos direitos civis.

Em Nova York, em bairros periféricos como o Bronx, começaram a ser realizadas festas de rua, as *block parties*, em que, a partir das batidas de ritmos afro-americanos, um DJ (*disc jockey*) criava novas músicas para seu público dançar. Com o novo ritmo, surgiu também o *breaking*, nome que, convencionalmente, designa os vários estilos de dança do Hip Hop. Nessas festas, o DJ era apresentado por um *master of ceremony*, o MC, cuja outra

função era a de entreter o público entre uma música e outra, o que logo começou a ser feito com o uso de rimas, as quais, posteriormente, passaram a ser feitas simultaneamente à música do DJ, dando início ao rap, *rhythm and poetry* (LEAL, 2007).

Com sua relativamente rápida expansão pelo mundo, o movimento cultural do Hip Hop representa hoje, em todo o globo, uma forma artística e/ou alternativa de denúncia e contestação social – além de ter-se transformado também, em alguns países, numa nova indústria cultural. Conforme se lê em Gomes da Silva (1999),

Durante o processo de constituição, os elementos centrais do movimento hip hop foram sendo também desterritorializados e ganharam as grandes metrópoles mundiais. Pelos meios de comunicação, TV, cinema, rádios, indústria fonográfica, redes de computadores etc., os jovens de diferentes metrópoles integraram-se ao movimento hip hop. Desde então, passaram a reinterpretar a realidade particular por eles vivida orientadas por símbolos e práticas culturais elaboradas externamente. (p. 28)

Devido a essa presença global, a cultura Hip Hop, que gira em torno de quatro elementos principais: o *DJing*, o *MCing* e o *breaking*, já apresentados acima, além do grafite (ou *graffiti*, do italiano), nas artes plásticas, tornou-se o berço de um novo léxico especial ou de novos léxicos especiais, produzindo, para cada língua em que se manifesta, um léxico próprio do movimento.

Um exemplo de onde ocorre uma expansão dessa nova cultura urbana é a França, país em que o movimento Hip Hop começa a se manifestar no início dos anos 1980, após uma turnê de artistas americanos, como o DJ Afrika Bambaataa, um dos criadores do movimento nos EUA e um dos grandes responsáveis por sua divulgação no continente europeu.

Naquele país, cujo número de imigrantes decorrentes do antigo projeto colonial é considerável (SANSONE, 2005), assim como são bastante delicados os problemas sociais decorrentes das relações entre esses imigrantes, seus descendentes e os próprios franceses “de origem” (McNEILL, 1998), a cultura Hip Hop encontrou um meio bastante favorável a seu desenvolvimento nas periferias dos grandes centros urbanos e, atualmente, encontra-se difundida por todo o território nacional, repercutindo além dos limites originais e levando representantes seus a serem reconhecidos em premiações musicais importantes no contexto francês, como o *MTV European Awards* ou o *Victoires de la Musique*.

Lexicocultura, dicionário e ensino do léxico

As reflexões sobre o conceito de lexicocultura, proposto por Galisson (2000, p. 52), dizem respeito à “cultura depositada nas ou sob algumas palavras, ditas culturais, que convém atualizar, explicitar e interpretar”, também frequentemente negligenciada em favor da dimensão semântica do léxico, isto é, do “produto da relação que elas [as palavras] estabelecem com seus referentes” (GALISSON, 2000, p. 49), e à percepção de que a carga cultural partilhada (CCP – *charge culturelle partagée*) de certas palavras pode ser realmente implícita, sendo percebida pelos falantes não-nativos apenas quando a ignorância de tal carga faz falhar a comunicação, como nos diz o autor. Essas reflexões levaram-nos a considerar importante para a elaboração de cursos de Francês Língua Estrangeira (FLE) a inserção de textos representativos dessa cultura/realidade recente, porém extremamente significativa, para que os aprendizes de FLE possam ter contato com esse léxico culturalmente

marcado, a fim de conhecer outras faces relevantes da língua que estudam e não somente sua norma padrão.

É sabido que, assim como o léxico individual (aquele dominado pelo indivíduo isolado) é apenas uma parte ínfima do léxico global de uma língua, o qual “abrange todo o universo conceptual dessa língua” (BIDERMAN, 2001, p. 179), os léxicos especiais, que Xatara (1998, p. 11) denomina “linguagens especiais”, que abrangeriam “classificações como linguagem técnica, a científica, a gíria e o jargão” por exemplo, também representam uma parte pequena do todo deste “vasto universo de limites imprecisos e indefinidos” (BIDERMAN, 2001, p. 179). No entanto, o fato de serem comparativamente inferiores em termos quantitativos, não descarta a importância dos léxicos especiais no ensino de língua estrangeira, pois, como afirma Roulet (1978), o falante dentro de sua comunidade linguística precisa, para se comunicar de maneira satisfatória, de conhecimentos que vão além de uma língua pura e homogênea.

Ainda, nas palavras de Gleason (1978, p. 428, apud PRETI, 1982):

[...] um único falante, sem se afastar das convenções habituais na sua área, fala de modos diversos em diferentes situações sociais. São diferentes o vocabulário, as construções e até as pronúncias utilizadas numa locução formal e numa conversa familiar. (p. 34)

Segundo Preti (1982), a essas variações no uso da língua pelo falante em situações diferentes dá-se o nome de registros ou níveis de fala. Seria, então, necessário aos aprendizes de uma língua estrangeira, além de dominar as regras gramaticais e pragmáticas que regem seu léxico, ser também capaz de compreender, e, se possível, utilizar as diferentes variedades da língua em uso nessa comunidade.

Nesse sentido, excluindo a possibilidade da aprendizagem em imersão linguística, os dicionários constituem o principal recurso de que dispõem os estudantes de uma LE para ter acesso a uma descrição dos fenômenos linguísticos do idioma estudado. Dessa forma, conforme se pode ler em Parreira da Silva (2003, p. 1),

Além de sua função básica e natural de indicar o sentido das unidades lexicais (UL), [o dicionário] deve também fornecer a seus consulentes a norma dos falantes da língua tratada: as linguagens familiar, popular, culta, vulgar, etc.

Parreira da Silva (2008, p. 2022) também complementa que:

O léxico que será organizado em dicionário deve ser descrito de modo especial, pois, apesar de descontextualizado nessa obra, não se trata de um conjunto de unidades significativas que sobrevivem desvinculadas de um contexto.

Considerando o que foi acima exposto, esta pesquisa procurou, como objetivo geral, refletir sobre a relevância e o grande potencial dessa nova cultura e do léxico em uso nesse meio para o ensino de FLE, propondo-se, mais especificamente, a elaborar uma lista bilíngue, francês-português do Brasil, do léxico coletado em letras de músicas de artistas franceses expoentes do movimento Hip Hop, por meio de uso de uma base automática de processamento de *corpus*, de forma a disponibilizar material que posteriormente possa ser inserido em materiais didáticos para aulas de FLE e em dicionários bilíngues.

A coleta do léxico Hip Hop em músicas francesas: materiais e métodos

A lista bilíngue do léxico utilizado no movimento Hip Hop resultante desta pesquisa foi elaborada a partir de uma listagem de palavras gerada pelo UNITEX (<http://igm.univ-mlv.fr/~unitex/>), sistema de processamento de *corpus* desenvolvido por Sébastien Paumier, na Universidade de Marne-la-Valée, França, no processamento do *corpus* constituído pelas letras de álbuns de três *rappers* franceses – Diam’s, MC Solaar e Sinik – escolhidos pela expressividade de suas vendas e, conseqüentemente, de seu alcance na sociedade francesa. Os três álbuns selecionados, *Dans ma bulle*, *Chapitre 7* e *Le toit du monde*, foram lançados em 2007 e têm suas letras disponíveis em *sites* da internet.

Cada item da lista, após ter seu contexto consultado no concordanceador do programa, foi pesquisado em dois dos principais dicionários gerais da língua francesa: o *on-line Le Trésor de la Langue Française informatisé* (TLFi), disponível em <http://atilf.atilf.fr>, e o eletrônico *Le Petit Robert* (1997). Essa pesquisa objetivou conferir a presença do item lexical no dicionário e verificar que marcas de uso foram atribuídas a ele, se tiver sido atribuída alguma. Assim foi possível confirmar se a unidade lexical em questão era relevante ou não para a lista que se construiu, uma vez que, não apresentando marcas de uso em nenhum dos dois dicionários, ela seria descartada.

Quando o item não foi encontrado em nenhum dos dois dicionários, outros dois foram pesquisados: o impresso *Lexik des Cités Illustré* (AZOR et al., 2007) e o *on-line Sensagent* (www.sensagent.com). Foram separadas para compor a lista final todas as unidades lexicais que não constavam nos dois primeiros dicionários gerais ou que, presentes nesses dicionários, eram acompanhadas de qualquer marca de uso do registro não-padrão, isto é, “fam.” (familiar ou coloquial), “pop.” (popular), “vulg.” (vulgar) e “arg.” (gíria).

Quanto à marca “péj.” (pejorativo), optou-se por não considerá-la como não-padrão quando não acompanhada de outra marca, por acreditarmos que ela represente apenas uma avaliação negativa do falante em relação ao referente, independentemente do nível de fala. Como exemplo, a unidade *barbare*, que no TLFi recebe essa marca, e é atestada por uma citação nada coloquial ou popular:

Quadro 1. Extrato do verbete “barbare” do TLFi

A. — Péjoratif

1. (Celui) qui n’est pas encore ou n’est plus civilisé, qui appartient à un niveau inférieur d’humanité :

● 7. Au fond, tout Danois est certain que le Danemark seul existe nécessairement et que ce qui n’est pas lui pourrait fort bien ne pas exister. Passé la frontière de cette Chine minuscule, il n’y a plus que des **barbares**, une *humanité inférieure*.¹

BLOY, *Journal*, 1899, p. 302.

Nos casos em que a unidade não foi encontrada em nenhum dos quatro dicionários monolíngues, foi feita pesquisa no motor de busca *Google*, em sua versão francesa (www.google.fr), com a opção *Pages:France* habilitada, a fim de registrar a ocorrência da forma pesquisada somente na variante hexagonal. Para restringir a pesquisa, a unidade

¹ “No fundo, todo dinamarquês está certo de que a Dinamarca sozinha existe necessariamente e que o que não faz parte dela poderia muito bem não existir. Ultrapassada a fronteira dessa minúscula China, não há nada além de **bárbaros**, uma *humanidade inferior*”. Tradução nossa.

buscada é escrita entre aspas. Os itens seguintes fornecem uma amostra do percurso realizado para a seleção das unidades nas quatro fontes lexicográficas e no buscador *Google*.

Quadro 2. Percurso realizado para a seleção das unidades nos quatro dicionários monolíngues e no buscador *Google*

Unidade	Freq	TLFi	Petit Robert	Lexik	Sensagent	Google.fr	Contexto
Ado	7	0	Abrév. Fam.				J'ai le mal de l' <i>ado</i> en manque à bout de souffle...
Wesh	1	0	0	p.351			<i>Wesh</i> mon vieux, ça fait un bail, elles sont bizarres nos trajectoires
Paname	1	0	0	0	Paris		j'y croyais pas, j'étais la femme la plus cocue de <i>Paname</i>
Barbec	1	0	0	0	0	32.700	un <i>barbec</i> géant pour tous les SDF qui sont postés

Em seguida, após estabelecer essa lista, todos os itens nela constantes foram pesquisados em dois dos dicionários bilíngues francês-português mais comuns no Brasil, a versão *on-line* do dicionário escolar *Michaelis* (2002), da Editora Melhoramentos, disponível em <http://michaelis.uol.com.br/escolar/francês.index.php>, e o dicionário impresso *Larousse Oui mini* (2005).

Quando a unidade pertencente ao registro não-padrão já estava banalizada a ponto de constar em um desses dicionários, ela foi descartada da lista final. Esse procedimento se justifica porque, na elaboração de obras bilíngues desse porte, prioriza-se a inclusão do vocabulário básico, excluindo grande parte do léxico especial atualizado. A escolha dessas obras bilíngues, de publicação mais recente, visou a diminuir a discrepância de que trataremos no próximo item.

Após a revisão na lista das unidades em francês, com o auxílio de *sites* da internet e de alguns poucos glossários encontrados referentes ao movimento Hip Hop, foram propostas traduções para os itens, em princípio de mesmo registro. Cabe lembrar que, como nem todas as unidades têm equivalentes de mesmo registro, nesses casos, as traduções propostas foram marcadas, por meio de um asterisco, como pertencentes ao registro padrão da língua.

Léxico francês-português do Hip Hop: breve análise dos resultados

Após as fases de seleção e tradução das unidades, obteve-se uma lista final de 325 unidades, das mais diversas classes lexicais, como substantivos, adjetivos, verbos e alguns advérbios e locuções, colocada em anexo neste artigo. Reproduzimos abaixo a letra **A** da referida lista, para efeito de ilustração dos resultados. Reiteramos que as equivalências ou definições precedidas por * não são do mesmo nível de fala. Informações contextuais podem vir entre parênteses:

Quadro 3. Amostra da lista bilíngue francês-português do Brasil do léxico não-padrão extraído de letras de rap

A
Accaparer <i>vt</i> dominar
Alcool <i>sm</i> cachaceiro, pingüço
Allumer <i>vt</i> *disparar contra, atirar em (com uma arma de fogo)
Alpaguer <i>vt</i> *apreender, *prender
Amende <i>sf</i> *extorsão paga pelos comerciantes
Amocher <i>vt</i> capotar, descer a lenha, *agredir
Amphète <i>sf</i> *anfetamina
Appart <i>sm</i> apê
Area <i>sm</i> *área
(s')arracher <i>vpron</i> meter o pé, vazar
Assurer <i>vi</i> *estar à altura; ser muito bom
Atterrir <i>vi</i> *aterrissar, falando de um objeto que voa e depois toca o chão (no caso, um projétil)

No Unitex, o *corpus* composto por 46 letras gerou uma lista de 56283 ocorrências de 5119 diferentes *tokens*, a partir da qual foram feitas as pesquisas nos dicionários monolíngues e, eventualmente, na internet.

Analisando as informações obtidas ao longo do processo de elaboração e tradução da lista, observou-se que um número razoável de unidades previamente selecionadas durante a pesquisa em dicionários monolíngues foi encontrada também nos dicionários bilíngues, o que pode ser atribuído aos avanços dos estudos linguísticos e lexicográficos, que, no último século, mudaram os objetivos de muitas dessas obras, tornando-as mais descritivas e menos prescritivas, diminuindo assim as discrepâncias entre a língua falada nas ruas e a presente nos dicionários.

Da lista preliminar de 578 unidades, 192, ou seja, aproximadamente 33% do total, foram descartadas por constarem nessas obras lexicográficas. As unidades restantes que não constam na lista dividem-se entre erros de ortografia de unidades do registro padrão (29 itens), alguns nomes próprios, de início não percebidos como tal (12 itens), e unidades cujos contextos encontrados na internet não foram suficientes para garantir uma interpretação segura o bastante para se construir uma definição (20 itens).

Na sequência, analisaremos dois itens fortemente marcados nesse léxico, os nomes próprios e os neologismos (estrangeirismos), bem como a controversa questão da anotação das marcas de uso dessas unidades lexicais.

Os nomes próprios são determinantes na interpretação do texto, sendo uma das classes de palavras em que, de certa forma, mais se pode observar a carga cultural partilhada de que fala Galisson (2000). Se considerarmos trechos como o seguinte, retirado de uma das músicas que compõem o *corpus*, *Carpe Diem*, de MC Solaar, fica claro o quanto seu desconhecimento representa uma grande dificuldade de interpretação:

- (01) Avant avec des francs je partais acheter des **Picorettes**
Maintenant avec des euros c'que j'demande ce sont des **Nicorettes**²

Qualquer estudante de francês com um nível intermediário de conhecimento de língua seria capaz de interpretar com segurança esses dois versos se as palavras finais de

² Antes com francos eu ia comprar *Picorettes / Agora com euros o que eu peço são *Nicorettes. Tradução nossa.

cada um deles fossem *chocolat* ou *produit anti tabac*. Mas, da forma como estão escritos, torna-se muito difícil para uma pessoa que não está inserida no mesmo contexto cultural do autor compreender o significado desses versos. Situação que só pode ser solucionada por meio de uma busca em *sites* da internet, uma vez que esses dois nomes de marca não constam em obras lexicográficas impressas. A dificuldade aumenta quando ocorre algo como no trecho abaixo, retirado da mesma música, no qual apenas alguns nomes também estão presentes em nossa cultura:

- (02) Au temps d'Avon, Herbalife, Tupperware et Amway
Y'avait des sacs orange à l'Euromarché
Du Topset, des chewing gums Baraka, des Treetts
Des bouteilles consignées Gévéor, Préfontaine et Pschitt

Entretanto, apesar de reconhecermos sua importância cultural e linguística no contexto interpretativo, optou-se por não incluir nomes próprios na lista final, por não considerarmos possível qualificar seu uso com base nas variações diastráticas e diafásicas e por não podermos oferecer um equivalente linguístico adequado, apenas uma explicação do significado. Contudo, esse seria um objeto relevante de pesquisa linguístico-cultural que ainda não foi tratado adequadamente em publicações.

Quanto aos neologismos, pode-se dizer que um dos processos de formação de novas palavras mais recorrentes foi a adoção de estrangeirismos – notadamente os anglicismos. É natural que se encontrem unidades ligadas ao movimento, como *beat, crew, flow, freestyle*, mas ocorrem também unidades mais ligadas ao uso geral, como *blues, cash, man, skinny*. Por não ter sido nosso objetivo realizar uma análise do étimo de todas as unidades presentes na lista, não estabelecemos com precisão o número e a origem dos estrangeirismos. Entretanto, reconhecemos em torno de 40 anglicismos, o equivalente a aproximadamente 12% da lista final de 325 unidades; um número considerável, sobretudo pensando na conhecida rejeição do francês aos estrangeirismos.

Além desses dois grupos principais de léxicos especiais, observamos outros processos importantes como: a) a abreviação, como em *mouvement* > *mouv'* ou em *michetonneuse* > *michto*; b) a inversão silábica, ou *verlan* (*langue à l'envers*), como é conhecida em francês, sendo alguns exemplos desse fenômeno *fou* > *ouf*, *speed* > *despi* ou *frère* > *re-fré*. Contrariamente ao que se pensava, este último recurso ainda é muito produtivo em francês, havendo mesmo o *verlan* do *verlan*, como em *femme* > *meuf* > *feumeu*.

Outra questão observada durante a realização deste trabalho concerne às diferenças na atribuição de marcas de uso pelos dois dicionários gerais utilizados na pesquisa. Para esses casos, de acordo com cada dicionário, a utilização dessas unidades teria um nível de adequação diferente nas mesmas situações comunicativas. Por exemplo, um estudante de francês que consultasse a expressão *faire chou blanc*, na entrada *chou* do *Petit Robert*, tomaria a ausência de marca de uso como uma “carta branca” para sua utilização em qualquer contexto, enquanto que, se fizesse a mesma consulta no TLFi, provavelmente procuraria evitar o emprego dessa expressão em situações comunicativas em que se espera um nível de língua mais formal. Observe-se o quadro abaixo:

Quadro 4. Diferenças na atribuição de marcas de uso

Unidade	Freq	TLFi	Petit Robert	Contexto
(se) barrer	1	Arg.	Fam.	Regarde-moi, tu es ma femme, je ferai tout pour qu'on se barre.
Chou (faire ~ blanc)	1	Fam.	—	Il ouvre la chasse en flippant tirant mais faisant trop souvent chou blanc.
Embrouille	3	—	Fam.	J'ai dit aux autres "nous, on s'arrache si y'a embrouille vous nous appelez"

Finalmente, é importante salientar novamente que não foi possível encontrar equivalentes de mesmo registro ou nível de fala para todas as unidades selecionadas, o que já era previsível, uma vez que duas línguas não interpretam a realidade exatamente da mesma forma. Novos estudos linguísticos podem buscar aproximações, mas cada idioma continua sempre mantendo suas especificidades culturais.

Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo fazer uma reflexão sobre a relevância do aspecto cultural no ensino do léxico, por meio do estudo e elaboração de uma lista bilingue de unidades lexicais utilizadas no contexto do Hip Hop para o ensino do FLE. Como contribuição, pudemos perceber a riqueza lexical e também a riqueza de referências extralinguísticas presentes nas letras dos *raps*, que passam despercebidas durante os cursos de língua e cultura francesas e que merecem ser levadas ao conhecimento dos estudantes dessa língua estrangeira, por fazer parte de uma cultura que ganha proporções cada vez maiores dentro do contexto desse país.

Também foi possível levantar novamente questões comuns à elaboração de dicionários, como a constituição da nomenclatura e a atribuição de marcas de uso, que muitas vezes constituem o primeiro e único recurso a que têm acesso os aprendizes, a fim de saber o quê, como e quando empregar as possibilidades oferecidas pela língua no momento de interação, evitando, assim, impropriedades e inadequações.

Assim, podemos concluir que, para se aproximar um pouco mais da competência linguística ideal almejada por qualquer estudante de língua estrangeira, é preciso também passar pelo estudo de formas menos prestigiadas do idioma, como o léxico não-padrão, o que pode passar também pelo estudo de textos de grande circulação social nem sempre abordados nos materiais de ensino de língua estrangeira, como é o caso das letras de *rap*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZOR, Cindy et al. *Lexik des Cités*. Paris: Fleuve Noir, 2007.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DICIONARIO Larousse OUI francês-português, português-francês: mini. São Paulo: Larousse do Brasil, 2005. [Coordenação editorial: José A. Galvez]

- GALISSON, Robert. La pragmatique lexicoculturelle pour accéder autrement, à une autre culture, par un autre lexique. *Mélanges CRAPEL*, n. 25, 2000. Disponível em: <http://revues.univ-nancy2.fr/melangesCrapel/IMG/pdf/06_galisson.pdf>. Acesso em: 22 out. 2008.
- GOMES DA SILVA, José Carlos. Arte e Educação: A Experiência do Movimento Hip Hop Paulistano. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (Org.). *Rap e educação, Rap é educação*. São Paulo: Sumus, 1999. p. 23-38.
- LEAL, Sérgio José de Machado. *Acorda Hip-Hop!:* despertando um movimento em transformação. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007.
- LE PETIT ROBERT. *Dictionnaire de la langue française:* version électronique. Paris: Havas interactive, 1997. 1 CD-ROM. Versão 1.3.
- McNEILL, Tony. Immigration in Postwar France. Sunderland, 1998. Disponível em: <<http://seacoast.sunderland.ac.uk/~os0tmc/contemp1/immig2.htm>>. Acesso em: 22 out. 2008.
- MICHAELIS. *Dicionário escolar francês:* francês-português e português-francês / Jelssa Ciardi Avolio, Mára Lucia Faury. – São Paulo: Melhoramentos, 2002. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/escolar/francês.index.php>>. Acesso em: 22 out. 2008.
- PARREIRA DA SILVA, Maria Cristina. Marcas de uso em dicionários bilíngues francês-português: uma verificação. *Estudos Linguísticos*, São Paulo - SP, v. 32, p. 1-6, 2003.
- _____. O tratamento da Lexicocultura nos dicionários bilíngues francês-português. In: MAGALHÃES, José Sueli de (presidente da comissão editorial). (Org.). *XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística*. Uberlândia: ILEEL/UFU, 2008, p. 2021-2026. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_434.pdf>. Acesso em: 22 out. 2008.
- PRETI, Dino. *Sociolinguística:* os níveis de fala. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.
- _____. Variação lexical e o prestígio social das palavras. In: _____. (Org.). *Léxico na língua oral e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003. p. 47-67.
- ROULET, Eddy. *Teorias linguísticas, gramáticas e ensino de línguas*. Tradução de Geraldo Cintra. São Paulo: Pioneira, 1978.
- SANSONE, Livio. O Estado e o multiculturalismo. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 57, n. 3, 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252005000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 out. 2008.
- UNITEX®. Projeto de Sébastien Paumier. *Université de Marne-la-Vallée-França*. Disponível em: <<http://igm.univ-mlv.fr/~unitex/>>. Acesso em: 26 jun. 2011.
- XATARA, Cláudia Maria. *A tradução para o português de expressões idiomáticas em francês*. 1998. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

ANEXO

Léxico francês-português de letras de rap

A

Accaparer *vt* dominar
Alcool *sm* cachaceiro, pingüço
Allumer *vt* *disparar contra, atirar em (com uma arma de fogo)
Alpaguer *vt* *apreender, *prender
Amende *sf* *extorsão paga pelos comerciantes
Amocher *vt* capotar, descer a lenha, *agredir
Amphète *sf* *anfetamina
Appart *sm* apê
Area *sm* *área
(s')arracher *vpron* meter o pé, vazar
Assurer *vi* *estar à altura; ser muito bom
Atterrir *vi* *aterrissar, falando de um objeto que voa e depois toca o chão, no caso, um projétil

B

Baba *sm* traseiro
Backstage *sm* *backstage*
Badboy *sm* *bad boy*, *pitboy*
Bague *sf* *une bague au doigt* barbada, boi, mamão com açúcar
Bail *sm* *ça fait un bail* mó cara, mó cota
Banana *sf* banana, pau
Banane *sf* *avoir la banane* *1. Estar feliz *2. [pênis] estar ereto
Baraque *sf* *empresa, empreendimento
Barbec *sm* churras
Barbelé *sm* cachaça
Barge *smf* despirocado, zureta
(se) barrer *vpron* vazar, meter o pé
Bastos *sf* *bala de arma de fogo
Beat *sm* *beat*
Bécane *sf* *1. Máquina ou ferramenta especificada de acordo com a profissão ou interesse do usuário 2. Magrela, *bicicleta
Bédave *vt* Bob Marley, Charles Brooklin, fumar um beck
Bédo *sm* bagulho, bamba, brets, bucha, cabeça de nego
Bénef *sm* *benefício, vantagem
Bétom *vi* rodar
Beuh *sm* bagulho, bamba, brets, bucha, cabeça de nego
Beurre *sm* *compter pour du beurre* *não ter importância alguma, ser um zero à esquerda
Bicrave *vt* *1. Traficar 2. Fazer a elza, *roubar
Biff *sm* cascalho
Biffeton *sm* *1. Bilhete 2. Verdinha, *nota de dinheiro
Bille *sf* *toucher une bille* arrasar

Bimbo *sf* *garota de beleza provocante
Bip *sm* *pager*
Bitch *sf* catiroba, puta
Bitume *sm* *chão, terra
Biz *sm* *biz*, *business*
Black *smf* *black* (pessoa)
Bled *sm* buraco, cu do judas
'blème *sm* *problema
Bloc *sm* casarão, penita, tranca
Blues *nm* deprê
Blunt *sm* bagulho, bamba, brets, bucha, cabeça de nego
Bolosse *smf* comédia
Bonze *sm* *personagem oficial, homem influente
Boire la tasse *1. Engolir água involuntariamente, durante um banho de mar *2. Sofrer perdas
Bouillave *vt* 1. Foder 2. Descer a lenha, o cacete
Boule *sf* pote, coco
Boulette *sf* brecha, *erro
Bourge *sm* *burguês
Bozo *sm* comédia, zureta

C

Cab *sm* *carro conversível
Cafard *sm* deprê
Cage *sf* gaiola
Cagoulé, -ée *adj* *encapuzado
Cailler *vi* fazer uma friaca
Caille-ra *sf* marginália
Caisse *sf* caranga, lata-velha
Calcif *sm* *cueca
Calmologue *smf* *psicólogo
Came *sf* bala de coco, bilu
Cancre *sm* *aluno preguiçoso e ruim
Canner *vi* 1. Dar pinote, *fugir 2. Cair, *morrer
Carburer *vt* *funcionar, trabalhar utilizando determinado "combustível"
Cash *adv* na lata, na cara
Casse-pipe *sm* *guerra
(se) casser *vpron* 1. Dar pinote, *fugir 2. vazar
Cellule *sf* *quarto
Cess *sf* *droga
Chtar *sm* 1. Gambé, cachorro de madame 2. Espinha, acne
Chapeau *sm* *faire porter le chapeau à qqn* *responsabilizar alguém por algo
Chelou *adj* * estranho, duvidoso, suspeito
Chialer *vi* *chorar
Chiant, -e *adj* broca, chaveroso, *irritante
Chienne *sf* cadela, cachorra
Chier *vi* 1. Cagar 2. Encher o saco

Chiotte *sf* *banheiro, toalete
Chite *sm* v. **shit**
Chnouff *sf* *droga, entorpecente
Chou *sm* **faire chou blanc** *falhar em algo
Cicatrice *sf* boceta
Ciné *sm* *cinema
Claquer *vi* ser cabuloso, *chocar, *maravilhar
Clash *sm* *desafio
Clean *adj* *1. Moralmente são *2. Que não usa mais drogas
Clodo *sm* *pessoa socialmente não adaptada, que vive nas grandes cidades, sem emprego nem domicílio
Cocard *sm* colorido, *olho roxo
Coffee shop *sm* *nos Países Baixos, estabelecimento onde se pode comprar e consumir maconha legalmente
Cogiter *vi* *refletir de modo empenhado e, frequentemente, ineficaz
Coke *sf* bala de coco, bilu
Colo *sf* *colônia de férias
Compile *sf* *coletânea
Conditionnable *adj* *que está em liberdade condicional
Condé *sm* bacona, cachorro de madame, gambé
Connard *sm* *imbecil
Conso *sf* *consumo
Cool *adj* na moral
Couille *sf* **partir en couille** *não ter fim
Couplet *sm* *refrão
Couv' *sf* *capa [de revista]
Crack *sm* cabral, drusca
Crado *adj* *muito sujo, imundo
Cramer *vi* *queimar completamente, consumir-se
Crâne *sm* coco
Crash *vi* destruir-se contra o chão
Cravate *sf* engravatado
Crème *sf* nata
Crew *sm* *crew*, *grupo de amigos que compartilham a mesma paixão
Criser *vi* dar chique, dar piti
Croc *adj* *louco por
Croc *sm* **avoir les crocs** estar lericado
Croco *sm* *crocodilo
Croquer *vi* *aproveitar

D

Dada *sm* cavalinho
(que) dalle *loc adv* neça
Dark *adj* *dark*
Daron *sm* velho
Dass' *sm* *aids
Débarquer *vi* *chegar de repente
Déchirer *vi* arrasar
Déconner *vi* *1. Dizer besteiras 2. brincar
Défourailler *vi* *sacar uma arma de fogo

Défourailler *sm* *atirador
Dégager *vi* vazar, meter o pé
Dégommer *vi* *1. Derrubar, atingir *2. Destituir de um cargo
Démago *smf, adj* *demagogo
Démarrer *vi* *começar a ter sucesso, a conquistar notoriedade
(se) Démerder *vpron* se virar
Despi *adj* *1. Rápido 2. Osso, *difícil
Diam *sm* *diamante
Dico *sm* pai-dos-burros
(en) douce *loc adv* *sem barulho, com discrição
Douiller *vt* *pagar

E

Embarquer *vt* *prender e levar
Embrouille *sf* enrolação
Emmerder *vt* *considerar inexistente, ser indiferente a
(s')enrailler *vpron* *pôr nos trilhos
Entuber *vt* *ludibriar, fraudar, trapacear
Escampette *sf* **prendre la poudre d'escampette** dar pinote

F

Fada *sm, adj* porta
Fast style *sm* *fast style*, *estilo rápido
Featuring *sm* *featuring, feat., ft.*
Feeling *sm* *feeling*
Fermer sa gueule calar a boca
Feumeu *sf* *mulher
Fils de chien *sm* filho da puta
Flat *adj* *neutro
Flipper *vi* *ficar abatido pelo fim do efeito da droga
Flouze *sm* cascalho
Flow *sm* *flow*, *enunciação de um *rapper*
Foirer *vi* *fracassar lamentavelmente
Fouleck *sm* *pessoa perigosa, que não recua diante de nada
Foutre en l'air foder, foder-se
Foutre le camp vazar, meter o pé
Freestyle *sm* *freestyle*, *estilo livre
Fuck *vt* foder-se

G

Galère *sf* **être en galère** *ter falta de algo
Gamos *sm* caranga, lata-velha
Gar-ci *sm* *charuto
Gardav' *sf* *prisão preventiva
Garre-ba *sf* boloro, croquilho
Gencive *sf* *1. O maxilar *2. Os dentes
Ghetto *sm* muvuca, zona
Gimmick *sm* *procedimento ou objeto ardiloso, truque destinado a causar um efeito marcante

Go *sf* mina
Go tout de go *loc adv.* Na cara, na lata
Gonze *smf* cara, mina
(se)goumer *vpron* sentar(-se) a madeira
Grave *adv* *seriamente
Griller *vt être grillé* *ser desmascarado, descoberto, não ter mais saída
Gros, grosse *smf* 1. Mano 2. Cara, mina
Gueule (ma) *sf* meu *brother*, meu chapa
Gueule *sf faire la gueule* *mostrar descontentamento por meio de uma atitude mau-humorada que se tem de propósito

H

Hardcore *adj* *hardcore*, barra-pesada
Hchouma *sf* *vegonha, pudor
Hélico *sm* mosquito de ferro
Héro *sf* *heroína
Hic *sm* *ponto difícil, essencial de uma coisa
Hip hop *sm* *Hip Hop*
Hit *sm* *hit*, *sucesso musical
Homme *sm* *marido, companheiro, amante
Hosto *sm* *hospital

I

(s')inquiéter *vpron t'inquiète* não esquentar
Intello *smf, adj* *intelectual
Internet *sm* *internet*
Intox *sf* *intoxicação

J

Jacter *vi* colê, bater uma caixa
JT *sm* *jornal televisivo

K

Kenn *vt* comer, foder
Kéta *sf* *cloridrato de cetamina, anestésico e remédio para cavalos
Keuf *sm* cachorro de madame, gambê
Keumé *sm* cara
Kiffer *vt* curtir

L

Lève-tôt *sm* *madrugador
Loco *sf* *locomotiva
Lolo *sm* *seio

M

Mag *sm* *revista
Man *sm* cara
Manche *sf faire la manche* *pedir dinheiro depois de uma apresentação, mendigar
Masse *sf être à la masse* *estar desorientado
Mat' *sm* *manhã

Mater *vt* *1. Ver ou olhar com atenção 2. secar
Maton *sm* *carcereiro
Matricule (mon, ton...) *sf* *eu, você
Maxi *sm* *máximo
Mémère *sf* *mulher gorda e comum de uma certa idade
Méninge *sf* *cérebro
Merco *sf* *curiosa, fofoqueira
Merde *sf* *1. heroína *2. qualquer droga pesada
Meuf *sf* mina
Mic *sm* *microfone
Michetonneuse *sf* catiroba, seringueira, puta
Michto *sf* catiroba, seringueira, puta
Mike *sm* v. **mic**
Minot *sm* *criança pequena, guri, piá
Meskin *sm, adj* *pobre, coitado
Mitard *sm* surda, *solitária (cadeia)
Mollard *sm* *escarro
Mouv' *sm* *movimento

N

Naze *sm* *1. Sujeito atingido pela sífilis *2. Por ext., estragado, que não vale mais nada
Nerf *sm* **une boule de nerfs** uma pilha de nervos
Nique *sm* *gesto de desprezo
Niquer *vt* foder

O

Occas' *sf* *promoção
Oinj *sm* bagulho, bamba, brets, bucha, cabeça de nego
Opé *adj* *decidido
Ouais *adv* *sim
Ouf *adj* despirocado, zureta
(l')ouvrir *v* *falar, exprimir uma opinião [geralmente falando alto]

P

Paname *sf* Paris
Partir au quart de tour *dar partida facilmente [motor]
Patate *adj* *idiota
Patate *sf* **avoir la patate** *estar em plena forma física
Pédé *sm* balde, butterfly, lisinho
Peau *sf* **avoir qqch dans la peau** *ter algo que impulsiona a agir, a se comportar de tal ou tal maneira
Pêche *sf* **avoir la pêche** *estar em forma
Pécho *vt* *pegar
Pendre au nez *desprezar ou infelicidade pelo qual alguém é ameaçado
People *sm* *celebridades
Pépère *adj* na moral
Pépètes *sf/pl* cascalho
Pera *sm* *rap*

Perpète *sf* perpétua
(**se**) **Péta** *vpron* sentar a madeira
Pétard *sm* berro, boca de ferro
Pétasse *sf* catiroba, seringueira
Péter *vt* **Péter un plomb** *irritar-se, ficar louco de fúria
Pèze *sm* grana
Philo *sf* *filosofia
Phone *sm* *telefone
Phone-tel *sm* *telefone
Picoler *vi* mamar
Pillave *v* mamar *sf* cachaça
Pin-up *sf* *garota de beleza excitante, consciente de seu poder de sedução
Pisse *sf* mijo
Placard *sm* casarão, penita, tranca
(**en**) **planque** *loc adv.* mocoçado
Planquer *vi* mocoçar, muquiar
Plaque *sf* **être à côté de la plaque** *enganar-se, estar por fora do assunto
Plonger *vi* *desaparecer
(**se**) **pointer** *vpron* *chegar
Pomper *vt* **se faire pomper la bite** ganhar uma gulosa, uma chupeta
Ponte *sm* *figurão
Poto *sm* mano, chapa

Q

Quitte à * correndo o risco de

R

Racailleux *sm, adj* bicho solto, sinistro
Raclo *sm* *garoto, moleque
Ragga *sm* *ragga*(*muffin*)
Rap(p)er *vi* *cantar *rap*
Rappeur *sm* *rapper*
Raquetter *vt* *extorquir
Rasta *smf* *rastafári
Récré *sf* *recreio
Ré-fré *sm* mano
Rencard *sm* *1. Informação confidencial *2. Encontro, compromisso
Reusse *sf* *irmã
Revoilà *prép* *eis de novo
Riddim *sm* *sequência musical que forma a base de uma música
Riffe *sm* berro, boca de ferro
Rodéo *sm* muvuca, zona
Rond, -e *adj* *gordo e pequeno

S

Sape *sf* beca
Sauter *vt* trepar
Sconke *sf* erva, bamba, breguete
Scoot *sm* *scooter*, *vespa

Scratch *sm* *scratch*
(**en**) **scred** *loc adv* *escondido, discretamente
Sec *adj* *1. Nada *2. vazio
Sécu *sf* *segurança
Self *sm* *auto-indutância
Seuf *sf* traseiro
Shisha *sf* *narguilé
Shit *sm* bagulho, bamba, brets, bucha, cabeça de nego
Shopping *sm* **faire le shopping** *fazer compras
Single *sm* *single*
Skate *sm* *skate*
Skinny *adj* *muito magro, especialmente de forma não atrativa
Skyzo *adj* *esquizofrênico
Smala *sf* *família ou séquito numeroso que vive ao lado de alguém e o acompanha a todos os lugares
Smicard *sm* *adj* *assalariado da categoria mais desfavorizada
Solo *adj* *sozinho
Soss *sm* *brother*
Spliff *sm* baguho, bamba, brets, bucha, cabeça de nego
Starting-block *sm* *dispositivo formado por duas bases, no qual um corredor apoia os pés antes de largar
Strike *sm* *strike*
String *sm* * calcinha ou biquíni fio-dental
Sun *sm* *sol
Sup *sf* *nível superior

T

Tacler *vt* *em uma rivalidade amorosa, tomar uma atitude antes de alguém
Taco *sm* caranga, lata-velha
Taf *sm* 1. Cagaço 2. trampo
Taff *sm* trampo
taf(f)er *vi* trampar
(**se**) **taper** *v* traçar

V

Vendre *vt* *estar pronto a tudo para conseguir as graças de alguém
Vèner *adj* 1. Puto, *nervoso *2. Extraordinário, fora do comum

W

Wesh *interj* 1. Salve, e aí? Yo! Firmeza? 2. Qual é? O que que tá pegando?

As classes de objeto na construção das equivalências Francês-Português: o verbo na culinária

(Classes of objects in the building of equivalences for an automatic bilingual glossary of French-Portuguese: the verb of culinary)

Renata Maria Odorissio¹

¹Programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

renata.odorissio@gmail.com

Abstract: The aim of this study is to create a bilingual electronic glossary, which is based on corpora of cooking recipes either in Portuguese and French. This research is based on Lexical-grammar theory, in order to analyze the sentences extracted from the corpora. Two imprinted dictionaries are taken as reference – *Le Robert Micro* (1998) and *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (2002) – and another one titled *Trésor de la Langue Française Informatisé*, which can be accessed on web. However, some problems of clarity and objectivity were found in terms of equivalence criteria, which could make them inefficient for the dictionary user. This problem regarding equivalence was the motivation for this study. As a result, this glossary is expected to cover efficiently a larger range of equivalences as an electronic language tool.

Keywords: Lexical-Grammar; Objects Classes; Bilingual Glossaries; Automatic Dictionaries; Terminological Equivalence.

Resumo: O objetivo deste trabalho é criar um glossário automático bilíngue baseado em dois corpora de receitas, em português e em francês. Esta pesquisa apoia-se no modelo teórico do Léxico-gramática na realização das análises dos predicados representativos do domínio da culinária. Dois dicionários impressos foram usados como referência - *Le Robert Micro* (1998) e o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (2002) - além do dicionário eletrônico *Trésor de la Langue Française Informatisé*, acessível em rede. Alguns problemas de clareza e objetividade foram encontrados em termos de critério de equivalência nessas obras de referência, o que poderia prejudicar a compreensão do usuário. Esse problema relativo à equivalência foi a motivação para o desenvolvimento deste trabalho. Como resultado final, busca-se atender à demanda de ferramentas eletrônicas voltadas para a linguagem e, em especial, a tradução.

Palavras-chave: Léxico-Gramática; Classes de Objetos; Glossários Bilíngues; Dicionários Automáticos; Equivalência Terminológica.

Introdução

Há uma questão de fundo que se impõe ao se analisar os dicionários bilíngues, tradicionais ou automáticos, com fins didáticos ou tradutológicos, e ao se perceber que os critérios linguísticos aplicados na elaboração das equivalências não são evidentes ou claros ao consulente. Essa lacuna metodológica recorrente nos produtos terminológicos bilíngues torna vulnerável a atuação do profissional da tradução ou, em se tratando de um usuário com pouco domínio das línguas dicionarizadas, a falta de critério metodológico pode atrapalhar na escolha do melhor termo para o que se pretende comunicar.

As classes de objetos se apresentam como um modelo metodológico aplicável que possa proporcionar maior fiabilidade ao dicionário bilíngue, ferramenta indispensável ao trabalho tradutológico que deve se aproximar o máximo possível ao material original. A

tradução do modo de preparo dos pratos deve corresponder rigorosamente ao texto descrito na receita original para que o resultado final seja alcançado a contento.

Vemos no modelo de análise linguística léxico-gramatical o método adequado à elaboração das equivalências por se tratar de uma ferramenta exclusivamente linguística de investigação do conteúdo sintático-semântico dos termos da frase. Essa ferramenta prática rompe com a tradição aristotélica de se basear em referências extralinguísticas para obter os traços definitórios de um termo.

A partir das análises de predicados semânticos, ou seja, predicados cujo significado é resultado da relação operador-argumento, Gaston Gross (1994) obtém o conteúdo semântico dos elementos da frase da língua natural. Portanto o modelo de análise léxico-gramatical considera que o termo se define enquanto elemento de uma frase e não por características que lhe são intrínsecas.

Por classes de objetos entendemos subclasses semânticas constituídas a partir da subcategorização de traços definitórios que, associadas a um determinado operador, discrimina o sentido pleno do predicado.

Tomemos como exemplo a classe de objeto <humano> que Gaston Gross (1995) cita para mostrar a complexidade de codificação a partir de referências sintático-semânticas.

Como distinguir os elementos que fazem parte ou não do grupo semântico “humanidade”? A dificuldade está, sobretudo, na falta de parâmetro para uma análise de ordem linguística, como Gross mostra em sua análise. A gramática tradicional define como elemento pertencente à classe dos humanos todo ser vivo animado que não seja do grupo dos animais e que, sintaticamente, integra um predicado associando-se a verbos de apreciação ou de ordem. Percebemos que a noção se fundamenta numa observação tautológica das representações do que é humano, vivo, animado etc. Esse modelo, do ponto de vista linguístico, se revela generalizante por não se debruçar sobre as especificidades da língua e dos domínios e não levar em consideração as linguagens de domínio.

O importante para a análise de Gaston Gross é a relação – definitiva em si – entre os argumentos de uma mesma classe e seus operadores e, a partir dessa observação, tornar possível a organização dos grupos e subgrupos semânticos. Por operador, segundo Le Pesant e Mathieu-Colas (1998), entendemos o elemento frasal que contém em si um macrotraço semântico determinante à seleção de seus argumentos que, por sua vez, atuam de modo definitivo também em relação ao operador.

Os predicados semânticos, concebidos pela relação seletiva entre operador e argumento, demonstram que não há aleatoriedade na combinação dos elementos da frase, concepção presente nas teorias gramaticais tradicionais. Tomemos como exemplo o verbo *eleger*, como um predicado de três argumentos – sujeito e complementos – da classe de humanos. Vejamos:

(1) Angela elegeu Raul chefe de gabinete.

Frase 1:

Angela = N1 Hum

Raul = N2 Hum

(2) Raul elegeu Angela chefe de gabinete.

Frase 2:

Raul = N1 Hum

Ângela = N2 Hum

Outros exemplos:

- (3) O eleitor elegerá o candidato da oposição para presidente.

Frase 3:

Eleitor = N1 Hum

Presidente = N2 Hum

- (4) O candidato da oposição elegerá o eleitor para presidente.

Frase 4:

Candidato da oposição = N1 Hum

Eleitor = N2 Hum

No primeiro par de frases, a inversão dos argumentos não apresenta nenhuma restrição do ponto de vista da informação veiculada na frase, pois o operador *eleger* exprime uma ação especificamente humana e, portanto, demanda argumentos da classe dos humanos. Nesse sentido os nomes próprios não acusam nenhuma restrição semântica que os impeçam de ocupar tais lugares na frase. Já no segundo par de frases a inversão provoca uma “desordem semântica” na informação, o que inviabiliza o sentido da frase ainda que gramaticalmente correta. Essa não-aleatoriedade no ordenamento dos argumentos caracteriza o predicado semântico. Esses carregam restrições específicas, de natureza sintática e semântica, nada desprezíveis ao processo de elaboração de equivalências constituintes de dois universos linguísticos ímpares.

Partindo da mesma perspectiva analítica, Harris (1981) já apontava para o estudo que visasse à construção de classes de objetos a partir das ocorrências em textos científicos e trabalhava com a ideia de uma unidade mínima de significação na estrutura da frase simples.

A equivalência bilíngue pode se servir da aplicação do modelo de classes de objetos para que as particularidades semânticas dos verbos da culinária nas duas línguas sejam percebidas e observadas na busca não da unidade lexical, num primeiro momento, mas do predicado semântico em ambas as línguas. Desse modo busca-se alcançar o significado pleno do termo por meio do estudo descritivo das frases ocorridas no *corpus* de receitas em francês.

Ao partirmos dos predicados ocorridos em *corpus* de uma linguagem de domínio, a precisão e o rigor da análise garantem maior fiabilidade aos resultados finais, como é o nosso objetivo: analisar os predicados semânticos das receitas culinárias em francês para a construção de equivalências mais apropriadas ao domínio.

Exemplos de verbos: a construção das equivalências dos operadores *equeuter* e *frîre*

Ao definir classes de objetos, G. Gross (1994) aponta para a existência de uma insuficiência na noção de traços semânticos descritos em grupos como *concreto*, *abstrato*, *animal*, *humano*, etc. Segundo o autor, esse parâmetro de categorização ainda não foi estudado com o devido rigor para que se possa afirmar ao certo suas origens e os pressupostos de base para tais categorias. O fato é que esses traços datam da filosofia analítica

anglo-saxônica e foram se generalizando devido ao uso convencional e à difusão proporcionada pela gramática gerativa.

Os dicionários tradicionais empregam esses critérios de categorização semântica de modo mais ou menos sistemático, porém, na grande maioria dos produtos que analisamos, não há a intenção de organizar de modo racional as microestruturas dos argumentos com relação aos diferentes empregos dos operadores aos quais se ligam. Quando tratamos de dicionários eletrônicos tampouco se pode constatar mudança significativa em se tratando da metodologia de extração dos traços definitórios dos verbetes. Entretanto, se podemos notar algum avanço em materiais lexicográficos mais recentes e, sobretudo, nos informatizados, G. Gross aponta para o tratamento automático das línguas naturais (PLN) como o grande responsável por lançar luzes sobre essa problemática, na medida em que são exigidas mais precisão e agilidade ao banco de dados.

Compilação e “garimpagem” do *corpus*

A construção do *corpus* e a coleta de predicados semânticos revelaram muitas variedades relativas à semântica dos verbos da culinária em ambas as línguas. Para tal intento usamos as ferramentas do Office e o processador UNITEX¹ que nos permite acessar o *corpus* com seus aplicativos de concordanciador, seus grafos para buscas específicas, suas gramáticas e seus utilitários de dicionário, além de quantificador automático de *tokens* e *types*.

O *corpus* de receitas em português nos foi gentilmente cedido pela pesquisadora Elisa Teixeira, o qual integra um projeto maior, de *corpora* de domínios diversos, chamado COMET, que pode ser consultado por estudantes e pesquisadores via rede.²

Encontramos mais de 130 verbos diferentes no *corpus*, entre eles verbos com função meramente gramatical como os auxiliares e verbos não específicos do procedimento culinário, desprezados por não fazerem parte do nosso recorte de objeto de estudo.

Tomamos algumas das ocorrências analisadas para exemplificar o que nossa pesquisa tem levantado sobre essa questão metodológica das equivalências e classes de objetos.

Exemplos extraídos do *corpus*:

A. Verbo *équeuter*

Partimos da definição encontrada num dicionário, para depois analisarmos o que as classes de objetos podem elucidar sobre prováveis lacunas presentes na descrição do verbo e, então, comparar com unidades lexicais que melhor assumiriam a função de equivalente.

Segundo consta no dicionário impresso *Le Robert Micro* (1998, p. 487)³ *équeuter* significa: *enlever la queue de (un fruit). Équeuter les cerises*. Se traduzirmos a definição do verbo compreendemos por *équeuter* o ato de retirar o cabo de uma fruta, como podemos deduzir pela informação entre parênteses e a frase exemplo. O dicionário informatizado

¹ Esse programa é livre e está disponibilizado no seguinte *website*: <http://www-igm.univ-mlv.fr/~unitex/>

² COMET : http://www.fflch.usp.br/dlm/comet/consulta_cortec.html. Acesso em: 25 set. 2010.

³ O termo não se encontra dicionarizado no *site* de tradução do Babelfish, nem no dicionário Michaelis bilíngue disponibilizado pelo provedor UOL. Acesso em 12 abr. 2009.

*Trésor de la Langue Française Informatisé*⁴ cita a seguinte definição para esse mesmo verbo: *Enlever la queue, le pédoncule d'un fruit ou d'un légume. La machine à laver, équeuter et dénoyauter les cerises, qui groupe plusieurs opérations, avec un débit horaire de 350 kgs (Industr. conserves, 1950, p. 13). Au part. passé. Cerise, pomme équeutée.[...] On rencontre ds la docum. le subst. masc. équeutage. Opération qui consiste à enlever la queue des fruits ou des légumes manuellement ou mécaniquement. Préparer les fruits par lavage et, suivant les cas, équeutage, dénoyautage, égrappage ou pelage (Industr. conserves, 1950, p. 12).*

Nosso grifo acima, feito no verbete compilado do TLFi, ressalta o conteúdo mais apropriado àquele que buscamos e revela um excesso de informação que, por vezes, confunde o tradutor.

Desse modo as ocorrências do *corpus* em francês apontam para classes de objetos mais amplas do que àquela sugerida o verbete dos primeiro dicionário – *fruit* – e fornece indiretamente um parâmetro semântico mais claro para entender a descrição do verbete do TLFi. O operador *équeuter* não se associa apenas às classes <fruit> e <légume> como podemos ver abaixo com alguns exemplos recorrentes no *corpus* de francês:

- A.1. Laver et **équeuter** les **tomates** vertes. ↔ <équeuter> <tomate>
- A.2. Laver, essuyer et **équeuter** les **feuilles** d'épinards ↔ <équeuter> <feuille>
- A.3. **Équeuter** les **haricots verts** ↔ <équeuter> <haricot vert>
- A.4. Épluchez les **poivrons** [...] **Équeutez**-les et coupez-les en 4. ↔ <équeuter> <poivron>
- A.5. Rincez les **fraises**, **équeutez**-les, coupez-les en quatre. ↔ <équeuter> <fraise>
- A.6. **Équeuter** le **persil**, laver les feuilles et... ↔ <équeuter> <persil>
- A.7. Faire fondre l'**oseille équeutée** dans un soupçon d'huile d'olive. ↔ <équeuter> <oseille>

As ocorrências contêm grupos de vegetais diversos e partes de vegetais como *tomate* (A.1), *folhas* (A.2), *vagem* (A.3), *pimentão* (A.4), *morango* (A.5), *salsinha* (A.6), *oseille* (A.7), dado importante e que deve ser levado em consideração na busca por equivalência, pois revela um campo lexical de classes de objetos mais amplo do que sugerem o verbo dicionarizado e, conseqüentemente, um campo semântico menos limitado também. É essa “natureza” linguística do termo lexical que dará validação ao termo da língua de chegada na função de equivalente, e não uma categorização construída convencionalmente pela comunidade da língua, para que o critério de equivalências tenha mais rigor e acuidade.

No *corpus* de receitas em português buscamos ocorrências de operadores associados a classes similares às do operador em francês. Obtivemos as seguintes ocorrências:

- 1. Lave a berinjela, **retire** o **cabinho** e corte-a em rodela.
- 2. Lave as flores de abóbora, **retire** o **pistilo** e pique-as em grandes pedaços.
- 3. Lave os jilós, **retire** os **cabos** e corte-os em rodela.

⁴ <http://atilf.atilf.fr/dendien/scripts/tlfiv5/visusel.exe?12;s=3659881890;r=1;nat=;sol=1>; Acesso em: 25 set. 2010.

4. Lave todos os quiabos, seque bem com um pano. **Retire** os **cabos** e a ponta com a faca seca.
5. Lavar o agrião e **separar** as **folhas** dos talos.
6. **Separe** as **folhas** dos talos de espinafre.
7. **Tire** os **talos** grossos do shiitake.
8. **Tire** os **talos** das folhas de couve.
9. **Tire** os **talos** grossos da rúcula.
10. **Retire** os **talos** e as pontas (do quiabo) com a faca seca.
11. **Retire** os **talos** e os caules das flores.
12. **Corte** o **talo** e use o topo dos cogumelos.

Para tanto, executamos dois tipos de busca: primeiramente pelos verbos que se associam aos argumentos encontrados em francês – *poivron, fraise, oseille, haricot, tomate* – para verificar se, dentre eles, haveria algum que se assemelhasse ao operador do francês. Não foi encontrado nenhum operador diretamente associado a esses argumentos com o valor semântico de *équeuter*.

Na segunda “varredura” buscamos os verbos *retirar* e *tirar* posto que estes são os mais próximos da descrição de *équeuter* cuja classe de objetos é <vegetal>. Notamos que as ocorrências continham os verbos *tirar, separar, retirar* e argumentos de partes dos vegetais. Nesse sentido o traço semântico de *équeuter* é mais distintivo que o traço dos verbos do português encontrados, considerando que *équeuter* denota a ação de retirar a “queue”, ou seja um cabo ou uma haste de um vegetal.

Em suma, a partir do operador *équeuter* e dos argumentos e das ocorrências no *corpus* em português, podemos constatar:

- ▶ No *corpus* em português não há ocorrência do predicado [retirar + cabo] ou [tirar + cabo/cabinho] associado à classe <vegetal>.
- ▶ Quando observamos pela classe de objeto com macrotraço mais abrangente <vegetal> vemos que não existe uma única unidade lexical que corresponda ao verbo do francês *équeuter*.

Por meio de uma análise contrastiva de predicados semânticos, anteriormente analisados enquanto operadores e argumentos, é possível alcançar equivalentes mais apropriados para o conteúdo de um material bilíngue de um domínio específico ou mesmo, para descrever mais apuradamente os mecanismos de associações e de seleções lexicais da língua para as ferramentas computacionais.

B. Verbo *frire*

Como é comum ocorrer em dicionários bilíngues, não há exemplificação de frases nem especificação de uso dos termos *frigir* e *fritar* citados como exemplos de equivalência para *frire* no dicionário bilíngue de Paulo Ronai – Dicionário Francês-Português/Português-

-Francês (1989, p. 107). Não há registro do verbo *frigir* senão em ocorrências com a expressão idiomática “frigir dos ovos”, como podemos constatar pelos resultados das buscas feitas em rede pela ferramenta *Google*.

O dicionário *Le Robert Micro* define *frire* como: 1. *V. intr. faire cuire en plongeant dans un corps gras bouillant. – Poêle à frire. 2. Cuire dans la friture. Faire frire, mettre à frire du poisson.* Por essa definição entendemos que esse verbo expressa um processo de cozimento de um alimento mergulhado em gordura fervente ou cozer um alimento na fritura. Os exemplos fazem referência a uma panela de fritar ou um tipo de frigideira e cita dois predicados associados aos verbos gramaticais *faire* e *mettre*.

Esse verbete indica forte proximidade semântica com *fritar* do português. O *Dicionário de Usos do Português do Brasil* (2002, p. 743) traz no verbete *fritar* a seguinte definição: (1) *cozer na manteiga ou no azeite quente; frigir.* (2) *(coloq) demitir, dispensar.* (3) *cozer-se na manteiga ou no azeite quentes; frigir.* (4) *aquecer-se muito; sufocar.*⁵

Ilustramos nossas buscas feitas com *frire* na figura abaixo extraída da interface do concordanciador de texto UNITEX:⁶

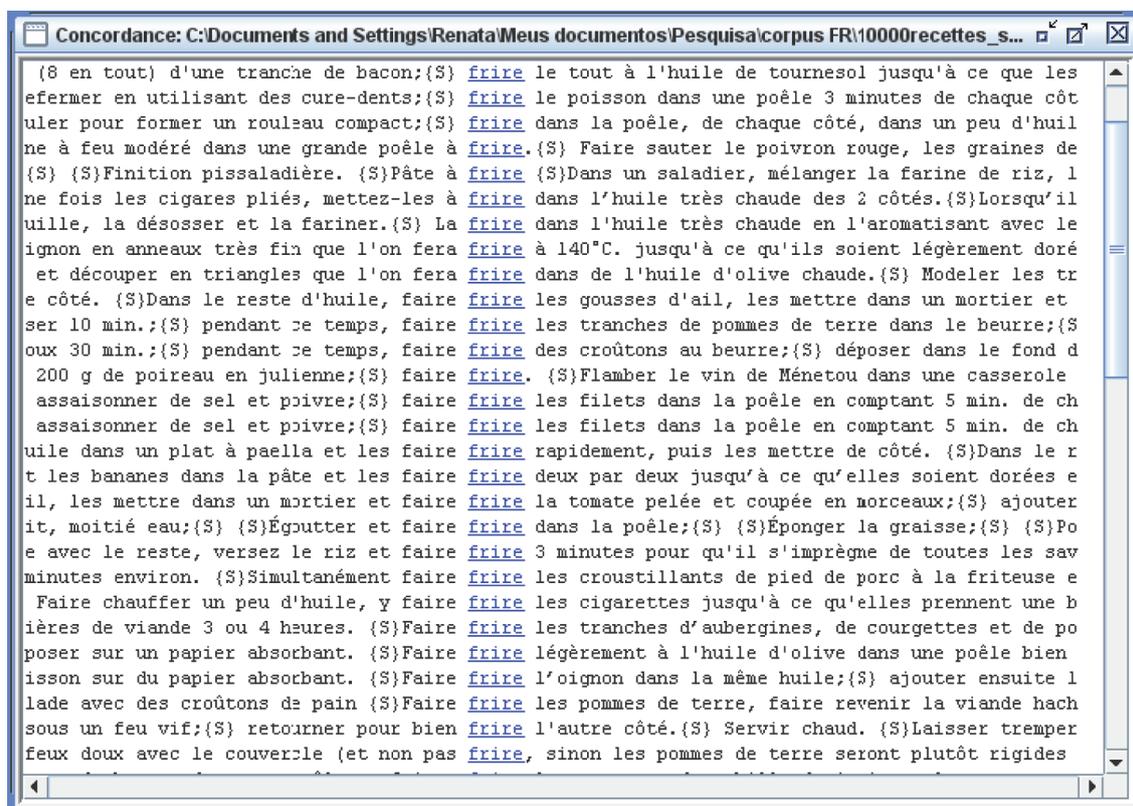


Figura 1 - Ocorrências com o operador *frire* extraídas pelo concordanciador UNITEX

A partir das ocorrências encontradas e selecionadas manualmente notamos que as classes de objetos com os operadores *frire* e *fritar* são, em geral, as mesmas, tanto em

⁵ Não foram citadas as ocorrências por uma questão de simplificação. Ainda, preferiu-se não corrigir a concordância do adjetivo *quente* para se manter como extraído da obra.

⁶ O manual explicativo da ferramenta de processamento de texto se encontra disponível em <http://www-igm.univ-mlv.fr/~unitex/UnitexManual2.0.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2011.

termos de alimentos quanto de utensílios. A classe de utensílios aparece como locativos nas frases, mas algumas gorduras também.

<fritar> em <frigideira> ou <panela> ou <caçarola>

<fritar> em <fogo médio> ou <fogo baixo>

Observamos, nas ocorrências, que o operador *frire* somente está associado a *huile* e *beurre* por intermédio de preposição em francês. Da mesma forma em português, os argumentos óleo, manteiga, banha vegetal, banha animal ou margarina.

Do ponto de vista da equivalência, as classes de objetos confirmam a semelhança no comportamento semântico de *fritar* do português e a descrição das ocorrências nos oferece dados mais apurados sobre o comportamento sintático de ambos também, como demonstramos. Esse nível de descrição apura as informações de um banco de dados linguísticos de uma máquina ou de um programa destinado ao processamento de línguas naturais. Em se tratando de um produto terminológico voltado para tradução, os critérios na construção das equivalências são evidentes e objetivos.

Níveis de Equivalência

Empregaremos em nosso trabalho três “níveis” de aproximação semântica entre as lexias das línguas pesquisadas. Teixeira (2008, p. 336) descreve o primeiro nível, chamado **equivalência**, no qual se enquadram os casos cuja unidade de tradução é consagrada e é identificada pelo uso e não há necessidade de adição de informação no verbete do dicionário. No segundo nível tem-se a **equivalência parcial**, no qual a unidade de tradução é especializada, seja a palavra ou o sintagma, seja um item lexical ou uma expressão fixa, e demanda acréscimo ou omissão de informação no verbete para que cumpra sua função de equivalente no texto da língua de chegada.

A **não-equivalência**, como o próprio termo diz, não permite a transposição do sentido num termo da língua de chegada por não haver correspondente próximo ou idêntico no código linguístico convencional da cultura receptora do termo. Neste caso, como sugere Teixeira (2008, p. 336), caberá ao tradutor redigir um comentário explicando o procedimento tradutório e dando explicações para que o leitor consiga entender do que se trata o termo inexistente na outra língua.

Tomando os exemplos dos verbos anteriormente analisados, vemos que a equivalência atribuída ao verbo *équeuter* como: *separar*, *retirar*, *tirar parte de um vegetal* classifica-se como **equivalência parcial**, haja vista a falta de uma lexia que preencha plenamente seu valor semântico na língua de chegada, segundo as definições de Teixeira.

No caso do verbo *frire*, a semelhança semântica foi percebida não só graças à definição dicionarizada, como reportamos, mas nas ocorrências pela observação das classes de objetos que acompanham o operador em ambas as línguas.

Portanto, as classes de objetos neste trabalho ganham a função de “unidade de medida linguística” para que possamos estabelecer o grau de equivalência entre os operadores das línguas díspares. Esse parâmetro de equivalência de cunho estritamente linguístico ainda não foi aplicado na busca de definições de verbetes em materiais bilíngues ou multilíngues, até o momento, pelo que sabemos. Tradicionalmente esses materiais apresentam uma

listagem de termos da língua de partida e da língua de chegada sem que os critérios de identificação dos termos estejam esclarecidos ao usuário, aprendiz ou conhecedor da língua estrangeira (TEIXEIRA, 2008).

Conclusão

Os dados coletados demonstram que o modelo de classes de objetos pode contribuir satisfatoriamente para a construção de equivalências terminológicas e constatamos então a adequação necessária entre o método e os objetivos do nosso trabalho. O aporte teórico e empírico da Léxico-gramática em estudos contrastivos contribui para o refinamento dos resultados em Lexicografia e Tradutologia, assim como para o aprimoramento de ferramentas de programa de línguas naturais (PLN).

A descrição do comportamento linguístico dos operadores e dos argumentos da culinária nos serve como amostragem da aplicação do modelo de classes de objetos que é o de descrever e definir os traços definitórios dos elementos frasais presentes nos predicados semânticos. A proposta deste trabalho vai além da descrição de uma linguagem de domínio: nossa motivação maior é a reflexão sobre a Metodologia das Ciências do Léxico num plano mais amplo e da Lexicografia bilíngue numa perspectiva mais aproximada, seus resultados práticos e a busca por respostas mais adequadas em termos de equivalência baseada em *corpus*. Para tal é preciso que o estudo do domínio em questão seja realizado empiricamente e, em se comprovando a eficácia do método, ter-se-á um novo instrumento metodológico para que futuros trabalhos incorram em menos imprecisão alcançando maior propriedade no que diz respeito ao tratamento automático e ao trabalho tradutológico em especial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORBA, Francisco da Silva. *Dicionário de Usos do Português do Brasil*. São Paulo: Ática, 2002.

GROSS, Gaston. Classes d'objet et descriptions des verbes. *Langages*, Paris, n. 115, p. 15-30, 1994. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1994_num_28_115_1684?_Prescripts_Search_isPortletOuvrage=false. Acesso em: 23 jun. 2011.

_____. À propos de la notion d'humain. In: LABELLE, Jacques; LECLERE, Christian (Dir.) *Lexiques-Grammaires comparés en français*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 71-82.

HARRIS, Zellig S. Discourse Analysis. *Language*, Dordrecht, v. 28, n. 1 (Reimpresso em Papers in Structural and Transformational Linguistics). D. Reidel. 1981. p. 313-34 [1952].

IBMS, Paul; QUÉMADA, Bernard. *Trésor de la langue française informatisé*. Nancy: ATILF, 2002.

LE PESANT, Denis; MATHIEU-COLAS, Michel. Introduction aux classes d'objects. *Langages*, Paris, n. 131, p. 6-33, 1998.

REY, Alain. *Le Robert Micro*. Paris: Ed. Le Robert, 1998.

RONAI, Paulo. *Dicionário Francês/Português - Português/Francês*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TEIXEIRA, Elisa Duarte. *A linguística de corpus a serviço do tradutor: proposta de um dicionário de culinária voltado para a produção textual*. 2008. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Apontamentos fonológicos sobre as listas de palavras guató (Macro-Jê)

(Phonological notes on Guató (Macro-Jê) word lists)

Adriana Viana Postigo¹

¹Faculdade de Ciências e Letras-Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

viana.postigo@gmail.com

Abstract: This paper aims to present some notes on the phonology of Guató and lists of words and phrases proposed by Castelnau (1851), Rondon (1938) and Wilson (1959). The comparisons made refer to identified consonantal and vocalic segments, identical vocalic sequences, syllabic patterns and possible codas. The data from these authors were compared with current data, which were collected by me and other three collaborators through fieldwork (POSTIGO, 2009). Guató language in relation to genetic filiation is classified as belonging to Guató family and Macro-Jê language trunk (RODRIGUES, 1986). The Guató population is estimated at 370 indigenous and live in Uberaba village on Ínsua island between the lakes Gaíva and Uberaba, in high Pantanal that belongs to the city of Corumbá in Mato Grosso do Sul.

Keywords: Indigenous Languages; Phonology; Guató Language.

Resumo: Este trabalho tem por objetivo apresentar alguns apontamentos sobre a fonologia da língua guató e as listas de palavras e frases de Castelnau (1851), Rondon (1938) e Wilson (1959). As comparações apontadas referem-se aos segmentos consonantais, vocálicos, sequências de vogais idênticas, padrões silábicos e codas silábicas possíveis. Os dados desses autores foram comparados com dados atuais, que foram coletados por mim com o auxílio de três colaboradores por meio de pesquisa de campo (POSTIGO, 2009).¹ A língua guató, no que se refere à filiação genética, está classificada como pertencente à família guató, no tronco linguístico Macro-Jê (RODRIGUES, 1986). O povo guató, estimado em 370 indígenas, vive na aldeia Uberaba, na Ilha Ínsua, entre as lagoas Uberaba e Gaíva, no alto Pantanal, pertencente ao município de Corumbá, em Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Línguas Indígenas; Fonologia; Língua Guató.

Povo e língua guató

Considerados extintos na década de 70 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os guató, após muitas reivindicações, conseguiram o reconhecimento de sua identidade e, também, a demarcação da área indígena em 1998.

Desde então, o povo guató vive na Aldeia Uberaba, situada na Ilha Ínsua, banhada pelas lagoas Uberaba, Gaíva (ou Gaíba) e pelo rio Paraguai, no alto Pantanal sul-mato-grossense. A Ilha (conhecida também por Bela Vista do Norte) está localizada a aproximadamente 340 km do município de Corumbá-MS, na região de fronteira entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e a Bolívia.

De acordo com o cacique guató Severo, a população que vive na aldeia Uberaba está estimada em 370 indígenas, que compõem as 37 famílias registradas. Embora não haja uma estimativa de quantos indígenas residam fora da aldeia, sabemos da existência de duas famílias guató vivendo na cidade de Corumbá.

¹ A pesquisa contou com bolsa do FUNDECT/CAPES, processo: 23/200.279/2008.

No que se refere à situação linguística, os guató são monolíngues em português e após algumas iniciativas, da Secretaria de Educação e da Funai, estão utilizando saudações e algumas palavras em guató. Em geral, apenas alguns idosos falam o guató.

Sobre estudos da língua guató, encontramos os trabalhos do etnólogo Schmidt (1905, 1912, 1922, 1942a, 1942b²), a tese de doutorado da linguista Palácio (1984) e diversos artigos (1986, 1987, 1996, 1998, 2004) e a dissertação de mestrado de Postigo (2009).

A língua guató, conforme Palácio (1984) e, posteriormente, Postigo (2009), é uma língua polissintética e aglutinante, com dois tons distintivos no nível lexical, sendo o padrão silábico predominantemente V e CV.

Neste artigo, observamos os dados de Castelnau (1851), Rondon (1938), Wilson (1959) e os comparamos com os dados coletados por Postigo (2009), a fim de estabelecer possíveis correspondências entre os segmentos consonantais, vocálicos e padrões silábicos.

Castelnau (1851)

O primeiro registro da língua guató foi realizado por Castelnau (1851), em *Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud*. Essa obra é composta por seis tomos, dos quais o quinto inclui o registro de vocabulários de diversas línguas indígenas, dentre eles, o do guató.

No vocabulário, Castelnau (1851, p.283-284) registra 164 palavras. A grafia utilizada para os segmentos consonantais <p>, <t>, , <d>, <f>, <v>, <m>, <n>, <h>, <w>, <r>, <y> não apresenta dificuldade de compreensão. Ao serem comparados com Postigo (2009), corresponderam, respectivamente, aos fones [p], [t], [b], [d], [f], [v], [m], [n], [h], [w], [r] e [j]. As demais consoantes estão descritas a seguir.

(01) as sequências <th>, <tch> e <ch> correspondem ao fone [tʃ]:

thenai	[tʃénè] ³	‘um’
tchoum	[tʃúmù]	‘três’
chagi	[tʃádʒà]	‘língua’

(02) <dj> e <j> correspondem ao fone [dʒ]:

djio	[dʒíò]	‘boca’
tojepago	[mótòdʒépàgò]	‘cavalo’

(03) <k> e <c> correspondem ao fone [k]:

makeueu	[màkà]	‘capivara’
macou	[màkú]	‘pedra’

(04) <qu> diante de <a> corresponde ao fone [kʷ]:

miquari	[mìkʷári]	‘sucuri’
maqua	[màkʷá]	‘dente’

(05) <g> diante de <a> corresponde ao fone [g] e diante de <i> ao fone [dʒ]:

taga	[táɡà]	‘nariz’
chagi	[tʃádʒà]	‘língua’

² Tradução da obra de 1905, sob o título *Estudos de etnologia brasileira*.

³ Todos os dados de Postigo (2009) estão exemplificados em transcrição fonética, entre colchetes [], em todo o artigo. Os demais exemplos referem-se aos dados dos autores.

- (06) <gu> corresponde ao fone [g]:
 maguen [màg^h] ‘água’

Os segmentos a seguir não possuem correspondentes em Postigo (2009),⁴ assim apresentamos as seguintes hipóteses sobre os grafemas <ck>, <gu> e <l>:

- (07) <ck> pode corresponder ao fone [k]:
 nickeewai ‘navalha’
 nicko ‘jabiru’

- (08) <gu> pode corresponder também ao fone [g^w]:
 afeugua ‘mergulhar’
 magueu-chou ‘vermelho’
 moukelengui ‘diabo’

- (09) <l> pode corresponder ao fone [l] por influência da língua francesa ou ao [w] por influência da língua portuguesa:
 moukelengui ‘diabo’
 allora ‘filho’
 machil ‘flechas’

Em relação às vogais, <a>, <e> e <i> não apresentam dificuldade de compreensão e correspondem aos fones [a], [e] e [i]. As demais vogais estão descritas a seguir.

- (10) <eai>, <ei> e <é> correspondem ao fone [e]:
 nouveai [nùv^è] ‘sol’
 mavei [màv^è] ‘chuva’
 magarijahé [gáridʒájé] ‘galinha’

- (11) <ou> corresponde aos fones [u] e [i]:
 macou [màkú] ‘pedra’
 nouveai [nùv^è] ‘sol’
 maou [màí] ‘anta’

- (12) <eu> corresponde ao fone [i]:
 makeueu [màkⁱ] ‘capivara’

- (13) <o> corresponde aos fones [o] e [ɔ]:
 mafo [màfó] ‘terra’
 ipo [pɔ] ‘barriga’

Uma vez que não temos correspondentes para as palavras ‘rio pequeno’, ‘sangue’ e ‘sobrancelha’, não podemos afastar a possibilidade de que a sequência <ou> corresponda também ao fone [o]:

- (14) moudieque ‘rio pequeno’
 mougua-a ‘sangue’

No que se refere à sílaba, o autor não apresenta qualquer descrição. Porém, ao observar os seus dados, podemos, por hipótese, reconhecer os padrões silábicos CVC, CV

⁴ Sobre os itens (07), (08) e (09), não há no *corpus* coletado por Postigo (2009) palavras que correspondam aos dados apresentados por Castelnau (1851).

e V, sendo a posição de coda preenchida pelas consoantes <m>, <n>, <r>, <l> e <c>. A seguir, apresentamos os contextos silábicos verificados nos dados de Castelnau (1851):⁵

(15)	CVC		
	<u>cvc</u>	<u>tchoum</u>	‘três’
	cv. <u>cvc</u> .cv	me. <u>gen</u> .ti	‘peixe’
	cv. <u>cvc</u>	ma. <u>dor</u>	‘árvore’
	cv. <u>cvc</u>	ma. <u>chil</u>	‘flechas’
	<u>cvc</u> .cv	<u>mac</u> .po	‘macaco’
	CV		
	<u>cv</u> .cv	<u>cha</u> .gi	‘língua’
	<u>cv</u> .cv	<u>mi</u> .pi	‘tatu’
	<u>cv</u> .cv. <u>cv</u>	<u>mi</u> .ta. <u>da</u>	‘papagaio’
	V		
	<u>y</u> .cv.cv	<u>a</u> .pa.co	‘onça’
	<u>y</u> .cv.cv	<u>i</u> .ta.vo	‘pesado’
	cv. <u>y</u>	dji. <u>o</u>	‘boca’

Sobre o emprego de diacríticos, Castelnau (1851) utiliza acento agudo somente na vogal <e>, representada por <é>, entendida como a vogal anterior média-aberta [ɛ]. No que diz respeito às sequências de vogais idênticas, acreditamos que o autor tenha tido a intenção de registrar o alongamento ou o tom. Porém, não temos dados suficientes para estabelecer essas correspondências. Assim, apenas apresentamos os exemplos de Castelnau (1851):

(16)	aa	<u>waafé</u> <u>daapé</u>	‘lavar’ ‘peito’
	ee	nicke <u>ewai</u>	‘navalha’
	ii	mij <u>ii</u> midj <u>ii</u>	‘cascavel’ ‘coqueiro’
	oo	ma. <u>boo</u> a. <u>poo</u> <u>too</u> .ri	‘fumo’ ‘pé’ ‘testa’
	uu	mou.di. <u>nouu</u>	‘canoa pequena’
	eueu	ma. <u>keueu</u>	‘capivara’

Rondon (1938)

Em sua obra, *Na Rondônia ocidental*, Rondon (1938) relata um encontro com os índios guató que viviam na fazenda Conceição, na margem direita do rio Paraguai, entre Corumbá e Cáceres (MT).

O autor apresenta uma lista com 80 palavras e 15 frases em guató, que foram coletadas inicialmente com Jorítana (Joaquim Ferreira) e depois com duas meninas guató. Rondon

⁵ Nos dados de Postigo (2009) os padrões silábicos são: V e CV. Não há preenchimento da posição de coda e também não há ocorrência de vogais longas.

(1938) não afirma ou justifica o sistema gráfico utilizado, assim apresentamos, a seguir, algumas correspondências e considerações a respeito da representação utilizada pelo autor.

Em relação às consoantes <p>, <t>, , <d>, <f>, <v>, <m>, <n> e <nh>, estas não apresentam dificuldade de compreensão, pois correspondem, nos dados em Postigo (2009), aos fones [p], [t], [b], [d], [f], [v], [m], [n] e [ɲ]. As demais consoantes estão descritas a seguir.

- (17) <c> e <qu> correspondem ao fone [k]:
- | | | |
|-------|--------|------------|
| maco | [màkú] | ‘pedra’ |
| maquê | [màkî] | ‘capivara’ |
- (18) <ch> corresponde aos fones [ʃ] e [tʃ]:
- | | | |
|---------|----------------------|---------|
| chene | [tʃénè] | ‘um’ |
| magacha | [màgátʃà] ~ [màgáfà] | ‘dança’ |
- (19) <g> corresponde aos fones [g] e [dʒ], enquanto <gu> corresponde ao fone [gʷ].
- | | | |
|--------------|-----------------|---------|
| mogu | [mógú] | ‘urubu’ |
| magêro | [màdʒérù] | ‘milho’ |
| cheneguáteri | [tʃénè gʷátèhè] | ‘cem’ |
- (20) <j> corresponde ao fone [dʒ]:
- | | | |
|--------|-----------|----------|
| muhaja | [mùhádʒà] | ‘mulher’ |
|--------|-----------|----------|
- (21) <h> não ocorre diante de <u> e corresponde ao fone [h]:
- | | | |
|--------|----------|---------|
| toherá | [tóhèrá] | ‘cinco’ |
|--------|----------|---------|

As demais consoantes não possuem correspondentes no *corpus* recolhido por Postigo (2009), assim temos algumas hipóteses dessas realizações.

- (22) <j> pode corresponder também ao fone [ʒ]:
- | | |
|------------|---------------|
| muhaja | ‘mulher’ |
| modijaarro | ‘árvore’ |
| majague | ‘capim’ |
| dequiajáio | ‘até a volta’ |
- (23) <rr> ocorre em apenas um dado e pode corresponder ao fone [h]:
- | | |
|------------|----------|
| modijaarro | ‘árvore’ |
|------------|----------|
- (24) <x> ocorre em apenas dois dados e pode corresponder aos fones [ʃ] ou [tʃ]:
- | | |
|------------------|-------------------------|
| Moquixê | ‘lenha’ |
| Quiragotê corixa | ‘vamos passar na lagoa’ |

No que diz respeito à transcrição do símbolo <r>, Rondon (1938, p. 262-263) faz a observação “(r brando)” para os vocábulos <recá> ‘quatro’ e <Robá agoriá> ‘cubra a carga’. Desse modo, podemos interpretar esse grafema como correspondente ao tepe alveolar [r], assim como ocorre nos dados de Postigo (2009):

- (25)
- | | | |
|--------|-----------|----------|
| recá | [rékàj] | ‘quatro’ |
| magêro | [màdʒérù] | ‘milho’ |

No que se refere à transcrição das vogais, <a>, <e>, <i> e <ü> correspondem, em Postigo (2009), aos fones [a], [e], [i] e [i̯]. As demais vogais estão descritas a seguir.

(26) <o> corresponde aos fones [o] e [u]
 mopiná [mópìnà] ‘lua’
 chumo [tʃúmù] ‘três’

(27) <u> corresponde aos fones [u] e [i]:
 mogú [mógú] ‘urubu’
 movu [móvî] ‘casa’

Sobre os diacríticos utilizados por Rondon, encontramos o acento agudo (´) nas vogais <a>, <e>, <i>, <o> e <u> e o acento circunflexo (^) nas vogais <e> e <o>. Porém, não temos dados suficientes para estabelecer correspondências. A seguir, apresentamos os únicos dados de que dispomos:

(28) auacá [mavàká] ‘boi’
 madé - ‘homem’
 maxíue - ‘gente’
 magicón [madʒékî] ‘rio’
 mogú [mógú] ‘urubu’
 mobê [mòdé] ‘criancinha’
 nicôe [míkí] ‘panela’

Em se tratando da sílaba, Rondon (1938) não apresenta nenhum tipo de descrição. Assim, realizamos uma análise com base no vocabulário desse autor.

Os padrões silábicos possíveis, de acordo com os dados de Rondon (1938), são CVC, CV, V e VC e a posição de coda é preenchida apenas pelas consoantes <c>, <m> e <n>. Para exemplificação, seguem os contextos silábicos verificados nos dados do autor:

(29) **CVC**
 cv.cv mac-hê ‘revolução’
 cv.cv.cvc ma.gi.cón ‘rio’
 cv.cvc ma.nan (go.nan) ‘canoa’

CV
 cv.cv ni.ti ‘menino’
 cv.cv.cv.cv mo.to.da.rí ‘rapaz’
 cv.cv.v ni.cô.e ‘panela’

V
 cv.cv.v mo.to.ê ‘piranha’
 cv.cv.cv.v ma.ro.ti.á ‘gato’
 cv.cv.v.cv me.gi.a.ve ‘veado’

VC
 vc.cv.cv in.fã.ni ‘está ruim’

Wilson (1959)

Jim Wilson, em *Guató word list*, registra 201 entradas lexicais, coletadas na Ilha Bela Vista do Norte (ou Ínsua). Essa lista foi apresentada ao Summer Institute of Linguistics (SIL) em 1959 e não foi publicada. Uma cópia, realizada por M. Sheffler em 1962, está disponível tanto no Museu Nacional do Rio de Janeiro quanto no Centro de Documentação

Cultural “Alexandre Eulálio” (CEDAE), Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, em Campinas-SP.

Wilson (1959) foi o primeiro pesquisador a transpor para seus registros as evidências de tons na língua guató. Porém, não há em seu trabalho qualquer tipo de análise ou explicação sobre o uso dos símbolos utilizados. Notamos que o autor utiliza os símbolos fonéticos do IPA, de Pike (1947) e outros.

A representação das consoantes⁶ *p, t, t^h, k, b, d, f, v, ʔ, m, n, y* não apresentam dificuldade de compreensão, pois correspondem, nos dados de Postigo (2009), aos fones [p], [t], [t^h], [k], [b], [d], [f], [v], [ʔ], [m], [n], [j]. As demais consoantes estão descritas a seguir.

- (30) *tč* corresponde ao fone [tʃ]:
 mà'tčī· [màtʃ'í] ‘flecha’
- (31) *č* corresponde aos fones [tʃ] e [ʃ]:
 mà'čā? (ā) mò? [màtʃ'ámù] ~ [màʃ'ámù] ‘arroz’
 màro·'čà? [márótʃ'à] ~ [máróf'à] ‘gato’
- (32) *ty* e *č^y* correspondem ao fone [tʃ]:
 màgāt^yà [mágátʃ'á] ‘arco’
 mà'č^yá?àdā [màtʃ'íadá] ‘laranja’
- (33) *k^h* corresponde aos fones [k] e [k^h]:
 màk^hónā [mòkánà] ~ [mòk^hánà] ‘mutum’
- (34) *k^w*, *k^w^h* e *k^{w̄}^h* correspondem aos fones [k^w] e [k^{wh}]:
 mùgwà'kwā [màg^wák^wà] ~ [màg^wák^{wh}à] ‘pacu’
 mùkw^hē [mùk^wé] ~ [mùk^{wh}é] ‘bugio’
 ná'kw^hō [nák^wò] ~ [nák^{wh}ò] ‘branco’
- (35) *dj, dg, dz* e *dž* correspondem ao fone [dʒ]:
 màhā?·**dj**óhò [òhà**dʒ**álhì] ‘quati’
 ìrácè? **dg**āiyù [idekiad**dʒ**aiu] ‘até logo’
 màgwé·**dž**ì? [màg^wéd**dʒ**ì] ‘bocaiúva’
 màrédžì? [màréd**dʒ**ì] ‘caxinguelé’
- (36) *gw* e *gv* correspondem ao fone [g^w]:
 mà'g^wádžídĭ [g^wádžékã] ‘melancia’
 màgvè·vāi [g^wéváj] ‘colher’
- (37) *ch* e *f* correspondem aos fones [ʃ] e [tʃ]:
 màro·**ch**a? [márótʃ'à] ~ [máróf'à] ‘gato’
 m̄pāf'érókà [pàtʃ'írókà] ~ [pàʃ'írókà] ‘feijão’
- (38) *m̄* e *m̄p* correspondem ao fone [m]:
 m̄aku·'djə? [màkùdzà] ‘dourado (peixe)’
 m̄pāf'érókà [màpàʃ'írókà] ‘feijão’

⁶ Os segmentos de Wilson (1959) estão representados em itálico e de Postigo (2009) entre colchetes [].

- (39) *r* e *ř* correspondem ao fone [r]:
- | | | |
|---------|---------|-------------------|
| à'bō·rù | [àbòrù] | ‘meu pé’ |
| i'ra· | [írá] | ‘mão dele(a)’ |
| ávīrù | [àvèrù] | ‘minha orelha’ |
| gwáre· | [gʷàrè] | ‘teu olho’ |
| ā'ra·rù | [àrárù] | ‘minha(s) mão(s)’ |

- (40) *h* corresponde ao fone [h]:
- | | | |
|---------|----------|---------|
| 'tōhèřà | [tóhèrá] | ‘cinco’ |
|---------|----------|---------|

As demais consoantes não possuem correspondentes no *corpus* coletado por Postigo (2009), assim apresentamos as seguintes hipóteses:

- (41) *c* pode corresponder ao fone [k]:
- | | |
|--------------------|---------------------------|
| ma'čĩ / ma'kĩ | ‘remo’ |
| má'cù· | ‘macaco’ |
| ōcàdæ·ta? gwāyúgĩā | ‘os homens estão caçando’ |
- (42) *kf* ocorreu em apenas um dado e pode corresponder aos fones [k] ou [k^h]:
- | | |
|--------|---------|
| mo?kfé | ‘lenha’ |
|--------|---------|
- (43) *gn* ocorreu em apenas um dado e pode corresponder ao fone [ŋ]:
- | | |
|---------------|--------|
| dĩgñ gái jōnĩ | ‘hoje’ |
|---------------|--------|
- (44) *š* e *s* podem corresponder aos fones [ʃ] ou [tʃ]:
- | | |
|--------------------|-----------------------|
| mĩ šyá'čĩ'gādžàyē? | ‘peru’ |
| àsēdjíà'bō·rù | ‘meu pé está cortado’ |
| mĩsédžékĩ | ‘cuia’ |
- (45) *rr* e *h* podem corresponder ao fone [h]:
- | | |
|--------------|----------------|
| bōik ĩ morro | ‘vou ao morro’ |
|--------------|----------------|
- (46) *j* ocorreu em apenas um item e não temos correspondente em nossos dados. Por hipótese, esse segmento pode corresponder ao fone [ʒ], pois *dj* corresponde aos fones [dʒ] e [ʒ].
- | | |
|----------|-------------------------|
| ĩpéřjàrē | ‘seus olhos são marrom’ |
|----------|-------------------------|
- (47) *ĩ* ocorreu em apenas um item e não encontramos correspondente.
- | | |
|-----------------|---------------------|
| gwáhálápĩkĩřiyù | ‘fui comprar pinga’ |
|-----------------|---------------------|

Em relação aos segmentos vocálicos, *i*, *e*, *ɛ*, *æ*, *a*, *ɔ*, *o*, *u*, *ə*, provavelmente, correspondem aos fones [i], [e], [ɛ], [æ], [a], [ɔ], [o], [u], [ɨ].

- (48)
- | | | | | |
|----------|---------|-----|----------|--------------------|
| <i>a</i> | ma'ta | [a] | [màtà] | ‘fogo’ |
| <i>e</i> | māvē· | [e] | [màvè] | ‘cachorro’ |
| <i>i</i> | mi'pĩ· | [e] | [mépi] | ‘tatu’ |
| <i>æ</i> | čæ·nèř? | [e] | [tʃénè] | ‘um’ |
| <i>ə</i> | mā·gə | [ɨ] | [màgɨ] | ‘água’ |
| <i>i</i> | mi'pĩ· | [i] | [mépi] | ‘tatu’ |
| <i>u</i> | má'cù· | [u] | [mákʷò] | ‘macaco’ |
| <i>ɛ</i> | 'mepagù | [ɛ] | [mépàgò] | ‘onça pintada’ |
| <i>o</i> | mòpàř? | [o] | [mòpá] | ‘pacupeba (peixe)’ |
| <i>ɔ</i> | mĩbō | [ɔ] | [múbó] | ‘pato’ |

Em relação à sílaba, Wilson (1959) não apresenta análise ou qualquer descrição sobre o padrão silábico. Desse modo, verificamos nos dados do autor que os padrões

silábicos possíveis podem ser CV, V e CVC, sendo a posição de coda preenchida pelas consoantes *ʔ*, *m*, *ř*, *n*, *gñ*. A seguir, apresentamos alguns dados de Wilson (1959):

(49)	cv.cv.cvc	mũ'pí.gàʔ	‘tamanduá’
	cv.cvc.cv.v.cvc	mā.hím.bò.i.kĩʔ	‘vou a Porto Alegre’
	cvc#cv.v.cv	'fān yū.ì'bō	‘onze’
	cvc#cv.v#cv.cv	dī.gñ gá.i fō.nī	‘hoje’

No que se refere ao uso do acento, representado por ('), não temos uma descrição satisfatória, pois Wilson (1959) não utiliza esse diacrítico em todas as palavras do vocabulário. Observando os dados do autor, encontramos as seguintes ocorrências:

(50)	palavras sem acento:		
	cv.cv	māvē.	‘cachorro’
	cv.cvc.cv.cv	māhāʔ.djǒhð	‘quati’
(51)	palavras com acento na última sílaba:		
	cv'cv	mo'vĩ	‘casa’
	cv.cv'cvc	mākũ.'djiʔ	‘palha’
(52)	palavras com acento na penúltima sílaba:		
	cv'cv.cv	mũ'gwapè	‘lambari (peixe)’
	cv'cv.cvc	mi'tádàʔ	‘periquito’
(53)	palavras com acento na antepenúltima:		
	v'cv.cv.cvv	ā'dónihũ	‘irmã(o)’
	cv'cv.cv.cv	mā'gwádžĩđĩ	‘melancia’
(54)	palavra com dois acentos:		
	cv'cv.cv'cv	mā'čédà'fē	‘saia’

Wilson (1959) utiliza o diacrítico ‘ponto’ (·), provavelmente, para registrar o alongamento das vogais. Em nossos dados, porém, não encontramos correspondentes com alongamentos (POSTIGO, 2009).

(55)	a.	i'řa.	[ĩrá]	‘mão’
	e.	māvē.	[māvè]	‘cachorro’
	ɛ.	māfě.'tà	[māfétà]	‘calça’
	i.	mi'pĩ.	[mépĩ]	‘tatu’
	i.	ma'řĩ.	[màrĩ]	‘carne’
	o.	mařo.chaʔ	[márótʃà]	‘gato’
	u.	māku.'djǒʔ	-	‘peixe’
	æ.	čæ.nèʔ	[t[énè]	‘um’
	āʔ.	māhāʔ.djǒhð	[mòhàdžáhĩ]	‘quati’

Por fim, em relação aos demais diacríticos, Wilson (1959) utiliza (´), (¯) e (`), provavelmente para registrar os tons alto, médio e baixo e as marcas (˘) e (˙) para os tons descendente e ascendente. Sobre esse assunto, são necessários ainda mais estudos para verificação dessas ocorrências, de modo que, neste trabalho, limitamo-nos à apresentação dos dados:

(56)	māgwà'ká	[māvàká]	‘boi’
	māvē.	[māvè]	‘cachorro’
	mā'gǒ	[māgĩ]	‘água’

Postigo (2009)

A dissertação de mestrado de Postigo (2009), sob o título *Fonologia da língua guató*, apresenta uma análise fonológica das consoantes, vogais e tons, de acordo com o modelo da “Geometria de traços” proposta por Clements e Hume (1995).

Nesse trabalho, a pesquisadora abordou os fones e suas ocorrências variáveis; em seguida, os contrastes idênticos e análogos, responsáveis pela distinção de significados e, por fim, representou as classes naturais das consoantes e vogais. Vale dizer que a dissertação contém, ainda, os capítulos “Estrutura silábica”, no qual se aborda a importância da sílaba como uma unidade fonológica e sua estrutura interna, e “Processos fonológicos e morfo-fonológicos”, com a descrição dos processos de elisão de vogais, epêntese de [j] e [dʒ], nasalidade e assimilação nasal.

Postigo (2009) aponta 25 fones e 17 fonemas, conformes os inventários a seguir:

Quadro 1: Inventário fonético segundo Postigo (2009)

Oclusivas	p	p ^h	t	t ^h	tʃ	k	k ^w 7	k ^h	ʔ
	b		d		dʒ	g	g ^w		
Fricativas	f				ʃ				h
	v				ʒ				
Nasais	m		n			ŋ			
Aproximantes			r		j				

Após a análise fonológica, igualmente atestada por Palácio (1984),⁸ são identificados 17 segmentos distintos, que compõem o seguinte inventário fonológico:

Quadro 2. Inventário fonológico (POSTIGO, 2009)

Obstruintes	[-cont]	[-voz]	p	t	tʃ	K	k ^w	
		[+voz]	b	d	dʒ	G	g ^w	
	[+cont]	[-voz]	f					h
		[+voz]	v					
Soantes	nasais	m	n					
	não-nasais		r	j				

Na análise das vogais, Postigo (2009) aponta 13 fones, conforme os inventários:

Quadro 3: Inventário fonético das vogais orais

alta		i	ɪ	ɨ	u	ʊ	ɯ
média	fechada	e		ə	o		
	aberta	ɛ		ɐ	ɔ		
baixa			a				

⁷ A única ocorrência da aproximante bilabial [w] é em coarticulação com as velares [k] e [g], formando segmentos complexos [k^w] e [g^w].

⁸ Na tese de Palácio (1984) há um quadro de fonemas para os segmentos consonantais e dois quadros para os fonemas vocálicos, sendo um para as vogais orais e outro para as vogais nasais. Não há quadros com fones ou representações fonéticas para as consoantes ou vogais.

Após a análise fonológica, são identificados 8 segmentos vocálicos distintos:

Quadro 4: Inventário fonológico das vogais

alta		i	ɨ	u
média	fechada	e		o
	aberta	ɛ		ɔ
baixa		a		

Ao analisar os tons da língua guató, Postigo (2009) verifica que foneticamente ocorrem os tons alto [´], médio [ˉ], baixo [˘], ascendente [ˆ] e descendente [˜]. O tom médio ocorre sempre contíguo a um tom alto, como variante do tom baixo em contexto com duas ou mais sílabas e os tons ascendente e descendente ocorrem apenas nos encontros vocálicos.

(57)	/i.pó/	[ĩpó] ~ [ĩpó]	‘barriga dele(a)’
	/à.kí.rù/	[àkírù] ~ [àkírù] ~ [àkírū] ~ [àkírū]	‘meu cabelo’
	/i.ró.gà/	[ĩrógà] ~ [ĩrógà] ~ [ĩrógà] ~ [ĩrógà]	‘joelho dele(a)’
	/vâi/	[vâi]	‘metal’
	/já/	[àrèjãđiù]	‘meu primo’

No que se refere à distinção de significados, apenas os tons alto e baixo apresentam pares opositivos, sendo, portanto, considerados fonológicos. Os tons médio [ˉ], ascendente [ˆ] e descendente [˜], por sua vez, são realizações fonéticas. Na análise e sistematização dos dados, Postigo (2009) adota os pressupostos teóricos da fonologia autosssegmental. Assim, os segmentos prosódicos são representados por H (*High* = alto) e L (*Low* = baixo) e atuam na distinção de significado entre as palavras no nível lexical. As distribuições foram realizadas a partir de palavras mono e dissilábicas com os tipos silábicos HH, HL, LH e LL, nas quais se encontram seis tipos de oposições tonais:

(58)	HH vs HL				
	/óti/	‘língua’	vs	/óti/	‘piranha’
	HH vs LH				
	/iká/	‘panela’	vs	/iká/	‘esteira’
	HH vs LL				
	/mábó/	‘jurití’	vs	/mábó/	‘pé’
	HL vs LH				
	/mákì/	‘carcará’	vs	/mákì/	‘cabelo, pena’
	HL vs LL				
	/gógì/	‘água’	vs	/gógì/	‘banha’
	LH vs LL				
	/mábó/	‘fumo’	vs	/mábó/	‘pé’

No que diz respeito à sílaba, Postigo (2009), assim como Palácio (1984), considera os inventários propostos para as consoantes e vogais e afirma que “cada sílaba fonológica possui um núcleo constituído por um segmento vocálico (V) obrigatoriamente e a posição de ataque é opcional, sendo preenchida por uma consoante (C)” (POSTIGO, 2009, p. 110-111). Com a posição de coda não preenchida, os tipos de sílabas fonológicas em guató são CV e V.

Postigo (2009) afirma que o tipo silábico V pode constituir palavra isolada, no entanto é raro. Já o tipo silábico CV é mais produtivo e constitui a maior parte das palavras em guató, exceto com os segmentos /t/ e /g^w/, que ocorrem apenas nas posições medial e final de palavra. A seguir, apresentamos alguns exemplos de distribuição das sílabas V e CV em palavras simples:

(59)	V	/i/	[í]	‘anta’
	CV	/dá/	[dá]	‘árvore’
		/tʃé/	[tʃé]	‘asa’
		/k ^w á/	[k ^w á]	‘dente’

No que se refere às sequências vocálicas, Postigo (2009) afirma que em Guató elas ocorrem tanto em palavras simples como na junção de morfemas. Por exemplo:

(60)	V.V	/á.è/	[áè]	‘biguá’
	V.V.CV	/à.ð.vì/	[àðvì]	‘caminho, estrada’
	CV.V.CV	/vé.à.kú/	[véàkú]	vé-à.kú (chuva-pedra) ‘pedra de gelo (granizo)’
	CV.V.CV.CV	/g ^w á-ó.g ^w à-jó/	[g ^w áóg ^w àjó]	g ^w á-ó.g ^w à-jó (1obj-lavar-1suj) ‘eu estou me lavando’

Porém, para algumas sequências vocálicas não foram encontrados dados, são elas: *èó, *èá, *èè. Para a realização dessas vogais em palavras da língua guató há inserção de segmentos, ocorrendo a ressilabificação (POSTIGO, 2009).

Considerações finais

Como resultado final, elaboramos um quadro com a comparação entre as consoantes de Castelnau (1851), Rondon (1938), Wilson (1959) e Postigo (2009).⁹ Na representação das consoantes, em geral, os autores não se distanciam muito uns dos outros. Os casos mais discrepantes se referem aos fones [g], [ʒ], [dʒ], [ʃ], [tʃ] e [ɲ]. Não encontramos correspondentes para a transcrição dos segmentos <ng> e <l>.

Quadro 5: Comparação de consoantes

Castelnau (1851)	Rondon (1938)	Wilson (1959)	Postigo (2009)
p	p	p	[p]
t	t	t, t ^h , ty	[t]~[t ^h]
tch, th, ch	ch	tč, č, ty, č ^y , ch, ʃ, (s), (š)	[tʃ]
k, c, (ck)	c, qu	k, k ^h , (c)	[k]~[k ^h]
qu	qu	kw, kw ^h , kw ^h	[k ^w]~[k ^{wh}]
b	b	b	[b]
d	d	d	[d]
dj, j, g	d, g, j	dj, dg, dz, dž	[dʒ]
g, gu	g	g	[g]

⁹ Os dados de Postigo (2009) são apresentados em transcrição fonética do IPA (International Phonetic Alphabet) e os demais trazem alguns símbolos fonéticos do IPA, Pike (1947) e outros. Os segmentos apresentados entre parênteses são hipóteses de interpretação.

(gu)	gu	gw, gv	[g ^w]
f	f	f	[f]
ch	ch, (x)	ch, (s), (š), [, č	[ʃ]
h	h, (rr)	(rr), ʔ, h	[h]
v	v	v	[v]
j	(j)	(j)	[ʒ]
m	m	m, m̃, m̃p	[m]
n	n	n, ^o	[n]
y	-	y	[j]
r	r	r, ř	[r]
nh	-	-	[ɲ]
-	-	ng	[ŋ]
-	-	gn	
-	-	(ʔ)	[ʔ]
(l)	-	l	-
-	-	-	-
-	-	kf	-

Em relação às vogais, observa-se uma grande divergência entre os autores. As sequências de vogais idênticas foram encontradas apenas em Castelnau (1851), os demais autores, inclusive Postigo (2009), não fazem esse tipo de registro. As sequências são: <aa>, <ee>, <ii>, <oo>, <uu>, <eueu>.

Quadro 6: Comparação de vogais

CASTELNAU (1851)	RONDON (1938)	WILSON (1959)	POSTIGO (2009)
i	i	i, ĩ	[i]
e	e	e	[e]
eai, ei, é	-	ɛ, æ	[ɛ]
a	a	a	[a]
o	-	ɔ	[ɔ]
o	o	o	[o]
ou	o, u	u	[u]
eu, ou	u, ü	i, ə	[i]

Sobre os padrões silábicos, analisamos os vocábulos presentes nas listas e apresentamos o ‘quadro 3’ com as hipóteses sobre o padrão silábico e as consoantes que ocorrem na posição de coda no ‘quadro 4’, de acordo com os dados de cada autor:

Quadro 7: Comparação de padrões silábicos

CASTELNAU (1851)	RONDON (1938)	WILSON (1959)	POSTIGO (2009)
cv	cv	cv	cv
v	v	v	v
cvc	cvc	cvc	-
-	vc	-	-

Quadro 8: Comparação de codas silábicas

	CASTELNAU (1851)	RONDON (1938)	WILSON (1959)	POSTIGO (2009)
cvc	m, n, r, l, c	c, m, n	ʔ, m, ʃ, n, gñ	-
vc	-	n	-	-

Após realizarmos a análise comparativa entre os dados anteriores e os nossos, observamos que as consoantes <p>, , <d>, <f> e <v> foram registradas por todos os autores e correspondem, respectivamente, aos fones [p], [b], [d], [f] e [v]. As demais consoantes, em geral, também não se distanciam muito dos fones correspondentes. Os casos mais discrepantes se referem aos fones [g], [ʒ], [dʒ], [ʃ], [tʃ], [ɲ] e não encontramos correspondentes em nossos dados em relação aos grafemas <ng> e <ɻ>.

Em relação às vogais, <a> e <o> não apresentam dificuldades de compreensão e correspondem, respectivamente, aos fones [a] e [o]. Porém, os fones [i], [ɛ], [ɔ] e [ĩ] possuem diversas representações. As sequências de vogais idênticas não possuem correspondentes em nossos dados, no entanto, foram encontradas nos trabalhos de Castelnau (1851).

Sobre os padrões silábicos, CV e V podem ser confirmados em todos os autores e também em nossos dados. O padrão VC é atestado apenas por Schmidt (1942), com a consoante <m>, e em alguns dados de Rondon (1938), com a consoante <n>, ambas em posição de coda. A ocorrência dessas nasais em posição de coda pode ser ambígua, pois os autores podem ter tido a intenção de registrar a nasalidade das vogais. O padrão CVC, por sua vez, é muito produtivo e a posição de coda pode ser preenchida pelas consoantes <m>, <n>, <r>, <ɻ>, <c>, <ʃ>, <ʃ̃>, <gñ>, <ng>, <s> e <y> nos dados de Castelnau (1851), Rondon (1938) e Wilson (1959).

Embora os trabalhos de Castelnau (1851), Rondon (1938) e Wilson (1959) não tenham sido desenvolvidos dentro dos aportes da linguística moderna (e não se poderia exigir isso de fato), esses trabalhos são relevantes para o conhecimento da língua e da cultura guató em momentos distintos. A partir desses trabalhos, poderão ser empreendidos estudos comparativos que ajudem a iluminar a história da língua guató.

A partir da descrição desses estudos prévios e da comparação com dados mais recentes, esperamos ter contribuído para a documentação da língua guató. Sabemos que muitos dos vocábulos e frases apresentadas por esses autores não são mais lembradas pelos poucos falantes, assim, a tarefa do linguista se torna cada vez mais complexa. Acreditamos, ainda, que a divulgação desses estudos poderá trazer mais esperança ao povo guató e, também, à pesquisa com línguas indígenas no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELNAU, F. *Expedições às regiões centrais da América do Sul*. São Paulo: Nacional, 1949.

_____. *Langue des guatos (Rio Paraguay). Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro a Lima, et de Lima au Para*. Histoire du voyage, (tomo V). Paris: Chez P. Berthand, Libraire-Éditeur, 1851. p. 283-284

- CLEMENTS, G. N.; HUME, E. V. The internal organization of speech sounds. In: GOLDSMITH, J. A. (Org.) *The handbook of phonological theory*. Oxford: Blackwell, 1995. p. 245-301.
- PALÁCIO, A. P. *Guató, a língua dos índios canoieiros do rio Paraguai*. 1984. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, UNICAMP, Campinas-SP.
- _____. Aspects of the morphology of Guató. B.F. Elson (Ed.). *Language in global perspective*. Dallas: SIL, 1986. p.363-372.
- _____. Guató: uma língua redescoberta. *Ciência Hoje*. Campo Grande-MS, v.5, n.29, p. 74-75, 1987.
- _____. Sistema numeral em Guató. *Boletim da ABRALIN*. Campinas-SP, v.19, p.51-56, 1996.
- _____. *Situação dos Índios Guató em janeiro de 1984*. Campinas-SP, 1998. Ms.
- _____. Alguns aspectos da língua Guató. *LIAMES*, Campinas-SP, v. 4, p.22-35, 2004.
- PIKE, Kenneth L. The premises of practical phonemics. In: _____. *Phonemics: a technique for reducing languages to writing*. Chicago: The University of Michigan Press, 1947.
- POSTIGO, A. V. *Fonologia da língua guató*. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas-MS, Três Lagoas.
- RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. Edições Loyola: São Paulo, 1986.
- RONDON, F. *Na Rondônia Ocidental*. São Paulo: Editora Brasileira, 1938. p. 257-267.
- SCHMIDT, M. *Indianerstudien in Zentralbrasilien*. Erlebnisse und ethnologische Ergebnisse einer Reise in den Jahren 1900-1901. Berlin, 1905.
- _____. Reisen in Matto Grosso im Jahre 1910. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, v.1, n. XLIV, p. 130-174, 1912.
- _____. Die Anfänge der Bodenkultur in Südamerika. *Zeitschrift für Ethnologie*, Berlin, v. 1., n. LIV, p.113-122, 1922.
- _____. *Estudos de etnologia brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901, seus resultados etnológicos*. Tradução de Catharina Baratz Cannabrava. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira, 1942a. (Série 5ª Brasileira)
- _____. Resultados de mi tercera expedición a los Guatós efectuada en el año de 1928. *Revista de la Sociedad Científica del Paraguay*, Asunción, tomo V, n. 6, p. 41-75, 1942b.
- WILSON, J. *Guató word list*. Brasília-DF: Summer Institute of Linguistics (SIL), 1959.

A lista de palavras Cayapó do Sul anotada por Nehring

(The Word list of South Cayapo registred by Nehring)

Eduardo Alves Vasconcelos¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

dudualves@gmail.com

Abstract: The existing linguistic records of South Cayapó are lists of words, most with fewer than one hundred words, written by naturalists and curious who had contact with this group in the nineteenth century. This study focuses on the record held by Nehring, a German pharmacist who settled in Piracicaba (SP), and sent Paul Ehrenreich a list of 39 words in this language. According to Ehrenreich, this is a list of South Cayapó from Santana do Paranaíba, a village located in the province of Mato Grosso, on the edges of Paranaíba River, near the mouth of Aporé River. Considering the spelling used to record and the origin of its recorder, I raise hypotheses about the sound value of the spelling of the word list. I transliterated the record to the International Phonetic Alphabet (IPA) in order to show which phonological processes occur in this language. In an attempt to extract from the list all possible linguistic information, I identify even preliminarily, morphological information restricted to belongings names.

Keywords: South Cayapó; Word List; Nehring; Jê Languages.

Resumo: Os registros linguísticos existentes do Cayapó do Sul são listas de palavras, a maioria com menos de cem palavras, anotadas por naturalistas e curiosos que tiveram contato com esse grupo no século XIX. Neste estudo foco a atenção no registro realizado por Nehring, farmacêutico alemão, que se fixou em Piracicaba (SP), e que enviou a Paul Ehrenreich uma lista de 39 palavras dessa língua. Segundo Ehrenreich, trata-se de uma lista dos Cayapó do Sul de Santana do Paranaíba, vila localizada na então província de Mato Grosso, às margens do Rio Paranaíba, próximo à foz do rio Aporé. Considerando a grafia utilizada no registro e a origem do seu anotador, busco neste estudo hipóteses a respeito do valor sonoro da ortografia utilizada nessa lista de palavras, translitero o registro para o alfabeto fonético internacional (IPA), tentando evidenciar que processos fonológicos ocorreriam nessa língua. Na tentativa de extrair da lista as informações linguísticas possíveis, identifico, mesmo que preliminarmente, informações morfológicas – neste caso – restritas a nomes possíveis.

Palavras-chave: Cayapó Do Sul; Lista de Palavras; Nehring; Línguas Jê.

Introdução

Os Cayapó do Sul foram um grupo indígena contatado no século XVIII nos sertões do Brasil central. O contato com os não-índios se deu inicialmente com os paulistas interessados no descimento de índios para servir de mão de obra nos recentes núcleos populacionais de São Paulo. No entanto, já na primeira metade desse mesmo século, suas terras eram invadidas pelos colonizadores interessados na exploração de metais preciosos. O contato com os Cayapó do Sul não teve caráter pacífico e houve conflitos intermitentes durante os séculos XVIII e XIX. Inicialmente eram expulsos de suas terras tradicionais para que fosse possível a exploração de minérios e, após o declínio dessa economia, eram expulsos para que possibilitasse o desenvolvimento das práticas agropastoris.¹ Por conta desse contato intermitente e violento, no início do século XX, os Cayapó do Sul foram

¹ Cf. Karasch (1998); Giralдин (1997); Ataídes (1998).

dados como extintos.²

São precárias as informações sobre a língua que esse grupo indígena falava: resumem-se a seis listas, cinco delas com menos de 100 palavras. Destas, duas foram anotadas no início do século XIX entre os Cayapó do Sul que estavam aldeados em São José das Mossâmedes, aldeamento próximo a Vila Boa (Goiás); outras duas foram anotadas na segunda metade deste mesmo século entre os Cayapó do Sul que mantinham aldeias próximas à Vila de Santana do Paranaíba (atual município de Paranaíba-MS). Há também uma lista de 1911, com cerca de 700 itens, anotada junto a um grupo familiar, remanescentes da Aldeia da Água Vermelha, no triângulo mineiro.³

Uma sexta lista é aquela da qual trata este estudo. Ela foi anotada por Nehring, boticário alemão que fixou residência em Piracicaba, interior de São Paulo. Não se sabe muito sobre essa lista e nem sobre seu anotador. Possivelmente na última ou penúltima década do século XIX, Nehring coligiu 39 palavras entre um grupo ou indivíduos Cayapó do Sul e enviou a Paul Ehrenreich, que a publicou em 1894, com demais listas de palavras de línguas indígenas brasileiras, no periódico “*Zeitschrift für Ethnologie*, n. 26”.

Ehrenreich (1894), além da lista de Nehring (até então inédita), reproduz também a lista de Kupfer⁴ e a compilação de Martius.⁵ Sobre a lista Nehring informa somente que, tal como a lista de Kupfer, foi coligida entre índios da aldeia que estava nas proximidades de Santana do Paranaíba. Apesar da referência de Ehrenreich sobre a origem do registro, nada se sabe a respeito de como este foi realizado. Não há informação que Nehring tenha viajado para a vila de Santana e de lá tenha se dirigido para alguma aldeia. Uma possibilidade é que tal lista foi anotada entre os Cayapó do Sul que faziam transporte, como remadores, entre Piracicaba e outras vilas do interior paulista. Florence (1977) encontra em Porto Feliz (ponto de partida para descer o Tietê), no início do século XIX, “índios Caiapós, de ambos os sexos, mantidos em escravidão, entre eles alguns muito jovens”, o que, segundo Florence, “prova que esse bárbaro costume existia até há poucos anos”.⁶ Sobre os Cayapó do Sul, Ehrenreich traz as seguintes informações:

Destes [Cayapó do Sul] ainda hoje existe o de Sant’Anna do Parahyba, descripto por Kupfer. As famílias alli estabelecidas vêm várias vezes aos lugares de S. Paulo que lhe ficam mais próximos, especialmente Piracicaba e Botucatú, para permutar por mercadorias européas cestos e chapéus de palha que fabricam. (1892, p. 136)

² Cf. Schaden (1954), Nimuendajú (1952), Lowie (1946).

³ Para informações sobre as demais listas conferir Giralдин (1997) que reproduz as listas publicadas e acrescenta dois registros encontrados por ele no arquivo do IHGB. Conferir também Vasconcelos (2009a) – sobre a lista de Barbosa e Vasconcelos (2009b) – sobre as listas de São José de Mossâmedes.

⁴ Kupfer anotou uma lista de cerca de 60 palavras entre os Cayapó do Sul de Santana do Paranaíba, em viagem que fez pelo Brasil e a publicou em 1857 na “*Zeitschrift der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*”, volume V.

⁵ Karl von Martius compilou, em 1867, no “*Glossarios de diversas lingoas e dialetos, que fallao os Indios no imperio do Brazil*” as listas que foram anotadas por Emmanuel Pohl e Auguste Saint-Hilaire.

⁶ Florence foi contratado como o segundo pintor da Expedição Langsdorff, que em 1826 partiu de Porto Feliz em direção a Cuiabá e norte do Brasil. O diário de Florence citado aqui é aquele escrito quando já estava residindo em Campinas (SP); os manuscritos são da segunda metade do século XIX, porém só foram publicados em 1977, pelo Museu de Arte de São Paulo (MASP).

A lista: publicação e reprodução

Ehrenreich, em um mesmo número da “*Zeitschrift für Ethnologie*”, publicou e fez considerações sobre listas de palavras das línguas Karajá, Kayapó Setentrionais (Cradahō, Ušikrin) e Cayapó do Sul sob o rótulo “*Materialien zur Sprachenkunde Brasiliens*”, dividido em três partes. Também como exposto, ao tratar sobre o Cayapó do Sul, ele reproduz, além da inédita lista de Nehring, as listas compiladas por Martius⁷ e a publicada por Kupfer. Até então aquelas eram as únicas listas de palavras Cayapó do Sul conhecidas. Considerando que tanto a lista de Nehring como a de Kupfer são da mesma região (Santana do Paranaíba), ele procura demonstrar as semelhanças entre esses registros e quais diferenças podem ser identificadas com a lista de Martius:

Ambos [os vocabulários de Nehring e Kupfer] concordam bastante um com o outro, mas afastam-se daquele de von Martius, especialmente na fonética. Assim, *r*, no dialeto de Santana do Paranaíba às vezes não ocorre ou realiza-se como *i* (*y*), e *š* suaviza-se em *z*. (EHRENREICH, 1894, p. 136)⁸

Ehrenreich não se detém na análise das listas, muito menos no estabelecimento de correspondências, acrescentando modestamente:

[...] deve ser feita uma comparação mais detalhada destes dialetos com outros registros e com os dialetos do Cayapó do Norte, como também, atentar-se com a ortografia de cada observador. Aqui apresento somente uma simples comunicação sobre estas listas de palavras. (EHRENREICH, 1894, p. 136)⁹

A referência à lista de Martius é importante, pois, tal como observa Christino (2006, p. 79), “os dados registrados por ele ainda serviam de baliza para a comunidade dos sul-americanistas,¹⁰ que sofria de uma falta crônica de fontes confiáveis”. Nesse caso referendava a lista anotada por Nehring como pertencente ao grupo Cayapó do Sul.

Para este estudo foi consultada a reprodução dessa lista de palavras em Giralдин (1996, 1997) e o número 26 da “*Zeitschrift für Ethnologie*”.¹¹ A transcrição publicada em Giralдин (1997, p. 183) tem as glosas traduzidas para o português e, apesar de esclarecer, em nota, que se tratava do “vocabulário transcrito tal como coletado por Nehring e publicado por Paul Ehrenreich”, há diferenças quanto à representação dos diacríticos. Ao registrar essa lista de palavras, Nehring optou pela ortografia alemã, com uma complexa distribuição

⁷ Mais detalhes sobre essa compilação e suas consequências para os estudos do Cayapó do Sul no século XX podem ser encontrados em Vasconcelos, 2009b.

⁸ Tradução livre de: “Beide stimmen ziemlich gut mit einander überein, weichen aber von der Martius’schen vielfach ab, insbesondere auch in der Lautlehre. So ist *r* in dem S. Annadialect vielfach ausgefallen oder zu *i* (*y*) geworden, *š* zu *z* erweicht.”

⁹ Tradução livre de: “Indessen ist zu einer eingehenden Vergleichung dieser Dialekte unter einander und mit denen der Nord-Cayapo das Material zu gering und die Schreibweise der Beobachter zu verschieden. Es möge daher die einfache Mittheilung der Wörter genügen.”

¹⁰ “[...] preferi utilizar o rótulo ‘sul-americanistas’ para referir-me a esses estudiosos [de línguas e culturas da América do sul], lançando mão da denominação generalizante e mais tradicional ‘americanistas’, apenas com relação a pesquisadores cujo objeto primordial de análise correspondia à etnografia e/ou à linguística de outras regiões do continente americano.” (CHRISTINO, 2006, p. 22)

¹¹ Disponível na Biblioteca Florestan Fernandes da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

de diacríticos nas vogais, aparentemente marcando duração de vogal e/ou abertura de vogal e/ou sílaba acentuada. Nehring fez uso dos seguintes diacríticos: macro (˘), braquia (˜) e agudo (´). Em Giraldin, os macros e braquias são substituídos, indiscriminadamente, pelo til (˘) e nas vogais onde se combina mais de um diacrítico (macro e agudo ou braquia e agudo) ele mantém somente o agudo. Por isso, apesar de recorrer à tradução das glosas em Giraldin, analiso os vocábulos tal como reproduzidos em Ehrenreich (1894, p. 136-7).

Interpretando o registro: levantamento das possíveis correspondências sonoras

O registro realizado por Nehring, por conta do pequeno número de palavras, permite somente depreender algumas informações fonéticas e algumas suposições sobre o sistema fonológico da língua que foi falada pelos Cayapó do Sul de Santana do Paranaíba. Para identificar essas informações tomarei por base procedimentos comuns aos estudos que se dedicam a interpretar transcrições não fonéticas de línguas indígenas. Um bom exemplo deste tipo de estudo é aquele realizado por Grannier Rodrigues (1990)¹² para o Guaraní Antigo,¹³ no qual, a partir do material produzido pelo Padre Ruiz de Montoya, ela busca identificar e analisar a fonologia desta língua. Nesse estudo, a autora esclarece:

Para obter-se uma aproximação da realidade fonética da língua foram considerados os seguintes tipos de evidência: (a) indicação explícita da natureza do som por Ruiz de Montoya; (b) o valor que tinham no Espanhol do século 17 as letras utilizadas na escrita do Guaraní; (c) particularidades da escrita do Espanhol de Ruiz de Montoya; (d) a ordenação alfabética do *Tesoro*; (e) a provável coerência do sistema fonológico do Guaraní; (f) alternâncias morfofonológicas do Guaraní; e (g) a situação correspondente em dialetos guaranis atuais. (GRANNIER RODRIGUES, 1990, p. 15)

Repito aqui as considerações de Araújo (1992, p. 20) a respeito do material disponível para a análise do Guaraní Antigo: “de fato, o material em que se baseou D. [Grannier] Rodrigues é evidentemente superior, tanto sob o aspecto quantitativo, quanto sob o aspecto qualitativo”.

Para aplicar estes procedimentos no material disponível faço as seguintes adaptações: (1) indicação explícita da natureza do som por Nehring; (2) o valor que tinham no alemão do fim do século XIX as letras utilizadas por Nehring; (3) particularidades adotadas no registro; (4) alternâncias morfofonológicas que o registro permite depreender; (5) correspondências em outros registros do Cayapó do Sul e (6) correspondências em línguas da família Jê.

Dos procedimentos apresentados por Grannier Rodrigues (1990), o item (d) não parece produtivo para a análise, porém as palavras na lista estão organizadas em conjuntos que são: partes do corpo, elementos da natureza, instrumentos, parentesco (ou mais precisamente homem, mulher, filho, velho e velha), animais e possíveis empréstimos¹⁴. Não é possível afirmar se esta organização foi realizada por Nehring ou por Ehrenreich.

¹² A dissertação foi defendida em 1974. Aqui utilizo a versão publicada em livro de 1990.

¹³ Araújo (1992), ao realizar análise do *Wörterbuch der botokudensprache* de Bruno Rudolph, esclarece: “na determinação dos procedimentos a serem adotados na análise [...], de grande auxílio foi o trabalho de D. [Grannier] Rodrigues (1974), que apresenta uma análise fonológica do Guaraní do século XVII, documentado pelo Padre Ruiz de Montoya” (ARAÚJO, 1992, p. 20).

¹⁴ Sobre a composição de vocabulários entre os sul-americanistas conferir Christino (2006).

Neste registro há somente uma indicação sobre (1) “natureza do som”. Para a palavra *inshǒ* ‘mata’ (*Wald*), acrescenta-se logo após: *weich* (“brando”). Nesta palavra há uma sequência pouco usada na grafia do alemão: *sh*, e que se repete somente em mais um dado *kūshhūǎ* ‘jabuti’.¹⁵ A observação sobre este registro não traz muitos esclarecimentos, pois não se sabe se (a) o som de *sh* é mais abrandado ou (b) *sh* deve ser pronunciado tal como a obstruinte contínua palatal em *weich* [vaiç]. Antes de propor uma interpretação é preciso levantar pelo menos mais uma possibilidade para a realização sonora desta sequência: (c) interpretar como uma obstruinte contínua alveolar (ou pós-alveolar) em *coda*, seguida de *h* em *onset* da sílaba seguinte: *ins.hǒ*, assim a informação mais brando seria somente para *s* com realização mais posterior. A hipótese (c) não se aplicaria assim à outra ocorrência, em que parece que a divisão silábica seria mais próxima de: *kūsh.hūǎ*. Na ortografia do alemão (2) encontramos para realização da obstruinte contínua alveolar o *sch*, *ch* e *sh*. Sendo que para este último o uso é restrito a início de poucas palavras.¹⁶ Adotando o procedimento (g) adaptado (5 e 6) temos os seguintes resultados: para ‘mata’ temos no registro do Cayapó do Sul em Pohl *inromú*, para o Xicrin *ba* e para o Xavante *marã*;¹⁷ enquanto para ‘jabuti’ Xicrin *kapran*, Xavante *u’a*, e na lista Cayapó do Sul de Barbosa (1911) encontramos ‘kagado’ *ksué*. Em Vasconcelos (2009a, p. 323): “a vogal central alta [i] é identificada nos seguintes casos: vocábulos grafados com *y* ou *ü*; e sequências *pt*, *kb*, *ks* e *kn* em início de palavras”. Assim, teríamos, transliterando para o IPA, [kɪswɛ]. Por fim, parece adequado, para o registro de Nehring, afirmar que *sh* trata-se necessariamente de um único som obstruinte contínuo, porém, não é possível afirmar que é somente uma variação de registro para [ʃ]. Seguindo o registro de Nehring, proponho a seguinte transliteração destes dois vocábulos para o IPA com uma ressalva para a representação desta obstruinte contínua, pois uma vez que ela não é identificável, insiro um símbolo *ad hoc*: š.

Nehring				
<i>sh</i>	[š]	<i>inshǒ</i>	[iʔšǒ]	‘floresta’
		<i>Kūshhūǎ</i>	[ku : šʰwǎ]	‘tartaruga’

Como no registro não há mais qualquer indicação a respeito da “natureza do som”, proponho, a seguir, hipóteses a respeito da realização desses sons baseado no valor que essas letras teriam no alemão do fim do século XIX.

As obstruintes descontínuas [p], [t] e [k] são representadas por *p*, *t* e *k*, respectivamente. Destas somente [t] ocorre em *coda*, já [p] e [k] formam *onset* complexo com [r]. Segue a transliteração para o IPA e as ocorrências no registro:

¹⁵ Em alemão *schildkröte* pode ser usado tanto para *tartaruga* como para *jabuti*.

¹⁶ Em Martens e Martens (1961) há somente quatro realizações para *sh* com valor de [ʃ].

¹⁷ Os dados do Xicrin são da dissertação de Lucivaldo Costa (2003), os dados do Xavante é de Hall, McLeod e Mitchel (1987).

Nehring	IPA			
<i>p</i>	[p]	<i>zapé</i>	[t͡sa'pe:]	'boca'
		<i>pūkūá</i>	[pũ'kwã]	'céu'
		<i>pūtūra</i>	[pu:tu:ra]	'lua'
		<i>epórá</i>	[e'põra]	'borduna'
		<i>kaputúŋ</i>	[kapu'tũŋ]	'velho'
		<i>nāpiá</i>	[na:'pjã]	'onça'
		<i>tapung p'já</i>	[tapuŋ 'pjã]	'jacaré'
		<i>tápe</i>	['ta:pe]	'peixe'
<i>t</i>	[t]	<i>zutõ</i>	[t͡sutõ]	'língua'
		<i>zãtakr'íta</i>	[t͡sãta'kri:ta]	'perna'
		<i>pūtūra</i>	[pu:tu:ra]	'lua'
		<i>ançéti</i>	[ãšẽ'ti:]	'estrela'
		<i>atõma</i>	[a'to:ma]	'espingarda'
		<i>kaputúŋ</i>	[kapu'tũŋ]	'velho'
		<i>torritung</i>	[tori'tũŋ]	'velha'
		<i>tonjotto</i>	[tõŋõto]	'catitu'
		<i>tapung p'já</i>	[tapuŋ 'pjã]	'jacaré'
		<i>krētõt</i>	[kre:tõt]	'sapo'
		<i>tápe</i>	['ta:pe]	'peixe'
<i>k</i>	[k]	<i>zãkrã</i>	[t͡sãkrã]	'nariz'
		<i>zukturé</i>	[t͡su'kre:]	'orelha'
		<i>zãtakr'íta</i>	[t͡sãta'kri:ta]	'perna'
		<i>zukiã</i>	[t͡sukjã]	'braço'
		<i>īking</i>	[i:kĩŋ]	'cabelo'
		<i>pūkūá</i>	[pũ'kwã]	'céu'
		<i>kaputúŋ</i>	[kapu'tũŋ]	'velho'
		<i>kūshhūá</i>	[ku:š'hwã]	'tartaruga'
<i>krētõt</i>	[kre:tõt]	'sapo'		

Para a sequência vogal-consoante / nasal-obstruinte / descontínua, postulo que os grafemas *m*, *n*, neste contexto, estejam marcando a nasalidade da vogal que a precede, seguindo assim o que Rodrigues (1999, p. 171) identifica como característica comum às línguas Jê e Macro-Jê: “presença de contraste fonológico entre vogais orais e nasais”.¹⁸ Considerando a existência desse contraste, proponho também que possa ocorrer na língua processo de nasalização de obstruintes descontínuas evidenciado pela ocorrência de grafema nasal precedendo o grafema da obstruinte descontínua. Considero relevante também, aqui, a observação de Rodrigues (1999, p. 171) de que “frequentemente é a vogal nasal que condiciona a variação das consoantes e não o contrário [em línguas Macro-Jê]”,¹⁹ bem como a descrição de processos semelhantes em línguas Jê e Macro-Jê (Kaingang, Apinajé, Kayapó, Maxacali, entre outras – cf. D'ANGELIS, 1998).

¹⁸ Tradução livre de: [...] *the presence of phonologically contrastive nasal vowel*.

¹⁹ Tradução livre de: *Often it is the nasal vowels that condition the variation of the consonants and not the reverse*.

As sequências encontradas são *mp*, *nt* e *nk*, seguidas por vogais. Para as duas primeiras a marcação é realizada por uma homorgânica, porém o mesmo não ocorre em *nk*. Para este último é importante a explicação de Martens e Martens (1961, p. 126) sobre a representação ortográfica de [ŋ]: “n em posição medial ou final de palavra antes de »k« , »x« e »qu«”.²⁰

Nehring				
<i>mp</i>	<i>impútě</i>	[ĩ ^ʔ mpu : tě]	‘sol’	
	<i>impů</i>	[ĩ ^ʔ mpũ]	‘homem’	
	<i>imprīm</i>	[ĩ ^ʔ mpřīm]	‘filho’	
	<i>impö</i>	[ĩ ^ʔ mpö]	‘veado’	
<i>nt</i>	<i>intó</i>	[ĩ ^ʔ ntö]	‘olho’	
	<i>njontí</i>	[ɲö ^ʔ nti :]	‘serpente d’água’	
<i>nk</i>	<i>inkó</i>	[ĩ ^ʔ ŋko :]	‘água’	
	<i>inká</i>	[ĩ ^ʔ ŋka]	‘mulher’	
	<i>ankiō</i>	[ã ^ʔ ŋkjo]	‘porco do mato’	
	<i>inkö</i>	[ĩ ^ʔ ŋkō]	‘macaco’	
	<i>inkuschüă</i>	[ĩ ^ʔ ku ^ʔ ʃwă]	‘cachaça’	

Já o *z* representa em alemão [ʦ] (PRÉVOT, 1913; MARTENS e MARTENS 1961):

Nehring	IPA			
<i>z</i>	[ʦ]	<i>zutö</i>	[ʦutö]	‘língua’
		<i>zapé</i>	[ʦa ^ʔ pe :]	‘boca’
		<i>zäkrä</i>	[ʦäkrä]	‘nariz’
		<i>zukré</i>	[ʦu ^ʔ kre :]	‘orelha’
		<i>zätakríta</i>	[ʦäta ^ʔ kri : ta]	‘perna’
		<i>zukiä</i>	[ʦukjä]	‘braço’

A ocorrência de outra africada fica obscurecida pela ocorrência em apenas um caso: *idschütä* ‘anta’; em que a sequência *dsch* pode ser interpretada como [dʒ]. Apesar de que em alemão *sch* é usado para [ʃ], a presença de uma letra que marcaria em alemão uma obstruente sonora, sugere que *d* indica uma fase descontínua e sonora enquanto *sch* indica a fase contínua. Mesmo aceitando que seja essa a correspondência, é importante ressaltar que se trata de única realização sonora entre as obstruintes.

Nehring	IPA			
<i>dsch</i>	[dʒ]	<i>idschütä</i>	[i ^ʔ dʒu : tä]	‘anta’

Para esta palavra, uma hipótese é que a silabificação seja *id.fu : ta*. Segundo D’Angelis (Comunicação Pessoal), “à luz da fonologia de línguas Jê, *in.fu : ta* > [it^ʔʃu : ta]”.

Nas obstruintes também há ocorrência de [s] representado por *c* em *cejoj* ‘borboleta’ e por *ç* em *ançětí* ‘estrela’. Para ‘borboleta’, Barbosa (1918) registra *cióço* (*cio ió ió*), o que confirmaria a equivalência *c* a [s]. Para ‘estrela’, temos em Pohl (1832) *amschiti*; em Saint-Hilaire (1848) *amsiti*; em Kupfer (1857) *anzoti*; em Lemos da Silva (1882) *inchoti*;

²⁰ Tradução livre de: *n In- und Auslaut vor »k« und »x« und »qu«* [...].

e em Barbosa *ançuti*. O uso de *c* e *ç* para marcar *s* no registro realizado por Nehring pode evidenciar a possibilidade de que ele não tenha sido o anotador de todos os itens da lista. Mesmo que o *c* em alemão, com ocorrência somente em empréstimos, também represente [ts], o representante padrão (ou comum) para este último é o *z*. Apesar de lançar mão da comparação entre os registros não tenho evidências para afirmar que a consoante aí seja o [s] ou [ʃ]. Tomarei uma decisão por [s] baseada na possibilidade que pelo menos para esses dois itens se tenha usado da ortografia do português, que, entre outras características, tem grafemas específicos para diferenciar [s] e [ʃ] em posição intervocálica.

Nehring	IPA			
<i>c</i>	[s]	<i>ceojó</i>	[seo'jo]	‘borboleta’
<i>ç</i>	[s]	<i>ançẽtĩ</i>	[ãšẽ'ti:]	‘estrela’

O *sch* está representando [ʃ]:

Nehring	IPA			
<i>sch</i>	[ʃ]	<i>ischoa</i>	[iʃoa]	‘dente’
		<i>ischẽ</i>	[i'ʃe:]	‘arco’
		<i>inkuschũã</i>	[ĩ'ku'ʃwã]	‘cachaça’

As soantes nasais [m], [n], [ɲ] e [ŋ] são representadas, respectivamente, por *m*, *n*, *nj* e *ng*, mas somente *m* e *ng* são encontrados em *coda* de sílaba final. A hipótese de que *m* e *n* são usados para representar a vogal nasal impede que se levantem evidências a respeito da *coda* silábica medial. Minha hipótese para a realização de *nj* como a nasal palatal está baseada na proximidade articulatória de um *n* palatalizado para a nasal palatal. Infelizmente, os dados disponíveis na lista de Nehring não permitem análise aprofundada das nasais, pois, diferente de outras listas, aqui há poucos casos e mesmo a hipótese de vogais nasais fica prejudicada por ausência de dados.

Nehring	IPA			
<i>m</i>	[m]	<i>atóma</i>	[a'to:ma]	‘espingarda’
		<i>imprĩm</i>	[ĩ'mprĩ:m]	‘filho’
<i>n</i>	[n]	<i>nāpiã</i>	[na:'pjã]	‘onça’
		<i>ĩãnnã</i>	[jãnnã]	‘serpente’
		<i>arẽna</i>	[a're:na]	‘tabaco’
<i>nj</i>	[ɲ]	<i>tonjotto</i>	[tõɲõto]	‘catitu’
		<i>njontĩ</i>	[ɲõ'ti:]	‘serpente d’água’
<i>ng</i>	[ŋ]	<i>ĩking</i>	[i:kĩŋ]	‘cabelo’
		<i>kaputũng</i>	[kapu'tũŋ]	‘velho’
		<i>torritũng</i>	[tori'tũŋ]	‘velha’
		<i>tapung pĩã</i>	[tapuŋ'pjã]	‘jacaré’

A soante [r] está representada por *r*. Há um vocábulo que está registrado com *rr*. Em palavras do alemão como *scharrt*, *Warrt*, *narrt*, *surr* e ainda *dort*, *warten*, *Torte*, o valor *r* e *rr* é [R]. Apesar do contexto de *torritung* não ser o mesmo, o mais provável é que esse *r* duplo esteja marcando um som diferente do *r* comum, som próximo a [R].

Nehring	IPA			
<i>r</i>	[r]	<i>zǎkrǎ</i>	[ʈsǎkrǎ]	‘nariz’
		<i>zukturé</i>	[ʈsuˈkre:]	‘orelha’
		<i>zǎtakrǐta</i>	[ʈsǎtaˈkri:ta]	‘perna’
		<i>pūtūra</i>	[pu:tu:ra]	‘lua’
		<i>epórá</i>	[eˈpóra]	‘borduna’
		<i>imprím</i>	[ĩˈmɾim]	‘filho’
		<i>krētót</i>	[kre:tót]	‘sapo’
		<i>aréna</i>	[aˈre:na]	‘tabaco’
<i>rr</i>		<i>torritúng</i>	[torɪˈtũŋ]	‘velha’

O [j], como *onset* de sílaba está representado por *j*.

Nehring	IPA			
<i>j</i>	[j]	<i>jō</i>	[jo:]	‘pedra’

O [j], além do *j*, seria representado por *i* e *ĩ* seguidos por vogal breve. O mesmo tipo de marcação é usado para o [w]: *ũ*. Aqui sugiro que há uma percepção equivocada da duração vocálica, ou seja, o anotador transfere a percepção da vogal longa para o elemento soante que a precede. Os contextos que aponto como realização das soantes [j] e [w] tem por característica uma alternância vogal longa (ou não marcada para breve), seguido de vogal breve, com exceção de *ankiō* em que temos uma sequência vogal sem marcação-vogal longa.

Nehring	IPA			
<i>i</i>	[j]	<i>zukiǎ</i>	[ʈsukjǎ]	‘braço’
		<i>ankiō</i>	[ǎˈkjo]	‘porco do mato’
<i>ĩ</i>	[j]	<i>ĩǎnnǎ</i>	[ˈjǎnǎ]	‘serpente’
<i>ĩ</i>	[j]	<i>tapung pǎǎ</i>	[tapũŋˈpjǎ]	‘jacaré’
<i>ũ</i>	[w]	<i>pūkūǎ</i>	[puˈkwǎ]	‘céu’
		<i>Kūshhūǎ</i>	[ku:jˈhwǎ]	‘tartaruga’
		<i>inkuschūǎ</i>	[ĩˈkuˈjwǎ]	‘cachaça’

Dos registros do Cayapó do Sul, o de Nehring é o único em que se apresenta marcação de duração vocálica, porém, em parte pela inconsistência do registro e, principalmente, pelo pouco número de dados, não é possível estabelecer se havia em Cayapó do Sul uma duração vocálica fonológica.

Nehring	IPA			
<i>i</i>	[i]	<i>isché</i>	[iʰʃe:]	‘arco’
<i>ī</i>	[i:]	<i>zātakrīta</i>	[ʰsātaʰkri:ta]	‘perna’
<i>e</i>	[e]	<i>tāpe</i>	[ʰta:pe]	‘peixe’
<i>ě</i>	[ě]	<i>ančětí</i>	[āšěti:]	‘estrela’
<i>ē</i>	[e:]	<i>zukuré</i>	[ʰsuʰkre:]	‘orelha’
<i>a</i>	[a]	<i>atōma</i>	[aʰto:ma]	‘espingarda’
<i>ǎ</i>	[ǎ]	<i>zātakrīta</i>	[ʰsātaʰkri:ta]	‘perna’
<i>ā</i>	[a:]	<i>nāpiǎ</i>	[na:ʰpjǎ]	‘onça’
<i>o</i>	[o]	<i>torritúng</i>	[toʰriʰtūŋ]	‘velha’
<i>ō</i>	[ō]	<i>krētōt</i>	[kre:tōt]	‘sapo’
<i>ō</i>	[o:]	<i>jō</i>	[jo:]	‘pedra’
<i>u</i>	[u]	<i>zukuré</i>	[ʰsuʰkre:]	‘orelha’
<i>ū</i>	[u:]	<i>pūtūra</i>	[pu:tu:ra]	‘lua’
<i>ǔ</i>	[ǔ]	<i>impǔ</i>	[iʰmpǔ]	‘homem’

Os diacríticos usados por Nehring podem sugerir que ele tenha percebido a nasalidade como duração vocálica. Essa interpretação considera: (a) acusticamente as vogais nasais são mais longas que as vogais orais; (b) a língua alemã faz distinção entre vogais longas e não longas, enquanto não só não faz distinção entre vogais orais e nasais, como também não ocorre espalhamento de nasalidade das consoantes nasais para as vogais. Não proponho que todas as vogais marcadas como longas sejam nasais, mas, sim, que há contextos em que a nasalidade é marcada pelo diacrítico de vogal longa.

Nehring	IPA	
<i>iking</i>	[i:kīŋ] ou [ikīŋ]	‘cabelo’
<i>atōma</i>	[aʰtōma]	‘espingarda’
<i>imprīm</i>	[iʰm̄p̄rīm]	‘filho’
<i>nāpiǎ</i>	[nǎʰpjǎ]	‘onça’
<i>arēna</i>	[aʰrēna]	‘tabaco’

Como exposto, proponho a hipótese de que há em Cayapó do Sul distinção entre vogais orais e nasais e para esse registro umas das formas de marcar as vogais nasais é a presença de um grafema nasal seguindo a vogal.

	<i>im</i>	<i>impūtě</i>	[iʰmpu:tě]	‘sol’
[ī]	<i>in</i>	<i>intō</i>	[iʰntō]	‘olho’
		<i>inkō</i>	[iʰŋko:]	‘água’
[ā]	<i>an</i>	<i>ankiō</i>	[āʰŋkio]	‘porco do mato’
[ō]	<i>on</i>	<i>njontí</i>	[ŋōʰti:]	‘serpente d’água’
[ū]	<i>un</i>	<i>kaputúng</i>	[kapuʰtūŋ]	‘velho’

Alguma evidência morfológica

Parte dos dados registrados por Nehring nos permite identificar, mesmo que precariamente, estruturas morfológicas. Particularmente, aqueles relacionados a partes do corpo:

<i>zutõ</i>	ts-u-to	‘língua’
<i>zapé</i>	ts-a-pe	‘boca’
<i>zãkrã</i>	ts-a-kra	‘nariz’
<i>zukturé</i>	ts-u-kre	‘orelha’
<i>zukiã</i>	ts-u-kja	‘braço’
<i>ischoa</i>	i-foa	‘dente’
<i>intõ</i>	ĩ-nto	‘olho’
<i>iking</i>	i-kĩŋ ou ã-kĩŋ	‘cabelo’

Nesta segmentação proponho que ocorra um morfema *ts* associado a outro morfema ou morfemas, ou seja, *-a-* e *-u-* exerceriam função diferente nessas palavras. Seguindo a hipótese de que o Cayapó do Sul faz distinção entre vogais orais e nasais, poder-se-ia afirmar que temos dois elementos (morfemas) para as três últimas palavras da lista acima. A vogal oral só estaria ocorrendo em *i-fao*, pois em *iking*, tal como exposto, a duração vocálica estaria representando a nasalidade da vogal. Ao lado de *i-fao* há ainda *i-fe*: ‘arco’, também ocorrendo com *i*.

Para o Apãniekrá, Alves (2004) descreve um morfema *i-* como pronome pessoal prefixado de 1ª pessoa do singular e as formas *i(?)*-/ *h-*/ *ku-* / \emptyset para a 3ª pessoa. Segundo Alves:

Esse pronomes pessoais ocorrem em Apãniekrá prefixados a um núcleo lexical (nome, verbo, posposição) como possessivo ou ‘sujeito’ do predicado nominal, como ‘sujeito’ de verbos no passado simples, como ‘objeto’ de verbos transitivos e como objeto de posposições. (2004, p. 82)

O morfema *i-* no Cayapó do Sul registrado por Nehring parece exercer a mesma função que *i-* do Apãniekrá, 1ª pessoa do singular. Se *ts* funciona tal como *i-* nestes dados, prefixo pessoal, ele seria o correspondente ao *h* do Apãniekrá.

Já para o Panará,²¹ Dourado (2001) identifica um sistema de posse inerente em que “nomes referentes a bens obrigatoriamente possuídos” são “marcados por prefixos”. Esclarecendo:

Alguns nomes de partes do corpo e alguns nomes de parentesco pertencem à classe de bens inerentemente possuídos. Os nomes inerentemente possuídos são marcados pelos prefixos *s-*, *ĩ-*, \emptyset -, que fazem referência a um possuidor ainda que indefinido e se opõem paradigmaticamente aos prefixos *y-*, \emptyset - e **assimilação** da vogal inicial do tema possuído [...], isto é, são os já citados prefixos relacionais de contigüidade e não contigüidade (Rodrigues 1981, 1990), respectivamente. (DOURADO, 2001, p. 76)

O *i* (ou *ĩ*) do Cayapó do Sul e *ts* podem ser associados aos “prefixos que fazem referência a um possuidor”, porém não é possível, a partir dos dados, afirmar que estes estejam desempenhando a mesma função.

²¹ Heelas (1979), Schwartzmann (1987), Rodrigues e Dourado (1993), Dourado (2001, 2004) e Giralдин (1997) defendem a hipótese de que Panará e Cayapó do Sul são a mesma língua. A proposta desta pesquisa é analisar essa hipótese, partindo de um tratamento adequado das listas de palavras do Cayapó do Sul para depois realizar a análise comparativa tanto com a língua Panará quanto com outras línguas Jê.

Considerações finais

A análise de uma língua, considerando todos os seus aspectos fonológicos, morfossintáticos, semânticos, entre outros, é apenas um retrato de determinado momento. Tal como ocorre para as línguas com tradição de escrita, a ortografia é o registro de um momento anterior da língua, visto que a escrita não acompanha as mudanças ocorridas no sistema linguístico em questão. Listas de palavras têm por característica ser também um retrato de determinado momento de uma língua, só que diferente daquelas em que se encontra amplo registro, listas como a de Nehring são como um retrato desfocado, em que as formas são adivinhadas. O trabalho linguístico deixa de ser descritivo, em se pode demonstrar com os dados a estrutura de um língua, e passa a ser especulativo. Na maioria dos casos, não há dados para comprovar as hipóteses.

Por que então trabalhar com listas de palavras?

No Brasil colonial, pouca atenção se deu às línguas indígenas (o mesmo descaso se reproduziu em todo o continente americano). Para as línguas que eram faladas nos sertões, interior do Brasil, os primeiros registros existentes são do início do século XIX, quando se abriu os portos brasileiros a outras nações europeias, aproximadamente 300 anos após a chegada dos portugueses. Essas informações, em sua maioria, eram de naturalistas que em viagens para catalogarem a fauna e a flora adentravam território indígena e os seus habitantes não passavam de mais informação sobre a natureza do local. Porém, para muitas línguas indígenas, as listas de palavras são as únicas informações existentes hoje em dia, tudo o que se sabe sobre elas. Se propor a analisar esse material é tentar fazer com que algumas peças do quebra-cabeça se encaixem e assim se tenha uma visão um pouco menos confusa do imenso caleidoscópio linguístico existente.

Buscar o encaixe das peças é tentar demonstrar, por exemplo, que nesse registro as consoantes [t̃s] e [ʃ] parecem manter uma relação em que a primeira só ocorre no início de palavras, enquanto a segunda só ocorre em sílaba medial. Apesar de provável, pela semelhança fonética, não há como comprovar uma relação destes com [s], que ocorre tanto no início quanto em sílaba medial, mas somente com [e]. No caso do registro de Nehring, [e] não longo. Ainda é possível tentar relacionar *š*, representação *ad hoc* para *sh*, como também participando desta relação. A resolução para esta situação poderia ser encontrada se levantássemos a hipótese de que o Cayapó do Sul tem uma oposição primeira entre obstruintes e soantes, em que nestas classes não há oposição quanto ao caráter contínuo, ou seja, há somente obstruintes (descontínuas), soantes nasais e soantes orais. Assim, ao menos para [t̃s] e [ʃ], e mesmo sem comprovação, para [s], seria mais adequado afirmar que são realizações de uma obstruinte descontínua /t̃s/. Se esta hipótese estiver correta, seria correto interpretar também a palavra *ançēti* como /ãⁿt̃seti/, ou seja, aí também ocorreria processo de nasalização de obstruintes.

Por fim, o estudo desta e das demais listas de palavras do Cayapó do Sul faz parte de um projeto maior: analisar, questionar, procurar evidências para a hipótese de que Cayapó do Sul e Panará são a mesma língua. Para esse propósito existe a necessidade de dar um tratamento adequado às listas de palavras existentes da língua que foi falada pelos Cayapó do Sul e também tentar esgotar a ampla pesquisa documental realizada por Odair Giralдин, que resultou na sua dissertação de mestrado e também na ‘descoberta’ de mais duas listas de palavras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. C. *O Timbira falado pelo Canela Apãniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ARAÚJO, B. A. C. *Análise do Wörterbuch der Botokudensprache*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ATAÍDES, J. M. de. *Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do Sul no Brasil Central*. Goiânia: Editora UCG, 1998. 187 p.

BARBOSA, A. S. *Cayapó e panará*. Manuscrito disponível no Arquivo do IHGB, 1918.

CHRISTINO, B. P. *A rede de Capistrano de Abreu (1853-1927): uma análise historiográfica do rã-txa hu-ni-ku-ĩ em face da Sul-americanística dos anos 1890-1929*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, L. S. da. *Flexão relacional, marcas pessoais e tipos de predicados em Xikrín: contribuição para os estudos sobre ergatividade em Línguas jê*. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal do Pará, Belém.

D'ANGELIS, Wilmar R. *Traços de modo e modos de traçar geometrias: línguas Macro-Jê & teoria fonológica*. 1998. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2 vols.

DOURADO, L. *Aspectos Morfossintáticos da Língua Panará (Jê)*. 2001. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. As Vicissitudes do Povo Panará e a sua Língua. In: Encontro nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste: integração linguística, étnica e social, II, 2002, Goiânia. *Anais...* Goiânia: UFG, 2004. p. 172-178.

EHRENREICH, P. Divisão e distribuição das tribus do Brasil segundo o estado actual dos nossos conhecimentos. *Revista da Sociedade de Geographia do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, t. VIII, p. 3-55, 1892.

_____. Materialien Zur Sprachkunde Brasiliens. *Zeitschrift fur Ethnologie*, Berlim, n. 26, p. 115-137, 1894.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: pelas províncias de São Paulo, Mato Grosso e Grão Pará (1825-1829)*. 1977. Tradução de Francisco Álvares Machado e Vasconcellos Florence. São Paulo: MASP.

GIRALDIN, O. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo*. 1996. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

_____. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê no Brasil Central*. Campinas: Editora Unicamp, 1997. 197 p.

GRANNIER RODRIGUES, D. M. *Fonologia do Guaraní Antigo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. 86 p.

HALL, J.; MCLEOD, R.; MITCHELL, V. *Pequeno Dicionário: Xavante-Português, Português-Xavante*. Brasília: Summer Institute of Linguistics, 1987.

- HEELAS, R. *The social organization of the Panara, a Ge tribe of Central Brazil*. 1979. Thesis (Ph.D. in Philosophy). University of Oxford, Oxford.
- KARASCH, M. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, M.C. da (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1998. p. 397-412.
- KUPFER, Die Cayapo-Indianer in der Provinz Matto-Grosso. *Zeitschrift für der Gesellschaft für Erdkunde zu Berlin*, n. 5, p. 244-254, 1870.
- LEMONS DA SILVA, J. *Os índios Cayapós*. Manuscrito disponível no Arquivo do IHGB, 1882.
- LOWIE, Robert. The Southern Cayapó. In: STEWARD, J. H. (Ed.) *Handbook of south Americans Indians*. New York: Cooper Square Publishers Inc., 1946. v. I. P. 519-520.
- MARTENS, C.; MARTENS, P. *Phonetik der Deutschen Sprache: praktische Aussprachelehre*. München: Max Hueber Verlag, 1961.
- MARTIUS, C.F P. von. *Wörterammlung Brasilianischer Sprachen [Glossarium linguarum Brasiliensium]*: Glossarios de diversas línguas e dialetos, que fallao os Índios no imperio do Brazil. Erlangen: Druck Von Junge & Sohn, 1867. 548 p.
- NIMUENDAJÚ, Curt. Os Gorotire. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. VI, p. 427-53, 1952. Nova série.
- POHL, John Emmanuel. *Reise im Innern von Brasilien: Auf allerhöchsten befehl seiner majestat des kaisers von osterreich, franz des ersten*. Wien: A Strauss's Sel Witwe & J B Wallishausser, 1832.
- PRÉVOT, J. *Nova Gramática Alemã: Teoria e Prática*. Lisboa: Heidelberg, 1913.
- RODRIGUES, A. D. Macro-Jê. In: DIXON, W. R. M.; AIKHENVALD, A. Y. (Orgs.) *The Amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 162-206.
- _____.; DOURADO, L. Panará: identificação linguística dos Kren-Akarore com os Cayapó do Sul. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 45, 1993, Recife. *Anais...* Recife: SBPC, 1993. v. 2. p. 505.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Voyage aux sources du Rio de S. Francisco et dans la province de Goyaz*. Paris: A. Bertrand, 1848.
- SCHADEN, E. Os primitivos habitantes do Estado de São Paulo. *Revista de História*, São Paulo, n. 18, p. 396-411, 1954.
- SCHWARTZMANN, S. *The Panara of the Xingu National Park: the transformation of a society*. 1987. Thesis (Ph.D. in Philosophy). University of Chicago, Chicago.
- VASCONCELOS, E. A. Estudo Preliminar do Cayapó do Sul. In: BRAGGIO, S. L. B.; FILHO, S. M. de S. (Orgs.). *Línguas e Culturas Macro-Jê*. Goiânia: Vieira, 2009a. p. 313-328.
- _____. Sobre a Lista de palavras Cayapó do Sul de São José das Mossamedes. *Revista Sínteses*, Campinas, v. 14, p. 405-423. 2009b.

A posição do verbo independente nas línguas Karíb: questões diacrônicas e tipológicas

(The position of independent verbs in Cariban: diachronic and typological issues)

Frantomé B. Pacheco¹

¹Departamento de Antropologia – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

frantome@ufam.edu.br

Abstract: This work aims to present some diachronic and typological considerations about the basic word order in Cariban languages. We focus on verb position in relation to its arguments that play the role of subject and object in independent verbal clauses. There seems to be some evidence that word order in proto-Cariban was SOV, also, there are evidences that the discursive use of different word orders, associated with morphological changes in descendant languages, produced rare morphosyntactic patterns. The patterns can be characterized by clauses in which the object occurs in initial position and the verb and its subject after that constituent (OVS).

Keywords: Cariban Languages; Word Order; Verb; Typology.

Resumo: Este trabalho pretende apresentar algumas questões tipológicas e diacrônicas relativas à ordem básica de constituintes nas línguas Karíb. Nosso enfoque é dado à posição do verbo e de seus argumentos, que desempenham as funções de sujeito e objeto nas orações verbais independentes. Parece haver evidências de que a ordem básica de constituintes na língua Karíb ancestral era SOV e que vários fatores relacionados ao uso discursivo das diferentes ordens, associados à mudança morfológica nas línguas descendentes, produziram padrões raros como construções oracionais nas quais o objeto ocorre na posição inicial da oração, estando o verbo e seu sujeito depois desse constituinte (ou seja, a ordem OVS).

Palavras-chave: Línguas Karíb; Ordem de Constituintes; Verbo; Tipologia.

Introdução¹

A estimativa do número de membros da família Karíb é de cerca de 30 línguas. No Brasil, são faladas cerca de 21 dessas línguas (cf. RODRIGUES, 1986; GILDEA, 1998; DERBYSHIRE, 1999).

A pesquisa sobre os Universais da Linguagem de Greenberg (1966) atestou em seu levantamento a raridade ou inexistência de línguas OVS e OSV, ou seja, a ordem dominante, tipologicamente, é aquela em que o Sujeito precede o Objeto nas sentenças declarativas com nominais. No entanto, Pullum (1977) afirma a existência de línguas VOS, como o Malgaxe, descrito por Keenan (1976), mas sustenta a inexistência de línguas do tipo OVS e OSV, com objeto iniciando a oração básica.

Os trabalhos de Derbyshire (1977, 1981 e 1985) e Derbyshire e Pullum (1981) confirmam a existência de línguas com Objeto iniciando a oração básica. Apresentam dados que atestam a ordem OVS em sete línguas Karíb. Em trabalhos seguintes, Derbyshire (1981 e 1985) elabora uma proposta explicativa e diacrônica para o desenvolvimento desse tipo de ordem: o que ocorre é o movimento do Sujeito para a posição final da oração

¹ Agradeço as sugestões do Prof. Marcos A. Pereira, parte das quais foram aceitas. Note-se que parte das discussões aqui apresentadas foram realizadas em minha tese de Doutorado (PACHECO, 2001).

e gramaticalização da ordem OVS, estando em sua origem uma ordem do tipo SOV. O parâmetro para sustentar a hipótese do S final é baseado no Malgaxe, que possui como ordem básica VOS (KEENAN, 1976, p. 249). No entanto, resta um problema: essa língua é [VO] com verbo iniciando a oração básica. Note-se que as línguas OVS da Amazônia são [OV], com V ocorrendo no meio ou no final da oração.

O objetivo aqui é discutir a existência desses padrões de ordem de constituintes considerados raros pela Tipologia Linguística, como o tipo em que o objeto inicia as sentenças, apresentar novas evidências gramaticais que apontam para uma análise de deslocamento do verbo para a posição medial ou segunda posição da oração e de como fatores de ordem discursiva, como a topicalização de constituintes, oferecem pistas para a explicação dos diversos padrões de ordem nas línguas da família, bem como pistas para a formulação de hipóteses diacrônicas sobre a ordem básica de constituintes no Proto-Karíb e seu reflexo ou desenvolvimento nas línguas Karíb atuais gramaticalmente descritas. Este artigo propõe, assim, uma discussão das propostas existentes acerca do tema, tanto as mais clássicas como as mais recentes, bem como um aprofundamento das questões já discutidas na literatura sobre as línguas Karíb, levando em conta novos dados advindos da descrição do Ikpeng, língua estudada e parcialmente descrita em Pacheco (2001).

Questões sobre a definição da ordem básica de constituintes

Abaixo são apresentados os parâmetros que orientam a definição da ordem básica de constituintes e em seguida os que orientam a determinação das ordens derivadas (cf. MITHUN, 1987 e BRODY, 1984, entre outros):

Critérios definidores da ordem básica dos constituintes:

- a. ordem menos marcada pragmaticamente;
- b. entonação: sem marcação tonal ou pausas entre os constituintes;
- c. resposta à pergunta “O que aconteceu?”, de que resulta uma declaração que focaliza o evento como um todo;
- d. estatisticamente predominante;
- e. encontrada em sentenças iniciando textos/narrativas.

Critérios que orientam a determinação das ordens derivadas (não-básicas):

- a. são condicionadas pelo ambiente ou contexto pragmático-discursivo;
- b. há pausas entre os constituintes ou mudança de entonação que dá destaque ou enfatiza um constituinte específico;
- c. veiculam informação nova ou dada;
- d. são discursivamente variáveis, havendo apagamento de constituintes em línguas *pro-drop*. O apagamento em construções coordenadas segue o padrão *acusativo* (pivô: S/A, sendo que O não pode ser apagado) ou *ergativo* (pivô: S/O, sendo que A não pode ser apagado).

No entanto, apontamos alguns problemas com relação à definição da ordem básica

de constituintes na oração ou sentença em uma língua, conforme questões abaixo (cf. MITHUN, 1987, entre outros):

- a. Existem ordens não marcadas pragmaticamente?
- b. É possível abstrair uma ordem básica de constituintes, mesmo numa perspectiva modular/formal?
- c. A elicitação pode mascarar os resultados quando a pesquisa envolve falantes bilíngues?
- d. O contato linguístico e o bi/multilinguismo interfere na realização das ordens e em sua interpretação semântico-gramatical?
- e. Seria possível desvincular a ordem estrutural de constituintes da sua interpretação semântica e do uso discursivo que se faz dela?

Para responder às questões (a) e (b), temos a proposta de Hale (1992, p. 63) que, ao tratar de línguas com ordem livre de constituintes, afirma que a discussão se concentra em “an effort to develop a conception of Grammar and language which distinguish clearly between word order as a grammatical phenomena and word order as an aspect of language use and discourse”, distinção esta feita também por outros pesquisadores, como Dryer (1989, apud HALE, 1992, p. 63). Assumem-se esses dois níveis de representação ou análise para a ordem: um da esfera da gramática, ligada à semântica ou à lógica proposicional, e outra da esfera da pragmática, regida por fatores relacionados à ênfase ou saliência da informação veiculada pelos constituintes no uso discursivo-interacional da linguagem (cf. também MITHUN, 1987).

Quanto à questão (c), pode-se afirmar que a elicitação é necessária, mas não suficiente para determinar o que seria uma ordem menos marcada pragmaticamente, isto é, básica. Dados textuais ou coletados em situações interacionais podem contribuir imensamente para dirimir dúvidas em relação a esse aspecto linguístico. Coloca-se no item (d) o fato de as línguas emprestarem padrões gramaticais de línguas em contato longo e intermitente. Sabe-se que esse contato promove mudanças significativas no sistema gramatical como reinterpretar ordens frequentes nos discursos como básicas, espelhando o que ocorre estruturalmente em outra com a qual seus falantes mantêm muito contato (AIKHENVALD, 2000). Essas interferências podem ser interpretadas como difusão areal de traços, conforme assinalam Derbyshire (1987) e Derbyshire e Pullum (1981).

A questão (d) tem como pressuposto o modelo teórico adotado para tratar da ordem de constituintes em uma dada língua natural. Pode-se associar o posicionamento estrutural dos sintagmas a seus papéis semânticos ou separá-los em dois níveis distintos, o sintático e o semântico, deslocando a interpretação pragmático-discursiva para outro nível representacional. Em algum aspecto, semântica e sintaxe são processadas juntas nos modelos sintáticos disponíveis, funcionais ou formais, e a pragmática é posta em outro nível, relacionado ao uso e à interação, ou seja, a fatores extralinguísticos, sendo o linguístico meramente estrutural, neste caso.

A existência de línguas OVS na Amazônia: análise clássica da questão

Vejam-se os dados apresentados por Debyshire e Pullum (1981) para demonstrar a existência de línguas OVS na Amazônia (aqui são apresentados os de apenas três línguas Karíb):²

- *Hixkaryana* (DEBYSHIRE; PULLUM, 1981)

- (1) kana yanimno biryekomo
peixe ele-pegou-ele garoto
'O garoto pegou o peixe'
- (2) kana yanimpira nahko biryekomo
peixe não-pegando ele-estava garoto
'O garoto não pegou o peixe'

- *Makuxi* (HODSDON, 1976 apud DEBYSHIRE; PULLUM, 1981)

- (3) yei ya'tî-'pî anna-ya
árvore cortar-PasDist nós.exc-MS
'Nós cortamos a árvore'

- *Bakairi* (WHEATLEY, 1973 apud DEBYSHIRE; PULLUM, 1981)

- (4) taroiri nodoque maca
seu-arroz deixou ele.Temático-Focal
'Ele deixou o arroz dele'
- (5) agueuane modo neuan para maunca
falante Coletivo acreditar Neg ele.Atemát.Focal
'Ele não acredita nos falantes'

A partir desses casos, elencamos algumas das questões apresentadas por Derbyshire (1985) e Derbyshire e Pullum (1981) sobre a existência da ordem básica OVS nas línguas da Amazônia:

- a. As línguas Karíb OVS parecem ter sido línguas SOV originalmente. Aliás, na família, essa é uma ordem bastante recorrente (cf. GILDEA, 1998 e 2000).
- b. A ordem OVS é a gramaticalização do uso do sujeito posposto ao predicado frequentemente empregada num estágio anterior como uma opção estilística (p.ex. para marcar a topicalidade). Este é um cenário razoavelmente plausível para o desenvolvimento diacrônico da ordem OVS.
- c. A posição do Objeto pré-verbal, iniciando sentenças, é uma característica areal, apesar de não haver uma explicação para tal fato. Esse padrão pode ter se difundido via

² Abreviaturas empregadas no artigo: **A**: sujeito de verbo transitivo; **Abs**: absolutivo; **Adjto**: adjunto; **Aux**: auxiliar; **Caus**: causativo; **Erg**: ergativo; **Exc**: primeira pessoa exclusiva; **Inc**: primeira pessoa inclusiva; **Loc**: locativo; **MS**: marca de sujeito; **Neg**: negativo; **O**: objeto de verbo transitivo; **P.Rem**: passado remoto; **Pas.Dist**: passado distante; **Rec**: recente; **Rem**: passado remoto; **S**: sujeito; **Sa**: sujeito de verbo intransitivo ativo; **So**: sujeito de verbo intransitivo inativo; **TAM**: tempo, aspecto, modo; **V**: verbo; **1**: primeira pessoa; **2**: segunda pessoa; **3**: terceira pessoa; **1+2**: primeira pessoa inclusiva. Observe-se que os rótulos **S**, **O**, **V**: sujeito, objeto e verbo são empregados ao se falar da Tipologia da Ordem.

contato, mas não há evidências para comprovação dessa hipótese (DERBYSHIRE; PULLUM, 1981).

- d. Essas línguas apresentam características de línguas V-inicial e Objeto pré-verbal: a tipologia OV com S-final & V-inicial (cf. DERBYSHIRE, 1985, p. 172-173). Note-se que antes do verbo apenas um constituinte (S ou oblíquo/adjunto) é permitido (isto é, pode ser deslocado). Segundo Derbyshire (1977, p. 598): “There is [...] a general constraint against a fronting movement of more than one element in a sentence, so that if a subject is fronted there will not also be a fronting of a peripheral element”, incluindo-se nesta categoria objetos indiretos, adverbiais e locativos, que usualmente precedem ou seguem a sequência inteira dos termos principais.
- e. Questões discursivas devem ser consideradas, pois a distribuição da informação dada e nova (tema-remática/tópico-comentário) podem interferir na ordem dos constituintes em Hixkaryana (DERBYSHIRE, 1985, p. 152). Assim, o constituinte que primariamente funciona como tema não marcado é o Sujeito, que normalmente segue o verbo e seu objeto. Assim, essa língua apresenta a seguinte distribuição: rema-transição-tema (o inverso do que Firbas propõe). Tem-se, assim, a seguinte hipótese: o que influencia diretamente a ordem sintática e temática é a concordância verbal com o Sujeito e com o Objeto. Isso permite a realização zero dos pronomes sujeitos e objetos. Assim, o tema não marcado ou tópico encontra-se marcado no verbo através de prefixos. Acrescente-se que o constituinte frontado para ênfase é frequentemente a informação nova (e remática). Mas pode ser também a informação dada ou com alto grau de tematicidade (tema marcado).
- f. A pesquisa (descrição e documentação) dessas línguas pode levar à descoberta de padrões raros e de possibilidades estruturais que somente na Amazônia podem ter sido desenvolvidas durante séculos de mudança histórica. Assim, o contato e o desaparecimento das línguas indígenas podem levar à perda desses padrões considerados importantes para se entender a diversidade linguística no planeta.

Novas perspectivas e questões em relação à ordem nas línguas Karíb

Após apresentarmos as questões formuladas numa perspectiva mais clássica, propomos algumas outras, que surgiram a partir desta discussão, que classifico como novas perspectivas e questões, conforme mostrado a seguir.

Ordem de constituintes: estudo comparativo

Gildea (1998, p. 29) mostra, com relação à ordem básica de constituintes, que a ordem na oração transitiva varia principalmente entre OVA e AOV (embora haja VAO e AVO, como no Panare), Abs-V-Erg e não-configuracional. Exemplos de línguas do Conjunto I de Gildea (1998):

- (6) *Tiriyó* (Gildea, 1998, p. 64-65 – dados de Meira, c. p. [=comunicação pessoa])
- 'pampira Ø-enee-ya-n yi-pawana OVA
 livro 3A-trazer-TAM-Evidencial 1-amigo
 'Meu amigo está trazendo o livro'
- yi-pawana n-enee-ya-n pampira AVO
 1-amigo 3A3O-trazer-TAM-Evidencial livro
 'Meu amigo está trazendo (todos) os livros'
- (7) *Wayana* (Gildea, 1998, p. 66 – dados de Tavares, c. p.)
- anakari akuri Ø-ene-Ø SOV
 Anakari cotia 3A-ver-TAM
 'Anakari viu um cotia'
- anakari n-ene-Ø S o-V
 Anakari 3A3O-ver-TAM
 'Anakari a viu'
- n-ene-Ø anakari o-V S
 Anakari 3A3O-ver-TAM
 'Anakari a viu'

Em sua descrição do Trio (ou Tiriyo), Carlin (2004, p. 480) descreve o mesmo padrão de ordem encontrado em (6). Mais detalhes estão em Gildea (2000) e Meira (1999).

Configuracionalidade e não-configuracionalidade nas línguas Karib

As línguas não-configuracionais são línguas que não seguem os esquemas clássicos previstos pela Teoria X-barra proposta pela Gramática Gerativa. Segundo Hale (1983, apud RAPOSO, 1992, p. 235) existem universalmente dois tipos de esquemas sintáticos: o esquema X-barra, para as línguas configuracionais, como o português e o inglês; e o esquema “W*” para as línguas não-configuracionais, nas quais há: a) ordem livre de constituintes; b) estrutura sintagmática sem níveis hierárquicos; c) ausência da categoria VP (*Verb Phrase*); d) expressões descontínuas; e) ausência de regras de movimento; f) frequente uso de pronomes nulos; e g) sistemas casuais ricos (cf. RAPOSO, 1992, p. 234-237).

Levando-se em conta as ordens discursivamente possíveis e a ordem gramaticalmente básica, temos quatro parâmetros a considerar no estudo dessa questão: i) a posição do verbo; ii) a existência do predicado como constituinte (O+V); iii) a posição relativa dos argumentos centrais (A e O); iv) a posição dos adjuntos. Dois comportamentos foram atestados em relação a esse parâmetro: 1) há um grupo de línguas em que O+V formam um constituinte com ordem relativamente rígida, não podendo ser intercalado por clíticos ou partículas, e quando o objeto é deslocado, marca-se morfologicamente no Verbo, conforme foi mostrado por Gildea (1998 e 2000); 2) há línguas nas quais V+O não formam um constituinte, como observei em Ikpeng e como ocorre em Panare, que permite a ordem VSO como menos marcada. Note-se que, em Ikpeng, V+S não aparecem separados por outros constituintes, apesar de o Sujeito poder ser apagado nos contextos em que ele é informação dada ou quando há co-referencialidade. Esse dado condiz com as afirmações de outros autores que pesquisam as línguas da família, indicando elementos para uma

proposta diacrônica que explique o que ocorre com relação às ordens sintáticas nessas línguas (GILDEA, 2000).³

Fenômeno V2 (verbo em segunda posição) e línguas V-iniciais não rígidas

Em Ikpeng, não há possibilidade de mais de um constituinte ocorrer na posição pré-verbal. Em Hixkaryana, somente um constituinte pode ser deslocado para a esquerda, conforme afirma Derbyshire (1977). Isso pode explicar por que o Ikpeng, em que o Verbo obrigatoriamente ocorre em segunda posição, permite apenas um constituinte, geralmente marcado pragmaticamente, antes dele. Esse comportamento é encontrado também com relação ao Auxiliar, que ocorre em segunda posição. Vejam-se os dados abaixo:⁴

i) Verbo em primeira posição

(8)	a. y-aginum-li 3So-chorar-REC 'O menino chorou logo cedo'	angpi menino	kirĩmnole cedo
	b. y-aginum-li 3So-chorar-REC	kirĩmnole cedo	angpi menino
	c. Ø-aranme-li 3Sa-correr-REC 'O menino correu logo cedo'	angpi menino	kirĩmnole cedo
	d. Ø-aranme-li 3Sa-correr-REC	kirĩmnole cedo	angpi menino
	e. Ø-eneng-li 3A3O-ver-REC 'O rapaz viu a onça cedo'	pomri rapaz	akari onça kirĩpnole cedo
	f. Ø-eneng-li 3A3O-ver-REC	pomri rapaz	kirĩpnole cedo akari onça

ii) Verbo em segunda posição

(9)	a. angpi menino	y-aginum-li 3So-chorar-REC	kirĩmnole cedo
	b. kirĩmnole cedo	y-aginum-li 3So-chorar-REC	angpi menino
	c. angpi menino	Ø-aranme-li 3Sa-correr-REC	kirĩmnole cedo
	d. kirĩmnole cedo	Ø-aranme-li 3Sa-correr-REC	angpi menino

³ Em relação a isso, Gildea (2000, p. 67) assinala que pouca atenção tem sido dada para a possibilidade de diferentes construções em uma dada língua poderem apresentar o que designa “configuracionalidade cindida”, ou seja, de diferentes construções apresentarem diferentes estruturas de SV (sintagma verbal).

⁴ Note-se, na transcrição dos exemplos em Ikpeng, que: ĩ = [i]; ng = [ŋ]; y = [j]; w = [β]. Os demais símbolos correspondem aos valores fonéticos constantes no IPA.

e. pomri	Ø-eneng-lĩ	akari	kĩrĩmnole
rapaz	3A3O-ver-REC	onça	cedo
f. pomri	Ø-eneng-lĩ	kĩrĩmnole	akari
rapaz	3A3O-ver-REC	cedo	onça
g. kĩrĩmnole	Ø-eneng-lĩ	pomri	akari
cedo	3A3O-ver-REC	rapaz	onça

As orações nas quais o verbo não ocorre em primeira ou segunda posição são consideradas agramaticais pelos falantes (cf. PACHECO, 2001).

Por meio de testes envolvendo a posição do verbo auxiliar, confirmou-se que essa categoria ocorre sempre em segunda posição, comprovando que o Ikpeng apresenta comportamento de língua V-2, pois o verbo ou outro elemento que carrega a flexão (no caso, o auxiliar) ocorre em segunda posição, apesar de o verbo também poder ocorrer em primeira, quando os SNs são informações dadas (pressupostas) e não há nenhuma informação importante iniciando a sentença (como os circunstanciais). Note-se que esse mesmo comportamento foi observado em textos narrativos:

- (10) a. arami_wa **imro** yokore petkom ĩna
olhar_NEG 3-AUX Iokoré mulher para
‘Iokoré não olhou para a mulher’
- b. yokore **imro** arami_wa petkom ĩna
Iokoré 3-AUX olhar_NEG mulher para
‘Iokoré não olhou para a mulher’
- c. kĩrĩmnole **imro** yokore arami_wa petkom ĩna
Cedo 3-AUX Iokoré olhar_NEG mulher para
‘Cedo, Iokoré não olhou para a mulher’

Portanto, quando o verbo transitivo ocorre com seus dois argumentos realizados, é comum encontrá-lo em segunda posição. Em testes envolvendo a pergunta “O que foi (que aconteceu)?”, a ordem encontrada foi *AVO* (cf. 11a e 11b). No entanto, ao se fazer a pergunta “Quem pegou a (minha) caneta?”, a ordem encontrada é a mesma (cf. 11c e 11d):

- (11) a. arato ‘O que foi (que aconteceu)?’
b. yokore anum-lĩ ĩ-kaneta-n ‘Iokoré pegou a minha caneta’
c. onok anum ĩ-kaneta-n ‘Quem pegou minha caneta?’
d. yokore anum-lĩ a-kaneta-n ‘Foi Iokoré que pegou a tua caneta’

O que está diferenciando formalmente as respostas (11b) e (11d) é a prosódia (curva entonacional, acento de altura etc.). Há de se considerar que o próprio contexto envolvendo o ato comunicativo é um fator determinante na diferenciação das duas respostas. É por esse motivo que não podemos afirmar que a língua seja rigidamente V-inicial, em termos tipológicos (cf. TOMLIN, 1986). O que parece estar ocorrendo é que estamos diante de

uma língua V-inicial não rígida, com características de uma língua V-2 (sobre as línguas V-2, cf. RAPOSO, 1992, entre outros).⁵

Note-se, como nas demais línguas V-iniciais não-rígidas (cf. TOMLIN, 1986), que os constituintes (S, A, O e ADJTOs) em posição pré-verbal estão pragmaticamente marcados e que a ordem menos marcada seria *V-A-O-ADJTO/V-S-ADJTO*.

Movimento do predicado [OV] para a posição inicial: hipótese sustentada por Bruno (2005)

O processo de movimento do predicado OV para a posição inicial proposto para o Waimiri por Bruno (2005) oferece evidências para entender o que ocorre com as línguas em que o objeto aparece em posição inicial da sentença.

Tabela 1: Frequência de ocorrências de cada ordem oracional em textos Waimiri Atroari (adaptada de Bruno, 2005, p. 19)

Ordem	Frequência	Considerações sintáticas
SOV	42	Ordem básica. Baseada em três fatores: frequência; simplicidade descritiva; aspectos pragmáticos (informação dada e nova). Ordem preferencial (espontânea)
SV	25	Intransitiva: mais frequente
OVS	10	Movimento do VP inteiro para a posição de tópico (iniciando sentenças)
SVO	8	Movimento do verbo para segunda posição
OSV	5	Movimento do objeto apenas: topicalização. S e V <i>in situ</i>
VS	5	Intransitiva: menos frequente. Motivo: V-inicial.

Vejam-se os dados que demonstram o que expomos acima.

- (12) a. *impa tahkome ipia-pa ianana xirikiki baka taka*
 então velhos encontrar-P.Rem Ianana periquitos bater/matar Alativo
 ‘Então Ianana encontrou os mais velhos matando periquitos’
- b. *impa tahkome bake-pa ianana ebapy tapary*
 então velhos bateu/matou-Rem Ianana olho Loc
 ‘Então Ianana bateu nos mais velhos em seus olhos’
- c. *maryma kra h-yn-iany*
 piranha eu 1A-comer-T/A
 ‘Eu estou comendo piranha’
- d. *maryma aa-imii i-ki-piya*
 piranha 1-mão 3O-machucou-TAM
 ‘A piranha machucou minha mão’ (GILDEA, 1998 – BRUNO, c. p.)

Eu acrescentaria que houve mais do que uma possibilidade de re-ordenamento dos constituintes nas línguas descendentes do Proto-Karíb, reconstruída como SOV. Em algumas situações, desloca-se o sintagma verbal (=V+O) inteiro. Em outras, move-se V e O

⁵ Para mais detalhes sobre a posição do Ikpeng na tipologia das línguas V-iniciais, consultar Pacheco (2001, p. 235-241).

separadamente. E há aquela(s) na(s) qual(is) se move apenas V, deixando o Objeto *in situ*. Este é o caso do Ikpeng, segundo minha análise (cf. PACHECO, 2001, que também propõe uma análise diacrônica nos moldes clássicos). Note-se que algumas dessas possibilidades são exploradas por Gildea (2000, p. 70) numa perspectiva mais funcionalista.

A tipologia de Dryer (1997) e a ordem básica nas línguas Karíb

As características que ligam o Hixkaryana à tipologia da ordem OVS podem ser melhor explicitadas adotando-se os parâmetros de ordem propostos por Dryer (1997), que agrupa as línguas, do ponto de vista da ordem de constituintes, em línguas VS e SV; OV e VO, explicando a ordem das orações transitivas e intransitivas através de um único parâmetro. Assim, essa língua seria VS&OV. Isso explica o deslocamento do Sujeito para a posição pré-verbal (sendo a posição básica pós-verbal), Objeto pré-verbal e ambos pré-verbalmente. Acrescente-se que há, segundo Pacheco (2001) demonstra, a possibilidade de movimento do Verbo para a segunda posição, deixando o objeto *in situ* ou movendo-o também, opcionalmente, por questões de ênfase. Note-se que esses parâmetros, empregados para explicar as restrições sobre a ordem nas línguas Karíb OVS, precisam ser melhor explorados, devendo-se testar todas as possibilidades de ordens pragmaticamente permitidas nesse tipo de língua.

Marcação pragmática, prosódia e morfologia verbal

Um dos parâmetros a serem empregados para a investigação da ordem é o tipo de marcação prosódica no sintagma verbal, conforme relata Gildea (2000, p. 93). Determinar prosodicamente se um constituinte está separado dos demais é uma pista importante para definir a ordem marcada. A morfologia também é um recurso essencial. Partículas de segunda posição são marcas importantes para identificar o constituinte mais marcado pragmaticamente e há, em algumas línguas da família, um prefixo *n-* no verbo, indicando o deslocamento ou apagamento do objeto verbal. No entanto, esses aspectos, por questão de espaço, não poderão ser mais explorados aqui, apesar de importantes para a determinação das ordens e de seus usos informacionais (sua pragmática). Um bom panorama do assunto está em Gildea (2000).

Considerações finais

Levantam-se aqui alguns aspectos a serem considerados na continuação da pesquisa sobre esse tema:

- A documentação das línguas Karíb precisa urgentemente ser articulada, pois devido ao contato acentuado com os dialetos de línguas europeias, geralmente do tipo SVO, o comportamento linguístico dos falantes pode ser alterado. É por esse motivo que as pesquisas devem se concentrar, prioritariamente, no conhecimento dos falantes mais velhos.
- A investigação pragmática deve ser realizada quando a gramática da língua estiver sendo pesquisada. Sem essas informações, é difícil entender o processo da ordem e outros fenômenos gramaticais, que não ocorrem separados de seus contextos de uso.

- A comparação das diversas possibilidades de ordenamentos sintáticos encontradas nas línguas Karíb particulares deve ser feita para que se possa entender os mecanismos de mudança e evolução histórica da ordem sintática, bem como a origem dos sistemas de marcação de caso, verificando-se as várias possibilidades (cisões) encontradas no nível gramatical.
- Finalmente, é preciso avançar no estudo de outras línguas ameríndias, pois muitas das propriedades encontradas numa família são atestadas em outras famílias e troncos, o que pode indicar algum grau de contato entre elas no passado, interferência areal ou mesmo uma possível origem comum.

Nosso objetivo aqui foi traçar, a partir das pesquisas realizadas sobre algumas línguas Karíb, um panorama sobre a posição do verbo e sua relação aos termos centrais da oração básica, que pode formar ou não um constituinte com o objeto oracional, apontando para novas análises desse padrão raro de ordenamento, o tipo OVS. Essas estruturas podem ser reinterpretados a partir de soluções sintáticas, que envolvem deslocamentos de sintagmas nominais (DPs) e adjuntos para posições pragmaticamente relevantes, explicando, pelo menos num primeiro momento, o reordenamento sintático provocado pelas pressões do uso discursivo-interacional, assumindo-se que o fenômeno precisa ser investigado em duas direções: uma sintática (mais estrutural) e outra pragmática (mais extralinguística), conforme apontou Hale (1992). Falta, contudo, avançar numa análise mais histórico-comparativa das línguas da família, como vem fazendo Gildea (2000), procurando compreender como ocorreu a evolução das ordens básicas nas línguas Karíb modernas a partir de uma ordem básica no Proto-Karíb, que parece ter apresentado o tipo SOV como não-marcado. Estágios intermediários no desenvolvimento diacrônico, bem como as motivações funcionais que determinam essas mudanças continuam sendo, ainda, o cerne da questão em qualquer língua ou grupo delas e devem ser o alvo de novas pesquisas sobre esse tema nas línguas da família.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, S. *Language contact in Amazonia*. Oxford: Oxford University Press, 2000. 363 p.
- BRODY, J. Some problems with the concept of basic word order. *Linguistics*, Berlin, v. 22, p. 711-736, 1984.
- BRUNO, A. C. A brief discussion of topicalization in Waimiri Atroari. *Raízes da Amazônia*, Manaus: INPA, v. 1, p. 15-34, 2005.
- CARLIN, E. *A grammar of Trio: a Cariban Language of Surinam*. Frankfurt: Peter Lang, 2004. 549 p.
- DERBYSHIRE, D. Word order universals and the existence of OVS languages. *Linguistic Inquiry*, Cambridge-MA, v. 8, p. 590-599, 1977.
- _____. A diachronic explanation for the origin of OVS in some Carib languages. *Journal of Linguistics*, Cambridge, v. 17, p. 209-220, 1981.
- _____. *Hixkaryana and Linguistic Typology*. Dallas: SIL/The University of Texas at Arlington, 1985. 263 p.

- _____. Morphosyntactic areal characteristics of Amazonian languages. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 53, p. 311-326, 1987.
- _____. Carib. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Orgs.) *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 22-64.
- _____; PULLUM, G. K. Object initial languages. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 47, p. 192-214, 1981.
- DRYER, M. S. On the six-way word order typology. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 21, p. 69-103, 1997.
- GILDEA, S. *On reconstructing grammar: comparative Cariban morphosyntax*. Oxford: Oxford University Press, 1998. 284 p.
- _____. On the genesis of the verb phrase in Cariban Families. In: GILDEA, S. (Org.) *Reconstructing Grammar: comparative linguistics and grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 2000. p. 65-105.
- GREENBERG, J. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: _____. (Org.) *Universals of language*. Cambridge: MIT Press, 1966. p. 73-113.
- HALE, K. Basic word order in two 'free word order' languages. In: PAYNE, D. (Org.) *Pragmatics of word order flexibility*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 63-82.
- KEENAN, E. L. Remarkable subjects in Malagasy. In: LI, C. N. (Org.) *Subject and Topic*. Nova York: Academic Press, 1976. p. 247-301.
- MEIRA, S. *A grammar of Tiriyo*. 1999. 650 f. Tese (PhD em Linguística. Área de Concentração: Linguística). Rice University, EUA.
- MITHUN, M. Is basic word order universal? In: TOMLIN, Russel (Org.) *Coherence and grounding in discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1987. p. 281-328.
- PACHECO, F. B. *Morfossintaxe do verbo Ikpeng (Karib)*. 2001. 303 f. Tese (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- RAPOSO, E. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992. 527 p.
- RODRIGUES, A. D. *Linguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986. 136 p.
- PULLUM, G. K. Word order universals and grammatical relations. In: COLE, P.; SADOCK, J. M. (Orgs.) *Syntax and Semantics*, v. 8. Nova York: Academic Press, 1977. p. 249-277.
- TOMLIN, R. S. *Basic word order: functional principles*. Londres: Croom Helm, 1986. 308p.

Consoantes com dupla articulação e *onsets* complexos nas línguas crioulas do Golfo da Guiné

(Doubly articulated consonants and complex onsets in the Creole languages of the Gulf of Guinea)

Gabriel Antunes de Araujo¹

¹Universidade de São Paulo, USP, CNPq

g.antunes@usp.br

Abstract: In this paper, I introduce and describe a typology of consonants with double articulation (DA) and complex onset (CO) position in four Portuguese-based Creole languages from the Gulf of Guinea: Santomé (CST), Principense (CP), Angolar (CA) and Fá d'Ambô (CFA). Although they share a common ancestor – the Proto-creole of the Gulf of Guinea – these four languages differ in relation to tolerance of complex onsets, and in terms of the characteristic of the elements that can occupy this position, although they all permit doubly articulated consonants. This variance has brought about a reorganization of the respective phonological systems, with CO excluded from Angolar, Principense and Fá d'Ambô, and several elements allowed in Santomé. In addition to complex onsets, Santomé also allows supercomplex onsets, which are absent in all the other languages in the family. Thus, I demonstrate that McWhorter's (2001) hypothesis of 'simplicity of Creole languages' cannot be applied to the group of Portuguese-based Creole languages of the Gulf of Guinea, as these languages contain complex consonants and syllabic structures, allowing them to be classified as typical, according to the typology of Maddieson (1984) and Klein (2007), that is, languages with between 18 and 35 distinct consonant and vowel elements.

Keywords: Phonology; Syllable; Portuguese-based Creoles Languages; Gulf of Guinea.

Resumo: Neste texto, descreverei e apresentarei uma tipologia das consoantes com dupla articulação (DA) e da posição de *onset* complexo (OC) em quatro línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné: o Santomé (CST), o Principense (CP), o Angolar (CA) e o Fá d'Ambô (CFA). Ainda que compartilhem um ancestral comum, o protocrioulo do Golfo da Guiné, divergem no que diz respeito à tolerância aos OC e à qualidade dos elementos que podem ocupar essa posição, embora todas as línguas permitam consoantes com DA. Essa divergência provocou um rearranjo em todos os sistemas fonológicos, banindo OC no CA, no CP e no CFA e permitindo vários elementos no CST. Além dos OC, o CST permite *onsets* supercomplexos, ausentes em todas as línguas da família. Dessa forma, mostrarei que a hipótese da 'simplicidade das línguas crioulas' de McWhorter (2001) não pode ser aplicada ao grupo de línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné, pois estas possuem consoantes e estruturas silábicas complexas, o que permite classificá-las, segundo a tipologia de Maddieson (1984) e Klein (2007), como *línguas típicas*, ou seja, línguas que possuem entre 18 e 35 elementos consonantais e vocálicos distintivos.

Palavras-chave: Fonologia; Sílaba; Línguas Crioulas de Base Portuguesa; Golfo da Guiné.

Introdução

No Golfo da Guiné (GG) são faladas cinco línguas crioulas de base portuguesa: o Santomé, o Angolar e, Principense e o Kabuverdianu, na República de São Tomé e Príncipe (STP), e o Fá d'Ambô (na República da Guiné Equatorial). O Kabuverdianu, no entanto, falado pelos trabalhadores (e seus descendentes) levados para STP na primeira metade do século XX, é a única língua não originária da região, por isso não será abordada

neste texto. O Santomé, o Principense e o Fá d'Ambô são crioulos de *plantation* (com forte base lexical portuguesa, ou seja, mais de 85% de cognatos), enquanto o Angolar é um crioulo de quilombo (ARENDS, 1995, p. 15), com cerca de 60% de cognatos portugueses e influência de línguas bantas.

O objetivo deste artigo é descrever as consoantes com dupla articulação e a posição de *onset* complexo em quatro línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné (GG): o Santomé¹ (FERRAZ, 1979; ARAUJO, em preparação), o Principense (MAURER, 2009), o Angolar (MAURER, 1995) e o Fá d'Ambô (BARRENA, 1957; SEGORBE, 2007). Mostrarei que todas essas línguas, ainda que compartilhem um ancestral comum (o protocrioulo do Golfo da Guiné), permitem consoantes com dupla articulação e divergem no que diz respeito à tolerância a *onsets* complexos e à qualidade dos elementos que podem ocupar essa posição. Essa divergência, por sua vez, provocou um rearranjo em todos os sistemas fonológicos, banindo, por completo, *onsets* complexos no Angolar (CA), no Principense (CP) e no Fá d'Ambô (CFA). A tolerância a *onsets* complexos no crioulo Santomé (CST) parece ser uma inovação nesse grupo de línguas. Ao mesmo tempo, o desaparecimento dos *onsets* complexos engatilhou uma série de processos fonológicos nessas línguas (cf. ARAUJO, 2010). Dessa forma, este texto contraria a hipótese da simplicidade das línguas crioulas de McWhorter (2001) ao mostrar que as línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné possuem consoantes complexas bem como estruturas silábicas complexas, o que permite classificá-las, segundo a tipologia de Maddieson (1984) e Klein (2007), como *línguas típicas*, ou seja, línguas que possuem entre 18 e 35 elementos consonantais e vocálicos distintivos.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, apresento os fatos relevantes sobre as consoantes com dupla articulação nas quatro línguas e, em seguida, discuto a posição de *onset* complexo. Posteriormente, apresento uma rápida análise da estrutura silábica, empregando a Teoria da Otimalidade. Por fim, argumentarei que a existência de consoantes com dupla articulação e *onsets* complexos enfraquece as hipóteses que defendem a 'simplicidade' como um traço fundamental das línguas crioulas.

Consoantes complexas

Dupla articulação

Consoantes com dupla articulação são fonologicamente simples, embora sejam produzidas com duas oclusões praticamente simultâneas (uma nos lábios e outra levantando a língua em direção ao véu palatino, ou vice-versa, como se fosse a produção de uma consoante velar) (ODDEN, 2005, p. 30). As consoantes com dupla articulação são fonemas e não elementos previsíveis. Foneticamente, no caso das línguas do Golfo da Guiné, as consoantes com dupla articulação, velo-labiais surda e sonora, [k̠p̠] e [g̠b̠], são distintas das consoantes simples [k, g] e [p, b]. A consoante velolabial surda [k̠p̠] ocorre somente no Principense (MAURER, 2009), ao passo que a consoante velolabial sonora [g̠b̠] ocorre tanto no Principense como no Santomé (FERRAZ, 1979; ARAUJO, 2010), embora esteja restrita a poucas palavras.

¹ Holm e Madeira (2009) discutem os nomes das línguas crioulas de base portuguesa da África.

- (1) Consoantes velo-labiais
- | | | | |
|------|-----------------|-------------|--------------------------|
| /kp/ | CP ² | [i. 'kpe] | ‘semente’ |
| /gb/ | CST | [gbe. 'gbe] | ‘uma espécie de caracol’ |
| | CP | [i. 'gbe] | ‘corpo’ |

A origem dessas consoantes está associada às línguas do substrato provenientes da região do delta do Rio Níger, área na qual essas consoantes são endêmicas, uma vez que sua origem não pode ser relacionada a uma reinterpretação dos segmentos velares e bilabiais do português, a língua do superstrato. No Angolar e no Fá d’Ambô, não há consoantes com dupla articulação velo-labiais. Smith (2008, p. 106-7) afirma que, em geral, a oposição /b/ - /gb/ é mais frequente, embora /kp/ também seja comum e, normalmente, ocupe o lugar de /p/ nas línguas da África Ocidental Atlântica. Portanto, o fato de o Principense possuir as duas consoantes velolabiais sugere maior influência das línguas da região do delta do Rio Níger.

Tabela 1: Tipologia das consoantes velolabiais no GG

	CFA	CA	CST	CP
Consoante velo-labial surda /kp/	-	-	-	P
Consoante velo-labial sonora /gb/	-	-	P	P

Africadas

As consoantes africadas são combinações de consoantes oclusivas e fricativas e fonologicamente funcionam como um único elemento, porém as consoantes africadas se diferem da sequência consonantal *consoante oclusiva* seguida por *consoante fricativa*. Essas consoantes são fonemas nas quatro línguas do Golfo em questão. No polonês, por exemplo, essa diferença é significativa, pois [tʃi] ‘se’ opõe a [tʃi] ‘três’ (ODDEN, 2005, p. 30). Há consoantes africadas em todas as línguas crioulas do GG, contudo o Santomé, o Angolar e o Fá d’Ambô possuem consoantes africadas pós-alveolares sonora e surda, [dʒ] e [tʃ]. O Principense (MAURER, 2009) possui somente a consoante surda [tʃ] e uma consoante oclusiva pós-alveolar sonora palatalizada [dʃ], oriunda da nativização da sequência [d] + [i] nas palavras de origem portuguesa. Note-se que, nas demais línguas, essa mesma sequência foi nativizada como [dʒ], embora haja também palavras de origem não-portuguesa com essa consoante.

- (2) Africadas
- | | | | |
|-----|------|---------------------------|----------------|
| CST | [dʒ] | ['dʒe.lu] | ‘dinheiro’ |
| | [tʃ] | [ki.tʃi.'ba] | ‘banana prata’ |
| CFA | [dʒ] | ['dʒil] | ‘prisão’ |
| | [tʃ] | [tʃi.'li.p ^a] | ‘intestinos’ |
| CA | [dʒ] | [dʒɛ.'dʒa] | ‘depressa’ |
| | [tʃ] | [tʃi.'ba] | ‘banana’ |
| CP | [tʃ] | [tʃi.pa] | ‘intestinos’ |

² Os dados, exceto menção em contrário, provêm de: CST (FERRAZ, 1979), CA (MAURER, 1995), CFA (SEGORBE, 2007) e CP (MAURER, 2009).

Portanto, a consoante africada surda, encontrada em todas as línguas, deve estar presente também no protocioulo (marcada na tabela com o sombreamento), ao passo que a sua contraparte sonora é uma inovação, isto é, uma interpretação da consoante africada sonora do português arcaico ou da sequência [d] + [i].

Tabela 2: Tipologia das consoantes africadas no GG

	CST	CFA	CA	CP
Consoante africada sonora /d̪z̪/	✓	✓	✓	-
Consoante africada surda /t̪ʃ/	✓	✓	✓	✓

Pré-nasalizadas

As consoantes pré-nasalizadas têm uma parte inicial nasal e uma parte final oclusiva (sonora ou surda), silabificadas no *onset*. Quando no começo de palavra, nas línguas em questão, a parte nasal pode ser apagada. Contudo, no segundo elemento componente de compostos, em todas as línguas do Golfo, o traço nasal é estável, engatilhando, inclusive, processos de espalhamento da nasalidade para o primeiro componente, como pode ser observado no exemplo do Santomé [kɛ] + [ʎŋlãdʒi] → [kɛŋlãdʒi] ‘casa grande’.

Consoantes pré-nasalizadas ocorrem nas línguas da região do delta do Níger e principalmente em línguas bantas, por isso sua presença nas línguas do Golfo pode ser atribuída às línguas do substrato (cf. SMITH, 2008, p. 107-112).

(3) Léxico de origem não-portuguesa

CST	[ndõ'bo]	‘ramos tenros de palmeira’
CA	[m'bita]	‘cabaça’
CFA	[ŋge]	‘pessoa’
CP	[ŋgo'ro]	‘criança raquítica’

Igualmente, há itens lexicais de origem portuguesa (LOPT) com consoantes pré-nasalizadas iniciais. Assim, muitas das consoantes pré-nasalizadas nas línguas crioulas do Golfo da Guiné têm sua origem associada à reinterpretação de sequências *vogal* + *consoante nasal* + *consoante oclusiva* do léxico de origem portuguesa (LOPT), marcadas em negrito:

(4) Pré-nasalizadas: origem portuguesa

CST	[nfi'melu]	‘ en.fermeiro ’
CA	[nfi'melu]	‘ en.fermeiro ’
CFA	[nfeni]	‘ in.ferno ’
CP	[ntõ]	‘ en.tão ’

Desse modo, historicamente, vogais nasalizadas iniciais do português foram interpretadas como consoantes pré-nasalizadas nos crioulos. Esse fenômeno é típico da interferência da fonologia da língua materna na segunda língua (cf. PARADIS, 1996; KENSTOWICZ, 2001; MYERS-SCOTTON, 2002), especialmente em um ambiente multilinguístico como aquele que proporcionou o nascimento das línguas crioulas do GG.

No começo de palavra, tanto no léxico de origem portuguesa como no léxico de origem não-portuguesa, há variação: a consoante pré-nasalizada pode ocupar o *onset* da sílaba inicial ou pode haver a inserção de uma vogal, com a criação de uma nova sílaba, gerando a nasalização dessa vogal e a posterior ressilabificação da parte nasal para a coda da sílaba inicial.

(5)	LOPT	‘inteiro’	[ĩ'teru]	→	CFA	[n̄te.lu] ~ [ʔn.'te.lu]
	LOPT	‘entregar’	[ĩte'grar]	→	CST	[n̄te.'gla] ~ [ĩn.te.'gla]
	LOPT	‘incomodar’	[ĩkomo'dar]	→	CP	[n̄ko.mo.'da] ~ [ĩn.ko.mo.'da]

Por esse motivo, Maurer (1995, 2009) interpreta como silábicas as consoantes nasais seguidas por consoantes oclusivas. Portanto, para Maurer, trata-se de mais uma possibilidade na estrutura silábica do Angolar, ou seja, é uma maneira de interpretar as consoantes pré-nasalizadas não como consoantes pré-nasalizadas, mas como consoantes nasais silábicas. Essa análise coloca mais complexidade no quadro das estruturas silábicas e não encontra equivalentes nas demais línguas crioulas do Golfo.

A tabela 3 resume o quadro das consoantes pré-nasalizadas nos crioulos do Golfo. No entanto, Maurer (1995) não descreve de forma clara todas as ocorrências possíveis no Angolar, pois os exemplos apresentados em seu glossário diferem daqueles descritos na fonologia. Assim, considerarei somente os dados descritos na fonologia do Angolar (MAURER, 1995, p. 28-38).

Tabela 3: Tipologia das consoantes pré-nasalizadas no GC

	m̄b	m̄p	m̄l	m̄f	n̄d	n̄g	n̄k	n̄t	n̄f	n̄j	n̄z	n̄dʒ	n̄tʃ
CST (12)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	-
CA (8)	✓	✓	-	-	✓	✓	✓	-	✓	✓	-	✓	-
CP (6)	✓	-	-	-	✓	✓	✓	✓	-	-	✓	-	-
CFA (6)	-	✓	✓	-	✓	-	-	✓	✓	-	-	-	✓

Smith (2008, p. 109) afirma que esses tipos de consoantes *only occur in the creoles exhibiting a more African type of sound system*. No entanto, a tabela 3 mostra que o Santomé, contrariamente à afirmação de Smith, é a língua com o maior número de consoantes pré-nasalizadas, seguida pelo Angolar (que pode ter, de fato, muitos outros segmentos pré-nasalizados, confirmando um sistema fonológico influenciado por línguas africanas). A partir da tabela 3, podemos observar que somente a consoante pré-nasalizada [n̄d] está presente em todas as línguas. Comumente, as outras pré-nasalizadas estão presentes em pelo menos três línguas, caso de [m̄b], [m̄p], [n̄t], [n̄f], [n̄g] e [n̄k]. Com ocorrência em duas línguas, têm-se [m̄l], [n̄dʒ], [n̄j] e [n̄z]. Por fim, o [m̄f] ocorre somente no CST e o [n̄tʃ] somente no CFA. O CST apresenta doze consoantes pré-nasalizadas, o CA oito, o CP e o CFA seis, cada uma.

Onsets complexos

Além de consoantes complexas, as línguas crioulas do Golfo apresentam um grupo formado por mais de uma consoante que ocorre exclusivamente na posição de *onset*. Assim, um *onset* complexo é aquele cujas posições estruturais são ocupadas por duas consoantes. Nas línguas do GG, o CST e o CFA permitem sílabas com *onsets* complexos, ao passo que o CP e CA, não. Contudo, Maurer (1995, p. 35) menciona que, no Angolar, os *onsets* complexos estão limitados a onomatopeias, como em [tre'ter] 'um tipo de pássaro' e a alguns empréstimos do português, como em ['sta.ka] ~ ['ʃta.ka] 'estaca'. Não obstante, Maurer afirma que, diacronicamente, o CA apresenta uma série de estratégias, como epêntese, apagamento e metátese, para impedir a realização de *onsets* complexos. Portanto, seguindo Maurer, considerarei que não há *onsets* complexos em Angolar. Já no que diz respeito ao CFA, a existência de alguns *onsets* complexos nos permite supor que somente alguns padrões foram ativados. Há poucos exemplos com *onsets* complexos tanto em Barrena (1957) como em Segorbe (2007), porém outros *clusters* podem ser atestados quando estiverem disponíveis mais dados. O CP não apresenta nenhum tipo de *onset* complexo. Assim, o CFA (oito combinações) e o CST (doze combinações) são as línguas do grupo que têm *onsets* complexos.

- (6) CST: a. C_1C_2 , onde $C_1 = [ʃ]$ ʃt, ʃk
b. C_1C_2 , onde $C_2 = [l]$ **ml**, **pl**³, bl, tl, dl, gl, **kl**, vl, fl, ʃl

O CST possui uma série cujo primeiro elemento é a consoante fricativa coronal surda [-anterior] que pode ser seguida pela consoante alveolar surda ou pela consoante velar sonora, isto é, [ʃt] ou [ʃk], respectivamente, cf. (9)a. Já no CFA, o primeiro elemento é a consoante fricativa coronal surda [+anterior], seguida pelas consoantes alveolar surda, [st], velar surda [sk] ou labial surda [sp], ver (11)(11)a. Em ambas as línguas, as combinações consonantais são surdas.

O Santomé apresenta uma longa série de consoantes complexas cujo segundo elemento é a consoante lateral sonora [l]. O primeiro elemento da série pode ser qualquer consoante obstruinte da língua, exceto /s, z/ ou a consoante nasal bilabial /m/.

- (7) CST [ˈm̃la.gu] 'magro'
CFA [ˈm̃la] 'moer'

Excluindo-se [m̃] e [ʃl], todos os demais *clusters* do CST ocorrem também no Português. Entretanto, o Português possui também *clusters* com [r] como segundo elemento (cf. CRISTÓFARO-SILVA, 2002). Não obstante, os róticos do Português foram e são nativizados como [l] em Santomé, portanto a fonte do *cluster* com segundo elemento [l] pode ser o *cluster* com [l] ou [r] no léxico de origem portuguesa.

Embora o Fá d'Ambô não restrinja os róticos, há dados documentando tanto o [r] como a lateral [l] na segunda posição do *cluster*. Segorbe (2007, p. 84, 89), contudo, afirma que os *clusters* com [r] como segundo elemento ocorrem especialmente na fala dos mais jovens e reflete influências do bilinguismo com o espanhol. Das consoantes encontradas na primeira posição do *onset* complexo do CST, apenas cinco, [m, p, k, g, f], foram

³ O negrito indica elemento comum ao CST e ao CAB.

documentadas no CFA. Contudo, não há uma restrição estrutural que impeça as demais consoantes de ocorrerem nessa posição.

(8)	CFA:	C_1C_2 , onde $C_1 = [s]$	st, sk, sp
		C_1C_2 , onde $C_2 = [l]$	ml, pl, kl
		C_1C_2 , onde $C_2 = [r]$	gr, fr

Tanto o CFA como o CST possuem uma consoante nasal com o primeiro elemento nasal bilabial e o segundo lateral. Limitada a poucas ocorrências, essa consoante complexa é originária de um rearranjo envolvendo o apagamento de /R/ e múltiplos processos fonológicos diacrônicos. Diferentemente das consoantes pré-nasalizadas verdadeiras, não há variação entre o *onset* complexo ‘pré-nasalizado’ $[m̃]$ e a parte oral $[l]$, por esse motivo, este *cluster* será tratado como um caso de *onset* complexo e não como um de consoante complexa. Do mesmo modo, o CST também apresenta um *onset* complexo formado por $[ʃl]$, ou seja, a consoante fricativa pós-alveolar surda como primeiro elemento e a lateral alveolar como segundo.

O CST, além dos *onsets* complexos, permite *onsets* supercomplexos com três elementos, ausentes em todas as línguas da família. Os *onsets* supercomplexos (três consoantes) são formados da seguinte forma: C_1 deve ser a consoante fricativa coronal surda [-anterior], $[ʃ]$, C_2 pode ser $[k]$ ou $[t]$ e C_3 deve ser $[l]$. Portanto, trata-se de uma combinação da consoante $[ʃ]$ com os *onsets* complexos $[kl]$ e $[tl]$. Ocorrem somente no começo de palavra e são resultantes de processos de apagamento da vogal inicial da palavra no léxico de origem portuguesa e de processos de silabificação e conversão de $[r]$ em $[l]$.

(9)	CST	
	/ʃkl/	$[ʃkle've]$ ‘escrever’
	/ʃtl/	$[ʃtlada]$ ‘estrada’
		$[ʃtli'ʒõ]$ ‘curandeiro’

Consequentemente, pode-se afirmar que o CST permite o maior número de *onsets* complexos, o CFA marginalmente, ao passo que o CA e o CP não os permite. Este padrão está ligado a dois outros fatores não explorados neste texto (cf. ARAUJO, em preparação): as possibilidades estruturais da sílaba nas línguas do Golfo da Guiné.

O CST permite *onsets* complexos e supercomplexos, núcleos complexos (ditongos decrescentes) e codas. O CFA, por sua vez, permite alguns *onsets* complexos, porém não apresenta *onsets* supercomplexos. Já o CA e o CP rejeitam tanto codas como *onsets* complexos, entretanto permitem núcleos complexos (ditongos e vogais longas).

A tabela 4 mostra que, em todas as línguas, o núcleo é obrigatório. O núcleo complexo, por sua vez, representado por uma vogal longa (no CA, no CFA e no CP) ou uma sequência glide-vogal (no CST) ocorre nos quatro crioulos. Todas as línguas têm um elemento no *onset* simples, porém essa posição silábica, assim como a coda, não é obrigatória, ou seja, pode haver sílabas formadas apenas por uma vogal. *Onsets* complexos são encontrados no CST e no CFA, enquanto somente o CST permite um *onset* supercomplexo. Elementos na coda são restritos e ocorrem apenas no CST e no CFA. Codas com mais de um elemento não ocorrem em nenhuma das línguas.

Tabela 4: Tipologia da complexidade silábica nas línguas do GG

	CST	CFA	CP	CA
<i>Onset</i> simples	✓	✓	✓	✓
<i>Onset</i> complexo	✓	✓	-	-
<i>Onset</i> supercomplexo	✓	-	-	-
Núcleo	✓	✓	✓	✓
Núcleo complexo	✓	✓	✓	✓
Coda	✓	✓	-	-
Coda complexa	-	-	-	-

Dessa forma, o protocrioulo do Golfo da Guiné possuía uma sílaba máxima formada por CVV, ou seja, *onset* seguido por um núcleo complexo, formado por duas vogais, sendo uma vogal longa ou um ditongo. A sílaba mínima era formada por uma vogal, assim, o *onset* era opcional. *Onsets* complexos e codas são inovações do CST e do CFA.

Todas as línguas crioulas do Golfo da Guiné têm o português como língua lexificadora (cf. HOLM, 1989, p. 259-84). Contudo, a base lexical dessas línguas é formada pelos itens lexicais do protocrioulo. Dessa maneira, as diferentes possibilidades de consoantes complexas e de estruturas silábicas refletem microvariações nas gramáticas dessas línguas em relação ao protocrioulo e não em relação ao português. Desse modo, restrições de boa formação e pequenas mudanças na hierarquia dessas línguas nos permitem derivar todas as possibilidades de sua estrutura silábica.

Ao analisarmos os cognatos nas quatro línguas, é possível notar que ocorreram diferentes processos fonológicos (epêntese, síncope, metátese etc.) que geraram essas cofonologias. Analisemos, por exemplo, a permissão a *onsets* complexos face à opção por elementos epentéticos. Serão comparadas duas estruturas com *onset* complexo e as respectivas soluções nas quatro outras línguas. A palavra de origem portuguesa ‘estrela’ é, atualmente, realizada como [ʃtle.la] no CST, [ntela] no CFA, [θela] no CA e [tela] no CP. Assim, a partir do étimo do protocrioulo, *ʃtlela houve, no CST, o apagamento da vogal inicial, seguida pela ressilabificação da consoante fricativa para a primeira posição do *onset*. No CFA, a sequência inicial foi interpretada como nasal e o *cluster* desfeito, via apagamento do segundo elemento. Já no CA e no CP, a sílaba inicial átona foi apagada, assim como o segundo elemento do *onset* complexo.

Portanto, nos termos da Teoria da Otimidade, o CST e o CFA possuem a restrição *COMPLEX-ONSET (*onsets* devem ser simples) dominada pela restrição MAX-IO (segmentos no *input* devem ter correspondentes no *output*, i. é, evite apagamentos). A restrição MAX-IO não requer que um segmento no *input* e seu correspondente no *output* tenha traços idênticos, apenas requer que cada segmento no *output* tenha pelo menos um correspondente no *input* (KAGER, 1999, p. 102). No que diz respeito à coda, o CST e o CFA têm a restrição NOCODA (evite codas) dominadas por outras restrições, ao passo que o CP e o CA têm essa restrição altamente ordenada. Dessa forma, o Principense e o Angolar proíbem codas, aceitas no Santomé e Fá d’Ambô. Todas as quatro línguas permitem núcleos ramificados, seja como vogal longa (CFA, CA e CP), seja como ditongo (as quatro línguas).

Considerações finais

Este artigo tem basicamente duas implicações. A primeira diz respeito à complexidade do quadro fonológico das línguas crioulas do Golfo da Guiné. De um lado, a mera existência de consoantes com dupla articulação, *onsets* complexos e supercomplexos nas línguas crioulas, é um desafio para a Hipótese da Simplicidade das Línguas Crioulas (McWHORTER, 2001), que afirma que as línguas crioulas são as mais simples do mundo. Segundo a tipologia de Maddieson (1984), há três tipos de inventários de fonemas: os simples, os típicos e os complexos. Os simples seriam aqueles com até 19 segmentos. Os inventários com 20 a 37 elementos são considerados típicos e os com mais de 37, complexos. O CST possui cerca de 31 fonemas, o CA 37, o CP tem 29 e CFA possui 32, considerando as vogais e consoantes. Portanto, todas essas línguas devem ser consideradas como línguas de inventários fonológicos típicos.

A segunda diz respeito à estrutura do protocrioulo. Não obstante, a análise sugere que no protocrioulo a sílaba máxima era CVV, ao passo que a sílaba mínima era formada por uma vogal. A complexidade nas estruturas silábicas do CST e do CFA pode ser tardia, influenciada pelo léxico de origem portuguesa. Assim, o nível de complexidade do crioulo Santomé em relação aos demais sugere este ser a forma mais distante do protocrioulo. Ao mesmo tempo, a influência das línguas da região da Nigéria se mostra mais robusta no Principense, evidenciada, sobretudo, pelas consoantes velo-labiais e ausentes no CFA e no CA. A consoante africada surda /tʃ/ também deve estar no protocrioulo, pois está presente em todas as línguas em discussão e é um elemento oriundo da língua do superstrato. Por fim, a tipologia das consoantes pré-nasalizadas aponta para uma maior influência das línguas da África Central no CST e no CA ou para um maior afluxo de falantes do crioulo como segunda língua dessa região, evidenciadas por palavras com consoantes pré-nasalizadas de origem não-portuguesa. Por outro lado, esses mesmos falantes do protocrioulo como segunda língua poderiam interpretar as palavras de origem portuguesa como se tivessem consoantes pré-nasalizadas, em sequências que eram originalmente de *vogal-consoante nasal-consoante oclusiva*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Gabriel Antunes de. *Fonologia das línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné*. Universidade de São Paulo, em preparação.

_____. Alongamento compensatório em Principense. Paper apresentado no XI Encontro da Associação para o estudo dos Crioulos de Base Lexical Portuguesa e Espanhola, LLACAN, Paris, 1-3 de julho de 2010, 2010.

ARENDS, Jacques. The socio-historical background of creoles. In: ARENDS, Jacques et al. (Orgs.) *Pidgins and creoles: an introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 15-24.

BARRENA, Natalio. *Gramatica anobonesa*. Madrid: Junta de Investigaciones, 1957.

CRISTÓFARO-SILVA, Thaís. Branching onsets in Brazilian Portuguese. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 91-107, 2002.

- FERRAZ, Luiz Ivens. *The Creole of São Thome*. Johannesburg: Witwatersrand University Press, 1979.
- HOLM, John. *Pidgins and Creoles*, vol II. Cambridge: CUP, 1989.
- HOLM, John; MADEIRA, Sandra. À propos des noms de variétés du portugais restructuré em Afrique. In: C. de Feral (Org.) *Le nom des langues III*. Le nom des langues en Afrique sub-saharienne: pratiques, denominations, catégorisations. Naming Languages in Sub-Saharan Africa: Practices, Names, Categorisations (sous la direction de C. de Féral), BCILL 124. Louvain-la-Neuve: Peeters, 2009. p. 109-118.
- KAGER, Rene. *Optimality Theory*. Cambridge: CUP, 1999.
- KENSTOWICZ, Michael. The role of perception in loanword phonology. *Studies in African Linguistics*, 32, p. 95-112, 2001.
- KLEIN, Thomas. *Creole phonology typology: phonemic inventory size, vowel quality distinctions and stop consonant series*. Manuscript, 2007.
- MADDIESON, Ian. *Patterns of sounds*. Cambridge: CUP, 1984.
- MAURER, Philippe. *L'Angolar*. Helmut Verlag, 1995.
- _____. *Principense*. London: Battlebridge, 2009.
- McWORTHER, John. The world's simplest grammars are Creole grammars. *Linguistic Typology* 5, p. 126-166, 2001.
- MYERS-SCOTTON, Carol. *Contact Linguistics*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- ODDEN, David. *Introducing Phonology*. Cambridge: CUP, 2005.
- PARADIS, Carole. The inadequacy of filters and faithfulness in Loanword Adaptation. In: DURAND, Jacques; LAS, Bernard (Orgs.). *Current trends in phonology*. Salford: University of Salford Publications, 1996.
- SEGORBE, Armando. *Gramatica descritiva del fá d'ambô*. Manuscrito, 2007.
- SMITH, Norval. Creole Phonology. In: KOUWENBERG, Silvia; SINGLER, John Victor (Eds). *The Handbook of Pidgin and Creole Languages*. Malden: Blackwell, 2008. p. 98-129.

As expressões de localização, origem e destino de um percurso: possíveis implicações na descrição de duas línguas indígenas brasileiras e uma língua africana do grupo banto

(The expressions of localization, source and goal of a motion: possible consequences for describing two Brazilian indigenous languages and an African Bantu language)

Paulo Jeferson Pilar Araújo¹, Ivan Rocha²

^{1,2} Departamento de Linguística – Universidade de São Paulo (USP)

pjpilar@usp.br, rocha.i@usp.br

Abstract: Some hypothesis, in terms of cognitive and functional explanations, are formulated to understand the possible spatial expressions in question based on a typology of how the languages of the world encode the meaning of location, origin and goal of a motion. Some possible consequences for describing the spatial semantics of languages are searched as well.

Keywords: Spatial Semantics; Localization; Source Of Motion; Goal of Motion; Language Description.

Resumo: Partindo da tipologia de como as línguas do mundo codificam os sentidos de localização, origem e destino de um percurso, formulam-se algumas hipóteses explicativas, em termos cognitivo-funcionais, para a possibilidade de expressões espaciais em questão. Buscam-se, também, as possíveis implicações na descrição da semântica do espaço de línguas.

Palavras-chave: Semântica do Espaço; Localização; Origem de Percurso; Destino de Percurso; Descrição de Línguas.

Apresentação¹

Este artigo mostra duas grandes preocupações, uma teórica e outra descritivista. A primeira tem a ver com a formulação de hipóteses sobre as estratégias de expressões espaciais nas línguas, ou seja, a forma como elas codificam os sentidos de localização, origem e destino de um percurso, na terminologia de Creissels (2006), os sentidos essivo, alativo e ablativo, tendo como preocupação uma abordagem cognitivo-funcional da linguagem. A preocupação descritivista considera as possíveis implicações de uma tipologia de semântica do espaço na produção de descrições de línguas tipologicamente diferentes, buscando verificar se os padrões de codificação do espaço propostos por Creissels (2006, p. 19) aplicam-se sem grandes problemas a determinadas línguas.

Para este trabalho, fizemos uso principalmente de dados do karitiana,² língua pertencente à família Arikém, tronco Tupi, do wayoró,³ língua da família Tupari, tronco Tupi, e do lembaama,⁴ língua africana da família nigero-congolesa, do grupo Banto, B62), além de

¹ Agradecemos o apoio institucional da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão-FAPEMA e ao CNPq, as contribuições e discussões sobre os dados linguísticos das línguas wayoró e lembama por parte de Antonia Fernanda Nogueira e Bruno Okoudowa, como também pelas sugestões e comentários da Prof^a Dr^a Margarida Petter.

² Para maiores detalhes sobre a língua, conferir as teses de Storto (1999) e Everett (2006).

³ Para maiores informações, conferir o trabalho de Nogueira (2010).

⁴ Para maiores informações, conferir os trabalhos de Okoudowa (2005; 2010).

algumas considerações sobre o português brasileiro, em contraste com o português europeu.

Trabalhos como este, que levam em conta tópicos de semântica do espaço em línguas pouco descritas, podem contribuir sobremaneira para a elaboração de gramáticas do espaço, principalmente quando se considera a diversidade na conceitualização do espaço nas línguas do mundo.⁵

Codificando as distinções de locativo, origem e destino de um percurso

Creissels (2006) propõe uma tipologia na qual são relacionadas as formas como as línguas do mundo fazem uso de adposições e afixos de caso para a distinção entre as construções de locativo, origem e destino de um percurso, nos termos do autor, os sentidos de essivo, alativo e ablativo. O autor apresenta as seguintes estratégias possíveis de serem empregadas pelas línguas para codificar tais distinções:

Padrão 1 – os três sentidos – essivo, ablativo e alativo – aparecem sem ambiguidade na escolha que as línguas fazem no uso de adposições e afixos de caso;

Padrão 2a-c – o uso de adposições e afixos de caso expressam sem ambiguidade um desses sentidos e os outros dois convergem, nos seguintes casos: (a) ablativo vs. essivo-alativo, (b) alativo vs. essivo-ablativo, (c) essivo vs. alativo-ablativo;

Padrão 3 – o uso de adposições e afixos de caso não é sensível à distinção entre os três sentidos.

Para o caso das línguas indo-europeias, das cinco estratégias possíveis, são utilizadas principalmente duas: o Padrão 1 e 2(a), enquanto em boa parte das línguas africanas, principalmente da família nigero-congolesa, o padrão 3 é mais comum. Creissels (2006, p. 22) chama a atenção para a quase que total inexistência de línguas que apresentam o Padrão 2(b), e afirma não ter ciência de nenhuma língua que empregue o Padrão 2(c). No total, de cinco possibilidades, apenas três são empregadas.

Para uma melhor visualização, abaixo vão alguns exemplos adaptados de Creissels, (2006, p. 20) de duas línguas indo-europeias que seguem os Padrões 1 e 2(a), respectivamente:

Espanhol (Padrão 1):

- (01) a. Los niños estan **en** la playa
DEF.M.PL Menino estar.3pl **ess** def.f.s. praia
'os meninos estão na praia'
- b. Voy **a** la playa
IR.1S.SG. **ala** Art praia
'vou para praia'

⁵ A exemplo da importância de estudos como este, conferir o trabalho de Levinson e Wilkins (2006). Para um exemplo de gramática do espaço para uma língua indígena brasileira, conferir Meira (2006) sobre a língua tiryó. Para uma outra língua não indo-europeia, conferir Cablitz (2006), sobre a língua marquesan.

- c. Vengo **de** la playa
 VIR.S.SG. **abl** Art. Praia
 ‘venho da praia’

Catalão (Padrão 2(a)):

- (02) a. Els hem trobat a la botiga
 3pl. Aux.1pl. encontrar **ess** Art. mercearia
 ‘nós encontramos eles na mercearia’
- b. Els hem enviat a la botiga
 3pl. Aux. Enviar **ess/ala** Art. mercearia
 ‘nós enviamos eles para a mercearia’
- c. Vénem de la botiga.
 VIR.3pl **abl** Art. mercearia
 ‘eles veem da mercearia’

Para demonstrar algumas das dificuldades possíveis de se encontrar na determinação de que padrão uma determinada língua deve seguir, vejamos como exemplo o caso do português brasileiro, na próxima seção.

Considerações sobre o português brasileiro

Levando em conta a proposta tipológica de Creissels (2006), é possível perceber que o português brasileiro deveria ser considerado como de Padrão 1, a exemplo do português europeu, no entanto é possível identificar que o português do Brasil está cada vez mais empregando o Padrão 2(a), havendo a possibilidade de construções como no exemplo (03)b, abaixo:

- (03) a. Estou **na** praia.
 b. Vou **para/na** praia
 c. Venho **da** praia,

em que as preposições que codificam o sentido de alativo e essivo, *para* e *em*, são empregadas num mesmo contexto, isso em decorrência, provavelmente, de processos de variação e mudança (MOLLICA, 1986; VALLO, 2003; RIBEIRO, 2000). Para Araújo (2008), no entanto, que fez uso de teorias da Linguística Cognitiva para explicar tais construções, a possibilidade do uso de preposições com sentido de essivo para contextos de alativo, em português brasileiro, tem motivações cognitivo-funcionais. Segundo o autor, há cada vez mais contextos em que a preposição *em* é utilizada em contextos esperados para *para*.

A questão que se coloca é: mesmo que o uso da preposição *em*, que codifica o sentido de essivo, ainda não seja generalizado nos contextos de alativo, no português brasileiro, já que a preposição *para* continua em uso, como classificar o português do Brasil? Seria de Padrão 1 ou Padrão 2(a)? Como segundo questionamento, que processos cognitivos estariam em jogo para que uma língua, que a princípio distingue os três sentidos, possa convergir dois sentidos espaciais, como os de essivo e alativo?

Desse questionamento, passamos para a próxima seção.

Problemática e considerações teórico-metodológicas

Diante do caso do português brasileiro, em relação ao português europeu, inquestionavelmente de Padrão 1, levantamos a seguinte questão: até que ponto a tipologia proposta por Creissels (2006) se mostra suficiente? Para isso, tentamos empregar a tipologia em questão para duas línguas indígenas brasileiras e uma língua africana do grupo banto. Fomos motivados também a fazer uma tentativa de formular hipóteses explicativas para a possibilidade de convergência dos sentidos essivo, alativo ou abaltivo nas línguas, fenômeno que não foi objeto de preocupação inicial para Creissels.

Para tanto, fizemos a elicitación de dados do karitiana, wayoró e lembaama, indagando se para cada língua a forma como são expressos o locativo, a origem e o destino de um percurso, se enquadraria bem à tipologia de Creissels. O questionário seguiu uma fórmula básica, apresentada abaixo:

Para o sentido de localização:

- (a) X (verbo estativo) ESS (locativo);
Fulano (estar) EM (casa/rio/praias)

Para a origem de um percurso:

- (b) X (verbo de movimento) ABL (locativo de origem);
Fulano (vir) DE (casa/rio/praias)

E para o destino de um percurso:

- (c) X (verbo de movimento) ALA (locativo de destino).
Fulano (ir) PARA (casa/rio/praias)

E, por fim, a descrição da mudança de um locativo de origem para um locativo de destino:

- (d) X (verbo de movimento) ABL (locativo de origem) (verbo de movimento) ALA (locativo de destino).
Fulano (vir) DE (casa/rio/praias) (ir) PARA (casa/rio/praias).

Vejamos os exemplos para cada língua em estudo e as possíveis implicações, na seção seguinte.

As expressões de localização, origem e destino de um percurso

Em karitiana

A língua karitiana parece utilizar predominantemente o padrão 2(a), na classificação proposta por Creissels (2006, p. 19), conforme demonstram os dados apresentados nos exemplos a seguir. Nesses exemplos, a posposição “pirip” codifica o sentido de ablativo, enquanto que a posposição “pip”, os sentidos de essivo e alativo.

- (4) a. se-**pip** naka-aj taso
 rio-**ess** decl-ESTAR-nfut homem
 ‘o homem está no rio’
- b. taso na-aka-t i-tat se-**pip**
 homem 3-decl-cop-nfut NMZ-IR rio-**ess/ala**
 ‘o homem foi ao/para o rio’
- c. taso na-aka-t i-yry-t se-**pirip**
 homem. 3-decl-cop NMZ-VIR-conc.cop rio-**abl**
 ‘o homem veio do rio’
- d. ø-pyry-tat<y>-n avião São Paulo **piirip** Porto Velho **pip**
 3-assert-ir-nfut avião São Paulo **abl** Porto Velho **ess/ala**
 ‘o avião saiu de São Paulo para Porto Velho’

Em wayoró⁶

Em wayoró, o padrão parece ser o Padrão 1, sendo que, para a expressão de origem de um percurso, exemplo (5)c, a posposição utilizada é diferente da posposição utilizada em (5)d e (5)e, quando a descrição é de mudança de um locativo de origem para um locativo de destino, respectivamente as posposições “**piri**”, “**eri**” ou “**mõ**”.

- (5) a. mbogop nda:p nõ **mõ**
 Criança aldeia outro **ess**
 ‘A criança está na aldeia do outro’
- b. mbogop igi **piõ** terap
 criança rio **ala** ir-v.t-p
 ‘o menino foi para o rio’
- c. ndeat te-ŋg^wep-k^w-a-t igi **piri**
 3p 3-sair-verblzr-v.t-pass rio **abl**
 ‘os homens saíram do rio’
- d. nda:p nõ **eri** igi **piõ** ndʒ-or-a-p
 aldeia outro **abl** rio **ala** 3-ir-v.t-p
 ‘eles foram da aldeia para o rio’
- e. avião Porto Velho **eri** São Paulo **mõ** ter-a-p
 Avião Porto Velho **abl** São Paulo **ess/ala** ir-v.t-p
 ‘o avião saiu de Porto Velho para São Paulo’

Em lembaama⁷

Pelos exemplos do lembaama, concluímos que, como boa parte das línguas do grupo banto, o lembaama segue o Padrão 3, conforme tipologia de Creissels (2006). Entretanto, chama a atenção o fato de o lembaama fazer uso de uma partícula de locativo quando

⁶ Agradecemos a Antonia Fernanda Nogueira pelos dados e glosas da língua wayoró.

⁷ Agradecemos a Bruno Okoudowa pelos dados e glosas da língua lembaama, sua língua materna.

o locativo tem a configuração [+ fechada] e a configuração é de um contêiner, além da existência de uma partícula com sentido de ablativo, em (6)h, a preposição **ó**, a descrição é de mudança de um locativo de origem para um locativo de destino, fato não previsto na tipologia de Creissels.

- (6) a⁸. okáás'ólí' ntj 'ókerí'
o-káásí ó-l-í' **ntjá** ó-kerí'
1⁹-mulher IS1¹⁰-estar-VF¹¹ **ess** 1-rio
'a mulher está no rio'
- b. okáás'ólí mpɔu
o-káásí ó-l-í Ø-mpɔu
1-mulher IS1-estar-VF 7-aldeia
'a mulher está na aldeia'
- c. okáás'ómídze ntj 'ókerí'
o-káásí ó-mí-dz-ε **ntjá** ó-kerí
1-mulher IS1-P1¹²-ir-VF **ess** 1-rio
'a mulher acabou de ir para o rio'
- d. Okáás'ómídze mpɔu
o-káásí ó-mí-dz-ε Ø-mpɔu
1-mulher IS1-P1-ir-VF 7-aldeia
'a mulher acabou de ir para a aldeia'
- e. okáás'ómíwá ntj 'ókerí'
o-káásí ó-mí-w-á **ntjá** ó-kerí
1-mulher IS1-P1-vir-VF **ess** 1-rio
'a mulher acabou de vir do rio'
- f. okáás'ómíwá mpɔu
o-káásí ó-mí-w-á Ø-mpɔu
1-mulher IS1-P1-vir-VF 7-aldeia
'a mulher acabou de vir da aldeia'
- g. levjǒ lemítʃéɣé São Paulo lemídze Porto Velho
Le-vjǒ Le-mí-tʃéɣ-é São Paulo Le-mí-dz-é Porto Velho
9-avião IS9-P1-deixar-VF São Paulo IS9-P1-ir-VF Porto Velho
Tradução: 'O avião acabou de deixar São Paulo. Ele acabou de ir para Porto Velho'
Sentido: 'o avião saiu de São Paulo para Porto Velho'

⁸ Na transcrição dos exemplos, só anotamos o tom alto. A língua lembaama tem dois tons (alto [''] e baixo['']). Na primeira linha, temos o exemplo tal como deve ser falado. Na segunda, temos a segmentação do mesmo em lexemas e/ou morfemas. Na terceira, temos a análise e a tradução de cada lexema e/ou morfema. Na quarta, temos a tradução do sentido do exemplo.

⁹ Classe nominal número 1 (cf. OKOUDOWA, 2005)

¹⁰ Índice do sujeito da classe nominal 1. Ele retoma/marca o sujeito na concordância com o verbo. (cf. OKOUDOWA, 2005 e 2010)

¹¹ Vogal final. Ela marca o infinitivo ou o aspecto do verbo. Aqui ela indica que o infinitivo em –a (cf. OKOUDOWA, 2010)

¹² Passado recente (acabou de + infinitivo) (cf. OKOUDOWA, 2010).

- h. báán' ámitfúúr' ó ndzé bó ámidze ntf 'ókerí
 bá-áná á-mí-tfúúr-á ó Ø-ndzé bó á-mí-dz-e ntfá ó-kerí
 2-crianças IS2-P1-sair- VF abl 7-casa 3p¹³ IS3p-P1-ir-VF ess 1-rio
 Tradução: 'As crianças acabaram de sair da casa. Elas acabaram de ir para o rio'
 Sentido: 'as crianças saíram da casa para o rio'

Generalizações: ampliando a proposta de Creissels (2006)

Partindo das análises preliminares sobre a semântica do espaço em karitiana, wayoró, leмбаааа e português brasileiro, buscamos possíveis explicações, em termos cognitivos, para a configuração de um padrão ou outro em determinada língua. Fato interessante foi notar que as três línguas selecionadas por nós para aplicação da tipologia de Creissels (2006) apresentam justamente os três padrões mais recorrentes nas línguas do mundo, o Padrões 1, Padrão 2(a) e Padrão 3, sendo que, para a língua leмбаааа, o Padrão 3 já era esperado. Mesmo que nosso interesse inicial tenha sido o de verificar se a tipologia de Creissels seria satisfatória para a descrição das expressões de localização, origem e destino de um percurso, em três línguas diferentes, nos chamou a atenção as especificidades encontradas em duas dessas três línguas em análise.

Para o wayoró, há uma distinção bem mais detalhada na codificação do sentido de ablativo. Há uma posposição quando a expressão é apenas referente à origem de um percurso, “**piri**”, e outra para quando há mudança de trajetória, de um locativo de origem para um locativo de destino, “**eri**”, sendo que para a mesma configuração espacial é possível o uso da posposição de essivo, “**mō**”, para o sentido de alativo (Cf. exemplos 5(a) e 5(e)). Em leмбаааа também, para as construções de mudança de trajetória de um locativo de origem para o de destino, houve o uso de preposições distintas para os sentidos de ablativo e alativo, “**ó**” e “**ntfá**”, respectivamente (Cf. exemplos (6)), o que, segundo a tipologia de Creissels, não seria esperado.

Das três línguas, apenas o karitiana parece seguir sem maiores problemas o Padrão 2(a). Dentre alguns dos motivos para essas particularidades, aventamos as seguintes possibilidades: (i) a tipologia apresentada por Creissels (2006) é bastante genérica, sem se ocupar das particularidades de conceitualização do espaço específica para cada língua do mundo; (ii) as estratégias de conceitualização do espaço das línguas são diversas, não se restringindo apenas a uma única estratégia. Se considerarmos uma rápida analogia com outras tipologias, como a tipologia das expressões de posse predicativa (STASSEN, 2009), um padrão em certa língua seria apenas o mais preferido, não impedindo que outro padrão surja ou seja utilizado de forma secundária.

Nesse caso, poderíamos pensar nos Padrões da tipologia de Creissels não como padrões discretos ou excludentes, mas como um *continuum*. Em outras palavras, um padrão seria preferido, mas ensinaria a possibilidade de expressão de um outro mais próximo, por motivações cognitivo-funcionais. Para sintetizar, ampliaríamos a proposta de Creissels com as seguintes hipóteses, a serem testadas com dados de outras línguas:

- Hipótese Primeira: línguas que apresentam o Padrão 1 podem também apresentar ou se aproximar do Padrão 2(a).

¹³ Terceira pessoa do plural (ele(a)s).

- Hipótese Segunda: línguas que apresentam o Padrão 3 podem apresentar ou se aproximar do Padrão 1.
- Hipótese Terceira: os Padrões 2(b) e 2(c) apresentam restrições semânticas decorrentes da estrutura conceitual humana, entretanto, processos de gramaticalização podem fazer emergir construções similares a esses dois Padrões.¹⁴

Tais hipóteses são formuladas levando-se em conta processos cognitivo-funcionais como a gramaticalização e restrições conceituais da semântica do espaço que teriam algum papel na formatação tipológica das línguas. Tais processos serão mais detalhados na próxima seção. Devemos enfatizar que as três hipóteses acima são para testes já que não nos foi possível comprovar com um estudo mais abrangente em línguas do mundo, tipologicamente diferentes.

Como hipóteses de trabalho, encarar os padrões de codificação das expressões de localização, origem e destino de um percurso como um *continuum* deixaria mais claro o porquê de uma língua como o português brasileiro ser considerada como de Padrão 1, mas apresentar ou se aproximar de construções de Padrão 2(a), segundo a Hipótese Primeira; ou de uma língua como o lembaama, de Padrão 3, em alguns contextos apresentar ou se aproximar das línguas de Padrão 1, de acordo com nossa Hipótese Segunda, na qual, línguas que não apresentam nenhuma distinção para os sentidos de essivo, alativo e ablativo, com o tempo podem gramaticalizar partículas que promovam a distinção dos três sentidos espaciais mencionados.

Não queremos, porém, deixar a ideia de que essas hipóteses seriam caminhos rígidos a serem seguidos por cada língua, de que uma língua de Padrão 1 necessariamente passaria para Padrão 2(a), etc., apenas queremos enfatizar que línguas que apresentam certo padrão tenderiam a apresentar, mesmo que de forma secundária, outro padrão, e essa aproximação entre os padrões espaciais não se daria de forma aleatória, mas segundo motivações cognitivo-funcionais. É o que tentaremos sugerir na próxima seção.

Codificando os sentidos de essivo, alativo e ablativo: implicações cognitivas

Creissels (2006), em sua tipologia, busca fazer algumas generalizações quanto à codificação dos sentidos essivo, alativo e ablativo nas línguas do mundo, porém não mostra preocupações quanto às motivações funcionais ou estruturais para as cinco possibilidades de expressão de localização, origem e destino de um percurso, nem pelo motivo da inexistência de línguas que sigam o Padrão 2(b) ou Padrão 2(c). E isso porque o autor parece estar mais preocupado em enfatizar a particularidade das línguas sub-saarianas, que, na sua maioria, não são sensíveis às distinções entre os sentidos de essivo, alativo e ablativo.

Frente à análise empreendida até aqui, conviria, ainda ampliando a proposta de Creissels, buscarmos explicar quais fatores semântico-cognitivos estariam em jogo para a possibilidade de as línguas do mundo convergirem, na utilização de adposições e afixos

¹⁴ Creissels (2006, p. 22) dá como exemplo de uma língua que usa o Padrão 2(b) a língua dinka. Para o Padrão 2(c), Creissels lembra construções do italiano e francês como os que seguem, respectivamente: “Vado da mio zio”; “Je vais chez mon oncle”, com tradução de “Estou indo para a casa do meu tio”, ou seja, uma proposição de sentido ablativo para o sentido alativo.

de caso, as distinções espaciais como a de localização e destino de um percurso, ou na terminologia de Creissels, os sentidos de essivo e alativo, única convergência atestada na maioria das línguas analisadas por Creissels, a do Padrão 2(a).

Para dar conta de nossas hipóteses aventadas na seção anterior, recorremos a teorias da Linguística Cognitiva e da gramaticalização, já que essas abordagens cognitivo-funcionais da linguagem lidam constantemente com as questões de semântica do espaço. Buscaremos demonstrar nesta seção, mesmo sem apresentar todos os detalhes do arcabouço teórico a ser utilizado, que a classificação tipológica proposta por Creissels tem grandes implicações teóricas, implícitas ou não, por se ocupar de um fenômeno tão recorrente da estrutura conceitual humana. Ao mesmo tempo, sugerimos que os padrões de codificação dos sentidos de essivo, alativo e ablativo devem ser encarados muito mais como um *continuum* ou padrão de preferência, e que a preferência por um ou outro padrão tem uma base conceitual passível de explicação em termos cognitivos.

A Semântica Cognitiva, conforme proposta por Lakoff (1987), Johnson (1987), entre outros, apresenta a formulação de um construto que poderia explicar a convergência dos sentidos essivo e alativo; tal teoria é a dos esquemas imagéticos (CLAUSNER; CROFT, 1999; HAMPE, 2005). Os esquemas imagéticos seriam estruturas pré-linguísticas decorrentes de nossa experiência no mundo, portanto tem uma base corporificada. Por nos movermos sempre em alguma direção, emergiria o esquema imagético de ORIGEM-PERCURSO-DESTINO. Por estarmos sempre cercados em algum ambiente, nossa estrutura conceitual produziria o esquema CONTÊINER, dentre diversos outros.¹⁵

Seguindo proposta de Araújo (2008), que buscou explicar o uso de preposição “em” com verbos de movimento no português brasileiro, acreditamos que, conforme proposta do autor, a possibilidade de transformação entre esquemas imagéticos (LAKOFF, 1987), notadamente os de ORIGEM-PERCURSO-DESTINO e CONTÊINER, explicaria, em termos cognitivos, a razão de determinada língua chegar ao ponto de convergir os sentidos de essivo e alativo no uso de adposições e afixos de caso, como acontece com o português do Brasil e o karitiana. Nesse caso, a operação cognitiva que se desenrola é a seguinte: o foco de atenção do falante conceitualizador sobre o destino de um percurso permite que o fim de um percurso seja conceitualizado como um contêiner, produzindo assim a possibilidade de o fim de um percurso ser configurado como um locativo, em outras palavras, as línguas que fazem a distinção entre os sentidos essivo, alativo e ablativo poderiam, sem grandes restrições conceituais, convergir os sentidos essivo e alativo. Isso porque é bastante plausível que, ao conceitualizarmos um percurso e focarmos a atenção sobre o ponto final, aquele ponto final acaba sendo configurado como uma região que irá “conter” o objeto em movimento. Em outras palavras, o ponto final do esquema imagético de ORIGEM-PERCURSO-DESTINO seria transformado em um esquema imagético de CONTÊINER, por meio dos processos de transformação de esquemas imagéticos, descrito por Lakoff (1987). Dessa forma, sugerimos uma explicação para a Hipótese Primeira, de como as línguas do mundo podem convergir os sentidos de essivo e alativo, como acontece com o português do Brasil.

Para o caso dos dois outros padrões, Padrão 2(b) e Padrão 2(c), a teoria dos esquemas imagéticos também oferece uma explicação de base conceitual. Se observarmos bem,

¹⁵ Seguindo a tradição em linguística cognitiva, os esquemas imagéticos são escritos em caixa alta. Para uma lista dos esquemas imagéticos mais citados na literatura cognitivista, ver Clausner e Croft (1999). Para sugestão de tradução para o português, ver Araújo (2008). Os dois esquemas imagéticos citados neste trabalho são citados inicialmente em Johnson (1987).

para esses dois padrões o sentido de ablativo é que deveria convergir com os outros dois, no entanto testes psicológicos têm demonstrado que o foco de atenção de um falante conceitualizador é muito mais provável recair sobre o destino de um percurso do que sobre a origem de um percurso (PAPAFRAGOU, 2010), a chamada assimetria entre a origem e o destino de um movimento (*source-goal asymmetries*). Em outras palavras, mesmo sendo possível convergir os sentidos de ablativo com essivo e alativo, há restrições conceituais. A origem de um destino não é comumente objeto do foco de atenção em uma cena espacial em que há mudança de movimento. Por essa razão, é mais comum as línguas do mundo não convergirem as expressões de ablativo com os de essivo e alativo, o que, no entanto, não é impossível de acontecer por outros processos cognitivo-funcionais, como os processos de gramaticalização (ver nota de rodapé 14). Essa seria a explicação que reforça nossa Hipótese Terceira.

Os processos de gramaticalização contribuem para embasar nossa Hipótese Segunda. Línguas que não são sensíveis à distinção entre os sentidos de essivo, alativo e ablativo podem gramaticalizar partículas para enfatizar certas configurações espaciais, a exemplo do lembaama, que, para a configuração de espaços [+fechados], utiliza a preposição ‘ntjá’, com o sentido de “dentro”.

Considerações finais

Buscamos neste trabalho fazer dois movimentos: (i) da teoria para a prática: verificar se as generalizações tipológicas de Creissels (2006) se aplicariam para a descrição de duas línguas indígenas brasileiras, karitiana e wayoró, e uma língua africana do grupo banto, lembaama; (ii) da prática para a teoria: a partir de dados das línguas em estudo, tentar apresentar explicações cognitivo-funcionais para a configuração de um ou outro padrão na expressão da localização, origem e destino de um percurso em cada língua.

Diante das hipóteses apresentadas e da proposta de ampliação da tipologia de Creissels, buscamos demonstrar a necessidade de que seja dada uma maior atenção às especificidades de conceitualização do espaço, como também dos processos cognitivo-funcionais e de gramaticalização em trabalhos descritivos sobre a semântica do espaço em línguas tipologicamente diferentes. Levando em consideração as observações apontadas neste trabalho, acreditamos que uma tipologia de semântica do espaço poderá auxiliar na identificação de adposições e afixos de caso em jogo na codificação dos sentidos básicos de localização, origem e destino de um percurso, para uma determinada língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Paulo Jeferson Pilar. *Aspectos semântico-cognitivos de usos espaciais das preposições para e em na fala de comunidades quilombolas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade de São Paulo, São Paulo.

CLAUSNER, Thimoty C.; CROFT, William. Domains and image schemas. *Cognitive Linguistics Journal*, [s.l.], 1999.

CREISSELS, Dennis. Encoding the distinction between location, source and destination. In: HICKMANN, Maya; ROBERT, Stéphane. (Orgs.) *Space in languages: linguistics systems and cognitive categories*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2006.

- CABLITZ, Gabriele H. *Marquesan: a grammar of space*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.
- EVERETT, Caleb. *Gestural, perceptual and conceptual patterns in Karitiana*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - Rice University, Houston, Texas.
- HAMPE, Beate (Ed.). *From perception to meaning*. Image schema in Cognitive Linguistics. Berlin/Nova York: Mouton de Gruyter, 2005.
- JOHNSON, M. *The body in the mind: the bodily basis of meaning, imagination and reason*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LAKOFF, G. *Women, fire and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- LEVINSON, Stephen; WILKINS, David P. *Grammars of Space: explorations in cognitive diversity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MEIRA, Sergio. Approaching space in Tiriyo Grammar. In: LEVINSON, Stephen; WILKINS, David P. (Orgs) *Grammars of Space: explorations in cognitive diversity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães. A regência variável do verbo IR de movimento. Cap.6. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Martte Pereira (Orgs.). *Padrões Sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1986.
- NOGUEIRA, Antonia Fernanda de Souza. *Wajoró: fonologia segmental e supra-segmental*. 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OKOUDOWA, Bruno. *Morfologia verbal do lembaama*. 2010. 170f. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____. *Descrição preliminar de aspectos da fonologia e da morfologia do lembaama*. 2005. 102f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PAPAFRAGOU, Anna. Source-Goal Asymmetries in Motion Representation: Implications for Language Production and Comprehension. *Cognitive Science*, [s.l.], n. 34, 2010.
- RIBEIRO, Antonio João Carvalho. Variação funcional na regência do verbo *ir*. In: GÄRTNER, Eberhard; HUNDT, Christiane; SCHÖNBERGER, Axel (Eds.). *Estudos de Sociolinguística brasileira e portuguesa*. Frankfurt am Maim: TFM, 2000.
- STASSEN, Leon. *Predicative Possession*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- STORTO, Luciana R. *Aspects of a Karitiana Grammar*. 1999. Tese (Doutorado em Linguística). Massachusetts Institute of Technology, Massachusetts.
- VALLO, Mário Anastácio Galdino do. *A regência variável do verbo ir de movimento na fala pessoense*. 2003. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ANEXO

Lista de abreviaturas

<v>.	vogal epentética (também: <y> ,<a>, <e>, <o>)
<vt>	vogal temática (verbalizador)
1.	marca de concordância de 1 ^a . Pessoa
1s.	pronome livre de 1 ^a pessoa singular
2.	marca de concordância de 2 ^a . Pessoa
2s.	pronome livre de 2 ^a . pessoa singular
3.	marca de concordância de 3 ^a . pessoa
3s.	pronome livre de 3 ^a . pessoa singular
assert.	assertivo (modo)
caus.	Causativizador
cop.	Cópula (partícula auxiliar)
conc.abs.cop.	concordância absolutiva de cópula
coref.	partícula co-referencial
decl.	declarativo (modo)
foc.	marca de foco
nfut.	Não-futuro (tempo)
nmz.	nominalizador
pasv.	marca de passiva
Ess	Essivo
Ala	Alativo
Abl	Ablativo

Algumas considerações sobre Modo e Modalidade na língua Kaingang Sul (Jê)

(Some considerations about Mood and Modality in the Southern Kaingang Language)

Solange Aparecida Gonçalves¹

¹Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) - Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)/ CNPq

solangeapg@gmail.com

Abstract: In this article I present considerations on Mood and how some Modal information are expressed in the Southern Kaingang language (Ge). I present the modal semantic function assumed by **ra**, which characterizes a hypothetical or merely possible situation; or even the possibility of another reading in different contexts, in the field of speech acts of obligation or permission. This paper also presents an analysis of the morpheme **vẽ** that may also be used in Southern Kaingang as an operator that expresses epistemic modality.

Keywords: Mood; Modal Domain; Modal Operator.

Resumo: Neste artigo apresento considerações sobre Modo e como se apresentam algumas informações modais ou que se expressam neste domínio na língua Kaingang Sul. Mais precisamente estarei tratando da função semântica modal assumida por **ra** caracterizando uma situação hipotética ou meramente possível; ou ainda a possibilidade de uma outra leitura, em contextos diferentes, no domínio dos atos de fala que implicam obrigação ou permissão. Um outro recorte nesta apresentação diz respeito ao morfema **vẽ** que pode também ser utilizado, no Kaingang Sul, como um operador que exprime modalidade epistêmica.

Palavras-chave: Modo; Domínios de Modalidade; Operadores Modais.

Introdução

As informações de caráter modal são as que se referem ao tipo de compromisso que o falante assume quanto à veracidade do que está sendo transmitido e como isso se interpreta nos enunciados linguísticos. A proposta neste artigo é considerar a perspectiva modal de forma ampla como operações linguísticas que se fazem sobre conteúdos proposicionais e que tem consequências nas relações entre falantes e ouvintes.

Na língua Kaingang, tempo, aspecto, modo e modalidade podem ser expressos através de morfemas gramaticais. As relações estabelecidas pelo uso desses morfemas no discurso Kaingang são complexas e perfazem uma vasta e rica rede de comunicação realizada pelos falantes na enunciação. Nesse sentido, nem sempre é fácil falar desses fatos linguísticos de maneira isolada; por isso, há que se atentar, o leitor, que neste trabalho estará sendo feito um recorte para fins de apresentação.

Minha pesquisa sobre aspectos morfossintáticos, mais especificamente sobre as categorias tempo-aspectuais e modais do Kaingang Sul (um macro-dialeto da língua Kaingang (Jê)¹), se insere no quadro teórico-metodológico da Linguística Funcional. A língua Kaingang (família Jê, tronco Macro-Jê, cf. RODRIGUES, 1999, p. 167) é falada

¹ Conforme D'Angelis, 2008 (ainda não publicado).

por um dos cinco povos indígenas mais populosos do Brasil e o mais numeroso dos povos de língua Jê (D'ANGELIS, 2002). Divide-se em 3 macro-dialetos: São Paulo, Paraná e Sul. Este último engloba as comunidades do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e abrange 70,5% da população total, estimada atualmente em cerca de 30.650 pessoas. Os dados aqui apresentados são provenientes: i) de gravações de campo feitas por mim em 2008 e 2009 junto a comunidades Kaingang do Rio Grande do Sul (falas espontâneas, narrativas e textos escritos na língua); ii) de dados elicitados (2006 a 2008 e atuais); e iii) de fontes de outros autores que também poderão ser utilizadas e estarão indicadas na própria exemplificação.

Neste trabalho traço considerações sobre Modo e como se apresentam algumas informações modais ou que se expressam nesse domínio na língua Kaingang Sul. Mais precisamente estarei apresentando:

- i) o significado ou a função semântica de Modo assumida pelo morfema gramatical² *ra* caracterizando uma situação hipotética ou meramente possível. Neste caso, o contexto sintático de *ra* é tipicamente o de ocorrência de um 'tipo' de oração subordinada dependente de conjunção 'se';
- ii) a possibilidade de uma outra leitura para o morfema *ra* que, em contextos diferentes, pode ser encontrado na função de domínio dos atos de fala que implicam obrigação ou permissão (ou seja, uma modalidade orientada);
- iii) o morfema gramatical *vẽ*, que, em determinadas circunstâncias, é utilizado no Kaingang Sul como um operador que exprime modalidade epistêmica.

Uma opção teórica

A caracterização linguística das noções de Modo e Modalidade é complexa porque podem ser expressas por várias e diferentes maneiras nas línguas do mundo: morfológica, lexical, sintática ou por entonação (BYBEE; FLEISCHMAN, 1995, p. 1-2). Tampouco são categorias facilmente definíveis e muitas vezes dependem do contexto em que estão inseridas para ser adequadamente descritas e interpretadas.

Ainda assim faço uma opção, apenas no intuito de salientar o referencial teórico utilizado, ao relacionar brevemente termos que poderão estar presentes ao longo deste texto. Note-se que o objetivo prioritário é apresentar alguns significados gramaticais particulares que ocorrem nesse domínio na língua Kaingang ao se utilizar as formas citadas acima.

De maneira geral, Bybee e Dahl (1989, apud BYBEE; FLEISCHMAN, 1995, p. 2) citam que Modalidade é um domínio semântico, enquanto Modo é uma categoria formal de gramática.

² Emprego 'Morfema gramatical' no sentido descrito em Bybee et al. (1994, p. 2): "Formally, grammatical morphemes may be affixes, stem changes, reduplication, auxiliaries, particles, or complex constructions such as English *be going to*. We refer to all of these types equally as grammatical morphemes and for convenience shorten this term to 'gram'". No Kaingang as gramaticalizações de TAM são expressas por 'morfemas' ou partículas geralmente pospostas ao verbo (estarei, por conveniência, não fazendo uma distinção terminológica e uma discussão dos termos. Entendo, pois, que isso não é relevante neste momento).

Quanto às formas de expressão de Modalidade, são sugeridas quatro em Bybee et al. (1994, p. 177):

- i) modalidade orientada para o agente (*agent-oriented*);
- ii) modalidade orientada para o falante (*speaker-oriented*);
- iii) epistêmica;
- iv) subordinante.

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 179) apontam que a modalidade orientada para o falante permite ao falante impor condições diretivas ao destinatário. Diretivos³ incluem comandos, demandas, pedidos, súplicas, advertências, exortações e recomendações. Em seus estudos, os termos gramaticais utilizados para modalidade falante-orientada são: a) imperativo; b) proibitivo; c) optativo; d) hortativo; e) admonitivo; f) permissivo.

A modalidade epistêmica se aplica às asserções e indica a extensão que o falante está comprometido com a verdade da proposição. Probabilidade, possibilidade e certeza inferida são as expressões mais comuns desse tipo de modalidade.

Encontram-se, entretanto, nas línguas do mundo, casos de polissemia no uso de operadores modais e um mesmo operador (ou uma mesma forma) pode assumir diferentes domínios. Por exemplo, muitas formas utilizadas para expressar modalidade falante-orientada e epistêmica podem ser frequentemente usadas para marcar verbos em certos tipos de orações subordinadas (BYBEE et al., 1994, p. 180).

Ilari e Basso (2008, p. 328) sugerem, para o Português, que

duas ou mais proposições podem estar vinculadas em um mesmo enunciado, interpretando-se por referência ao mundo real ou a vários mundos; e que um caso no qual há ocorrência com esta interpretação é o chamado período hipotético, ou seja, um tipo de estrutura de subordinação.

Ao tratar de estruturas hipotéticas, Bybee et al. (1994, p. 208) demonstram que

grams que expressam possibilidade podem ser usados em *prótases* principalmente em condições de realidade, mas em alguns casos também em condições hipotéticas. Assim, um *gram* indicando possibilidade pode ser usado em *if-clauses*, desde que estas estabeleçam um mundo possível.

Neves et al. (2008, p. 958) apontam para o Português que:

[...] nos períodos hipotéticos, a sentença de condição é chamada tradicionalmente de *prótase* ou ‘antecedente’ que se une a uma sentença-núcleo denominada *apódose* ou ‘consequente’. Entre o conteúdo da *prótase* (*p*) e o da *apódose* (*q*) instaura-se uma relação do tipo *condição para realização* → *consequência da resolução da condição enunciada* (em itálico no original). Em outras palavras, a *prótase* expressa uma condição que pode ser realizada, não-realizada ou eventualmente realizada.

³ Aqui os autores se utilizam do conceito presente em Lyons (1977, p. 746): “directives are utterances which impose, or propose, some course of action or pattern of behaviour and indicate that it should be carried out”.

Adiantando, entretanto, que, devido às especificidades das línguas e, no caso aqui, da língua Kaingang, não pretendo me ater a uma classificação muito rígida; ou melhor, a certas divisões mais detalhistas ao tratar dos contextos condicionais ou hipotéticos. Ao invés disso, busco focar primordialmente minha apresentação no significado semântico ou pragmático que o enunciado carrega. Como se perceberá, obviamente nem sempre é possível fazer uma correlação unívoca com determinadas divisões teóricas estabelecidas para outras línguas.

Feitas, então, essas breves considerações, seguem-se nos próximos itens exemplificações de *ra* e *vẽ* expressando domínio semântico de modalidade no Kaingang.

***Ra* como condicional ou hipotético**

Na língua Kaingang encontra-se *ra* com função gramatical de conjunção e glosada em Português como ‘se’. Semanticamente expressa uma função modal em construções que apontam situações hipotéticas ou possíveis.

Essa conjunção também pode ser transposta para o Português como ‘quando’, ‘mas’. Isso se visualiza nos exemplos abaixo ((1) a (4) de GONÇALVES, 2007). Ou ainda com sentido de ‘para’, ‘em direção a’ (caso do exemplo (5)):

- (1) *Kyrũ ta tĩ ra kasor vỹ ti to kyr mũ.*
 rapaz MS ir quando cachorro MS 3SG para latir PFV⁴
 ‘Quando o rapaz estava passando o cachorro latiu para ele’.
- (2) *Isa fãnjãnja kã nỹ ra isóg ã ta prãr mã.*⁵
 [1SG]MS sombra em deitado quando [1SG]MS INDF MS gritar escutar
 ‘Quando eu estava descansando na sombra, escutei alguém gritar’.
- (3) *Inh panh ta kusã sĩ ra nĩ*⁶ *tĩ.*
 1SG pai MS cedo pequeno quando sentar HAB
 ‘Meu pai levanta quando é cedinho’.
- (4) *Ti kurã ta jun tũ ra ta ter.*
 3SG dia MS chegar não mas [3SG]MS morrer
 ‘O dia dele não chegou, mas ele morreu’.
- (5) *Cidade ra tĩg sór ne jẽnkamu tũ.*
 cidade para andar querer MS dinheiro não (ter)
 ‘Eu queria ir para a cidade, não tenho dinheiro’.

Em outras situações que apresento a seguir, o contexto sintático de *ra* no Kaingang é tipicamente o de ocorrência de um ‘tipo’ de Subjuntivo, ou seja, orações subordinadas dependentes de conjunção ‘se’ (condicional ou hipotético).

⁴ Na medida do possível, mas ainda com algumas adaptações, estarei utilizando as regras de glosa e as abreviações propostas pelo Max Plank Institute (The Leipzig Glossing Rules: conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses). As abreviações utilizadas encontram-se no anexo ao final do texto.

⁵ Por uma questão dialetal se pode encontrar também *mẽ* com a mesma tradução.

⁶ ‘Sentar’ tem o sentido nesse contexto de ‘acordar’, ‘levantar-se’.

Autores como Neves et al. (2008, p. 958) subdividem as construções condicionais em Português em três tipos:

- real/factual: dada a realização /verdade de *p*, segue-se, necessariamente, a realização/verdade de *q*;⁷
- irreal/contrafactual: dada a não realização/falsidade de *p*, segue-se, necessariamente, a não-realização/falsidade de *q*;
- eventual/potencial: dada a potencialidade de *p*, segue-se a eventualidade de *q*.

Como já mencionado anteriormente, não é uma preocupação e, na verdade, talvez não seja realmente necessário estabelecer uma divisão desse tipo para a língua Kaingang quando se trata da utilização do morfema *ra* ao expressar essa referência modal. Entretanto cabem algumas observações a respeito disso. Podemos ver nos exemplos que seguem que, a depender do contexto em questão, aponta-se garantia da possibilidade de realização ou da verdade do que se encontra na *prótase*; ou ainda, eventualmente uma possibilidade da realização ou do fato/evento ser verdade. Por isso, nas exemplificações desses contextos condicionais, estarei utilizando uma glosa genérica (COND = Condicional), mas chamando a atenção do leitor para essas possibilidades.

Ainda uma outra observação pertinente é que estes dados apresentados de (6) a (11) são de minhas pesquisas pessoais de 2006 / 2007 e que foram elicitados com contextualização. Poucas são as exemplificações de *ra*, com esse uso, nas narrativas e textos escritos recolhidos nos trabalhos de campo que fiz mais recentemente. Isso me faz pensar em algumas situações: essa forma de contextualização e de expressão hipotética não é atualmente muito utilizada pelos falantes ou para expressar possibilidade (ou probabilidade) se tenham outros meios mais produtivos na língua. Por outro lado, se se apresenta uma fórmula condicional em Português e o Kaingang a transpõe para sua língua usando *ra*, isso é sinal que esse recurso é corrente. Meu colaborador e falante Kaingang afirma que esse uso modal também se observa para esse morfema.

Vejamos, então, o que se apresentam nos dados.

Observe-se (6):

- (6) *Kófa fi ta kaga nỹ nĩ ra fi pi tĩg tĩ.*
velho CLF:F MS doente deitado IPFV COND 3SG.F MS:NEG andar HAB
'Se a velha estivesse doente ela não andava'.

no qual a verdade de um conteúdo proposicional pode ser a garantia da verdade do outro – 'se ela estivesse doente', então 'ela não andaria'; ainda que a referência se faça hipoteticamente. Mas também podemos ter uma leitura de possibilidade – se ela estiver doente (de cama, deitada), é possível que ela não esteja andando ou não possa andar.

⁷ Lembrando que *p* se refere a *prótase* e *q* a *apódose* (vide citação anterior).

Também em:

- (7) *Sa tỹ Guarani nĩ ra sa hẽ tá nĩj mỹ.*⁸
1SG MS Guarani EXIST COND [1SG]MS LOC⁹ permanecer, ficar. FUT gostar de/querer
‘Se eu fosse Guarani eu gostaria de morar (de estar) em outro lugar’

Nesse exemplo (7) há uma situação hipotética colocada e uma outra informação dada com o uso de *mỹ* ‘gostar de, querer’: além da referência de considerar um outro mundo possível, ou seja, ‘ser de outra etnia’, o falante faz uso da opção de marcar certo grau de comprometimento ou adesão a essa situação hipotética – ‘ele gostaria de morar em outro lugar’. O mesmo enunciado poderia ser falado apenas concluindo a premissa expressa na *apódose*: ‘se ele fosse pertencente a outro povo.... ele estaria em outra aldeia, em outro lugar’; como na construção (8) apresentada por outro falante:

- (8) *Isa ta guarani ra inh sóg ãmã ã tá nĩj tĩ mũ.*
1SG MS Guarani COND 1SG MS aldeia INDF LOC permanecer, ficar. FUT ir PFV
‘Se eu fosse Guarani, eu estaria (lá) em uma outra aldeia’.

Em outro dado encontramos:

- (9) *Isa tag ki ěg ga ki jójó ve ra isóg,*
[1SG]MS DEM LOC 1PL terra LOC papagaio ver COND [1SG]MS
vỹ inh mỹ há tĩj mũ.
MS 1SG para bom HAB.FUT PFV
‘Se eu visse um papagaio aqui na nossa terra seria muito bom para mim’.

Esse exemplo (9) mostra que enunciados não se interpretam por referência apenas ao mundo real, mas a outros mundos possíveis (em outras palavras, a outro estado de coisas), como sugerem Ilari e Basso (2008). Apesar de o falante estar se referindo à sua terra, sua aldeia, que seria um ‘mundo real’, ele fala de uma situação já não frequente ou comum: a visão de papagaios atualmente é rara e, portanto, a hipótese de uma outra possibilidade — ver papagaios na área (aldeia) dele seria muito bom.

Uma construção interessante revelou-se uma vez quando um interlocutor interagiu com minha contextualização. Neste mesmo caminho de se pensar em situações que atualmente não são mais comuns nas aldeias, argumentei que, se vissemos animais grandes que já não vemos com frequência (talvez uma anta naquela área indígena), isso seria motivo para ficarmos felizes. Pedi, então, para o senhor me dizer como ficaria o enunciado: ‘Se eu visse uma anta na nossa área, eu ia ficar (ficaria) muito feliz’. Ele iniciou a fala pensando na pergunta na qual a hipótese estava apontada e, em seguida, complementou (ambas as falas em Kaingang) com o que seria a sua resposta mostrando que a verdade da premissa expressa na *prótase* constituiu-se, no segundo enunciado, em uma boa razão para ele confiar na verdade da conclusão expressa na *apódose*:

⁸ Esse *mỹ* não se confunde com a posposição ‘para’.

⁹ Aqui o significado é ‘lugar que não sabe onde’.

- (10) A pergunta:
Ā ta ójor ve ra ã hã ta ã jykre
 2SG MS anta ver COND 2SG parecido MS 2SG pensamento, idéia, meu saber
hẽ nỹ hẽ ri ke nỹj mũ.
 Q (qual) MS Q EXIST.FUT PFV
 ‘Se você visse uma anta, como ficaria sua idéia, seu pensamento?’
 A resposta:
Sa anta ven ra ta inh mỹ sér tĩh.
 [1SG]MS anta ver COND MS 1SG MS feliz HAB.FUT
 ‘Se eu visse uma anta, eu andaria feliz’.

Ainda uma outra exemplificação que também evidencia esse domínio modal expresso por *ra* pode ser visualizada em (11):

- (11) *Sa kakó kã nĩn ra*
 1SG perto LOC morar COND
sa ã to pasa ké kej mẽ.
 [1SG]MS 2SG para passear fazer.PST fazer.FUT muito¹⁰
 ‘Se eu morasse aqui perto, eu visitaria muito você’.

Ra como modalidade orientada

Anteriormente mencionei que, segundo demonstram Bybee et al. (1994, p. 176 et seq.), em muitas línguas do mundo encontra-se polissemia no uso de operadores modais e um mesmo operador pode assumir diferentes domínios. Na língua Kaingang Sul isso também ocorre com *ra* e é possível uma outra leitura em sua utilização em contexto diferente. Na modalidade orientada ao falante o Imperativo é o exemplo mais comum na função de domínio dos atos de fala que implicam obrigação ou permissão. No Kaingang Sul, *ra* pode ser encontrado expressando esse domínio em sua forma afirmativa, como exemplificado nos dados (12) a (20), que foram retirados de Kókáj (2009):¹¹

- (12) *Grug ra!* - ‘acenda’!
 (13) *Grãg ra!* - ‘asse’!
 (14) *Ke ra!* - ‘faça’!
 (15) *Tĩg ra!* - ‘vá’!
 (16) *Vỹn ke ra!* - ‘volta’!
 (17) *Kyvãn ra!* - ‘desamarre’! (corda)
 (18) *Se ra!* - ‘amarre’! (corda)

¹⁰ Neste exemplo *mẽ* está traduzido como ‘muito’, mas há contextos em que o termo pode expressar aceitação ou novidade e outros nos quais pode ter o significado de ‘parecido, mais ou menos, igual’. Não descarto, portanto, que ele também possa ter uma conotação modal em determinados casos, mas isso fica para uma outra discussão.

¹¹ Disponível em: Kókáj | Kanhgág jé ke pẽ vỹ tag ti. <http://selvino.kanhgag.org>. Acessado em: jul. 2009.

- (19) *Róm ra!* - ‘abra’! (porta)
 (20) *Mro ra!* - ‘nade’! (em açudes)

Observa-se nesses exemplos citados que, com a utilização de *ra*, a indicação diretiva de obrigação é mais fortemente explicitada. Em situações em que há atenuação na fala encontram-se outras construções, por exemplo, o que se visualiza no contraste entre (21) e (22):

- (21) *Re pũn ra!* ‘queima a grama, capim’!
 (22) *Re pũn nĩ ké!* ‘queima a grama, tá’! (KÓKÁJ, 2010 - comunicação pessoal)

***Vẽ*¹² expressando modalidade epistêmica**

Finalmente um outro recorte nesta apresentação diz respeito ao morfema gramatical *vẽ*, que em determinados contextos é utilizado, no Kaingang Sul, como um operador que exprime modalidade epistêmica.

Em Bybee e Fleischman (1995, p. 6), a partir de Bybee (1985), encontra-se a seguinte definição para o termo: “epistemic are clausal-scope indicators of a speaker’s commitment to the truth of a proposition”.¹³

Ao enunciado, neste domínio de modalidade, se atribui um grau de adesão do falante com a verdade expressa no momento da fala. Neste caso, há uma quantificação dos enunciados atribuindo-lhes um caráter de crença ou certeza e isso afeta também o grau de comprometimento do falante com a proposição assertada.

O morfema *vẽ*, nesse domínio, é utilizado como um assertivo, confirmando a proposição ou dando um valor de verdade ao conteúdo proposto no contexto anteriormente citado dentro do discurso Kaingang. Seguem-se os contextos e os exemplos.

Em uma conversa, porém com certo grau de narração, uma senhora Kaingang (V) contava um pouco da história da sua vida. Em diversos momentos desse relato podemos observar *vẽ* expressando esse tipo de modalidade. Além de mim que escutava, participavam da conversa mais três pessoas (uma prima (K) e as suas respectivas filhas (M e E)) que, às vezes, intervinham nas falas.

A senhora (V) inicia contando que todos (da família) eram nascidos em Benjamin Constant do Sul (um município do norte do Rio Grande do Sul):

- (23) (V) (...) *Hỹ ỹ. Kỹ ěg tỹ ser tỹ ta ki naturar pẽ nỹĩ, ser ham. ěg tỹ taki, ěg tag hẽ ki ser nasce ke kãn ja nĩn ham, Benjamin mẽ ki.*
 ‘Sim. Então nós somos natural daqui. Nós aqui, nascemos todos aqui, depois de Benjamin’.

¹² Pode ocorrer alternância de *vẽ* com a forma *vã*.

¹³ Aikhenvald (2004, p. 6, nota 3) aponta que o termo epistêmico tem diferentes significados em diferentes disciplinas:

It is defined, in the *Oxford English Dictionary* (1999), as ‘of or relating to knowledge or degree of acceptance’. The philosophical term ‘epistemic’ signifies ‘the scientific study of knowledge’ (BULLOCK; STALLYBRASS 1988, p. 279). In common linguistic usage (e.g. MATTHEWS, 1997, p. 115) the word ‘epistemic’ is used very differently: it means ‘indicating factual necessity, probability, possibility, etc.’, rather than ‘relating to knowledge’.

Uma das filhas pergunta, na sequência, como se chamava anteriormente a cidade onde eles nasceram. A resposta dada foi a seguinte:

- (24) (V) *Vãsa pi Benjamin ke tĩ vã ham.*
 antigamente MS:NEG Benjamin dizer HAB ASSERT MD
 ‘Antigamente não se chamava Benjamin’.

Apesar de ela não se lembrar qual o nome anterior da cidade de Benjamin, ela sabe e afirma, o que está evidenciado com a presença de *vã* (*vẽ*), que não era esse o nome antigamente.¹⁴

Ela continuou contando fatos de sua vida quando pequena e falando sobre o pai. Em dado momento, a sobrinha perguntou sobre ele e a indagação no plural – os pais – foi feita porque as duas senhoras eram parentes: primas. Reproduzo abaixo esse trecho:

- (25) (M) *Hãre nẽ ãjag panh jyjy ti.*
 Q 3PL pai nome 3SG
 ‘Como é o nome do pai de vocês?’

- (26) (V) *Vagmág vã ham. Kanhgág tỹ ti jyjy tỹ Vagmág nĩ.*
Vagmág ASSERT MD Kaingang MS 3SG nome MS *Vagmág* IPFV
 ‘*Vagmág*. O nome Kaingang dele era *Vagmág*’

- (27) (M) *Hm...???*

- (28) (K) *Vagmág.*

- (29) (M) *Vagmág.* (interrogado apenas com entonação)
 ‘*Vagmág??*’

- (30) (V) *Vagmág vẽ.*
Vagmág ASSERT
 ‘É *Vagmág*’.

- (31) (K) *Jo ta ta José nĩ ker.*
 e MS MS José IPFV não
 ‘E é José, não?!’.

- (32) (V) *José Jacinto vã ham, fóg tỹ ti jyjyn vã ser.*
 José Jacinto ASSERT MD não-índio MS 3SG nome ASSERT MD
 ‘É José Jacinto; é o nome dele em Português’.

O que se observa é que em (26) a senhora (V) afirma que o nome do pai delas em Kaingang era *Vagmág* e depois confirma (em 32) que o nome não indígena dele era José Jacinto. Em ambos os enunciados há a utilização de *vẽ* (*vã*) comprometendo-se com a asserção. É como se ela dissesse: é isso, o nome dele era esse!

¹⁴ É necessário ressaltar que essa construção ainda pode ter um sentido diferente, ou seja, uma possibilidade de utilização de *vẽ* em outro domínio – como um ‘contrafactual’ – ‘o nome anterior (do lugar) não é mais o mesmo (era outro e agora não é mais)’. No entanto, continua, a meu ver, mesmo nessa interpretação, carregando certo compromisso com a asserção.

Na continuação dessa conversa /narrativa, novamente uma das filhas interrompe perguntando sobre o avô. A sobrinha quer saber da tia se o avô era Kaingang mesmo e a tia responde confirmando, dizendo que ‘era, sim, um Kaingang legítimo!’. Note-se o uso de *vẽ* em (34) demonstrando isso:

- (33) (M) *Ã panh mÿ tÿ kanhgág pẽ tĩ ja nĩ, tia.*
 ‘Seu pai era bem índio mesmo, tia’ (?)
- (34) (V) *Hÿ hÿ..., Kanhgág pẽ tĩ vã ham, êg panh ti,*
 sim/sim Kaingang legítimo HAB ASSERT MD 1PL pai 3SG
pi kyvénh jãgja ve nĩ hên,
 MS:NEG sangue misturar parece IPFV igual,parecido
tũm ãn, kar mÿnh fi ke gé.
 negação DEM todos mãe CLF:F fazer também
 ‘Sim, sim... ele era bem legítimo, o nosso pai. Ele não tem o sangue misturado (nada de mistura de sangue), nada, a mãe também’.

Um outro exemplo com *vẽ* expressando esse domínio é o de uma conversa informal na qual alguém comentou sobre uma pessoa mais idosa que sabia contar histórias. Nesse enunciado (35 a seguir) uma das pessoas que participavam — a senhora (T) — faz uma intervenção comparando a idade da mãe dela com a dessa ‘velhinha’ e conclui que, ‘sendo ambas da mesma idade, elas sabem (mesmo) contar bem as histórias antigas...’.

- (35) ...*Mẽ*¹⁵. *Hÿ hã tóg, mÿnh fi kóm ke fag vã ham.*
 ah, é! sim parece MS mãe CLF:F ao mesmo tempo,junto fazer 3PL.F ASSERT MD
Kÿ fag tóg jagnã mré tugtó há nÿtĩ.
 então 3PL.F MS RECP com,junto contar.PL bem IPFV
 ‘Ah, é! Sim, parece. Elas são da mesma idade da minha mãe. Então, elas sabem contar (bem)’.

Ainda para demonstrar o uso desse marcador assinalando modalidade epistêmica, apresento mais dois dados retirados do livro *Kanhgág jinjén* ‘Armadilhas Kaingang’ (2008), de Dorvalino Kógjá Joaquim, um professor pesquisador Kaingang de Guarita (Rio Grande do Sul). Muitos exemplos com o uso de *vẽ* (com esse sentido) podem ser encontrados em seu trabalho; porém, limito-me a citar dois deles.

O primeiro texto que transcrevo encontra-se nas páginas 45 (escrito em Kaingang) e 46 (a respectiva tradução em Português) onde o autor conta sobre como os Kaingang faziam ‘flecha’ *no*. Ele inicialmente menciona que elas eram suas armas para caça (terrestre) e de pássaros (p. 45). Depois ele continua ensinando como se faz a flecha e, no último parágrafo do seu texto, sobre a ponta de flecha para pássaros, se lê:

- (36) *No ki ka tu na kemũ tag tÿ, tÿ nén ù krĩ tÿvÿn mĩ pin ja hár nÿtĩ. Ag pãg há jamãn kÿ kevẽ hãra.*
 ‘A flecha com *na* (virote) é feita para atirar só na cabeça. Isso porque sabem atirar bem (são exímios atiradores)’.
- Jãvo ag tóg jẽsĩ mág ag krĩ tÿ gãm ke tĩ, hamẽ.*
 ‘Mas elas abrem a cabeça dos pássaros’.

¹⁵ *Mẽ*, nesse caso, está sendo usado com o sentido de aceitação ou novidade: ah bom; hum...!; é!.

Kanhgág ag no tu vĕmen hã vĕ.
 Kaingang 3PL flecha em direção contar,falar parecido ASSERT
 ‘Isso é o que falam sobre a flecha dos Kaingang’.

O segundo exemplo se encontra nas p. 10 e 11 do mesmo livro, no qual o autor demonstra como se faz o *ĕgje* ‘armadilha com isca de milho’. Ele explica que essa armadilha é feita no chão, usando o milho para pegar alguns tipos de aves, tais como: saracuras, pombas, perdizes, jacus. Após esclarecer como armá-la e afirmar que os filhos dos Kaingang mais velhos não passaram necessidade de comer carne (porque pegavam muitos pássaros com essa armadilha), ele finaliza assim:

(37) *Fag tÿ ũ tá ag ne tÿ jĕsĭ gé kãmũ,*
 3PL.F MS INDF lá 3PL *diz que* pássaro também vir
gé kãmũ, ke tĩ, jagnĕ kóm. (...)
 também vir dizer HAB RECP junto,ao mesmo tempo
 (...) *Ĕgje kãmén hã vĕ.*
 armadilha com isca de milho explicar,comentar parecido ASSERT
 ‘De um lugar ou de outro, sempre vinham pássaros, dizem. Um ou outro sempre vinham. (...) É o que contam sobre essa armadilha’.

Como se observa em (36) e (37), o fechamento do que está sendo contado é feito dessa maneira usual também em várias outras línguas indígenas — há uma conclusão, um anúncio do término da fala com uma confirmação: é isso!; estou fazendo essa afirmação!; é assim!. Na língua Kaingang, nos casos apresentados nesta seção, é *vĕ* que responde por essa leitura.

Considerações finais

Bybee e Fleischman (1995, p. 3) sugerem que “muitas das funções de modalidade estão tão presas em contextos de interação social que, como consequência, não podem ser descritas adequadamente aparte de suas ‘amarrações’ contextuais das interatividades discursivas”. Mesmo nesta breve apresentação foi possível perceber essa necessidade, pois, em algumas circunstâncias, explicitar a contextualização tornou-se necessário para demonstrar a função assumida pelo marcador dentro de determinada estrutura.

Esse pequeno recorte demonstra que há uma riqueza de informações nos enunciados estabelecendo complexas relações na língua. Há uma contribuição inegável e significativa dessas informações modais dentro da organização discursiva Kaingang e importa compreender, então, melhor seus usos e inter-relações para uma maior compreensão da própria língua e das línguas da família Jê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, Alexandra Y. *Evidentiality*. New York: Oxford University Press, 2004. 452 p.
- BYBEE, Joan L. *Morphology - a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985. 217 p.

BYBEE, Joan L.; FLEISCHMAN, Suzanne. Modality in grammar and discourse – An introductory essay. In: BYBEE, Joan L.; FLEISCHMAN, Suzanne (Eds.). *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995. p. 1-14.

BYBEE, Joan L.; PERKINS, Revere; PAGLIUCA, Willian. *The evolution of grammar / Tense, aspect, and modality in the languages of the world*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1994. 398p.

D'ANGELIS, Wilmar R. Kaingáng: questões de língua e identidade. *Liames*, Campinas: IEL-Unicamp, n. 2, p. 105-128, 2002.

_____. *Pensar o Proto-Jê Meridional e revisitar o Proto-Jê, numa abordagem pragueana* - Relatório Acadêmico de Pós-Doutorado. Brasília: UnB. Inédito, 2008.

GONÇALVES, Solange Aparecida. *Aspecto no Kaingang*. 2007. 219f. Dissertação (Mestrado em Linguística. Área de Concentração: Línguas Indígenas) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Campinas, 2007.

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato Miguel. Classes de palavras e processos de construção. O verbo. In: NEVES, Maria Helena de Moura; ILARI, Rodolfo (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. II. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p.163-365.

JOAQUIM, Dorvalino Kógjá. *Kanhgág jinjén – armadilhas Kaingang*. Tradução de Márcia Nascimento. Campinas: Curt Nimuendaju, 2008. 59 p.

KÓKÁJ, Selvino Amaral. *Kókáj | Kanhgág jé ke pẽ vỹ tag ti*. 2009. Disponível em <<http://selvino.kanhgag.org>>. Acesso em: jun. 2010.

LYONS, John. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

NEVES, Maria Helena de Moura; BRAGA, Maria Luiza; D'ALL AGLIO-HATTNER, Marize Mattos. As construções hipotáticas. In: NEVES, Maria Helena de Moura; ILARI, Rodolfo (Orgs.). *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*. v. II. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008. p. 937-1015.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 164-206.

ANEXO – ABREVIACÕES UTILIZADAS

ASSERT	- assertivo
CLF:F	- classificador feminino / marcação para feminino
COND	- condicional
DEM	- demonstrativo
EXIST	- existencial
FUT	- futuro
HAB	- aspecto habitual
INDF	- pronome indefinido
IPFV	- imperfeito
LOC	- locativo
MD	- marcador discursivo
MS	- marca de sujeito
MS:NEG	- marca de sujeito negativa
PFV	- perfectivo
PL	- plural
Q	- interrogativo
SG	- singular
1	- primeira pessoa
2	- segunda pessoa
3	- terceira pessoa
3SG.F	- terceira pessoa singular - feminino
3PL.F	- terceira pessoa plural - feminino
[1SG]MS	- primeira pessoa singular + marca de sujeito
[3SG]MS	- terceira pessoa singular + marca de sujeito

O estatuto das partículas {te} e {mỹ} da língua indígena Pykobjê-Gavião

(The status of the particles {te} and {mỹ} of an indigenous language called Pykobjê-Gavião)

Talita Rodrigues da Silva¹

¹Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)

talita.rodrigues.silva@usp.br

Abstract: In this paper we describe and analyse two suffix particles, both found in an indigenous language, Pykobjê-Gavião (Macro-Jê Branch, Jê Family, Timbira Group), which are: {te} and {mỹ}. Our discussion is focused on observing what kind of relationship is established between these particles and the cases that, in a surface morphology, are linked to them. We have noted that {te} seems to indicate the ergative case marker and {mỹ} seems to indicate the dative case marker and they keep a complementary relationship. We have questioned whether, in this indigenous language, the case marking is a requirement of a structural case or of an inherent case.

Keywords: Brazilian Indigenous Language; Timbira Indians; Morphosyntax; Particle Suffix.

Resumo: Neste artigo buscamos descrever e analisar duas partículas sufixais, ambas encontradas na língua indígena Pykobjê-Gavião (Tronco Macro-Jê, Família Jê, Complexo Timbira); são elas: {te} e {mỹ}. Nossa discussão está focada em entender qual tipo de relação se estabelece entre essas partículas e os casos que, em uma morfologia superficial, estão atrelados a elas. Observamos que {te} parece marcar caso ergativo e {mỹ} caso dativo, em uma relação complementar. Questionamos se, nessa língua, a marcação de caso de ambas as partículas trata-se de uma exigência estrutural ou inerente.

Palavras-chave: Língua Indígena Brasileira; Indígenas Timbira; Morfossintaxe; Partícula Sufixal.

Introdução

Antes de darmos início ao presente estudo linguístico, desejamos situar a língua-objeto em sua comunidade de fala, pois julgamos relevante entender em que contexto social uma língua se manifesta. Assim, começaremos contando um pouco sobre o povo Pykobjê-Gavião, que é falante dessa língua homônima.

Os Pykobjê-Gavião se autointitulam *Pycop catēē jē*, que significa “o povo de *Pycop*”. *Pycop*, possivelmente, refere-se à imagem mítica de uma deusa salvadora, na cosmologia Timbira, ao passo que o sufixo *jē* significa “meu povo, minha gente”. Esse sufixo, que também designa o coletivo em Pykobjê, é o mesmo que serviu para nomear a Família Jê, dada sua recorrência em muitas outras línguas dessa mesma unidade filogenética.

Rodrigues (2002, p. 47), que elaborou a classificação de línguas indígenas mais aceita na atualidade, afirma que o Pykobjê (termo designado pelo autor como “Pukobyé”) é uma língua pertencente ao Tronco Macro-Jê, Família Jê e, mais, trata-se de uma das sete

línguas membros do grande grupo étnico Timbira.¹ Segundo o autor, as demais línguas Timbira são: Ramkókamekra (Canela), Apâniekra (Canela), Krinkatí (Gavião), Krenjê, Parakatejê (Gavião) e Krahô.²

Há estudos que trabalham com a hipótese de que essas línguas são, na verdade, variedades dialetais de uma única língua, diacronicamente afastada, o assim chamado “Proto-Timbira”. Dentre os sete dialetos Timbira, até o momento, apenas quatro foram objeto de descrição em nível fonológico, morfológico e/ou sintático com o uso de metodologia linguística acadêmica. São eles: Apâniekrá-Canela (ALVES, 2004), Parkatejê (FERREIRA, 2003), Krahô (SOUZA, 1997) e Pykobjê-Gavião (AMADO, 2004).³

Atualmente, os Pykobjê-Gavião vivem a sudoeste do estado do Maranhão, na micro-região de Imperatriz, a cerca de 18 km da pequena cidade de Amarante (atualmente, pouco mais de 50% do município é ocupado por terras indígenas (TIs)). Os Pykobjê ocupam uma mesma extensão de TI, que, por sua vez, foi dividida em quatro aldeias: Governador, que é a mais antiga dentre todas; Riachinho; Rubiácea e Aldeia Nova, esta última fundada em janeiro de 2010. Nesse mesmo ano, a Fundação Nacional do Índio (Funai), com Posto Indígena (PIN) em Governador, contabilizou uma população de quase 600 índios Pykobjê.

Os Pykobjê tiveram sua TI delimitada em 1977 pelo convênio Funai/Radam, quando receberam 42 mil hectares. Esse espaço tem se mostrado cada vez mais insuficiente, basicamente por duas razões: a população indígena vem apresentando um crescimento demográfico de quase 10% ao ano; além disso, no espaço delimitado não há recursos naturais suficientes para manter o *modus vivendi* dos Pykobjê. Isso limita a produção de “cultura material” e dificulta a sobrevivência nas aldeias.⁴

Apesar desses problemas e de não se tratar de uma situação de contato recente (meados do século XIX), a língua é um ponto forte de manifestação cultural para esse povo. E a expressão numérica dessa constatação é que 100% dos Pykobjê continuam aprendendo o Português apenas como segunda língua (L2), ao passo que o Pykobjê continua sendo a língua materna (L1) e de comunicação interpessoal dentro de todas as aldeias.

Quanto à mobilidade indígena, o mais comum é que os Pykobjê só deixem sua TI a fim de cursar ensino profissionalizante ou superior. No entanto, eles raramente perdem o contato com suas aldeias. E, em geral, acabam retornando para casar e trabalhar em prol do grupo, sobretudo no segmento da educação.

Por outro lado, a mobilidade inter-aldeias é bastante intensa. Os Pykobjê não encontram qualquer resistência em derrubar suas casas de uma aldeia para migrar a outra.

¹ A denominação Timbira, segundo Nimuendaju (1946, p. 08), é exógena às línguas do Grupo designado, significando “os amarrados” (do Tupi: *tĩ* (amarrar) + *pira* (passivo)), em referência ao hábito de amarrar fitas de palha ou faixas trançadas em algumas partes do corpo, como braço, testa e tornozelo. Contudo, entre si, os Timbira se chamam por *mehê*, que significa “minha gente”, “minha carne”.

² Rodrigues (2002, p. 48) salienta que os falantes da língua Apinajé também se consideram Timbira, apesar de sua língua ser estruturalmente mais próxima da dos Kayapó.

³ Estamos citando entre parênteses os trabalhos que julgamos mais relevantes para entender cada um dos dialetos citados. Certamente, há, em cada caso, outros estudos bastante úteis a serem apreciados.

⁴ Um bom exemplo da limitação de recursos naturais nas TIs Pykobjê está no fato de não haver sequer um rio dentro do território delimitado. A única fonte natural de água disponível é um açude, cuja produção de peixes é parca. As consequências disso não são apenas fome e desnutrição, mas também a restrição das atividades culturais mantenedoras do *ethos* Timbira.

Isso é interessante de se observar porque aponta para uma relativa unidade linguística. E, assim, concluímos essa breve consideração acerca do povo indígena Pykobjê-Gavião.

O estatuto das partículas {te} e {mỹ} no Pykobjê-Gavião

Neste artigo trataremos, basicamente, de duas partículas sufixais. Segundo Camara Jr. (2009, p. 234), podemos entender como sendo partículas, “vocábulos de pequeno valor fonológico e de função auxiliar num sintagma”, podendo ser o sintagma núcleo de uma categoria nominal [+N, -V] ou verbal [-N, +V]. Neste artigo, ambas as partículas se ligam a sintagmas nominais. São elas: {te} (Ergativo, ERG) e {mỹ} (Dativo, DAT).

Além de descrever o uso dessas partículas, buscaremos também saber se elas são decorrentes de relações “inerentes” ou “estruturais”, na língua-objeto. Essa questão, certamente, não surgiu *ad nihil* ou está sendo proposta neste momento por nós. Ao contrário, trata-se de um tema que vem interessando bastante aos estudiosos de outras línguas indígenas brasileiras, como perceberemos pelas citações apresentadas aqui.

Sobre o aspecto teórico, Woolford (2006) nos apresenta sua visão acerca dessa questão dos casos estruturais e inerentes, que, por sua vez, é aplicável nas mais distintas línguas naturais. No texto citado, a autora desenvolve sua teia argumentativa para explicar o que são posições casuais inerentes e como identificá-las nas línguas, por meio de testes simples.

Woolford (2006) discute a questão do caso inerente (não-estrutural) em contraponto ao caso estrutural (não-inerente) e afirma que o caso ergativo pode ser dado de modo inerente, desde que gerado na posição de Spec de vP⁵ (Especificador de Verbal Phrase).

Além disso, essa autora chega à conclusão de que, diferentemente dos casos estruturais, os casos inerentes são licenciados sempre em conexão com a marcação temática (papel- θ). Ou seja, caso inerente, segundo essa proposta, mantém fina relação com caso semântico. Desse modo, em suma, poderíamos encontrar pistas para descobrir se os casos do Pykobjê são inerentes ou estruturais, respondendo a três perguntas, que são:

As posposições {te} e {mỹ} estão em distribuição complementar nessa língua?

Existe uma relação biunívoca entre caso e papel temático (papel θ) em Pykobjê?

As partículas permanecem ligadas ao mesmo argumento em situação de movimento argumental, como em anti-passivação?

Para responder a essas questões centrais, vamos dialogar, ao longo deste artigo, principalmente, com dois outros textos, que discutem a questão do caso ergativo. São eles: Campos (2009a) e Duarte (2009).

⁵ A Teoria Gerativa mais recente vem assumindo uma estrutura bipartida para o sintagma verbal, que é composta de um verbo leve (localizado em v^o) e de um verbo lexical (localizado em V). De acordo com essa proposta, os verbos causativos, por exemplo, são compostos por duas partes, uma base lexical (localizada em V) e o sufixo causativo (CAUS) (localizado em v^o), que em Pykobjê é /-to/. Para exemplificar o que estamos tratando, vejamos o exemplo oferecido abaixo:

ej – te to kreru: **kakro** Esquentei inhame
1PD-ERG CAUS inhame quente

Em termos de distribuição sintática, podemos dizer que ambas as partículas não são verificáveis na posição de sujeito sintático de verbo intransitivo (inergativo ou inacusativo). Vejamos, então, alguns dos testes empregados:

Verbo intransitivo (inacusativo ou inergativo) → Uso de {te} não é possível⁶

- | | | | | | | |
|-----|-------------------|-------------------|----------|---------------|---------------------------------------|-----------------------|
| (1) | *E'no'ny
Ontem | aa-te
2PD-ERG | te
ir | a'cēt
mata | cỹ ⁷
LOC ^{8 9} | Ontem você foi à mata |
| (2) | E'no'ny
Ontem | aa-te
2PD-ir | | a'cēt
mata | cỹ
LOC | Ontem você foi à mata |
| (3) | *E'no'ny
Ontem | aa-te
2PD-ERG | | pỹ
cair | | Ontem você caiu |
| (4) | E'no'ny
Ontem | aa-pỹ
2PD-cair | | | | Ontem você caiu |

Verbo intransitivo (inacusativo ou inergativo) → Uso de {mỹ} não é possível

- | | | | | | | | |
|-----|-------------------|-------------------|----------|------------|--------------------|-----------|------------------------------|
| (5) | *E'no'ny
Ontem | ěj-mỹ
1PD-DAT | te
ir | cō
água | caprēc
vermelho | cỹ
LOC | Ontem eu fui ao Rio Vermelho |
| (6) | E'no'ny
Ontem | ěj-te
1PD-ir | | cō
água | caprēc
vermelho | cỹ
LOC | Ontem eu fui ao Rio Vermelho |
| (7) | *E'no'ny
Ontem | aa-mỹ
2PD-DAT | | pỹ
cair | | | Ontem você caiu |
| (8) | E'no'ny
Ontem | aa-pỹ
2PD-cair | | | | | Ontem você caiu |

⁶ Ao longo deste artigo, estaremos utilizando a Grafia Uniformizada Timbira, nas transcrições do Pykobjê-Gavião. Sugerimos aos interessados em conhecer melhor as correspondências fonêmicas que essa grafia propõe a leitura dos Apêndices da tese de Amado (2004). Já a marcação de glosas adotada é baseada nas *Leipzig Glossing Rules*, desenvolvidas em conjunto pelo Departamento de Linguística do Instituto Max Planck (B. Comrie, M. Haspelmath) e pelo Departamento de Linguística da Universidade de Leipzig (B. Bickel).

⁷ A agramaticalidade costuma ser marcada no *corpus* com o asterisco (*). Já a sentença cuja agramaticalidade não é unânime para os falantes da língua é marcada com o ponto de interrogação (?), que pode ser repetido para marcar forte resistência, (??) ou (???). Ambos os sinais são postos, na maioria das exposições, à esquerda da oração em análise.

⁸ O Pykobjê-Gavião apresenta três tipos de pronomes pessoais, que são: Pronomes Dependentes ou Forma Presa (PD), Pronomes Independentes ou Forma Livre (PI) e Pronomes Enfáticos (PE). A questão mais relevante a se observar aqui é que, enquanto partículas, {te} e {mỹ} só ocorrem, em adjunção, com a subclasse dos pronomes dependentes, conforme melhor discutido adiante.

⁹ LOC: abreviatura para Locativo.

Por outro lado, podemos dizer que ambas as partículas são possíveis de serem observadas na posição de *sujeito de verbo transitivo* (dois ou mais argumentos), desde que o tempo seja o não-marcado, isto é, o *passado*. Desse modo, essas partículas se unirão, necessariamente, a um item da subclasse dos *pronomes pessoais dependentes*, quando o núcleo de adposição for pronominal, conforme mostram os exemplos dados abaixo:

- | | | | | | |
|------|---------|---------|-------|--------|---------------------------------|
| (9) | E'no'ny | co-te | a'tor | coran | Ontem ele matou o lambu |
| | Ontem | 3PD-ERG | lambu | matar | |
| (10) | Mam | co-mỹ | cõ | xẽ | Antigamente ele gostava de água |
| | Antes | 3PD-DAT | água | gostar | |

A primeira pergunta colocada acima, a fim de identificar caso inerente, foi se essas partículas estão em distribuição complementar no Pykobjê. A resposta é sim. Podemos dizer que as partículas {te} e {mỹ} estão em relação de distribuição complementar, se levarmos em conta apenas o contexto de sujeito sintático, pois, como veremos adiante, a partícula {mỹ} tem uso mais amplo do que a partícula {te} nessa língua.

No entanto, o que, de fato, importa aqui é que, *na posição de sujeito sintático, {te} e {mỹ} estão em distribuição complementar*. Essa relação é desencadeada pelas restrições semânticas que o verbo irá impor ao argumento externo (AE) que s-selecionar (seleção semântica).¹⁰

Assim, se o verbo s-selecionar um AE que apresente as seguintes características semânticas: {+controle/desencadeamento da ação} e {+volição}, o que corresponde, em geral, ao que conhecemos como [+Agente], então, o previsível é que o sujeito venha marcado com a partícula que indica caso ergativo, isto é, {te}.

Caso o verbo s-selecione um AE que apresente a característica semântica {-controle/desencadeamento da ação}, o que corresponde, em geral, ao que conhecemos como [+Experienciador], então o previsível é que o sujeito venha marcado com a partícula que indica caso dativo, isto é, {mỹ}.

Logo, podemos dizer que a chave que aciona uma partícula ou outra no contexto de sujeito está na interpretação semântica presente no léxico verbal dessa língua. Mas, como tudo o mais que envolve a questão lexical, nesse caso também estamos caminhando no terreno das idiossincrasias. Isso significa que seria perda de tempo buscarmos entender esquemas de predileção verbal.

Desse modo, o que estamos colocando, por ora, é que, se o verbo for do tipo que s-seleciona um AE [+Agente], então a língua obriga a presença da partícula de caso ergativo. Já se o verbo for do tipo que s-seleciona um AE [+Experienciador], então é necessária a presença da partícula que marca caso dativo.

Como Woolford (2006) bem explica, dizer que um caso é inerente implica mapear relações de univocidade entre casos e papéis temáticos. Para entender melhor o que se espera desse tipo de relação, tomamos o artigo de Duarte (2009).

¹⁰ Estamos utilizando aqui os conceitos da Teoria X-Barra referentes às noções de s-seleção (seleção semântica) e de c-seleção (seleção categorial) de núcleo verbal.

Nesse texto, o autor estuda a conexão entre papel temático e caso em quatro línguas indígenas: Maxakalí (Tronco Macro-Jê, Família Maxakalí), Apinajé (Tronco Macro Jê, Língua Jê, Complexo Timbira), Parkatejê (Tronco Macro Jê, Língua Jê, Complexo Timbira) e Apãniekrá (Tronco Macro Jê, Língua Jê, Complexo Timbira).

No caso do Maxakalí, não só Duarte (2009), como Campos (2009a), explicam que não existe uma posposição específica para marcar o caso dativo, por isso a posposição /tæʔ/ é usada para todos os tipos semânticos de sujeito de verbos transitivos, como vemos nos exemplos dados abaixo:

(11) kakxop - 'te kuxxamuk put O menino pegou o lambari
 menino ERG lambariABS¹¹ pegar
 (CAMPOS, 2009a, p. 104)

(12) ũn - te yimxox yimkut A mulher ficou com medo do marido
 mulher ERG maridoABS temer
 (CAMPOS, 2009b, p. 237)

Além disso, nessa língua, a posposição /-tæʔ//{te} também aparece para marcar o sujeito de verbos intransitivos inergativos, como podemos ver no exemplo apresentado abaixo:

(13) Yoãm- te hãmyã João dançou
 João ERG dançar
 (CAMPOS, 2009b, p. 234)

Como visto, então, em Maxakalí, a posposição {te} pode acionar dois papéis temáticos: [+Agente] ou [+Experienciador]. Assim como no Pykobjê, ambos serão s-selecionados pelo verbo. Duarte (2009) esclarece que, no caso do **Maxakalí**, não há uma relação biunívoca e sistemática entre caso inerente e papel temático. A relação, nessa língua, indica que *uma partícula serve a dois casos*.

Mas não é isso o observado nas outras três línguas analisadas pelo autor. Em todas as demais existe, além da marca de caso ergativo, uma partícula, {mã}, cuja obrigatoriedade em sujeitos de verbos transitivos psicológicos de tempo não-marcado indica que o caso é o dativo.

Essa partícula também existe no Pykobjê, que, como já citamos em outro momento desse artigo, parece tratar-se de um dialeto Timbira. Vejamos, então, como a partícula de caso dativo aparece nas três línguas aparentadas do Pykobjê:

Apinajé

(14) iɲ - mʃ kagə puba Eu tenho medo de cobra
 1 - DAT cobra temer
 (OLIVEIRA, 2005, p. 271)

¹¹ ABS: abreviatura para Absolutivo.

Apãniekrá

- (15) i - mã tep - nã prãm Eu quero peixe
1 - DAT peixe POSP querer¹²
(ALVES, 2004, p. 118)

Parkatejê

- (16) i - kra mǎ pĩptʃo kɨn nĩre Meu filho gosta muito de banana
1-filho DAT banana gostar muito
(FERREIRA, 2003, p. 127)

Com vistas aos dados apresentados acima, Duarte (2009) chegou à conclusão de que *nessas três línguas há uma relação biunívoca entre papel temático e caso*. O papel-θ [+Agente] é valorado pelo caso ergativo, cuja marca é {te}. E o papel-θ [+Experienciador] é valorado pelo caso dativo, cuja marca é, salvo pequenas diferenças de ordem fonológica, {mã}.

O mesmo que se observou nessas três línguas Timbira, pode ser estendido para o **Pykobjê**, que mantém o mesmo padrão de distribuição sintática, ou seja, uma partícula associada a um caso: **{te} ligada ao caso ergativo**; e, **{mỹ} ligada ao caso dativo**, conforme os testes abaixo indicam:

- (17) *Aa-mỹ cõ japrõ Você comprou água
2PD-DAT água comprar
- (18) Aa-te cõ japrõ Você comprou água
2PD-ERG água comprar
- (19) *Aa-te cõ xẽ Você gostava de água
2PD-ERG água gostar
- (20) Aa-mỹ cõ xẽ Você gostava de água
2PD-DAT água gostar

Tendo esclarecido, então, que há uma relação de univocidade entre papel-θ e partícula indicativa de caso, no Pykobjê, vamos entender melhor o uso de ambas as partículas na posição de sujeito. Para isso, observemos alguns testes, dispostos abaixo:

Sujeito sintático – partícula {te}

- (21) *Awca'te wa te ha a'tor cora Amanhã eu vou matar o lambu
Amanhã 1PI ERG FUT lambu matar
- (22) *Awca'te ẽj-te ha a'tor cora Amanhã eu vou matar o lambu
Amanhã 1PD-ERG FUT lambu matar
- (23) Awca'te wa ha a'tor cora Amanhã eu vou matar o lambu
Amanhã 1PI FUT lambu matar
- (24) *E'no'ny ẽj a'tor coran Ontem eu matei o lambu
Ontem 1PD lambu matar

¹² POSP: abreviatura para Posposição

- (25) *E'no'ny wa a'tor coran Ontem eu matei o lambu
 Ontem 1PI lambu matar
- (26) E'no'ny ěj-te a'tor coran Ontem eu matei o lambu
 Ontem 1PD-ERG lambu matar
- (27) *E'no'ny a'crajre ropre mÿ cō jōḏr Ontem a criança deu água ao gato
 Ontem criança gato DAT água dar
- (28) E'no'ny a'crajre te ropre mÿ cō jōḏr Ontem a criança deu água ao gato
 Ontem criança ERG gato DAT água dar

Sujeito sintático – partícula {mÿ}

- (29) *Wa ha mÿ cō xē Eu vou gostar de água
 1PI FUT DAT água gostar
- (30) Wa ha cō xē Eu vou gostar de água
 1PI FUT água gostar
- (31) *Mam ěj cō xē Antigamente eu gostava de água
 Antes 1PD água gostar
- (32) Mam ěj-mÿ cō xē Antigamente eu gostava de água
 Antes 1PD-DAT água gostar

Observando os exemplos vistos acima, podemos levantar a *hipótese* de que essas *partículas nominiais estão sendo inibidas pela partícula verbal* que marca tempo/aspecto, {ha}. Observemos que, apesar de a subclasse pronominal mudar nos tempos marcados (PD→PI), sob o aspecto distribucional, as partículas verbais e nominiais ocupam a mesma posição, ou seja, a pós-nominal. Vejamos, novamente, alguns dos exemplos vistos acima:

- (33) Wa ha cō xē Eu vou gostar de água
 1PI FUT água gostar
- (34) Mam ěj-mÿ cō xē Antes eu gostava de água
 Antes 1PD-DAT água gostar

Assim, acreditamos que haja uma *restrição nessa língua que impede que duas partículas, sendo uma delas verbal e outra nominal, fiquem lado a lado*. Essa seria uma boa explicação para entendermos por que {te} e {mÿ} nunca aparecem em verbos intransitivos. No caso dos verbos intransitivos inergativos no tempo futuro, seria, de fato, a partícula {ha} a inibidora, como podemos compreender a partir dos testes abaixo:

- (35) *Wa mÿ ha te cō caprēc cÿ Irei ao Rio Vermelho
 1PI DAT FUT ir água vermelho LOC
- (36) Wa ha te cō caprēc cÿ Irei ao Rio Vermelho
 1PI FUT ir água vermelho LOC

Já no tempo não-marcado de um verbo intransitivo inergativo e em todos os tempos de um verbo intransitivo inacusativo, seria o próprio verbo o inibidor. Observemos que

o verbo, nesses contextos, apresenta a forma de uma partícula verbal, pois se une ao PD, gerando uma única palavra fonológica. Vejamos, então, alguns exemplos:

- (37) *E'no'ny aa-te te a'cēt cỹ Ontem você foi à mata
 Ontem PD-ERG ir mata LOC
- (38) E'no'ny aa-te a'cēt cỹ Ontem você foi à mata
 Ontem 2PD-ir mata LOC
- (39) *E'no'ny aa-te pỹ Ontem você caiu
 Ontem 2PD-ERG cair
- (40) E'no'ny aa-pỹ Ontem você caiu
 Ontem 2PD-cair
- (41) *Awca'te aa-mỹ pỹ Amanhã eu vou cair
 Amanhã 2PD-DAT cair
- (42) Awca'te aa-pỹm Amanhã eu vou cair
 Amanhã 2PD-cair

Essa restrição promovida pela partícula verbal seria, segundo nossa hipótese, mais importante do que a necessidade de marcar caso, já que o caso poderia ser depreendido através da natureza semântica verbal. E isso também corrobora a hipótese de que o caso, em Pykobjê, é inerente. Vejamos abaixo um exemplo dessa restrição:

- (43) *Wa ha mỹ cō xē Eu vou gostar de água
 1PI FUT DAT água gostar
- (44) *Wa mỹ ha cō xē Eu vou gostar de água
 1PI DAT FUT água gostar
- (45) Wa ha cō xē Eu vou gostar de água
 1PI FUT água gostar

Observamos, também, que essas duas partículas nominais, {te} e {mỹ}, podem aparecer em uma mesma sentença, sem promover qualquer estranhamento, quando se trata de uma oração que está na anti-passiva.¹³ Nesses casos, verifiquemos dois aspectos:

- a marca de caso dativo passa a ser atribuída ao argumento (desde que este seja membro da classe dos nomes), que corresponderá ao papel temático (papel-θ) de Paciente ou Tema, que significa “aquele que sofreu com a ação do verbo”, sendo, portanto, {-desencadeador da ação};¹⁴

¹³ Estamos usando o termo “anti-passiva” nesse estudo com a consciência de que o mesmo poderá ser revisto em trabalhos futuros.

¹⁴ Se o Paciente não for da classe dos nomes, mas dos pronomes, observamos o uso da partícula {ha}, cujo significado é muito próximo ao *for* do Inglês, que costuma atribuir caso Benefactivo/Malefactivo ao pronome com que se une. Vejamos abaixo alguns exemplos:

[Me ēj-te] ējcrē nō japrō Nós compramos uma casa
 [PL 1PD-ERG] casa IND comprar
 Ejcrē nō [me ēj-te ha] haprō Uma casa foi comprada por nós
 Casa IND [PL 1PD-ERG POSP] comprar

Inglês:

I bought new clothes for you Eu comprei novas roupas para você

- a marca de caso ergativo continua posposta ao argumento que correspondia ao sujeito sintático da oração na voz ativa. Na anti-passiva pode-se focalizar o agente para a posição habitual do paciente, por isso dizemos que houve Movimentação Argumental (Movimento-A). Ainda assim, um mesmo argumento continua recebendo a marca de caso ergativo {te}.

Vejamos alguns exemplos abaixo, que comprovam que, de fato, o caso do Pykobjê é inerente:

- (46) Xoo-te xoo-re pro O cão pegou a raposa
Cão-ERG raposa pegar
- (47) Xoo-re ênta m̃y xoo-te pro¹⁵ Uma raposa foi pega pelo cão
Raposa DEM DAT cão-ERG pegar
Lit.: O cão pegou em uma raposa
- (48) Xoo me cosan te xoo-re pro O cão e o gato pegaram a raposa
Cão e gato ERG raposa pegar
- (49) Xoo-re ênta m̃y xoo me cosan te pro Uma raposa foi pega por cão e gato
Raposa DEM DAT cão e gato ERG pegar
Lit.: O cão e o gato pegaram em uma raposa

Como já dissemos, essa observação constitui o segundo argumento em favor da proposta de que o caso em Pykobjê é, de fato, inerente e não estrutural. Afinal, se fosse estrutural, a partícula não permaneceria fiel ao mesmo argumento, nos casos de Movimento Argumental.

Em Campos (2009a), vemos que o autor também realizou o teste de Movimento-A, para saber se a única partícula de caso do Maxakalí era inerente ou não. O autor passou sentenças para a passiva (tratada aqui como anti-passiva) e observou com isso que, mesmo depois de sofrer movimento, o mesmo argumento continuava a receber marca de caso ergativo. Isso comprovou que o caso é inerente na língua Maxakalí.

Campos (2009a) observou, ainda, que o sujeito marcado pelo caso ergativo nunca despertava a concordância verbal. E o autor tomou isso como mais uma evidência de que o caso ergativo é atribuído, de fato, em Spec de vP, o qual, diferentemente de Spec de TP (Especificador de Tense Phrase), é uma posição não casual (-k).¹⁶

Assim, Campos (2009a) chegou à conclusão de que, em Maxakalí, o caso ergativo é um caso inerente e que há, nessa língua, dois casos estruturais, que são os denominados “Absolutivos”, o nominativo (licenciado em Spec de T) e o acusativo (licenciado em Complemento de V). Vejamos, abaixo, o exemplo de Absolutivo trazido para contrapor aos exemplos de ergativo, marca {te}, já apresentados aqui:

- (50) Xakuxux ũ- topaha O urubu voou
urubu; (ABS) ele; voar (INTR)¹⁷
(CAMPOS, 2009a, p. 108)

¹⁵ Observamos que o Argumento Interno (AI) da oração na voz ativa pode aparecer “nulo”, mas isso não é possível na anti-passiva, de modo que um pronome, demonstrativo (DEM) ou indefinido (IND), sempre deverá aparecer em adjacência ao nome que é [+Experienciador]/[+Paciente], sob pena de provocar a agramaticalidade da sentença.

¹⁶ O conceito que subjaz aqui é que IP (*Inflectional Phrase*) se divide em TP (*Tense Phrase*) e AgrP (*Agreement Phrase*).

¹⁷ Essa marca significa que ambos os sintagmas estão co-indexados, ou seja, um retoma a referência do outro. Desse modo, “ũ” é um pronome anafórico.

Assim, depois de levantar todas as pistas propostas por Woolford (2006) e executadas por Campos (2009a, 2009b) e Duarte (2009), somos levados a afirmar que *o caso ergativo e o caso dativo são, realmente, casos inerentes, na língua Pykobjê-Gavião*.

Tendo concluído essa discussão, sentimo-nos à vontade para continuar o trabalho de descrição, agora observando os demais contextos em que apenas a partícula de caso dativo, {mỹ}, pode ser encontrada.

Como já havíamos citado, a partícula de caso dativo poderá aparecer em outros contextos que não o de sujeito de verbo transitivo no tempo não-marcado. Isso é, {mỹ} pode ser vista na posição de AI (objeto posposicional). Nesses casos, o tempo de referência não promoverá mais qualquer restrição, conforme vemos nos exemplos dados abaixo:

- (51) Aa-te co-mỹ cõ jōōr Você deu água para ele(a)
 2PD-ERG 3PD-DAT água dar
- (52) Wa ha rop mỹ masỹ jōōr Eu darei maçã à onça
 1PI FUT onça DAT maçã dar

Além de ocupar posições argumentais, como as vistas acima: sujeito (AE) e objeto posposicional (AI), a partícula de caso dativo também pode ocupar um sintagma duplicado de VP, funcionando, portanto, como um adjunto adverbial. Então, {mỹ} funcionará como atribuidora de caso estrutural benefactivo/malefactivo, como podemos ver nos exemplos dados abaixo:

- (53) Ej-te cõ japrō Comprei água
 1PD-ERG água comprar
- (54) Ej-te co-mỹ cõ japrō Comprei água para ele(a)
 1PD-ERG 3PD-DAT água comprar
- (55) Aa-te tōm ret pro Peguei aquele tatu
 2PD-ERG tatu DEM pegar
- (56) Aa-te tōm ret ēj-prō mỹ pro Peguei aquele tatu para minha esposa
 2PD-ERG tatu DEM 'meu'-esposa DAT pegar

Com isso, finalizamos a presente descrição e análise preliminares das partículas {te} e {mỹ}, existentes no Pykobjê-Gavião.

Algumas considerações

O intuito principal deste artigo foi descrever e analisar as partículas sufixais {te} e {mỹ}, presentes na língua indígena brasileira conhecida como Pykobjê-Gavião (Tronco Macro-Jê, Família Jê, Complexo Timbira). Para realizar essa discussão, apoiamo-nos, sobretudo, em três artigos, que abordam a questão das marcas de ergatividade e dativo.

O texto que nos conferiu a principal base teórica para fomentar a presente discussão foi Woolford (2006). Nesse estudo, a autora apresentou propostas testáveis para identificarmos nas mais variadas línguas naturais casos inerentes em contraponto a casos estruturais. Já os artigos de

Campos (2009a) e Duarte (2009) foram fundamentais para visualizarmos a aplicação dos testes propostos por Woolford (2006).

Com base nisso, vimos que, no Pykobjê, se o AE de um núcleo verbal transitivo for [+Agente] e o tempo for o não-marcado (sem partículas verbais de tempo/aspecto), então, o sujeito receberá a partícula {te}. Por outro lado, nas mesmas circunstâncias de tempo/aspecto, se o núcleo verbal s-selecionar um AE [+Experenciador], então a partícula a ser usada em adjacência ao sujeito será {mỹ}.

Isso indica que há, no Pykobjê, uma distribuição complementar entre as partículas {te} e {mỹ}, na posição de sujeito, tal qual ocorre em outros dialetos Timbira. Além disso, observamos o engendramento de uma relação biunívoca e sistemática, que é desencadeada pelas especificações do papel- θ (caso semântico).

Por fim, descrevemos o fato de que a partícula {mỹ} tem uso mais amplo, na língua-objeto, que a partícula {te}, servindo não só para indicar dativo, mas sendo recorrente em posição de argumento interno de núcleo verbal para atribuir caso benefactivo/malefactivo aos objetos indiretos de verbos transitivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, F. C. *O Timbira falado pelos Canela-Apãniekra: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. 2004. Tese. (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

AMADO, R.S. *Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykobjê*. 2004. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMARA Jr., J. M. *Dicionário de linguística e gramática* – referente à língua portuguesa. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

CAMPOS, C. S. O. Maxakalí: língua ergativa tripartida? In: BRAGGIO, S.L.B.; SOUSA FILHO, S.M. (Orgs.) *Línguas e culturas Macro-Jê*. Goiânia: Editora Vieira, UFG e Capes, 2009a. p. 103-120.

_____. *Morfofonêmica e morfossintaxe do Maxakalí*. 2009b. Tese. (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

DUARTE, F. B. A conexão entre papel Theta e caso é sempre Biunívoca? In: BRAGGIO, S.L.B.; SOUSA FILHO, S.M. (Orgs.) *Línguas e culturas Macro-Jê*. Goiânia: Editora Vieira, UFG e Capes, 2009. p. 167-182.

FERREIRA, M. N. O. *Estudo morfossintático da língua Parkatejê*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NIMUENDAJU, C. *The Eastern Timbira*. Berkeley and Los Angeles: University of California Publications in *American Archeology and Ethnology*, 1946. vol. 41.

OLIVEIRA, C. C. *The language of the Apinajé people of Central Brazil*. 2005. Dissertação (Doctor of Philosophy in the Department of Linguistics). University of Oregon.

SOUZA, S. M. *A sintaxe de uma língua de verbo no final: Krahô*. 1997. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, A. D. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

WOOLFORD, E. Lexical case, inherent case and argument structure. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts: MIT, v. 37, n. 1, Winter, 2006, (p. 01–21). Disponível em: <<http://people.umass.edu/ellenw/Woolford%20Lexical%20Case,%20Inherent%20Case,%20and%20Argument%20Structure.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2010.

Diminutivo em Português Brasileiro: sufixação ou infixação?^{1*}

(Diminutives in Brazilian Portuguese: suffixation or infixation?)

Maximiliano Guimarães¹, Gesoel Mendes²

^{1,2} Departamento de Linguística – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

maxguimaraes@ufpr.br, gesoelmendesjr@gmail.com

Abstract: Here we entertain the possibility of analyzing the diminutive morpheme ‘*inh*’ of Brazilian Portuguese (BP) as an infix, rather than as a suffix. Therefore, we argue against the tradition of (descriptive and analytical) morphological studies in BP. We show that, surprisingly, our unorthodox hypothesis not only accounts for the run-of-the-mill data more naturally than the competing analyses, but also accounts for some non trivial additional data that has been ignored so far.

Keywords: Morphology; Diminutive; Brazilian Portuguese; Suffixation; Infixation.

Resumo: Consideramos aqui a possibilidade de se analisar o morfema de diminutivo ‘*inh*’ do Português Brasileiro (PB) como um infixo, e não como um sufixo. Posicionamo-nos, assim, contra a tradição dos estudos morfológicos (descritivos e analíticos) em PB. Mostramos que essa hipótese heterodoxa surpreendentemente, além de acomodar os dados triviais de forma mais natural que as hipóteses concorrentes, também dá conta de dados adicionais não-triviais, até agora ignorados.

Palavras-chave: Morfologia; Diminutivo; Português Brasileiro; Sufixação; Infixação.

Introdução: dados iniciais e hipóteses concorrentes

Começamos pelos dados mais triviais em (1a) e (1b), formados respectivamente por raiz intrinsecamente masculina e feminina; e (2a) e (2b), formados por raízes subespecificadas para gênero às quais são atribuídos traços de gênero (masculino e feminino, respectivamente). Esses casos exibem claramente o morfema de diminutivo ‘*inh*’ posicionado entre a raiz e a vogal final (VF).²

(1)	a:	carr-o	a’:	carr-inh-o	<i>raiz intrinsecamente</i> [-FEM]
	b:	bol-a	b’:	bol-inh-a	<i>raiz intrinsecamente</i> [+FEM]

¹ * Agradecemos à CAPES pelo apoio financeiro, e a Gabriel Araújo, Marcelo Ferreira, Andrew Nevins e Maria Cristina Figueiredo Silva, por comentários feitos sobre o tema em diferentes estágios deste projeto.

² Para Mattoso Camara (1970, 1972), a VF /a/ em ‘gat-a’ é morfema de gênero (MG), sendo este o caso marcado, enquanto a VF /o/ em ‘gat-o’ é vogal temática (VT), sendo este o caso não-marcado, e não morfema de masculino. No par ‘professor/professora’, o masculino é ‘professor’, e não ‘professor-o’. O plural de ‘professor’ é ‘professor-e-s’, e o plural de ‘mulher’ é ‘mulher-e-s’. Assim, ou aceitamos que existe uma VT /e/ subjacente ao final da raiz (o chamado /e/-teórico), ou que ‘es’ é alomorfe de ‘s’ como morfema de plural dos nomes masculinos terminados em /r/. Consideramos, no entanto, que tal questão é de menor relevância para o nosso trabalho. Conforme mostraremos a seguir, as generalizações adequadas podem ser feitas a partir do conceito mais abrangente de VF, o que quer que constitua essa VF em última instância. Portanto, adotamos aqui VF como um “termo guarda-chuva” para VT ou MG, ou mesmo um *portmanteau* de VT+MG (ou VT+MG+GRAU, como na hipótese **HS-R** adiante).

(2)	a:	gat-o	a':	gat-inh-o	raiz [-FEM] por atribuição
	b:	gat-a	b':	gat-inh-a	raiz [+FEM] por atribuição

Se seguirmos a tradição e tomarmos *'inh'* como um sufixo, há pelo menos duas implementações técnicas possíveis, conforme ilustrado na **Figura 1**. Pela *Hipótese Sufixativa Conservadora (HS-C)*, a diminutivização se faz por uma regra não-transformacional (livre de contexto) de inserção de *'inh'* num “molde” de nódulos não-terminais sufixais ordenados entre si de acordo com as regras da língua, o que quer que elas sejam.³ Pela *Hipótese Sufixativa Radical (HS-R)*, a diminutivização se faz pelas seguintes regras transformacionais de reescritura de VF (sensível(is) ao contexto do gênero da raiz): (i) VF → *inha* / [raiz (+fem)] ___; e (ii) VF → *inho* / [raiz (-fem)] ___.

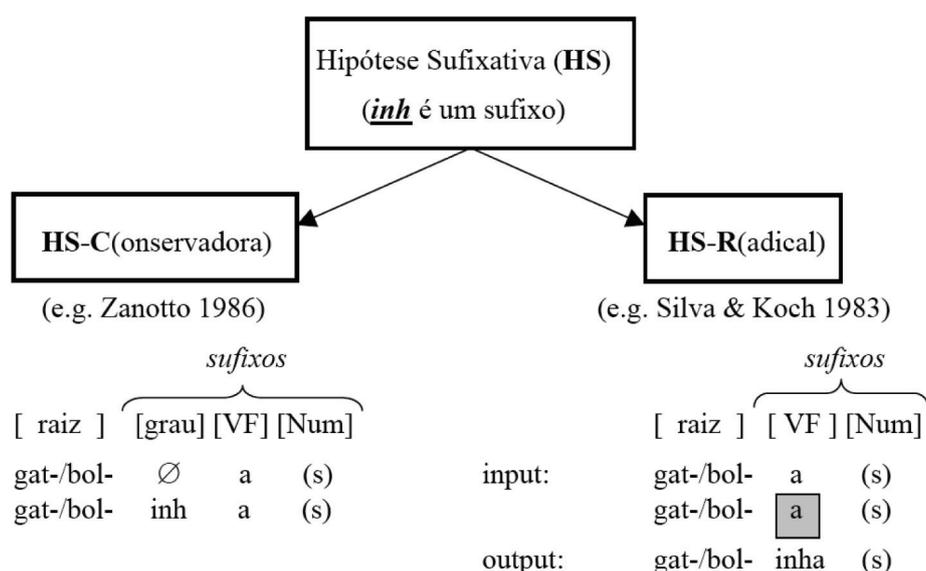


Figura 1. Duas implementações técnicas da Hipótese Sufixativa

Alternativamente, pode-se considerar *'-inh'* como um infixo. Pela *Hipótese Infixativa (HI)*, raiz e VF combinam-se formando uma base complexa cuja estrutura interna torna-se opaca no ciclo derivacional subsequente, havendo inserção de *'-inh'* no interior dessa base, de acordo com os requerimentos fonotáticos relevantes.⁴

³ Dizer que a inserção de *'inh'* para diminutivo (ou *'ão/on(a)'* para aumentativo, ou *Ø* para grau normal) se dá por mecanismos não-transformacionais não significa que toda a morfologia da palavra seja construída de modo livre de contexto. Presumivelmente, consoante **HS-C**, a inserção do morfema específico que preenche a posição VF no molde é sensível a traços idiossincráticos de classe da raiz.

⁴ Salientamos que Kehdi (1999) se posiciona contra **HI** (questionando as conclusões de Back e Mattos (1972)), mas tal trabalho está mencionado aqui por se tratar de um dos poucos em que se considerou **HI** como uma possibilidade e em que se pesaram seus prós e contras. As análises de Back e Mattos (1972) e de Monteiro (1998) em favor de **HI**, embora inevitavelmente tenham algo em comum, são distintas tanto nas suas bases empíricas como na lógica de seus argumentos. Em ambos os casos, trata-se de descrições e reflexões bastante parciais do fenômeno, e que, portanto, não dão conta de uma série de casos de diminutivização da língua, que foram postos de lado. Nosso trabalho pretende ampliar significativamente (embora não exaustivamente) o escopo desses casos de diminutivização, para que cheguemos primeiramente a generalizações empíricas mais robustas, e, depois, a análises mais consistentes para elas.

Hipótese Infixativa (HI)

inh é um infixo

(e.g. Back & Mattos 1972, Monteiro 1998, Kehdi 1999)

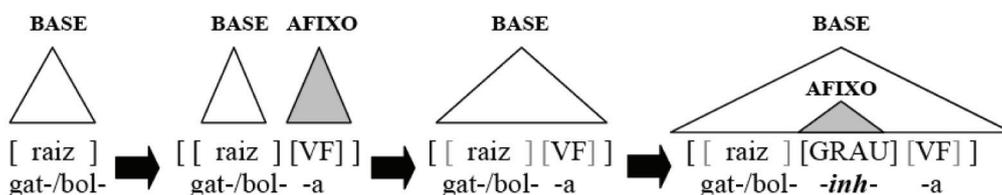


Figura 2. Hipótese Infixativa

Dados como (1) e (2) são facilmente acomodados por **HS-C**, **HS-R** e **HI** com igual sucesso, e com sistemas de regras de grau de complexidade equivalente. Tradicionalmente, assume-se alguma versão de **HS**. **HI**, no entanto, é uma possibilidade sequer mencionada pela maioria dos autores, discutida por muito poucos e efetivamente defendida (como modelo geral, até as últimas consequências) por (quase) ninguém.

Embora este trabalho discuta e proponha algumas ideias no plano teórico-analítico, ele se define como eminentemente descritivo.⁵ O objetivo aqui é, por um lado, contribuir com generalizações empíricas, chamando atenção para fatos que por muito tempo têm passado despercebidos, e, por outro lado, contribuir com *insights* analíticos acerca do valor e do poder heurístico de *famílias* de hipóteses/abordagens, que aqui correspondem a **HS** e **HI**, e que podem ser tecnicamente implementadas de várias maneiras, sem que isso altere significativamente as nossas principais conclusões. Obviamente, por mais que se queira abordar o objeto de estudo o mais ‘pré-teoricamente’ possível, é inevitável que haja um certo viés teórico de algum tipo, pois se faz necessária alguma metalinguagem abstrata que nos possibilite sistematizar as observações e formular as generalizações. Aqui, tal metalinguagem é pura e simplesmente o critério distribucional oriundo do Estruturalismo e presente, de uma forma ou de outra, em todas as teorias morfológicas contemporâneas, sejam elas lexicalistas, transformacionalistas (pré- ou pós-sintáticas) ou mistas (o que, aliás, é uma distinção irrelevante nesse estágio inicial).

Desse modo, formulamos aqui algumas generalizações empíricas e algumas proto-hipóteses para a regra de afixação de ‘*inh*’, definidas numa metalinguagem semi-formalizada, o que tem a desvantagem de não ser algo matematicamente rigoroso o suficiente para que se atinja, de fato, adequação descritiva, mas com a vantagem de ser algo “aberto” e “intuitivo” o suficiente para ser passível de ser implementado em diversos quadros teóricos, e.g. *Morfologia Distribuída* (HALLE; MARANTZ, 1993), *Teoria de Otimalidade*

⁵ A partir da conceituação de Chomsky (1964, 1965), que classifica os níveis de adequação de uma teoria/análise linguística em (i) *observacional*, (ii) *descritivo* e (iii) *explicativo* (tal que (iii) pressupõe assimetricamente (ii), que por sua vez pressupõe assimetricamente (i)), nosso objetivo aqui é, numa terminologia rigorosa, atingir adequação *observacional* (i.e. identificar corretamente o que é ou não é uma expressão da língua), contribuindo com generalizações empíricas que possam lançar luzes sobre a adequação descritiva do fenômeno (i.e. uma descrição adequada da realidade psicológica da língua, modelando a representação simbólica da gramática na mente do(s) falante(s), de modo a prever a geração de todas e apenas as expressões da língua e dos significados a elas associados).

(MCCARTHY; PRINCE, 1986, 1993, 1999; PRINCE; SMOLENSKY, 1993), *Teoria de Multiprecedência & Linearização* (RAIMY, 2000). Aqui, não nos comprometemos com nenhum desses formalismos específicos, mas com proto-análises, a que chamamos de **HS-C**, **HS-R** e **HI**, e avaliamos os méritos e deméritos de cada uma delas.

Afixos ‘inh’ & ‘-zinh’

Esta seção tem por objetivo “separar o joio do trigo”, e isolar o que à primeira vista parece ser um subfenômeno do fenômeno que estamos investigando, mas que, após uma inspeção mais de perto, revela-se algo distinto, portanto fora do escopo da nossa pesquisa. Trata-se da existência de diminutivos em ‘**-zinh(o/a)**’, cuja distribuição é mais idiossincrática e mais complexa que a distribuição dos diminutivos em ‘**-inh(o/a)**’, tal como ilustrado em (3) e (4).

(3)	<i>grau normal</i>	<i>grau diminutivo</i>	(4)	<i>grau normal</i>	<i>grau diminutivo</i>
	a: bebê	b: bebê-zinho		a: pastéis	b: pastéis-zinhos
		c: *bebê-inho			c: ?paste[w]-zinhos
		d: *beb-inh-ê			d: *paste[w]-inhos
		e: *bebi-inho			e: *pastel-inhos ⁶

Em qualquer das três abordagens aqui consideradas, casos como (3) e (4) exigem mecanismos adicionais de composição e/ou epentetização. Argumentos contundentes em favor dessa conclusão encontram-se em Mattoso Camara (1970), Leite (1974), Moreno (1977), Brakel (1981), Lee (1992, 1995, 1999), Menuzzi (1993) e Bachrach e Wagner (2007), *inter alia*.

À primeira vista, parece ser possível tratar ‘**-zinh(o/a)**’ como um alomorfe de ‘**-inh(o/a)**’, sendo ‘**-zinh(o/a)**’ o caso marcado, condicionado pela base terminar em sílaba tônica (ou pesada). Note-se, por exemplo, que ‘cadáver’, embora não-oxítono, tem como correspondente diminutivo ‘cadáver-zinho’, e não *‘cadaver-inh(o)’. Essa observação acerca do padrão acentual parece ser, de fato, uma generalização válida, e, de algum modo, as regras do sistema precisam codificá-la. Entretanto, tal generalização ainda precisa ser refinada. Quando a base é oxítona (como em (3a)), o diminutivo só pode ser feito por meio de ‘**-zinh(o/a)**’. As bases não-oxítonas (cuja última sílaba não é pesada), como ‘livr-o’ e ‘músic-a’, tanto podem ser diminutivadas como em ‘livr-inh-o’ e ‘music-inh-a’, como podem, também, ser diminutivadas como em ‘livr-o-zinh(o)’ e ‘music-a-zinh(a)’. Ao analisarmos os dados (3) e (4) com atenção, vemos que, ao que tudo indica, ‘**-inh(o/a)**’ e ‘**-zinh(o/a)**’ são itens lexicais distintos em vários aspectos. Por um lado, ‘**-inh(o/a)**’ parece ser um morfema canônico, ocupando uma posição dentro de uma base. Por outro lado, ‘**-zinh(o/a)**’ seria, em primeira instância, classificável como aquilo que Mattoso Camara (1970) chamava de *forma dependente*. Mais especificamente, ‘**-zinh(o/a)**’ parece ser uma espécie de *adjetivo enclítico*, que forma compostos com bases nominais oxítonas (ou terminadas em sílabas pesadas). Note-se, por exemplo, que, em (4), há morfologia flexional de número antes e depois de ‘**-zinh(o/a)**’. Além disso, é possível que ‘**-inh(o/a)**’ e ‘**-zinh(o)**’ co-ocorram na mesma palavra, mas sempre com ‘**-inh(o)**’ sendo mais interno

⁶ Segundo Maria Cristina Figueiredo Silva (comunicação pessoal), em Português Europeu, a forma diminutiva de (4a) é (4e), em vez de (4b), em contraste com o PB.

(mais próximo da raiz) que *'zinh(o/a)'*. Por exemplo, pode-se dizer 'livrinhozinho', mas não *'livrozinho'.

Nomes terminados em /e/ átono (em forma subjacente)

Observem-se os dados (5), (6) e (7) abaixo, sendo aqueles em (5) formados por raiz inerentemente [-FEM] e aqueles em (6) e (7) por raízes inerentemente [+FEM].

(5)	[-FEM]		(6)	[+FEM]		(7)	[+FEM]
<i>normal</i>		<i>diminutivo</i>	<i>normal</i>		<i>diminutivo</i>	<i>normal</i>	
a: tigrE		b: tigrinho	a: MatildE		b: Matildinha	a: colher(E)	b: colherinha
c: *tigrinhe			c: *Matildinhe			c: *colherinhe	
d: tigrezinho			d: Matildezinha			d: colherzinha ⁷	

Passemos agora às previsões feitas por cada uma das três hipóteses concorrentes em relação a esses dados. **HS-R** prevê corretamente a geração de (5b) e (6b) e o bloqueio de (5c), (6c) e (7c); não fazendo nenhuma previsão errada quanto a esses dados. **HS-C** prevê erroneamente o bloqueio de (5b) e (6b) e a geração de (5c), (6c) e (7c); não fazendo nenhuma previsão correta quanto a esses dados, exceto pela sua compatibilidade com a geração de (5d) e (6d), que se daria por mecanismos independentes (cf. seção anterior). **HS-C** também prevê erroneamente o bloqueio de (5b) e (6b) e a geração de (5c), (6c) e (7c); não fazendo nenhuma previsão correta quanto a esses dados, exceto pela sua compatibilidade com a geração de (5d) e (6d), que se daria por mecanismos independentes (cf. seção anterior).

Dados desse tipo são melhor acomodados por **HS-R**. Aplicando-se a regra geral de **HS-R** descrita acima a (5), teríamos o apagamento da VF /e/ de 'tigr-e' e a sufixação de *'inho'*, por se tratar de uma raiz masculina. Dados como o nome feminino 'Matilde/Matildinha' em (6) são igualmente triviais de acordo com **HS-R**, dispensando maiores explicações. Casos como (7) revelam-se um pouco mais complexos e demandam um pouco mais de abstração. Basicamente, parece inescapável postular que 'colher' é, em forma subjacente, bimorfêmica, incluindo uma VF correspondente ao /e/-teórico mattosiano (cf. nota 1 acima). Aplicando-se a regra geral de **HS-R** descrita acima a (7), teríamos o apagamento da VF /e/ de 'colher-e' e a sufixação de *'inha'*, por se tratar de uma raiz feminina.

Em contrapartida, HS-C e HI preveem, erroneamente, *'tigr-inh-e' e *'colher-inh-e'. No caso de HS-C, a regra geral (cf. seção introdutória acima) determina que o sufixo *'-inh'* ocupe, na sequência de posições vazias que se seguem à raiz, o lugar que lhe caberia segundo as regras da língua, e que seria depois da raiz ('tigr-' ou 'colher') e antes da VF /e/ presente em forma subjacente. Isso sobregeraria dados negativos como *'tigr-inh-e' e *'colher-inh-e', e subgeraria dados positivos como *'tigr-inh(o)' e *'colher-inh(a)'. O problema enfrentado por HI é tão semelhante que parece ser uma variante notacional. A regra geral (exposta na seção 1 acima) tomaria como *input* as bases 'tigr-e', 'Matild-e' e 'colher-e', e geraria como *output* os dados negativos *'tigr-inh-e', 'Matild-inh-e' e *'colher-inh-e', após ter infixado *'inh'* entre a raiz ('tigr-' ou 'Matild-' ou 'colher') e a VF /e/.

⁷ Por alguma razão, há uma (quase) sinonímia entre os membros do par 'colherinha/colherzinha' com diferenças muito sutis, se houver. Já em pares como 'mulherinha/mulherzinha', há contrastes de significado bem mais salientes.

Nomes masculinos terminados em /a/ átono

Vejam os dados (8) e (9) abaixo, sendo os primeiros (8) formados por raízes inerentemente [-FEM] e os últimos (9) por raízes [αFEM] especificadas como [-FEM].

(8)	a:	samb-a	a':	samb-inh-a	a'':	*samb-inh-o
	b:	problem-a	b':	problem-inh-a	b'':	*problem-inh-o
	c:	sistem-a	c':	sistem-inh-a	c'':	*sistem-inh-o
	d:	fantasm-a	d':	fantasm-inh-a	d'':	*fantasm-inh-o
	e:	poet-a	e':	poet-inh-a	e'':	*poet-inh-o
(9)	a:	o atlet-a	a':	atlet-inh-a	a'':	*atlet-inh-o
	b:	o camarad-a	b':	camarad-inh-a	b'':	*camarad-inh-o
	c:	o judoc-a	c':	judoqu-inh-a	c'':	*judoqu-inh-o
	d:	o obstetr-a	d':	obstetr-inh-a	d'':	*obstetr-inh-o
	e:	o pianist-a	e':	pianist-inh-a	e'':	*pianist-inh-o
	f:	o Mirand-a	f':	Mirand-inh-a	f'':	*Mirand-inh-o
	g:	o Lim-a	g':	Lim-inh-a	g'':	*Lim-inh-o

Dados desse tipo apresentam um paradigma extremamente coeso e são tão produtivos na língua que nos permitem fazer a seguinte generalização empírica: *Diminutivos de nomes masculinos terminados em '-a' átono terminam em '-inh-a(-s)'*.

HS-R prevê erroneamente o bloqueio de (8a'-8e') e (9a'-g') e a geração de (8a''-8e'') e (9a''-g'') não fazendo nenhuma previsão correta. **HS-C** e **HI** fazem ambas as mesmas previsões corretas quanto à geração de (8a'-8e') e (9a'-g') e o bloqueio de (8a''-8e'') e (9a''-g''), não fazendo nenhuma previsão errada.

Tomemos 'samb-a' como exemplo prototípico. Pela regra geral de **HS-C**, o sufixo '**-inh**' ocuparia, na sequência de posições vazias após a raiz, o lugar que lhe caberia segundo as regras da língua, e que seria depois de 'samb-' e antes de '-a', gerando 'samb-inh-a', como desejado. Como já comentamos, **HI** teria um mecanismo tão semelhante que parece ser uma variante notacional à primeira vista (veremos adiante que não é). A regra geral tomaria como *input* a palavra 'samb-a', e geraria como *output* 'samb-inh-a', após ter infixado '**-inh-**' entre a raiz ('samb-') e a VF /a/.

Por outro lado, **HS-R** prevê, erroneamente, a existência de *'sambinho', *'probleminho', etc. De acordo com a regra geral de **HS-R**, é irrelevante qual seja a VF. O que importa é somente o gênero da raiz ser masculino ou feminino, determinando se a VF será substituída por 'inho' ou por 'inha', respectivamente.

Nomes femininos terminados em /o/ átono

Atentemos agora para os dados em (10), que exibem variação dialetal quanto às possibilidades de diminutivização.

(10)	a:	fot-o	a':	fot-inh-o	a'':	fot-inh-a
	b:	mot-o	b':	mot-inh-o	b'':	mot-inha

Tentando Colocar um Pouco de Ordem no Caos: acomodando os dados às hipóteses através de mecanismos adicionais

Ajustando HI & HS-C

Vimos acima que **HI** e **HS-C** não dão conta de casos trivialmente explicáveis por **HS-R**, como ‘tigr-e/tigri-nh-o’ e ‘colher/colher-inh-a’. Uma maneira de sustentar **HS-C** ou **HI** e dar conta desses dados é emendar o modelo com uma regra morfológica adicional como em (15), que tem como consequência a realização do /e/ final (incluindo o /e/-teórico mattosiano) como [o] ou [a], conforme o gênero da raiz. Essa regra se aplicaria a um **caso marcado** do *output* da regra de diminutivização (por sufixação ou infixação). Tal ordenação se segue do fato de que a presença do morfema de diminutivo (DIM) é parte definitiva do contexto de aplicação da regra de ajuste em (15).⁹

- (15) $\{^{VF} /e/\} \rightarrow X / \{raiz\ nominal\ do\ gênero\ \alpha\} \{DIM\} ___$
onde $X = \{^{VF} /o/\} elsewhere$
 $X = \{^{VF} /a/\}$ se $\alpha = [+FEM]$

Vejamos alguns exemplos:

- (16) a: bol-a → bol-inha (caso não-marcado)
b: carr-o → carr-inho (caso não-marcado)
c: tigr-e → tigr-inh-e → tigr-inh-o (caso marcado)
d: colher-e → colher-inh-e → colher-inh-a (caso marcado)
e: Matild-e → Matild-inh-e → Matild-inha (caso marcado)

Adicionando-se (15) a um sistema do tipo **HI** ou **HS-C**, não há mais o problema de se sobregerar *‘tigr-inh-e’ e *‘colher-inh-e’ em lugar de *‘tigr-inh-o’ e *‘colher-inh-a’. O preço que se paga por isso é a postulação de uma regra adicional específica para esses casos.

No entanto, o ajuste promovido pela regra adicional em (15) não é suficiente para que as proto-hipóteses **HS-C** e **HI** possam dar conta da distinção entre os dialetos do tipo A (foto/fotinha) e do tipo O (foto/fotinho). Obviamente, é preciso reconhecer aqui que ainda é prematuro afirmar que tal variação dialetal não seria fruto de (mera) lexicalização. Somente estudos futuros (feitos com uma metodologia apropriada) poderão nos levar a uma conclusão nesse sentido. Além disso, mesmo que o contraste seja fruto de mecanismos gramaticais ligeiramente distintos em cada dialeto, tal ajuste adicional será necessário, sob alguma forma, em qualquer das três proto-hipóteses concorrentes. No que concerne a **HS-C** e **HI**, a ausência de tal ajuste adicional implica a previsão de que somente o padrão dos dialetos do tipo O (foto/fotinho) existiria. Se assumirmos **HS-C** e **HI**, e quisermos codificar a distinção entre os dois tipos de dialeto na gramática, e não no léxico, temos que postular que, nos dialetos do tipo A, tem-se a regra em (15), que afeta apenas a VF se ela for /e/, enquanto, nos dialetos do tipo O, tem-se a regra em (15’), que é análoga a (15), mas que define a VF a ser afetada em termos mais subespecificados (i.e. [-low]), afetando tanto /e/ como /o/.

⁹ Se tirássemos DIM da definição do contexto de aplicação da regra em (15), teríamos como consequência a sobregeração de *‘tigr-o’ e *‘colher-a’ em lugar de ‘tigr-e’ e ‘colher’.

- (15') $\{^{VF} / \text{[_-low]} / \} \rightarrow X / \{ \text{raiz nominal do gênero } \alpha \} \{ \text{DIM} \} \text{ ____}$
 onde $X = \{^{VF} / o / \}$ elsewhere
 $X = \{^{VF} / a / \}$ se $\alpha = [+FEM]$

O quadro a seguir apresenta uma série de exemplos da aplicação dessas duas regras aos mesmos dados. Cada uma prevê um dialeto.

Quadro 1. Aplicação da regra geral e de (15)/(15') aos dialetos do tipo O e dialetos do tipo A

Dialectos do tipo O			Dialectos do tipo A		
[HS-C ou HI] + regra (15)			[HS-C ou HI] + regra (15')		
carro	→ carrinho	(pela regra geral)	carro	→ carrinho	(pela regra geral)
bola	→ bolinha	(pela regra geral)	bola	→ bolinha	(pela regra geral)
samba	→ sambinha	(pela regra geral)	samba	→ sambinha	(pela regra geral)
tigre	→ tigrinho	(por (15))	tigre	→ tigrinho	(por (15'))
Matilde	→ Matildinha	(por (15))	Matilde	→ Matildinha	(por (15'))
foto	→ fotinho	(pela regra geral)	foto	→ fotinha	(por (15'))

Ajustando HS-R

Vimos que nomes masculinos terminados em /a/ invariavelmente formam diminutivos terminados em /a/ (e.g. ‘samb-a/samb-inh-a’). Tais dados são trivialmente explicáveis por **HS-C** e **HI**. Ao contrário, **HS-R** massivamente sobregera dados negativos como *‘sambinho’ e subgera dados positivos como ‘sambinha’. Uma maneira de sustentar **HS-R** e dar conta desses dados é emendar o modelo com uma regra adicional, segundo a qual **‘inha’** e **‘inho’** são excepcionalmente sufixados a nomes masculinos terminados em /a/ e a nomes femininos terminados em /o/, respectivamente. Esse mecanismo adicional de **HS-R**, sensível à identidade fônica da VF, geraria os dados desejados fazendo o sufixo de diminutivo “rimar”, por assim dizer, com a VF da forma que serve de *input* para a regra.¹⁰ Assim, nos casos não-marcados, a regra **HS-R** (definida como na **Figura 1**, do lado direito) seria aplicada. Nos casos marcados, aplica-se a regra em (17) abaixo, tal como exemplificado em (18). Isso então dá conta dos nomes masculinos terminados em /a/.

- (17) $\{^{VF} / a / \} \rightarrow \{^{DIM} / iNa / \} / \{ \text{raiz nominal [-FEM]} \} \text{ ____}$ (N = nasal palatal)

- (18) a: samb-a → samb-inha raiz inerentemente [-FEM]
 b: problem-a → problem-inha raiz inerentemente [-FEM]
 c: (o) judoc-a → (o) judoqu-inha raiz inerentemente [α FEM] usada como [-FEM]
 d: (o) pianist-a → (o) pianist-inha raiz inerentemente [α FEM] usada como [-FEM]

¹⁰ Usamos a expressão ‘por assim dizer’, e colocamos “rimar” entre aspas duplas, porque, a rigor, isso não tem as características daquilo que conhecemos por rima, e que é parte do fenômeno da linguagem como um todo. A rima, tal como a concebemos, e, tal como ela é usada como recurso estilístico, ocorre sempre entre duas (ou mais) sílabas tônicas, tal que ambas estão presentes no enunciado (ou seja, no eixo sintagmático, não no paradigmático). O que supostamente estaria acontecendo em (17) é que a VF átônica de DIM “assemelha-se fonicamente” à VF átônica de uma forma abstrata subjacente, que pode ter estado (e provavelmente esteve) presente na derivação da forma de superfície, mas que não está presente no enunciado efetivamente falado. Enfim, o que temos aqui é um “rimar com o silêncio”, que, até onde se sabe, não encontra correlato em nenhum outro fenômeno das línguas naturais.

Esta proto-análise, baseada na proto-hipótese **HS-R**, no entanto, precisa de outros ajustes para dar conta da distinção entre os dialetos do tipo A (foto/fotinha) e do tipo O (foto/fotinho). Se assumirmos **HS-R**, e quisermos codificar a distinção entre os dois tipos de dialeto na gramática, e não no léxico, temos que postular a regra em (19), cuja ‘anatomia’ é análoga à de (17), e, num certo sentido, exhibe o padrão inverso (concordância fônica com /o/ se a raiz for feminina).

(19) {^{VF} /o/} → {^{DIM} / iNo / } / { raiz nominal [+FEM] } ____ (N = nasal palatal)

Desse modo, poderíamos dizer que a diferença entre os dois tipos de dialeto residiria na presença ou ausência da regra em (19) – ou algo equivalente – no sistema, em adição à regra geral e à regra (17), conforme o quadro abaixo:

Quadro 2. Aplicação da regra geral e de (17)/(19) aos dialetos do tipo O e dialetos do tipo A

Dialetos do tipo A	Dialetos do tipo O
<i>HS-R + regra (17)</i>	<i>HS-R + regra (17) + regra (19)</i>
carro → carrinho (pela regra geral)	carro → carrinho (pela regra geral)
bola → bolinha (pela regra geral)	bola → bolinha (pela regra geral)
foto → fotinha (pela regra geral)	foto → fotinho (por (19))
tigre → tigrinho (pela regra geral)	tigre → tigrinho (pela regra geral)
Matilde → Matildinha (pela regra geral)	Matilde → Matildinha (pela regra geral)
samba → sambinha (por (17))	samba → sambinha (por (17))

Intermezzo

HS-R versus [HS-C ou HI]

Embora a primeira divisão natural entre as três proto-hipóteses seja separar **HS-C** e **HS-R** de um lado, contra **HI** do outro, por se tratar de sufixação *versus* infixação, vimos que, até agora, em suas ‘formas puras’, **HS-C** e **HI** têm coberturas empíricas que contrastam com a cobertura empírica de **HS-R**. Descobrimos que, empiricamente, a comparação que se coloca, num primeiro momento, é entre **HS-R** de um lado e **HS-C** e **HI** do outro. Basicamente, **HS-R** e o par (**HS-C**, **HI**) estão em distribuição complementar. Uma facilmente acomoda padrões que a outra não acomoda, e vice-versa. Assim, ambas precisam de mecanismos adicionais para atingir a cobertura empírica (quase) total.

Dos dois mecanismos auxiliares estipulados, aquele utilizado em **HS-C** e **HI** (i.e. (15, 15’)) é mais natural, por ser, essencialmente, análogo à concordância de gênero, algo próprio da(s) língua(s). O mecanismo adicional estipulado para **HS-R** (i.e. (17, 19)) é anti-natural por ser, essencialmente, concordância fônica (com /a/ ou com /o/), algo sem correlato no resto da língua, e, principalmente, algo que contradiz a própria regra geral de **HS-R**, baseada em concordância de gênero. A partir de agora, descartamos, portanto, **HS-R**, e seguiremos considerando **HS-C** e **HI** como alternativas.¹¹

¹¹ Há uma implementação técnica alternativa para **HS-R** (que nos foi sugerida por Marcelo Ferreira, em comunicação pessoal) que nos parece bastante promissora, tendo uma cobertura empírica relativamente ampla, não necessitando de regras adicionais *ad hoc* de reajuste fonológico. Por ora, não discutiremos essa possibilidade, pois ainda não a testamos o suficiente.

HS-C versus HI

Prima facie, **HS-C** parece melhor que **HI** se pensarmos que algo só é um infixo se puder penetrar numa base monomorfêmica, o que não vemos nos dados típicos. Chegamos a esse ponto, portanto, com a impressão de que **HS-C** é superior a **HI**, levando vantagem devido a um detalhe técnico concernente à definição de infixo. Mostraremos na seção seguinte que, ao contrário do que possa parecer à primeira vista, **HI** supera empiricamente **HS-C**. Tecnicamente, entretanto, dizer que algo só é um infixo se puder penetrar numa base monomorfêmica é uma simplificação prematura. Tomar isso como premissa é questionável, pois isso depende de outras premissas (questionabilíssimas) sobre derivações e representações, e sobre a natureza das regras morfofonológicas envolvidas nas afixações (KIPARSKY, 1982; MOHANAN, 1986).¹² Ademais, poder penetrar em bases monomorfêmicas não implica logicamente não poder penetrar em bases plurimorfêmicas. Ampliemos, agora, nossas considerações empíricas.

Evidências e Argumentos Sugestivos em Favor de HI

Os dados abaixo mostram a inserção do morfema de diminutivo em dados canonicamente analisados como monomorfêmicos. Não há, portanto, como acomodar tais dados em nenhuma das versões de **HS**.

(20)	a:	Lucas	a':	Luqu-inh-a(s)
	b:	Carlos	b':	Carl-inh-o(s)
	c:	Marcos	c':	Marqu-inh-o(s)
	d:	(o) Santos	d':	Sant-inh-os
	e:	Matos	e':	Mat-inh-o(s)
	f:	Guarulhos	f':	Guarul-inh-o(s) ?
	g:	Barretos	g':	Barret-inh-o(s) ?

Além disso, note-se que *'inh'* também tem a capacidade de se encaixar em unidades monomorfêmicas não-nominais, como advérbios, e, em alguns dialetos/idioletos, formas verbais gerundivas, tal como em (21).

(21)	a:	O Gesoel e a Ana estão [[namor][a][nd[inh]o]] no sofá da sala.
	b:	Eu vou tomar banho [agor[inh]a] mesmo.
	c:	Eu vou ali na farmácia [[corr][e][nd[inh]o]], e já te trago o remédio.
	d:	Ele vem bajula[nd[inh]o] a Ana todos os dias.

O tratamento semântico adequado para esses casos ainda é um mistério. Mas há muitos paralelos extremamente sugestivos que podem ser traçados entre as ocorrências de *'inh'* em (21) e todas as demais. Além de diminutivos de tamanhos propriamente ditos, há diminutivos afetivos ((21a) e (22a)), encurtadores de intervalo temporal ((21b-c) e (22c)), depreciativos ((21d?) e (22b)), etc., e estamos longe de ter um tratamento unificado para tudo isso.

¹² cf. a postulação do *Bracket Erasure Principle* em Kiparsky (1982), e toda a discussão que isso gerou subsequentemente, e continua gerando até hoje. Mesmo em modelos representacionais como a *Teoria de Otimalidade*, que lidam com o problema de forma diferente, a questão continua existindo (o que motiva os praticantes dessa teoria a tentar derivar “efeitos de opacidade” (cf. MOHANAN, 1986) a partir de mecanismos puramente representacionais (cf. HERMANS; VAN OOSTENDORP, 1999).

- (22) a: A Flávia disse: “meu namoradinho é muito gentil”.
b: O ex-namorado da Flávia disse: “o namoradinho da Flávia é um babaca.”
c.: Aguarde um momentinho.

A respeito de (21b), podemos especular que o enunciador quer passar a ideia de que ele fará o possível para encurtar o intervalo de tempo entre o ato de enunciação da sentença e início do evento de tomar banho em si. Em (21c), o enunciador usa o infixos *‘inh’* encaixado na unidade monomorfêmica do gerúndio *‘-ndo’* (grosso modo, denotadora de aspecto progressivo, que “abre” um intervalo de tempo dentro do qual a ação vai acontecer) para expressar que ele fará o possível para encurtar o intervalo de tempo dentro do qual a corrida até a farmácia ocorrerá. Em suma, ele vai correr mais rapidamente que o normal, para que o doente sofra por menos tempo à espera do remédio. É interessante notar que não há contraste evidente entre (21c) e “Eu vou ali na farmácia correndão, e já te trago o remédio” quanto ao conteúdo proposicional (embora os conteúdos informacionais possam diferir ainda que sutilmente). Basicamente, no segundo caso, o enunciador também passa a mensagem de que vai tornar a corrida até a farmácia o mais breve possível. O aumentativo parece denotar o aumento da brevidade da corrida, o aumento da velocidade do modo como se corre, o que equivale, pragmaticamente, à diminuição do intervalo temporal que acabamos de mencionar. Intuitivamente, isso parece fazer sentido. O grande problema é saber como modelar isso formalmente, calculando, em cada caso, o significado do todo a partir do significado das partes. Especificamente, qual é o significado básico de *‘inh’*? Será que estamos diante do mesmo *‘inh’* em todos os casos?

Ainda explorando o (escorregadio/perigoso, porém fértil) território das especulações, podemos estabelecer um paralelo entre (22b) e os diminutivos de tamanho canônicos. Grosso modo, é possível parafrasear o enunciado do ex-namorado da Flávia como “a virilidade e o caráter desse homem são de magnitude muito pequena, insuficiente para ele merecer namorar uma mulher como a Flávia”.

Coda

Haveria vários *‘inh’* no léxico, cada um tendo sua própria denotação, sua própria categoria, sendo usado nos contextos que lhe são apropriados? Quer estejamos diante de um único *‘inh’* ou de mais de um, é prematuro dizer se todas essas nuances de significado são obtidas na semântica composicional ou no campo da pragmática; ou mesmo parte aqui, outra parte lá. Caso se conclua que há mais de um *‘inh’*, não é logicamente necessário que eles sejam todos sufixos ou todos infixos. Em última instância, isso é uma questão empírica, e que talvez possa variar de um dialeto/ídioteleto para outro. Além disso, a missão científica de dar uma explicação unificada para os sub-fenômenos do fenômeno não implica assumir sem questionamento que todos os dialetos/ídioteletos do PB são explicáveis através da mesma hipótese dentre as três discutidas aqui.¹³

Nesse estágio inicial da pesquisa, apesar da incerteza de estarmos diante de um mesmo fenômeno ou de vários, as regularidades dos paradigmas que detectamos – tanto em dados já bastante conhecidos como em dados que nós próprios “escavamos” – apontam

¹³ O fato de que, por exemplo, os “gerúndios diminutivizados” existem em alguns dialetos e não em outros pode sugerir uma solução lexicalista, mas isso não é uma necessidade lógica.

muito sugestivamente na direção de que todos esses casos podem efetivamente ser instanciações particulares de um mesmo mecanismo gramatical. Perseguindo essa ideia, comparamos três hipóteses concorrentes, constatamos que, em “estado bruto”, nenhuma delas é capaz de acomodar todos os casos mais prototípicos de diminutivização, sempre demandando postulações adicionais. Entretanto, a proto-análise infixativa, **HI**, revelou-se aquela cujos ajustes necessários são mais naturais, com menos custo teórico. Quando dados menos triviais são acrescentados à base empírica a ser descrita e analisada, **HI** mostra-se uma candidata ainda mais plausível para analisar unificadamente todos os fatos, posto que as duas proto-análises sufixativas alternativas parecem enfrentar problemas bem maiores diante dos dados menos prototípicos, mas que são igualmente reais, produtivos e relevantes (cf. (20) e (21)). Não obstante, ainda restam algumas lacunas à espera de investigação mais apurada (cf. (10) e (14)). Saliente-se, no entanto, que tais lacunas ainda permanecem inexplicadas, qualquer que seja a proto-análise que adotemos; além de outras lacunas não tratadas aqui e deixadas para serem estudadas em pesquisas futuras (cf. seção apêndice a seguir). Ademais, mesmo ainda não tendo encontrado explicações para tais questões, é importante destacar que muitos desses problemas só vieram a ser efetivamente detectados e explicitamente colocados a partir desses dados novos que foram “escavados” exatamente usando-se como “pá” a hipótese infixativa.

Encore

Conforme admitimos ao final da seção de conclusão acima, a escavação está apenas começando. Abaixo, apresentamos uma pequena (mas significativa) amostra de fatos que ainda jazem no subterrâneo, e que pedem por serem trazidos à tona em investigações futuras.

(23)	a:	Lucas	a':	Luqu-inh-as	a'':	Luqu-inh-a
	b:	Carlos	b':	Carl-inh-os	b'':	Carl-inh-o
	c:	César	c':	*Ces-inh-ar	c'':	Ces-inh-a
	d:	Rubens	d':	Ruben-zinho	d'':	Rub-inh-o
	e:	Mercedes	e':	Mercede-zinha	e'':	Merced-inh-a
	f:	Gonçalves	f':	?	f'':	?
	g:	Torres	g':	?	g'':	?
	h:	Lopes	h':	?	h'':	?
	i:	Gomes	i':	?	i'':	?
	j:	Tales	j':	?	j'':	?
	k:	Mercedes	k':	?	k'':	?

(24)	a:	colher	→	colherinha	(colherzinha)
	b:	mulher	→	mulherinha	(mulherzinha)
	c:	flor	→	*florinha	(florzinha)
	d:	cor	→	*corinha	(corzinha)
	e:	mar	→	*marinho	(marzinho)
	f:	par	→	*parinho(parzinho)	

(25)	a:	chanceler	→	*chancelerinho/*chancelerinha/(✓chancelerzinh(o/a))
	b:	militante	→	*militantinho/*militantinha/*militantinho/(✓militantezinh(o/a))

Já numa primeira inspeção rápida, o leitor pode facilmente apreciar a magnitude e a complexidade dos problemas que esses dados representam para todas as hipóteses aqui consideradas, inclusive para a própria **HI**. Eles demandam uma extensa discussão que extrapolaria os limites deste artigo, forçando-nos a reformular/refinar cada uma das (proto-) hipóteses aqui consideradas, bem como a formular e testar novas hipóteses. Deixamos tal tarefa para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACK, E.; MATTOS, G. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1972.
- BACHRACH, A.; WAGNER, M. Syntactically Driven Cyclicity vs. Output-Output Correspondence: the case of adjunction in diminutive morphology. *UPenn Working Papers in Linguistics*, Philadelphia, v. 10, n. 1, p. 157-173, 2007.
- BRAKEL, A. Boundaries in a Morphological Grammar of Portuguese. *Word*, New York, v. 32, p. 193-212, 1981.
- CHOMSKY, N. *Current issues in linguistic theory*. Mouton: The Hague, 1964.
- _____. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the pieces of inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Orgs.). *The View from Building 20*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- HERMANS, B.; VAN OOSTENDORP, M. *The Derivational Residue in Phonological Optimality Theory*. Amsterdam: John Benjamins, 1999.
- KEHDI, V. O problema do infixos em português. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 3, p. 191-196, 1999.
- KIPARSKY, P. 1982. Lexical morphology and phonology. In: YANG, I.-S. (Org.). *Linguistics in the Morning Calm*. Seoul: Hanshin, 1982. p. 3-91.
- LEE, S.-H. Fonologia Lexical do Português. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 23, p. 3-91, 1992.
- _____. *Morfologia e Fonologia Lexical do Português do Brasil*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística, Área de concentração: Morfofonologia) Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- _____. Sobre a formação do diminutivo do português brasileiro. *Revista de estudos da linguagem*, Belo Horizonte, v. 8, p. 113-123, 1999.
- LEITE, Y. *Portuguese Stress and Related Rules*, 1974. Tese (Doutorado em Linguística, Área de concentração: fonologia). University of Texas, Austin.
- MATTOSO CAMARA JR., J. M. *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- _____. Considerações sobre o Gênero em Português. In: _____. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972. p. 115-129.

- MCCARTHY, J.; PRINCE, A. *Prosodic Morphology*. Amherst, New Brunswick: University of Massachusetts; Rutgers University, 1986. (ms.)
- _____. *Prosodic Morphology I: Constraint interaction and satisfaction*. Amherst, New Brunswick: University of Massachusetts; Rutgers University, 1993. (ms.)
- _____. Faithfulness and identity in Prosodic Morphology. In: KAGER, R.; VAN DER HULST, H.; ZONNEVELD, W. (Orgs.). *The prosody-morphology interface*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 218–309.
- MENUZZI, S. *On The Prosody of the Diminutive Alternation -inho/-zinho in Brazilian Portuguese*. Leiden: HIL/University of Leiden, 1993.
- MOHANAN, K. P. *The theory of lexical phonology*. Dordrecht: Reidel, 1986.
- MONTEIRO, J. L. Quem disse que não há infixos em português? In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA, II, 1998, Rio de Janeiro. *Anais...*, Rio de Janeiro, Círculo Fluminense de Estudos Linguísticos e Filológicos, 1999, <http://www.filologia.org.br/anais/anais_iicnlf50.html> Acesso em: 28 jun. 2011.
- MORENO, C. *Os Diminutivos em -inho e -zinho, e a Delimitação do Vocábulo Nominal em Português*. 1977. Dissertação (Mestrado em Linguística, Área de concentração: morfologia). IL/UFRGS, Porto Alegre.
- PRINCE, A.; SMOLENSKY, P. *Optimality Theory: Constraint Interaction in Generative Grammar*. New Brunswick: Rutgers University Center for Cognitive Science, 1993.
- RAIMY, E. *The phonology and morphology of reduplication*. Berlin: Mouton, 2000.
- SILVA, M. C. P. S.; KOCH, I. V. *Linguística Aplicada ao Português: Morfologia*. São Paulo: Cortez, 1983.
- ZANOTTO, N. *Estrutura Mórfica da Língua Portuguesa*. Caxias do Sul: EDUCS, 1986.

Uma proposta de distinção semântica para os intensificadores *muito* e *bem*

(A degree semantic treatment for the Brazilian Portuguese intensifiers *muito* and *bem*)

Ana Quadros Gomes¹

¹ Departamento de Letras Vernáculas – Universidade Federal do Rio de Janeiro (LEV-UFRJ)

anaquadrosgomes@letras.ufrj.br

Abstract: Degree modifiers (DMs) change the relation between compared degrees. Brazilian Portuguese (BP) DMs do not specialize in modifying Gradable Adjectives (GAs) with a particular scale structure, but each one produces modified adjective phrases of a certain type. ‘Bem’ takes a category to which the GA argument belongs as the parameter and demands that the degree of the individual overlaps with the degree of the parameter. ‘Muito’ reminds ‘very’: the standard comes from the context and must show a distinct degree from the one the GA’s argument is mapped to.

Keywords: Degree Semantics; Gradable Adjectives; Intensifiers; *Bem*; *Muito*.

Resumo: Intensificadores impõem condições sobre a relação entre o grau do argumento de um adjetivo e o do parâmetro de comparação assumido. Embora todo intensificador incremente o grau da propriedade, os produtos de modificação por ‘muito’ e por ‘bem’ têm condições de verdade distintas. ‘Bem’ requer que o indivíduo-argumento do adjetivo exiba um grau da propriedade coincidente com o da classe à qual esse indivíduo pertence. ‘Muito’ sempre requer que os graus comparados sejam disjuntos.

Palavras-chave: Semântica de Graus; Adjetivos de Grau; Intensificadores; *Bem*; *Muito*.

Introdução

Intensificadores aumentam o grau da propriedade do argumento do adjetivo: um ‘pé muito grande’ é maior que um ‘pé grande’. Neste artigo, defenderemos que dois intensificadores não são sinônimos: o produto da intensificação por ‘muito’ tem condições de verdade distintas do produto da intensificação por ‘bem’. Defenderemos que ‘muito’ exige a disjunção dos graus comparados, enquanto ‘bem’ exige sua conjunção, e que tais intensificadores adotam parâmetros de tipos distintos. Sustentaremos ainda que há diferenças paramétricas entre os processos de intensificação do português (analisados aqui) e os do inglês (analisados por Kennedy e McNally 2005). Para tanto, faremos o seguinte percurso: primeiramente, daremos uma ideia de como a semântica de graus trata os intensificadores; depois, compararemos ‘bem’ a ‘muito’, descrevendo seus respectivos parâmetros e detalhando como esses intensificadores operam. Após explicarmos como nossa análise cobre os dados trabalhados, argumentaremos que ela é compatível com análises anteriores, representadas aqui pela de Rodolfo Ilari et al (1993). Esperamos, neste trabalho, contribuir para a descrição do Português do Brasil (PB) e para a semântica de graus, numa perspectiva que entretém a existência de universais e de parâmetros semânticos.

Intensificadores na visão da Semântica de Graus

Segundo Kennedy e McNally (2005), adjetivos de grau (AGs) denotam funções de medida que associam seu argumento (o indivíduo denotado pelo sintagma nominal — SN — com que concordam) a certo grau na escala da propriedade relevante. Consideremos, por exemplo, os AGs associados à propriedade LARGURA:

(01) A passagem é larga.

(02) A passagem é estreita.

Assumindo que o SN ‘a passagem’ se refere ao túnel que liga a Avenida Rebouças à Eusébio Matoso, em São Paulo (SP), um AG — ‘largo’, em (01) ou ‘estreito’, em (02) — apenas leva seu argumento (‘a passagem’) ao grau correspondente à medida da propriedade (LARGURA) para esse indivíduo (9m, no caso).¹ A distinção semântica entre ‘estreito’ e ‘largo’ é obtida com um segundo passo. O grau de LARGURA do túnel ainda precisa ser comparado a outro. Não é preciso haver um constituinte sentencial que denote esse segundo termo da comparação, o dito parâmetro. Assim mesmo, os autores assumem a comparação como parte da semântica de qualquer AG. Para eles, a relação estabelecida entre o grau do argumento do AG e o grau do parâmetro faz julgar a predicação adjetival verdadeira ou falsa. E tal relação é regulada por uma morfologia de grau não-pronunciada, batizada de *pos*. *Pos* opera de forma similar à da morfologia de grau pronunciada (‘*mais*’/ ‘*menos*’/ ‘*tanto*’ *que*).

Retomemos os exemplos (1) e (2). Assumida a comparação implícita, já podemos distinguir um AG do outro. O polo positivo da escala de LARGURA, ‘largo’, exige que o grau do argumento do AG seja maior que o do parâmetro (assim como ‘*mais*’ *que*). O polo negativo da mesma escala, ‘estreito’, requer que o grau de seu argumento fique abaixo do grau do parâmetro assumido (assim como ‘*menos*’ *que*).

A verdade da predicação com os AGs ‘largo’ e ‘estreito’ depende de que parâmetro de comparação o falante escolhe; daí eles serem ditos “relativos”. Tendo em mente a passagem de um New Beetle, (01) é uma sentença verdadeira e (02) é falsa. Entretanto, considerando a passagem de uma enorme jamanta, dá-se o inverso: a sentença verdadeira é (02) e a falsa é a (01). Esses juízos são fruto da mencionada comparação implícita. O New Beetle tem 1,72m de largura, e a jamanta, 8,99m. Fixada a referência do SN ‘a passagem’, a relação entre as medidas de largura de cada veículo e a medida de largura do túnel terá qualidades distintas. A natureza da relação entre os dois graus da propriedade (a largura do veículo e a do túnel) capta o fato de que o New Beetle passa por ali com muito mais folga que a jamanta. Por isso, (02) é falsa na comparação do túnel a um New Beetle, mas verdadeira na comparação do túnel à jamanta.

Entre os adjetivos, só os de grau (AGs) aceitam intensificação. Um teste para identificar se o adjetivo é ou não de grau é submetê-lo à modificação por intensificadores (cf. FOLTRAN; CRISÓSTIMO, 2005; FOLTRAN, 2007). O intensificador atua sobre a relação entre o grau do argumento do adjetivo e o grau do parâmetro de comparação, impondo condições extras sobre essa relação. Comparemos (02) a (03), abaixo:

(03) A passagem é muito estreita.

¹ Os valores numéricos são um recurso expositivo. Não se postula que o falante tenha de saber as medidas exatas de cada argumento de um adjetivo; basta que ele faça um juízo de valor aproximativo. Adjetivos operam com relações, estas sempre marcadas ou pela vagueza ou pela imprecisão.

A passagem do túnel pode ser ‘estrita’ e, ainda assim, não se qualificar como ‘muito estrita’. Uma jamanta com eixos metálicos de 7m de largura e com um carregamento de espuma macia que atinge 8,99m de largura até pode atravessar o túnel, caso a carga agüente a compressão. O motorista ficará apreensivo, por a passagem ser ‘estrita’, mas, nessas condições, ele pode considerar que a passagem não é ‘muito estrita’, e arriscar conduzir o veículo pelo túnel. Porém, caso a jamanta atinja 12m de largura, seu motorista certamente não hesitará em buscar um caminho alternativo, evitando o túnel, agora uma passagem ‘muito estrita’.

A ordenação instaurada por *pos* + AG se mantém em presença do intensificador: o argumento de ‘muito estrita’ (03), assim como o de ‘estrita’ (02), tem de apresentar um grau de LARGURA inferior ao do parâmetro. Tanto que, se o parâmetro for o New Beetle, a sentença (03) será tão falsa quanto a (02). O MD acrescenta uma nova exigência a essa relação, que aparece, em (03), na forma de um tamanho mínimo para o intervalo que marca na escala a distância entre o grau do túnel e o do veículo. O tamanho do intervalo entre os dois graus comparados não influi nas condições de verdade quando o adjetivo não está intensificado, como, por exemplo, na sentença (02). É por isso que, para a passagem se qualificar como ‘muito estrita’, a diferença entre os graus comparados precisa ser mais expressiva. Por exigirem mais da relação entre os graus comparados, os intensificadores são considerados modificadores de graus (MGs).

No quadro teórico adotado, há um número limitado de estruturas lógicas possíveis para escalas, e a entrada lexical de cada AG corresponde a uma delas. Os AGs relativos apresentam escala aberta, pois, nessa estrutura, só quando se resolve o contexto fica configurado se o grau do argumento marca o extremo inferior ou o superior do segmento que vai dele ao grau associado ao parâmetro. Isso porque o falante pode optar, em certo contexto, por tomar por parâmetro um indivíduo² com um grau da propriedade menor; ou preferir outro parâmetro, com um grau da propriedade maior que o exibido pelo argumento do AG. Como vimos, assumindo a jamanta como parâmetro, o grau de LARGURA de ‘a passagem’ é o mais baixo do intervalo em (01); entretanto, se o parâmetro assumido for o New Beetle, o grau de LARGURA de ‘a passagem’ em (01), embora seu valor não se altere, marcará o extremo superior do intervalo formado pelos dois graus comparados.

Há também AGs de escala fechada. Vejamos um exemplo:

(04) O cliente está satisfeito.

Sempre que o produto ou serviço adquirido estiver dentro do patamar de qualidade internalizado pelo cliente, ele experimentará 100% de SATISFAÇÃO, e a sentença (04) será verdadeira. Quando o grau da SATISFAÇÃO experimentada for não-máximo, o cliente estará ‘insatisfeito’, e a sentença (04) será falsa.

O que classifica a escala de SATISFAÇÃO como “fechada” é o fato de sabermos — de antemão, sem precisarmos considerar o contexto — que, sendo verdadeira a sentença (04), o grau atribuído ao argumento de ‘satisfeito’ será o máximo. Em razão de o padrão de qualidade que informa o parâmetro da escala ser intrínseco ao argumento do AG, esse

² Usamos “indivíduo” como um termo técnico da semântica, para designar uma denotação atômica (‘o menino’, ‘a areia’), molecular (‘os meninos’) ou de *Kind* (‘leite’, em ‘leite é proteico’; ‘leão’, em ‘leão tem juba’) de SNs.

padrão o acompanhará em todas as suas experiências de compra de bens ou serviços. Consequentemente, mudanças de cenário não vão afetar a verdade de (04) como afetavam a de (01) ou a de (02). Por isso, AGs de escala fechada são também chamados de “absolutos”: o parâmetro não pode ser livremente extraído do contexto, mas é fixado independentemente da situação em consideração.

Observe-se que o parâmetro pode ser um só para os dois polos da mesma escala. O parâmetro de SATISFAÇÃO é o grau máximo, que representa a emulação do padrão de qualidade do cliente pela qualidade do produto ou serviço. O polo positivo (‘satisfeito’) requer sobreposição entre os dois graus comparados: o argumento do AG na situação examinada tem de receber o grau máximo da propriedade, que é o mesmo grau do parâmetro. Já o polo negativo de SATISFAÇÃO requer que o grau do seu argumento seja distinto do grau do parâmetro; dado que o parâmetro é o grau máximo da escala, o grau do argumento de ‘insatisfeito’ necessariamente será a ponta inferior do intervalo formado pelos graus comparados.

AGs absolutos podem receber intensificação:

(05) O cliente está bem satisfeito.

Que o grau de SATISFAÇÃO do cliente na situação considerada seja o máximo é um requisito tanto para a verdade de (04) quanto para a de (05). A presença de ‘bem’ enfatiza os 100% de SATISFAÇÃO: em (05), o cliente está tão ‘satisfeito’ quanto se pode estar, implicando que ele não teria mesmo como ficar ainda mais satisfeito.

Vejamos como a intensificação opera no polo oposto da escala:

(06) O cliente está insatisfeito.

(07) O cliente está bem insatisfeito.

Tanto (06) quanto (07) serão sentenças verdadeiras se o grau de SATISFAÇÃO do cliente for distinto do grau do parâmetro, ou seja, distinto do máximo. Entretanto, o tamanho da diferença entre os graus comparados só importa para (07). Imaginemos que o cliente experimente 95% de SATISFAÇÃO. Nesse caso, (06) será uma sentença verdadeira, mas (07), não. Além de tudo o que ‘insatisfeito’ requer, ‘bem insatisfeito’ pede ainda uma distância maior entre os dois graus. Caso o cliente experimente um grau de SATISFAÇÃO de 25%, não há dúvida de que (07) será uma sentença verdadeira.

Em suma, a natureza da relação entre os graus comparados, estabelecida previamente à intensificação, depende principalmente de dois fatores: do tipo de escala (aberta ou fechada) e do polo da escala representado pelo AG (positivo ou negativo). Em escalas abertas, a relação é sempre de disjunção entre os graus comparados; o polo positivo (p. ex., ‘largo’) requer que o grau de seu argumento represente o extremo superior do intervalo, enquanto o polo negativo (p. ex., ‘estreito’) exige que o grau de seu argumento seja o menor no intervalo. O parâmetro de adjetivos de escalas abertas é provido pelo contexto, o que torna a verdade de sentenças com AGs “relativos” suscetível à manipulação contextual. Já em escalas fechadas, o parâmetro é provido por uma dimensão ou propriedade do indivíduo sobre o qual o adjetivo predica; portanto, a verdade de sentenças com AGs “absolutos” independe do contexto.

Pelo menos um polo da escala fechada é sempre associado a uma ponta do intervalo demarcado pela comparação. Vimos que ‘satisfeito’ requer que seu argumento apresente

exatamente o grau máximo da propriedade. O outro polo da mesma escala, ‘insatisfeito’, aceita que seu argumento apresente qualquer grau de SATISFAÇÃO diferente de 100%. Os polos de escalas fechadas que aceitam um único grau impõem uma relação de coincidência entre o grau de seu argumento e o do parâmetro; os polos de escala fechada que aceitam diversos graus, desde que sejam distintos do grau do parâmetro, requerem disjunção entre os graus comparados.

Um MG atua sobre os polos de escalas fechadas que requerem que os graus comparados fiquem disjuntos (p. ex., ‘insatisfeito’) da mesma forma que atua sobre AGs de escala aberta (p. ex., ‘largo’, ‘estreito’): exigindo mais distância entre os graus comparados. Quando atua sobre o polo de uma escala fechada que requer sobreposição entre os graus comparados (p. ex., ‘satisfeito’), a exigência de mais distanciamento entre os graus comparados não pode ser cumprida, por razões lógicas. O argumento de ‘satisfeito’, por exemplo, tem de apresentar um grau igual ao do parâmetro, ou seja, o máximo. Ora, não existe grau acima do máximo. Logo, o argumento de ‘bem satisfeito’ não pode apresentar um grau maior do que o do parâmetro, nem maior do que o que deve ser apresentado pelo argumento do adjetivo não-intensificado (‘satisfeito’).

Salvo o caso em que o adjetivo é o polo da escala fechada que exige sobreposição com o parâmetro,³ o argumento de um AG intensificado de polo positivo (p. ex., ‘roupa muito larga’) sempre tem de apresentar um grau da propriedade marcadamente mais alto que o do AG não intensificado (p. ex., ‘roupa larga’). Por outro lado, novamente salvaguardados os casos de polos de escalas fechada que exigem sobreposição entre o grau do argumento do AG e o do parâmetro,⁴ o argumento de um AG intensificado de polo negativo (p. ex., ‘bem insatisfeito’) precisa apresentar um grau consideravelmente mais baixo da propriedade que o argumento do mesmo AG não-intensificado (p. ex., ‘insatisfeito’). Isso é o que há de comum entre ‘muito’ e ‘bem’. Examinaremos, a seguir, em que esses MGs se diferenciam um do outro.

O parâmetro de *bem* e o de *muito*

Tanto ‘bem’ quanto ‘muito’ requerem uma distância mínima entre os graus comparados, se a comparação é de disjunção. Porém, cada um desses MGs toma um caminho diferente para chegar a ser interpretado como “alto grau da propriedade”. Pretendemos mostrar que ‘bem’ e ‘muito’ adotam parâmetros de tipos distintos.

Vimos na seção anterior que ‘bem satisfeito’ (exemplo (05)) significa o mesmo que ‘satisfeito’ (exemplo (04)). Vimos que ‘bem satisfeito’ implica “tão satisfeito quanto se pode ficar”, com ênfase na maximalidade do grau. Vamos ver se ‘muito satisfeito’ também significa, necessariamente, “maximamente satisfeito”:

(08) O cliente está muito satisfeito.

³ Aí a diferença entre graus é logicamente impossível. ‘Bem vazio’ e ‘vazio’ marcam grau zero de OCUPAÇÃO, pois não existem graus abaixo de zero; ‘bem cheio’ e ‘cheio’ marcam 100% de OCUPAÇÃO, pois não existem graus acima da completude (100%) da propriedade.

⁴ O parâmetro de uma escala fechada tanto pode coincidir com o seu grau máximo (SATISFAÇÃO) como com o zero (SUJEIRA). Estará ‘sujo’ o indivíduo que apresentar qualquer grau acima de 0% de SUJEIRA; mas só sem sujeira alguma (com grau igual ao parâmetro) o indivíduo estará ‘limpo’.

Intuitivamente, ‘muito satisfeito’ requer um grau de SATISFAÇÃO mais alto que ‘satisfeito’. Ou seja, o MG requer que o grau atribuído ao argumento do AG se distancie mais do parâmetro. Porém, se o parâmetro de ‘muito satisfeito’ fosse o mesmo do AG não-modificado, ‘satisfeito’, ou seja, o grau máximo da escala, um aumento da distância entre os graus comparados seria logicamente impossível.

Ocorre que, em sentenças com ‘muito satisfeito’, como (08), pode-se escolher um parâmetro de comparação diferente do patamar de qualidade adotado pelo cliente. Vamos supor uma pesquisa de satisfação entre os clientes de uma loja. Célia assinalou um grau de 88% de SATISFAÇÃO, e Pedro, um grau de 68% de SATISFAÇÃO. Todos os outros clientes assinalaram um grau abaixo de 50%. Conhecendo a pesquisa, referindo-se a Célia e tomando Pedro como parâmetro, alguém pode usar (8) com pertinência. Nesse cenário, a referência de ‘o cliente’ apresenta um grau de SATISFAÇÃO diferente de 100% e (08) é verdadeira; mas a sentença sem intensificador ((04), ‘O cliente está satisfeito’) é falsa, bem como é falsa a versão de (8) com ‘bem’ (o exemplo (05): ‘O cliente está bem satisfeito’).

Para ‘satisfeito’ e para ‘bem satisfeito’, o parâmetro não é livre. No caso de AGs absolutos fixados no grau máximo, modificados ou não por ‘bem’, o parâmetro é necessariamente certa dimensão inerente ao seu argumento. Em contraste, ‘muito’ + AG absoluto (‘muito satisfeito’) se comporta como um AG relativo não-modificado (‘largo’), permitindo que o parâmetro seja livremente suprido pelo contexto.

Esse fato faz repensar a igualdade dos intensificadores. É verdade que tanto ‘muito’ quanto ‘bem’ intensificam AGs de escala aberta (‘muito estreito’, ‘bem estreito’) e fechada (‘muito satisfeito’, ‘bem satisfeito’).⁵ Ainda que o AG não-modificado (‘satisfeito’) tenha escala fechada, ‘muito’ + AG tem sempre escala aberta. Vimos que escalas abertas são suscetíveis à manipulação contextual. Nenhuma mudança de contexto altera o julgamento de verdade de (09). Mas isso vale para (10)?

(09) O copo está cheio.

(10) O copo está muito cheio.

A verdade da sentença com o AG absoluto não-intensificado (09) é impermeável ao contexto: depende exclusivamente do estado do argumento do adjetivo. Qualquer copo com mais conteúdo do que tiver capacidade para reter transbordará. O parâmetro (o grau máximo da escala) é informado pela capacidade do recipiente. A sentença (09) só será verdadeira se o copo estiver 100% ocupado. Se não contiver nada (com 0% de OCUPAÇÃO), o copo estará ‘vazio’. Se contiver um volume distinto de 0% e distinto de 100% de sua capacidade de retenção, o copo não estará nem ‘cheio’ nem ‘vazio’. Mas que volume o copo precisa conter para (10) ser uma sentença verdadeira?

Isso depende do contexto.

Imaginemos que Pedro não beba. Seus colegas de trabalho insistem para que ele faça um brinde à saúde do chefe. Ele cede, mas pede que lhe sirvam só o mínimo necessário para o brinde. Alguém dá meio copo de cerveja a Pedro. Nesse contexto, Pedro pode enunciar (10), expressando que seu copo tem mais cerveja do que o solicitado. Embora, nesse cenário, o copo possa ser descrito como ‘muito cheio’, (09) não é uma descrição

⁵ Sobre a seleção de AGs pelos MGs do PB, ver Quadros Gomes (2009).

adequada para a situação: o copo a que nos referimos está ‘pela metade’: nem está ‘cheio’ nem ‘vazio’.

Suponhamos agora que uma colega de Pedro, Tânia, disposta a beber, tenha sido a última a ser servida na rodada. A cerveja restante na garrafa só deu para encher seu copo até a metade. O copo dela e o de Pedro apresentam exatamente o mesmo volume de conteúdo. Não obstante, Tânia pode descrever seu copo como ‘muito vazio’, por conter menos cerveja do que ela gostaria. Para ela, (10) é uma sentença falsa.

Concluimos que a verdade de sentenças com ‘muito’ é contextualmente manipulável, seja o AG modificado relativo ou absoluto. ‘Muito cheio’ requer que seu argumento exiba um grau da propriedade notavelmente acima do exibido pelo parâmetro. Como, no copo de Pedro, há mais que o dobro de volume de cerveja do que ele gostaria, (10) é uma sentença verdadeira nessa situação.

Vejamos agora se ‘bem’ se comporta como ‘muito’:

(11) O copo está bem cheio.

No contexto do brinde ao chefe, nem o copo de Tânia nem o de Pedro podem ser descritos como ‘bem cheios’. O fato relevante ainda é o estado do copo, contendo apenas 50% da capacidade; as expectativas de Tânia ou de Pedro quanto ao volume de bebida não têm nenhum efeito sobre a verdade de (11).

Vejamos agora se ‘bem’ produz predicções com independência contextual quando o AG é relativo:

(12) O carro do chefe de Pedro é bem caro.

Digamos que o carro a que a sentença se refere custe R\$ 65.000,00. Ele pode ser ‘bem caro’ para Pedro, cujo salário é de R\$ 5.000,00; e, no entanto, não ser ‘bem caro’ para o chefe dele, que ganha R\$ 30.000,00 por mês. O carro pode até ser considerado ‘bem barato’, caso se trate de um modelo avaliado na tabela FIPE em R\$ 128.689,00.

Como interpretar esse dado? Sentenças com ‘bem’ + AG relativo, como (12), parecem poder ser julgadas de acordo com parâmetros providos pelo contexto. Mas as com AGs absolutos, não; se assim fosse, ‘bem cheio’ se comportaria como ‘muito cheio’. Qual é a semântica intrínseca de ‘bem’? Como resultados distintos podem ser obtidos compondo ‘bem’ com o significado de AGs relativos e com os de absolutos?

Se há um tipo de parâmetro único para o sintagma complexo ‘bem’ + AG, então identificá-lo é mais intrincado do que foi determinar o de ‘muito’, o qual, como já vimos, é sempre relativo. É a investigação do parâmetro de ‘bem’ + AG que empreenderemos a seguir.

Investigando o parâmetro de ‘bem’

Apesar de tanto ‘bem’ quanto ‘muito’ modificarem AGs com qualquer tipo de escala, como vimos, eles não são sinônimos. ‘Muito’ + AG é um predicado cuja aplicação ao seu argumento (o indivíduo denotado pelo SN com que o AG concorda) é afetada por mudanças no contexto, uma vez que o parâmetro de comparação dessa expressão complexa é sempre provido pelo próprio contexto. Isso não vale para ‘bem’.

Para investigar a semântica de ‘bem’, apontaremos primeiro o que esse MD não pode significar. De (13) a (16), ‘bem’ é inadequado, mas ‘muito’ é plenamente aceito:

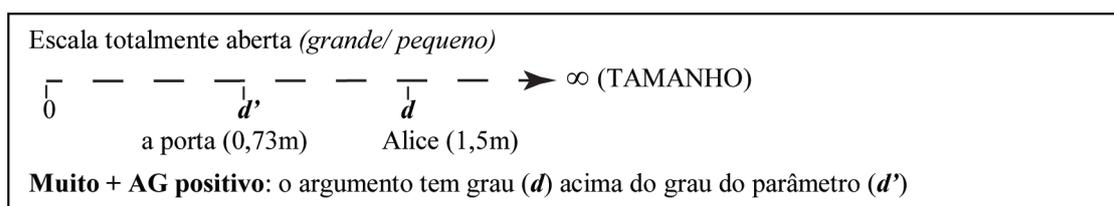
- (13) Alice era muito grande para passar por aquela porta.
 (14) #Alice era bem grande para passar por aquela porta.
 (15) A porta por onde o coelho entrou era muito pequena para Alice.
 (16) #A porta por onde o coelho entrou era bem pequena para Alice.

O cenário é *Alice no País das Maravilhas*, na cena em que a menina não consegue seguir o coelho branco por ser grande demais para transpor a passagem para o jardim. ‘Muito grande’ pode significar ‘grande demais’ (13) e ‘muito pequena’ pode significar ‘pequena demais’ (15). Mas as sentenças (14) e (16) não podem veicular a constatação de que, dada a discrepância de tamanho entre a menina e a porta, foi impossível sua entrada no jardim.

Como estratégia de pesquisa, vamos examinar como ‘muito grande’ pode ter a leitura de que Alice não passa pela porta (14). Essa leitura requer que o grau de TAMANHO de Alice exceda o grau de TAMANHO da porta. Ora, essa é precisamente a relação requerida por polos positivos de AGs relativos não-modificados: o grau da propriedade do argumento do AG precisa ser maior que o do parâmetro de comparação assumido pelo contexto. ‘Muito’ requer que a diferença entre os dois graus comparados seja mais acentuada.

Dada a semântica proposta para ‘muito’ + AG, a escala responsável pela leitura relevante de (13) está graficamente representada como na figura 1, abaixo:

Figura 1. A escala de ‘muito grande’, com o sentido de ‘grande demais’



Na figura 1, d' é o grau de TAMANHO da porta (o equivalente a 73cm), que serve de parâmetro à comparação; e d é o grau de TAMANHO do argumento do AG (Alice, que tem 1,5m de altura). Esse segmento de escala satisfaz a semântica de ‘muito’ porque há um intervalo considerável entre os graus comparados. Essa escala também satisfaz o requerimento de um AG relativo de polo positivo não-intensificado: o de que seu argumento (Alice) apresente um grau de propriedade maior do que o apresentado pelo parâmetro (a porta).

É evidente que ‘bem grande’ também significa ‘bem maior’; isto é, tanto para ‘muito grande’ quanto para ‘bem grande’, a ordem entre os dois graus comparados é a representada na figura 1: o grau do argumento do AG tem de exceder o do parâmetro de comparação. Tanto é assim que podemos expressar que Alice apresenta um tamanho acima do exibido pela maioria das garotas de sua idade, tanto com (17) como com (18):

- (17) Alice é muito grande (para uma menina de 12 anos).

(18) Alice é bem grande (para uma menina de 12 anos).

Tanto (17) quanto (18) requerem que o grau de TAMANHO de Alice supere (significativamente) o grau de TAMANHO representativo das meninas de sua idade. Uma vez que a ordem relativa entre os graus comparados é a mesma para ‘muito grande’ e ‘bem grande’, o conjunto de fatos em (13/14) e (17/18) localiza a distinção entre ‘muito’ e ‘bem’ na natureza do parâmetro. ‘Muito’ se comporta como um AG relativo, aceitando sem restrições quaisquer parâmetros providos pelo contexto. Já ‘bem’ aceita como parâmetro meninas da idade de Alice (17), mas não a porta (15). Temos de concluir que ‘bem’ faz restrições ao tipo de parâmetro.

Confirmando que a ordem relativa entre os graus comparados é a mesma para ‘bem’ e ‘muito’, podemos expressar que Alice é mirradinha, se comparada à média das meninas de sua idade, tanto com (19) quanto com (20):

(19) Alice é muito pequena (para uma menina de 12 anos).

(20) Alice é bem pequena (para uma menina de 12 anos).

O polo negativo da escala pede a ordem inversa do positivo. Tanto em (19) quanto em (20) o grau de TAMANHO de Alice deve ser marcadamente inferior ao do parâmetro. Se ‘muito’ e ‘bem’ adotam a ordem relativa entre os graus comparados do AG que modificam, por que (14) e (16) não podem significar que o excessivo tamanho de Alice a impediu de transpor a porta?

A diferença palpável entre (14) e (18), de um lado, e (16) e (20), de outro, é que Alice não é uma porta, mas uma menina. Nem sempre o parâmetro de comparação é explicitado num sintagma como ‘para uma menina’ (20). Mas, para se obter as leituras que permitem concluir que Alice não coube no vão da porta, e, portanto, não a atravessou, é indispensável a comparação do grau de TAMANHO de um indivíduo (Alice) ao grau de TAMANHO de um outro indivíduo (a porta), e tais indivíduos não pertencem à mesma classe. Podemos então formular a restrição imposta por ‘bem’: o parâmetro precisa ser uma categoria ou classe à qual pertença o argumento do AG. Enfim, o problema com (14) e (16), como descrições da situação em que Alice não conseguiu penetrar no jardim, é que tais sentenças não atendem às exigências de ‘bem’, de que o parâmetro de comparação seja um hiperônimo do SN argumento do AG.

A análise é consistente com os exemplos em que ‘bem’ + AG forma sentenças perfeitas. ‘Um carro bem caro’ tem seu preço na faixa dos carros caros. Entendemos por (12) que o carro é caro para a categoria a que pertence. O fato de seu preço superar de longe o de um livro, por exemplo, não o qualifica como um carro ‘bem caro’. Assim, também um copo ‘bem cheio’ (11) contém volume condizente com a capacidade máxima dos copos, não com a das banheiras.

Concluimos que, para ‘bem’ + AG, controlar a ordem relativa entre os graus comparados não é suficiente: a natureza do parâmetro é fundamental. ‘Caro’ requer que o grau do argumento seja maior que o da classe de comparação. ‘Bem caro’ requer, além disso, que o parâmetro de comparação seja um hiperônimo de ‘carro’. A seguir, descreveremos a modificação de AGs por ‘bem’, agora à luz das suas restrições à natureza do parâmetro.

Descrevendo como o MG *bem* opera

Como vimos, ‘bem cheio’, como ‘cheio’, significa ocupado no grau máximo. Diferentemente de ‘muito’, ‘bem’ preserva a fixação do grau (em máximo ou mínimo) típica do parâmetro dos adjetivos absolutos.

Uma mera troca de cenários não afeta o valor de verdade da sentença com ‘bem’, pois o parâmetro de ‘bem’ nunca poderá ser um outro indivíduo atômico saliente no contexto. Contudo, uma vez que há vários hiperônimos para um mesmo SN, o valor de verdade da sentença com ‘bem’ pode ser afetado pela escolha de uma ou outra categoria como parâmetro. Se os carros que estão ao alcance do poder aquisitivo de Pedro são um subconjunto dos carros que estão ao alcance do poder aquisitivo de seu chefe, o mesmo carro pode ser ‘bem caro’ tomando como parâmetro os veículos que cabem no bolso de Pedro (12), mas não quando o parâmetro é o conjunto de carros que está de acordo com o poder aquisitivo de seu chefe. No caso de ‘bem’, a “relativização” do grau máximo ou mínimo correspondente ao polo fechado da escala é sempre fruto da escolha de uma ou de outra (sub)classe para parâmetro.

Um único grau da propriedade satisfaz o AG de polo fechado; no caso de ‘cheio’, esse grau é o máximo. Tanto um copo ‘cheio’ quanto um ‘bem cheio’ terão de exibir 100% de OCUPAÇÃO; porém, um ‘copo bem cheio’ estará “tão cheio quanto um indivíduo daquela classe pode estar”, uma vez que o parâmetro de ‘bem’, com o qual o estado do argumento tem de coincidir, é a classe a que o copo pertence. Se a escala for fechada no grau mínimo, só o grau zero tornará tanto a predicação com o AG quanto a com ‘bem’ + AG verdadeiras do seu argumento. Um ‘copo bem vazio’ estará “tão vazio quanto um indivíduo daquela classe pode estar”. Logo, ‘bem’ + AG de polo fechado distingue-se do AG sem intensificação não por requerer um grau distinto da mesma propriedade, mas porque o grau em que o argumento de ‘bem’ apresenta essa propriedade é representativo da categoria a que esse indivíduo pertence, o que dá ao grau de seu argumento uma tipicidade ausente do AG isolado.

Vejamos como ‘bem’ modifica o polo aberto de uma escala fechada na ponta inferior. Um copo que alguém usou para beber água pode ser considerado ‘sujo’ (ele precisa ser lavado antes de outra pessoa fazer uso dele), e, ainda assim, não ser considerado ‘bem sujo’. Como se deriva o significado de ‘bem sujo’?

Qualquer grau de SUJEIRA maior que nada permite descrever um indivíduo como ‘sujo’. Na figura 2, a seguir, representamos o conjunto de graus que rende ‘sujo’ verdadeiro por uma faixa contínua, que vai do primeiro valor positivo distinto de zero ao grau máximo de SUJEIRA. ‘Bem’ respeita a orientação do próprio AG, que é o polo positivo da escala. Assim, se o argumento de ‘sujo’ é ‘copo’, ‘bem sujo’ situa o parâmetro, a classe dos ‘copos’, internamente ao contínuo definido por ‘sujo’, na porção que traz os graus mais altos. O argumento de ‘bem sujo’ tem de apresentar um grau alto da propriedade, o mais afastado possível do grau do parâmetro do AG não-intensificado, considerado em relação à categoria que o contém. Daí ‘copo bem sujo’ significar “tão sujo quanto um indivíduo da classe dos copos pode estar”.

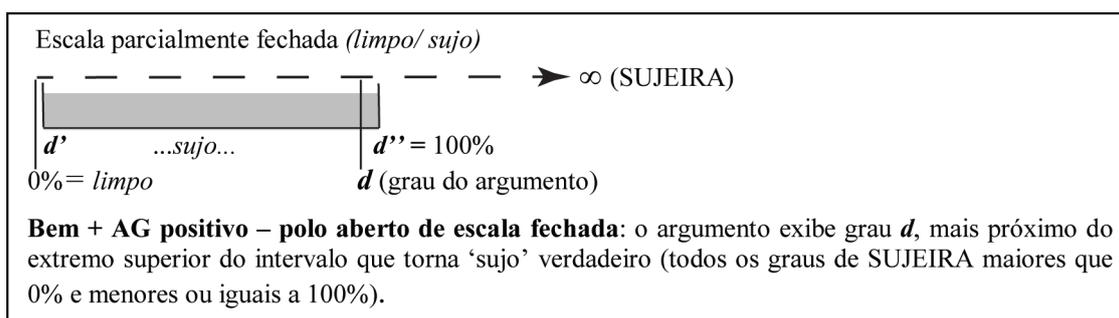


Figura 2. A escala de ‘bem sujo’

Vejamos o que ocorre com o polo aberto de uma escala fechada só no extremo superior, como ‘insatisfeito’. Indivíduos que apresentem um ou outro grau não-máximo da propriedade estão ‘insatisfeitos’. ‘Bem’ escolhe uma parte menor da zona demarcada pelo AG, respeitando a orientação do próprio AG. Uma vez que ‘insatisfeito’ é o polo negativo da escala, para ‘cliente bem insatisfeito’, ‘bem’ situa o parâmetro, a classe dos ‘clientes’, internamente ao contínuo definido por ‘insatisfeito’, na porção que traz os graus mais baixos. Se estiver ‘bem insatisfeito’, o cliente estará “tão insatisfeito quanto um indivíduo da classe dos clientes pode estar”, como representado na figura 3:

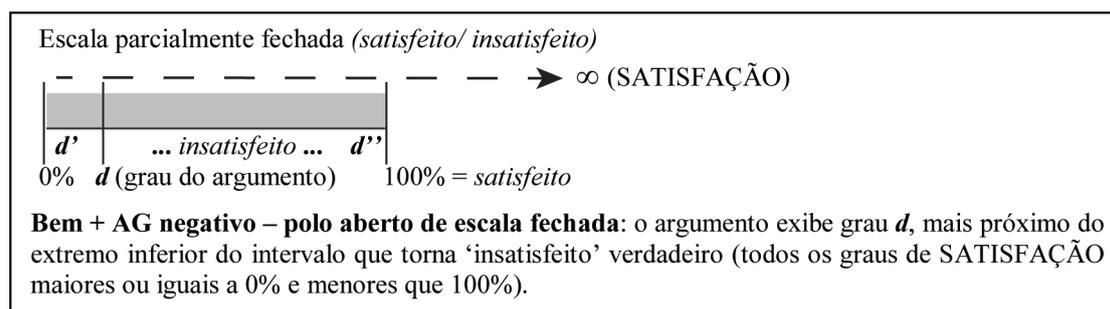


Figura 3. A escala de ‘bem insatisfeito’

Agora só falta representarmos ‘bem’ modificando AGs relativos. É aqui que se nota mais claramente como restrições sobre o tipo de parâmetro interferem na semântica da predicação.

AGs relativos de polo positivo (‘grande’) exigem que o seu argumento apresente um grau da propriedade superior ao do parâmetro. Inversamente, o argumento de AGs relativos de polo negativo (‘pequeno’) deve apresentar um grau da propriedade inferior ao do parâmetro. A ordem relativa requerida por AGs relativos exige disjunção entre o grau de seu argumento e o do parâmetro. No entanto, ‘bem’ requer a sobreposição do grau do parâmetro e do grau do argumento do AG na escala. Por isso, ser ‘bem grande’ nunca poderia significar ser maior que a porta tomada como parâmetro, ainda que Alice pertencesse à classe das portas. Como é construída a interpretação de ‘bem grande’?

Primeiramente, é preciso selecionar o parâmetro de comparação entre classes a que o indivíduo denotado pelo argumento do AG pertença. Por exemplo, no caso de ‘Alice é bem grande’, o parâmetro pode ser ‘meninas da faixa etária a que Alice pertence’. O parâmetro tem de ser situado na escala de TAMANHO. Não há um único grau de TAMANHO que descreva a classe completa, pois cada menina de 12 anos pode ter um tamanho diverso

do da outra. Mas o problema da diversificação é resolvido marcando na escala uma faixa contínua de graus, compreendendo o intervalo que vai da menor altura atribuída a meninas de 12 anos até a maior medida de altura atribuída a esse conjunto de indivíduos. Esse contínuo de graus delimitado na escala para o parâmetro não é tecnicamente diverso do contínuo demarcado para o polo aberto de uma escala fechada, como ‘sujo’. Trata-se de um mecanismo independentemente necessário, visto que os falantes já operam com escalas em que diversos graus rendem uma predicação verdadeira, como no caso de ‘sujo’.

‘Bem’ requer a coincidência entre os graus comparados. Logo, o grau do argumento do AG precisa estar incluído na faixa de graus que corresponde ao parâmetro. O AG ‘grande’ leva Alice ao grau na escala correspondente à medida de seu TAMANHO. Dada a orientação do AG, ou seja, uma vez que ‘grande’ é um AG de polo positivo, ‘bem grande’ requer que a grau de TAMANHO de Alice fique situado na porção mais alta do intervalo demarcado pelo parâmetro. Alice tem de estar entre os indivíduos da categoria-parâmetro que têm graus mais altos. Daí interpretação de ‘Alice é bem grande’ como ‘Alice é bem grande para uma menina de 12 anos’. A figura 4, abaixo, representa essa escala.

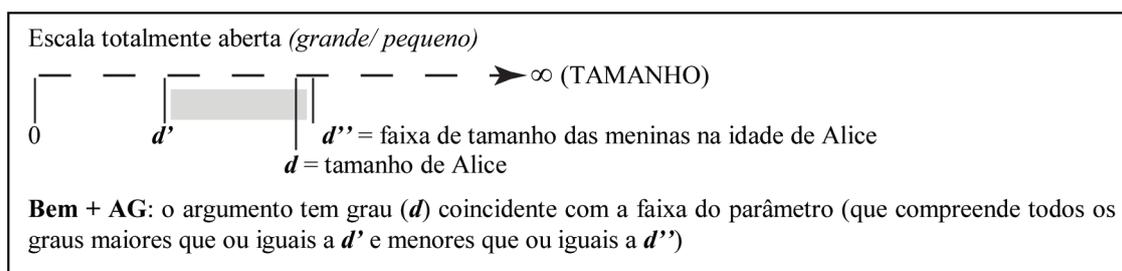


Figura 4. A escala de ‘bem grande’ (para uma menina de 12 anos)

No caso de o polo do AG relativo ser negativo, tudo permanece igual, menos a porção do segmento em que o grau do argumento deve se situar, dada a orientação do AG. Por exemplo, para ‘Jumbo é bem pequeno’, o falante pode escolher como parâmetro uma das classes em que esse indivíduo está incluído. Digamos que ele escolha FILHOTE DE ELEFANTE. O primeiro passo é a marcação do parâmetro na escala de TAMANHO. Outra vez, dado que estamos medindo uma classe, é impossível encontrar um único valor: os elefantes de certa idade não são todos exatamente do mesmo tamanho. Demarca-se então um contínuo na escala, que se estende do grau correspondente ao menor tamanho (1,2m, suponhamos) ao maior grau atribuído a um elefante filhote (digamos, 3m), como se vê na figura 5. ‘Bem’ requer que o grau de TAMANHO de Jumbo fique dentro da faixa do parâmetro. Dado que o polo do AG ‘pequeno’ é negativo, será preciso que, dentro do segmento representativo do parâmetro, o grau de TAMANHO de Jumbo fique mais próximo do menor. Assim se deriva a leitura de ‘Jumbo é bem pequeno’ como “o tamanho de Jumbo é um dos menores que um elefante de sua idade pode ter”.

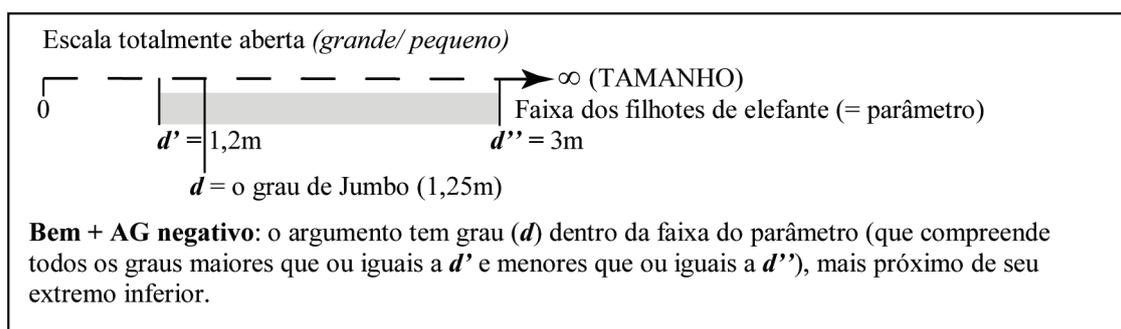


Figura 5. A escala de ‘bem pequeno’ (para um elefante)

Qual é então a semântica de ‘bem’, para qualquer que seja o AG modificado?

Podemos dizer que o argumento de ‘bem’ + AG tem de apresentar um grau tão alto da propriedade quanto os membros da classe escolhida para parâmetro podem apresentar, no caso de o AG ser de polo positivo. Paralelamente, o argumento de ‘bem’ + AG tem de apresentar um grau tão baixo da propriedade quanto os membros da classe escolhida para parâmetro podem apresentar, quando se tratar de um adjetivo de polo negativo. Essa variação de orientação para o grau máximo ou para o mínimo incorpora a direção de cada polo na escala, que também é observada por ‘muito’. Isto é, a orientação para um extremo ou outro da escala é dada pelo polo do AG, e não pelo MG.

‘Bem’ preserva as condições semânticas de AGs absolutos e relativos. Assim, com AGs absolutos de polo fechado, o parâmetro corresponderá a um único grau, o máximo (‘bem cheio’) ou o mínimo (‘bem vazio’) da escala. Mas a unicidade do grau correspondente ao parâmetro, ao qual o grau do argumento do AG terá de se sobrepor, não invalida a descrição geral aqui esboçada: se o argumento de ‘bem’ + AG exibir o mesmo grau do parâmetro, esse grau único será tão alto (ou tão baixo) quanto o grau da propriedade que os membros da classe escolhida para parâmetro pode apresentar. Pensamos que essa análise dê conta de como ‘bem’ modifica qualquer tipo de AG. Já examinamos AGs de polo fechado e aberto, AGs relativos e AGs absolutos.

A seguir, vamos verificar a conformidade de nossa análise às intuições de outros linguistas. Segundo Rodolfo Ilari (em comunicação pessoal⁶), ‘Pedro tem os olhos bem verdes’ significa que o tom dos olhos dele é bastante igual àquilo que o falante considera o ideal de verde para a classe dos olhos. Não se trata do tom de verde que caracteriza o mar, ou os limões, por exemplo. Nossa análise está de acordo com essa observação. Acrescentamos que “Pedro tem os olhos bem verdes” nunca poderá significar que o tom dos olhos desse homem é excessivamente verde. Já “Pedro tem os olhos muito verdes” pode significar disjunção (o falante prefere, ou seja, toma como parâmetro, olhos de tonalidade menos verde que os de Pedro); a ordem relativa é o que importa. ‘Muito’ requer que o grau do argumento do adjetivo e o do parâmetro estejam disjuntos; ‘bem’ requer que estejam sobrepostos.

Vamos desenvolver a argumentação passo a passo. Primeiramente, adjetivos que denotam cores são tradicionalmente associados à ausência de gradabilidade (21/22), mas, no sentido em que o tom associado ao argumento do adjetivo na situação relevante se

⁶ Durante o evento “Debatendo semântica formal com Rodolfo Ilari” (IEL/UNICAMP – abril de 2009).

aproxima mais ou menos de um certo tom tomado como referência, a leitura gradual aparece; em (23/24), ‘azuis’ se comporta como um AG:

- (21) #O carro dele é menos amarelo que o meu.
- (22) Estou precisando de uma caneta (*muito) vermelha.
- (23) Os olhos de Luís são bem azuis.
- (24) Os jeans de Luís são bem azuis.

Evidentemente, o tom de azul tomado como referência em (23) não é necessariamente o mesmo que serve de parâmetro em (24): uma peça de brim dificilmente terá a mesma tonalidade encontrada na íris humana. Mas as sentenças (23) e (24) podem ser verdadeiras mesmo que os tons das calças e dos olhos sejam distintos. Isso porque em cada uma das sentenças é assumido um parâmetro diferente. No caso de (23), o parâmetro é um tom de azul tipicamente associado à classe de olhos humanos; em (24), o parâmetro é um tom de azul típico da classe dos tecidos de brim. Em ambos os casos, ‘bem azuis’ significa que o argumento do AG apresenta um tom igualzinho ao do parâmetro assumido; ou seja, que o grau da propriedade exibido pelo argumento do AG e o grau de propriedade marcado para o parâmetro coincidem.

Considerações finais

Argumentamos neste artigo que, apesar de sua aparente sinonímia, ‘bem’ e ‘muito’ requerem parâmetros de tipos diferentes e produzem relações diversas entre os graus comparados, a ponto de o produto da modificação ter condições de verdade diferentes. ‘Bem’ requer que o parâmetro seja uma categoria à qual o argumento do AG pertença; ‘muito’ aceita como parâmetro qualquer indivíduo provido pelo contexto. ‘Muito’ requer que o grau do argumento do adjetivo e o do parâmetro estejam disjuntos; ‘bem’ requer que estejam sobrepostos.

Essa análise conduz a um posicionamento teórico muito interessante, quanto à semântica de graus. Assumindo que escalas sejam um recurso do aparato conceitual e cognitivo humano, que subjaz à semântica de todas as línguas humanas (DEMONTE, 2008), espera-se que as diversas estruturas lógicas possíveis para escalas determinem a semântica dos adjetivos de grau em todas as línguas naturais. Realmente, os conceitos de escala fechada ou aberta, de polo aberto ou fechado, de polo negativo ou positivo nos parecem tão operacionais para os adjetivos de grau do PB quanto, segundo Kennedy e McNally (2005), são para os do inglês. Eles são ferramentas preciosas para descrever os adjetivos de grau do PB, assim como para a descrição da semântica de graus do inglês.

O exame dos dados nesse quadro teórico nos leva a postular uma diferença paramétrica entre o PB e o inglês. Segundo Kennedy e McNally (2005), os MGs do inglês selecionam os AGs que intensificam segundo o tipo de estrutura de escala ou de parâmetro. ‘Much’, por exemplo, só modifica AGs de escala fechada no grau mínimo; ‘very’ só modifica AGs de parâmetro relativo; e ‘well’ só modifica AGs de parâmetro absoluto e com escala fechada no grau máximo. O PB não é assim. Os MGs do PB modificam

indiferentemente AGs com qualquer tipo de escala ou parâmetro. Porém, o resultado da modificação por um ou outro MG tem sempre um tipo de parâmetro e/ou de escala definido. ‘Muito’ sempre produz sintagmas adjetivais complexos de parâmetro relativo, qualquer que seja o parâmetro ou a estrutura de escala do AG previamente à intensificação. O parâmetro de sintagmas adjetivais complexos com ‘bem’ é sempre uma categoria a que o argumento do AG pertença. Isso “protege” os sintagmas adjetivais complexos com ‘bem’ dos efeitos da manipulação contextual, já que o argumento do AG pertencerá às mesmas categorias, em qualquer contexto. Assim, o parâmetro do MG ‘bem’ se aproxima do tipo absoluto. ‘Bem’ sempre requer que os graus comparados se sobreponham, o que só AGs não-modificados absolutos, de polo fechado, requerem; isso também favorece a classificação dos sintagmas adjetivais complexos contendo ‘bem’ como absolutos. Já o MG ‘muito’ requer disjunção entre o parâmetro e o grau do argumento do AG, tal como os AGs relativos não-modificados.

Aparece claramente, no produto de modificação por ‘muito’ ou ‘bem’, a oposição relativo-absoluto. Enquanto ‘very’ (inglês), segundo Kennedy e McNally (2005), escolhe como argumento um AG relativo, ‘muito’ (PB) toma um AG de qualquer natureza e constrói com ele um sintagma adjetival complexo relativo. Ao passo que ‘well’ (inglês), segundo os mesmos autores, escolhe como argumento um AG absoluto de escala fechada no grau máximo, ‘bem’ (PB) toma como argumento AGs com qualquer estrutura de escala e com qualquer tipo de parâmetro e constrói com ele um sintagma adjetival complexo absoluto, nos termos que descrevemos.

Concluimos que, em PB, é o produto da modificação por MGs que tem parâmetro e/ou estrutura de escala fixa. Isso diferencia o PB do inglês, em que o tipo de parâmetro ou de estrutura de escala determina quais AGs cada MG poderá ou não modificar. Aquilo que importa em inglês para a seleção do argumento do intensificador identifica, em PB, o sintagma complexo resultante da modificação. Em PB, é o produto da operação de intensificação que se conforma a um tipo determinado de parâmetro ou de escala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMONTE, Violeta. Meaning-form correlations and the order of adjectives in Spanish. In: KENNEDY, Christopher; MCNALLY, Louise (Orgs.) *The Semantics of Adjectives and Adverbs*. Oxford: Oxford University Press, 2008. p. 71-100.

FOLTRAN, Maria José. A alternância entre adjetivos e advérbios como modificadores de indivíduos e eventos. In: *Nos domínios do verbo*. Curitiba: UFPR, v.1, ago. 2007. p. 12-13. Disponível em: <http://www.pgletras.ufpr.br/eventos/docs_eventos/Maria_Jose_Foltran.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2009.

_____; CRISÓSTIMO, Gisele. Os adjetivos participiais no português. *Revista de Estudos Linguísticos*, Belo Horizonte, v.13, n.1, jan./jun. 2005. p. 129-154.

ILARI, Rodolfo et al. Considerações sobre a ordem dos advérbios. In: CASTILHO, Ataliba T. *Gramática do português falado I: a ordem*. Campinas: UNICAMP, 1993. p. 65-140.

KENNEDY, Christopher; MCNALLY, Louise. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. *Language*, v. 81, n. 2, 2005. p. 345-381.

QUADROS GOMES, Ana. *O efeito grau máximo sobre os domínios: como todo modifica a relação argumento-predicado*. 209 f. 2009. Tese (Doutorado em Linguística. Área de Concentração: Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-18082009-113413>> Acesso em: 05 jan. 2010.

Quantificação adverbial: operações de frequência e de grau

(Adverbial quantification: frequency and degree operation)

Luciana Sanchez-Mendes¹

¹Departamento de Linguística – Universidade de São Paulo (USP)

lucianasanchez@usp.br

Abstract: This paper presents a new account for frequency and degree adverbs by using Karitiana data as support. Frequency adverbs are understood as quantifiers that operate over verbal domain, rather than having an inherent iterative component. Besides doing iterative quantification, degree adverbs have a special component to specify a degree.

Keywords: quantification, frequency, degree, Indian languages.

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar uma análise para os advérbios de frequência e grau utilizando como suporte os dados do Karitiana. A proposta que se pretende defender é a de que os advérbios de frequência não possuem um componente especial em sua denotação, mas realizam uma operação de iteratividade diretamente no domínio verbal. Os advérbios de grau, por sua vez, além de realizarem operação de iteratividade, têm um ingrediente a mais para especificar grau.

Palavras-chave: quantificação, frequência, grau, línguas indígenas.

Introdução

A quantificação adverbial é uma questão bastante interessante de ser estudada na língua Karitiana. Karitiana é uma língua indígena brasileira do tronco Tupi e da família Arikém falada no estado de Rondônia por cerca de 320 pessoas (cf. STORTO; VANDER VELDEN, 2005). A língua não possui artigos ou quantificadores na posição de determinante e seus sintagmas nominais aparecem sempre nus, sem marcas de número (cf. MÜLLER; STORTO; COUTINHO-SILVA, 2006). As possibilidades de adequação do exemplo abaixo mostram que os sintagmas nominais são totalmente indeterminados em relação à definitude e ao número.

- (1) Taso naka'y-t boroja².
taso Ø-naka-'y-t boroja
homem 3-DECL-COMER-NFUT cobra
'O(s)/Um(s) homem(s) comeu/comeram a(s)/uma(s) cobra(s)'

Literalmente: 'Um número não específico de homens comeu um número não específico de cobras um número não específico de vezes'

O fato de não possuir material funcional na posição de determinante situa tipologicamente

¹ Agradeço à Fapesp pelo apoio financeiro nesta pesquisa.

² A apresentação dos dados em Karitiana é feita da seguinte forma: 1ª linha: transcrição ortográfica da sentença em Karitiana; 2ª linha: segmentação morfológica; 3ª linha: glosa morfema a morfema; 4ª linha: tradução. Os morfemas foram abreviados da seguinte forma: NFT = não-futuro, DUPL= reduplicação, DECL = declarativo, 3 = concordância de 3ª pessoa, PART = participio, e CONC.ABS. = concordância com o absoluto, COP = cópula, TRANS = transitivador. Em alguns casos, optou-se por fazer uma separação entre a tradução e o contexto. No contexto, são apresentadas informações que foram dadas pelos informantes.

a língua entre aquelas que possuem apenas quantificação do tipo adverbial³ (cf. SANCHEZ-MENDES, 2006). Desse modo, os dados da língua tornam-se interessantes para serem investigados do ponto de vista da quantificação.

O foco da investigação deste artigo é a distinção entre frequência e grau, que é uma característica de advérbios de quantidade. Trata-se de quantificações envolvidas com noções de ‘muito’ e ‘muitas vezes’ que podem estar ou não associadas a um mesmo advérbio em uma língua. Em português, por exemplo, a palavra ‘muito’ pode ser utilizada para expressar as duas noções:

(2) O Pedro trabalhou muito na semana passada.

A sentença acima pode ser usada para descrever uma situação geral na qual Pedro esteve envolvido em diversas situações de trabalhar, mas também pode ser usada para falar de um momento específico no passado, no qual Pedro trabalhou intensamente. Essa é a diferença, para a literatura linguística, entre frequência e grau, respectivamente.

Este artigo pretende investigar essas noções com base nos dados da língua Karitiana, uma vez que ela possui advérbios diferentes para essas operações. Defende-se, neste artigo, que os advérbios de frequência realizam uma operação de iteratividade diretamente no domínio contável dos verbos e que os advérbios de grau, além de realizarem operação de iteratividade, possuem um ingrediente a mais para especificar grau.

Para argumentar a favor dessa proposta, a seção “Advérbios de frequência e de grau em francês” apresenta dados da língua francesa, que – como o Karitiana – apresenta dois advérbios diferentes para expressar frequência e grau que foram investigados por Doetjes (2007). Em seguida, na seção “Advérbios de frequência e de grau em Karitiana” são apresentados os dados do Karitiana, a fim de situar a língua na questão que se quer debater. Na seção “Análise das operações de frequência e grau em francês”, apresentamos a análise feita por Doetjes (2007) para o francês. Por fim, na seção “Propostas para as operações de frequência e grau”, encontra-se a proposta deste trabalho, que é formulada com base na proposta feita para o francês. Antes, no entanto, na próxima seção, há uma breve descrição da metodologia utilizada para coleta dos dados analisados neste trabalho.

Metodologia

Esta seção apresenta brevemente a metodologia utilizada na coleta dos dados do Karitiana presentes nesta pesquisa. Todos os dados deste artigo foram obtidos por meio de elicitación controlada, que se trata de questionários montados em forma de paradigma que são aferidos com os falantes nativos na língua. Os paradigmas a serem checados são montados com base em textos teóricos da Semântica Formal, paradigma da linguística ao qual está associado este trabalho.

Esse método é amplamente utilizado em pesquisas desse tipo porque se assume, conforme Matthewson (2004), que é impossível coletar as informações necessárias para um trabalho que faz uma investigação sobre o significado das sentenças apenas por meio do discurso espontâneo. Os dados que podem ser obtidos pelo uso exclusivo desse método são insuficientes, no sentido de que não fornecem as informações necessárias para uma

³ Para a distinção entre quantificação nominal e adverbial ver Bach et al. (1995).

análise do tipo que se faz neste artigo. O pesquisador necessita, muitas vezes, de detalhamentos contextuais e de evidências negativas, os quais são cruciais para esse tipo de investigação, e não são possíveis de serem obtidas somente através de textos ou transcrições de fala espontânea. Assim, a elicitación é uma ferramenta metodológica indispensável para o trabalho de campo em semântica, que precisa ter acesso ao significado das sentenças, que é, muitas vezes, sutil e dependente do contexto.

Particularmente, um trabalho que investiga o significado de quantificadores exige um conhecimento de sutilezas contextuais impossível de ser obtido em textos de dados espontâneos transcritos (que formam os únicos textos disponíveis na língua). Além disso, vale lembrar que o Karitiana é uma língua apenas parcialmente descrita, cuja semântica foi muito pouco estudada de uma perspectiva teórica formal.

Advérbios de frequência e de grau em francês

Esta seção apresenta a distribuição dos advérbios de frequência e de grau do francês, por meio das leituras possíveis das sentenças em que eles aparecem (cf. DOETJES, 2007). Veremos que sentenças com advérbios de frequência sempre possuem leitura de múltiplos eventos e nunca de grau, independentemente do tipo de verbo que quantificam. Doetjes (2007) defende que esses quantificadores possuem inerentemente uma quantificação sobre ocorrências (*times* do inglês). Já os advérbios de grau parecem ambíguos: expressam preferencialmente um grau, mas também podem expressar frequência/iteratividade.

Doetjes (2007) investigou a diferença entre advérbios de frequência e de grau observando a distribuição de *souvent* ‘muitas vezes/frequentemente’ e *beaucoup* ‘muito’ do francês. Segundo a autora, advérbios de frequência sempre expressam leitura iterativa, em que muitos eventos ocorreram. Essa possibilidade é irrestrita e ocorre tanto com verbos télicos quanto com verbos atélicos, como mostram os exemplos abaixo.⁴

- (3) Sylvie va souvent au cinéma.⁵ *TÉLICO*
 Sylvie vai frequentemente ao cinema
 ‘Sylvie vai ao cinema frequentemente.’ (Exemplo 1b de Doetjes (2007), p. 1)

- (4) Il a plu souvent. *ATÉLICO*
 ele tem chovido frequentemente
 ‘Choveu frequentemente’ (Exemplo 2b de Doetjes (2007), p. 2)

Já os advérbios de grau, como *beaucoup*, quando ocorrem com os verbos télicos, dão à sentença uma leitura de múltiplos eventos (exemplo em 5). Quando aparecem com verbos atélicos, a sentença possui tanto leitura de muitos eventos, quanto leitura de grau (exemplo em 6).

- (5) Jean va beaucoup au Louvre. *TÉLICO*
 Jean vai muito ao Louvre
 ‘Jean vai muitas vezes/frequentemente ao Louvre’ (Exemplos 7a de Doetjes (2007), p. 4)

⁴ Para a distinção entre predicados télicos e atélicos ver Vendler (1957), Krifka (1998), Bach (1986) entre outros.

⁵ Para os dados do francês, optou-se por apresentar uma linha de tradução palavra a palavra e uma terceira com a tradução da sentença.

- (6) Il a plu beaucoup.
 Ele tem chovido muito
 ‘Choveu muito/muitas vezes’

ATÉLICO

(Exemplos 2a de Doetjes (2007), p. 2)

Quadro 1. Características dos advérbios de frequência e de grau do francês

CARACTERÍSTICAS	Adv. de Frequência <i>Souvent</i>	Adv. de Grau <i>Beaucoup</i>
Possibilidade de ocorrência com verbo atéticos	✓	✓
Possibilidade de ocorrência com verbo télicos	✓	✓
Denota múltiplos eventos	✓	✓
Denota grau	✗	✓

Portanto, conforme aponta Doetjes (2007), *souvent* e *beaucoup* podem ocorrer tanto com verbos télicos quanto com verbos atéticos. *Souvent* é um advérbio que denota apenas frequência, enquanto que *beaucoup* pode denotar tanto grau quanto frequência. Na próxima seção, são discutidos os advérbios *kandat* e *pitat* do Karitiana, que têm um comportamento muito semelhante ao dos advérbios do francês.

Advérbios de frequência e de grau em Karitiana

Esta seção apresenta a distribuição dos advérbios *kandat* e *pitat* do Karitiana e os compara com a distribuição dos advérbios do francês descritos na seção anterior. A língua Karitiana possui um advérbio que se comporta como o *souvent* do francês. *Kandat*, como *souvent* do francês, é um advérbio que é traduzido para o português como ‘muitas vezes’ e também pode ocorrer com qualquer tipo de verbo, sempre indicando leitura de iteração de eventos:

- (7) João naakat iponpon kandat sojxaaty kyynt. TÉLICO
 oão Ø-na-aka-t i-pon-pon-Ø kandat sojxaaty kyynt
 João 3-DECL-COP-NFUT PART-atirar-DUPL-CONC. ABS. muito queixada em
 ‘O homem atirou muitas vezes na queixada’

- (8) Inácio nakakydn kandat. ATÉLICO
 Inácio Ø-naka-kydn-Ø kandat
 Inácio 3-DECL-esperar-NFUT muito
 ‘O Inácio esperou muitas vezes’

Os exemplos (7) e (8) mostram que *kandat* ocorre com verbos télicos e atéticos e atribui uma leitura de ‘muitas vezes’ à sentença. Já o advérbio *pitat*, que é normalmente traduzido como ‘muito’ pelos falantes da língua, possui uma distribuição semelhante à de *beaucoup*. Com verbos atéticos, a possibilidade de ocorrência de *pitat* é a mesma de *beaucoup* e as mesmas leituras são possíveis, ou seja, a sentença é adequada tanto em um contexto com múltiplas ocorrências quanto num contexto de quantificação de grau, como mostra o dado (9) a seguir:

- (9) Õwã nakakydnkydn pitat. *ATÉLICO*
 õwã Ø-naka-kydn-kydn-Ø pitat
 criança 3-DECL-esperar-DUPL-NFUT muito
 ‘O menino esperou muito tempo’
 ‘O menino esperou muitas vezes’

A diferença existente entre *beaucoup* e *pitat* é que *pitat* não pode ocorrer com verbos télicos, como ilustra o exemplo abaixo:

- (10) *João naakat i-pon-pon pitat sojxaaty kyyn. *TÉLICO*
 João Ø-na-aka-t i-pon-pon-Ø pitat sojxaaty kyyn
 João 3-DECL-COP-NFUT PART-atirar-DUPL-CONC.ABS. muito queixada em
 ‘Os homens atiraram em queixadas muitas vezes’

Quadro 2. Características dos advérbios de frequência e de grau do Karitiana

CARACTERÍSTICAS	Adv. de Frequência <i>kandat</i>	Adv. de Grau <i>pitat</i>
Possibilidade de ocorrência com verbo atélicos	✓	✓
Possibilidade de ocorrência com verbo télicos	✓	✗
Denota múltiplos eventos	✓	✓
Denota grau	✗	✓

O quadro 2 apresenta um resumo da distribuição dos advérbios *kandat* e *pitat* e suas respectivas leituras possíveis. Enquanto *kandat* pode ocorrer com verbos télicos e atélicos, sempre denotando múltiplos eventos, *pitat* só pode ocorrer com verbos atélicos, mas pode tanto denotar múltiplos eventos, como especificar um grau. Uma vez descrita essa distribuição, a próxima seção trata da análise do francês, que será usada como base para a análise do Karitiana.

Análise das operações de frequência e grau no francês

Esta seção traz a análise de Doetjes (2007) para os os advérbios de frequência e grau do francês. Para apresentá-la, é preciso discutir a distinção contável-massivo no domínio verbal uma vez que a teoria da autora está pautada nessa distinção. Antes, porém, é feita uma breve retomada da questão a respeito do domínio nominal a fim de contextualizar a investigação.

Na pesquisa semântica focada no domínio nominal, é comum a menção à distinção entre nomes contáveis e nomes massivos. Segundo Link (1983), a denotação de nomes contáveis e massivos pode ser entendida com o uso de uma estrutura algébrica de semirreticulado. Na sua proposta, nomes massivos denotam porções de matéria, nomes contáveis singulares denotam átomos singulares e operação de plural é entendida como uma operação sobre esses indivíduos atômicos. A estrutura abaixo mostra um modelo com três átomos (*a*, *b* e *c*). As unidades *a*, *b* e *c* são os átomos singulares e, acima deles, são construídos os conjuntos de pluralidades possíveis a partir dos átomos.

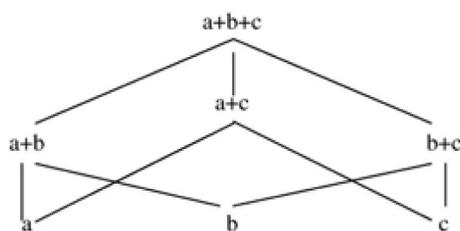


Figura 1. Modelo de semirreticulado

Baseado na distinção entre nomes contáveis e massivos de Link (1983), Bach (1986) empregou essas propriedades também aos predicados verbais. Aplicando a mereologia de Link (1983) ao domínio das eventualidades, Bach (1986) considera que os eventos *accomplishments* e *achievements* são análogos a indivíduos contáveis singulares e plurais enquanto que os processos são semelhantes aos indivíduos massivos.⁶

A diferença entre eventos (*accomplishments* e *achievements*) e processos, embora seja uma questão muito debatida na literatura linguística é, ainda, controversa. Basicamente, os processos são eventualidades que não possuem culminação dada pelo léxico, enquanto que os eventos apresentam lexicamente um término. Segundo a proposta de Bach (1986), os eventos, que são contáveis, são eventualidades que não possuem nenhuma parte própria em sua denotação. Já os processos, que são massivos, possuem parte própria.

É possível associar essa descrição à definição de telicidade de Krifka (1998), que afirma que um predicado X é télico se as partes de X têm como ponto inicial e ponto final o mesmo ponto inicial e final de X. Ou seja, um predicado X é télico se nenhuma parte de X – que não seja o próprio X – é uma parte própria de X. Fazendo uma associação dessas definições, é possível dizer que predicados télicos são contáveis e atélicos são massivos na proposta de Bach (1986).

Doetjes (2007) segue a proposta de Bach (1986) e considera que os verbos télicos (*accomplishments*, *achievements*) são contáveis e os atélicos (atividades e estados) são massivos.

Na análise da autora, os quantificadores de frequência podem contar as eventualidades em qualquer contexto – tanto massivo como contável (exemplos 3 e 4 repetidos aqui em 11 e 12) – porque eles possuem uma propriedade intrínseca de quantificação sobre ocorrências, como se fosse uma operação de plural. A leitura de múltiplas ocorrências de eventos nas sentenças com advérbios de frequência tem origem, então, numa propriedade particular que possuem esses advérbios.

- | | | |
|------|---|--|
| (11) | Sylvie va souvent au cinema.
Sylvie vai frequentemente ao cinema
'Sylvie vai ao cinema frequentemente.' | <i>TÉLICO</i>

(Exemplo 1b de Doetjes (2007), p. 1) |
| (12) | Il a plu souvent.
ele tem chovido frequentemente
'Choveu frequentemente' | <i>ATÉLICO</i>

(Exemplo 2b de Doetjes (2007), p. 2) |

⁶ Para uma definição e caracterização de predicados *accomplishments*, *achievements*, processos e estados ver Vendler (1957).

Conforme apresentado anteriormente, os quantificadores de grau, como *beaucoup*, quando ocorrem com verbos télicos, possuem leituras de múltiplas ocorrências das eventualidades, enquanto que quando ocorrem com verbos atélicos possuem leituras de múltiplas ocorrências e leitura de grau (exemplos 5 e 6 e repetidos em 13 e 14).

(13) Jean va beaucoup au Louvre. *TÉLICO*
 Jean vai muito ao Louvre
 ‘Jean vai frequentemente ao Louvre’ (Exemplos 7a de Doetjes (2007), p. 4)

(14) Il a plu beaucoup. *ATÉLICO*
 Ele tem chovido muito
 ‘Choveu muito/muitas vezes’ (Exemplos 2a de Doetjes (2007), p. 2)

Segundo Doetjes (2007), a interpretação de multiplicação das eventualidades com advérbios de grau em casos como em (13) é devido à contabilidade dos predicados aos quais se aplicam e não é obtida por meio de uma característica do advérbio, como no caso de *souvent*. A análise da autora considera, então, que a quantificação de ocorrências nas sentenças com *beaucoup* é bem diferente daquela construída com *souvent*. Numa sentença com *souvent*, essa multiplicação é obtida graças a uma característica que o advérbio possui, enquanto que, em sentenças com *beaucoup*, ela tem origem na natureza contável do predicado.

A autora afirma que advérbios como *beaucoup* especificam um grau quando aparecem com sintagmas verbais atélicos, que são considerados massivos, como em (14) acima. No entanto, a leitura de grau é só uma das possibilidades, pois a sentença também pode indicar uma leitura de múltiplas ocorrências de chover. Isso configura um problema para a proposta da autora, uma vez que ela diz que, em sentenças com *beaucoup*, a multiplicação das ocorrências tem origem na natureza contável do predicado verbal e ela assume com Bach (1986) que *pleuvoir* ‘chover’ é um predicado massivo. Ela considera, então, que, em casos como esse, quando há a leitura de muitas ocorrências da eventualidade, o predicado verbal sofre uma mudança de massivo para contável. Desse modo, ela mantém a assunção de que a multiplicação das ocorrências em sentenças com quantificadores de grau tem origem na natureza contável do verbo.

Esta seção apresentou a proposta de Doetjes (2007) para as operações de frequência e de grau. A próxima seção retoma essa proposta como base para análise que se pretende fazer neste artigo.

Proposta para as operações de frequência e grau

Conforme dito na introdução, este artigo propõe analisar as operações semânticas de frequência e grau sob uma perspectiva semelhante à de Doetjes (2007). No entanto, nesta seção pretende-se rever a discussão da distinção contável-massivo no domínio verbal a fim de elaborar uma proposta econômica do ponto de vista teórico e que dê conta tanto dos dados do francês quanto do Karitiana.

Rothstein (1999, 2004 e 2008), investigando a atomicidade no domínio verbal, afirma que esse domínio não reflete a distinção contável-massivo encontrada no domínio nominal, mas possui natureza apenas contável. A diferença encontrada em verbos télicos e atélicos não é uma diferença entre verbos contáveis e massivos, mas reflete uma distinção

no modo como é preenchido o critério de atomicidade do evento (MEAS), se é dado pelo léxico ou se está disponível no contexto. Um verbo télico como *cair*, por exemplo, tem seu átomo (U) dado pelo léxico, enquanto que um verbo atélico como *esperar* tem seu átomo preenchido via contexto, ou seja, a situação informa o que vale como uma unidade de esperar, enquanto que uma unidade de cair é sempre a mesma, independente do contexto.

- (15) a. $[[\text{cair}]] = \lambda e. \text{cair}(e) \wedge \text{MEAS}(e) = \langle 1, \text{queda} \rangle$
 b. $[[\text{esperar}]] = \lambda e. \text{esperar}(e) \wedge \text{MEAS}(e) = \langle 1, U \rangle$

Uma vez que se assume com Rothstein (1999, 2004 e 2008) que todos os predicados verbais são contáveis, o conjunto de indivíduos da sua denotação deve estar sempre acessível. Desse modo, levamos em conta que a multiplicação de ocorrências nesse domínio é sempre uma possibilidade.

Nesse sentido, a operação de frequência pode ser entendida como uma pluralização de ocorrências em todos os contextos verbais que têm origem na contabilidade do predicado verbal e não em uma propriedade particular do quantificador, como proposto por Doetjes (2007). A quantificação de ocorrências com advérbios de frequência ocorre, segundo a autora, porque o quantificador possui um componente especial de contagem. Na proposta deste artigo, a leitura de quantificação sobre ocorrências tem origem na natureza contável do verbo. Assumir que todo o domínio verbal é contável também será mais vantajoso quando da análise da operação de grau.

Quadro 3. Comparação de propostas para os advérbios de frequência

Advérbios de Frequência	
Doetjes (2007)	Proposta
Iteratividade com origem em um componente especial de advérbio.	Iteratividade com origem na natureza contável do predicado.

Dado que todos os verbos são considerados contáveis, e não apenas os télicos, não se encontram problemas para se explicar a leitura de múltiplas ocorrências com verbos atélicos e advérbios de grau. Na proposta de Doetjes (2007), nesses casos, era preciso considerar que o verbo sofre uma mudança de massivo para contável. No entanto, a pluralidade de eventualidades nesses contextos pode ser explicada como tendo a mesma origem que em contextos com advérbios de frequência, na propriedade contável do predicado verbal. Pode-se considerar que a possibilidade de especificação de um grau é um componente especial dos modificadores de grau que não é encontrado nos de frequência. Assim, o advérbio que possui uma possibilidade a mais de leitura é que possui, em sua denotação, um ingrediente a mais.

Essa proposta já se mostra um pouco mais econômica que a de Doetjes (2007) para explicar os advérbios do francês. Quando se trata de *pitat* do Karitiana, ela se torna ainda mais aceitável. Conforme exposto anteriormente, *pitat* só pode ocorrer com verbos atélicos, fornecendo leitura de grau ou iterativa. Assim, a leitura de múltiplos eventos é parte importante da denotação desse advérbio quando usado em sentenças com verbos atélicos, porque é o único contexto em que pode ocorrer. Assim, deve receber uma explicação que não seja pautada em uma exceção, como defende a autora para o francês.

- (16) Õwã ipykynat pitat *ATÉLICO*
 òwã i-pykyn-a-t pitat
 criança PART-CORRER-TRANS-CONC.ABS. muito
 ‘O menino correu por muito tempo’
 ‘O menino correu muitas vezes’

Desse modo, tem-se uma proposta mais econômica que a de Doetjes (2007), que considera que os advérbios de frequência e grau utilizam operações completamente diferentes para contar os eventos. Com a análise oferecida neste artigo, não é preciso assumir com a autora que advérbios de frequência, como *souvent*, têm um componente de ocorrências do qual se origina a multiplicação de eventos, uma vez que todos os predicados verbais estão disponíveis para contagem e pluralização.

Quadro 4. Comparação de propostas para os advérbios de grau

Advérbios de Grau (AG)					
Doetjes (2007)			Proposta		
AG + predicado contável = leitura iterativa	Iteratividade com origem na natureza contável do predicado		AG + predicado télico = leitura iterativa	Iteratividade com origem na natureza contável do predicado.	
AG + predicado massivo =	a) leitura de grau	Grau com origem na natureza massiva do predicado.	AG + predicado atélico =	a) leitura de grau	Com origem em um componente especial do advérbio.
	b) leitura iterativa	Mudança do verbo de massivo para contável. Iteratividade com origem na natureza contável do predicado.		b) leitura iterativa	Iteratividade com origem na natureza contável do predicado.

Conclusões

Neste artigo, apresentamos uma descrição de advérbios de frequência e grau da língua Karitiana. A distribuição desses quantificadores foi apresentada com o intuito de compará-los com os do francês.

A partir dessa comparação, foi possível tecer semelhanças e diferenças. Os advérbios de frequência de ambas as línguas possuem a mesma distribuição sintático-semântica: podem ocorrer tanto com verbos télicos quanto atélicos sempre com leitura de múltiplas ocorrências das eventualidades. Os advérbios de grau, por sua vez, são um pouco diferentes em francês e Karitiana. No francês, eles podem ser usados com verbos télicos e atélicos, enquanto que, em Karitiana, só podem ocorrer com verbos atélicos. A leitura, no entanto, de advérbios de grau em contextos de predicados atélicos é a mesma nas duas línguas.

Além da descrição da distribuição do advérbios em Karitiana, foi apresentada uma nova proposta teórica para esses dois tipos de quantificadores com bases na análise

de Doetjes (2007). Levando-se em conta as assunções de Rothstein (1999, 2004, 2008) de que todo o domínio verbal é contável, foi proposto que os quantificadores de frequência não possuem nenhum componente intrínseco especial, mas que podem multiplicar os eventos de uma sentença graças à natureza contável dos verbos e que os quantificadores de grau é que possuem como característica particular, uma vez que, além de poderem multiplicar os eventos, também podem atribuir-lhes um grau.

Essa proposta se mostrou interessante por algumas razões. Primeiramente, essa nova análise ficou teoricamente mais simples que a de Doetjes (2007), uma vez que considera que a leitura de múltiplas ocorrências de eventualidades tem sempre a mesma origem, a propriedade contável do predicado verbal. Além disso, o tratamento da denotação dos advérbios fica mais condizente com as leituras a eles associadas, o quantificador de grau, que é o que possui uma leitura a mais que o advérbio de frequência, possui um componente especial (nesse caso, um componente de grau) e não o contrário. Por fim, para explicar os dados do Karitiana, não parecia interessante considerar que, em sentenças com verbos atéticos e quantificador de grau, a iteratividade tem origem numa regra de exceção. Em Karitiana, esses são os únicos contextos nos quais os quantificadores de grau podem ocorrer e, desse modo, a iteratividade se mostra como parte importante na sua denotação.

Vimos, portanto, que foi possível encontrar uma proposta que estivesse mais de acordo com a denotação dos advérbios de quantidade do Karitiana, mas que não deixa de explicar também os dados do francês.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACH, E. The Algebra of Events. *Linguistics and Philosophy*, n. 9, p. 5-16, 1986.
- BACH, E.; JELIEK, E.; KRATZER A.; PARTEE, B. (Eds.) Introduction. In: _____. *Quantification in Natural Languages*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 1995. p. 1-12.
- DOETJES, Jenny. Adverbs and quantification: degree versus frequency. *Lingua*, v. 117, p. 685–720, 2007.
- KRIFKA, M. The origins of telicity. In: ROTHSTEIN, S. (Org.) *Events and grammar*. Dordrecht: Kluwer, 1998. p. 197-235.
- LINK, G. The Logical Analysis of Plurals and Mass Terms: A Lattice-theoretical Approach. In: BÄUERLE, R.; SCHWARZE, A. von Stechow (Eds.) *Meaning, Use, and Interpretation of Language*. Berlin; New York: Springer, 1983. p. 302-323.
- MATTHEWSON, L. On the Methodology of Semantic Fieldwork. *International Journal of American Linguistics*, n. 70, p. 369-415, 2004.
- MÜLLER, A.; STORTO, L.; COUTINHO-SILVA, T. Number and the mass/count distinction in Karitiana. In: WSCLA: WORKSHOP ON THE STRUCTURE AND CONSTITUENCY OF THE LANGUAGES IN THE AMERICAS, 2006, Vancouver. *Proceedings of the eleventh workshop on structure and constituency in languages of the Americas*. Vancouver: University of British Columbia Working Papers in Linguistics, 2006. v. 19. p. 122-135.
- ROTHSTEIN, S. Fine-grained structure in the eventuality domain: the semantics of predicate adjective phrases and ‘be’. *Natural Language Semantics*, n. 7, p. 347-420, 1999.

- _____. *Structuring events: a study in the semantics of lexical aspect*. Oxford: Blackwell, 2004.
- _____. Telicity and Atomicity. In: ROTHSTEIN, S. (Ed.) *Theoretical and Crosslinguistic Approaches to the Semantics of Aspect*. Amsterdam: John Benjamins, 2008. p. 43-78.
- SANCHEZ-MENDES, L. A Expressão da Quantificação em Karitiana. *Cadernos de Pesquisa na Graduação em Letras – Revista da Associação Nacional de Pesquisa na Graduação em Letras*, São Paulo, ano III, n. 3, p. 103-110, 2006.
- STORTO, L.; VANDER VELDEN, F.F. Karitiana. In: *Povos Indígenas do Brasil*. 2005. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pib/epi/karitiana/karitiana.shtm>>. Acesso em: 1 fev. 2009.
- VENDLER, Zeno. Verbs and times. *The Philosophical Review*, v. 66, n. 2, p. 143-160, 1957.

Subjetividade no processo de subordinação substantiva: a expressão da evidencialidade¹

(Subjectivity in the subordination process: the expression of evidentiality)

Ana Carolina Sperança¹

¹Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa - Universidade Estadual Paulista
(UNESP – Araraquara)

carolinasperanca@gmail.com

Abstract: In this paper, we intend to reflect on the subordination process based on a functionalist-cognitive approach. For this, we analyze syntactic constructions in which the main clause predicator is a speech act verb, a mental activity verb or a perception verb. One of the pragmatic functions of these constructions is to express evidentiality, which is basically the indication of the information source contained in a sentence. Evidentiality allows the Speaker to manage information in order to preserve his/her face and also allows the Addresser to assess the reliability of this information. We take the evidentiality expression as a functionality of the subordination process in order to rethink the teaching of syntax as a tool for an effective development of students' communicative abilities.

Keywords: syntax; functionalist-cognitive approach; subordination; evidentiality; conceptual integration.

Resumo: Neste trabalho, busca-se refletir sobre o processo de subordinação substantiva sob uma perspectiva funcionalista-cognitivista. Foram observadas construções sintáticas cujo predicador da oração principal é um verbo *dicendi*, um verbo de atividade mental ou um verbo de percepção. Uma das funções pragmáticas a que servem essas construções é a expressão da evidencialidade, que corresponde basicamente à indicação da origem da informação contida no enunciado. Esse recurso possibilita ao Falante gerenciar a informação de maneira a preservar sua face e, ao Ouvinte, permite a avaliação da confiabilidade dessa informação. Considerando-se a expressão da evidencialidade uma funcionalidade do processo de subordinação substantiva, tem-se por objetivo repensar o ensino da sintaxe como uma ferramenta no desenvolvimento efetivo das habilidades comunicativas dos alunos.

Palavras-chave: sintaxe; abordagem funcionalista-cognitivista; subordinação; evidencialidade; integração conceptual.

Considerações iniciais

Tradicionalmente, falar de “orações subordinadas” significa, primeiramente, estabelecer uma dicotomia com as “orações coordenadas”, em que o critério de distinção é a dependência ou independência sintática entre as orações do período, dito composto. No entanto, um primeiro questionamento se coloca: qual a relevância, em termos de competência linguística, ensino e aprendizagem, de se observar apenas características formais da organização sintática como caracterizadora dessas construções?

Ainda que se considerasse unicamente o nível sintático, pensando no ensino² da língua portuguesa, por exemplo, acredita-se que seria mais fácil ao aluno comparar o período

¹ Este trabalho é parte da minha pesquisa de Doutorado, desenvolvida sob orientação do Prof. Dr. Antônio Suárez Abreu.

² Considera-se o ensino do tópico em questão já nos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental (7ª e 8ª séries) e nas três séries do Ensino Médio.

simples com o período composto por subordinação, visto que este nada mais é que o primeiro com alguns termos desenvolvidos em orações – daí alguns autores considerá-lo uma oração complexa (ABREU, 2003; BECHARA, 2009), e não propriamente um período composto. O período composto por coordenação, por sua vez, talvez fosse mais bem compreendido se comparado ao chamado período composto por subordinação adverbial, trabalhando-se a existência de um *continuum* entre as diversas formas de organização sintática dos enunciados e negando-se a divisão e categorização rígida propostas pela gramática tradicional. Tais considerações, contudo, superficiais por fugirem aos objetivos deste texto, visam somente a mostrar que a abordagem sintática do período composto nas gramáticas tradicionais também apresenta limitações no que diz respeito unicamente a esse nível de organização.

Em se tratando especificamente do processo de subordinação substantiva, após analisar o tratamento dado a essas orações em alguns manuais de gramática (CEGALLA, 1988; ROCHA LIMA, 2000; CIPRO NETO e INFANTE, 2004; CUNHA e CINTRA, 2007; BECHARA, 2009³), verificou-se que todos os autores não ultrapassam o nível sintático ao caracterizá-las. Segundo eles, são orações equivalentes a um substantivo, e sua classificação se dá de acordo com a função sintática que desempenham em relação à oração principal: *sujeito, objeto direto, objeto indireto, predicativo, complemento nominal, aposto* ou *agente da passiva* (nem todos os autores consideram essa última função). Podem ser desenvolvidas, quando introduzidas pelas conjunções integrantes *que* ou *se*, ou reduzidas de infinitivo.

No que concerne à oração principal (OP), alguns autores apresentam suas características frequentes em relação aos seguintes tipos de oração subordinada:

- a. Nas subjetivas, a OP geralmente apresenta verbos como *convir, cumprir, importar, ocorrer, constar* (CIPRO NETO e INFANTE, 2004), *parecer, urgir, acontecer, doer* (BECHARA, 2009); *ocorrer, suceder, agradar, espantar, pungir, aprazer* (ROCHA LIMA, 2000). Também, são comuns as construções com voz passiva como *é sabido, foi anunciado, ficou provado, sabe-se, diz-se, consta-se* (ROCHA LIMA, 2000; CIPRO NETO e INFANTE, 2004) e verbo *ser* + *predicativo* (substantivo ou adjetivo), como *é bom, é claro, está certo, é verdade* (CIPRO NETO e INFANTE, 2004);
- b. As orações predicativas, por sua vez, complementam o verbo *ser* (BECHARA, 2009).

Essas observações, como se pode perceber, dizem respeito às características formais dessas construções sintáticas. Rocha Lima (2000), ao elencar os verbos recorrentes na oração principal cujo complemento é uma oração subordinada substantiva subjetiva, divide-os entre (1) verbos de conveniência (*convém, cumpre, importa, releva, urge*, etc.), (2) verbos de dúvida (*consta, corre, parece*, etc.), (3) verbos de ocorrência (*acontece, ocorre, sucede*, etc.) e (4) verbos de efeito moral (*agrada, apraz, dói, espanta, pune, satisfaz*, etc.). Tal classificação, embora remeta ao nível semântico, tem por objetivo apenas caracterizar a natureza dos verbos mais frequentes em orações principais complementadas por subordinadas subjetivas. Nada além disso é discutido pelo autor.

Limitar-se ao nível sintático (ou melhor, aos aspectos formais) na observação do funcionamento linguístico é restringir as possibilidades de exploração da língua, tanto

³ Essas obras foram escolhidas por estarem entre as mais consultadas por professores de Língua Portuguesa, de acordo com Sperança (2007).

em termos de pesquisa quanto de ensino, por desconsiderar fatores pragmáticos presentes na sintaxe do enunciado e recuperados somente a partir de uma visão mais ampla do processo comunicativo. Todo enunciado, proferido em uma determinada situação de comunicação, assume uma funcionalidade a serviço do falante que o faz, muitas vezes até inconscientemente,⁴ optar por uma construção e não outra.

Em vez do ensino das orações subordinadas tal como proposto nos manuais de gramática – que considera apenas os aspectos inerentes à sistematicidade da língua – pretende-se mostrar, a partir do estudo das orações subordinadas substantivas cujo predicador da OP é um verbo *dicendi*, um verbo de atividade mental ou um verbo de percepção,⁵ que a sintaxe codifica aspectos subjetivos da interação Falante – Ouvinte como, por exemplo, a expressão da evidencialidade. Com base no processo cognitivo de Integração Conceptual (proposto por FAUCONNIER e TURNER, 2002), pode-se dizer que a sintaxe reflete a própria percepção de mundo do Falante que seleciona e integra, em seus enunciados, o que a seu ver é pertinente em cada situação comunicativa. Em outras palavras, tanto aspectos pragmáticos como aspectos de ordem cognitiva participam da organização dos elementos da língua. É preciso que o professor, ao trabalhar a sintaxe do período composto, explore esses aspectos fazendo com que o aluno reflita sobre a relação da sintaxe com a interação entre Falante e Ouvinte.

O processo cognitivo de Integração Conceptual

Em nosso dia a dia, usamos frequentemente palavras e expressões empregadas em sentido não literal. Um exemplo comum seria o comentário “*Ela defende os filhos com unhas e dentes. É uma leoa*”, em referência a uma mãe que faz qualquer coisa para impedir uma injustiça em relação aos filhos. Longe de ser apenas um recurso linguístico de natureza metafórica, o que se percebe nesse exemplo é a integração de conceitos relacionados às características de um animal às características de um ser humano, respectivamente uma leoa e uma mulher/mãe.

Proposto por Fauconnier e Turner (2002), o processo de Integração Conceptual (IC) é um fenômeno mais geral da cognição humana, não apenas presente no que se relaciona à expressão verbal. Manifestações artísticas, comportamentos e rituais também revelam a atuação desse processo (as alianças dos noivos, objetos que constituem parte de um ritual, integram o compromisso que ambos assumem no matrimônio). Segundo os autores, à medida que interagimos, espaços mentais (constructos conceptuais) são ativados em nossa memória, retomando aspectos do contexto, do nosso conhecimento de mundo e da nossa cultura que são relevantes para cada situação de interação. O processo de IC envolve no mínimo quatro “espaços mentais”: dois ou mais “espaços *input*”, um “espaço genérico” em que se integram, ou se mesclam, as informações desses *inputs*, e o espaço resultante dessa integração: o “espaço *blend*”. Retomando o exemplo “*Ela defende os filhos com unhas e*

⁴ Na verdade, o que ocorre é uma falsa sensação de “inconsciência”, justificada pelos processamentos cognitivos que ocorrem naturalmente na codificação e decodificação dos enunciados (uso da língua).

⁵ As ocorrências das construções com oração subordinada substantiva predicada por verbos *dicendi* foram observadas em dois tipos textuais: a **narração** e a **argumentação**. No que diz respeito ao tipo **narração**, consideraram-se textos de reportagem dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, e também o romance *Dom Casmurro* (Machado de Assis); em relação ao tipo **argumentação**, textos de opinião desses mesmos jornais e artigos científicos de revistas disponíveis na internet.

dentés. É uma leoa”, pode-se ilustrar esse processo de acordo com o esquema apresentado por Fauconnier e Turner (2002), como se vê na Figura 1.

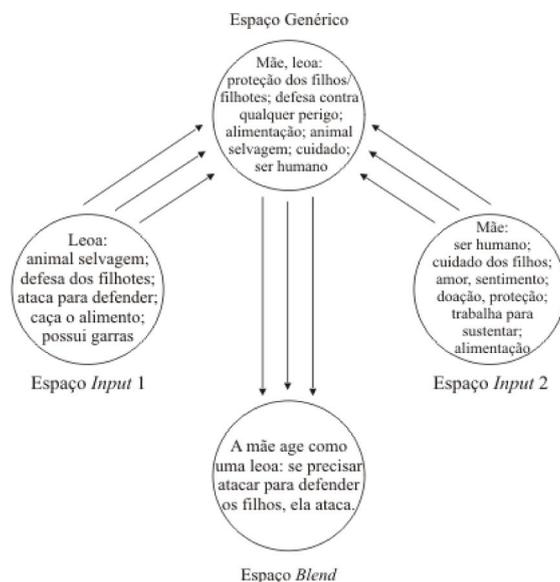


Figura 1. Exemplo do processo de Integração Conceptual

Há uma relação de correspondência entre os elementos dos *inputs*, mas que não é necessariamente uma relação metafórica ou metonímica.⁶ Esse pressuposto denota o poder explanatório da teoria, capaz de tratar diversos tipos de integrações conceptuais que ocorrem no domínio da cognição: elementos de dois ou mais espaços *input* participam da integração que resulta em novas conceptualizações. Nesse exemplo, aspectos do conceito de “leoa” são integrados ao conceito de “mãe”, realçando algumas de suas características. É interessante notar que alguns elementos do conjunto “leoa” (animal selvagem, garras, caçadora) são deixados de lado, nesse contexto específico, por um processo de desintegração (BACHE, 2005; HOUGAARD, 2005).

Um dos elementos fundamentais envolvidos na criação de novas conceptualizações é a compressão (*compression*) das possíveis relações⁷ estabelecidas entre os *inputs* em configurações mais simples no espaço *blend*, o que torna o ser humano altamente criativo e eficiente (FAUCONNIER e TURNER, 2002, p. 92). Isso também facilita a compreensão e a percepção do mundo, pois permite ao homem relacionar eventos e experiências que, aparentemente, não têm nenhuma relação, ou que ocorrem em diferentes espaços e tempos.

Na vida conceptual diária, nós integramos oposições e comprimimos relações vitais como identidade, tempo, espaço, causa-efeito, mudança e parte-todo. A vida é variada e difusa, percorrendo grandes distâncias de tempo e espaço. Ter uma vida humana, uma mente

⁶ Nesse caso, tomam-se “metáfora” e “metonímia” não como recursos linguísticos, mas como processos cognitivos (LAKOFF e JOHNSON, 1980). No entanto, esses processos podem ser considerados mais limitados, porque envolvem o mapeamento unidirecional entre dois domínios (no caso da metáfora) ou entre elementos de um mesmo domínio (no caso da metonímia).

⁷ Fauconnier e Turner (2002) as chamam de “relações vitais”: mudança, identidade, tempo, espaço, causa-efeito, parte-todo, representação, papel-valor, analogia, disanalogia, propriedade, similaridade, categoria, intencionalidade e singularidade.

humana e um sistema de construção de significados inteligíveis é fundamentalmente uma questão de comprimir continuamente tais relações vitais. (FAUCONNIER e TURNER, 2000, p. 297)⁸

Um exemplo mais complexo dos autores, que ilustra o processo de integração através da compressão das relações vitais de tempo e espaço, é o de um debate entre um filósofo contemporâneo e Kant, filósofo alemão (1724-1804). O filósofo contemporâneo, em um seminário, diz:

Eu afirmo que a razão é uma capacidade que se auto-desenvolve. Kant discorda de mim nesse ponto. Ele diz que é inata, mas eu respondo que isso ainda precisa ser provado, ao que ele se opõe, na *Crítica da Razão Pura*, que apenas ideias inatas têm poder. Mas eu digo: E a seleção de grupo neuronal? E ele não dá resposta. (FAUCONNIER e TURNER, 2002, p. 59)⁹

Nesse caso, a integração conceptual das ideias de Kant à argumentação do filósofo moderno acerca da natureza da razão se dá pela compressão do tempo e do espaço geográfico, em que ambos se situam. Na rede de integração que se estabelece nesse caso, tem-se no *input 1* o filósofo moderno fazendo suas asserções; no *input 2*, tem-se o pensamento, a obra de Kant. Embora em nenhum dos *inputs* exista um debate, a estrutura que emerge no espaço *blend* contém as duas pessoas (o filósofo moderno e Kant) debatendo ideias (Figura 2). De forma muito interessante, mas não inexplicável, o espaço e o tempo que separam os filósofos, devido ao processo de compressão, parecem não fazer diferença, permitindo a percepção desse evento – o “debate” – naturalmente.

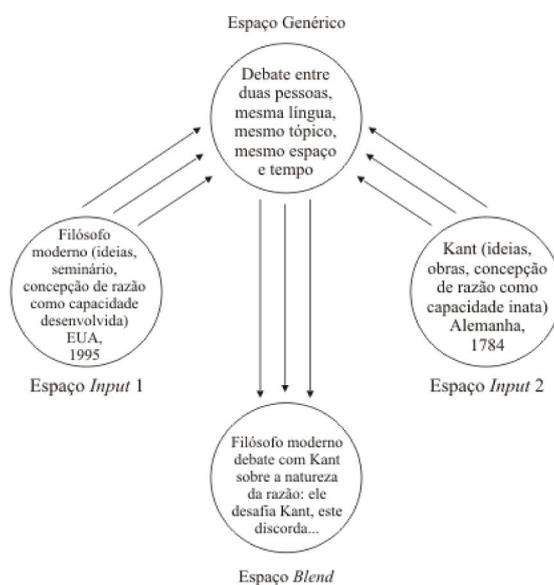


Figura 2. Exemplo de Integração Conceptual por compressão

⁸ As traduções são de minha responsabilidade. No original: “*In everyday conceptual life, we integrate clashes and compress vital relations such as identity, time, space, cause-effect, change and part-whole. Life is various and diffuse, running over large expanses of time and space. To have a human life, a human mind, and a system of constructing intelligible meanings is fundamentally a matter of continually compressing over such vital relations.*”

⁹ No original: *I claim that reason is a self-developing capacity. Kant disagrees with me on this point. He says it's innate, but I answer that that's begging the question, to which he counters, in Critique of Pure Reason, that only innate ideas have power. But I say to that, What about neuronal group selection? And he gives no answer.*

É interessante observar que a língua reflete esse processo de integração, uma vez que são usados verbos no tempo presente também para se referir a Kant, como se de fato ele estivesse presente na mesma sala, no mesmo momento, com o filósofo moderno. De acordo com Fauconnier e Turner (2002, p. 114), “a Integração Conceptual é uma ferramenta de compressão *por excelência*. A projeção seletiva de diferentes espaços relacionados e a integração no *blend* provêm um processo de compressão excepcionalmente forte.”¹⁰

A integração da voz do outro: aspectos subjetivos que motivam escolhas linguísticas

O Falante, ao trazer para o seu texto a voz do outro, integra conceptualmente o que na sua percepção, dentro de objetivos específicos, é mais importante ou necessário à interação com o Ouvinte. Os verbos *dicendi* são, por excelência, verbos introdutórios de discurso. Segundo Dik (1997, p. 96), uma OP¹¹ cujo predicado é um verbo *dicendi* tem como complemento uma oração que designa um Ato de Fala, pois é fruto de uma enunciação anterior, que está sendo reportada. Com base nisso, acredita-se que alguma motivação pragmática existe para que um discurso, proferido em outro contexto, em outra situação de interação, seja retomado.

Essa construção sintática pode aparecer sob duas formas: o Discurso Direto (DD) e o Discurso Indireto (DI). É interessante observar que, embora no DD a oração subordinada tenha total independência e não tenha nenhuma marca de subordinação, ela ocupa uma posição de argumento (Objeto Direto) em relação à oração principal. Como mostra Abreu (2003, p. 136), essa construção se caracteriza pela justaposição das orações, o que não elimina a relação de subordinação entre elas. Por outro lado, no DI, o complemento é explicitamente marcado pelo subordinador que, principalmente, pode ser uma conjunção integrante ou mesmo o verbo na forma infinitiva. Segundo Dik (1997), por não possuir marcação de tempo-modo-aspecto e determinação do argumento-sujeito, a forma infinitiva (reduzida) é menos específica e mais dependente que a forma finita (desenvolvida), o que se pode observar nos exemplos abaixo:

- (01) Jobim *diz* [desconhecer proposta da Suécia] que ofereceria os *Gripen* pela metade do preço dos franceses *Rafale*. (ESP¹²)
- (02) Jobim *diz* [que desconhece proposta da Suécia...]

Além dos aspectos formais relacionados às formas desenvolvida e reduzida das orações subordinadas, como menor ou maior dependência sintática, é possível verificar aspectos motivados pela subjetividade do Falante. No exemplo (01), o emprego da oração subordinada reduzida marca, da perspectiva do autor do texto, certo distanciamento do sujeito em relação ao que diz, ao passo que em (02), reescrito a partir de (01), a forma desenvolvida reforçaria a relação, o compromisso do sujeito com o que diz.

¹⁰ No original: “*Blending is a compression tool par excellence. Selective projection from different related spaces and integration in the blend provides an exceptionally strong process of compression.*”

¹¹ Na Teoria da Gramática Funcional (DIK, 1989 e 1997), o termo usado para se referir à OP é oração matriz. Contudo, será mantida a referência a essas orações tal como aparecem nos manuais de gramática: oração principal.

¹² As referências dos exemplos aqui transcritos encontram-se em anexo. No entanto, é importante ressaltar que um maior número de textos serviu de base para a pesquisa.

Pelo DD, o autor do texto insere a voz do outro literalmente. Como dito, observa-se a justaposição das orações principal e subordinada:

- (03) A verdade é que eu só vim a aprender equitação mais tarde, menos por gosto que por vergonha de dizer que não sabia montar. [“Agora é que ele vai namorar deveras”], *disseram* quando eu comecei as lições. (DC)
- (04) Quando eu comecei as lições *disseram* [que naquela hora é que eu iria namorar (deveras).]

Em (03), exemplo de *Dom Casmurro* (DC), a inserção direta da fala da personagem confere maior expressividade à narrativa, o que se comprova ao comparar esse exemplo com sua reescrita em (04), no qual a inserção se daria pelo DI. Neste caso, a necessidade da compatibilidade entre tempo-modo-aspecto verbal da OP com a oração subordinada (*consecutio temporum*) torna a narrativa menos fluida e menos expressiva.

A escolha do verbo *dicendi*

Ao integrar em seu texto a voz do outro a partir de um verbo *dicendi*, pode-se dizer que o Enunciador tem sua primeira manifestação de subjetividade: a escolha desse verbo. Como visto anteriormente, os manuais de gramática exploram muito pouco a OP, embora ela codifique elementos importantes da situação comunicativa. Dentre os textos analisados, há uma série de reportagens acerca da compra de 36 aviões-caças pelo governo brasileiro, em que EUA, Suécia e França disputam a licitação (aberta no início de 2009 e ainda não concluída). Nestes textos, encontraram-se:

- (05) “Você só tem que ler a nota que nós distribuimos. Você vai perceber que a nota comunica que houve proposta do presidente Sarkozy para que houvesse avanço nas negociações e, por causa disso, nós decidimos recomençar as negociações. É isso. Agora, como somos um país de muita liberdade de imprensa, e sobretudo de imaginação fértil das pessoas que fazem imprensa, cada um escreveu o que quis”, *disse* [o presidente Lula]. (FSP1)
- (06) Indagado sobre o assunto, Lula responsabilizou o que chamou de “imaginação fértil” da imprensa pela confusão. “Como nós somos um país com muita liberdade de imprensa e, sobretudo, de imaginação fértil das pessoas que fazem imprensa, cada um escreveu o que quis”, *ironizou* [o presidente Lula]. (ESP2)

Esses dois exemplos, de jornais distintos, relatam o mesmo fato: a manifestação do presidente Lula acerca de um possível mal-entendido sobre a definição da escolha dos caças. Nos dois casos, tem-se a citação direta (DD), entre aspas, inserida no texto do jornalista. A organização sintática configura-se com a justaposição da OP e da oração subordinada substantiva Objetiva Direta. No exemplo (05), o jornalista insere a voz do outro com o verbo “dizer”; no exemplo (06), o verbo utilizado é “ironizar”. Segundo Gavazzi e Rodrigues (2007, p. 52), as escolhas lexicais denotam, por inferência, “a visão de mundo dos sujeitos inscritos no discurso – a palavra passa a uma dimensão que ultrapassa os limites do dizer”. Além de comunicar a informação – a reação do presidente sobre o mal-entendido – no primeiro exemplo o jornalista busca, com o verbo “dizer”, demonstrar certa imparcialidade; no segundo exemplo, contudo, o jornalista integra sua avaliação, que é negativa, acerca da fala que traz para o seu texto. Essa avaliação é expressa pela escolha do verbo “ironizar”.

Feitas essas considerações gerais sobre diferentes aspectos – de natureza subjetiva – envolvidos no processo de subordinação substantiva (aspectos esses que se integram na

escolha do predicador da OP, na escolha de orações reduzidas ou desenvolvidas, do DD ou DI), passemos à discussão dessas construções na expressão da evidencialidade.

A expressão da evidencialidade

O conceito de evidencialidade, basicamente, corresponde à indicação da fonte do conhecimento ou das evidências que permitem ao Falante veicular determinada informação. Contudo, não é totalmente pacífico, dada a relação muito próxima que estabelece com o conceito de modalidade epistêmica, que se refere à avaliação do Falante acerca da veracidade da informação asseverada. Uma vez que ambos os conceitos se definem em relação ao conhecimento do Falante sobre algo (seja considerando-se a fonte desse conhecimento ou a avaliação de sua veracidade), torna-se natural a dificuldade em defini-los de maneira objetiva e não questionável. Nesse trabalho, cujo objetivo não é discutir a fundo essa questão, assume-se a evidencialidade como um domínio hierarquicamente superior à modalidade epistêmica, o que não significa que não haja interação entre esses domínios. De acordo com Nuyts (1993 apud DALL'AGLIO-HATTNER, 2007, p. 11), “as relações evidenciais alojam-se nas bases cognitivas da linguagem, o que significa dizer que a evidencialidade atua na origem de qualquer situação comunicativa”.

Enquanto categoria linguística, a evidencialidade é muito estudada em línguas que possuem meios gramaticais para sua expressão. O português é uma língua cuja expressão da evidencialidade é fundamentalmente lexical, embora já existam estudos que mostrem um possível sistema evidencial gramatical em desenvolvimento na língua portuguesa (CASSEB-GALVÃO, 2001; GONÇALVES, 2003).

Embora neste trabalho se considere o processo de subordinação sintática, especificamente as orações subordinadas substantivas, aborda-se a evidencialidade sob uma perspectiva mais ampla, não como uma categoria linguística codificada por essa construção, mas como um recurso comunicativo (pragmático), a partir do qual o Falante, ao expressar a fonte da sua informação, busca preservar sua face (o que demonstra um menor comprometimento com a informação) ou garantir a confiabilidade da informação que veicula (o que indica um maior comprometimento). Sendo assim, a construção sintática em questão é um dos meios de que o falante dispõe para a expressão da evidencialidade enquanto um recurso comunicativo. Sob a perspectiva do ensino da sintaxe, essa é uma funcionalidade que deveria ser explorada ao se trabalhar com o processo de subordinação substantiva. Na próxima seção, procura-se dar alguns exemplos de como construções sintáticas com orações subordinadas substantivas, com diferentes tipos de predicadores, expressam diferentes intenções comunicativas relacionadas à evidencialidade.

Os tipos de evidencialidade e as orações subordinadas substantivas

Com base nos estudos de Willet (1988), Botne (1997) e Dall'Aglio-Hattner (2001), Vendrame (2005) propõe a organização dos diferentes tipos de evidencialidade considerando o tipo de fonte e o modo de obtenção da informação:

Quadro 1. Tipos de evidencialidade (adaptado de Vendrame, 2005)

FONTE	Evidencialidade		
	Falante		Outro
MODO	Atestada	Inferida	Relatada fonte definida fonte indefinida domínio comum

Como se observa no quadro, o Falante pode ser ele mesmo a fonte de uma informação, tendo a adquirido diretamente, como testemunha, ou indiretamente, a partir da observação ou conhecimento de elementos que o permitam raciocinar, concluir e asseverar algo. Também a fonte de uma informação pode ser o Outro, e nesse caso o Falante a adquire por meio de relatos, estórias ou mitos (cuja origem é definida, indefinida ou de domínio comum).

Observando-se nos textos analisados as ocorrências das orações subordinadas, é possível associar, à evidencialidade atestada, verbos de percepção (exemplos 07, 08), à evidencialidade inferida, verbos de atividade mental (exemplos 09, 10) e, à evidencialidade relatada, tanto verbos de atividade mental como os verbos *dicendi* (exemplos 11, 12, 13, 14, 15, 16).

- (07) Stephen Forse afirmou que já havia usado algumas fatias do pão quando notou “um objeto escuro, preso no canto de três ou quatro fatias”. “Inicialmente achei que a massa do pão não havia sido bem misturada antes de ele ser assado.” “Mas quando olhei de perto, *vi* [que havia pelos na mancha].” (FSP2)
- (08) “Nesse momento eu saía do turno, estava a alguns metros da boca da mina quando senti a explosão e *senti* [que ela me elevou]”, disse Walter Restrepo, de 31 anos, em um hospital onde está sendo atendido pelas queimaduras que sofreu em cerca de 30% de seu corpo. (ESP3)
- (09) Nos encontramos na reunião do Haiti, e era tudo elogios e mais elogios da parte dos EUA para nós. *Acho* [que as relações estão totalmente preservadas]. (FSP3)
- (10) Particularmente, *acreditamos* [que o trabalho filológico representa uma importante ferramenta / que, certamente, pode e deve auxiliar a leitura do *Curso*.] mas não *acreditamos* [que ele venha mostrar um outro Saussure oposto ao Saussure do *Curso*.] (AC-H)
- (11) Já o consultor Carlos Monteiro *pensa* [que a padronização vai minar a concorrência de mercado]. “Se os nomes, currículos e laboratórios forem iguais, qual será o diferencial de um curso para o outro?”, questiona. (ESP4)
- (12) Informações extraoficiais indicam que a certificadora contratada pela ANP estimou o valor do barril entre US\$ 10 e US\$ 12, o que faria a capitalização do Tesouro na Petrobrás girar entre US\$ 50 bilhões e US\$ 60 bilhões. Fontes do setor *dizem* [que a consultoria da Petrobras apontou um valor entre US\$ 6 e US\$ 8]. (ESP5)
- (13) *Acredita-se* [que cerca de 11% das doenças relacionadas à salmonela em crianças derivam do contato com hamsters, lagartos, tartarugas e outros répteis.] (FSP4)
- (14) Assim como sofre pressões da sociedade para moralizar seus costumes, o Congresso também tem sido criticado por não tomar providências contra o rito das MPs, editadas pelo governo federal. *Afirma-se* [que o Legislativo silencia para favorecer os interesses do Palácio do Planalto]. (ESP6)

- (15) “Todo mundo *sabe* [que uma das exigências do Brasil é / ter acesso à tecnologia]”, afirmou Lula. (ESP7)
- (16) O ninho, aliás, merece um capítulo à parte. Trata-se de um delicado emaranhado de fios construídos pelo pássaro com sua própria saliva (100 g podem custar até US\$ 1.000, cerca de R\$ 1.800). Quase sem sabor, é cobiçado graças à crença de que faz bem à saúde. “*Dizem* [que quem come ninho diariamente vive mais e melhor]”, diz Liu. (FSP5)

Como se observa pelos exemplos – selecionados de acordo com o predador da OP – a construção mais frequente foi OP + oração subordinada substantiva objetiva direta. Apenas nos exemplos (13) e (14) tem-se OP + oração subordinada substantiva subjetiva; nesse caso, a motivação para essa construção se deve à indefinição da fonte e, conseqüentemente, ao uso do verbo na voz passiva (visto que não há um agente). O próprio uso da voz passiva é, por si só, uma estratégia de preservação da face uma vez que apaga o agente (ainda que esse seja conhecido).

Em (07) e (08), o Falante se apresenta como testemunha do fato que relata, assumindo total responsabilidade pela informação. Os exemplos (09) e (10) mostram que a informação asseverada é fruto da atividade mental do Falante: no primeiro caso, é uma inferência feita com base nos elogios recebidos pelo Brasil dos EUA; no segundo caso, é uma crença/opinião do Falante, reforçada pelo advérbio “particularmente”. Por se tratar de um artigo científico, ao atenuar a informação asseverada, o autor procura preservar sua face não colocando suas ideias de maneira autoritária, mas abertas a possíveis questionamentos.

Referindo-se à evidencialidade relatada, os exemplos seguintes denotam o Outro como a fonte da informação, seja ela definida (11) e (12), indefinida (13) e (14) ou atribuída a um conhecimento compartilhado, de domínio comum (15) e (16). Nesses exemplos, ao integrar em seu texto a “voz” do Outro, o Falante busca garantir a confiabilidade da informação e, ao mesmo tempo, eximir-se – ainda que não totalmente – da responsabilidade pela afirmação.

Apesar de a presente pesquisa não ter caráter quantitativo, foi observado, como dito, uma grande frequência das orações subordinadas substantivas objetivas diretas, seguidas das subjetivas. Isso não significa, certamente, que outras construções subordinadas substantivas, com outros tipos de OP, não sejam usadas na expressão da evidencialidade. Também foram encontradas, nos textos,

a. subjetivas predicadas pelo verbo “parecer”:

- (17) Quando procuraram pelos despachantes, porém, segundo o procurador Jefferson Aparecido Dias (Direitos do Cidadão), eles conseguiram realizar o agendamento “para uma semana”. “Não deveria existir, em tese, duas portas de entrada: uma para despachantes e outras para pessoas comuns. Infelizmente, *parece* [que existe uma certa diferença]”, complementou o procurador.] (FSP)

b. subjetivas encaixadas na construção “ser + adjetivo”:

- (18) *Ficou* também *evidente* [que as enfermeiras consideram a necessidade de empreender grandes esforços para assistir os pacientes da UTI, compensada pelo contato direto com os mesmos que da a “sensação de ser útil”, “de estar cumprindo o dever assumido com os mais fracos e dependentes”].

c. completivas nominais:

- (19) A maior parte dos especialistas tem *certeza de* [que, bem empregada, a tecnologia é uma importante aliada da educação.]

Esses dados, porém, ainda estão sendo analisados.

A expressão da evidencialidade é uma marca da subjetividade do Falante. Na língua portuguesa, que não tem a expressão da fonte da informação como característica obrigatória, sua manifestação se revela como uma estratégia discursiva altamente produtiva na interação entre Falante e Ouvinte. Ao indicar a fonte da informação daquilo que assevera, o Falante gerencia a informação revelando um maior ou menor grau de comprometimento seu com aquilo que diz. Como visto, a sintaxe das orações subordinadas substantivas é um dos recursos linguísticos pelos quais o Falante utiliza essa estratégia.¹³

Considerações finais

O estudo da sintaxe, sob uma perspectiva funcionalista-cognitivista, vai além dos limites da oração. A partir do processo de subordinação substantiva, discutido neste artigo, é possível trabalhar com aspectos pragmáticos da comunicação – como a expressão da evidencialidade –, o que não consta nos manuais que servem de base para o ensino.

As orações subordinadas substantivas predicadas por verbos de percepção, verbos de atividade mental e verbos *dicendi* refletem o mecanismo cognitivo de integração conceptual que está por trás da expressão da evidencialidade: de uma perspectiva cognitiva, o Falante seleciona e integra elementos do contexto que são importantes para a situação de interação com o Ouvinte, em termos de um maior ou menor comprometimento com o que diz (maior ou menor evidencialidade).

Do ponto de vista pragmático, a sintaxe pode ser considerada uma importante ferramenta que possibilita o desenvolvimento efetivo das habilidades linguístico-comunicativas dos alunos, podendo fazê-los refletir sobre as intenções e necessidades do Falante, sobre como este percebe e interage com o mundo, integrando opiniões, conceitos e ideias. Ao trabalhar com os diversos aspectos da comunicação codificados nas construções linguísticas, questões como transitividade verbal (do verbo da OP) e funções sintáticas (das orações subordinadas) – que são o foco nos manuais de gramática – passam a ser secundárias (o que não significa que devem ser excluídas) e o aluno tem a oportunidade de observar o real funcionamento da língua. Acredita-se, assim, que é dessa maneira que suas habilidades de produção e compreensão de textos (orais ou escritos) serão, de fato, desenvolvidas e/ou melhoradas. No trabalho em sala de aula, tanto textos literários como textos disponíveis na mídia constituem uma rica fonte de análise das funções pragmáticas das orações subordinadas (e qualquer outro tópico gramatical).

Este texto não traz inovações em relação aos conceitos teóricos de evidencialidade e de integração conceptual, mas acredita-se ter contribuído para a aplicação deles ao ensino da sintaxe, atendendo a uma necessidade muito evidente no contexto didático-pedagógico: como ensinar gramática de uma maneira diferente do que se apresenta nos manuais de gramática e já por tanto tempo consolidada nas aulas de língua portuguesa.

¹³ Outros elementos da língua podem expressar a evidencialidade, tais como: “*Segundo fulano...*”, “*Na minha opinião...*”, “*Evidentemente...*”. Contudo, não estão no escopo desse trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, A. S. *Gramática mínima*. Para o domínio do português padrão. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 356 p.

BACHE, C. Constraining conceptual integration theory: Levels of blending and disintegration. *Journal of Pragmatics*, v. 37, 2005. Disponível em: < http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6VCW-4G7DY5P-2&_user=972052&_coverDate=10%2F31%2F2005&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_origin=search&_sort=d&_docanchor=&view=c&_searchStrId=1489376004&_rerunOrigin=scholar.google&_acct=C000049647&_version=1&_urlVersion=0&_userid=972052&md5=623a02d7ac0df89f28202943e620f873&searchtype=a>. Acesso em: set. 2010.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 671 p.

BOTNE, R. Evidentiality and epistemic modality in Lega. *Studies in Language*, v. 2, n. 3, p. 509-532, 1997.

CASSEB-GALVÃO, V. C. *Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que*. 2001. 231f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 30. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 556 p.

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2004. 567 p.

CUNHA, C. CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007. 762 p.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Evidencialidade e modalidade: forma e função. (Relatório de pesquisa). São Paulo: FAPESP, 2001.

_____. Pesquisas em sintaxe: a abordagem funcionalista da evidencialidade. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (Orgs). *Trilhas de Mattoso Câmara e outras trilhas: fonologia, morfologia e sintaxe*. Araraquara/SP: Cultura Acadêmica, 2007. p. 103-145.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The structure of the clause. Dordrecht – Holland/Providence RI – USA: Foris Publications, 1989.

_____. *The Theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and derived constructions. Berlin: Ed. By Kees Hengeveld, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GAVAZZI, S.; RODRIGUES, T. M. Verbos *dicendi* na mídia impressa: categorização e papel social. In: PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) *Texto e Discurso*. Mídia, Literatura e Ensino. 2 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 51-61.

GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HOUGAARD, A. Conceptual disintegration and blending in interactional sequences: A discussion of new phenomena, processes vs. products, and me-

thodology. *Journal of Pragmatics*, v. 37, 2005. Disponível em: < http://www.sciencedirect.com/science?_ob=ArticleURL&_udi=B6VCW-4G7G4N4-1&_user=972052&_coverDate=10%2F31%2F2005&_rdoc=1&_fmt=high&_orig=search&_origin=search&_sort=d&_docanchor=&view=c&_searchStrId=1489403519&_rerunOrigin=google&_acct=C000049647&_version=1&_urlVersion=0&_userid=972052&md5=37983bf29cbe645024361be02f72c2af&searchtype=a >. Acesso em: set. 2010.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. Chicago: The University Press, 1980.

ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000. 553 p.

FAUCONNIER, G. TURNER, M. Compression and global insight. *Cognitive Linguistics*, v. 11, n. 3-4, p. 283-304, 2000. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1419544>>. Acesso em: mar, 2010.

_____. *The way we think*. Conceptual Blending and the mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

SPERANÇA, A. C. *Incompletudes da abordagem tradicional e suas implicações no ensino/aprendizagem da língua: um recorte sobre as relações de coordenação e subordinação nos períodos compostos*. 2007. 132f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

VENDRAME, V. *A evidencialidade em construções complexas*. 2005. 115f. Dissertação (Mestrado em Análise Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

WILLET, T. A cross-linguistic survey of the grammaticalization of evidentiality. *Studies in Language*, v.12, p. 51-97, 1988.

ANEXO

Referências dos exemplos

ESP1: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090919/not_imp437653,0.php> Acesso em: 19. set. 2009.

ESP2: <http://www.estadao.com.br/geral/not_ger436180,0.htm> Acesso em: 16 set. 2009.

ESP3: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,explosao-mata-pelo-menos-18-em-mina-de-carvao-na-colombia,567987,0.htm>> Acesso em: 17 jun. 2010.

ESP4: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100922/not_imp613349,0.php> Acesso em: 22 set. 2010.

ESP5: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20100820/not_imp597623,0.php> Acesso em: 20 ago. 2010.

ESP6: <<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,nova-tramitacao-de-mps-movimenta-camara,342941,0.htm>> Acesso em: 22 mar. 2009.

ESP7: < http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090917/not_imp436272,0.php> Acesso em: 17 et. 2009.

FSP1: <<http://www.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u624870.shtml>> Acesso em: 16 set. 2009.

FSP2: <<http://www1.folha.uol.com.br/bbc/805708-empresa-e-multada-apos-britanico-encontrar-rato-morto-em-pao.shtml>> Acesso em: 28 set. 2010.

FSP3: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/804033-eua-querem-manter-controle-sobre-ira-diz-amorim.shtml>> Acesso em: 24 set. 2010.

FSP4: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bichos/ult10006u454290.shtml>> Acesso em: 09 out. 2008.

FSP5: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/comida/ult10005u368510.shtml>> Acesso em: 31 jan. 2008.

AC-H1 (Artigo Científico – Humanas): CRUZ, M. A. A filologia saussuriana: debates contemporâneos. *ALFA*, São Paulo, v. 53, n. 1. p. 107-126, 2009. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1680>>. Acesso em: 17 jun. 2010.

DC: ASSIS, M. *Dom Casmurro*. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1899. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv00180a.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2009.

Sintaxe das resultativas adjetivais no alemão: 'contraexemplos' e os dados do PB

(Syntax of adjectival resultatives in German: 'counterexamples' and BP *data*)

Andrea Knöpfle¹

¹Departamento de Linguística – Universidade Federal do Paraná (UFPR)

deaknoepfle@gmail.com

Abstract: This work investigates adjectival resultatives in German, i.e. causative constructions as [V DP_{ACC} AP], whose AP denotes the resulting state over the DP_{ACC}. Ex.: (1)a. Anna trinkt die Teekanne leer - (1)b. *Anna drinks the teapot empty - (1)c 'Anna drinks from the teapot and it ended up empty.' The drinking event in (1)a causes the teapot to be empty; in BP, such a reading is not possible in the ungrammatical structure as in (1)b. I assume, with Kratzer (2005), that V must be intransitive and the DP_{ACC} behaves as an argument of the adjective. In order to maintain this claim, the author rules out some apparent counterexamples, in which V is transitive. I compare these examples with BP data, showing semantic and structural similarity, intending to reinforce Kratzer's hypothesis regarding the intransitivity of V in adjectival resultatives.

Keywords: Adjectival Resultatives; Intransitive; Raising; German; Bp.

Resumo: O objeto deste trabalho são as resultativas adjetivais no alemão, i.e. estruturas causativas do tipo [V DP_{ACC} AP], em que o AP denota o estado resultante sobre o DP_{ACC}. Ex.: (1)a. Anna trinkt die Teekanne leer - (1)b. *Anna bebe a chaleira vazia - (1)c 'Anna esvazia a chaleira bebendo (seu conteúdo).' O evento de beber em (1)a causa a chaleira ficar vazia; tal sentido em PB não é obtido com a estrutura em (1)b, agramatical no sentido relevante. Sigo a hipótese em Kratzer (2005) de que V está sempre em uso intransitivo e o DP_{ACC} se comporta como argumento de A. Para tanto, a autora descarta aparentes contraexemplos do alemão, em que V é transitivo. Comparo esses exemplos com dados do PB, e aponto semelhança semântica e estrutural, no sentido de reforçar a intransitividade do verbo nas resultativas adjetivais do alemão.

Palavras-chave: Resultativas Adjetivais; Intransitivo; Alçamento; Alemão; Pb.

Introdução

O objeto de estudo deste trabalho são as resultativas adjetivais do alemão e as consequências que uma abordagem sintática como as encontradas em Kratzer (2005) e Knöpfle (2010) trazem, necessariamente, para o tratamento de outros dados da literatura que apresentam semelhança estrutural com as resultativas adjetivais. Nesse sentido, existem aparentes contraexemplos do alemão que precisam ser separados das resultativas adjetivais. Para tanto, sigo a proposta em Kratzer (2005), de que tais 'contraexemplos' não são resultativas adjetivais.¹ Procuo reforçar a hipótese da autora comparando tais 'contraexemplos' a dados do português brasileiro (PB). A resultativa adjetival trata uma eventualidade com leitura de ação expressa no verbo e um estado resultante expresso no AP. A estrutura é do tipo [V DP_{ACC} AP], cujo AP denota o estado resultante sobre o DP_{ACC}. Os dados apresentam uma leitura causativa a partir do verbo matriz. Segue um exemplo:

¹ Procuo mostrar que os aparentes contraexemplos do alemão não são resultativas adjetivais. Assim, vou me referir a eles de duas maneiras: (i) ora entre aspas, i.e. 'contraexemplos'; (ii) ora utilizando o termo *aparente*, i.e. *aparentes contraexemplos*, para reforçar que não são contraexemplos de fato.

(01) Ana trinkt die Teekanne leer.
Ana bebe a chaleira vazia.
'Ana esvazia a chaleira bebendo seu conteúdo.'

(02) *Ana bebe a chaleira vazia.

Em (01), a eventualidade de beber causa a chaleira ficar vazia. O DP_{ACC} *die Teekanne* (a chaleira) não é argumento semântico do verbo: o que foi bebido foi o conteúdo da chaleira. Se mantivermos a estrutura [V DP_{ACC} AP] para o PB, como em (02), o dado é agramatical no sentido relevante. Ou seja, precisamos fazer uso de outra estrutura, como a que foi utilizada para a tradução de (01), a fim de mantermos o sentido causativo. Sigo a hipótese em Kratzer (2005) de que V é sempre intransitivo (ou está em uso intransitivo), e de que o DP_{ACC} da estrutura de superfície é argumento interno do adjetivo. A autora defende uma análise de alçamento do verbo e o movimento do DP para checagem de Caso Acc – é por esse motivo que, na estrutura superficial, o DP_{ACC} *a chaleira* está em posição de argumento interno no verbo. Seguem mais exemplos:

(03) Das Kind hat das Bettchen voll gekotzt.
A criança teve a caminha cheio vomitado
'A criança vomitou por toda a caminha.'

(04) Er hat das Papier naß geniest.
Ele teve o papel molhado espirrado
'Ele molhou o papel, espirrando sobre ele./ Ele espirrou , molhando o papel.'

(05) Der Clown hat das Kind fröhlich getanzt.
O palhaço teve a criança alegre dançado
'O palhaço alegrou a criança dançando pra ela.'

Para (03), lemos que uma criança vomitou de tal forma, que a caminha em que estava ficou cheia de vômito. Em (04), alguém espirrou sobre o papel, que ficou molhado devido ao espirro. Em (05), havia uma criança triste e um palhaço alegrou tal criança, dançando pra ela. Nos dados em (03)-(05), cujos verbos *kotzen* (vomitar), *niesen* (espirrar) e *tanzen* (dançar) são intransitivos, os DP_{ACC} não são argumentos semânticos dos verbos: o que foi vomitado não foi *a cama*, *o papel* não pode ser objeto de *espirrar*, nem *a criança* pode ser ser objeto de *dançar*. Se os adjetivos das sentenças em (01), (03)-(05) forem retirados, o falante vai interpretar os DP_{ACC} como argumentos semânticos dos verbos, rejeitando os dados. Para defender a análise sintática, a saber: (i) V intransitivo e (ii) DP_{ACC} argumento de A, Kratzer (2005) precisa dar conta de aparentes contraexemplos do alemão, como (06):

(06) Sie haben den Fußballplatz hell beleuchtet.
Eles tiveram o campo-de-futebol claro iluminado
'Eles iluminaram o campo de futebol claramente.'

(07) Sie haben * (den Fußballplatz) beleuchtet.
Eles tiveram o campo-de-futebol iluminado
'Eles iluminaram o campo de futebol.'²

² Exemplos de Kratzer, [2004, p. 8-9] 2005, tradução para o PB minha.

O dado em (06) apresenta semelhança estrutural ([V DP_{ACC} AP]) com as resultativas adjetivais em (01), (03)-(05). No entanto, diferentemente de (01), (03)-(05), o verbo em (06) é obrigatoriamente transitivo, haja vista o comportamento de V em (07) – não ocorre intransitivamente. Paralelamente, observamos que o PB também apresenta estruturas do tipo [V DP_{ACC} AP] com leitura causativa, como em (08)-(09):

(08) Ele cortou o cabelo curto.

(09) Ela costurou a saia justa.³

Essas estruturas também são tratadas na literatura como resultativas (FOLTRAN, 1999, LOBATO, 2004). Em (08), ação do verbo *cortar* causou o cabelo ficar curto, e em (09), a ação do verbo *costurar* causou a saia ficar justa. No entanto, o PB apresenta uma sensível diferença de produtividade acerca da ocorrência de resultativas, como também foi apontado por Foltran (1999) e Lobato (2004). Podemos observar tal restrição no fato de o PB não admitir resultativas adjetivais como as do alemão em (01), (03)-(05).

(10) *Ana bebe a chaleira vazia.

(11) *A criança vomitou a caminha cheia.

(12) *Ele espirrou o papel molhado.

(13) *O palhaço dançou a criança alegre.

A não aceitabilidade de (10)-(13) sugere que existe uma diferença semântica/sintática entre as resultativas adjetivais no alemão em (01), (03)-(05) e as sentenças em (08)-(09) no PB. Ainda, acredito que os aparentes contraexemplos apresentados em Kratzer (2005) (cf. (06)) podem ser reforçados como tais, tomando como comparação os dados do PB em (08)-(09).

Este trabalho está dividido da seguinte forma: na seção 1, exemplifico parte da cobertura empírica que suporta a hipótese em Kratzer (2005) de que o verbo das resultativas adjetivais está sempre em uso intransitivo. Na seção 2, mostro que as propostas sintáticas em Kratzer (2005) e Knöpfle (2010) pressupõem o verbo das resultativas adjetivais ser sempre intransitivo. Na seção 3, apresento os ‘contraexemplos’ e como Kratzer (2005) os separa de resultativas adjetivais. Coloco então os dados do PB que também foram chamados da literatura de resultativas. Mostro que esses dados possuem semelhança com os ‘contraexemplos’ do alemão, tanto estrutural quanto no conteúdo semântico. Na seção 4, apresento como Barbosa (2008) separa as ‘resultativas’ do PB das resultativas do inglês, com base em Parsons (1990).⁴ Estendo tal análise para os ‘contraexemplos’ do alemão, no sentido de reforçar a abordagem em Kratzer (2005) de que se tratam de um fenômeno distinto das resultativas adjetivais. Nas considerações finais, retomo minha base argumentativa e levanto algumas questões.

³ Dados de Foltran, 1999.

⁴ Agradeço a ajuda de Roberlei Alves Bertucci neste trabalho. Eventuais erros são meus.

Verbo intransitivo nas resultativas adjetivais

A hipótese acerca da intransitividade dos verbos nas resultativas adjetivais em Kratzer (2005) apresenta um vasto suporte empírico. Além dos exemplos acima (c.f. (1), (3)-(5)), o alemão apresenta dados de alternância transitiva, em que somente as versões intransitivas dos verbos podem participar de resultativas adjetivais.

- (14) a. Er hat gekocht.
Ele teve cozinhado/ 'Ele cozinhou'
- b. Er hat seine Familie magenkrank gekocht.
Ele teve sua família doente-do-estômago cozinhado
'Ele deixou sua família doente do estômago cozinhando para ela'.
- c. Er hat *(seine Familie) bekocht.
Ele teve sua família cozinhado-para/ 'Ele cozinhou para sua família'.
- d. *Er hat seine Familie magenkrank bekocht.
Ele teve sua família doente-do-estômago cozinhado-para
- (15) a. Sie haben geschossen.
Eles tiveram atirado/ 'Eles atiraram.'
- b. Sie haben ihn tot geschossen.
Eles tiveram ele_{Acc} morto atirado/ 'Eles o mataram, atirando nele.'
- c. Sie haben *(ihn) erschossen.
Eles tiveram ele_{Acc} atirado-morto/ 'Eles o mataram, atirando nele.'
- d. *Sie haben ihn tot erschossen.⁵
Eles tiveram ele_{Acc} morto atirado-morto

Nos exemplos em (14)-(15)a, observamos os verbos intransitivos *kochen* (cozinhar) e *schieszen* (atirar). Esses verbos participam de resultativas em (14)-(15)b, em que os DPs_{ACC} não são argumentos semânticos dos verbos. Nos exemplos em (14)-(15)c, observamos os verbos obrigatoriamente transitivos *bekochen* (cozinhar-para) e *erschieszen* (atirar-morto). Tais verbos não podem participar de resultativas adjetivais, como vemos nos dados agramaticais em (14)-(15)d. Verbos transitivos que permitem uso intransitivo também formam resultativas adjetivais, como em (16)-(18):⁶

- (16) Sie haben den Laden leer gekauft.
Eles tiveram o mercado vazio comprado
'Eles compraram tudo, de forma que o mercado ficou vazio.'
- (17) Sie haben den Teller leer gelöffelt.
Eles tiveram o prato vazio comido-com-a-colher
'Eles esvaziam o prato, comendo com a colher.'
- (18) Sie haben das Grundstück voll gebaut.
Eles tiveram o terreno cheio construído
'Eles construíram por todo o terreno, que ficou cheio.'⁷

⁵ Exemplos de Kratzer, [2004, p. 6] 2005. Tradução para o PB minha. A autora apresenta mais exemplos da referida alternância, além dos colocados aqui em (14)-(15).

⁶ Levin e Rappaport (1995) se referem a esses verbos como verbos que admitem objeto subespecificado. As autoras lembram, ainda, que verbos obrigatoriamente transitivos não formam resultativas adjetivais.

⁷ Exemplos de Kratzer, [2004, p.13-14] 2005. Tradução para o PB minha.

Apesar de permitirem uso transitivo, os verbos principais em (16)-(18) estão em uso intransitivo: em (16), o que foi comprado não foi o mercado em si, mas sim as mercadorias, de forma que o mercado ficou vazio. Em (17), o que foi comido com a colher foi o conteúdo do prato, que ficou vazio. Em (18), houve construções quaisquer, de forma que o terreno ficou cheio delas – *o terreno* não é o objeto de construir.⁸

Sintaxe das resultativas adjetivais

A relação de causa das resultativas adjetivais, segundo Kratzer (2005), é introduzida por um afixo foneticamente nulo e mais afixal [cause].⁹ O DP_{ACC} surge na sintaxe como argumento de A, subindo na estrutura para checar Caso. O AP, por sua vez, é complemento do referido afixo. O núcleo A se move para [cause] para satisfazer as necessidades afixais de [cause], formando o composto [A+[cause]]. Chamo o nó nucleado pelo afixo de CausingP.¹⁰ O sintagma pode ser esquematicamente representado como: [_{CausingP} cause [_{AP} A DP]].

Para Kratzer (2005), o nó nucleado pelo afixo [cause] está configurado como irmão do verbo, mesmo sendo um adjunto do ponto de vista da estrutura argumental. Sendo essa uma configuração ilícita para a autora, o verbo é alçado e há incorporação de [A+[cause]] em V, formando um composto morfológico. O DP, ao se mover para checar Caso Acc, torna-se objeto do composto [[A+[cause]]+V]. Discuto em Knöpfle (2010) minhas motivações para não assumir essa formação,¹¹ e proponho duas configurações a serem exploradas: (i) uma em que CausingP é adjungido à esquerda do VP; (ii) e outra em que CausingP é irmão de V, em termos larsonianos (LARSON, 1988, 1990). Vejamos as duas representações arbóreas simplificadas que exprimem as 2 configurações propostas: CausingP adjunto ao VP, (Figura 1),¹² e CausingP irmão de V, (Figura 2):

⁸ Kratzer (2005) coloca ainda em uso iterativo os verbos *kochen* (cozinhar_{intransitivo}), *schliessen* (atirar_{intransitivo}), *kaufen* (comprar), *löffeln* (comer-com-a-colher) e *bauen* (construir), para reforçar a possibilidade de comportamento intransitivo, como *Er baute und baute* (Ele construiu e construiu). Verbos obrigatoriamente transitivos não admitem uso iterativo, como **Er erschoss und erschoss* (Ele atirou-morto e atirou-morto).

⁹ A autora explora a possibilidade de uma operação de *type shift* para as resultativas adjetivais. Tal operação, no entanto, não teria como “barrar” resultativas mal formadas, como: **The gardener watered the tulips flatten*. O *shift* causativo não faz distinção quanto à morfologia do adjetivo. Já enquanto um fenômeno morfológico, o adjetivo precisa ser *bare* para poder se incorporar a [cause] e gerar boas resultativas.

¹⁰ Esse nome se refere à relação de causa introduzida pelo afixo para as resultativas adjetivais desenvolvida em Kratzer (2005), que trata de um tipo de relação de *causação*. A relação de *causação* é o fechamento transitivo da relação de dependência causal, segundo Lewis (1973). A relação de causa das resultativas, analisada em Kratzer (2005) em termos de cadeias causais e chamada de *eventos de causa de outros eventos* (*events of causing other events*), é definida como a soma de todas as eventualidades integrantes de uma cadeia causal, cujo elemento máximo é o estado denotado pelo adjetivo. A cadeia causal é linearmente ordenada pelo inverso da relação de *causação*. É com base em tal relação de causa que a autora justifica a intransitividade de V em resultativas cujos DP_{ACC} poderiam ser lidos como argumentos dos Vs, como *He hammered the metal flat* e *The butler wiped the table clean*. Para a argumentação completa, remeto o leitor a Kratzer (2005) e Knöpfle (2010).

¹¹ Há motivação morfológica para a formação de composto [A+[cause]]. Mas, para assumir a formação do composto [[A+[cause]]+V], não encontro motivação semântica ou sintática. Quanto à semântica, Kratzer (2005) diz que a incorporação de [A+[cause]] em V não traz consequências semânticas. Quanto à sintaxe, nas resultativas em que V é flexionado, esse se move para cima (de V para I, e I, contendo V, move-se para C) e não leva junto consigo [A+[cause]], o que seria evidência empírica contra a incorporação de [A+[cause]] a V. Para outras evidências contra a incorporação de [A+[cause]] em V, remeto o leitor a Knöpfle (2010).

¹² Utilizo a representação com *v*-leve, seguindo Chomsky (1995).

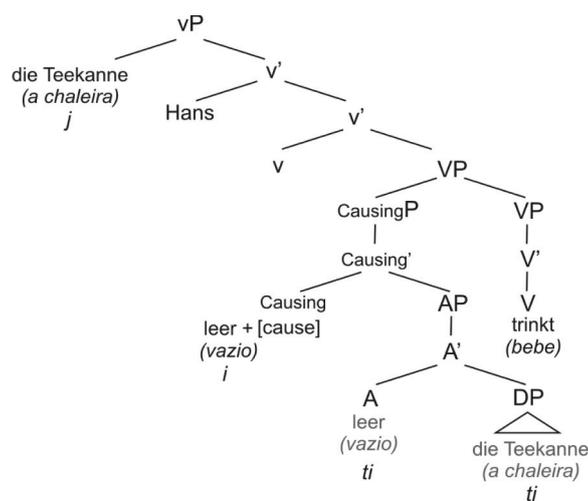


Figura 1. CausingP adjungido ao VP

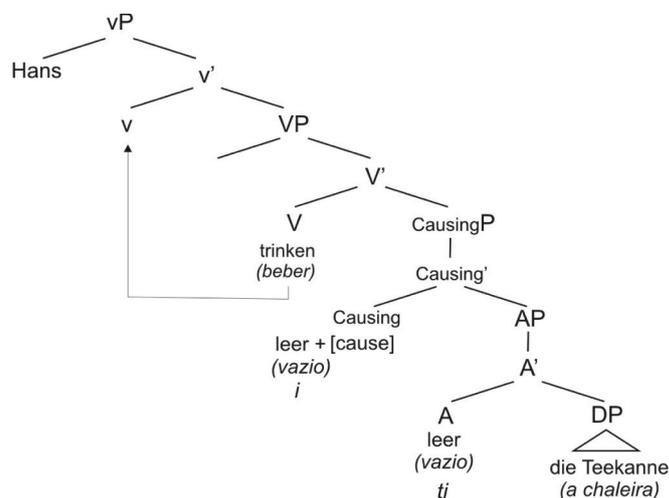


Figura 2. CausingP irmão de V

Na Figura 1, CausingP é adjungido à esquerda do VP. Essa configuração dá conta da ordem tanto das resultativas em que V matriz é conjugado (cf.(01)) quanto das resultativas com verbos auxiliares (cf.(03)-(05)). CausingP, no entanto, uma vez em configuração de adjunto, poderia ser considerado ilha, impedindo a extração do DP para checar Acc. Na Figura 2, a questão de ilha não se coloca. A ordem prevista, porém, não dá conta dos dados com auxiliares (cf.(03)-(05)). Nesses, V vem após A e ocupa o último lugar. Segundo a Figura 2, A ocupa o último lugar.¹³

Qualquer que seja a representação a ser explorada, i.e. Kratzer (2005), Figura 1 ou Figura 2, todas pressupõem a intransitividade de V.

¹³ Em Knöpfler (2010), capítulo 3, discuto longamente as consequências das configurações representadas nas Figuras 1 e 2. Não vou reproduzir toda a argumentação aqui, por motivos de espaço e escopo deste artigo (i.e. reforçar a hipótese da intransitividade de V, eliminando ‘contraexemplos’).

‘Contraexemplos’ e os dados do PB

Para justificar o comportamento sempre intransitivo de V, Kratzer (2005) precisa dar conta de aparentes contraexemplos. Vou repetir os dados em (06)-(07), aqui em (19)-(19)’, e acrescentar outros:

(19) Sie haben den Fußballplatz hell beleuchtet.
Eles tiveram o campo-de-futebol claro iluminado
‘Eles iluminaram o campo de futebol claramente.’

(19)’ Sie haben * (den Fußballplatz) beleuchtet.
Eles tiveram o campo-de-futebol iluminado
‘Eles iluminaram o campo de futebol.’

(20) Sie haben die Patienten nackt ausgezogen.
Eles tiveram os pacientes nu tirado-a-roupa
‘Eles tiraram a roupa dos pacientes completamente.’

(20)’ Sie haben * (die Patienten) ausgezogen.
Eles tiveram os pacientes tirado-a-roupa
‘Eles tiraram a roupa dos pacientes.’

(21) Sie haben den Laster schwer beladen.
Eles tiveram o caminhão pesado carregado
‘Eles carregaram o caminhão pesadamente.’

(21)’ Sie haben * (den Laster) beladen.
Eles tiveram o caminhão carregado
‘Eles carregaram o caminhão’.

(22) Sie haben die Wand blau bemalt.
Eles tiveram a parede azul pintado
‘Eles pintaram a parede bem azul.’

(22)’ Sie haben * (die Wand) bemalt.
Eles tiveram a parede pintado
‘Eles pintaram a parede.’

(23) Sie haben den Teig dünn ausgerollt.
Eles tiveram a massa fino esticado
‘Eles esticaram a massa bem fina’.

(23)’ Sie haben * (den Teig) ausgerollt.¹⁴
Eles tiveram a massa esticado
‘Eles esticaram a massa.’

Os exemplos em (19)’-(23)’ são para mostrar que os verbos são transitivos. Tais verbos, nos exemplos em (19)-(23), participam de estruturas muito parecidas com as resultativas adjetivais. Kratzer (2005) argumenta, então, que não se trata de resultativas adjetivais, uma vez que os predicados secundários de (19)-(23) são, na verdade, advérbios. Em alemão, advérbios de modo e adjetivos predicativos apresentam-se da mesma maneira; a diferença entre ambos não é clara uma vez que não apresentam distinção morfológica

¹⁴ Exemplos de Kratzer, [2004, p.8-9] 2005, tradução para o PB minha.

(KRATZER, 2005). Soma-se ainda o fato de que a forma adjetival não-flexionada é usada tanto para advérbios de modo, quanto para adjetivos predicativos e ainda descritivos (*depictives*) (GEUDER, 2002).

Para diagnosticar se o predicado secundário é adjetivo ou advérbio, Kratzer (2005) realiza testes (cf. teste do *Como...?*). Os aparentes contraexemplos (cf. (19)-(23)) são passíveis de serem questionados e respondidos, como em (24)-(28).

- (24) Wie soll ich den Fußballplatz beleuchten? Hell.
Como devo eu o campo-de-futebol iluminar? Claro
'Como eu devo iluminar o campo de futebol? Claramente.'
- (25) Wie soll ich die Patienten ausziehen? Nackt.
Como devo eu os pacientes tirar-a-roupa? Nu
'Como eu devo tirar a roupa dos pacientes? Completamente.'
- (26) Wie haben sie den Laster beladen? Viel zu schwer.
Como tiveram vocês o caminhão carregado? Demais pesado.
'Como vocês carregaram o caminhão? Pesadamente.'
- (27) Wie haben sie die Wand bemalt? Blau.
Como tiveram vocês a parede pintado? Azul.
'Como vocês pintaram a parede? Bem azul.'
- (28) Wie haben sie den Teig ausgerollt? Dünn.
Como tiveram vocês a massa desenrolado? Fino
'Como vocês desenrolaram a massa? Bem fina.'¹⁵

Já o mesmo teste não pode ser feito para as resultativas adjetivais 'genuínas' (cf. (01), (03)-(05) e (16)-(18)), como vemos nos dados agramaticais de (29) a (35):

- (29) *Wie trinkt Ana die Teekanne? Leer.
Como bebe Ana a chaleira? Vazio
- (30) *Wie hat das Kind das Bettchen gekotzt? Voll
Como teve a criança a caminha vomitado? Cheio
- (31) *Wie hat er das Papier geniest? Naß.
Como teve ele o papel espirrado? Molhado
- (32) *Wie hat der Clown das Kind getantzt? Fröhlich.
Como teve o palhaço a criança dançado? Alegre.
- (33) *Wie haben sie den Laden gekauft? Leer.
Como tiveram eles o mercado comprado? Vazio
- (34) *Wie haben sie den Teller gelöffelt? Leer.
Como tiveram eles o prato comido-com-a-colher? Vazio
- (35) *Wie haben sie das Grundstück gebaut? Voll.
Como tiveram eles o terreno construído? Cheio

¹⁵ Exemplos de Kratzer, [2004, p.9-10] 2005. Tradução para o PB minha.

Segundo o teste, Kratzer (2005) exclui aparentes contraexemplos das resultativas adjetivais. Podemos perceber que o PB tem uma característica que o aproxima do alemão: certos adjetivos podem ser usados com valor de advérbio em PB. Para Kratzer (2005), em algumas estruturas no alemão o predicado secundário é adjetivo, formando resultativas adjetivais. Já nas estruturas em que o predicado secundário é advérbio, a construção não é resultativa. A autora afirma, então, que não há construção resultativa nas línguas românicas, pois nas construções aparentemente resultativas, como em *Ela cortou o cabelo curto*, o suposto AP é advérbio. Na tradução para o PB em (22) e (23), usei os adjetivos na forma superlativa. A tradução de (21) para o inglês seria: *They loaded the truck heavily*. A adição do sufixo *-ly* notadamente indica advérbio: *heavily*.¹⁶ Já as traduções dos predicados secundários em (19), (20) e (21) foram feitas com advérbios em *-mente*. Ou seja, notamos que sentenças como (19)-(23) - os aparentes contraexemplos do alemão - são possíveis em PB. Já resultativas adjetivais como (01), (03)-(05) não são possíveis em PB (cf. (10)-(13)). Seguem alguns exemplos de resultativas no PB:

- (36) Ele cortou o cabelo curto.
- (37) Ele desenhou o círculo torto.
- (38) Ele pintou o quadro bem colorido.
- (39) Deus criou os homens fracos.
- (40) Ele fabricou a cadeira torta.

A pouca produtividade desse tipo de construção, se comparada aos dados do inglês, foi apontada por Foltran (1999). Vimos, também, que essa comparação se estende aos dados do alemão (cf. (10)-(13)). Foltran (1999) observa que os predicados secundários em (36)-(40) não têm a propriedade de transformar um evento não delimitado em delimitado, ou seja, a adição desse predicado não interfere na classe aspectual do verbo.¹⁷ A autora coloca, ainda, que não são encontradas em PB resultativas com verbos de atividade (como *correr* e *beber*) com ponto final indeterminado. O predicado secundário, então, parece fornecer uma descrição mais exata do estado final. Podemos reforçar o ponto da autora, observando resultativas em alemão com verbos como *beber* e *dançar* (cf. (01) e (05), ao contrário do PB (cf. (10) e (13)). Lobato (2004) analisa situações onde as construções resultativas no PB ocorrem,¹⁸ e coloca que o PB não é capaz de licenciar estruturas como *hammer the metal flat*,¹⁹ na qual a interpretação de *flat* é dada como sendo a propriedade que o metal adquire após a ação de *hammer*. Lobato (2004), no entanto, argumenta que não se pode fazer a generalização de que as construções resultativas não existem no PB baseado apenas em dados do tipo *hammer the metal flat*. Admitindo a restrição de resultativas

¹⁶ Geuder (2002) vai chamar sentenças como *They loaded the truck heavily* de resultativas adverbiais.

¹⁷ Autores como Hoekstra (1988), Levin e Rappaport (1995) e Rothstein (2004) colocam como típico para as resultativas do inglês o *shift* aspectual: o sintagma resultativo transporta predicados de ação em *accomplishments*.

¹⁸ “(a) há formação de predicado complexo, com predicação do predicado secundário sobre o objeto e não sobre a proposição; (b) há atribuição de nova propriedade ao referente do objeto direto por efeito da ação verbal e (c) há interpretação do evento como télico (i.e., delimitado)” (LOBATO, 2004, p. 147).

¹⁹ *Hammer the metal flat* (MARTELAR O METAL PLANO) significa ‘martelar o metal, de forma que ele fique plano’.

no PB, a autora lista as condições para licenciamento da construção resultativa em PB.²⁰ Uma dessas condições, por exemplo, é dizer que somente a forma superlativa do adjetivo ou adjetivo com modificação em grau é que licenciam a construção resultativa: (41)-(43).

(41) João pintou a casa amarelinha, amarelinha.

(42) João pintou a casa bem amarelinha.

(43) João pintou a casa bem amarelíssima.²¹

Vejamos agora como se comportam as chamadas resultativas do PB em relação ao teste do *Como...?*.

(44) Como ele cortou o cabelo? Curto.

(45) Como ele desenhou o círculo? Torto.

(46) Como ele pintou o quadro? Bem colorido.

(47) Como Deus criou os homens? Fracos.

(48) Como ele fabricou a cadeira? Torta.

(49) Como João pintou a casa? Amarelinha, amarelinha/ bem amarelinha/ amarelíssima.

Da mesma maneira que os aparentes contraexemplos de resultativas adjetivais em alemão, as resultativas do PB são boas segundo o teste. Por outro lado, as resultativas adjetivais do alemão ‘genuínas’ – não realizáveis em PB na estrutura [V DP AP] – não ‘passam’ no teste. Adicionalmente, temos a questão adjetivo x advérbio em alemão e em PB, ou seja, os predicados secundários dos ‘contraexemplos’ em alemão foram traduzidos em PB em advérbios em *-mente* e ou adjetivos modificados em grau.

Para reforçar a semelhança estrutural entre as resultativas do PB e os ‘contraexemplos do alemão’, notamos que a tradução do PB para alemão mantém a estrutura [V DP AP]. Ainda, é possível fazer o teste do ‘...como?’ em ambas as línguas.

(50) Ele cortou o cabelo curto.
Er schnitt die Haare kurz. Wie schnitt er die Haare? Kurz.
‘Como ele cortou o cabelo? Curto.’

(51) Ela costurou a saia justa.
Sie schneiderte den Rock eng. Wie schneiderte sie den Rock? Eng.
‘Como ela costurou a saia? Justa.’

(52) Ele desenhou o círculo torto.
Er zeichnete den Kreis krumm. Wie zeichnete er den Kreis? Krumm.
‘Como ele desenhou o círculo? Torto.’

²⁰ Os verbos que participam da resultativa são classificados em verbos transitivos (i) de criação (*criar; construir*), (ii) de criação com especificação lexical do meio de criação (*escrever; desenhar; pintar* no sentido de criar imagem, *retratar*) e (iii) de ação sobre objeto pré-existente com situação resultante (*cortar; costurar; pintar* no sentido de colorir, *colocar; arrumar*). A autora analisa, ainda, a forma como o adjetivo aparece de maneira a permitir a leitura resultativa: forma básica, superlativa e superlativa sintética.

²¹ Exemplos de Lobato (2004, p. 158-159).

- (53) Ele fabricou a cadeira torta.
 Sie fertigte den Stuhl schief. Wie fertigte er den Stuhl? Schief.
 ‘Como ele fabricou a cadeira? Torta.’

Os dados expostos até aqui (cf. resultativas do PB e ‘contraexemplos’ do alemão) levam a crer que temos fenômenos similares entre si, mas distintos sintática e semanticamente das resultativas adjetivais do alemão. Na próxima seção, vou expor melhor essa diferença semântica.

‘Contraexemplos’/dados do PB e resultativas: fenômenos distintos

Barbosa (2008) questiona a existência das construções resultativas em PB nos moldes das do inglês. Com base nas propriedades das construções resultativas do inglês, o autor procura mostrar que existe uma diferença semântica quanto ao tipo de modificação que os predicados resultativos exercem nas sentenças em inglês e em PB. Enquanto no inglês o predicado secundário denota o estado resultante da ação, no PB é modificador de estado resultante, já denotado no conteúdo semântico do verbo juntamente com o argumento interno – sua existência não é condição necessária para a culminação do evento da sentença. No exemplo *construir a ponte sólida*, o verbo é de criação (portanto *accomplishment*), sendo o resultado da ação expresso no DP_{ACC}: *a ponte*. O estado *sólida* predica sobre o resultado já expresso na ação verbal. Assim, o predicado secundário se comporta como um adjunto. O autor vai representar sintaticamente o predicado secundário como estando apenas contido no VP. Ainda, o predicado secundário pode especificar a ação verbal em modo.²² Dessa forma, para ele, muitos dos dados em Lobato (2004), como *pintar a casa bem amarelinha*, precisam ser licenciados por um adjetivo com modificação em grau. Conforme já apontado em Levin e Rappaport Hovav (1995), entre outros, o predicado secundário resultativo denota (i) o estado final ou (ii) a informação adicional sobre o estado alcançado. Barbosa (2008) toma como base a semântica de eventos neo-davidsoniana em Parsons (1990) para fazer a distinção quanto ao tipo de função que o predicado secundário resultativo exerce nas sentenças, a saber: o estado resultante da ação (resultativas do inglês) *x* modificador de estado resultante (resultativas do PB). Aqui, para ser modificador de estado resultante, tanto faz se o predicado secundário é categorizado como adjetivo ou advérbio.

Vejamos a análise em Parsons (1990). Em *x closes the door tight*,²³ o adjetivo *tight* (apertado, vedado) modifica um estado de *being-closed* (estar fechado). Esse estado *being-closed* é alcançado pelo verbo matriz causativo. Para *x closes the door tight*, segue forma lógica:

$(\exists e)[\text{Cul}(e) \ \& \ \text{Agent}(e,x) \ \& \ (\exists e') [\text{Cul}(e') \ \& \ \text{Theme}(e',\text{door}) \ \& \ \text{CAUSE}(e,e') \ \& \ (\exists s) [\text{Being-closed}(s) \ \& \ \text{Theme}(s,\text{door}) \ \& \ \text{Hold}(s) \ \& \ \text{BECOME}(e',s) \ \& \ \text{Being-tight}(s)]]].$
 (PARSONS, 1990, p.121)

A partir da fórmula, lemos que existe um evento *e*, cujo agente é *x*; e existe um evento *e'*, cujo tema é *a porta*, e *e* é o evento que causa (CAUSE) *e'*; existe um estado *s*,

²² Neste caso, entendemos que o predicado secundário teria uma função mais próxima a um advérbio. Isso se aproxima em parte da análise em Kratzer (2005), de que os predicados secundários (nas resultativas) nas línguas românicas se comportam como advérbios.

²³ *x closes the door tight* (X FECHA A PORTA APERTADO) significa: ‘*x fechou a porta bem vedada/x fechou a porta bem fechadinha*’.

que é *estar fechada* (being-closed), cujo tema é *a porta*, e *e* muda para *s*, ou seja, ‘a porta cerrada’ ou ‘a porta bem fechada’. Isso significa que, em ‘João fechou a porta bem fechadinha’, o evento *e* é *João fechar a porta* e o fato de ele fazer isso causa *e*, i.e., o estado resultante da ação de *João fechar a porta* é *a porta estar fechada*. Além disso, existe um estado *s*, *estar bem fechadinha*, que é o resultado final de *e*. Em outras palavras, *bem fechadinha* modifica (BECOME) o estado resultante *estar fechada*, referente à *porta*.

Existe um outro tipo de construção que se parece na superfície com o tipo de sentença causativa-incoativa acima. Segundo Parsons (1990), são as ‘*resultative-tags*’ (resultativas, na terminologia do autor) como *Agatha hammered the metal flat*.²⁴ Esse tipo de estrutura pode ser analisado como as causativo-incoativas e os operadores CAUSE e BECOME, com a diferença de que traz a informação sobre o tipo de causação do evento (*causing event*), ou seja, o modo pelo meio do qual a ação é realizada. Para *x hammered the metal flat*, temos:

($\exists e$)[Cul(*e*) & Agent(*e*,*x*) & Hammering(*e*) & Theme(*e*,*metal*) & ($\exists e'$)[Cul(*e'*) & Theme(*e'*,*metal*) & CAUSE(*e*,*e'*) & ($\exists s$)[Being-flat(*s*) & Theme(*s*,*metal*) & Hold(*s*) & BECOME(*e'*,*s*)]]]. (PARSONS, 1990, p. 121)

Lemos na fórmula a existência de um evento de martelar *e*, cujo agente é *x* e cujo tema é *metal*. O tema atinge o estado *s* (estar achatado – *being-flat*) na culminação *e'*. Nessa estrutura, o adjetivo denota o estado alcançado pelo tema por meio da ação verbal.

Podemos agora estender tal análise para as resultativas do PB e ‘contraexemplos’ do alemão, de um lado, e as resultativas do alemão, de outro. No primeiro grupo, temos o modificador (independente da sua categorização enquanto adjetivo ou advérbio) como um ‘segundo estado’ modificando um ‘primeiro estado’ já alcançado na culminação do evento. Ou seja, em *cortar o cabelo curto*, *curto* modifica um estado de *estar cortado*, obtido no conteúdo [V+DP]. Para os ‘contraexemplos’ do alemão, como *iluminar o campo de futebol claramente* ou *pintar a parede bem azul, claramente e bem azul* modificariam, respectivamente, um estado de *estar iluminado* e um estado de *estar pintado*.²⁵ No segundo grupo (as resultativas adjetivais), temos o adjetivo denotando o estado do DP obtido por meio do evento, sendo esse estado o (único) resultado do evento. Em termos kratzerianos, o adjetivo denota a própria culminação do evento.

Considerações finais

A hipótese em Kratzer (2005) de que o verbo das resultativas adjetivais do alemão está sempre em uso intransitivo tem vasto suporte empírico. Existem, no entanto, aparentes contraexemplos, em que V é obrigatoriamente transitivo. Esses são descartados, à medida que A é considerado advérbio (cf. teste do ‘...como?’). Como suporte ao teste, comparo os aparentes contraexemplos do alemão com as supostas resultativas do PB, e

²⁴ *Agatha hammered the metal flat* (AGATHA MARTELOU O METAL PLANO) – ‘*Agatha achatou o metal, martelando-o./ Agatha tornou o metal chato, martelando-o*’.

²⁵ Note que a categorização de *claramente* e *bem azul* enquanto advérbios ou adjetivos não é nada trivial. Geuder (2002) desenvolve toda uma argumentação para mostrar que *brightly* e *heavily* (em *they loaded the truck heavily*) são advérbios, mas não advérbios de modo. Intuitivamente, *claramente* e *bem azul* não poderiam ser parafraseados como *de modo claro* ou *de modo azul*.

aponto semelhança estrutural. Aponto semelhança na denotação do modificador nas resultativas do PB e nos aparentes contraexemplos do alemão (cf. teste do ‘...como?’). Com base na diferença semântica entre *estado resultante* e *modificador de estado resultante* (BARBOSA, 2008), considero o A dos aparentes contraexemplos do alemão como modificadores de estado resultante, portanto não resultativas adjetivais.

Sendo assim, a primeira pergunta que coloco é qual seria a estrutura sintática dos ‘contraexemplos’ do alemão e das resultativas do PB. Uma possibilidade seria imaginar uma projeção SC $[[\emptyset]_{DP} [\text{torto}]_{AP}]$ adjungida ao VP, em que o DP seria uma categoria vazia correferencial com o argumento interno do verbo. Poderíamos ainda supor que a projeção SC seria o próprio AP. Qual categoria vazia está em questão demanda uma nova pesquisa. Ainda, construções como *Ele cortou o cabelo curto* se parecem com construções como *Pedro comeu a carne crua*. Assim, outra questão para pesquisas futuras é verificar como o AP pode ora modificar o objeto e ora modificar o estado resultante do evento. Outra questão que coloco é: se o AP é modificador de estado resultante, de que consiste mais precisamente esse estado resultante? Poderíamos ainda considerar *torto, justa e bem colorido* como advérbios se comportando em *–mente*, modificando todo o VP. Qualquer que seja a possibilidade a ser perseguida, reitero que, segundo a base empírica apresentada neste texto, os ‘contraexemplos’ do alemão e as resultativas do PB apresentam similaridade estrutural e semântica entre si. Acredito, portanto, que se trata do mesmo fenômeno, fenômeno esse distinto das resultativas adjetivais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, J. W. C. *A estrutura sintática das chamadas “construções resultativas em PB”*. 2008. 134 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CHOMSKY, N. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995. 420 p.

FOLTRAN, M. J. G. D. *As construções de predicação secundária no português do Brasil: aspectos sintáticos e semânticos*. 1999. 205 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GEUDER, W. *Oriented Adverbs: Issues in the Lexical Semantics of Event Adverbs*. Konstanz, 2002. 220 p.

HOEKSTRA, T. Small clause results. *Língua*, [s.l.], v. 74, p. 101-139, 1988.

KNÖPFLE, A. *A estrutura sintática das resultativas adjetivais no alemão: uma proposta a partir de Kratzer (2005)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

KRATZER, A. Building resultatives. In: MAIENBAUM, C.; WÖLLSTEIN-LEISEN, A. (Eds.). *Event arguments in syntax, semantics, and discourse*. Tübingen: Niemeyer, 2005. 51 p. Publicação eletrônica (2004) disponível em <<http://semanticsarchive.net/Archive/GY4ZThjZ/Building%20Resultatives.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

LARSON, R. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*, Cambridge (MA), v. 19, p. 335-391, 1988.

_____. Double objects revisited: reply to Jackendoff. *Linguistic Inquiry*, Cambridge (MA), v. 21, p. 589-632, 1990.

LEVIN, B.; RAPPAPORT HOVAV, M. *Unaccusativity: at the syntax-lexical semantics interface*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1995. 328 p.

LEWIS, D. Causation. *Journal of Philosophy*, [s.l.], v. 70, p. 556-567, 1973.

LOBATO, L. Afinal, existe a construção resultativa em português? In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; PIRES DE OLIVEIRA, R. (Orgs.). *Sentido e Significação*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 142-180.

PARSONS, T. *Events in the semantics of English: a study in subatomic semantics*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 1990. 334 p.

ROTHSTEIN, S. *Structuring Events: a study in the semantics of lexical aspect*. Oxford: Blackwell, 2004. 216 p.

Realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em cartas de ilustres do século XIX

(Anaphoric Third Person Direct Objects in letters written by renowned Brazilians in the nineteenth century)

Carolina de La Vega Soledade¹

¹Faculdade de Letras – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

carolinasoledade@hotmail.com

Abstract: This article describes and analyzes anaphoric direct object in synchronic *corpus* which consists of letters written by renowned Brazilians in the nineteenth century. The aim is to register the variation pattern of this variable in order to analyse the decrease of the use of accusative clitic and its subsequent replacement by the null object, which was already registered in Brazilian Portuguese..

Keywords: Accusative Clitic; Brazilian Portuguese; Null Object.

Resumo: Este artigo descreve e analisa as realizações do objeto direto anafórico de terceira pessoa em *corpus* sincrônico constituído por cartas escritas por brasileiros ilustres no século XIX. O objetivo é registrar o padrão de variação dessa variável tendo em vista a diminuição do uso do clítico acusativo e sua consequente substituição pelo objeto nulo já registrada no português brasileiro.

Palavras chave: Clítico Acusativo; Português Brasileiro; Objeto Nulo.

Introdução

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar em caráter sincrônico a variação nas realizações do objeto direto em representação anafórica. Serão analisadas estruturas simples e complexas em *corpus* composto por cartas escritas no século XIX por brasileiros considerados ilustres, ou seja, personalidades que ocupavam posição de prestígio na hierarquia social e política do Brasil no século em questão. A pesquisa que deu origem a este trabalho está integrada em um projeto maior que busca traçar o caminho percorrido pelo português falado no Brasil, no âmbito da sintaxe, nas diversas esferas sociais, a fim de descrever uma gramática que, segundo Tarallo (1993), desde o século XIX, começa a seguir seu próprio caminho afastando-se da matriz europeia, que a originou. O modelo teórico que norteia este estudo é a Teoria da Variação e Mudança, uma das teorias de análise do campo da Sociolinguística, aliada aos postulados da gramática gerativa, mais precisamente à Teoria de Princípios e Parâmetros.

A seção “Fundamentação teórico-metodológica”, seguinte a esta introdução, é dedicada a uma breve exposição da teoria e da metodologia na qual está sedimentada esta pesquisa, a variação paramétrica. Na seção “O objeto direto anafórico no português”, apresento os dados e resultados encontrados. Por fim, nas Considerações finais, apresento as conclusões a que os resultados me levaram.

Fundamentação teórico-metodológica

Nesta seção, exponho o modelo teórico e metodológico que norteou a pesquisa aqui empreendida.

A variação paramétrica

Partindo da análise de quatro mudanças sintáticas já atestadas no português brasileiro (PB), a saber: a reorganização do sistema pronominal, que teve como principais consequências a implementação de objetos nulos e o aumento na frequência de sujeitos lexicais; a mudança nas estratégias de relativização — as relativas são geradas, no PB, sem a aplicação da regra de Movimento sobre pronomes relativos e com a aplicação de uma regra de retenção ou apagamento de pronome responsável pelas relativas resumptivas e cortadoras; os padrões sentenciais em perguntas e respostas; e, por fim, a reorganização dos padrões sentenciais básicos, a partir do qual a gramática do português brasileiro se caracteriza por uma ordem SVO rígida, Tarallo (1993) propõe-se a delinear as bases linguísticas em torno das quais estaria centrada a discussão acerca de uma possível gramática brasileira que, a partir do século XIX, já apresentava expressivas diferenças estruturais com relação à gramática do português europeu (PE).

A fim de sistematizar a distinção entre PB e PE, Tarallo (1987) propõe a sociolinguística paramétrica (ou variação paramétrica). Para a elucidação dessa hipótese, faz-se necessário recorrer à Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), desenvolvida no interior do gerativismo chopiniano, e à Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006), remanescente dos estudos de Labov em Martha's Vineyard e Nova York, juntamente com a pesquisa de Herzog sobre o iídiche no norte da Polônia e o trabalho de Weinreich no Language and Culture Atlas of Ashkenazic Jewry, que serviram de base empírica para essa nova tentativa de teorização orientada para a mudança.

A primeira teoria postula a existência de uma gramática universal (GU)¹ constituída por dois princípios básicos: primeiramente, todas as línguas apresentam certas características que são rígidas, universais e invariáveis, os chamados princípios. No entanto, também apresentam parâmetros, que são mais abertos, pois admitem variações podendo ser a eles atribuídos valores [+] ou [-] se determinada língua segui-los ou não. Estes são os responsáveis pelas diferentes línguas humanas. Desse modo, se uma comunidade fixa pelo menos um parâmetro de maneira distinta de outra, tem-se gramáticas distintas que poderão, conforme Galves (1998), produzir enunciados diferentes ou atribuir estatutos diversos a enunciados aparentemente iguais. A partir dessa concepção, quando ocorre mudança, pressupõe-se que ocorreu alteração na marcação de algum parâmetro.

Estendida a outras áreas da gramática, como a pronominalização, a concordância verbo-nominal, a topicalização, a ordem dos constituintes, etc., esta hipótese tem sido ainda um campo de estudo bastante explorado. Busca-se uma caracterização da variedade falada no Brasil, distinta daquela falada em Portugal, acreditando que, ainda que representem a mesma língua, carregam consigo gramáticas distintas.

¹ Já está fixado que, para a teoria gerativa, a linguagem seria uma capacidade inata do ser humano, ou seja, algo relacionado à herança genética de todo indivíduo, portanto, uma faculdade. Postula-se a existência de uma Gramática Universal (GU), um estágio inicial da gramática comum à mente de todo indivíduo recém-nascido que o possibilita articular a língua de acordo com o *inputs* dos dados a que será exposto. A depender desses dados, cada indivíduo adquire sua gramática. O desenvolvimento da GU em interação com o meio social de aquisição da linguagem vai determinar a existência de uma gramática particular a cada indivíduo.

De acordo com a Teoria da Variação e Mudança (ou Sociolinguística Variacionista), qualquer mudança linguística, antes de ser confirmada, pressupõe um momento anterior de variação entre as formas variantes. Em outras palavras, observa-se a coexistência de mais de uma forma linguística com o mesmo correspondente semântico. No texto “Empirical Foundations for a Theory of Language Change” foram lançadas as bases teóricas da variação e da mudança, entendendo esta como uma consequência daquela, ainda que o contrário não ocorra necessariamente, ou seja, nem toda variação significa mudança posterior. Pela primeira vez estão reunidos os clássicos cinco problemas da mudança: o problema das restrições (*constranges problema*), o problema da transição (*transition problem*), o problema do encaixamento (*embedding problem*), o problema da avaliação (*evaluation problem*) e o problema da implementação (*actuation problem*). Neste trabalho, será considerado mais especificamente o problema das restrições, que se ocupa do estabelecimento das condições que favorecem ou restringem as mudanças, e, por conseguinte, qual o conjunto e mudanças possíveis.

Fernando Tarallo, em 1987, propõe a sociolinguística paramétrica destacando a compatibilidade entre o modelo laboviano e esta vertente da teoria gerativa de Chomsky através da noção de complementaridade, em que uma teoria supriria as lacunas da outra. No caso em questão busca-se na Sociolinguística a importância dos contextos sociais na variação linguística e complementarmente se busca na teoria gerativa a descrição de fatos estruturais/gramaticais. Os resultados de análises variacionistas serviriam à observação de parâmetros já fixados ou contribuiriam com a fixação de novos. Isso não significa que uma teoria esteja a “tapar os buracos da outra”, antes, as duas teorias apresentam lacunas que os pressupostos da outra podem auxiliar a completar sem que nenhuma perca sua identidade e sua proposta, permanecendo ileso como antes da compatibilização.

O objeto direto anafórico no português

Os trabalhos de Duarte (1986), Freire (2000), Cyrino (1997), entre outros, apontam que PB e PE caminham em direções opostas no tocante ao estabelecimento dos parâmetros de sujeito e de objeto nulo. Se o PE apresenta forte marcação para o sujeito nulo, o PB apresenta quantidade relativamente elevada de preenchimento de sujeito ao ponto de ser atualmente considerada uma língua parcialmente *pro-drop*.² Em contrapartida, se o PE preenche categoricamente o objeto direto retomado anaforicamente, principalmente através do clítico acusativo, salvo em contextos de antecedente sentencial ou predicativo, o PB apresenta em larga escala a substituição da representação física do objeto direto de retomada anafórica pelo objeto nulo³ (daqui pra frente ON e definido como uma posição de objeto que se apresenta foneticamente nula). Essa relação exemplifica a hipótese de Galves (1998),

² Uma língua *pro-drop*, como exposto acima, apresenta marcação positiva para o parâmetro do sujeito nulo (línguas que não representam foneticamente os sujeitos anafóricos com referencia definida no discurso). Por apresentar casos de ocorrência de sujeito expresso em contextos onde não ocorre em outras línguas com avaliação [+] para o parâmetro *pro-drop*, o PB já é classificado como uma língua parcialmente *pro-drop*.

³ Os trabalhos citados acima vão ainda mais além e indicam a perda do clítico acusativo de terceira pessoa é um fato praticamente consumado na língua oral, independentemente da escolaridade, da faixa etária e do gênero do falante, ocorrendo em seu lugar outras formas de representação do acusativo anafórico, como o uso do pronome lexical (forma nominativa do pronome em função acusativa), de SNs anafóricos (forma plena do SN CO-referente com outro SN previamente mencionado) ou de uma categoria vazia (objeto nulo), sendo esta última a estratégia mais frequente.

também de Cyrino (1997), para a existência de gramáticas distintas no Brasil e em Portugal, tendo o objeto direto como determinante na marcação de outro parâmetro.

Nesta perspectiva, a análise variacionista do trabalho de Duarte (1986), centrada na língua culta oral, constata a emergência gradativa de construções com o objeto nulo em oposição ao declínio do clítico acusativo. Posteriormente, Cyrino (1997), observando o fenômeno em *corpus* diacrônico composto por peças teatrais escritas entre o século XVI e XX, registra o aumento gradativo de ocorrências da posição vazia através de cinco séculos. Fica empiricamente comprovada a possibilidade de objetos nulos no PB desde o século XVI, inicialmente em contexto restrito, mas ocorrendo livremente em épocas posteriores, com aumento registrado a partir do século XIX, quando outras formas pronominais se tornaram menos frequentes. A pesquisa mostra que os clíticos de terceira pessoa são os que apresentam maior grau de desaparecimento: os que retomam um SN chegam ao índice insignificante de 4% na segunda metade do século XX, enquanto o que retoma uma proposição já nem aparece entre os dados da primeira metade desse mesmo século. Essa perda dos clíticos de terceira pessoa teria propiciado o esvaziamento da posição do objeto e, em menor escala, a ocorrência do pronome tônico em função objetiva já a partir do século XIX, o qual se acentuou ao longo do século seguinte.

A autora questiona o que teria levado o falante desde o século XVIII a escolher a categoria nula em lugar do uso de um clítico e aponta como um possível fator não-sintático determinante o componente fonológico. Já que as duas estruturas são permitidas pela gramática, não haveria por que utilizar o clítico neutro se é possível dizer o mesmo através da elipse. No nível sintático, Cyrino (1997) aponta o aumento das estruturas de elipse sentencial com verbos proposicionais como o fator que levou à emergência do objeto nulo no PB como estrutura de reconstrução de DP/NP, quando o antecedente é [+específico/referencial, -animado]. As ocorrências com referentes SN [+animado/+humano] ainda demonstrariam certa resistência. É importante lembrar que o português europeu apresenta um comportamento bastante conservador no tocante ao uso do clítico sendo o contexto de “ilhas sintáticas”⁴ e o traço [+animado] do antecedente um dos mais fortes contextos de resistência à realização do ON.

A motivação para a pesquisa aqui empreendida está nos resultados de Kato, Duarte, Cyrino e Berlink (2006), que observam a ocorrência do objeto nulo, inclusive em contextos de antecedente [+animado], em peças teatrais de escritores cariocas do século XIX, revelando-nos a preferência imediata pela categoria nula ao uso do clítico acusativo, o que pode sugerir um distanciamento da gramática do português europeu, que, segundo Freire (2005), apresenta um comportamento bastante conservador quanto ao uso do clítico. O objetivo aqui é observar a escrita de personalidades ilustres do mesmo século e verificar até que ponto a força da norma, mais próxima do padrão lusitano, se fez presente em um momento tão decisivo na formação da gramática do português falado no Brasil. Mais especificamente, pretende-se observar o comportamento do objeto direto anafórico e um possível aumento na frequência de uso do objeto nulo na escrita de ilustres no século XIX. Os principais contextos de restrição já apontados serão o foco desta análise.

⁴ Ilhas sintáticas são contextos dos quais não se pode extrair um constituinte e movê-lo para uma posição periférica da sentença. Trata-se das orações completivas de nome, das relativas e das adjuntas (ou adverbiais).

Metodologia e análise

No âmbito geral da pesquisa, foram levados em consideração 16 grupos de fatores, mas destacarei aqui apenas: (1) a forma do verbo (tempo e modo) que seleciona o objeto direto anafórico (ODA); (2) a função sintática do antecedente; (3) o contexto sintático da oração em que ocorre o objeto direto anafórico; (4) o traço semântico do referente e (5) o traço de referencialidade do antecedente.

Os dados

O *corpus* analisado é composto por 18 cartas escritas por ilustres e enviadas a Rui Barbosa no fim do século XIX. A amostra consta de 84 dados que foram codificados e submetidos ao pacote de programas Varbrul (PINTZUK, 1988).

Foi considerado anafórico o objeto direto co-referencial, ou seja, que encontra referência definida no discurso. Observem-se os exemplos (que foram transcritos preservando a ortografia do autor):

- (1) Não te remetto o manifesto do Prudente, porque naturalmente terá sido enviado para ahi e com certeza terás lido \emptyset . (carta 6, Carlos)
- (2) Recebi a tua carta de 13 de Fevereiro. Logo que recebi tua carta, procurei o Bijuca para entregar a carta de Carlito, [...] (carta 9, Carlos)
- (3) Mandei procurar muitas vezes o tal Conde, para te pagar os 15 contos, te afianço que esse canalha paga, espero ate o fim do mês *isto*. (carta 5, C.)

O que se observa neste trabalho é a variação nas realizações do objeto direto anafórico e a possível substituição do clítico acusativo de terceira pessoa pelo uso da categoria vazia. Logo, a variável considerada dependente foi o tipo de estratégia de realização do acusativo anafórico: clítico, pronome lexical, SN anafórico, pronome demonstrativo e objeto nulo. Para a identificação da variável, usou-se como critério a possibilidade de substituição do objeto direto anafórico por um clítico acusativo. Seguem exemplos das variantes candidatas à realização da variável:

a. Pronome clítico:

- (4) Fui procurar hoje o M. afim de lhe falar sobre a carta de credito para uma casa comercial, não \emptyset , encontrei, [...] (carta 10, Carlos)

b. SN:

- (5) Tenho-me admirado até, como n'estes últimos dias, o nome do Quintino, surgiu á tona com um certo ar triumphal, [...] hontem na rua do ouvidor, não se podia abordar *o nosso amigo*, tão rodeado andava elle, [...] (carta 12, Luis de Andrade)

c. Pronome demonstrativo:

- (6) o contrato não tem disposição que obrigue a Sociedade a ter aparelhos para a extinção de incendio, no entanto determinou que os tenham de jeito que o pessoal da fabrica possa lançar mão. Diz a fiscalisação que communicou *isto* á Sociedade; mas nao diz [...] (carta 2, Antonio Limpo de Abreu)

d. (d) Objeto nulo:

- (7) Não te remetto o manifesto do Prudente, porque naturalmente terá sido enviado para ahi e com certeza terás lido o. (carta 6, Carlos)

Resultados

Nesta seção, apresento a análise dos resultados encontrados de acordo com os objetivos tencionados e apresentados no início do artigo.

Abaixo, uma tabela com a distribuição geral das variantes:

Tabela 1: Distribuição das variantes

Variantes	Ocorrências
Clítico	40/84 (48%)
SN	5/84 (6%)
Pronome dem.	7/85 (8%)
Objeto Nulo	32/84 (38%)

Como podemos observar, de modo geral, o clítico ainda é a opção preferida como retomada do objeto direto na escrita de ilustres tendo sido computadas 40 ocorrências registrando 48% dos dados. No entanto, o objeto nulo não aparece tímido, registrando 32 ocorrências de um total de 84 dados (38%), ao contrário do que demonstram os números correspondentes às outras variantes.

Observemos na tabela (2), abaixo, a distribuição das variantes de acordo com a forma do verbo (tempo e modo) que seleciona o ODA. Duarte (1986) verificou que são as formas simples do presente e do passado, e principalmente as formas verbais compostas com infinitivo, as que ainda abrigam o clítico acusativo. Mais além, os resultados de Freire (2000) apontam na fala culta do PB a ênclise ao infinitivo como o único contexto de ocorrência dessa variante considerada a padrão. Segue a tabela:

Tabela 2: Distribuição das ocorrências de acordo com a forma (tempo/modo) verbal

Condicionamento	Clítico		SN		Pron. dem.		Objeto nulo		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Formas verbais										
Indicativo	21	55	3	8	4	11	10	26	38	100
Subj./Imp.	5	45	1	9	2	18	3	27	11	100
Infinitivo simples	12	57	0	0	0	0	9	43	21	100
Gerúndio simples	1	33	0	0	0	0	2	67	3	100
Locução (infinitivo)	0	0	1	25	1	25	2	50	4	100
Locução (gerúndio)	0	0	0	0	0	0	1	100	1	100
Locução (participio)	1	17	0	0	0	0	5	83	6	100

Os números acima corroboram em parte os de Duarte (1986) e Freire (2000) na medida em que apontam a forma simples com infinitivo, exemplificada em (08), como aquela em que o clítico tem maior expressão, apresentando percentual de 57%, ou seja, mais da metade do total de ocorrências. Quanto às formas complexas com infinitivo, das 4 ocorrências, 2, portanto 50%, são de objeto nulo, conforme (09), estando os outros

50% divididos entre o SN e o pronome demonstrativo (cada um quantificando um dado demonstrado em (10) e (11)).

- (08) [...] estamos tratando de procurar o Jose Lucas_i para soltal-o_p, coitado, [...] (carta 6, Carlos)
- (09) [...] remete-me tudo, alguns li, outros tenho apenas noticia, o affecto que esta produzirá_i, será enorme, não podes avaliar ϕ_i (carta 7, Carlos)
- (10) Tenho-me admirado até, como n'estes ultimos dias, o nome do Quintino_i, surgiu á tona com um certo ar triumphal, e com o apoio mesmo da maioria da classe militar. Hontem na rua do ouvidor, não se podia abordar o nosso amigo_p, tão rodeado andava elle, [...] (carta 12, Luis de Andrade)
- (11) parece-me tenho mesmo certeza que muita gente deseja vel-o aqui, porque motivo, qual a rasão para te conservares muído no Senado|não posso admittir isto_p, a tua posição deve ser ao contrario, [...] (carta 8, Carlos)

O clítico também é preferido entre as outras formas nos contextos dos modos Indicativo e Subjuntivo/Imperativo, para os quais temos respectivamente percentuais de 55% e 45%, demonstrados em (12) e (13). O SN e o pronome demonstrativo aparecem mais concentrados no modo Indicativo, como em (14) e (15).

- (12) Nao te remetto os jornaes_i porque estava convencido que ahi os_i tinha facilmente, porem se te demorares, eu me encarrego disso. (carta 8, Carlos)
- (13) Como passão todos os seus filhos_i, beije-os_i e abrace-os_i (?) por mim. (carta 8, Carlos (Annicota))
- (14) Recebi a tua carta_i de 13 de Fevereiro. Logo que recebi tua carta_i, procurei o Bijuca para entregar a carta de Carlito, [...] (carta 9, Carlos)
- (15) Filgueiras(?) é teo amigo, o que elle quer é não perder o logar de Deputado, já lhe disse isto_i, [...] (carta 8, Carlos)

Passemos agora à distribuição das variantes de acordo com o tipo sintático da oração em que ocorre o objeto direto anafórico. Raposo (1986) inicialmente constatou que o objeto nulo, no PE, obedeceria às restrições de “ilhas sintáticas” não ocorrendo em orações completivas nominais, relativas e adjuntas. Os trabalhos de Cyrino (1997) e Galves (1998), corroborados pelos de Freire (2005) e Marafoni (2004), centrados no português falado, apontam que o objeto nulo não sofre a mesma restrição no PB, visto que pode ocorrer livremente em qualquer contexto sintático. Segue a tabela relacionando a variável ao tipo de oração em que ela ocorre.

Tabela 3: Distribuição das variantes de acordo com o tipo sintático da oração

Condicionamento	Clítico		SN		Pron. dem.		Objeto nulo		Total	
	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
Tipo de oração										
Raiz	9	50	2	11	1	6	6	33	18	100
Adjunta	10	50	1	5	2	10	7	35	20	100
Compl. de verbo (função de sujeito)	2	33	0	0	1	17	3	50	6	100
Compl. de verbo (função de objeto)	6	35	0	0	1	6	10	59	17	100
Completiva de nome	3	100	0	0	0	0	0	0	3	100
Relativa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coordenada	10	50	2	10	2	10	6	30	20	100

Como nos mostram os números, não são registradas ocorrências da variável em orações completivas de nome e relativas, todavia a variante ON está presente em 35% das orações adjuntas conforme demonstra o exemplo (16). Esses resultados nos levam a inferir que os contextos de ilhas sintáticas não oferecem resistência ao ON no PB.

- (16) Resigna-te: consola-te; e trabalha com mais ardor, si poderes \emptyset_i , para honrar a memoria daquela que tanto ti amou, e que, ora na mansão dos justos, bem ao pé de Deus, a Elle roga fervorosamente por teu bem. (carta 18, Abílio) Ainda no âmbito da sintaxe, um outro fator que se faz relevante e licencia o objeto nulo é a função sintática do antecedente retomado. Os primeiros trabalhos que observaram a substituição do clítico acusativo pelo objeto nulo (DUARTE, 1986; CYRINO, 1997, entre outros) apontaram o antecedente com a mesma função como um contexto favorecedor da categoria vazia. Marafoni (2004) observou que essa estratégia ganha espaço no PB oral mesmo quando seu antecedente exerce função sintática diferente da de objeto direto. No entanto, segundo Kato e Raposo (2001), o objeto nulo no português sofre restrições quando o antecedente se encontra em uma posição argumental com função de sujeito. Os dados aqui analisados seguem distribuídos na tabela abaixo:

Tabela 4: Distribuição das variantes de acordo com a função sintática do antecedente

	Clítico	SN	Pron. dem.	Objeto nulo	Total
Objeto direto	8 (36%)	2 (9%)	0 (0%)	12 (55%)	22
Predicativo	1 (33%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (67%)	3
Complemento nominal	9 (75%)	2 (17%)	0 (0%)	1 (8%)	12
Adjunto	8 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	8
Sujeito	11 (73%)	1 (7%)	0 (0%)	3 (20%)	15
Tópico estrutural	2 (33%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (67%)	6
Total	39 (59%)	5 (8%)	0 (0%)	22 (33%)	66

A tabela nos mostra que, de fato, a função do antecedente igual, ou seja, de objeto direto, é favorecedor da categoria vazia conforme o exemplo (17) correspondendo a 55% das ocorrências. A função de predicativo, demonstrada em (18), apresentou alto índice de ocorrência dessa variante (67%). Considerando a diacronia de Cyrino (1997), desde o século XVI os contextos oracionais e predicativos apresentam variação entre o uso do clítico e do objeto nulo, passando este último a generalizar-se na variedade brasileira, a partir do século XIX. Quanto à função de sujeito (19), apontada por Raposo (1986) como restrição ao ON, a porcentagem de clíticos é bastante superior à de objeto nulo (73% e 20%), mas os casos registrados nos apontam que a função de sujeito não oferece resistência ao ON.

- (17) se Você tem a relação dos títulos, sera muito bom que me mandes \emptyset_i já ou ao Carlito [...] (carta 9, Carlos)
- (18) A escala móvel ficou sendo uma burla, como ficou sendo \emptyset_i até agora a construção das fabricas do 1° e 2° districos, [...] (carta 1, Antonio Limpo de Abreu)
- (19) O Amaral, tem estado muito doente desde a sua partida, [...] os poucos meses que \emptyset_i vejo, pergunta-me com muito interesse por todos Vs. (carta 10, Carlos.)

Um importante critério semântico de análise a ser considerado, por configurar em praticamente todas as pesquisas citadas como um fator forte de restrição à categoria vazia

no PB, é o traço semântico do antecedente retomado pelo objeto direto anafórico. Cyrino (1997) e Duarte (1986) apontam o estatuto proposicional ou oracional do antecedente como sendo favorecedor da variante objeto nulo, seguido pelo traço [-animado] do antecedente. O traço [+animado] do antecedente, ao contrário, corresponde a um fator de resistência à categoria vazia na retomada do objeto direto.

Tabela 5: Distribuição das variantes de acordo com a animacidade do antecedente

Traço do ref.	Clítico	SN	Pron. dem.	Objeto nulo
[+animado]	22 (55%)	2 (40%)	0 (0%)	6 (19%)
[-animado]	18 (45%)	3 (60%)	7 (100%)	26 (81%)
Total	40 (100%)	5 (100%)	7 (100%)	32 (100%)

A tabela aponta o traço [-animado] como favorecedor da variante nula, computando 81% das ocorrências. Devo esclarecer aqui que o número tão elevado de ON nesse contexto se deve aos antecedentes oracionais, que, conforme já apontado em Cyrino (1997) e confirmado com a escala de referencialidade de Cyrino, Duarte e Kato (2000), são os mais favoráveis a uma mudança em direção a uma categoria nula. Ainda assim, superando as expectativas, são registradas 6 (19%) ocorrências de ON retomando antecedente [+animado] conforme (20), (21) e (22). Marafoni (2004), analisando a fala carioca dos anos 1980 e 2000 em um estudo de painel, corrobora o resultado ao constatar que, aparentemente, essa restrição estaria se enfraquecendo.

- (20) “sobre o tal credito que desejavas do M. mandei dias depois que recebi tua única carta uma pessoa, a elle lhe fallar nisso, promptamente disse que sim e que me mandaria resposta, tendo-se demorado, mandei \emptyset_i novamente lá, isto tantas vezes sem obter resposta e até hoje nada, [...]” (carta 5, Carlos)
- (21) “quando vierem, tragão as meninas, basta o Ruysinho e [inint.] se vier não(?) será a causa de muitas saudades, não aumento(?) o teu sofrimento, se tivessem ahi uma pessoa de confiança, que os vigiasse de perto, bem, mais não tendo \emptyset_j , entendo que de modo algum devem ficar, se fizerem isto estou certo que Você e a Senhora em pouco tempo se arrependirá [...]” (carta 8, Carlos)
- (22) “o Mané(?), Você não ignora \emptyset_j , não conheço canalha maior, tudo fará para que Você não sobresahia, em todo caso veremos mais para adiante.” (carta 6, Carlos)

Por fim, analisemos o traço de referencialidade do antecedente levando em consideração a escala de proposta por Cyrino, Duarte e Kato (2000). De acordo com as autoras, um processo de mudança em direção a uma categoria vazia (um pronome nulo) começaria pelos itens menos referenciais. É proposta, então, uma hierarquia de referencialidade, em que argumentos [+N, +humano] ocupam o extremo mais alto da hierarquia referencial e os não-argumentos, no extremo mais baixo. Entre os extremos estão os argumentos de traço [-humano] e as proposições. Abaixo, os números dessa amostra:

Tabela 6: Distribuição das variantes de acordo com o traço de referencialidade

	Clítico	SN	Pron. dem.	Objeto nulo	Total
[+específico/+referencial]	23 (64%)	4 (11%)	0 (0%)	9 (25%)	36
[-específico/+referencial]	7 (41%)	0 (0%)	0 (0%)	10 (59%)	17
[+genérico]	6 (69%)	1 (8%)	0 (0%)	3 (23%)	13
[Proposição]	1 (6%)	0 (0%)	7 (39%)	10 (56%)	18
Total	40 (48%)	5 (6%)	7 (8%)	32 (38%)	84

Já na primeira linha da tabela verifica-se a validade da aplicação da escala de referencialidade na medida em que os antecedentes mais específicos, como no exemplo (23), são preferencialmente retomados por clíticos com apenas a quarta parte das ocorrências correspondendo ao ON (25%). Na última linha, representando o extremo oposto da escala, observamos que a categoria nula (10/56%) concorre com o uso do pronome demonstrativo neutro *isso* (7/39%), o que pode indicar ainda a preferência à realização fonológica da variável em questão, conforme os exemplos (24) e (25).

(23) [...] estamos tratando de procurar o Jose Lucas_i para soltal-*o*_p coitado, [...] (carta 6, Carlos)

(24) na ultima carta que te escrevi pedi que me digas qual a tua resolução a respeito, desejo ansiosamente saber *o*_p, [...] (carta 7, Carlos)

(25) Mandei procurar muitas veses o tal Conde, para te pagar os 15 contos, te afianço que esse canalha paga, espero ate o fim do mês *isto*_p. (carta 5, Carlos)

Considerações finais

Os resultados desta pesquisa cumprem seu dever ao confirmarem resultados anteriores e corroborar a tese de que PB e PE constituem gramáticas distintas. O objeto direto nulo, na língua escrita do século XIX, não se apresenta tão expoente quanto o observado por Kato, Duarte, Cyrino e Berlink (2006) na fala popular do mesmo século. Apesar de o número de objetos nulos não superar o número de clíticos na amostra, os dados nos mostram a fragilidade das restrições constatadas para o português europeu quando aplicadas ao português brasileiro. Dentre os contextos analisados, o que demonstrou certa resistência foi o traço [+animado] do antecedente, também corroborando os resultados de pesquisas anteriores mencionados na seção “O objeto direto anafórico no português”. A norma tem força, mas as línguas naturalmente mudam e o quadro apresentado aqui nos sugere um momento de variação na estrutura sintática da língua caminhando em direção a uma mudança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, N. *Lectures on government and biding*. Dordrecht: Forris, 1981.

CYRINO, S. M. L. Observações sobre a mudança diacrônica no português do Brasil: objeto nulo e clíticos. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1993. p. 163-184.

_____. *O objeto nulo no português do Brasil: um estudo sintático-diacrônico*. Londrina: UEL, 1997.

_____, DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary A.; NEGRÃO, E. V. (Eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Vervuert, 2000. p. 55- 71.

DUARTE, M. E. L. *Variação e sintaxe: clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil*. 1986. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). PUCSP, São Paulo.

FREIRE, G. C. *Os Clíticos de Terceira Pessoa e as Estratégias para sua Substituição na Fala*. 2000. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *A realização do acusativo e do dativo anafóricos de terceira pessoa na escrita brasileira e lusitana*. 2005. 204p. Tese. Doutorado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro.

GALVES, C. A gramática do português brasileiro. *Línguas e Instrumentos linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, v. 1, p. 79-96, 1998.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L.; CYRINO, S.; BERLINK, R. A. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S. A. M.; MOTA, J. A.; MATTOS E SILVA, R. V. (Orgs.). *Quinhentos anos de história linguística no Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 413-438.

KATO, M. A.; RAPOSO, E. O objeto nulo definido no português europeu e no português brasileiro: convergências e divergências. In: CORREIA, Clara Nunes; GONÇALVES, Anabela (Orgs.) *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística, 2001, p. 673-684.

MARAFONI, R. L. *A Realização do objeto direto anafórico: um estudo em tempo real de curta duração*. Rio de Janeiro. 2004. 112f. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas - Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PINTZUK, S. *VARBRUL programs*. University of Michigan: Michigan, 1988.

RAPOSO, E. P. On the null object in European Portuguese. In: JAEGGLI, O.; CORVALAN, C. S. (Eds.) *Studies in Romance Linguistics*. Dordrecht - Holland/ Riverton - USA, Foris Publications, 1986. p. 373-387.

TARALLO, F. Por uma Sociolinguística Românica “Paramétrica”: fonologia e sintaxe. *Ensaio de Linguística, cidade?*, v. 7, n.13, p. 51-83, 1987.

_____. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d’aquém e d’além mar no final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 69-105.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcus Bagno. Revisão técnica de Carlos Alberto Faraco. Posfácio de Maria Eugênia Lamoglia Duarte. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

Sujeito Posposto em *Small Clauses*: a mudança de tessitura

(Inverted Subject in *Small Clauses*: the change of tessitura)

Karina Zendron da Cunha¹

¹Universidade Federal do Paraná (UFPR)

karinazendron@gmail.com

Abstract: The aim of this paper is to check, by conducting a new pilot experiment in acoustic phonetics, whether the inverted subject of small clauses structures presents the phenomenon called tessitura change and if cleft sentences and free small clauses share the same intonational pattern. In addition, we intend to check if the exclamative clauses and free small clauses share the same intonational pattern.

Keywords: Phonology-syntax interface; free small clauses; exclamative clauses; change of tessitura.

Resumo: O objetivo deste artigo é, por meio de um novo experimento piloto em fonética acústica, confirmar se as estruturas de sujeito posposto de small clauses realmente apresentam o fenômeno chamado de mudança de tessitura e se as sentenças clivadas e as small clauses livres partilham o mesmo padrão entoacional. Além disso, pretende-se verificar se as sentenças exclamativas e as small clauses livres partilham um mesmo padrão entoacional.

Palavras-chave: Interface fonologia-sintaxe; small clauses livres; sentenças exclamativas; mudança de tessitura.

Introdução

No presente artigo, tendo em mãos os resultados de dois experimentos pilotos, investigaremos se o fenômeno chamado de mudança de tessitura pela fonética acústica é encontrado em estruturas de sujeito posposto de *small clauses*, as *small clauses* livres (doravante SCLs).

A mudança de tessitura é descrita por Cagliari e Massini-Cagliari (2001, p. 4) como sendo um fenômeno acústico caracterizado pela mudança de faixa de frequência fundamental usada pelo falante, que ocorre em ambientes sintáticos bastante específicos. Com base nessa afirmação pretendemos verificar se é possível que as SCLs em português brasileiro (doravante PB) sejam um caso em que esse fenômeno acontece. Veja os exemplos abaixo:

- (1) a. Linda *a sua meia!*
b. A Maria acha um gênio *o Léo!*

Intuitivamente, sabemos que a parte dos enunciados destacada em itálico nos exemplos (1a), uma *small clause* livre, e (1b), uma *small clause* dependente (doravante SCD), é pronunciada em uma faixa de frequência mais baixa do que a utilizada no resto da sentença, caracterizando, aparentemente, mudança de tessitura.

No primeiro experimento piloto realizado (cf. ZENDRON DA CUNHA, 2010), os resultados indicaram que essa intuição é verdadeira, razão pela qual resolvemos ampliar o experimento com outro informante.

Além disso, pretende-se averiguar o padrão entoacional das sentenças exclamativas comuns e verificar se as sentenças exclamativas canônicas, SCLs e as sentenças clivadas exibem um mesmo padrão entoacional.

O presente artigo será assim dividido: nas seções 2 e 3 faremos uma revisão da literatura sobre as SCLs e sobre o fenômeno acústico da mudança de tessitura, respectivamente; na seção 4 descreveremos o primeiro experimento piloto e seus resultados e, em seguida, nas seções 5 e 6, descreveremos o segundo experimento e os seus resultados.

A sintaxe das SCLs

Kato (2007)

Diferentemente das *small clauses* dependentes (SCDs), as *small clauses* livres (SCLs), segundo Kato (2007), apresentam propriedades bastante peculiares. Observe os exemplos abaixo:¹

- (2) a. Um artista *o seu filho!*
b. Inteligente *esse menino!*

Por meio dos exemplos em (2) podemos observar essas propriedades peculiares destacadas por Kato: SCLs só acontecem com adjetivos *individual level* e apresentam, obrigatoriamente, sujeito posposto.

Dessa forma, as sentenças em (3) são agramaticais, pois não possuem sujeito posposto:

- (3) a. *O seu filho um artista!
b. *Esse menino inteligente!

As SCDs, por sua vez, podem funcionar como complemento, em (4a), e como adjunto, em (4b):

- (4) a. Maria achou um gênio *o João.*
b. Encontrei escondido *o dinheiro.*

A posposição de sujeito nas SCDs, como é possível notar nos exemplos abaixo, não é obrigatória:

- (5) a. Maria achou o João um gênio.
b. Encontrei o dinheiro escondido.

Nesta pesquisa, nosso objetivo é verificar se as SCLs e as SCDs com o sujeito posposto apresentam o fenômeno acústico da mudança de tessitura. Observe que nos exemplos (2) e (4) as partes dos enunciados destacadas em itálico parecem ser pronunciadas em uma faixa de frequência mais baixa do que a do resto da sentença, dando indícios, portanto, da existência da mudança de tessitura.

Conforme os resultados do primeiro experimento piloto (cf. ZENDRON DA CUNHA, 2010, p. 9-11), a comparação entre as SCLs e as sentenças clivadas é pertinente. Observe a sentença clivada apresentada a seguir:

¹ Todos os exemplos apresentados nessa seção foram extraídos de Kato (2007).

- (6) a. É INTELIGENTE que o menino é.

O adjetivo destacado em caixa alta no exemplo acima representa o foco da sentença. Segundo Kato (2007), essa sentença clivada é resultado de um movimento do predicado que possui o traço +F para a posição FP:

- (7) a. É [_{FP} [INTELIGENTE_{+Fi}] que_{+F} [_{IP} o menino é t_i]]]

Da mesma forma, esse movimento também acontece nas SCLs:

- (8) É [_{FP} [INTELIGENTE_{+Fi}] F [_{AP} t_i [esse menino]]]

A terceira cópula,² segundo Kato (2007, p. 23), pode ser apagada em PF quando em início de sentença:

- (9) [É INTELIGENTE esse menino]

Segundo a autora, a distinção entre uma sentença clivada e uma SCL é que na SCL a terceira cópula é apagada, ou seja, as SCLs em PB são ordinariamente sentenças clivadas finitas comuns. Em assim sendo, não é de se estranhar que haja um mesmo padrão entoacional para ambas as estruturas (cf. a seção 6).

Sibaldo (2009)

Segundo Sibaldo (2009, p. 58), há três tipos de construções predicacionais em PB: i. construções copulativas canônicas; ii. construções com verbo cópula frontado; iii. *small clauses* livres.

Ao caracterizar as SCLs, Sibaldo (2009, p. 18) afirma que essas sentenças são um “[...] tipo de sentença exclamativa com um aparente ‘apagamento’ da cópula, tendo a seguinte ordem de constituintes: *Predicado + DP [...]*”.

O argumento de Sibaldo para sustentar a afirmação de que as SCLs bem como as que-SCLs³ são sentenças exclamativas é o seguinte: da mesma maneira que uma sentença exclamativa não pode ser negada, uma SCL também não pode. Entretanto, as que-SCLs, como a apresentada em (10a), não podem ser precedidas de um item de polaridade negativa, enquanto a SCL em (10b) pode:

- (10) a. (*que) nem (*que) um pouco bonita a Maria!
b. Nem um pouco bonita a Maria!

Com o objetivo de investigar se as SCLs e as sentenças exclamativas canônicas têm alguma coisa em comum e também o de confirmar se as SCLs apresentam mesmo o fenômeno da mudança de tessitura e se as SCLs e as clivadas partilham um mesmo padrão entoacional, realizaremos um novo experimento piloto em fonética acústica para ver qual é o padrão entoacional dessas sentenças, já que o primeiro experimento realizado não nos trouxe resultados definitivos (cf. ZENDRON DA CUNHA, 2010, p. 9, 12).

² Kato (2007) chama a cópula que é apagada nas SCLs de terceira cópula. O termo ‘terceira’ é utilizado, pois em seu artigo são levantados dois tipos de cópula, (a cópula atributiva ‘ser’ e a cópula *stage level* ‘estar’) mais esse terceiro.

³ Uma que-SCL, segundo Sibaldo (2009) é uma SCL precedida de *que*, como na sentença “Que horrível o namorado da Maria!”.

Mudança de tessitura

A tessitura, segundo Mateus et alli (1990⁴, p. 193, apud CAGLIARI; MASSINI-CAGLIARI, 2001) é “a escala melódica do falante, i.e. os limites em que se situam os seus valores mais altos e mais baixos de F0, quando fala normalmente”.

A tessitura é tomada por esses autores como um elemento prosódico que pode ter relação com a entoação. Os autores salientam que em alguns trabalhos o termo suprasegmental recebe o nome de prosódico, mas afirmam que nem sempre é possível fazer tal afirmação, uma vez que há fenômenos do tipo suprasegmental que exibem características sonoras que se estendem por mais de um segmento, mas em uma extensão pequena, e fenômenos do tipo prosódico que atingem pelo menos a extensão de uma sílaba, mas podem também atingir uma palavra ou até uma frase inteira (acento, tom, entoação).

Cagliari e Massini-Cagliari (2001) tratam da tessitura e da entoação de forma conjunta, porque a proximidade desses dois fenômenos é bastante evidente, ou seja, enquanto a entoação “[...] é construída sobre as variações de F0 nos limites do enunciado [...]”, a tessitura “[...] focaliza as variações nos intervalos entre a frequência mais baixa (mais grave) e a mais alta (mais aguda) do indivíduo” (p. 2). Dessa forma, mesmo que haja uma variação na tessitura, o desenho dos padrões entoacionais continua intacto, uma vez que a variação na tessitura apenas desloca esses padrões para níveis mais agudos ou mais graves.

A análise dos autores se baseia em textos escritos. Eles dizem, por exemplo, que há queda na tessitura quando o falante faz uma digressão semântica com relação ao tópico ou quando põe entre parênteses uma ideia menos importante. Tessituras mais altas, por sua vez, ocorrem quando o falante quer chamar atenção para o que está dizendo e ocorre nos casos de vocativo ou quando uma parte do texto recebe ênfase em relação às demais.

Esse tipo de análise é bastante diferente da análise que pretendemos desenvolver neste estudo, uma vez que nossa análise partirá de dados de fala semi-espontânea. Devemos ter em mente que a leitura de sentenças tem características de pronúncia diferentes da fala espontânea e, por isso, certos cuidados devem ser tomados na hora de elaborar um experimento que pretenda observar a mudança de tessitura.

Primeiro experimento piloto

O primeiro experimento piloto foi realizado com o objetivo de averiguar se as SCLs apresentam mudança de tessitura e comparar a entoação das sentenças exclamativas comuns com a das SCLs e com a das clivadas.

O experimento foi realizado a partir de leitura dirigida; dessa forma, cada sentença foi apresentada ao informante inserida em um contexto que favorecia a interpretação relevante para os propósitos deste trabalho. Foram utilizados os recursos do programa *Power Point* para a apresentação dos dados.

O *corpus* é constituído de 15 sentenças, cada uma delas inserida em um contexto discursivo diferente. Os informantes são falantes nativos do português, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, ambos pós-graduandos, na faixa etária entre 20 e 25 anos. Foi pedido

⁴ MATEUS, M.H. et alli. *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta, 1990.

aos informantes que lessem em voz alta a sentença alvo depois de ler silenciosamente o seu contexto. Foram feitas duas rodadas com cada informante para garantir a integridade dos dados. Sendo assim, os dados contabilizaram o total de 30 sentenças de cada informante.

O experimento foi gravado no laboratório LeFon, na Universidade Federal do Paraná. Para a gravação das sentenças foi utilizado o programa Cubase. O microfone utilizado foi o microfone Shure KSM 27, com taxa de amostragem do sinal a 44100Hz. A análise dos dados foi feita com a utilização do programa PRAAT, versão 5.1.38 e do script MOMEL/INTSINT for PRAAT, versão 10.3.

Resultados do primeiro experimento piloto

Como já era de se esperar, uma vez que essa é uma afirmação recorrente na literatura da área, a variação de *pitch* na informante mulher foi maior do que no homem. Por isso, o trabalho de visualização e de descrição dos resultados foi bastante facilitado nos dados da informante mulher. Tendo isso em vista, decidiu-se que, para os próximos experimentos, será dada preferência a informantes do sexo feminino.

Observou-se também que, nas sentenças com muitas consoantes plosivas, sibilantes ou desvozeadas, a curva entoacional fica excessivamente entrecortada, o que possivelmente prejudica os cálculos feitos pelo MOMEL para estabelecer os pontos relevantes da curva. Dessa forma, decidiu-se que, nos próximos experimentos, o número de consoantes desvozeadas, plosivas e sibilantes será, tanto quanto possível, controlado para que a análise não fique prejudicada.

Sentenças exclamativas comuns

As sentenças exclamativas comuns foram testadas porque Sibaldo (2009, p. 20) analisa as SCLs como uma sorte de sentença exclamativa: “Esse tipo de construção diz respeito a um tipo de sentença exclamativa com um aparente “apagamento” da cópula [...]”.

O conjunto de sentenças exclamativas testados é constituído pelas seguintes sentenças:

(11) *Sentenças exclamativas comuns:*

- a. Puta que o pariu!
- b. Que bons ventos o levem!
- c. Esse pau no cu do Felipe Melo!

Observou-se, por meio da análise obtida através dos programas INTSINT/MOMEL, que em (11a) e (11c) houve um mesmo padrão entoacional tanto para o informante do sexo masculino quanto para a informante do sexo feminino: foco no início da sentença e descida suave no final da sentença.

Em (11b), uma exclamativa canônica (e um tanto literária) começada por ‘que’, entretanto notamos um padrão um pouco diferente do das demais: foco depois da palavra ‘que’ e descida brusca no final da sentença. Observe a figura abaixo:

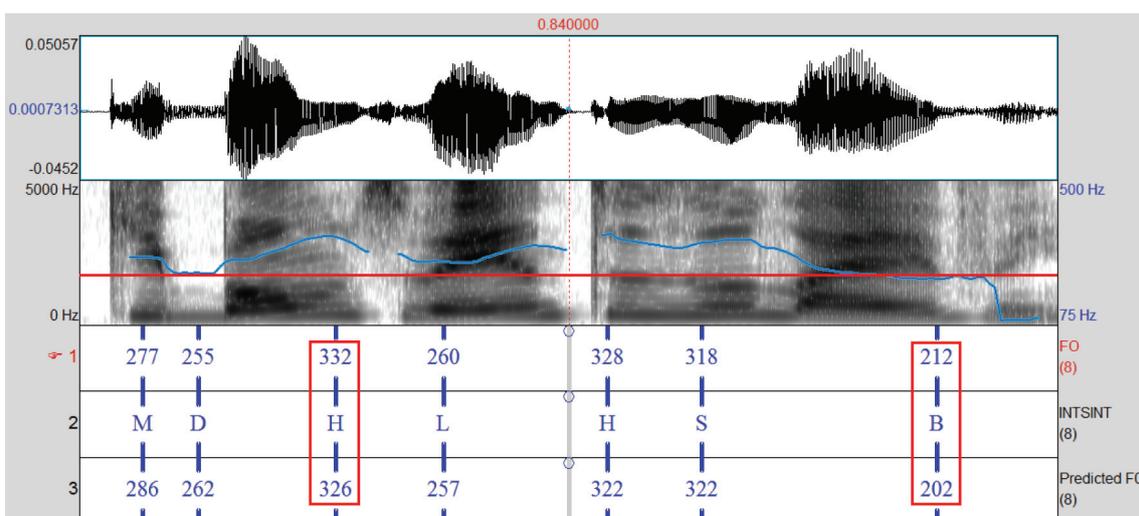


Figura 1. Tela do programa PRAAT mostrando a transcrição da curva de *pitch* da sentença “Que bons ventos o levem”, realizada pelo INTSINT. Essa transcrição é feita em três faixas horizontais localizadas abaixo do espectrograma: a primeira de baixo pra cima mostra os valores de F0 após os cálculos do INTSINT, a segunda traz a transcrição para símbolos tonais feitas pelo INTSINT e terceira mostra os valores de F0 da estilização feita pelo MOMEL.

Na Figura 1, a linha azul representa o abaixamento da frequência fundamental do falante no final da sentença.

Como não foi possível chegar a uma conclusão definitiva quanto ao padrão entoacional das exclamativas, dada a inexistência de padrão semelhante ao descrito para as exclamativas “literárias” nas exclamativas do linguajar mais corriqueiro dos falantes nativos de PB, faremos um segundo experimento que deve confirmar se esse é efetivamente um caso de mudança de tessitura.

Clivadas

As sentenças clivadas testadas no primeiro experimento piloto foram as seguintes:

(12) *Sentenças clivadas:*

- a. É inteligente que o menino é.
- b. É linda que a sua meia é.
- c. É bêbado que o homem está.

Observamos, como já era de se esperar, devido à estrutura focalizada em jogo e tudo o que se sabe sobre a realização prosódica de foco, que tanto os adjetivos *individual level* em (12a) e (12b) quanto o adjetivo *stage level* em (12c) carregam o acento principal da sentença.

A partir de apontamentos feitos por Mioto e Negrão (2007),⁵ Araújo (2010) faz uma comparação entre sentenças clivadas e relativas e observa que há uma grande diferença quanto à distribuição de acentos sobre o foco e o CP da sentença nas clivadas. Em 100% dos dados analisados, o acento que recai sobre o foco apresenta tom alto, porém, depois

⁵ MIOTO, C.; NEGRÃO, E. V. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In: CASTILHO, A. et al. (Orgs.). *Descrição, história e aquisição do Português Brasileiro*. São Paulo: Fapesp/Campinas: Pontes, 2007.

do foco, há um rápido abaixamento da curva entoacional indicando a mudança de tessitura. Os resultados obtidos nesse primeiro experimento piloto coincidem com os resultados de Araújo (2010) no que diz respeito ao padrão entoacional das sentenças clivadas.

Araújo (2010, p. 114) ainda aponta para uma possível relação entre a estruturação sintática das sentenças clivadas e a sua entoação: “[...] a informação sintática e a informação prosódica de foco se unem para expressar a estrutura informacional do enunciado”. Enquanto há um contorno de *pitch* mais alto para os constituintes focalizados em uma posição sintática bem definida, as projeções que seguem CP exibem queda da faixa de F0 caracterizando a mudança de tessitura.

SCLs

As SCLs escolhidas para serem testadas foram as seguintes:

(13) *SCLs*:

- a. Inteligente esse menino!
- b. Linda a sua meia!
- c. Muito competente esse seu secretário!

Todas as sentenças apresentadas em (13), como já esperávamos, apresentaram considerável abaixamento da curva de F0 no final da sentença. Há uma grande diferença entre a faixa de frequência do predicado, no início da sentença, e do sujeito, no final. O acento principal da sentença recai sobre o adjetivo.

A partir desses resultados, é possível afirmar que as SCLs e as sentenças clivadas partilham um mesmo padrão entoacional, já que ambas apresentam foco no início da sentença – e, portanto, um valor alto para F0 neste ponto do enunciado – e abaixamento significativo da curva entoacional a partir do final do foco se estendendo até o final do enunciado, caracterizando dessa forma, uma mudança de tessitura.⁶

Se essa análise se confirmar em novos experimentos, reforçará a hipótese de Kato (2007), uma vez que a autora afirma que as derivações das SCLs são paralelas às derivações das clivadas. E assim é natural que apresentem um mesmo padrão entoacional.

Segundo experimento piloto

Esse segundo experimento piloto foi realizado a fim de confirmar e ampliar os resultados alcançados no primeiro experimento. A esse experimento foram adicionadas sentenças diferentes daquelas testadas no primeiro experimento e um número maior de sentenças exclamativas. Dessa vez, dividiram-se as sentenças exclamativas em exclamativas comuns, exclamativas canônicas e SCLs.

Para esse segundo experimento utilizou-se a mesma metodologia descrita no primeiro experimento piloto, com a diferença de que apenas uma informante, do sexo feminino, na faixa etária de 30 anos, pós-graduanda, foi submetida ao experimento. Com essa informante, diferentemente do experimento anterior, foram feitas três repetições.

⁶ A mudança tessitura é caracterizada por subfaixas no interior da faixa de variação da frequência fundamental em que cada falante constrói seus enunciados. Sendo assim, a realização de parte do enunciado é produzida em uma faixa de frequência distinta e normalmente mais baixa do que a do resto da sentença.

As sentenças testadas foram divididas em seis grupos, somando vinte e duas sentenças:

- (14) *Exclamativas prosódicas:*
- a. Eu não vou e pronto!
 - b. Ai meu Deus do céu!
 - c. Eu odeio o Léo!
- (15) *Exclamativas canônicas:*
- d. Que lindo o Léo e a Maria!
 - e. Que Deus te ilumine e guarde!
 - f. Como é lindo aquele homem!
 - g. Como tu te iludes!
 - h. Quanto doce a Maria come!
 - i. Quanto homem nesse lugar!
- (16) *Clivadas:*
- j. É linda que a sua meia é.
 - k. É horroroso que o namorado da Maria é!
 - l. É bêbado que o homem tá.
- (17) *SCLs:*
- m. Linda a sua meia!
 - n. Horroroso o namorado da Maria!
 - o. Uma merda as novelas da Globo!
 - p. Muito bonito o anel da Maria!
- (18) *SCDs:*
- q. A Maria achou uma merda a novela da Globo!
 - r. A Joana achou linda a sua meia!
 - s. A Maria acha um gênio o Léo!
- (19) *SCDs sem posposição de sujeito:*
- t. A Maria achou a novela da Globo uma merda!
 - u. Joana achou sua meia linda!
 - v. Maria acha o Léo um gênio!

Tanto para a gravação das sentenças quanto para a análise acústica delas, o método utilizado foi o mesmo descrito para o primeiro experimento piloto.

Resultados do segundo experimento piloto

O objetivo de realizar um segundo experimento piloto foi, dentre outros, tentar estabelecer um padrão entoacional para as sentenças exclamativas prosódicas como (14) e canônicas como (15).

Vamos analisar primeiramente o padrão entoacional desse tipo de construção.

Exclamativas comuns e exclamativas canônicas

Ainda sem uma definição precisa do que seja uma sentença exclamativa, resolvemos assim mesmo categorizar as sentenças aqui analisadas e dividi-las em três grupos: exclamativas comuns, exclamativas canônicas e SCLs. Nesta subseção trataremos apenas dos dois primeiros.

As seguintes sentenças, apresentadas em (14) e repetidas aqui como (20), serão analisadas dentro do grupo das exclamativas comuns:

(20) *Exclamativas Prosódicas:*

- a. Eu não vou e pronto!
- b. Ai meu Deus do céu!
- c. Eu odeio o Léo!

Assim como no primeiro experimento piloto, percebemos uma instabilidade no padrão entoacional das sentenças apresentadas em (20), ora observando grande semelhança com o padrão entoacional das SCLs e das clivadas – foco seguido por mudança de tessitura –, ora não. Essas diferenças foram notadas não apenas de sentença para sentença, mas também entre as repetições da mesma sentença.

Já as classificadas como exclamativas canônicas apresentaram um padrão mais regular, como veremos adiante, na Figura 2. As sentenças desse grupo são as mesmas apresentadas em (15), repetidas abaixo em (21) para conforto do leitor:

(21) *Exclamativas canônicas:*

- a. Que lindo o Léo e a Maria!
- b. Que Deus te ilumine e guarde!
- c. Como é lindo aquele homem!
- d. Como tu te iludes!
- e. Quanto doce a Maria come!
- f. Quanto homem nesse lugar!

Observe agora a figura abaixo, uma tela gerada pelo MOMEL para uma das produções da sentença em (21a):

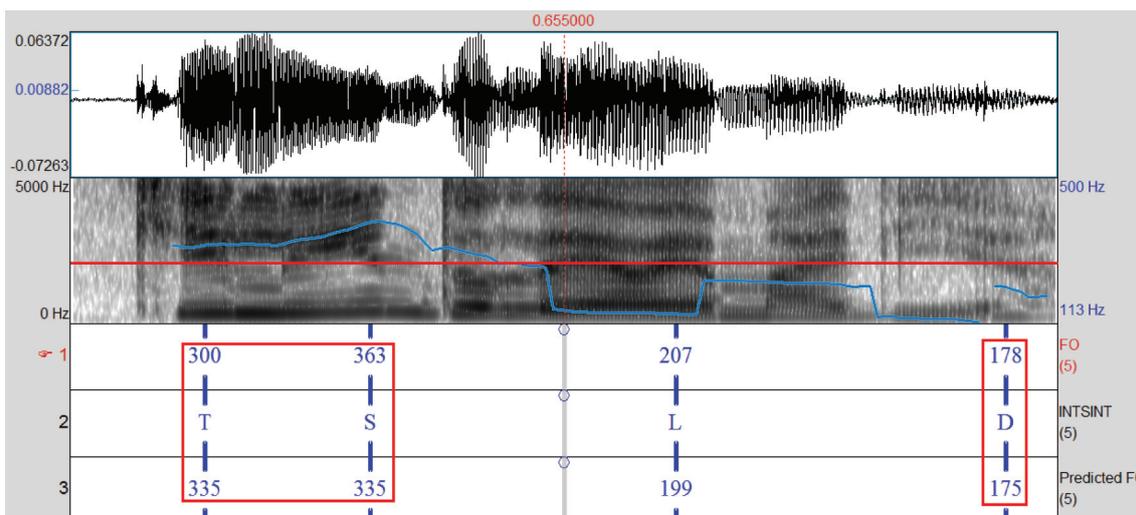


Figura 2. Tela do programa PRAAT mostrando a transcrição da curva de *pitch* da sentença “Que lindo o Léo e a Maria!” realizada pelo INTSINT

A curva azul na Figura 2 mostra a curva de *pitch* da sentença (21a). Note que o foco da sentença aparece imediatamente após a palavra ‘que’. Depois do foco há uma descida considerável da curva azul até o final da sentença, o que quer dizer que o falante abaixa de forma considerável a sua frequência fundamental com relação às frequências mais altas e mais baixas do resto da sentença. A linha vermelha horizontal nos mostra como a parte final do enunciado é produzida em uma faixa de frequência mais baixa do que a do resto da sentença.

Os quadros em vermelho na Figura 2 mostram os valores de *pitch* mais alto e mais baixo, respectivamente: o primeiro quadro, que engloba dois valores iguais, corresponde ao valor mais alto da sentença e representa o seu foco; o segundo quadro, que engloba apenas um valor, corresponde ao valor mais baixo da sentença, localizado ao final da sentença.

O padrão entoacional apresentado pelas outras sentenças em (21) é muito parecido com o que vimos na Figura 2: o foco localizado sobre o sintagma WH e uma queda da frequência fundamental logo após o foco, caracterizando mudança de tessitura.

Clivadas e SCLs

Nesta seção, nosso objetivo é apenas o de confirmar os resultados obtidos no primeiro experimento piloto: clivadas e SCLs apresentam um mesmo padrão entoacional.

Começemos pelas sentenças clivadas, apresentadas em (16) e repetidas em (22):

(22) *Clivadas:*

- a. É linda que a sua meia é.
- b. É horroroso que o namorado da Maria é!
- c. É bêbado que o homem tá.

As sentenças (22a) e (22c) já foram testadas no primeiro experimento piloto e confirmam os resultados obtidos naquela ocasião. A sentença (22b), incluída nesse novo experimento, apresentou o mesmo padrão entoacional das demais. Observe a figura a seguir:

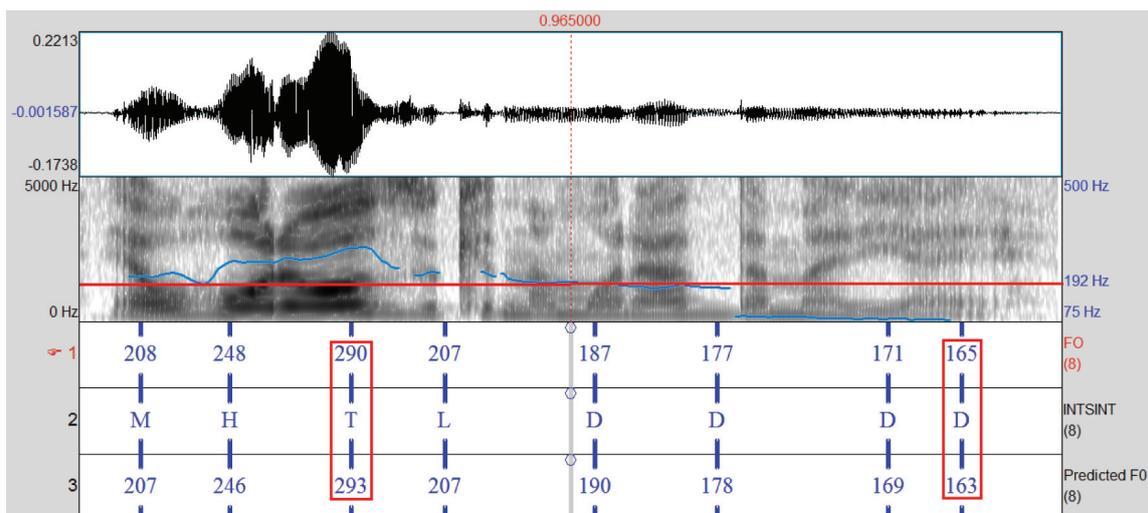


Figura 3. Tela do programa PRAAT mostrando a transcrição da curva de *pitch* da sentença “É horroroso que o namorado da Maria é!” realizada pelo INTSINT

A Figura 3 exibe o padrão entoacional de uma autêntica clivada: acento proeminentemente sobre o foco, que é o constituinte localizado entre a cópula e o CP, e um notável abaixamento da curva de *pitch* a partir do CP, indicando mudança de tessitura.

As SCLs, apresentadas em (17) e repetidas em (23), também confirmaram os resultados do primeiro experimento piloto.

(23) SCLs:

- a. Linda a sua meia!
- b. Horroroso o namorado da Maria!
- c. Uma merda as novelas da Globo!
- d. Muito bonito o anel da Maria!

Observe a figura abaixo:

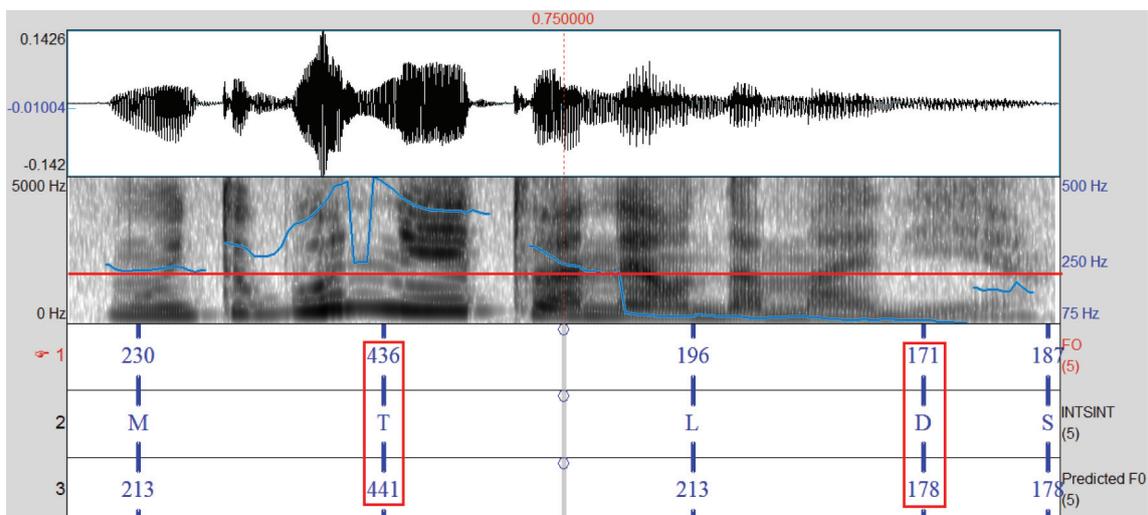


Figura 4. Tela do programa PRAAT mostrando a transcrição da curva de *pitch* da sentença “Muito bonito o anel da Maria!” realizada pelo INTSINT

A Figura 4 mostra o padrão entoacional de uma SCL: foco sentencial sobre o adjetivo e abaixamento da curva de *pitch* sobre o sujeito, indicando mudança de tessitura.

Dessa forma, reafirmamos o resultado obtido no primeiro experimento piloto: SCLs e clivadas apresentam um mesmo padrão entoacional.

SCDs

As SCDs, chamadas por Sibaldo (2009) de SCLs encaixadas, segundo os resultados do primeiro experimento, apresentam padrão entoacional muito parecido com o das SCLs quando a sentença possui sujeito posposto.

As sentenças em (18), aqui repetidas como (24), representam as SCDs com posposição de sujeito:

(24) *SCDs*:

- a. A Maria achou uma merda a novela da Globo!
- b. A Joana achou linda a sua meia!
- c. A Maria acha um gênio o Léo!

O padrão entoacional dessas sentenças é o mesmo apresentado pelas SCLs, observe a figura a seguir:

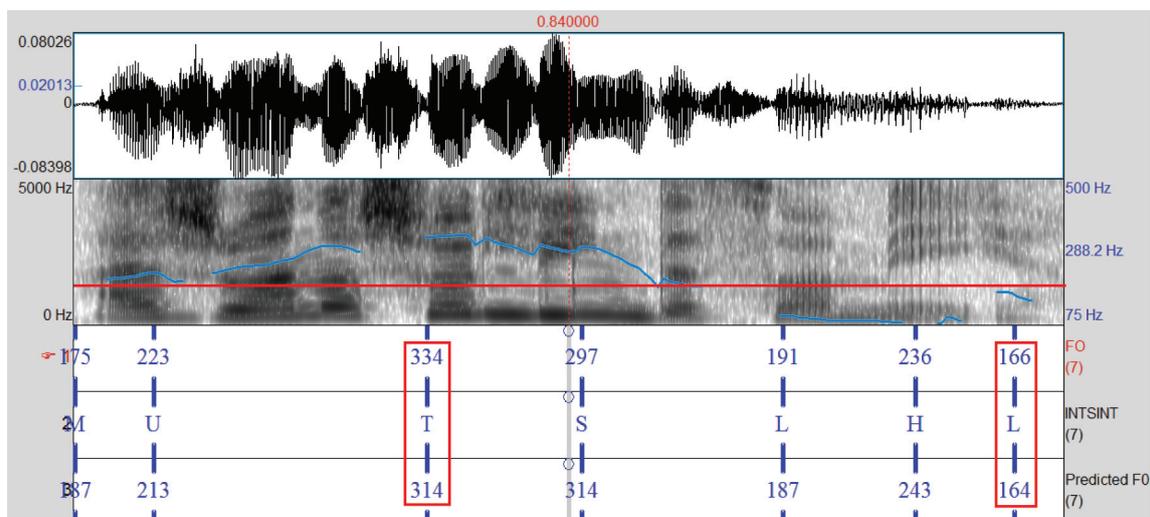


Figura 5. Tela do programa PRAAT mostrando a transcrição da curva de *pitch* da sentença “A Joana achou linda a sua meia!” realizada pelo INTSINT

A Figura 5 mostra que o foco da sentença recai sobre o adjetivo e que após o foco há um abaixamento na curva de *pitch*, indicando mudança de tessitura, assim como nas SCLs.

As SCDs sem posposição de sujeito, apresentadas em (19) e repetidas em (25) apresentam padrão entoacional diferente:

(25) *SCDs sem posposição de sujeito*:

- a. A Maria achou a novela da Globo uma merda!
- b. Joana achou sua meia linda!
- c. Maria acha o Léo um gênio!

Todas as sentenças de (25) também apresentam uma descida no final dos enunciados, porém uma descida muito mais suave do que a dos enunciados em (24), caracterizando um padrão declarativo neutro.⁷

Conclusão

No presente artigo, mostramos os resultados de um segundo experimento piloto que versa sobre construções exclamativas, clivadas e diferentes tipos de *small clauses*. Esses resultados confirmaram em grande parte os resultados descritos em Zendron da Cunha (2010) acerca do primeiro experimento piloto: clivadas, SCLs e SCDs com sujeito posposto apresentam um mesmo padrão entoacional.

Observamos novamente uma imprecisão no que diz respeito ao padrão entoacional das sentenças exclamativas prosódicas, porém a divisão entre exclamativas prosódicas e exclamativas canônicas nos fez observar com mais clareza o padrão entoacional dessas últimas: exclamativas canônicas parecem ter o mesmo padrão entoacional das SCLs e, por consequência, o mesmo das clivadas e das SCDs, uma vez que o foco dessas sentenças recai sempre sobre o sintagma WH e após o foco há um abaixamento na curva de *pitch*, caracterizando mudança de tessitura.

O próximo passo da pesquisa é obter uma definição mais clara do que é uma sentença exclamativa, para que então possamos ter uma resposta do porquê da imprecisão no padrão entoacional das sentenças aqui classificadas como exclamativas prosódicas.

Tendo em mãos esses resultados, reforçamos a ideia de que há uma relação entre padrão entoacional e sintaxe, uma vez que tanto o foco da sentença quanto a queda da faixa de frequência fundamental parecem ocorrer em ambientes sintáticos bastante precisos: o foco recai sempre sobre o adjetivo nas SCLs e nas SCDs, entre a cópula e o CP nas clivadas e sobre o sintagma WH nas exclamativas canônicas; dessa forma, a queda na faixa de frequência ocorre sempre depois do foco sentencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, F. M. *A entoação de sentenças clivadas e pseudo-clivadas no Português Brasileiro*. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAGLIARI, L.C.; MASSINI-CAGLIARI, G. O papel da tessitura dentro da prosódia portuguesa. In: CASTRO, I.; DUARTE, I. (Orgs.) *Razões e Emoção*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001. p. 67-85.

KATO, M. Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese. *DELTA*, São Paulo, PUC-SP, v. 23, p. 85-111, 2007.

MIOTO, C.; NEGRÃO, E.V. As sentenças clivadas não contêm uma relativa. In: CASTILHO, A. et al. (Orgs.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Fapesp/Campinas: Pontes, 2007. p.159 – 183.

⁷ Para mais detalhes sobre o padrão declarativo neutro em PB veja Moraes (1998, p. 183-184).

MORAES, J. A. Intonation in Brazilian Portuguese. In: HIRST, D.; DI CRISTO, A. (Orgs.). *Intonation systems: a survey of twenty languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p.179-195.

SIBALDO, M. A. *A sintaxe das small clauses livres do Português Brasileiro*. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Alagoas, Maceió.

ZENDRON DA CUNHA, K. A mudança de tessitura em sujeitos pospostos de small clauses. In: ENCONTRO DO CELSUL, IX, 2010, Palhoça, SC. RAUEN, F. J. (Org.). *Anais... Palhoça*, Ed. da Unisul, 2010. Disponível em: < <http://www.celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Karina%20Zendron.pdf> >. Acesso em: 21 set. 2010.

Tentativa de fixar uma tipologia sintática para as sentenças correlatas

(An attempt to establish a syntactic typology of correlative clauses)

Marcelo Módolo¹

¹Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas – Universidade de São Paulo (USP)

modolo@usp.br, marcelomodolo@hotmail.com

Abstract: In this paper, we propose a new syntactic typology of Portuguese correlative clauses i) additive (not only ... but also), ii) alternative (neither ... nor, either ... or, whether ... or, be it ... or, etc.), iii) consecutive (so much ... that) and iv) comparative (more/less/ before ... than, as much ... as, the more ... the more, the less ... the less, the more ... the less, the less ... the more.), which must be treated as a distinct process of clause combining, poorly supported by previous studies that deal with this subject.

Keywords: Correlation; Clause Combining; Typology; Syntax; Brazilian Portuguese.

Resumo: Nesse artigo, propomos uma nova tipologia sintática para as sentenças correlatas do português: i) aditiva (não só ... como também, etc.), ii) alternativa (nem ... nem, ou ... ou, quer ... quer, seja ... seja, ora ... ora, etc.), iii) consecutiva (tão ... como, tão ... quanto, etc.) e iv) comparativa (mais/ menos/ antes ... do que, tanto ... quanto, quanto mais ... mais, quanto menos ... menos, quanto mais ... menos, quanto menos ... mais, etc.); as quais devem ser tratadas como um processo distinto de combinação de orações, ainda pouco amparado pela literatura que versa sobre o assunto.

Palavras-chave: Correlação; Combinação de Orações; Tipologia; Sintaxe; Português Brasileiro.

Introdução

Neste artigo, propomos uma nova tipologia sintática para as sentenças correlatas do português: i) aditiva, ii) alternativa, iii) consecutiva e iv) comparativa, as quais devem ser tratadas como um processo distinto de combinação de orações, não mais distribuídas tradicionalmente entre as coordenadas e subordinadas, nem como equivalentes a uma hipotaticização adverbial, como sugere Castilho (2010, p. 390).

Assim, analisando trabalhos tidos como clássicos sobre combinações de orações e mediante leitura de outras descrições já apresentados sobre o assunto, postulamos uma classificação que consideramos mais refinada e apropriada sobre o tema.

Este texto divide-se em algumas etapas: 1) *A correlação conjuncional no Português*, em que detalhamos esse fenômeno sintático; em 2) *Revisão da literatura sobre o tema*, destacamos alguns trabalhos significativos que ensejaram alguma tipologia sobre o assunto, e finalmente em 3) *Concluindo e estabelecendo uma tipologia sintática sobre as correlatas*, colocamos nossa proposta sobre o assunto dentro de um *continuum* de propriedades.

A correlação conjuncional no Português

Os estudos sintáticos registram dois tipos de ligação: a coordenação e a subordinação, operadas geralmente por conjunções. A coordenação e a subordinação ligam em geral (i) constituintes de um sintagma, (ii) um sintagma a outro, e (iii) uma sentença a outra.

Trataremos, neste artigo, de um terceiro tipo de ligação sintática, o da correlação.¹

Sejam os seguintes os exemplos de correlação:

— Correlação aditiva

- (1) Ao obrigar a rede de 2º grau a preparar seus alunos para essas provas, a UNICAMP deu uma contribuição decisiva não só para a renovação pedagógica nos bons colégios públicos e privados mas, também, para a própria transformação dos livros didáticos [...]. (JT 27/05/93);

— Correlação alternativa

- (2) Agora tudo indica que Fernando Henrique terá condições de obter o apoio político necessário, seja porque existe uma predisposição da sociedade nesse sentido, seja porque pouca gente tem melhores condições de negociá-lo do que o novo ministro da Fazenda. (FSP 30/05/93);

— Correlação consecutiva

- (3) Dona ministra e sua coleção de escudeiras capricharam tanto para a coletiva que a mistura de perfumes deixou a galera mareada. (FSP 15/05/93);

— Correlação comparativa

- (4) Hoje eu tenho mais medo de economista do que de general. (FSP 30/05/93).

Podemos observar o seguinte:

Em (1), temos uma correlação aditiva, pois há soma de dois complementos nominais de contribuição: “contribuição decisiva para a renovação pedagógica nos colégios públicos e privados” e “(contribuição) para a própria transformação dos livros didáticos [...]”. Essa correlação é dada pelas expressões *não só* e *mas também*.

Já em (2), a correlação alternativa é sugerida pelas conjunções *seja ... seja*, em que observo duas orações de estruturas iguais, paralelas, que preservam sua integridade semântica, mas que não são sintaticamente autônomas, interligando-se pelas conjunções.

Analisando (3), vemos que a primeira oração encerra o advérbio intensificador *tanto*, que exige, obrigatoriamente, na segunda, a conjunção *que*, o que se comprova pela agramaticalidade de (3a), em que omitimos *tanto*:²

¹ Autores como Van Valin e Lapolla (2002, p. 454) preferem rotular essas construções de “cos-subordinadas”. O rótulo de “cossobordinadas” também é empregado por Kees Hengeveld (comunicação pessoal). Entretanto, seguimos a descrição linguística brasileira e também a mais tradicional, mormente Oiticica (1952), que as classifica como “correlatas”.

² Do mesmo modo, a omissão de *que* tornaria a sentença agramatical:

(3b) * “Dona ministra e sua coleção de escudeiras capricharam *tanto* para a coletiva a mistura de perfumes deixou a galera mareada.”

(3a)* *Dona ministra e sua coleção de escudeiras capricharam para a coletiva que a mistura de perfumes deixou a galera mareada.*³

Vemos que *tanto* e *que*, conseqüentemente, estabelecem um encadeamento indissolúvel, de que deriva em (3) a noção de conseqüência.

Poderíamos pensar em outra interpretação para o par “tanto ... que”, talvez até a estendendo para outras correlatas, tendo como base a sentença:

(3.1) Ele comeu tanto que estourou.

Segundo comunicação pessoal feita pelo Prof. Dr. Mário Alberto Perini, em *Ele comeu tanto que estourou*, temos o elemento *tanto*, que é objeto direto de *comeu*, e que faz parte da expressão *tanto que*, que está justamente ligando as duas sentenças. Ou seja, embora (*que*) *estourou* não seja termo da sentença matriz, ainda assim não está somente colocado ao lado dela, como as coordenadas.

Na verdade, o quantificador *tanto* estaria predicando um SN elidido, que serviria de objeto direto a *comeu*. Assim teríamos algo como:

(3.1a) Ele comeu tanto (macarrão) que estourou.

Finalizando os comentários aos exemplos, vemos que a sentença (4), em que o intensificador *mais* funciona como o primeiro termo da comparação, exige seu correlato *do que*, figurando este numa oração cujo sintagma verbal é normalmente omitido. A omissão do SV na segunda sentença é fato comumente aceito na análise sintática do Português.

Outra possibilidade de análise é considerar que o segundo termo da comparação estabelece uma relação de adjunção com a oração.

Já Abreu (1997, p. 34) afirma que as elisões do SV na segunda sentença são para evitar redundância discursiva, ou seja, os falantes preferem deixar elípticos elementos do predicado dessas sentenças. Ora, esse tipo de eclipse também é encontrado em sentenças coordenadas como:

(5) Fernando saiu de casa às dez horas e eu, às onze;

(6) Marta comprou dois vestidos e Carla, três;

(7) Mário está apaixonado pela Valéria e Telmo também.

O que ocorre com essas sentenças é que o falante manifesta nelas também uma intenção comparativa. A frase (7) poderia, por exemplo, ser dita como: Mário e Telmo estão apaixonados pela Valéria.

A diferença é que a primeira versão reflete a atitude do falante em comparar a paixão de duas pessoas, o que não acontece nesta última. Em (5) e (6) também se comparam, pragmaticamente, horários de saída e compras de vestido. Vemos, por aí, que um fator pragmático (a intenção comparativa) acrescenta a uma oração coordenada uma característica de subordinação: a possibilidade de redução, neste caso, por eclipse.

³ Como bem salientou a Profª. Dra. Lygia Correa Dias de Moraes (comunicação pessoal), provavelmente essa sentença seria gramatical na fala, por conta de uma prosódia distinta que seria possível imprimir a esse enunciado.

Assim, as orações (1), (2), (3) e (4) mostram um tipo de conexão feito com dois elementos, diferente da conexão por coordenação, pois não há independência sintática entre as sentenças, e diferente da subordinação, pois não há dependência de uma à outra.

Desse modo, as frases correlativas exemplificam uma relação de interdependência, isto é, a estrutura frásica das duas sentenças que se correlacionam está estreitamente vinculada por expressões conectivas. No caso, as conjunções: *não só ... mas também, seja ... seja, tanto ... que e mais ... do que*.

A interdependência tem sido destacada na literatura como o traço característico da correlação, como salientou Blanche-Benveniste (1997, p. 100):

Dans une corrélation, deux parties sont mutuellement dépendantes: Tantôt il pleure, tantôt il rit. Dire l'une sans l'autre fait l'effect d'un énoncé interrompu, Tantôt il rit [...], éventuellement utilisé comme tel.

Melo (1954, p. 121) tinha ido nessa mesma direção, quando esse autor descreve a correlação comparativa:

Correlação é um processo mais complexo em que há, de certo modo, interdependência. Dá-se, neste processo, a intensificação de um dos membros da frase, intensificação que pede um termo.

Nesse sentido, a correlação conjuncional pode ser caracterizada de modo geral como um tipo de conexão sintática de uso relativamente frequente, particularmente útil para emprestar vigor a um raciocínio, estabelecendo uma coesão forte entre sentenças ou sintagmas, e aparecendo principalmente nos textos apologéticos e enfáticos. A correlação exerce aí um papel importante, pois concorre para que se destaquem as opiniões expressas, a defesa de posições, a busca de apoio, muito mais do que por informarem com objetividade os acontecimentos.

Esse texto não apontará para processos correlativos mais amplos, como o da reduplicação sintática, por exemplo: (8) reduplicação sintática de clíticos pessoais “me ... a mim” e (9) construções de tópico constituídas de SN e retomadas por pronome pessoal, tipo SN(i) [ele(i)+ v+ objeto]. Exemplos:

- (8) Leixade-me a mi ante aparelhar o coração de vossa madre pera todas estas cousas.
(MORAES de CASTILHO, 2001, p. 74)
- (9) O menino, ele comprou uma bicicleta nova.

Esses processos já foram, em parte, discutidos por Moraes de Castilho (2001). Igualmente, Muller (1996) discutiu em exaustão o processo de reduplicação sintática nas orações subordinadas.

Muller (1996) e Camara Jr. (1975) identificaram os processos correlativos à reduplicação sintática. Vemos aqui pelo menos dois problemas:

- 1) No caso da reduplicação pronominal como em (8), o segundo elemento pode ser descartado sem prejuízo para a gramaticalidade. Assim tanto se pode dizer “entregaram-me a mim os livros” como “entregaram-me os livros”. O descarte

do segundo elemento pode se explicar por sua postulação como uma predicação secundária em adjunção à predicação principal, segundo Moraes de Castilho (2005). Como um adjunto, ele pode deslocar-se no enunciado (como em “a mim, entregaram-me os livros”), tanto quanto se elidir (como em “entregaram-me os livros”).

- 2) Já no caso das correlatas, o segundo elemento não pode ser descartado, como demonstrado anteriormente.

Isso mostraria que as correlatas representam um redobramento mais gramaticalizado. Enquanto isso, na correlação, não podemos descartar nenhum dos dois elementos conjuntivos, pois eles verbalizam dois atos de fala com relacionamento recíproco.

Passaremos, agora, à literatura já publicada sobre as correlatas e a proposta de tipologização sintática.

Revisão da literatura sobre o tema

Apesar de ser uma estrutura sintática muito produtiva na língua portuguesa (também na Romênia, de forma geral), é curioso notar que o processo de correlação conjuncional nunca foi estudado detalhadamente pelos gramáticos e linguistas brasileiros e/ou portugueses. Igualmente, na bibliografia da linguística funcional, vide Groot e Olbertz (1996), não encontramos estudos publicados sobre esse tema.

Para demonstrar o que já se refletiu sobre esse assunto, resenhamos, mais abaixo, gramáticos/filólogos brasileiros que trataram da correlação conjuncional como um fenômeno distinto do binarismo coordenação e subordinação. Em seguida, resenhamos a posição de linguistas que escreveram sobre esse tema.

Os gramáticos/filólogos que trataram da correlação conjuncional

Nesse subitem arrolamos a opinião de três gramáticos/filólogos que descrevem o fenômeno da correlação, interpretando-o como processo distinto do binarismo coordenação e subordinação.

Maciel (1914)

Maciel (1914, p. 343-345) define a correlação conjuncional como *correspondência sintática de duas palavras na proposição, entre si dependentes*. O gramático afirma ainda que a correlação se faz basicamente de duas maneiras:

- a) similarmente, isto é, repetindo a mesma palavra:

- (10) Tal ... tal Ex.: Tais somos nós, tais serei vós. Fr. D. Vieira, Dic. da L. Portuguesa.
- (11) Qual = um ... qual = outro Ex.: Qual do cavalo voa que não desce, / Qual, o co'o cavalo dando em terra, geme. Camões, Os Lusíadas.
- (12) Quem = um ... quem = outro Ex.: Quem se afoga nas ondas encurvadas; / Quem bebe o mar e o deita juntamente. Camões, Os Lusíadas.
- (13) Tanto ... tanto Ex.: Tanto tens, tanto gastas.

- (14) Assim ... assim Ex.: Assim disse, assim o fez.
- (15) Quanto ... quanto Ex.: Quantas cabeças, quantas sentenças.
- b) dissimilarmente, isto é, mediante palavras diferentes:
- (16) Tão ... que: Ex.: Tão bela que encanta.
- (17) Tão ... como: Ex.: Tão bela como tu.
- (18) Tão ... qual: Ex.: Tão bela qual rosa.
- (19) Tal ... que: Ex.: É tal o seu valor que ...
- (20) Tal ... qual: Ex.: Tal mulher, qual marido.
- (21) Tanto ... que: Ex.: Tanto estudas que saberás.
- (22) Tanto ... como: Ex.: Tanto trabalhas como ganhas.
- (23) Tanto ... quanto: Ex.: Tanto tens quanto ele.

Maciel (1914) é o único dos autores consultados, em língua portuguesa, que se preocupou em fazer uma classificação formal desse fenômeno linguístico, rotulando-o em construções similares (correlativas espelhadas) e dissimilares (correlativas não espelhadas).

É também interessante notar que o gramático elabora um subcapítulo — “A correlação das palavras” — para esses nexos correlativos, mostrando, implicitamente, a sua importância como nexos diferentes dos demais. Porém, ao apresentar a subdivisão das sentenças adverbiais, para nossa estranheza, coloca as correlativas ou consecutivas como um dos subtipos:⁴

Por exclusão, restam-nos as correlativas comparativas de igualdade e as aditivas, ambas exemplificadas acima pelo autor e não classificadas por ele nem nas coordenativas nem nas subordinativas. Seriam essas, sob a ótica de Maciel, as legítimas correlações.

Oiticica (1952)

Esse é o único estudo a se destacar, sobre a correlação conjuncional, escrito em português. Nesse livro, Oiticica nos mostra que ao analisarmos as correlações conjuncionais, estamos diante de um fenômeno sintático diferente, que não é passível de ser reduzido a um tipo de coordenação ou de subordinação. Segundo ainda Oiticica, as estruturas correlativas são um processo sintático irreduzível, no qual sintaxe e léxico estão estreitamente ligados.

Oiticica pode ser considerado como um funcionalista *avant la lettre*, pois observa muito bem que a estrutura correlata é resultado de um processo de ênfase que não deve ser deixado de fora no decurso da análise. Desta forma, semântica e sintaxe aparecem “discursivamente” ligadas, a primeira dita o arranjo, a estrutura, da segunda.

⁴ Maciel (1920) também analisa as O.S.A. Consecutivas como um dos subtipos das Subordinadas Adverbiais: A proposição circunstancial (...) i) consequência (ou consecutiva), sempre que estiverem ligadas pela conjunção *que*, tendo como termo correlativo uma das palavras — *tal, tão, tanto, tamanho*, expressa na proposição anterior, ex.: “*Tão* temerosa vinha e carregada/ Que pôs nos corações um grande medo” Camões, “Sentiu *tamãha* fraqueza *que* caiu ao chão.” (Francisco de Moraes, apud MACIEL, 1920, p. 161)

Basicamente, Oiticica (1952) trabalha com três tipos de correlações: aditivas; comparativas e consecutivas. O gramático faz ainda subdivisões nesses três tipos básicos, a saber:

Correlação aditiva

(24) Não somente Amélia, mas também Lúcia gostam muito de literatura. p. 22

(25) Ele empregou bem não só o irmão, como ainda as cunhadas. p.23

Correlação comparativa

a) Correlação comparativa de igualdade

(26) Tais foram as promessas, tais são hoje suas realizações. p. 24

b) Correlação comparativa de igualdade referida à qualidade

(27) Tão bela foi a mãe, quanto o é a filha. p. 31

c) Correlação comparativa de igualdade referida à intensidade

(28) Tão bela foi a mãe, tão feia é a filha.⁵ p. 31

d) Correlação comparativa de igualdade “o modelo e o modelado”

(29) Tal fora o pai, tal é o filho. p.25

e) Correlação comparativa de igualdade modal

(30) Do mesmo modo por que ditava o mestre, desse mesmo modo escrevia o discípulo. p. 33

f) Correlação comparativa quantitativa progressiva (ou correlação quantitativa intensificada)

(31) Tanto mais se ouviam os tiros, tanto mais se alvoroçava o povo. p. 29

(32) Tanto maior se afigurava o conflito, tanto maior ia sendo a azáfama para debelá-lo. p. 29

g) Correlação comparativa quantitativa antitética

(33) Tanto mais lavrava o incêndio, tanto menos cresciam os recursos para dominá-lo. p. 30

Correlação comparativa de superioridade (ou correlação preferencial)

(34) César escreve mais depressa do que Hélio lê. p. 35

(35) Alberto é mais vivo que Donato. p. 35

⁵ A comparação se faz aqui, primeiro, entre qualidades diferentes; segundo, entre a intensidade dessas qualidades.

h) Correlação comparativa de inferioridade

- (36) Não é menos rico (do) que o vizinho.⁶

Correlação consecutiva

- (37) Tanto o animei, que ele publicou o trabalho. p. 40

Vaz Leão (1961)

Segundo Vaz Leão (1961, p. 101-102), a correlação hipotética, que existe logicamente, costuma resolver-se na língua por uma estrutura de subordinação. Entretanto, o falante sente, às vezes, necessidade de pôr em maior evidência a relação entre os dois fatos por uma estrutura que lembre de perto a correlação lógica, isto é, com presença de dois termos correlativos. O Português recorre a “se...então”, giro idiomático que, conforme a autora, “nem sempre se presta à análise sintática ou não se explica pelos processos tradicionais de analisar”. Ex.:

- (38) ‘Se o aneurisma lhe resiste ao embate, então é que o aneurisma era uma potoca [...]’. — M. Lobato, p. 19
- (39) ‘[...] se o senhor doutor algum dia chegar a casar com Iaiá, então sim, é que há de ver o anjo que ela é’. — M. Assis, p. 251

De acordo com Vaz Leão (1961, p. 101-102), a gênese desse processo na língua literária talvez possa explicar-se: “a) porque o escritor veja nos recursos orais a fonte mesma da expressividade; b) porque, sentindo muito longe o *se*, o autor tenha necessidade de reavivar no espírito do leitor a relação que supõe esquecida; c) porque o orador, querendo manter a atenção do auditório, use instrumentos que sublinhem a intenção de suas frases e deem tempo ao ouvinte de acompanhar-lhe o pensamento”.

Os linguistas que trataram da correlação conjuncional

Ao adaptar a proposta de Braga (2001, p. 28), que, por sua vez, baseou-se em Foley e Van Valin Jr. (1984), podemos assim distinguir correlação ou cossubordinação em oposição à coordenação e à subordinação:

- a) Correlação (ou cossubordinação): [-encaixamento] [+dependência]. Os dois conectores não estão em uma relação de encaixamento, embora se encontrem em uma relação de dependência no que diz respeito à força ilocucionária e tempo absoluto;
- b) Coordenação: [-encaixamento] [-dependência]. Os dois conectores são independentes, a relação entre eles é todo-todo. Daí o fato de cada um poder ter sua própria força ilocucionária e ser especificado, independentemente, quanto a outros operadores como evidenciais, tempo, etc.;
- c) Subordinação: [+encaixamento] [+dependência]. Um dos conectores está encaixado no outro e a relação entre eles é parte-todo. O junto subordinado codifica informação de “fundo” e não pode ser especificado, independentemente, quanto à força ilocucionária.

⁶ Oitica não fornece exemplos da correlação comparativa de inferioridade, justificando-se com o seguinte parágrafo: “23. Tudo quanto foi dito sobre a comparativa de superioridade se aplica à comparativa de inferioridade, substituindo o denotativo intensivo *mais* pelo seu antônimo *menos* e *maior* por *menor*.” (1952, p. 38).

Assim, poderíamos dizer que a correlação é uma categoria intermediária, que se dispõe no intervalo de duas categorias tidas como prototípicas, ou seja, a coordenação e a subordinação. A correlação possui traços tanto da coordenação, como da subordinação.

Sem fazer referências explícitas às correlatas, os estudos de Hopper e Traugott (1993), que consideram o processo sintático de combinação de cláusulas de acordo com a perspectiva da gramaticalização, propõem uma redefinição da relação intersentencial por meio do *continuum*: parataxe > hipotaxe > subordinação. As categorias presentes nesse *continuum* seriam descritas tendo em vista os parâmetros dependência e encaixamento. A parataxe se caracterizaria por uma independência relativa, consequentemente, seu vínculo semântico seria inferido pela relevância e pelo sentido que emerge da conjunção das duas, ou mais, cláusulas; não havendo encaixamento de uma cláusula dentro de outra. Esse grupo é formado por orações coordenadas e justapostas, e, segundo os autores, a relação semântica entre elas se dá somente por inferência. Na hipotaxe, haveria uma interdependência entre as cláusulas, que são definidas como núcleo e margem; integrando esse grupo estariam as orações adverbiais e as relativas apositivas. Por fim, na subordinação observar-se-ia uma total dependência entre as cláusulas matriz e encaixada. Supomos que as correlatas, nesse modelo, ficariam classificadas entre a parataxe e a hipotaxe.

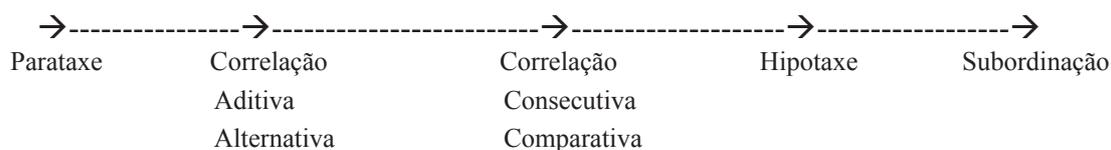
Somando-se a esses dois quadros teóricos, recuperamos o trabalho clássico de Lehmann (1988) sobre combinação de orações. Nesse texto, o autor estabelece um outro *continuum*, que parte de um polo de máxima elaboração a outro de máxima compressão (ou condensação) de informação lexical ou gramatical. Nesse *continuum*, coordenação e subordinação ocupariam as extremidades opostas. Lehmann prevê que, entre os dois extremos do *continuum*, possam ocorrer tipos intermediários, como orações correlatas, cláusulas nominais fraca ou fortemente dessentencializadas, cláusulas adverbiais fortemente nominalizadas, serialização verbal, etc.

Concluindo e estabelecendo uma tipologia linguística sobre as correlatas

Ao fazermos descrição linguística, procuramos identificar as categorias de estruturação das línguas naturais, isto é, seus processos e produtos. O processo de gramaticalização das relações intersenciais dispõe a parataxe e a subordinação nos extremos de um *continuum*, mediado pelas correlatas e pelas hipotáticas.

Assim, entendemos que os processos de combinação das sentenças não são binários nem unilineares; podendo ser ordenados em blocos que entretêm mais de um ponto de intersecção.

Imaginando um *continuum* na hierarquia de integração de sentenças, o que negaria uma fronteira rígida entre parataxe e subordinação, teríamos um quadro representativo para os quatro tipos de correlatas:



A maioria das hipotáticas adverbiais representam uma adjunção à sentença matriz, não possuindo na oração principal – necessariamente – alguma conjunção ou elemento conjuntivo

a(o) qual possa correlacionar-se. Para tanto, basta rememorarmos alguns exemplos: *Não veio [porque está adoentado].* (Causal); *Trabalha [como um escravo.]* (Comparativa);⁷ *Não percebeu nada, [embora estivesse atento.]* (Concessiva); *Muita gente morreria, [se saudades matassem.]* (Condicional); *Deverá estar aqui amanhã, [conforme ele prometeu.]* (Conformativa); *Tudo fiz [para que ele aprendesse.]* (Final); *Nada [qual um peixe (nada).]* (Modal); *[À proporção que avança,] enxerga melhor.* (Proporcional) e *[Quando saías, entrava ele.]* (Temporal). Assim, não podemos fazer uma equivalência entre hipotáticas e correlatas, haja vista as correlações dependerem de dois elementos conjuntivos para se formarem, serem interdependentes, devendo as correlações consecutivas e comparativas figurar no meio desse contínuo. Já as correlações aditivas e alternativas poderiam figurar mais à esquerda, junto à parataxe, dada a maior frouxidão com que ainda estabelecem suas conexões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A. S. Coordenação e subordinação - uma proposta de descrição gramatical. *Alfa*, São Paulo, n. 41, p. 13-37, 1997.
- BLANCHE-BENVENISTE, C. *Approches de la langue parlée en français*. Paris: Ophrys, 1997. 164p. (Collection L'Essentiel Français)
- BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, PUC Minas, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2. sem. 2001.
- CAMARA Jr., J. M. Nomenclatura gramatical - 2ª aula. In: *Dispersos* de J. Mattoso Camara Jr. Rio de Janeiro: FGV, 1975. p. 62-69.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010. 768 p.
- FOLEY, W. A.; VAN VALIN Jr. R. D. *Functional syntax and universal grammar*. Nova York: Cambridge University Press, 1984.
- GROOT, C. de; OLBERTZ, H. *Functional grammar publications 1978-1996*. Institute for Functional Research into Language and Language Use (IFOTT). Amsterdam: University of Amsterdam, 1996. (Mimeo)
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 181-225.
- MACIEL, M. *Gramática descritiva*. 5. ed. aum. e refundida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1914.
- _____. *Lições elementares de língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1920.
- MELO, G. C. de. *Novo manual de análise sintática*. Rio de Janeiro: Simões, 1954. 190p.

⁷ Consideramos como hipotáticas comparativas somente as orações que empregam um único nexos conjuncional para estabelecer a noção de comparação.

MORAES DE CASTILHO, C. M. Seria quatrocentista o português implantado no Brasil? Estruturas sintáticas duplicadas em textos portugueses do século XV. In: MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia (Org.) *Para a história do português brasileiro*. v. II. São Paulo: Humanitas, 2001. p. 59-91.

_____. *Redobramento sintático no português medieval*. 2005. Tese. (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MULLER, C. *La subordination en français*. Le schème corrélatif. Paris: Armand Colin, 1996.

OITICICA, J. *Teoria da correlação*. Rio de Janeiro: Simões, 1952. 60p. (Col. "Rex")

VAN VALIN Jr, R. D.; LAPOLLA, R. J. *Syntax: structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. 713p.

VAZ LEÃO, Â. *O período hipotético iniciado por se*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade de Minas Gerais, 1961.